UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE
DOUTORADO EM TURISMO E HOSPITALIDADE

LORENA ANGÉLICA MANCINI

PATRIMÔNIO DO COTIDIANO E TURISMO: ANDANÇAS INVESTIGATIVAS, AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

Caxias do Sul
2025

LORENA ANGÉLICA MANCINI

PATRIMÔNIO DO COTIDIANO E TURISMO: ANDANÇAS INVESTIGATIVAS, AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Turismo e Hospitalidade.

Linha de Pesquisa 2: Turismo, Hospitalidade Cultura e Educação.
Orientadora: Prof.ª. Drª. Maria Luiza Cardinale Baptista.

Caxias do Sul

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M269p Mancini, Lorena Angélica

Patrimônio do cotidiano e turismo [recurso eletrônico] : andanças investigativas, afetivações e memórias no município de Rolândia, no Estado do Paraná, Brasil / Lorena Angélica Mancini. – 2025.

Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2025.

Orientação: Maria Luiza Cardinale Baptista.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: https://repositorio.ucs.br

1. Turismo - Rolândia (PR). 2. Turismo - Usos e costumes. 3. Patrimônio cultural. 4. Política pública. I. Baptista, Maria Luiza Cardinale, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 338.48(816.2)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

LORENA ANGÉLICA MANCINI

PATRIMÔNIO DO COTIDIANO E TURISMO: ANDANÇAS INVESTIGATIVAS, AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Turismo e Hospitalidade.

Linha de Pesquisa 2: Turismo, Hospitalidade Cultura e Educação.
Orientadora: Prof.ª. Drª. Maria Luiza Cardinale Baptista.

Aprovada em 26/09/2025
Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Drª. Maria Luiza Cardinale Baptista (Orientadora) - Universidade de Caxias do Sul (UCS)

_____

Prof.ª Drª. Aline Passuelo de Oliveira - Universidade de Caxias do Sul (UCS)

_____

Prof. Dr. Jakson Renner Rodrigues Soares - Universidade de Coruña (UDC-ES)

_____

Prof.ª Drª Maria Teresa Riquelme Quiñonero - Universidad de Alicante - Espanha (UA-ES)

_____

Prof.ª Drª Kerley dos Santos Alves - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

AGRADECIMENTOS

Tirar o pensamento e trazer para o papel um texto com os agradecimentos de todo esse processo de doutoramento não é tão fácil quanto parece. Pelo menos não pra mim...

Pensar nas pessoas que gostaria de agradecer me traz um misto de sentimentos: alegria por estar chegando ao fim e ao mesmo tempo tristeza por me despedir; gratidão, muita gratidão por todos que fizeram tanto para que eu chegasse até aqui, e uma dor e uma saudade imensa de quem não está aqui para comemorar comigo essa vitória. Felicidade por ter feito amigos, que mesmo à distância sempre foram muito presentes.

Pode parecer clichê, mas em primeiro lugar quero agradecer a Deus – ou ao moço da parede como diz minha orientadora – pois sei que sem minha fé não conseguiria chegar até aqui. Diante de muitas dificuldades, por várias vezes pensei em desistir. Nas minhas orações encontrei força, sabedoria e obstinação para continuar.

À minha família sem dúvidas... a minha vó materna (*in memorian)*, a quem devo a inspiração para a proposição desta tese. O meu exemplo de fé, amor e força. A minha mãe, minha melhor amiga e maior companheira da vida. De você puxei essa garra que me fez estar aqui hoje, essa vontade de ir sempre além. Você é amor incondicional. Obrigada por ser inspiração e presença. Obrigada por tudo que sempre fez e faz por mim e minha família. Ao meu pai, tradução da bondade, de um coração que não cabia no peito. Não consigo explicar o quanto me dói não ter você comigo fisicamente nesse momento, mas você está presente em mim ... cada palavra, cada frase dessa tese tem um pouco de você, do que me ensinou. Sei que onde estiver está torcendo pela sua “menininha”. Minhas saudades são eternas!

Ao meu marido... aquele que escolhi para viver essa vida a meu lado. Obrigada por tanto! Você está ao meu lado e me dá suporte de tantas formas... Obrigada por tudo que estamos construindo! Ao meu gato garoto, meu pequeno grande menino, meu Théo! Você é minha força de viver.

Quero agradecer a toda minha família primos, primas, tios e tias, sogro e sogra e, em especial minha irmã. Sei que estavam na torcida por mim. A irmã que a vida me deu Michele. Obrigada por todos os momentos de ajuda, desabafo, conversas, risadas, choros.

Um agradecimento amoroso a minha Professora e Orientadora Malu Cardinale Baptista. Obrigada por acreditar que daria certo e por me guiar em minhas Andanças. Pela força, estímulo e dedicação. Guardo com muito carinho todos seus ensinamentos na busca por uma ciência, um turismo e um mundo com mais amor! Tê-la ao meu lado nesses caminhos foi um privilégio.

Quero agradecer com muito carinho a todos os professores do PPGTURH que passaram pelo meu percurso de doutoramento, em especial a Profª Dra Vania Herédia e a Profª Dra Luciene Jung. E claro a nossa querida Regina.

Aos queridos amigos que fiz durante essa jornada e ao Amorcomtur!, em especial a querida Anny Gabriele pelo grande gesto de amor-amizade.

Agradeço também aos membros da banca, por contribuírem de forma significativa para a conclusão deste estudo.

RESUMO

O presente estudo tem como foco central Patrimônio do Cotidiano e Turismo: Andanças investigativas, memórias e afetivações no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil. Como objetivo geral, busco propor o conceito Patrimônio do Cotidiano e sua relação com o Turismo, considerada a partir de afetivações e memórias, reconhecidas em Andanças investigativas, no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil. Especificamente, os objetivos são direcionados a: apresentar a trajetória de construção do patrimônio, considerando sentidos, conceitos e políticas públicas; apresentar a proposição Patrimônio do Cotidiano, relacionando-a com a produção/geração de afetivações e memórias; discutir a relação entre Patrimônio e Turismo, considerando a dimensão ecossistêmica e de Avesso do Turismo; apresentar relatos de Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil. Nessa perspectiva, o elemento de análise considerado encontra-se no patrimônio tomado na perspectiva do cotidiano. Esse patrimônio é observado em andanças, onde foi possível perceber afetivações geradas na vida cotidiana, na relação dos sujeitos nos lugares e na relação entre sujeitos e lugares, constituindo a memória do espaço citadino. Em termos teóricos, a compreensão do Turismo vincula-se à complexidade e processualidade do saber e fazer turístico, tendo orientação na proposição do Turismo do Avesso, de Baptista (2021). É feita uma retomada teórico-conceitual a respeito de Patrimônio e Cotidiano, para chegar à proposição conceitual Patrimônio do Cotidiano. O estudo foi desenvolvido com orientação filosófico teórico-metodológica ecossistêmica complexa da Ciência Contemporânea, com orientação holística, que fundamenta também os estudos mais amplos do Amorcomtur! Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autopoiese. Como estratégia metodológica, utiliza a Cartografia dos Saberes e as Matrizes Rizomáticas (Baptista, 2014) que se caracterizam por serem complexas, plurimetodológicos e processuais. Para a prática investigativa o estudo se apoiou no conceito de ‘Com-versar’ Lugares e Sujeitos (Baptista,2020c), ação transversal que que ultrapassa o verbal e se caracteriza como relacional, processual e amorosa. Operacionalmente a pesquisa teve orientação na Cartografia Sentimental da Cidade (Rolnik,1989), tendo como dispositivo metodológico as Andanças, conforme proposição de Baptista, que foram realizadas a fim de investigar as sensações e singularidades de cada espaço na relação que estabelecem com os sujeitos. A proposição do Patrimônio do Cotidiano se une a um contexto maior na busca pela ampliação conceitual do patrimônio e reconhecimento da diversidade e de grupos historicamente invisibilizados. Se constitui nas práticas ordinárias do cotidiano, no simples, nas afetivações e memórias que conectam os sujeitos aos seus espaços vividos. Tenciona um rompimento com a lógica monumental e sacralizada, e busca o (re) conhecimento e valorização a partir do olhar e significações do sujeito/morador.

Palavras – Chave: Turismo; Patrimônio do Cotidiano; Lugares e Sujeitos; Afetivações; Memórias.

ABSTRACT

The present research focus on Daily Heritage and Tourism: Investigative wanderings, memories and affectiveness on Rolândia city, in Paraná state, Brazil. As main goal, I hereby put forward the concept of Daily Heritage and its relation to Tourism, thought from investigative wanderings on Rolândia city, in the state of Parané, Brazil. The objectives aim specifically to: present the course of heritage build up, considering feelings, concepts and public politics; present the proposition of Daily Heritage, relating it to generation of affectiviness and memories; discuss the relation between Heritage and Tourism, considering the ecosystemic dimension and Reverse Tourism; present reports of investigative Wanderings on Rolândia city, in the state of Paraná, Brazil. In theoretical terms, the understanding about Tourism bonds to the complexity and procedures to touristic reckoning and doing, being oriented on proposition of Reverse Tourism according to Baptista (2021). A theoretical and conceptual recovery regarding Heritage and Routine is done, aiming the conceptual proposition of Daily Heritage. The study has been developed through complex ecosystemic philosophical theoretical-methodological of Contemporary Science, with holistic orientation, that also substantiate the wider studies of Amorcomtur!, Sutdy Group for Communication, Tourism, Lovingness and Autopoiesis, to wich it is bound. As methodological strategy, uses Knowledge Cartography and Rhizomatic Matrix (Baptista; Eme. 2023) known as complex, multimethodological and procedural. For investigative practice, it laid on the concept of Com-versations Places and Subjects (Baptista, 2020c), transversal action that outlines the verbal and characterizes as loving, procedural and relational. Operationally, the research has been oriented on Sentimental Cartography (Rolnik, 1989), holding the Wanderings as methodological device, according Baptista's proposition, aiming to register the feelings and singularities of each space and the relation to the subjects. The proposition of Daily Heritage correspond to the search for conceptual expansion of heritage and the reckoning and diversity appreciation, and historically unseen groups. It constitutes itself on the importance of daily ordinary activities recognition, of the simplicity, the affectiveness and memories that bound the subjects to their living spaces. Explicits and proposes the rupture with monumental and sacred logic, and aims the (re)cognition and appreciation stem from the glance and signification of local residents, captured during and by means of investigative wanderings of the researcher. Through this perspective, the heritage has been observed under the perspective of daily routines. This heritage has been observed on wanderings, where it was possible to realize affectiveness generated on day-by-day life, on the relation between sibjects and places, building the memory of urban space.

Key words: Tourism; Daily Heritage; Places and Subjects; Affectiveness; Memories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Princípios da Complexidade 47
Figura 2: Trama Trilha dos 'Entrelaços Nós da Pesquisa' 54
Figura 3: Tramas e Rizomas - Verificação da Coerência da Pesquisa 63
Figura 4: Teoria da Valoração de Alois Riegl 100
Figura 5: Linha do Tempo do Turismo e Patrimônio 218
Figura 6: Turismo e Patrimônio na Antiguidade 219
Figura 7: Turismo e Patrimônio na Idade Média 220
Figura 8: Turismo e Patrimônio na Idade Moderna 221
Figura 9: Turismo e Patrimônio no período da Revolução Industrial 226
Figura 10: Turismo e Patrimônio no período da Revolução Tecnológica 230
Figura 11: Turismo e Patrimônio na Atualidade 232
Figura 12: Mapa destacando o Estado do Paraná e o município de Rolândia 282
Figura 13: Região Metropolitana de Londrina 283
Figura 14: Grandes regiões ocupadas com o deslocamento das frentes pioneira 286
Figura 15: Estado do Paraná, divisão da região Norte 287
Figura 16: Divisão região Norte do Paraná atual 287
Figura 17: Exemplos da divulgação realizada pela CTNP 292
Figura 18: Mapa com a divisão das glebas de Rolândia 300
Figura 19: Planta da cidade de Rolândia, na época da sua constituição 301
Figura 20: Exemplo de propaganda realizada pela CTNP 303
Figura 21: Antiga Estação Ferroviária 305
Figura 22: Estátua Roland 307
Figura 23: Vista Atual da Cidade 312
Figura 24: Fazenda Bimini 313
Figura 25: Andanças em Rolândia 318
Figura 26: Destaque dos Locus do Estudo 320
Figura 27: Calçadão antes da abertura da rua – ano de 1992 325
Figura 28: Andanças pelo Calçadão 326
Figura 29: Andanças pelo Calçadão 328
Figura 30: Primeira capela católica de Rolândia 335
Figura 31: Foto da construção da Igreja no ano de 1948 336
Figura 32: Vista atual da Igreja e Praça 337
Figura 33: Andanças na Praça 338
Figura 34: Andanças pela Praça 339
Figura 35: Andanças pela Terminal Plaza Skate (Comunidade utilizando a pista) 345
Figura 36: Foto Panorâmica do Grafitti na Terminal Skate Plaza 346
Figura 37: Grafitti na Terminal Skate Plaza 346
Figura 38: Andanças pela Terminal Plaza Skate (Skatistas) 348

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características do pensamento sistêmico em oposição ao pensamento mecanicista 41
Quadro 2: Cartografia bibliográfica. Grupo temático Patrimônio Cultural 57
Quadro 3: Cartografia bibliográfica. Grupo temático Patrimônio e Turismo 58
Quadro 4: Cartografia bibliográfica. Grupo Temático Patrimônio e Cotidiano/Patrimônio Cotidiano e Turismo 59
Quadro 5: Cartografia bibliográfica. Grupo Temático Patrimônio e Afetivações/Patrimônio Afetivações e Turismo. 60
Quadro 6: Matriz 1 - Trama e rizoma, verificação da coerência da pesquisa 64
Quadro 7: Matriz 2 - Detalhamento do rizoma. Relação 'entrelaços nós', objetivos e subcapítulos 65
Quadro 8: Matriz 3 - Composição. Trama teórico - conceitual bibliográfica. trilha trama teórico - conceitual - bibliográfica da cartografia dos saberes 68
Quadro 9: Matriz 4 - Coerência operacional e dinâmica da pesquisa. trilha usina de produções ou trama dos fazeres da cartografia dos saberes 74
Quadro 10: Síntese da trajetória histórica da concepção sobre patrimônio 102
Quadro 11: Matriz Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano 207
Quadro 12: Síntese dos efeitos gerados pela utilização do patrimônio pelo turismo .. 245
Quadro 13: Matriz Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano - Calçadão 329
Quadro 14: Matriz Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano – Praça da Igreja Matriz 340
Quadro 15: Matriz Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano – Terminal Skate Plaza 349

LISTA DE SIGLAS

ATI	Academia da Terceira Idade
CFSPPr	Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná
CMNT	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CNTUR	Confederação Nacional do Turismo
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FECEA	Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGTURH	Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica – Minas Gerais
RVPSC	Rede de Viação Paraná
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 ESBOÇOS COTIDIANOS DA TESE – PRIMEIRAS ANDANÇAS 12
1.1 ANDANÇAS PELA TESE 31

2 ANDANÇAS POR TRILHAS METODOLÓGICAS 34
2.1 DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA 35
2.2 DIMENSÃO METÓDICA - CARTOGRAFIA DOS SABERES 52
2.2.1 Matrizes Rizomáticas 62
2.3 'COM-VERSAR' LUGARES E SUJEITOS 78
2.3.1 Cartografia Sentimental da Cidade 80
2.3.2 'Caminhar em 'Andanças' na Pesquisa 84

3 PATRIMÔNIO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS 90
3.1 EM BUSCA DO SENTIDO DE PATRIMÔNIO 91
3.1.1 Monumento e Monumento Histórico 96
3.2 AVANÇANDO NA TRILHA DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO 101
3.3 SURGIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO NA DERIVA DA REVOLUÇÃO FRANCESA 105
3.3.1 A consolidação da importância do campo patrimonial 111
3.4 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL ... 119
3.4.1 Primeiros anos de atuação do Sphan: Fase Heróica 124
3.4.1.1 O patrimônio e a formação da nação 128
3.4.2 Segunda fase de atuação do SPHAN: fase moderna 141
3.4.3 Atuaçao do IPHAN à partir da década de 1980 144

4 PATRIMÔNIO DO COTIDIANO: AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS 152
4.1 BREVES ANDANÇAS PELO CONCEITO DE CIDADE 153
4.2 ANDANÇAS PELO CONCEITO DE COTIDIANO 157
4.2.1 O cotidiano das afetivações e memórias 178
4.3 PATRIMÔNIO DO COTIDIANO: AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS DO COMUM 196

5 TURISMO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS 213
5.1 ENTRELAÇOS NO TEMPO: ENTRE TURISMO E O PATRIMÔNIO 214
5.1.1 Andanças Históricas do Turismo e Patrimônio no Brasil 233
5.2 USO DO PATRIMÔNIO PELO TURISMO 241

5.3 TURISMO TRAMA-ECOSSISTÊMICA 259
5.3.1 Avesso do Turismo 267
5.3.1.1 Avesso do turismo e patrimônio do cotidiano 269

6 'COM-VERSAÇÕES' EM ROLÂNDIA 279
6.1 APROXIMAÇÕES ANDANTES 281
6.1.1 Sinais vitais do ecossistema Rolândia 282
6.1.2 Andanças pela História 284
6.1.2.1 Marcas da colonização do norte do Paraná 285
6.1.2.2 Deriva histórica de Rolândia 296
6.2 ANDANÇAS EM ROLÂNDIA 315
6.2.1 Relato – Andança no Calçadão de Rolândia 322
6.2.1.1 Andanças reflexivas - Calçadão de Rolândia 325
6.2.2 Relato – Andança na Praça da Igreja Matriz 331
6.2.2.1 Andanças reflexivas – Praça da Igreja Matriz 333
6.2.3 Relato-Andança na Terminal *Skate* Plaza 342
6.2.3.1 Andanças reflexivas Terminal *Skate* Plaza 344
6.2.4 Reflexões e olhares para as Andanças 351
6.3 BROTAÇÕES NAS ANDANÇAS DA TESE 353
6.3.1 Fragmentos de Rolândia: janelas para o cotidiano 353
6.3.2 Ações com a Escola Nossa Senhora do Bartira 353
6.3.3 Ações com a Secretaria de Educação 354

7 DEPOIS DE TANTAS ANDANÇAS 355

REFERÊNCIAS 362

APÊNDICES 395

APÊNDICE A – CARTOGRAFIA BIBLIOGRÁFICA 395

ANEXO 400

ANEXO A – BOLETIM DO TURISMO DE ROLÂNDIA 401

1 ESBOÇOS COTIDIANOS DA TESE – PRIMEIRAS ANDANÇAS

Apagaram tudo
Pintaram tudo de cinza
A palavra no muro ficou coberta de tinta

Apagaram tudo
Pintaram tudo de cinza
Só ficou no muro tristeza e tinta fresca

Nós que passamos apressados
Pelas ruas da cidade
Merecemos ler as letras e as palavras de Gentileza
(Marisa Monte)

Escolhi o trecho da música "Gentileza", da cantora e compositora Marisa Monte, para iniciar as 'Com-versações'[1] que se constituíram na base da construção desta tese. A canção fala dos *graffitis* do Profeta Gentileza, figura lendária da cidade do Rio de Janeiro que, na década de 1980, escolheu 56 pilastras do viaduto da Av. Brasil e as preencheu com inscrições em verde-amarelo, propondo "sua crítica ao mundo e sua alternativa ao mal-estar da civilização" (Pensar Contemporâneo, 2017). Na década de 1990, as obras de Gentileza foram apagadas, o que se tornou a motivação da cantora em compor esta canção. A repercussão foi tamanha que as obras foram restauradas e fazem parte do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro.

A mim, essa canção sempre fez refletir sobre a questão da seleção do patrimônio cultural no Brasil e a sua representatividade. Quantos "Gentilezas" pelo Brasil tiveram suas obras apagadas ou não reconhecidas? O que pode se constituir como patrimônio? Quem se sente realmente representado pelos bens, sejam materiais ou imateriais, selecionados para serem representativos do patrimônio cultural municipal, nacional ou

[1] O conceito de 'com-versações' proposto por Baptista (2020c) nos remete a ideia de "versar junto", "dar voltas com". Trata-se de uma combinação de ações transversais, que são relacionais, processuais e amorosas. 'Com-versar' Lugares e Sujeitos são ações investigativas que possuem o propósito de acionar a produção de narrativas. O 'com-versar' é entendido como um dispositivo metodológico, uma pesquisa que se faz 'com-versando'

até mesmo mundial? Quem identifica (e tem poder de identificar) o que tem valor nas cidades contemporâneas? Estes são vestígios de uma tese que foi se configurando.

Estes vestígios foram se acumulando ao longo de muitos anos de uma relação amorosa com esta temática. Assim, chegar a um tema para o estudo que representasse a mim e a minha viagem investigativa não foi tarefa fácil. Tratou-se de uma empreitada que não se resumiu em traçar caminhos possíveis e desejáveis para a construção do foco para a análise, mas também em um profundo olhar para dentro da pesquisadora, para que, desse íntimo, surgisse então uma proposição de tese: **Patrimônio do Cotidiano e Turismo: Andanças investigativas, afetivações e memórias no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.**

Este tema é fruto de uma longa trajetória de Andanças que fui trilhando desde menina, lado a lado com os conceitos de patrimônio, estórias, memórias, vínculos, afetivações, pertença. Acho que posso responsabilizar minha vó materna por esse sentimento que me toma sempre que começo ouvir as pessoas falarem dos lugares que são “seus”. A mais nova dos netos, morando com a avó, adorava sentar-me para escutá-la contar todas suas memórias. Memórias construídas com muito sofrimento, luta, dor, trabalho e, também, com muito amor. Memórias de uma Rolândia que ela viu nascer e que eu não conheci, mas que, como um filme, passavam em minha cabeça e me faziam criar afetos e laços com aqueles lugares comuns, mas que significaram tanto. Ouvia as histórias de família, participava e fazia com ela as receitas e sentia, naquela senhora italiana, o peso e a importância de manter as tradições.

Ao mesmo tempo vivi minhas próprias experiências sociais e familiares, assisti uma cidade em transformação, sobrepus às histórias contadas as minhas próprias e sempre senti entranhados em mim aqueles valores adquiridos nas conversações densas, profundas e amorosas que tive com a Dona Ana. Esses valores me trouxeram diferentes perspectivas ao olhar para a cidade, ao entender seus lugares, ao observar como as pessoas se relacionavam com ela. Esses valores me fizeram dar importância a alguns elementos que talvez outras meninas não davam atenção e que, mais tarde, soube que se tratava do que podemos chamar de patrimônio.

Essa menina adolescente entrou para a faculdade de Turismo e Hotelaria no ano de 1998 na Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), na cidade de Londrina/PR, e

ali foi onde começou o maior contato com o tema. Meu primeiro grande trabalho na faculdade foi sobre patrimônio cultural e, ao pesquisar e escrever as laudas para entregar, é como se colocasse em palavras aquele sentimento que trazia. Vi autores dando vida a esses sentimentos e me fazendo entender ainda mais aquele amplo e complexo universo. Os estudos continuaram focados para o tema em uma pós-graduação *latu sensu*, em Turismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local realizada na cidade de Belo Horizonte/MG, na Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) concluída no ano 2004.

Concomitante a esta pós, no ano de 2003, assumi 20 horas como professora colaboradora no curso de Turismo, na antiga Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA) – atual Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – onde atualmente sou professora concursada, e por obra do destino uma das disciplinas que recebi foi a de Patrimônio Histórico e Cultural. Fui aprovada no concurso na mesma instituição de ensino, no ano de 2006, e, desde então, aprofundo meus estudos e pesquisas sobre o tema. Foram muitos Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão, Orientações de TCC e continuo com a disciplina até hoje, depois de mais de 20 anos de caminhada na docência. No Mestrado, que concluí em 2007, no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Turismo e Hotelaria, na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), desenvolvi uma pesquisa que tinha como foco de estudo o desenvolvimento de um roteiro que se utilizasse de estratégias interpretativas para fruição do patrimônio cultural do município de São Francisco do Sul/SC.

Mais tarde, no processo de escolha de tema para o doutoramento tive um percurso que me levou a outros olhares, outros focos, sempre tendo como questão central a relação do patrimônio. Em meio ao processo de doutoramento, já no ano de 2022, fui levada a reconstruir meu foco de estudo, e o tema foi constituído a partir de uma série de angústias e inquietações individuais, processadas ao longo de todos esses anos de aproximações com o patrimônio.

Em meus primeiros contatos com os conceitos de patrimônio, em meus estudos ainda na faculdade, não sentia representado aquilo que para mim tanto significava, mas que talvez ao pensarmos em termos de nacionalidade ou grandiosidade realmente não teria expressão. Com frequência, eu continuava pensando nestes “meus bens” como

patrimônios, pois estavam relacionados à história da minha família, entrelaçada à história da minha cidade.

Como professora, trazia aos alunos as discussões sobre o tema e, por muitas vezes, ouvi a mesma frase: “Na minha cidade não tem nada que seja patrimônio.” Aquilo sempre ecoou em mim com muita tristeza e me fez começar a analisar o porquê estes adolescentes entendiam desta forma. O que os levava a imaginar que, em sua cidade, não haveria nenhum bem que pudesse representar um determinado grupo que ali vivesse, fosse um bem arquitetônico, uma festa, uma receita, uma praça ou seja lá o que fosse. Por que não sentiam importância no seu lugar?

Comecei, então, em minhas aulas, a conversar com os alunos, procurando entendê-los, procurando visualizar qual o conceito de patrimônio fazia sentido para eles. Percebi que este conceito está relacionado ao que é grandioso, representativo de uma nação, excepcional. A princípio, eles não conseguiam pensar que o pequeno, comum, ordinário pode ser considerado patrimônio. Da mesma forma, em nossas conversas, questionei sobre bens que significam, para eles, enquanto moradores da cidade, com os quais possuem vínculos afetivos, ou simplesmente por considerá-los como ‘seus bens’. E estes bens estão ali, carregados de diferentes valores, carregados do sentido de pertencimento e afetivações, mas não entendidos como patrimônio.

Essas conversações me levaram a entender que existe, para a maioria das pessoas, o reflexo da construção de um sentido de patrimônio que permanece enraizado. Dizendo de uma maneira simples, quando voltamos nosso olhar para a noção de patrimônio entendemos que ela envolve bens carregados de valores e sentidos, e seu efetivo reconhecimento e valorização se expressa na medida que as pessoas se reconhecem nesses bens. Esta visão se depara, contudo, com outra perspectiva, a partir da qual somos, desde muito cedo, ensinados a pensar patrimônio como algo grandioso, muito significativo, cheio de importância, monumental. Entendo que essas adjetivações direcionam nosso olhar para que, em muitas situações, não consigamos reconhecer significado e valor, naquele elemento que é comum, do cotidiano, mas carregado de expressão, significados e marcas de representação.

Este conceito relacionado à nacionalidade, à grandiosidade, à antiguidade (que remete a idade dos bens) foi muito propagado no início da trajetória das políticas

públicas. Por muitos anos, esse conceito foi trabalhado como oficial e, mesmo com a tentativa de um novo discurso atrelado à diversidade, permanece impregnado na mente da maioria das pessoas.

> A imagem que a expressão 'patrimônio histórico e artístico' evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores (Fonseca, 2009, p.59).

A fala da autora confirma o pressuposto que mantenho para esta tese de que, por muitos anos, fomos levados a entender o patrimônio a partir destas características como principais. Estas características construíram um imaginário que, de certa forma, permanece enraizado, o que, muitas vezes, nos impede de olhar para algo que posso chamar de o 'patrimônio comum'[2] , ou seja, expressões de reconhecido valor, por sujeitos do lugar, mas que não atendem aos requisitos formais, cristalizados pelo tempo, no conceito tradicional de patrimônio.

Nesse sentido, iniciei o desenvolvimento de um trabalho, com o propósito de fazer com que esses alunos olhem para o que é seu e (re) signifiquem o seu patrimônio. Valorizem o que é seu pela singularidade, pela beleza que existe no simples, sem se importar tanto com o grande: a grande construção, a grande festa, a grande cidade. A partir desses olhares ao que é comum, mas denso e carregado de sentido, fui construindo o conceito que busco agora trazer como proposição: **Patrimônio do Cotidiano.**

Portanto, construo, assim, o direcionamento de uma pesquisa que tem a intenção de olhar para o patrimônio carregado de sentido, afetivações, histórias e memórias; tratar de um patrimônio que rompa com a postura teórica de expressar a identidade nacional e examinar possibilidades de outras identificações e espelhamentos, do reconhecimento do valor em si mesmo, no que é seu, no que está próximo e tem as marcas dos nossos próprios olhares. Isso, por si só, já constitui valor e constitui patrimônio. Estão em pauta, portanto, valores subjetivos singulares que conversem com valores de grupos sociais

[2] Expressão que utilizo tendo como base autores que falam sobre o cotidiano, e utilizam expressões como o 'homem comum'. O 'patrimônio comum' é aquele que se refere a esse 'homem comum', um patrimônio que não é excepcional ou grandioso.

instalados em territórios específicos. É no contexto das singularidades plurais que se localiza o principal entendimento de patrimônio aqui referenciado. Uma proposta que busca uma articulação minuciosa entre autores, ideias e correntes, para dar vida a um pensamento que possa vir a ser capaz de mapear possíveis relações entre os moradores, a cidade, e o turismo, a partir das tramas ecossistêmicas singulares dos sujeitos e lugares (co)existentes, em relação contínua de produção de vida.

Nesse sentido, proponho, como foco deste estudo: **Patrimônio do Cotidiano e Turismo: Andanças investigativas, afetivações e memórias no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.** Inerente a esta discussão, está a necessidade de mostrar um patrimônio que se relacione com a memória e as afetivações, e apresente laços com o cotidiano do "homem ordinário", como proposto por Michel de Certeau (1998). Uma atenção cuidadosa sobre estes elementos cotidianos, seus significados e simbologia tem relevância, pois eles dão pistas para a compreensão da cidade, do morador e, consequentemente, de uma época ou momento social. Intento analisar o patrimônio que foge à lógica hegemônica da seleção dos bens, que não tem a pretensão de se apresentar como algo grandioso, excepcional, mas que representa a sua gente, que faz parte do seu dia a dia, que promove (re)conexões do morador com o que é seu. Ainda nesse contexto, acrescento ao estudo a discussão sobre o turismo, que, nessa perspectiva de conexão entre lugares e sujeitos, se torna uma consequência.

Assim, **objetivo,** com a presente tese, **propor o conceito patrimônio do cotidiano e sua relação com o turismo, considerada a partir de afetivações e memórias reconhecidas em Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil**. Como objetivos específicos: Apresentar a trajetória de construção do patrimônio, considerando sentidos, conceitos e políticas públicas; Apresentar a proposição Patrimônio do Cotidiano relacionando-a com a produção/geração de afetivações e memórias; Discutir a relação entre Patrimônio e Turismo, considerando a dimensão ecossistêmica e de Avesso do Turismo; Apresentar relatos de Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.

A tese corresponde ao propósito mais amplo de olhar para a cidade com cuidado e profundidade, compreendendo o que tem efetivo valor. A cidade enquanto um texto

que narra memórias, tradições, histórias e estórias, valores, saberes imbricados em suas práticas cotidianas. A cidade com todas as marcas materializadas, que foram deixadas (ou apagadas) pela sua transformação através dos anos, mas, além disso, tudo aquilo que não é visível, mas que faz parte dela e, principalmente, dos seus moradores, de suas dinâmicas sociais e culturais, de seus movimentos, de sua existência.

Produzida socialmente, a cidade é palco de encontros e desencontros, lutas, festas, reconhecimento e apagamentos que vão construindo, em seus moradores, as referências da sua história e memória, como integrante de um ecossistema, um universo de produção de vida, como o conceito é tratado por Baptista (2020a). A cidade encontra-se em constante transformação, o que é coerente com a lógica ecossistêmica com que a consideramos nesta tese.

Nesse sentido, a abordagem, aqui, envolve aspectos que podem ajudar a compreender como e porque ela é como é. O espaço da cidade traduz suas práticas sociais, seu cotidiano, suas invenções. Assim, é preciso percebê-la como um lugar de memória, afetos e do patrimônio de seus moradores, como um lugar não apenas do presente, mas também onde se evidencia o passado, sua gênese, onde se traduz e se entende quem são as pessoas e as práticas que a constituem. É também devir.

Estes aspectos levam a compreensão de que o traçado das cidades traz, em si, uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, que revelam as marcas deixadas pela passagem dos anos, dos usos e consumos dos atores sociais que vivem e transformam esse espaço. Além de um espaço construído, no entanto, compreende-se também experiências vividas, sentidos conferidos ao espaço, simbologias, como se pudesse tornar palpável toda significação que cada fragmento da cidade possa trazer. Esta junção do material e imaterial é que faz uma cidade, que traz o movimento da vida, através do seu povo, de seus feitos. Como ensina Barthes (1993), “[...] a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala aos seus habitantes, nós falamos a nossa cidade, a cidade onde nós nos encontramos simplesmente quando a habitamos, a percorremos, a olhamos”.

Assim, em sua deriva histórica, a cidade passa por mutações decorrentes de um cotidiano que ocorre em um presente contínuo continuado. No cotidiano da cidade estão

presentes, conforme explica Baptista (2023)[3], ‘entrelaços’ entre sujeitos, lugares, materialidades e imaterialidades. Nesse sentido, a partir destes entrelaços e enquanto ecossistema complexo, a cidade sofre mutações, da mesma forma que ocorrem mutações nos sujeitos, lugares, visitantes e potencialidades turísticas.

No decorrer deste processo, alguns lugares (algumas materialidades/imaterialidades) vão se cristalizando com um valor que lhes é atribuído pelos sujeitos que com eles interagem. Estes lugares são espaços de construção do ser humano, uma elaboração social coletiva. Nesse sentido, apresentam-se diferentes contextos, significações heterogêneas, que se legitimam através de sentidos e valores que lhes são atribuídos. Trata-se de um processo de definição de vínculos, que se produzem a partir de registros não apenas do material, tangível, mas também daqueles da esfera imaterial, das vivências. Por conseguinte, o patrimônio do cotidiano vai cristalizando um valor que se produz na relação com os sujeitos que convivem com esse lugar.

Esse processo de afetivação, conceito trabalhado por Baptista (2014b), se propõe como “um conjunto de ações que acionam os afetos”. De acordo com a autora, considerando a perspectiva Esquizoanalítica, esses afetos podem ser apresentados como “agenciamento de forças e fluxos que proporcionam intensidade, renovando a potência dos territórios existenciais e, ao mesmo tempo, dos universos de referência incorporais, das linhas de fuga, dos fluxos de renovação da vida” (Baptista, 2024, p. 112).

O processo de afetivação é acionado por elementos que Baptista (2014b) chama de “substratos inscriacionais de afetivação”, que são elementos resultantes da interação afetiva entre sujeitos, ou, no caso deste estudo, entre lugares e sujeitos. Seria um movimento de produzir sentido, marcas. É possível, dessa forma, relacionar a um processo subjetivo de criação de valores a lugares que se relacionem com sua vida, com o que você é enquanto sujeito. Estes valores, como já explicado anteriormente, podem ser cristalizados, o que faz com que alguns elementos possuam uma relação mais próxima com as pessoas. Um processo de perceber, no dia a dia das práticas sociais, as

[3] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Novembro de 2023.

materialidades que expressam simbolismos. Entender que a cidade é o reflexo de seus moradores, qualquer rua, praça, ponte, construções, festas, religiões entre tantos outros elementos que de alguma forma mostra a feição das pessoas que ali vivem, e que criam afetos entre sujeitos e lugares, as afetivações!

A memória, portanto, também se apresenta como um significante de fundamental importância nesta análise. O que é guardado na memória tem relação direta com o processo de afetivação. A memória se relaciona com as pessoas, com suas ações, com o espaço e o tempo. Possui diferentes vozes, à medida em que a memória que é de um é dos outros também - uma memória coletiva, que traz pistas para compreensão dos lugares. Integra o passado, está no presente e orienta o futuro. Através da memória elaborada pelo ser humano, vão se atribuindo significados a lugares e, aos poucos, atribuindo-lhes legitimidade e sentido, criando vínculos afetivos.

Na maioria das vezes, no entanto, principalmente quando se fala em cotidiano, estamos na cidade, mas não olhamos para ela! Passamos todos os dias pelos mesmos lugares, sem senti-los, sem ‘com-versar’ com eles. Estamos tão acostumados com os lugares da cidade que, muitas vezes, não nos conectamos mais com aquilo que, de alguma forma, se faz importante.

Como moradora, conheço um pouco sobre Rolândia e possuo os elementos com os quais me identifico e apresento relação de afetividade. O meu interesse pelo espaço da cidade intensifica-se por essa relação estabelecida. Penso que meus questionamentos e indagações se mostram maiores, por conhecer e entender um pouco dessa cidade. Dessa forma, fui tomada pelo desejo de estudar a Rolândia que se apresenta aos olhos dos moradores, na tentativa de perceber e refletir sobre as surpresas que surgem, ao olhar a cidade com mais atenção e com olhos do morador. Fico, então, pensando: Com quais lugares os moradores possuem vínculos afetivos? Que memórias esses lugares guardam? Se levados a olhar para a cidade, os sujeitos passariam a se (re)conectar com ‘seus lugares’? Estas são indagações que me levaram às andanças, ação investigativa proposta por Baptista, a partir da qual transitei pela cidade com olhar atento e sensível, observando sujeitos e lugares em seus vínculos, em seus entrelaçamentos. Com os sujeitos, não houve interação questionadora direta, não foram feitas entrevistas ou qualquer outro dispositivo de captação de respostas. A

observação da existência das pessoas e suas opções de trajetos, de paradas, de silenciamentos e produção de sons. As frases entrecortadas, um comentário espontâneo aqui, outro ali, iam compondo um texto macro, que me contava sobre porque elas estavam ali e como valorizavam e valorizam esses lugares.

Assim os lugares da cidade transbordam vida que se expressa no 'ser e estar' do sujeito nestes lugares. Vidas que são cristalizadas na forma de comemorações, culinária, música, costumes, religião, arquitetura, entre vários outros elementos que formam o patrimônio de cada um dos seus habitantes ou de todos eles. Para mim, estudar o patrimônio é descobrir o que conecta o morador com a cidade, é entender quais elementos os afetam.

A partir desse olhar ampliado da cidade, a tese também se preocupa em refletir a relação do patrimônio com o turismo. Vale ressaltar, no entanto, que me refiro a um turismo que busca ruptura com o padrão massificante e dominante daquele da sociedade contemporânea. Um turismo que se apresente como alternativa à lógica que atende, exclusivamente, as engrenagens mercadológicas e econômicas, que segmentam as práticas turísticas em nichos; turismo que tem, em sua matriz, a "exploração" das pessoas e dos destinos a serviço do Capital, a partir de uma lógica neoliberal. A noção de turismo que conduz o desenvolvimento desta tese está entrelaçada à proposta da possibilidade de conexão entre o patrimônio do cotidiano, o morador e o turismo.

Nesse sentido, utilizo o conceito do Avesso do Turismo, proposto por Baptista (2021a). Trata-se de pensar o turismo a partir da lógica da vida. Baptista (2021a) aponta aqui o principal diferencial: a passagem da ideia de produzir para acumular capitais, para a possibilidade de produzir para viver, acumular 'vida', melhores condições de vida. A ideia da autora, conforme ela mesma explica[4], tem duas grandes inspirações diretas. Uma delas é o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2005), no caso, expresso em livro intitulado Produzir para Viver, em que ele sinaliza para essa mutação. Outra inspiração são as produções de Humberto Maturana (1997), ligadas ao conceito de autopoiese, autoprodução, com a ideia de que os seres vivos se produzem continuamente. Em visão ampliada desse conceito, com a proposição do termo

[4] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Novembro de 2023.

(auto)transpoiese, Baptista (2022) relaciona ao turismo e à produção contínua de vida, em transversalizações e ‘com-versações’ de sujeitos e lugares.

Assim, o presente estudo entende o turismo como processo ecossistêmico, que é vivo, dinâmico, que permanece em constante movimento, e nem sempre linear, entrelaçado aos elementos do meio. Para tanto, esse conceito de turismo se fundamenta em uma abordagem ecossistêmica, complexa, holística, que permite uma mudança ético-valorativa, repensando saberes e fazeres associados a um comprometimento ecossistêmico, de amorosidade e busca de transformação advinda da autopoise/(auto)transpoiese, conforme Baptista (2022).

Inicio, dessa forma, uma reflexão que se volta para o local, para o cotidiano, para o vivido, o patrimônio que não se apresenta de forma oficial, o que resulta no termo que proponho: **o Patrimônio do Cotidiano**. Está implícita e vinculada aqui uma discussão sobre uma nova perspectiva do fazer turismo, que valorize o local e seja consoante à proposição de patrimônio entendida nesta tese.

Para tanto, sou conduzida a refletir, também, sobre o processo de construção do patrimônio nacional, sobre o discurso de preservação e a lógica de dominação presente. Historicamente, os primeiros discursos voltados à preservação do patrimônio estão apoiados em um prestígio histórico e simbólico, além da representatividade de uma unidade que oculta diferenças sociais. No caso específico do Brasil, o estabelecimento de uma política patrimonial foi direcionado ao reconhecimento e à conservação de um patrimônio material, que, durante décadas, privilegiou bens representativos de uma narrativa histórica oficial, bens materiais de classes dominantes, da “elite” e de uma arte canônica, como afirmação de uma identidade do Estado-Nação ligada à herança homogênea. Trata-se de critérios que se apresentam característicos do Estado-Novo (1937-1945), um período de autoritarismo e fortalecimento da centralidade da União, em que se buscava a “criação de uma brasilidade” e a formação do sentido de nação, através de políticas que conciliam tradição e modernidade. Os “símbolos” utilizados para tanto estão apoiados também no discurso de preservação e construção de um patrimônio

material. A invenção[5] do patrimônio nacional e do sentimento de nacionalismo foi dirigida pelo Estado, com o auxílio dos intelectuais modernistas da época. Foram criados diversos organismos, visando educar a população, construir uma memória nacional e controlar manifestações culturais e meios de comunicação.

Apesar de se ressaltar o trabalho realizado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[6], ao longo dessa trajetória, percebe-se que, desde o início, as diferentes linhas de pensamento acerca dos conceitos e do que se constitui de fato o patrimônio, dos bens selecionados para representar uma identidade nacional e dos critérios considerados para essa seleção, vêm gerando controvérsias e questionamentos. Institucionalmente, nota-se a existência de correntes de pensamentos opostos. Desde a década de 1980, estão presentes tentativas de romper com essa lógica de homogeneização propondo uma noção mais ampliada do conceito de patrimônio, com ações muito importantes para a valorização de referências culturais que, historicamente, foram subalternizadas ou silenciadas nos processos de patrimonialização no Brasil. Infelizmente, não se pode afirmar que os processos romperam totalmente com os mecanismos que contribuem para a manutenção das matrizes fundantes que reforçam a lógica inicial.

Portanto, coerente com a necessidade de ampliação na noção de patrimônio, este estudo busca, a partir de uma reconstrução coletiva da história de sujeitos, a fim de recuperar processos, experiências, vivências, espaços, lugares, bens e outros elementos do município de Rolândia, que, em algum momento, possam ter sido esquecidos ou invisibilizados, refletir sobre um conceito. Neste sentido, a proposta é olhar para os cotidianos dos moradores e entender quais elementos lhes são importantes e os fazem se relacionar com o espaço da cidade, sob a lógica de afetivações. Parto do pressuposto

[5] A palavra "invenção" aqui foi adotada no sentido exposto por Eric Hobsbawm em "Introdução: a invenção das tradições". O objetivo principal do autor é fazer uma análise crítica e conceitual da noção de tradição. A expressão "tradição inventada" são as práticas de natureza ritual ou simbólica, que incorporam valores e comportamentos definidos através da repetição. Trata-se de tradições que "inventam" um passado conveniente ao Estado, ou a qualquer modo de organização que necessite de ordem. As "tradições inventadas" têm funções políticas e sociais importantes na ordem social (Wenner, 2013).

[6] Conforme vai ser detalhado no desenrolar desta tese, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a designação atual da instituição brasileira de preservação do patrimônio cultural, criada em 1936, como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Essa denominação foi utilizada pela instituição em dois momentos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994.

de que o patrimônio deve estar ligado a bens com os quais um grupo se identifica, reconhece como seu e decide preservar, como elementos de representações desse grupo. Logo, sua valorização está relacionada ao seu reconhecimento e sua (re)significação individual e coletiva, o que se expressa no modo como interage com esses bens, o que pode ser observado em andanças 'sensíveis e atentas'. Não se trata, portanto, de negar ou refutar a presença do Estado na seleção de bens, mas, sim, de realizar um desvio que torne possível que bens do cotidiano, tenham reconhecimento pela população, ganhem representatividade, independentemente do tombamento ou outras ações oficiais.

Isso significa valorizar a trajetória e a contribuição de cada um de nós, na construção de uma história local, defender que o processo de patrimonialização volte também seu olhar para o pequeno, o comum, o ordinário, constituindo-se, efetivamente, como um processo democrático e coletivo.

Nesse contexto é que se apresenta a tentativa de unir à temática do patrimônio à do cotidiano. Tratar de práticas do cotidiano se afasta da análise das instituições, das organizações ou de grandes formações instituídas. Ainda que, no decorrer deste estudo, eu tenha me debruçado sobre a trajetória de formação de conceitos e noções sobre o patrimônio e das políticas públicas de preservação, o intuito foi buscar compreender como toda essa trajetória organizada influenciou na forma como esse sujeito do cotidiano entende o patrimônio, o que, muitas vezes, não permite que ele enxergue, no seu dia a dia, aqueles patrimônios que são efetivamente "seus". O direcionamento deste estudo é olhar para os usos comuns, os valores, os lugares que passam despercebidos quando falamos sobre patrimônio, mas que, apresentam sentidos e significados.

José Machado Pais explica que o que chama de "a sociologia da vida cotidiana" busca dar visibilidade àqueles sujeitos e lugares que estão invisíveis na vida social, e que por muito tempo também ficaram à margem de pesquisas pelas correntes teóricas da ciência tradicional que privilegiou as estruturas e as instituições sociais (Stecanela; Ramos, 2023). Busco aqui dar eco a este processo de dar voz a estes sujeitos, e inseri-los em campo visível.

Para Lefebvre (1991, p. 31), a reflexão sobre o cotidiano – o conhecimento do "homem comum", suas ações e práticas, tende a ser relegada a segundo plano, e, feita

sob o olhar de uma ciência tradicional. Para o autor, não é raro nos depararmos com a informação de que o cotidiano é imemorial, está posto, enraizado “naquilo que não tem data”. Ainda, análises sobre o cotidiano estão apoiadas em elementos de previsibilidade, rotina que transmite a sensação de segurança, e, dá a impressão de simplicidade, banalidade. “Então o cotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada parece se passar” (Pais, 2003, p. 28). Longe de considerá-lo como algo dado, o que busco é ultrapassar noções rígidas e superficiais e buscar entender o cotidiano em toda sua complexidade.

Para Pais (2003), existe um grande desafio no estudo do cotidiano, pois, antes de tudo, é necessário estar aberto a revelar todos os aspectos da vida social que acontece naquilo que parece ser uma rotina – estudar o cotidiano não pode ser dissociado do social e o social está em constante construção, movimentos e conexões. Corroborando, Lefebvre (1991) complementa que o cotidiano é um conceito operacional que permite uma análise cuidadosa do real, do vivido. “O social vivido é constituído por todos aqueles factos anónimos [sic], quotidianos, transitórios, que constituem os humores que irrigam o corpo social: caminhar pela rua, trocar ideias, dizer bom dia, estar na fila de espera de uma paragem de autocarro, tomar um cafezinho ...” (Pais, 2003, p. 48). São estas ações do cotidiano que em sua repetição conectam o sujeito aos lugares que também fazem parte do seu cotidiano, atribuindo valores, ganhando significações e cristalizando-os em suas memórias. É nesse sentido que, refletir sobre o cotidiano ganha destaque neste estudo.

Para mim, e na orientação deste estudo, a análise do cotidiano acontece na cidade enquanto construção social, ou seja, essa análise foi realizada considerando a interconexão entre sujeitos e lugares. Nesse sentido, o que está em pauta é o movimento efervescente, flexível e espontâneo da vida dos sujeitos em lugares que significam. A atenção ao cotidiano se alinha e ganha força na busca por novos olhares e novas práticas para o patrimônio e para o turismo, que se instalam na contramão de processos já consolidados e se interessam pelas coisas pequenas, comuns, nas miudezas, nos interiores. “Como se o infinitamente grande assustasse e o infinitamente pequeno fascinasse. Enfim, como se os pormenores tivessem a enormidade da evidência” (Pais, 2003, p. 46).

Para tanto, é necessário a revisão de uma série de pressupostos sobre a concepção de patrimônio e sobre a concepção de turismo. Os estudos sobre o patrimônio não devem se apresentar como um campo consolidado, enraizado, estático. Pelo contrário, é sempre primordial, no processo de pesquisa, produzir interrogações que abram possibilidades para novos caminhos. Nesse sentido, ampliar os estudos e pesquisas sobre o patrimônio se faz urgente e aponta uma "virada" necessária, pela demanda do reconhecimento e patrimonialização da diversidade.

Da mesma forma, também é crucial ampliar os estudos e pesquisas sobre o turismo, diante de tantos problemas, incansavelmente discutidos, causados pelas práticas turísticas. Há muito tempo, o turismo vem dando sinais de colapso, com a exploração desenfreada dos lugares e das pessoas, o consumo exacerbado de um cenário criado. A imagem atraente do destino turístico deve se manter e para tanto, a cidade, muitas vezes, é maquiada, as comunidades são removidas (à força ou pelo aumento do custo de vida), as regiões são "revitalizadas", os edifícios antigos são atualizados em versões rejuvenescedoras, as manifestações teatralizadas. Essas são práticas de turismo que levam à destruição de ecossistemas. Sem cuidado, sem crítica, pautado em uma lógica desenvolvimentista, o turismo mostra a face mais forte de um sistema e traz grandes e graves consequências, fragilidades irreparáveis. Entre as consequências, podem ser mencionados fenômenos que hoje são entendidos como turismofobia[7] (Dominguez, 2018). Diante disso, é primordial discutir novos rumos para o desenvolvimento da atividade turística, que permitam romper com estas dinâmicas.

Em sentido mais amplo, o estudo está alinhado a pressupostos de mutação da Ciência de Capra (1982). A Ciência na contemporaneidade não se pauta mais na busca pela verdade, a pesquisa e o ensino se transformam neste cenário e a construção do conhecimento se torna sua essência. Assim, para analisar o turismo, nessa perspectiva, é preciso abandonar pensamentos cartesianos do pensamento científico.

[7] Dominguez (2018) explica que o termo turismofobia aparece inicialmente na mídia espanhola e pode ser caracteriza como uma forma de repúdio e sentimentos de hostilidade ao modelo de turismo massificado, e, consequentemente ao turista. Doxey (1975) apresentou um modelo, que embora tenha sofrido muitas críticas, auxilia a entender o processo que resulta em uma espécie de aversão ao turista. Doxey (1975) apresenta quatro etapas nesse índice: euforia, apatia, irritação e antagonismo.

Apesar de grandes avanços nas produções teóricas da área, nas últimas décadas, os discursos e as práticas de turismo permanecem pautados em mitos e conceitos do senso comum, como posto por Baptista (2016), segundo uma lógica funcionalista, pragmática e utilitarista, expondo uma perspectiva desenvolvimentista e produtivista. Desse modo, a presente tese busca compartilhar uma discussão teórica sobre as possibilidades de uma nova visão sobre o turismo, proposta por Baptista (2021a) como o Avesso do Turismo. Segundo a autora, é preciso olhar os avessos... o avesso da vida, o avesso do turismo que possibilita novas buscas, novos olhares, novas formas de interagir, abandonando a lógica do ganhar sempre mais e a qualquer custo, para se orientar por um desenvolvimento coerente, coexistente, comprometido com o Universo existencial, com o ecossistema, com o todo.

Nessa perspectiva, a orientação filosófico teórica-epistemológica desta tese está alinhada à Ciência contemporânea, pós-moderna com visão ecossistêmica, complexa e holística, que é também a base dos estudos do Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autopoiese – Amorcomtur!. A visão de Ciência da qual estamos falando é aquela que busca ultrapassar os modelos já consolidados, desenvolvidos a partir de uma lógica cartesiana, mecanicista e reducionista dos saberes. Entendemos que a ciência decorrente da Revolução Científica, do final do século XVI e início do século XVII é uma ciência que, em sua deriva histórica, constituiu-se como base do pensamento e esteve em consonância com pressupostos de um sistema capitalístico, do que resultam vários problemas epistemológico-teórico-metódicos e técnicos, na sua produção e nas suas consequências.

O modelo de Ciência clássica vem demonstrando sinais de colapso e não apresenta mais capacidade de autorregulação, o que nos permite enxergar a fragilidade que apresenta atualmente para explicação dos fenômenos sociais. Isso mostra o fim de um ciclo de hegemonia de uma ordem científica. Santos (1978) reforça essa ideia, quando diz que este modelo de ciência, enquanto sistema dominante de produção, distribuição e consumo dos conhecimentos, reforça toda a estrutura de dominação econômica e política. Essa concepção de ciência se tornou insustentável.

São claros os avanços e progressos trazidos pelo conhecimento científico, no entanto, o modelo científico, como paradigma, passou a apresentar mais problemas que

se referem ao conhecimento que produz. De acordo com Morin (2005b), o conhecimento científico está em processo de renovação. Para o autor, a evolução do conhecimento científico, além da extensão do saber deve também se constituir de transformações, rupturas e passagem de uma teoria para outra. Assim, o estudo traz uma perspectiva transdisciplinar, processual, de religação dos saberes, que entende o todo como mais que as características das partes e as partes com particularidades que não se apresentam no todo, e que se faz em um movimento contínuo entrelaçada ao meio.

Baptista (2020a, p.13) diz que se trata também da

> Ciência em teia da vida na recombinação das grandes engrenagens e no reconhecimento das potências das máquinas autopoiéticas de produção de subjetividade e de saberes, máquinas subjetivas e técnicas acionadas para compreender o mundo, no engendramento de dimensões a-significantes incorporais, pelas intensidades abstratas dos processos desejantes e de afetivações (de ações que mobilizam os afetos) dos sujeitos (GUATTARI, 1992; GUATTARI; DELEUZE, 1995). Os resultados das produções científicas podem ser números, processos, substâncias ou equipamentos, mas o que me parece relevante é que esses processos correspondam à autopoiese dos sujeitos e instituições que promovem a Ciência, o seu ensino e produção, sempre em sintonia com valores que gerem o bem comum. Isso considerando que suas ações têm a característica derivativa, dissipativa e rizomática, no sentido de se derramar brotações, florações, na sociedade, no ecossistema todo, gerando transformação, transmutação, que, esperamos seja responsável ecossistemicamente, voltada ao bem comum.

A base epistemológica deste estudo está também entrelaçada à noção de ‘trama’, proposta por Baptista (2020b). A autora utiliza o termo ‘trama’ associando à investigação e à metáfora da viagem intelectual investigativa. Assim, trata-se de um pressuposto científico, educacional, turístico, comunicacional e subjetivo, que diz respeito a um conjunto de entrelaçamentos de fatores, elementos, substâncias e matérias, presentes nos fenômenos estudados. Nesse sentido, a tese se constrói embasada em uma trama de autores contemporâneos, que trazem sustentação às ideias apresentadas em trilhas que podem ser aqui destacadas: Epistemologia da Ciência, com Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos, Roberto Crema e Fritjot Capra; Metodologia, com Maria Luiza Cardinale Baptista, Sueli Rolnik, Francesco Careri; Turismo, com Maria Luiza Cardinale Baptista, Susana Gastal, Marutschka Moesh; Patrimônio, com Françoise Choay, Márcia Regina Romeiro Chuva, Maria Cecília Londres Fonseca; Cotidiano com Michel de Certeau, Agnes Heller e Henri Lefebvre.

A visão ecossistêmica complexa está pautada na relação entre universos e ecossistemas. Partimos do entendimento dos ecossistemas, enquanto universos vivos, mutantes, dinâmicos, em movimento contínuo. De acordo com Baptista (2021b, p. 7), isso significa considerar o ecossistema “em função dos múltiplos fatores intervenientes nas tramas comunicacionais e subjetivas, nas mais diversas transversalidades, em processos de desenvolvimento de saberes e fazeres”. Nesse sentido, o conhecimento é construído em conexões múltiplas de saberes, em um movimento contínuo, processual. Os ecossistemas complexos são compreendidos em sua totalidade, em interações dinâmicas, conectados a universos e ecossistemas mais amplos.

Em termos metodológicos, a pesquisa está orientada pela Cartografia dos Saberes, proposta por Baptista (2014) que está associada às Matrizes Rizomáticas e se caracteriza como um dispositivo plurimetodológico, processual e transdisciplinar. Baseada na Cartografia Sentimental de Rolnik (1989), a Cartografia dos Saberes é uma orientação para auxiliar o pesquisador em sua viagem investigativa. Da mesma forma como explicado por Rolnik (1989), aqui a palavra cartografia é entendida como um ‘mapa’ que se faz acompanhando as mudanças da paisagem, entendendo que a investigação é processual, mutante e vai se construindo à medida que é produzida, a partir da conexão de saberes diversos – saberes e inquietudes pessoais do pesquisador; saberes teóricos; saberes de experiências compartilhadas e saberes adquiridos na vivência do campo de pesquisa.

É composta por trilhas que orientam a viagem investigativa, sendo elas: Trilha Trama dos ‘Entrelaços Nós’ da Pesquisa; Trilha dos Saberes Pessoais ou Dimensão Subjetiva, Trilha dos Saberes Teóricos ou trama Teórico – Conceitual – Bibliográfica, Trilha Usina de Produção ou Trama dos Fazeres e Trilha Intuitiva da Pesquisa. Estas trilhas fundamentam também a elaboração das Matrizes, que se caracterizam como uma estratégia metodológica de sistematização dos caminhos da investigação.

A prática da pesquisa está sendo orientada pela proposição ‘Com-versar’ Lugares e Sujeitos, de Baptista (2020)[8]. A ação ‘Com-versar’ é entendida como a combinação de

[8] Projeto de pesquisa, realizado entre 2020 e 2022, na Universidade de Caxias do Sul. **Projeto:** CLS - ` Com-versar' Amorcomtur - Lugares e Sujeitos! Narrativas transversais sensíveis, envolvendo sujeitos em processos de desterritorialização - Brasil, Espanha, Portugal, Itália, México, Colômbia, Egito, Arábia Saudita e Índia, sob a coordenação de Maria Luiza Cardinale Baptista.

várias ações transversais, que são também relacionais, processuais e amorosas. Maturana (1988; 2001) também nos mostra a importância do conversar enquanto ação amorosa que constitui o ser humano e faz parte de toda nossa história de interações uns com os outros. Para o autor, a linguagem, o conversar e o emocionar se entrelaçam de forma mútua e contínua.

Nesse sentido, 'Com-versar' Lugares e Sujeitos passa a orientar as ações de produção de narrativas que compõem a tese "[...] com o propósito de acionar a produção de narrativas de amorosidade e autopoiese, lembrando que se trata de ações de produção em que, elas mesmas, são processos investigativos e também de produção de conhecimento, buscando sinalizadores e devires" (Baptista, 2021b, p. 14)

Tendo como base a Cartografia dos Saberes e o 'Com-versar' Lugares e Sujeitos, os procedimentos metodológicos utilizados nas investigações são: a Cartografia Sentimental de Rolândia, acionada por Andanças[9] em Rolândia. Apoiada no Caminhar enquanto procedimento metodológico (Careri, 2013; Gros, 2010), a proposta foi cartografar o município de Rolândia, considerando que a cartografia sentimental, proposta por Rolnik (1989), com suas pistas de interação intensa e sensível, torna-se uma referência para entender a cidade e as potências que dela surgem, no entrelaçamento do espaço com seus moradores e com o turismo. A Cartografia Sentimental e o conjunto de estudos Amorcomtur[10], pautados pela Cartografia dos Saberes, permitiram um contato mais aprofundado com o lócus da pesquisa e os elementos a ele entrelaçados. Além disso, possibilitaram acompanhar os movimentos contínuos da cidade e moradores, em seu ecossistema e cotidiano, com o observador sendo inserido neste cenário. Esta é a síntese, também, do "conceito de 'com-versar',

[9] A utilização do termo andanças foi decidida por proposta da orientadora, para associar ao caminhar, com a orientação geral da Cartografia dos Saberes, de Baptista (Baptista;Eme, 2023), e inspiração na Cartografia Sentimental de Rolnik (1989).

[10] Há vários estudos, neste sentido. Destaco apenas alguns deles, que contribuíram para esta tese. Ávila, Newton Fernandes, Comunicação, Corpoeises e Turismo: tramas turístico-comunicacionais para a (auto) transpoiese de sujeitos e lugares, em São Luis Gonzaga, Rio Grande do Sul; Baptista, Maria Luiza Cardinale, Amorosidade, Autopoiese e 'Com-versações': a potência dos 'entrelaços-nós' na educação e na ciência; Baptista, Maria Luiza Cardinale, (Auto) transpoiese em narrativas de viagem; Eme, Jennifer Bauer, 'Quem não vive do mar, vive de que?' Sinalizadores de 'repuxo' do turismo em Torres/RS, a partir de 'com-versações' com moradores; Lima, Renato dos Santos, Turismo, hospitalidade e amorosidade: os sujeitos-devotos do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará; Silva, Renan de Lima da; Baptista, Maria Luiza Cardinale, Narrativas e 'Com-versações' de favela: dispositivos sensíveis e complexos para viagens investigativas em turismo.

versar com, estar junto, no sentido de ‘com-vers-ações’, o conjunto de ações transversais entre sujeitos e lugares, que Baptista (2021b) apresenta. Ao trabalhar a cartografia da cidade, busquei ver surgir as miudezas e vivências cotidianas que se constituíram a partir da sobreposição de temporalidades, acumulando memórias, afetivações e significados, buscando assim dar materialidade ao conceito de Patrimônio do Cotidiano!

1.1 ANDANÇAS PELA TESE

Esta tese está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação de Turismo e Hospitalidade (PPGTURH), da Universidade de Caxias do Sul (UCS), na linha dois (2), Turismo, Hospitalidade, Cultura e Educação. Está também vinculada ao Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autopoiese – Amorcomtur!, sob coordenação e orientação da professora Dra. Maria Luiz Cardinale Baptista. Importante também expor que esta tese conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, da qual me enquadro como taxista.

Para uma melhor orientação, apresento aqui o percurso de construção da tese, que também pode ser chamado como o desenrolar dos ‘nós’ da pesquisa. A tese está estruturada em seis capítulos, que foram elaborados a partir de uma aproximação com o tema central. Os assuntos trabalhados estão expostos, buscando elucidar uma sequência que dê sentido à proposição e que evidencie as intenções desta pesquisadora, ao visualizar sua proposta de estudo. Para tanto, existem entrelaçamentos fundamentais para o desenrolar dos saberes, em uma sequência que se mostrou intuitiva para a busca de atingir os objetivos propostos.

Assim, o capítulo 2 traz um aprofundamento sobre os aspectos filosófico – teórico – metodológicos que orientam o desenvolvimento do estudo como um todo. Da mesma forma, apresenta e detalha as estratégias e dispositivos metodológicos que conduzem a prática de campo.

O capítulo 3 foi elaborado considerando três trilhas investigativas principais que orientaram a reflexão sobre a construção de uma noção de patrimônio: a genealogia dos sentidos de valorização, que se refere aos sentidos atribuídos ao patrimônio, diferentes valores a ele atribuídos; a genealogia do conceito de patrimônio que aborda aspectos

mais formalizados sobre a conceitualização e noção de patrimônio e; a genealogia das políticas públicas de preservação e sua relação com o contexto de criação dos Estados Nacionais, que expõe uma trajetória da institucionalização do conceito de patrimônio a as políticas públicas voltadas ao setor. Esses três eixos principais são, neste estudo, fundamentais para organizar uma narrativa sobre a construção de um imaginário e do entendimento que se tem sobre patrimônio, além de evidenciar pontos cruciais que fundamentam este imaginário, e, nesse sentido fundamentam também, a necessidade de novos olhares e ampliação conceitual onde se insere a proposição central da tese.

No capítulo 4, busco refletir sobre a categoria conceitual do cotidiano a partir de sua dimensão como aspecto da vida social, experiências vividas pelos diferentes sujeitos em um espaço e tempo específicos. A construção de um conceito de cotidiano que se aplique à realidade desta tese e, unido aos novos olhares para o patrimônio e para o turismo trouxe fundamentos à proposição do Patrimônio do Cotidiano. Entrelaçados ao conceito de cotidiano, surgem os conceitos de afetivações e memórias. O cotidiano é o espaço de histórias, quando se tem um olhar sensível a estas histórias nota-se nelas a geração de afetivações e memórias que se ligam a uma rua, a uma praça, a uma padaria, a uma festa... entre tantas outras possibilidades. Essas afetivações e memórias mostram a conexão entre lugares e sujeitos expressa através de valores e sentidos que se cristalizam. Estes conceitos entrelaçados ao conceito de patrimônio, foram de fundamental importância para elaboração da proposição conceitual do Patrimônio do Cotidiano.

O capítulo 5 aborda o terceiro eixo principal desta tese, o Turismo. Neste capítulo, foram trabalhados elementos centrais para entender o Turismo e para pensar novos direcionamentos em relação a saberes e fazeres relacionados a ele. Buscando compreender a construção do Turismo como um fenômeno social, inserido em um sistema capitalista, busquei traçar a trajetória das viagens e do Turismo, vinculada também a busca do patrimônio enquanto atrativo turístico. Abordo ainda aspectos sobre à relação específica entre turismo e patrimônio e como ela se estabelece. Estas análises me permitiram construir subsídios para refletir sobre um novo pensar e fazer Turismo, considerando sinalizadores da proposta do Avesso e do Avesso do Turismo,

apresentado por Baptista (2018). O objetivo é pensar o Avesso do Turismo em conexão com o Patrimônio do Cotidiano em Rolândia.

Por fim, o capítulo 6 apresenta o município de Rolândia, lócus deste estudo, em seus contextos histórico, econômico e turístico, e a partir de sua interação na deriva histórica, com os diversos grupos que constroem a cidade em seu movimento contínuo. Neste capítulo também foram apresentados os relatos das Andanças realizadas em Rolândia, bem como analisadas as informações obtidas em todo processo destas Andanças em Rolândia e da produção da Cartografia Sensível do Ecossistema estudado, dando destaque a três lugares onde o conceito de Patrimônio do Cotidiano pode ser notado.

2 ANDANÇAS POR TRILHAS METODOLÓGICAS

A metodologia de uma pesquisa pode ser entendida como a compreensão dos caminhos e escolhas realizadas para a construção de todo o desenrolar da tese. Assim, é hora de apresentar a estratégia metodológica, os percursos, as aproximações investigativas, as 'com-versações' com autores e teorias que orientaram e influenciaram o desenvolvimento deste estudo, bem como minhas pesquisas e orientações teóricas.

É importante ressaltar que, em consonância com os estudos realizados pelo grupo de pesquisa, o Amorcomtur!, entendemos a Metodologia de forma ampliada. Seguindo as orientações de Lopes (2003), a Metodologia, nessa forma ampla, passa a ser, não apenas uma descrição de métodos e procedimentos utilizados, mas também o conjunto de concepções teórico-filosóficas que constroem o sujeito enquanto pesquisador. Para a autora, "[...] a Metodologia, em uma ciência, constitui o espaço por excelência da reflexão de um campo de conhecimento sobre si mesmo, enquanto prática teórica" (Lopes, 2003, p. 89 – 90).

Nesse sentido, busco embasamento nesta mesma autora para expor o conceito de Metodologia que guiou este estudo. Lopes (2003) explica que os conceitos metodologia e método possuem estatutos diferenciados dentro da Ciência. Assim, é possível empregar o termo Metodologia **da** Pesquisa, para indicar a investigação ou a teorização da pesquisa científica, e Metodologia **na** Pesquisa para indicar o trabalho mais prático com os métodos empregados, sendo o "método entendido como um conjunto de decisões e opções particulares que são feitas ao longo de um processo de investigação. Os métodos constituem uma das instâncias da prática metodológica" (Lopes, 2003, p.94).

Por conseguinte, o desenvolvimento dos estudos é orientado por paradigmas, modelos teóricos, ideologias e direcionamentos que contribuem para a concepção que o pesquisador tem dos aspectos sociais e da investigação em si. Contribuindo, Vasconcellos (2020)[11] diz que a ciência embasa nosso modo de viver. Nossas

[11] Artigo originalmente apresentado no I Congresso Brasileiro de Sistemas: "Despertando a consciência para a visão sistêmica: perspectivas para o século XXI", promovido pela International Society for the Systems Sciencs – ISSS e pela FEARP/USP de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto – SP, 9-70 nov 2005. Revisto em 2020, para publicação no site www.mariajoseesteves.com.br.

orientações sobre o entendimento de ciência é que dão base às nossas explicações e compreensão dos fenômenos, legitima nossa forma de viver, de ser e estar no mundo. Por esta razão, é essencial, primeiramente, situar a pesquisa em um campo epistêmico teórico, que dá fundamento à investigação e direciona a reflexão sobre os processos e procedimentos desenvolvidos no interior da investigação.

Posto isso, este capítulo busca trazer as concepções epistêmico-teórico-metodológicas que direcionam meu olhar do sujeito/pesquisadora, e, consequentemente, se traduzem na orientação geral do presente estudo. Há a compreensão que estamos passando por um processo de Mutação da Ciência, já evidenciado desde o século passado por vários autores[12] Assim as orientações epistemológico-teóricas desta tese estão alinhadas com essa nova forma de ver e fazer ciência, tendo como fio condutor a visão ecossistêmica complexa da Ciência Contemporânea, com orientação holística. Trata-se de pressupostos que fundamentam também os estudos mais amplos do grupo de pesquisa ao qual está vinculada, o Amorcomtur!

Essa compreensão também está associada à compreensão do Turismo, a partir da complexidade e processualidade dos saberes e fazeres turísticos, buscando ampliar o olhar para o todo e para a visão holística.

Da mesma forma, neste capítulo serão apresentados os métodos e procedimentos para a investigação. Assim, seguindo a estrutura proposta por Lopes (2003), optei por dividir estas definições nas dimensões: epistemológica, teórica, metódica e técnica.

2.1 DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA

Este estudo está embasado em ‘com-versações’ com uma trama de autores que já sinalizavam limites da Ciência Tradicional, decorrente da Revolução Científica. Nesse

[12]Entre os autores que sinalizam para esta mutação e os limites da ciência tradicional, resultante da Revolução Científica, podem ser mencionados: Fritjof Capra (1982; 1997; 2014); Edgar Morin (2007; 2005; 2003; 2000); Roberto Crema (1989; 2013); Félix Guattari (1992; 2001) Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995; 1992), Boaventura de Souza Santos (2009; 2008; 2002; 1978), Humberto Maturana (2001; 1998; 1997) e Maria Luiza Cardinale Baptista (2023; 2022; 2021; 2020; 2017; 2014).

sentido, alinha-se à visão contemporânea de Ciência, que busca ultrapassar a hegemonia epistêmica de ciência desenvolvida a partir de uma lógica cartesiana, quantificável, mecanicista e reducionista dos saberes. A Ciência Tradicional em sua busca por demonstrar grande eficiência, principalmente na área tecnológica, trouxe uma fragmentação e compartimentalização dos conhecimentos em áreas que muitas vezes não conversam entre si. Caracteriza-se como uma Ciência que postula leis e verdades como únicas, atestando seu rigor científico e apontando tudo que foge a isso como não científico (Capra, 1982; Crema, 1989; Morin, 2000; Santos 2008).

Muitos autores relacionam este modelo de fazer ciência à crise observada na sociedade contemporânea que chamam de Crise do Antropoceno – crise ambiental, social, política etc. (Baptista, 2021; Foster, 2016), que tornou necessária, como afirma Capra (1982), uma nova “moldura filosófica”, capaz de apresentar novas soluções para problemas tão complexos.

Assim o pensamento que direciona este estudo apresenta uma nova cosmovisão, termo embasado em Crema (1989) e que significa uma nova visão de mundo, que resulta também em novas atitudes frente a ele. Esta crise planetária é também multidimensional e exige uma nova postura por parte dos diferentes segmentos da sociedade, iniciando pela forma como entendemos o universo, construímos conhecimento e vivemos em sociedade.

> Como nunca antes o homem encontra-se esfacelado no seu conhecimento, atomizado no seu coração, dividido no seu pensar e sentir, compartimentalizado no seu viver. Refletindo uma cultura racional e tecnológica encontramo-nos fragmentados e encerrados em compartimentos estanques. Interiormente divididos, em permanente estado de conflito, vivemos num mundo também fracionado em territórios e nacionalidades, em estado de guerra infindável (Crema, 1989, p. 22).

É comum entre os autores que embasam esta pesquisa a constatação de que este modelo de ciência vem apresentando limites, e não mais consegue, pautado em seus pilares e pressupostos, explicar os fenômenos sociais. Para Santos (2008), a identificação dos limites e das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno resulta exatamente de seu grande avanço no conhecimento, que permitiu verificar a fragilidade dos pilares em que se funda.

Conforme afirmação de Baptista (2021) de que provavelmente a grande limitação deste paradigma esteja ligada ao ser humano e à geração de vida ou à capacidade de continuar se auto produzindo em harmonia e bem-estar. Santos (2008), de forma muito eloquente, aponta que nos encontramos em momentos de incertezas, que nos fazem questionar a primazia do conhecimento científico. O autor apresenta questões que indicam o fim da hegemonia de uma ordem científica:

> Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou colectivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade (Santos, 2008, 18)

Complementando, Morin (2005a) diz que se trata de um paradigma simplificador, que põe ordem no universo, excluindo dele a desordem. Este paradigma é capaz de enxergar o uno ou o múltiplo, porém não as inter-relações existentes entre eles. Ainda, Morin (2000, p. 41) explica que a hiperespecialização impede a percepção do global – que é fragmentado – e do essencial – que é dissolvido. No entanto, é preciso entender, como diz o autor, que os “problemas essenciais nunca são parcelados, e os problemas globais são cada vez mais essenciais”.

Assim, o presente estudo está em coerência com pressupostos apontados em um cenário de mutação da ciência, tratado por pensadores contemporâneos que fundamentam uma ciência com caráter mais totalitário que valida todas as formas de conhecimento e que busca se afastar do caráter essencialmente racional. Para Capra (1997), trata-se de uma mudança paradigmática muito mais ampla, que envolve não apenas a ciência, mas também o social.

Segundo Edgar Morin (2000), esta questão paradigmática deve ser entendida para além das questões epistemológicas e metodológicas, posto que envolve o questionamento dos quadros gnoseológicos (pensamento da realidade) e ontológicos (natureza da realidade) - princípios fundamentais que regem os fenômenos e o pensamento. A problemática epistemológica demanda um outro paradigma que se baseie nas noções de pluralidade e complexidade dos sistemas físicos, biológicos e antropossociológicos.

Em contraposição à visão reducionista, a Ciência Contemporânea com viés complexo, ecossistêmico e holístico, por outro lado, parte de pressupostos do olhar para o todo. Não se descarta a importância de todas as contribuições realizadas pelo paradigma pré-existente que, sem dúvidas, permitiu progressos ao conhecimento científico e à reflexão filosófica, no entanto busca ultrapassar os limites por ele encontrados. Em concordância com Santos (2008), não se trata de invalidar o paradigma clássico, mas sim de reconduzi-lo aos seus limites e analisar a complementaridade entre paradigmas, pois assim este paradigma ainda conserva sua validade e possibilita que duas leituras não se excluam mutuamente.

Nesse sentido, o que se busca neste trabalho é ir além deste modelo, propondo olhares de conjunção ao contrário da disjunção, onde se parte do pressuposto de um ecossistema complexo, que não pode ser analisado apenas por processos sistemáticos isolados, mas, sim, deve ser observado em seu conjunto, pela dinâmica processual que o constitui.

Assim, como ponto de partida para compreensão dessas mutações na Ciência, destaco as leituras de Crema (1989), que une a ideia holística à de Ciência, o que o autor chama de paradigma holístico – *Holos:* totalidade. Para o autor este paradigma representa uma revolução científica e epistemológica quando busca dissolver todo tipo de reducionismo.

> A visão holística, no entanto, não parte da pressuposição arrogante de tentativa de conhecer o todo, mas de reconhecer que toda e qualquer ocorrência é resultado de conexões, de acoplamentos, de entrelaçamentos com sistemas maiores, em constante transformação no desenvolvimento contínuo da vida em movimento. Mais do que religação de saberes no interior do Universo das Ciências, com a trama complexa de subdivisão de áreas e disciplinas, a visão holística corresponde à abertura para saberes comuns, do mundo da vida ampliada como eu costumo chamar (Baptista, 2022, p.263)

O que se entender é que, na visão holística, o conhecimento é construído a partir da conexão de múltiplos saberes, em um movimento contínuo e processual. A lógica holística consiste na concepção de que tudo é interdependente – todos os fenômenos se interligam e se inter-relacionam de forma global, e, partindo desta compreensão, não existe fechamento nos sistemas estudados, visto que seres vivos são sistemas abertos

auto-organizadores. Nenhum elemento tem real significado se não considerarmos seu entorno real, o contexto maior em que está inserido.

Crema (1989) ressalta que a abordagem holística se estende a todas as esferas do saber e fazer humanos como um 'holomovimento' de mutação dos valores fundamentais da espécie. Nota-se pontos de convergência para compreensão dos elementos e suas relações com o modelo sistêmico e do paradigma da complexidade, que também buscam abandonar a ideia de uma realidade reduzida, separada, e incluem outros pontos de vista.

Assim, a orientação epistemológica para esta pesquisa está relacionada aos sistemas abertos, em conexão com o exterior. Nos sistemas abertos, é constante a interação com o meio e com os demais sistemas, sendo que elementos vindos do meio ingressam, e, ao mesmo tempo, neste são deixados elementos vindos do sistema. O modelo sistêmico pode ser entendido como uma nova forma do pensar e fazer científicos, que busca uma tentativa de respostas às necessidades de compreensão de elementos complexos que aparecem como lacunas deixadas pela ciência tradicional que já não se apresentam suficientes para explicar o mundo e suas relações.

Para maior embasamento sobre o pensamento sistêmico, minhas conversações se deram com Fritjot Capra, físico e teórico que desenvolve um trabalho na promoção da educação ecológica. Traz grande contribuição para o pensamento científico, social e filosófico propondo uma nova compreensão científica em todos os níveis dos sistemas vivos.

Capra (1997) explica que, de acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um sistema vivo, são propriedades do todo que nenhuma das partes possui. O autor nos mostra que não seria possível a análise das partes isoladas, visto que estas só poderiam ser entendidas dentro de um contexto maior – o todo.

Compartilhando dessa visão, o lócus de pesquisa ganha força a partir da relação que estabelece com outros elementos, ou seja, só será devidamente compreendido quando inserido em um contexto maior – ecossistema – já que recortes isolados podem ocasionar equívocos.

De acordo com Capra e Luisi (2014), o pensamento sistêmico representou uma revolução na história do pensamento científico, visto que, o paradigma cartesiano se

apoia na ideia de que o comportamento do todo pode ser inteiramente compreendido a partir da análise de suas partes isoladas. Verifica-se assim que a relação entre as partes e o todo foram invertidas. O pensamento sistêmico é um “pensamento contextual”, que significa o oposto do pensamento analítico.

Capra (1997, p.31) traz a compreensão de sistemas enquanto totalidades integradas. “Elas surgem das interações e relações entre as partes. [...] Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes”. O conceito de totalidade significa que todas as partes de um sistema estão relacionadas entre si, de forma que qualquer mudança em uma das partes ocasiona uma mudança no sistema - em todas as outras partes e no sistema como um todo.

Considerando a presente pesquisa é possível verificar a contribuição do enfoque sistêmico, quando se busca entender o município de Rolândia em todos seus aspectos e relações. A cidade como um sistema vivo, entendida como fruto de vivências e experiências de todos seus elementos, mas que também influencia diretamente nestes elementos, sejam eles moradores, aspectos materiais e imateriais, histórias entre outros. Estão interligados, são interdependentes. Após considerar todas estas relações intensas, é possível identificar o que se cristaliza como significativo delas, no sentido de patrimônio. O estudo considera esse ecossistema em sua processualidade, em seu movimento, em sua dinâmica de existência, sua dinâmica de vida. Baseando-se na teoria proposta por Capra, Rolândia resulta na cidade de hoje, a partir das interconexões de todos seus elementos na deriva histórica, que se apresenta como uma “teia de relações” entre as várias partes de um todo unificado. Nesse contexto, se apresenta também a análise das relações que se estabelecem entre o patrimônio do cotidiano e turismo no município de Rolândia, relações dinâmicas, processuais, percebidas dentro de um contexto maior.

Capra (1997) expõe ainda a capacidade de deslocamento contínuo entre os níveis sistêmicos. Baptista (2014a, p.347) explica que esse deslocamento pode ser entendido como uma espécie “de ruptura com as hierarquizações rígidas e com a fixidez dos ‘pré-conceitos’”. São sistemas que se encontram dentro de outros sistemas, aplicando os mesmos conceitos a diferentes níveis. Compreendo então que o fenômeno estudado

apresenta padrões; porém estes não são fixos, pelo contrário se apresentam sempre em movimento, gerando constantemente novas configurações. Não se trata, portanto, de estruturas estáticas, mas de configurações ecossistêmicas vivas. Em linhas gerais, concordo com Capra, que entende os ecossistemas como uma

> [...] teia interconexa de relações, na qual a identificação de padrões específicos como sendo "objetos" depende do observador humano e do processo de conhecimento. Essa teia de relações é descrita por intermédio de uma rede correspondente de conceitos e de modelos, todos igualmente importantes (Capra,1997, p.39).

Desse modo, é possível destacar algumas características que são fundamentais ao pensamento sistêmico, expostas no quadro 1, que sintetiza estas características e expõe o contraponto ao pensamento mecanicista tradicional.

Quadro 1: Características do pensamento sistêmico em oposição ao pensamento mecanicista

Pensamento Mecanicista	Pensamento Sistêmico
Análise das Partes	Análise do Todo
Conhecimento Fragmentado	Conhecimento a partir da Multidisciplinaridade
Análise dos Objetos	Análise das Relações
Estruturas Hierarquizadas	Processos
Quantitativo	Qualitativo
Conhecimento Objetivo	Conhecimento Contextual e Epistêmico
Verdade Absoluta	Descrições Aproximadas
Causalidade Linear	Circularidade.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Capra e Luisi (2014, p. 113-116)

Vasconcelos (2020) considera o pensamento sistêmico como uma nova forma de fazer e entender a ciência, uma nova forma de o cientista ultrapassar os pressupostos da ciência tradicional, assumindo um comportamento contemporâneo, que traz consigo novos pressupostos. Para Vasconcellos (2020, p. 5), é possível destacar “a crença na complexidade em todos os níveis da natureza; a crença na instabilidade do mundo em processo de tornar-se; a crença na intersubjetividade como condição de construção do

conhecimento do mundo", como os principais elementos orientadores, sendo eles interdependentes, para o pensamento sistêmico.

A partir da reflexão sobre o pensamento sistêmico, Edgar Morin, antropólogo, sociólogo e filósofo francês, complementa que a chave para a compreensão do enfoque sistêmico está no conceito de complexidade. Morin (2005a) propõe uma compreensão da realidade pautada no entendimento das relações dinâmicas entre as partes que compõem essa realidade e a totalidade resultante destas relações. Ou seja, para o autor, a compreensão entre as inter-relações existentes entre as partes, e entre as partes e o todo, são fundamentais para um entendimento do sistema como um todo. Assim, o embasamento para compreensão da complexidade como orientação deste estudo, se pauta da teoria de Edgar Morin.

Para ele, a teoria da complexidade funda-se em uma razão aberta, que se caracteriza por ser evolutiva, residual, complexa e dialógica, questões que serão mais bem explicadas a seguir.

A razão é evolutiva, porque progride por mutações e reorganizações profundas. Morin (2000) explica que a teoria dos sistemas lança as bases de um pensamento de organização. No pensamento sistêmico "o todo é mais que a soma das partes [...] Acrescento que o todo é igualmente menos que a soma das partes porque as partes podem ter qualidades que são inibidas pela organização do conjunto. (Morin, 2000, p. 202).

Nas palavras de Morin (2005a, p.88), "na relação entre a parte e o todo não é apenas a parte que está no todo, mas o todo que está igualmente na parte". Assim o conhecimento sobre as partes volta-se para o todo, da mesma forma como as qualidades do todo se voltam sobre o conhecimento das partes. Ideia que se coloca na contramão de um pensamento linear, até então propagado pela Ciência Tradicional. Capra e Luisi (2014) também comentam sobre a teoria da complexidade, expondo exatamente seu caráter não linear.

Nesse sentido, percebe-se que Edgar Morin parte da teoria dos sistemas, atribuindo-lhe uma ressignificação. Ao afirmar que 'o todo é maior que a soma das partes', é possível entender uma organização do todo com características e qualidades que podem retroagir sobre as partes; mas, ao afirmar que 'o todo também é menos que

a soma das partes', indica que as partes possuem qualidades e características que podem não serem visualizadas na organização do todo. O conceito de Morin apresenta a ideia de rede relacional, ampliando a ideia do pensamento sistêmico.

Para melhor ilustrar o pensamento do autor, utilizo sua explicação inicial sobre a complexidade

> O que é a complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus:* o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com os traços do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza... Por isso o conhecimento necessita ordenar os fenômenos rechaçando a desordem, afastar o incerto, isto é, selecionar os elementos da ordem e da certeza, precisar, clarificar, distinguir hierarquizar. Mas tais operações necessárias a inteligibilidade, correm o risco de provocar a cegueira, se elas eliminam os outros aspectos do *complexus:* e efetivamente, como eu indiquei, elas nos deixam cegos (Morin, 2005a, p. 13 – 14).

Complementando, Morin aponta que além de cegar, nos leva a excluir tudo o que não é quantificável e mensurável, eliminando o elemento humano – paixões, emoções, dores e alegrias. Quando segue totalmente ao determinismo, o princípio da redução acaba por ocultar o imprevisto, o novo e a invenção (Morin, 2000).

Em seu livro Ciência com Consciência, o autor fala que a complexidade não pode ser vista como uma receita, uma resposta, mas sim como um desafio e motivação para o pensar. Apresenta o pensamento complexo como um substituto ao pensamento reducionista, à simplificação, um "inimigo" da ordem e da clareza. Expõe a incompletude do conhecimento e seu caráter multidimensional. A complexidade "[...] não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões [...] Dito isto, ao aspirar a multidimensionalidade, o pensamento complexo comporta em seu interior um princípio de incompletude e de incerteza" (Morin, 2005b, p. 177).

Alguns elementos que sempre foram considerados como "não científicos", que seriam a incerteza, a desordem, a contradição, a pluralidade, a complicação entre outros, no pensamento complexo fazem parte de uma problemática geral do conhecimento científico.

Também na complexidade está presente o conceito de sistemas abertos, que, como já explicado anteriormente, possuem alimentação de seu ambiente externo. Em

vista disso são observadas duas características bastante importantes: a primeira é que as leis da organização da vida são de desequilíbrio, o que não acontece em sistemas fechados. A segunda característica é que a inteligibilidade do sistema e de sua relação com o meio ambiente deve ser encontrada. Esta relação não é de simples dependência, mas constitutiva do sistema. A realidade está então tanto no elo quanto na distinção entre o sistema e seu ambiente. Este elo é crucial no plano epistemológico, metodológico, teórico e empírico (Morin, 2005a).

O autor, em suas obras, apresenta algumas ferramentas conceituais que permitem melhor entender a teoria da complexidade. Com o mesmo objetivo, o autor apresenta três princípios para pensar a complexidade. Tento aqui explicar esses conceitos e princípios de forma auxiliar o entendimento.

A primeira, e fundamental ferramenta **é associar no mesmo sistema as ideias de unidade e multiplicidade**, que a princípio se excluem. No pensamento complexo não podemos reduzir o todo às partes, nem as partes ao todo - ou seja, não podemos reduzir o um ao múltiplo e nem o múltiplo a um. Nas palavras do autor, esta seria a ferramenta da organização. “Aquilo que constitui um sistema a partir de elementos diferentes; portanto, ela constitui, ao mesmo tempo, uma unidade e uma multiplicidade” (Morin, 2005b, p.180).

Em continuidade, acredito que, para um entendimento do pensamento complexo, é preciso que os conceitos de **ordem, desordem e acaso** sejam apresentados. Morin (2005b) explica que o conceito de ordem extrapola a ideia de estabilidade e rigidez, unindo-se a interação, e em um processo recursivo interage com a desordem. A desordem, por sua vez, “traz consigo o acaso, ingrediente inevitável de tudo que nos surge como desordem (Morin, 2005b, p. 178). O que nos leva ao **primeiro princípio, o dialógico.**

Na visão de Morin (2007), apesar de, frequentemente ter-se a ideia de que ordem, desordem e organização não são pensadas juntos, a missão da ciência contemporânea deve considerar a desordem em suas teorias. A desordem e o acaso estão presentes no universo e ativos na sua evolução, e não podemos resolver a incerteza que estas noções trazem. Assim, Morin (2005b) conclui que a agitação, o acaso, a ordem e a desordem são necessárias à organização do universo. Em um universo apenas de ordem, não

haveria inovações, criações. Um universo apenas de desordem não seria capaz de construir a organização e, portanto, não manteria a novidade, consequentemente a evolução e desenvolvimento.

Nesse contexto, a complexidade possibilita um entendimento sobre o Universo, no interior de ordem e desordem, inserido em redes de interação e organização. A complexidade coincide com uma parte de incerteza – proveniente dos limites do nosso conhecimento, ou dos próprios fenômenos – porém não se reduz a ela. É uma incerteza em um sistema organizado. “Ela diz respeito a sistemas semi aleatórios cuja ordem é inseparável dos acasos que os concernem. A complexidade está, pois, ligada a uma certa mistura de ordem e desordem, mistura íntima (Morin, 2005a, p.35).

O **segundo princípio** é o da **recursão organizacional.** O processo recursivo é aquele onde os produtos e os efeitos são, ao mesmo tempo, causa e produtores do que se produz. A organização produz os elementos e efeitos necessários à sua geração ou existência e permitem a essa organização se produzir, regenerar, se reorganizar de modo permanente em um processo circular.

> Bom, é que essa organização provoca coações que inibem as potencialidades existentes em cada parte, isso acontecendo em todas as organizações, inclusive na social, na qual as coações jurídicas, políticas, militares e outras fazem com que muitas de nossas potencialidades sejam inibidas ou reprimidas. Porém, ao mesmo tempo, o todo organizado é alguma coisa a mais do que a soma das partes, porque faz surgir qualidades que não existiriam nessa organização; essas qualidades são "emergentes", ou seja, podem ser constatadas empiricamente, sem ser dedutíveis logicamente; essas qualidades emergentes retroagem ao nível das partes e podem estimulá-las a exprimir suas potencialidades. Assim podemos ver bem como a existência de uma cultura, de uma linguagem, de uma educação, propriedades que só podem existir no nível do todo social, recaem sobre as partes para permitir o desenvolvimento da mente e da inteligência dos indivíduos (Morin, 2005b, p. 180).

Ou seja, para o princípio de organização recursiva os efeitos e produtos são necessários à sua própria produção de auto-organização. Este princípio é fundamental neste estudo para entender a formação de uma cidade e a interação e as trocas entre cidade e moradores e moradores e cidade, bem como, a produção de significados e representações que surgem destas relações, no sentido de que Rolândia só se tornou o que é em função da deriva histórica e movimento contínuo e relação com pessoas, e ao mesmo tempo, as pessoas só são estas e valorizam determinados bens sejam eles

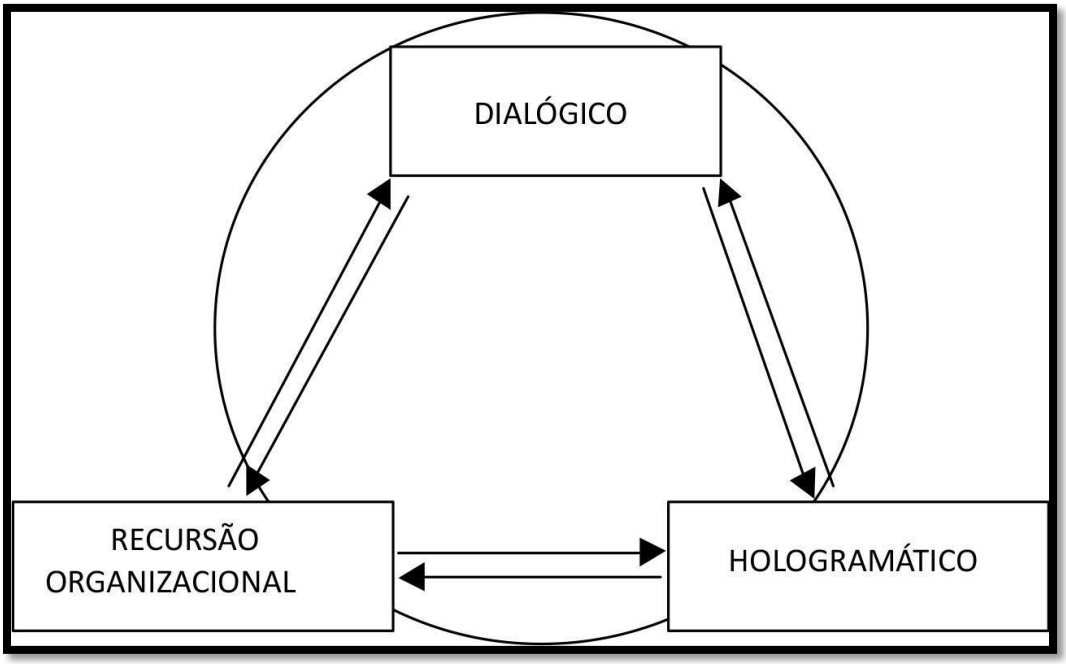
materiais ou imateriais, em função da deriva histórica e movimento contínuo de formação da cidade.

Para Morin (2005a; 2005b), a sociedade é produzida pela interação entre os indivíduos. A sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz enquanto indivíduos humanos. Esse processo recursivo só se torna possível em função de uma linguagem e cultura. Os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. “Portanto, o processo social é um círculo produtivo ininterrupto no qual, de algum modo, os produtos são necessários à produção daquilo que os produz” (Morin, 2005b, p. 182). Esta ideia rompe totalmente com a lógica linear de causa e efeito.

Complementando, o autor considera que, em nível antropológico, a sociedade vive para o indivíduo, que por sua vez, vive para a sociedade; a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie, que também vive para o indivíduo e sociedade. “Cada um desses termos é ao mesmo tempo meio e fim: é a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e auto-organização da sociedade” (Morin, 2000, p.54).

Unido a isto tem-se o que Morin caracteriza como o **princípio hologramático**. “Num holograma físico, o menor ponto da imagem do holograma contém a quase totalidade da informação do objeto representado. Não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte” (Morin, 2005a, p.74). O princípio hologramático está presente no mundo sociológico e no mundo biológico, ultrapassando a ideia de reducionismo e fugindo da lógica linear. Por outro lado, se encaixa com a lógica recursiva, em que o conhecimento adquirido das partes se volta ao todo, bem como o conhecimento do todo organizado se volta sobre as partes. Portanto a ideia hologramática está ligada à ideia recursiva, que em partes está ligada à ideia dialógica (figura 1).

Figura 1: Princípios da Complexidade



Fonte: Lima (2023, p. 1082)

Outro aspecto que deve ser ressaltado, na teoria da complexidade, é a presença do observador na sua observação. Por algum tempo, nas Ciências Sociais, o observador foi eliminado. Morin (2007) explica que a exclusão do observador aconteceu com base na concordância de que as experimentações e observações, quando realizadas por diversos observadores, permitiriam chegar a um conhecimento objetivo e comum. Porém ignorou-se que as teorias científicas não são simplesmente o resultado de realidades objetivas, mas coprodutos das estruturas do espírito humano e das condições socioculturais do conhecimento.

Conforme a concepção hologramática, o observador/pesquisador está na sociedade, da mesma forma que a sociedade está nele. Nesse sentido, sujeito e objeto, aparecem como inseparáveis. O observador conceptor, como coloca Morin (2005b), deve se integrar na sua observação e concepção.

De forma ampla, Edgar Morin explica a Teoria da Complexidade como uma crítica à fragmentação dos saberes e ao reducionismo a que é submetida nossa maneira de pensar, mas além disso, o autor ensina que se trata de uma superação por meio do exercício do pensamento complexo. Para se inserir realmente o pensamento complexo

é preciso atravessar a fronteira das “disciplinas isoladas” e inter-relacionar seus saberes, situá-los em um contexto. Em nossa formação somos levados a separar os objetos de seu contexto, as disciplinas e a não os relacionar. Esta lógica projeta sobre a sociedade e sobre as relações humanas uma visão mecanicista, quantitativa, que ignora, oculta e dissolve tudo que é subjetivo, afetivo, livre e criador. Esta fragmentação, de acordo com Morin (2007), nos impede de captar o que está “tecido junto”. Além disso, esta forma de pensar impede de entender as inter-retroações e a causalidade em circuito, expostas no princípio da organização recursiva.

> A inteligência que só sabe separar reduz o caráter complexo do mundo a fragmentos desunidos, fraciona os problemas e unidimensionaliza o multidimensional [...] A maneira de pensar que utilizamos para encontrar soluções para os problemas mais graves de nossa era planetária constitui um dos mais graves problemas que devemos enfrentar. Quanto mais multidimensionais se tornam os problemas, maior a incapacidade para pensá-los em sua multidimensionalidade; quanto mais progride a crise, mais progride a incapacidade para pensa-la; quanto mais globais se tornam os problemas, mais impensáveis se tornam. (Morin, 2007, p. 19).

Complexus, do latim, que significa, como já exposto, o que é tecido junto. Tecer junto é ir juntando os fios em uma trama que os interliga e não apenas os une. Isto mostra que tudo se entrecruza, se entrelaça para formar a complexidade. A proposta de uma nova forma de fazer conhecimento que “abraça” todos os saberes. [...] “saber que ajuda a compreender e abraçar a complexidade do real” (Morin (2007, p.38). Continua Morin: “Gosto de empregar a palavra ‘abraçar’, já que em latim, *complexere* significa também abraçar.” (Morin, 2007, p.38).

Quando elementos diferentes são entrelaçados, constitutivos do todo – o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico – há um “tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objetivo de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes em si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade” (Morin, 2000, p. 38).

Da mesma forma, Santos (2008) destaca a necessidade de discutir a ciência a partir de saberes múltiplos. Para o autor, unir os saberes na produção de conhecimento contribui para uma compreensão mais ampla da sociedade. Esta totalidade de saberes inclui todas as formas de conhecimento, mesmo aquelas que não se pautam em “princípios epistemológicos e regras metodológicas, como o senso comum – aquele

conhecimento “vulgar e prático” que orienta nossas ações no cotidiano e dá sentido à nossa vida. Uma ruptura com a ciência moderna, traz de volta o senso comum que se traduz em autoconhecimento e sabedoria de vida.

Essa maneira de pensar, de certa forma, remete-me à compreensão dos sistemas, e me faz perceber que tudo está ligado, entrelaçado, abraçado. O ser humano naturalmente estabelece relações, inter-relações, tudo está inserido em um contexto mais amplo. No entanto, com a hiperespecialização das ciências tradicionais aprendemos a pensar separadamente, fragmentar saberes e acabamos nos acostumando a isso, o que torna mais difícil relacioná-los. Além disso, com base nas palavras de Santos (2008), o senso comum se torna fundamental para as ‘com-versações’ neste estudo, visto que se pauta no cotidiano das vivências do “homem ordinário”. A proposta envolve ir ao encontro da inter-relação entre sujeitos e lugares, considerando suas experiências, relações sociais, marcas de vida e, a partir disso, aquilo que é referido como o que tem valor, por suas memórias e afetivações impressas na cidade.

Como também exposto por Baptista (2020b), os saberes do senso comum podem ser considerados em acoplamento com os saberes produzidos pela Ciência, que ganham sentido maior quando se apresentam alinhados e em conexão com o mundo da vida, do Ecossistema.

Com o pensamento complexo, somos convidados a reunir novamente esses saberes, contextualizar, religar, relacionar e ao mesmo tempo identificar as especificidades do individual. Para Morin (2005b), a complexidade é buscar um conhecimento multidimensional. Com a separação dos saberes muitos elementos podem se perder, o que não permite que análises amplas sejam feitas, apenas análises parciais. Estas contribuem sim para o processo de conhecimento; no entanto, é necessário “religar os saberes” para dar conta das relações complexas e de tudo que elas envolvem. É necessário pensar em um conhecimento que busque “abraçar” todos os aspectos e elementos dos fenômenos.

> É preciso encontrar o caminho de um pensamento multidimensional que, é lógico, integre e desenvolva formalização e quantificação, mas não se restrinja a isso. A realidade antropossocial é multidimensional; ela contém, sempre, uma dimensão individual, uma dimensão social e uma dimensão biológica. 0

> econômico, o psicológico e o demográfico que correspondem às categorias disciplinares especializadas são as diferentes faces de uma mesma realidade; são aspectos que, evidentemente, é preciso distinguir e tratar como tais, mas não se deve isolá-los e torná-los não comunicantes. Esse é o apelo para o pensamento multidimensional. Finalmente e, sobretudo, é preciso encontrar o caminho de um pensamento dialógico (Morin, 2005b, p.189).

Desse modo, é possível entender que unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais. O ser humano é, ao mesmo tempo, biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade possui suas dimensões: histórica, econômica, sociológica, religiosa entre outras. É preciso então, que o conhecimento seja capaz de reconhecer esse caráter multidimensional (Morin, 2000).

Dessa forma, Morin (2007, p.55) fala sobre a necessidade de uma nova transdisciplinaridade, que permita, sim, separar, opor e dividir relativamente domínios científicos, mas que isso seja feito sem reduzi-los e que permita que estes se comuniquem. “Torna-se necessário um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, disjunte e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais”. Porém esta, para o autor, só acontece unida a uma reforma de pensamento, onde a causalidade unilinear e unidirecional seja substituída por uma causalidade circular, onde a rigidez da lógica clássica seja corrigida por uma dialógica que conceba noções antagônicas e complementares, e onde, o conhecimento das partes ao todo seja complementado pelo conhecimento do todo nas partes.

Crema (2013) complementa, dizendo que pensar a transdisciplinaridade no mundo contemporâneo é um dos desafios mais instigantes e importantes. Para o autor, o aprender a conhecer e aprender a fazer de forma integrada, a partir da experiência viva, continua sendo hoje algo a ser aperfeiçoado.

> Para tal necessitamos de uma escola do Olhar, pois a visão é a véspera do conhecimento. Abrir o olhar para si, para o outro, para o Universo, e o Totalmente Outro, eis uma lição fundamental. Um olhar fluídico, que não fica paralisado em um único alvo, capaz de acompanhar a dança do agora. Mudar o mundo é mudar o modo de olhar... Necessitamos, também, de uma escola de Escuta. Escutar antecede compreender. Preciso transcender esta crise ab-surda, esta surdez diante dos alaridos e canções da realidade (Crema, 2013, p.7).

Neste contexto, é possível verificar um entrelaçamento entre as propostas filosófico teórico-metodológicas apresentadas, ao analisar que todas elas têm uma visão

de ciência em que se olha para o todo. Uma visão ecológica, uma consciência global e planetária, onde se pensa na união dos saberes e não na fragmentação e divisão deles. Onde fazer ciência é algo processual, transdisciplinar, contínuo. Uma experiência viva! Da mesma forma como enxergo o ecossistema desta pesquisa. Um organismo vivo, em constante processo de mutação e movimento. Uma pesquisa que considere, mas ultrapasse os conceitos pré-estabelecidos, tanto de turismo quanto de patrimônio que devem continuar em processos de mutação.

A união dos saberes mostra, como já dito anteriormente, que o propósito aqui apresentado não é desconsiderar as contribuições das ciências clássica e moderna. Pelo contrário, nesta dinâmica processual de totalidade dos saberes é preciso reconhecê-las, como integrantes de um caminho para a construção do pensamento contemporâneo. Esse reconhecimento parte do pressuposto de ciência enquanto um campo complexo, mutante, em constante movimento. Isso me leva a pensar também, neste movimento contínuo, em meu processo enquanto pesquisadora, um processo de atenção e cuidado na busca do contato com o todo complexo. Assumir uma posição de atenção plena, com a observação de todos os lugares possíveis, buscando a multiplicidade de elementos que compõem a pesquisa e o conhecimento científico, a construção de saberes a partir das vivências locais inseridas em um contexto mais amplo.

Outro aspecto a ser observado, é que, em acordo com os autores citados neste estudo, fazer ciência não precisa ser algo necessariamente neutro e objetivo. O pesquisador possui subjetivações e nem sempre está totalmente externo ao lócus de pesquisa. As ‘com-versações’ com estes autores ressaltam que, na Ciência Contemporânea, o pesquisador/cientista, como colocado por Baptista (2014a), é sujeito do seu tempo e de sua história e de seu contexto. Aparece então, um reconhecimento de uma realidade pesquisada que não existe independente do pesquisador.

Este aspecto é aqui ressaltado também dado a minha proximidade com o lócus de pesquisa. Enquanto moradora da cidade tenho entendimentos subjetivos que irão transparecer no estudo ao falar do lócus da pesquisa. Tenho vivências na cidade que representam significações sobre as materialidades e imaterialidades, ao mesmo tempo em que busco entender esse processo também em sentido mais amplo.

Além disso, em uma proposta de mutação de Ciência, é reconhecido que todas as concepções e todas as teorias científicas são limitadas e aproximadas. A ciência nunca pode fornecer uma compreensão completa e definitiva. Sempre lidamos com descrições limitadas e aproximadas da realidade, já que esta realidade é processual, fluída e mutante.

2.2 DIMENSÃO METÓDICA - CARTOGRAFIA DOS SABERES

Em coerência com a visão de Ciência e com os pressupostos filosófico epistemológico-teóricos apresentados, a estratégia metodológica que orienta esta tese é a Cartografia dos Saberes, proposta por Baptista (2014a). Trata-se de um dispositivo científico de investigação com orientação qualitativa, plurimetodológica e processual. Baptista (2014a), considera a Cartografia dos Saberes como uma estratégia, pois se caracteriza como uma orientação do pensamento, que direciona e ordena as ações de pesquisa no processo do fazer a pesquisa. Sistematizar sem aprisionar, como colocado pela própria autora. Esta será utilizada em conjunto com as Matrizes Rizomáticas, outra estratégia metodológica proposta pela autora.

A Cartografia dos Saberes e as Matrizes Rizomáticas fazem parte da dimensão metódica do trabalho que se caracteriza pela orientação em relação à dimensão operacional técnica.

A Cartografia dos Saberes de Baptista foi inspirada no livro Cartografia Sentimental, de Suely Rolnik, que apresenta a abordagem cartográfica com base em critérios para orientação da prática investigativa. Nesse sentido, Rolnik (1989) explica que a cartografia é um desenho que se faz acompanhando as mudanças da paisagem. Complementa ainda que paisagens psicossociais também podem ser cartografáveis. É uma espécie de mapa que vai sendo construído a partir da percepção do pesquisador e do aprofundamento dele sobre o universo da sua pesquisa. Para Baptista (2014a), esta estratégia apresenta uma flexibilização do método direcionado pela perspectiva plural e complexa, ou seja, não existe um único caminho, mas sim o que chama de “trama das trilhas” – diversas possibilidades que podem ser acionadas no percurso. “Essa composição implica em mergulho no objeto/fenômeno escolhido para estudar e no

conhecimento já produzido a respeito, por outros investigadores, bem como no reconhecimento e efetivação, possíveis com a vivência da pesquisa" (Baptista, 2014a, p. 344).

Esta ideia de processualidade e movimento da pesquisa está totalmente entrelaçada com a visão de mutação da ciência já exposta anteriormente. A construção do conhecimento está em constante construção e reconstrução, além de ser sempre incompleta, provisória, orientada por saberes transdicisplinares, considera os fenômenos em sua totalidade, buscando a compreensão de toda sua trama. “Trata-se de dispositivo interessante para estudar universos em transmutação, fenômenos em seu processo natural de mudanças e alterações, em uma única dinâmica de autoprodução” (Baptista; Eme, 2023, p. 10). A metáfora da cartografia para pensar a pesquisa nos auxilia a entender seu processo mutante, a partir de uma lógica holística e processual.

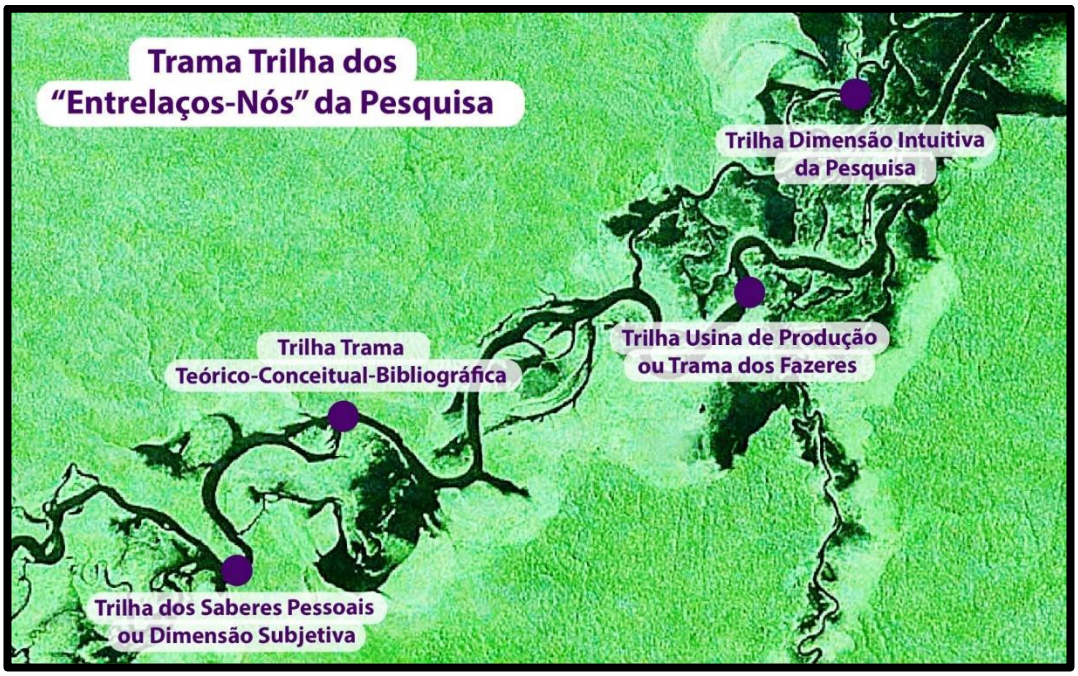
Em concordância com todo o exposto, Baptista (2014a) explica que a Ciência em mutação, exige outra forma de fazer pesquisa, também em termos de operacionalização. A Cartografia de Saberes, assim, se constroi baseada em uma perspectiva ampla, que vai além de orientações para o desenvolvimento da pesquisa, mas para a prática viva e intensa da produção investigativa.

Baptista (2014a) inicia suas discussões, a partir do que caracterizou como Ciência Transdisciplinar Caosmótica. Caosmose (caos-osmose-cosmo) é um termo que a autora traz de suas ‘com-versações’ com Félix Guattari, de um livro do mesmo título, que versa sobre os desafios em um cenário contemporâneo, complexo e mutante. “Mudanças exacerbadas que evidenciam o caos”. Da mesma forma, a produção de ciência na contemporaneidade é caosmótica

> Entendo que o pesquisador em Turismo, como viajante intelectual nos caminhos da sua proposição investigativa, precisa saber que mundo é esse, o da Ciência contemporânea. Nesse cenário, a investigação em Turismo se produz em um ambiente em que as fronteiras de áreas de saberes, no sentido de delimitações, agora significam porosidades e zonas de aproximações. Fronteiras teóricas são zonas de passagem. Desse modo, a Ciência em torno do Turismo deve ser percebida, cada vez mais, pelo seu caráter transdisciplinar e mutante, do ponto de vista teórico e metodológico. Cartografar, assim, é mapear universos de estudos turísticos em transmutação. Para tanto, começamos tentando compreender como a Ciência se faz em processos de caosmose – caos, osmose no cosmo (Baptista, 2014a, p. 345-346)

Com a orientação de que o trabalho de pesquisa deva ser iniciado em várias trilhas investigativas (Figura 2), Baptista e Eme (2023) expressam o acionamento da pesquisa a partir de cinco trilhas investigativas simultâneas e que devem ser consideradas em sua dinâmica de produção em contínuo processo, sendo elas: Trilha Trama dos 'Entrelaços Nós da Pesquisa'; Trilha dos Saberes Pessoais ou Dimensão Subjetiva; Trilha Trama Téorico-Conceitual-Bibliográfica; Usina de Produção ou Trama dos Fazeres; Trilha Dimensão Intuitiva da Pesquisa (Baptista; Eme, 2023).

Figura 2: Trama Trilha dos 'Entrelaços Nós da Pesquisa'



Fonte: Baptista, 2017

A primeira é a **Trilha Trama dos 'Entrelaços Nós da Pesquisa'**, corresponde aos "nós investigativos, às trilhas investigativas que sintetizam o universo investigado" (Baptista; Eme, 2023, p.11), ou seja, o reconhecimento do universo, da problemática a ser investigada. Na presente tese, os entrelaços-nós da pesquisa são: Patrimônio do Cotidiano; Turismo; Memórias e Afetivações; Rolândia-PR.

A segunda trilha apresentada é a **Trilha de Saberes Pessoais ou Dimensão Subjetiva,** que apresenta o caráter subjetivo e autoral do pesquisador. É a união dos saberes acumulados pela vivência do pesquisador às inquietações que o motivam e o

levam a pesquisar. Esta Trilha, desenvolvida como início do meu percurso de aprofundamento, está apresentada no primeiro capítulo, intitulado Esboços Cotidianos da Tese – Primeiras Andanças.

Na sequência a terceira trilha é a **Trilha Trama Teórico-Conceitual-Bibliográfica,** que mostra a possibilidade de entrelaçamentos dos temas pesquisados com demais autores que já produziram teorias que possam sustentar a pesquisa. Essa 'conversa' com os autores contribui para construir o percurso da pesquisa, permitindo um aprofundamento maior nos assuntos que direcionam o estudo, além de embasar e dar consistência às orientações teóricas do pesquisador.

Esta pesquisa 'Com-versa' com saberes de outros autores, diferentes linhas teóricas, diferentes conceitos que serão apresentados ao longo de toda a tese. No entanto, alguns autores orientam, como já exposto, o meu olhar enquanto pesquisadora e estão presentes com maior peso neste estudo. São eles: Epistemologia da Ciência, com Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos, Roberto Crema e Fritjot Capra; Metodologia, com Maria Luiza Cardinale Baptista, Sueli Rolnik, Francesco Careri; Turismo, com Maria Luiza Cardinale Baptista, Susana Gastal, Marutschka Moesh; Patrimônio, com Antonio Augusto Arantes, Françoise Choay, Márcia Regina Romeiro Chuva, Maria Cecília Londres Fonseca, Nestor Garcia Canclini; Cotidiano com Michel de Certeau, Agnes Heller, Henri Lefebvre, José Machado Pais.

Ainda, na Trilha Trama Teórico-Conceitual Bibliográfica, com base no que trabalhamos no Grupo de Estudos Amorcomtur!, foi realizada uma Cartografia Bibliográfica. A Cartografia Bibliográfica trata-se de uma busca bibliográfica da tese, porém não é caracterizada como uma revisão sistemática de literatura que segue os mesmos procedimentos normalmente apresentados em teses, dissertações e artigos. Nesse caso, partimos dos entrelaços – nós – definidos anteriormente, e, expostos no Quadro 7 – Matriz 2 - enquanto trilhas investigativas da pesquisa, para realizar uma análise mais aprofundada nas referências já publicadas e assim desenvolver uma técnica de processamento da informação. Não se tem, com a Cartografia Bibliográfica, uma

pretensão quantitativa de análise. Interessa particularmente as temáticas e focos dos estudos já realizados[13].

Nesse sentido, realizei buscas de teses, dissertações e artigos. Estas buscas aconteceram no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no Portal de Periódicos da Capes, *Scientific Electronic Library Online* - Scielo (Biblioteca Científica Eletrônica On-line) e *Google* Escolar. Considerando os entrelaços – nós definidos para este estudo: Patrimônio do Cotidiano; Turismo; Afetivações e Memórias e 'Com-versações' entre lugares e sujeitos. Estes termos foram pesquisados sozinhos e em conexão, tendo sido pesquisados então: patrimônio; patrimônio e cotidiano, patrimônio do cotidiano; patrimônio e turismo; patrimônio do cotidiano e turismo; patrimônio afetivações e memórias; patrimônio afetivações memórias e turismo; 'com-versações' entre lugares e sujeitos; patrimônio turismo e 'com-versações' entre lugares e sujeitos.

De forma geral, analisando as pesquisas realizadas nas bases de dados percebi a predominância de alguns temas relacionados ao foco central de patrimônio. Alguns direcionamentos de estudos em teses, dissertações e artigos se mostraram mais comuns. Nesse sentido, tentei agrupar estes direcionamentos de acordo com suas temáticas – temáticas que de certa forma aparecem com mais frequência nos estudos. Depois, a partir de uma análise um pouco mais detalhada, selecionei os trabalhos que traziam reflexões que influenciavam ou traziam aproximações com as discussões deste estudo. A fim de sistematizar estas informações, elaborei um quadro, apresentado no Apêndice 1 que expõe estes dados. Para efeito de ilustração, trago para o corpo do trabalho, o quadro apresentando um trabalho de cada grupo temático.

Um ponto a destacar é que ficou notável um predomínio de estudos voltados a patrimônios oficiais, ou seja, tombados ou registrados pelos órgãos oficiais de preservação.

O primeiro grupo temático une as reflexões voltadas a área do patrimônio; patrimônio memória e identidade; patrimônio e políticas públicas de preservação, onde predominam abordagens voltadas a: políticas de preservação e o processo de

[13] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Março de 2025.

patrimonialização; questionamentos sobre os critérios de seleção dos bens; a real representatividade destes para os moradores; esquecimentos, apagamentos e relações de poder; contradições e conflitos que permeiam estes processos. Notei, nesse sentido, convergências destes estudos ao foco que trago como a centralidade desta tese, e a urgência em problematizar as políticas de preservação, os discursos que acompanham a seleção dos bens e a necessidade de ampliação do conceito de patrimônio que se estenda também à prática de valorização.

Preciso ressaltar que, nas publicações analisadas, mesmo quando, em teoria, o processo de patrimonialização atendeu a parcelas antes invisibilizadas, bens de locais e grupos de minorias, estes questionamentos permaneceram, e unidos a eles acrescentam-se questionamentos sobre a participação popular, principalmente dos moradores, e a relação que estes passam a ter com “seus” patrimônios.

Outros assuntos discutidos se relacionam à relação do patrimônio com memória e identidade, educação patrimonial e interpretação patrimonial, gestão dos patrimônios, lugar e lugar de memória.

Quadro 2: Cartografia bibliográfica. Grupo temático Patrimônio Cultural

Título e Natureza do Trabalho	Autor	Objetivo	Aproximações com a Tese
Dissertação/2011: Os lugares como dignos de proteção: a questão da preservação do patrimônio cultural de Juazeiro da Bahia	Sergio Marcellino da Mata Lopes	Evidenciar e analisar a problemática das políticas de preservação do patrimônio ao investigar os processos de preservação em Juazeiro (BA), considerando os limites conceituais e de ação sobre a gestão urbana do patrimônio cultural pela municipalidade.	O trabalho traz uma reflexão sobre as políticas de preservação e sobre o conceito de patrimônio no Brasil, que, apesar de apresentarem uma redemocratização ainda esbarram em questões que “tangem ao que é digno ou não de preservação”. O que resulta em um descaso com o patrimônio, principalmente voltados a cultura regional ou municipal. Fala sobe as políticas de preservação nacionais e, em específico, de Juazeiro (BA) caracterizando-as como “insuficientes,

	inconsistentes ou mal implementadas", por reproduzirem um modelo importado que não reflete a realidade nacional, e por serem construídas desvinculadas da política urbana e interesses dos moradores.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do desenvolvimento da Cartografia Bibliográfica.

No segundo grupo temático analisei as reflexões referentes ao tema central turismo e patrimônio. Pude notar que as delimitações para os estudos se mantêm bastante próximas ao primeiro grupo temático, e que a elas são acrescentadas as perspectivas em relação ao turismo como "herói ou vilão" na preservação, e a questão do consumo, objetificação e espetacularização do patrimônio pelo turismo.

Quadro 3: Cartografia bibliográfica. Grupo temático Patrimônio e Turismo

Título e Natureza do Trabalho	Autor	Objetivo	Aproximações com a Tese
Tese/ 2019: O espetáculo do patrimônio: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC	Priscila Henning	Discutir na primeira parte, por meio de revisão bibliográfica, o contexto da patrimonialização, a relação da sociedade contemporânea com sua história e o impacto do turismo cultural, tendo como foco de estudo o Centro Histórico do município de São Francisco do Sul -SC, tombado em 1985.	O trabalho traz a relação entre o turismo e o patrimônio pela perspectiva do espetáculo e do consumo, que influencia nas intervenções privilegiando uma aparência rejuvenescida e lúdica.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do desenvolvimento da Cartografia Bibliográfica

Já no terceiro grupo temático busquei por pesquisas relacionadas ao tema central Cotidiano. Seja relacionada ao termo patrimônio apenas, ou em conexão com o termo turismo, os resultados se relacionam principalmente ao cotidiano do/no patrimônio e não sobre o patrimônio do cotidiano; sobre o reconhecimento de um cotidiano imaterial enquanto patrimônio, conflitos e contradições na patrimonialização de bens imateriais do

cotidiano, direito à cidade e estratégias utilizadas para a (re) invenção do cotidiano ao lidarem com a gestão patrimonial.

Quadro 4: Cartografia bibliográfica. Grupo Temático Patrimônio e Cotidiano/Patrimônio Cotidiano e Turismo

Título e Natureza do Trabalho	Autor	Objetivo	Aproximações com a Tese
Dissertação/ 2016: A experiência cotidiana do lugar: relatos de espaço dos velhos moradores da cidade patrimônio	Kelly Cristina Rodrigues Silva	Compreensão das memórias como um elemento capaz de revelar a experiência dos moradores com o lugar que habitam cotidianamente, bem como identificar o sentido de patrimônio nos relatos de espaço dos velhos moradores.	A partir de entrevistas com moradores antigos de Goias, a autora buscou identificar a importância de determinados lugares nas memórias dos entrevistados que evidenciou apego e relação afetiva a estes lugares, o que possibilitou identificar lugares e sentidos diferentes daqueles divulgados pela oficialidade do Patrimônio Histórico. O ponto principal foi entender que os locais que significam aos moradores nem sempre são aqueles oficialmente decretados patrimônios e, a noção de Patrimônio pode ultrapassar a necessidade de valorização das formas materiais, e incluir as múltiplas histórias daqueles que vivenciam o lugar.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do desenvolvimento da Cartografia Bibliográfica

No quarto grupo temático busquei evidenciar as reflexões sobre patrimônio e afetivações. Apesar de não ser o objetivo desta cartografia bibliográfica, é relevante mencionar que, neste grupo temático o quantitativo de estudos teve significativa redução com esta temática. Poucos trabalhos trazem temas que se aproximam do foco da tese, e, estes trazem a discussão de “afeto” enquanto afetividade, e não no sentido das afetivações – ser afetado – que buscaremos desenvolver neste estudo. Ainda assim, as reflexões sobre a afetividade demonstram proximidade com o que busco refletir. Alguns conceitos ganham destaque nesta busca, como: patrimônio afetivo e espaço vivido patrimonial. Ao acrescentar a palavra turismo, o quantitativo de trabalhos diminui ainda mais, e não traz nenhum estudo diferente daqueles apresentados na busca anterior. É

importante destacar que, a busca realizada no Google Escolar traz alguns estudos desenvolvidos por membros do grupo de pesquisa Amorcomtur!

Quadro 5: Cartografia bibliográfica. Grupo Temático Patrimônio e Afetivações/Patrimônio Afetivações e Turismo.

Título e Natureza do Trabalho	Autor	Objetivo	Aproximações com a Tese
Dissertação/2023: Patrimônio Afetivos no Centro de Goiânia	Caroline Soares Machado	Identificar patrimônios afetivos no centro de Goiânia, isto é, identificar os lugares e edifícios – institucionalizados ou não – mais representativos para a população goianiense e apreender a significação e os sentidos destes amparados pela afetividade.	A autora busca conexões entre os goianienses e o Setor Central e bens oficiais e não oficiais para identificar apropriações e vivências, contribui tanto para a compreensão do patrimônio do Setor Central, quanto para sua valorização e preservação pela comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do desenvolvimento da Cartografia Bibliográfica.

Por fim, o quinto grupo temático teve como direcionamento a pesquisa do conceito ‘com-versações’ entre lugares e sujeitos, ‘com-versações’ entre lugares e sujeitos e patrimônio, ‘com-versações’ entre lugares e sujeitos e turismo. Os resultados para este grupo se limitaram, em sua grande maioria, aos estudos desenvolvidos pelos membros do grupo de pesquisa Amorcomtur!. Nesse sentido, ampliei um pouco mais a busca para o Google, que trouxe estudos de Humberto Maturana e Guilles Deleuze.

Dando continuidade, a quarta trilha é a **Usina de Produção ou Trama dos Fazeres.** São as aproximações e ações investigativas que contribuem para caracterizar a pluralidade de fontes da pesquisa e os consequentes desdobramentos em procedimentos de coleta, descrição e relato, análise e discussão. Baptista (2014a, p. 351) caracteriza esta trilha também como “laboratório de pesquisa, que envolve a criação de situações para que o pesquisador viva a pesquisa”. São ações preliminares, sem um planejamento rígido, mas que trazem uma aproximação do pesquisador com o lócus e objetivo central do estudo.

É importante explicar que as aproximações investigativas se caracterizaram realmente como primeiros contatos com o tema e o lócus do estudo, a fim de trazer

informações que serão estudadas e analisadas, para auxiliar na construção de um pensamento amplo e crítico sobre o tema. Nesse sentido, fazem parte de toda a trajetória da pesquisa e compostas por uma pluralidade de saberes que conectados contribuíram significativamente para o amadurecimento que possibilitou a proposição central da tese. As “Andanças” que se constituíram nas aproximações investigativas foram, teórico-conceituais, epistemológicas e operacionais.

As aproximações investigativas deram sustentação às ações investigativas, que foram as brotações da conexão que tive com a pesquisa, entendida de forma ampla. A (re)ligação de todos os saberes acionados compuseram estas ações que se materializaram neste texto que apresento agora.

A quinta trilha chamada de **Dimensão Intuitiva da Pesquisa,** momento em que o pesquisador acessa sua intuição, toda sua potencialidade criativa. Baptista (2014a) ressalta sobre a importância dos “pensamentos picados” para o desenrolar da escrita, que podem sinalizar pistas para sinalizar direções que a pesquisa pode tomar.

> Considero que a intuição é uma espécie de fio invisível que costura a vida e a pesquisa, orientando-nos para percursos mais relacionados com os nossos sentires íntimos e nossa visão do mundo, também dos fenômenos que investigamos. Na sua condição de imaterialidade, de brotação espontânea, a intuição é sinalizador potente, que demonstra a confluência da pesquisa, em direções que nem sempre percebemos com a mente de superfície, com a consciência na sua movimentação de sistemas codificados, justamente porque as configurações da consciência, também chamada mente de superfície, são produzidas como resultante de um longo, profícuo e árduo trabalho de configuração do universo simbólico (Baptista, Eme, 2023, p. 15).

Dessa forma, acionar a Dimensão Intuitiva da pesquisa é estar aberta a qualquer sinal espontâneo que a própria pesquisa apresente. A intuição diz respeito às ‘brotações espontâneas’[14] do percurso que surgem de diferentes formas e, podem ou não, influenciar a continuidade da pesquisa.

[14] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Setembro de 2024.

2.2.1 Matrizes Rizomáticas

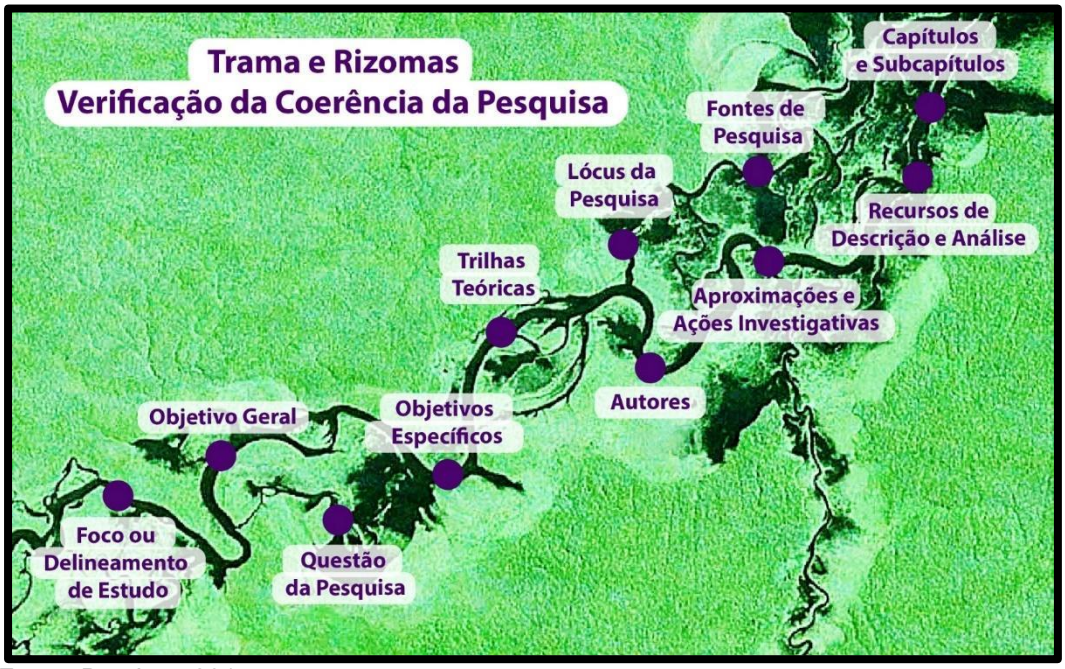
Conforme salientado, esta tese também utiliza como estratégia metodológica as Matrizes Rizomáticas de Baptista (2017). Baptista explica que as matrizes correspondem a uma estratégia metodológica de sistematização que auxilia a determinar a coerência da pesquisa e seu equilíbrio fluente. É desenvolvida e aplicada juntamente com a Cartografia dos Saberes e permite que à medida que a pesquisa vai se desenvolvendo, os parâmetros possam ser revistos, e assim, o texto vai se delineando de acordo com os objetivos traçados para o estudo. As matrizes foram construídas em alinhamento com os pressupostos da Ciência Contemporânea, em seu caráter ecossistêmico e complexo.

Baptista (Baptista; Eme, 2023) explica que o termo ‘matriz’ aqui é entendido como lugar gerador de vida - lugares geradores da pesquisa. Rizomática deriva do conceito de rizoma dos autores Deleuze e Guatarri (1995), originário da botânica, que pode ser entendido como uma espécie de raiz de crescimento irregular, brotações espontâneas que não possuem simetria e regularidade. Em outro texto, Baptista (2020) explica que as brotações são semelhantes às das plantas trepadeiras, que crescem aleatoriamente.

> O rizoma, então, passou a ser pensado como uma outra bela metáfora para ajudar a compreender os caminhos vários (também os caminhos da pesquisa). Daí deriva a proposição conceitual ‘matrizes rizomáticas’, na tentativa de explicar que a pesquisa tem seus rumos, suas inflexões e precisa ser pensada nesse sentido, só que isso ocorre de modo fluente, como processo líquido dos rios amazônicos. O direcionamento não pode ser contido ou fixado, apenas presumido, a partir de sinalizadores, e lido, na sua ‘dança da vida’, na emergência sequenciada de acontecimentos, que se engrendram no processo, no caminho (Baptista, 2020, p, 46).

A imagem escolhida para ‘representar as matrizes rizomáticas tem inspiração na visualidade dos rios amazônicos (Figura 3), que remetem aos processos, a fluidez dos acontecimentos no percurso, suas transversalizações da viagem investigativa, como colocado por Baptista.

Figura 3: Tramas e Rizomas - Verificação da Coerência da Pesquisa



Fonte: Baptista, 2017

Com a atualização realizada em 2022 e apresentada no Seminário ANPTUR, por Baptista, publicada no ano seguinte (Baptista; Eme, 2023), tem-se quatro matrizes, que auxiliam a direcionar o trabalho do pesquisador. A **Matriz 1 – Trama e Rizomas,** verificação da coerência da pesquisa. Deriva dos entrelaços nós da pesquisa, já definidos a partir da Cartografia dos Saberes, que são os núcleos de significação da pesquisa – foco e delineamento. **Matriz 2 – Detalhamento do Rizoma,** relação 'entrelaços nós', objetivos, capítulos e subcapítulos. **Matriz 3 – Composição,** aborda as trilhas teórico-conceituais-bibliográficas – agrupam os autores e sinalizam os caminhos de pensamento. **Matriz 4- Composição Operacional e Dinâmica da Pesquisa,** trata-se da verificação de coerência na dimensão operacional da investigação. Corresponde à Trilha Usina de Produção. As matrizes elaboradas para esta tese podem ser visualizadas na sequência.

Quadro 6: Matriz 1 - Trama e rizoma, verificação da coerência da pesquisa

TÍTULO	FOCO DO ESTUDO	OBJETIVO GERAL	QUES.PESQUISA	OBJ. ESPECÍFICOS	CAPÍTULOS
Patrimônio do Cotidiano e Turismo: Andanças investigativas, memórias e afetivações no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.	Patrimônio do Cotidiano e Turismo: Andanças investigativas, memórias e afetivações no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.	Propor o conceito patrimônio do cotidiano e sua relação com o turismo, considerada a partir de afetivações e memórias reconhecidas em Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.	Quais sinalizadores da relação do patrimônio do cotidiano com o turismo podem ser apreendidos, a partir de afetivações e memórias reconhecidas em Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil?		1 ESBOÇOS COTIDIANOS DA TESE – PRIMEIRAS ANDANÇAS
					2ANDANÇAS POR TRILHAS METODOLÓGICAS
				Apresentar a trajetória de construção do patrimônio, considerando sentidos, conceitos e políticas públicas;	3 PATRIMÔNIO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS
				Apresentar a proposição Patrimônio do Cotidiano relacionando-a com a produção/geração de afetivações e memórias;	4 PATRIMÔNIO DO COTIDIANO: AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS
				Discutir a relação entre Patrimônio e Turismo, considerando a dimensão ecossistêmica e de Avesso do Turismo;	5 TURISMO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS
				Apresentar relatos de Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.	6 ‘COM-VERSAÇÕES’EM ROLÂNDIA
					7 DEPOIS DE TANTAS ANDANÇAS

Fonte: Elaborado pela autora com base em Baptista (2017) e Baptista e Eme (2022).

Quadro 7: Matriz 2 - Detalhamento do rizoma. Relação 'entrelaços nós', objetivos e subcapítulos

‘ENTRELAÇOS NÓS’DA PESQUISA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICO	CAPÍTULOS E SUBCAPÍTULOS
-Patrimônio do Cotidiano; -Turismo; - Afetivações e Memórias; - ‘Com-versações’entre lugares e sujeitos; - Andanças.	Propor o conceito patrimônio do cotidiano e sua relação com o turismo, considerada a partir de afetivações e memórias reconhecidas em Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.	----------	1 ESBOÇOS COTIDIANOS DA TESE – PRIMEIRAS ANDANÇAS
		----------	2 ANDANÇAS POR TRILHAS METODOLÓGICAS 2.1 Dimensão Epistemológica 2.2 Dimensão Metódica - Cartografia dos Saberes 2.2.1 Matrizes Rizomáticas 2.3 ‘Com- versar ‘Lugares e Sujeitos 2.3.1 Cartografia Sentimental da Cidade 2.3.2 ‘Caminhar em Andanças’ na Pesquisa
		Apresentar a trajetória de construção do patrimônio, considerando sentidos, conceitos e políticas públicas;	3 PATRIMÔNIO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS 3.1 EM BUSCA DO SENTIDO DO PATRIMÔNIO 3.1.1 Monumento e Monumento Histórico 3.2 AVANÇANDO NA TRILHA DO PATRIMÔNIO 3.3 SURGIMENTO DAS POL. PUB. DE PRESERVAÇÃO 3.3.1 A consolidação da importância do campo patrimonial 3.4 TRAJETÓRIA DE POL. PUB. DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL 3.4.1 Primeiros anos de atuação do SPHAN 3.4.1.1 O patrimônio e a formação da nação 3.4.2 Segunda fase de atuação do SPHAN 3.4.3 Atuação do IPHAN à partir da década de 1980

	Apresentar a proposição Patrimônio do Cotidiano relacionando-a com a produção/geração de afetivações e memórias;	4 PATRIMÔNIO DO COTIDIANO: AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS 4.1 BREVES ANDANÇAS PELO CONCEITO DE CIDADE 4.2 ANDANÇAS PELO CONCEITO DE COTIDIANO 4.2.1 O cotidiano das afetivações e memórias 4.2 Patrimônio do Cotidiano: afetivações e memórias do comum
	Discutir a relação entre Patrimônio e Turismo, considerando a dimensão ecossistêmica e de Avesso do Turismo;	5 TURISMO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS 5.1 ENTRELAÇOS NO TEMPO: ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO 5.1.1 Andanças históricas do Turismo no Brasil 5.2 USO DO PATRIMÔNIO PELO TURISMO 5.3 Turismo-Trama-Ecossistêmica 5.3.1 Avesso do Turismo 5.3.1.1 Avesso do Turismo e Patrimônio do Cotidiano
	Apresentar relatos de Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.	6 ‘COM-VERSAÇÕES’ EM ROLÂNDIA 6.1 APROXIMAÇÕES ANDANTES 6.1.1 Sinais vitais do ecossistema Rolândia 6.1.2 Andanças pela história 6.1.2.1 Marcas da colonização do norte do Paraná 6.1.2.2 Deriva histórica de Rolândia 6.1.2.3 Rolândia: depois dos fluxos migratórios iniciais 6.2 ANDANÇAS EM ROLÂNDIA

		6.2.1 Relato – Andança no Calçadão de Rolândia 6.2.1.1 Andanças reflexivas – Calção de Rolândia 6.2.2 Relato – Andança na Praça da Igreja Matriz 6.2.2.1 Andanças reflexivas – Praça da Igreja Matriz 6.2.3 Relato – Andança na Terminal Skate Plaza 6.2.3.1 Andanças reflexivas – Terminal Skate Plaza 6.2.4 Reflexões e olhares para as Andanças 6.3 BROTAÇÕES NAS ANDANÇAS DA TESE 6.3.1 Fragmentos de Rolândia: janelas para o cotidiano 6.3.2 Ações com a escola Nossa Senhora do Bartira 6.3.3 Ações com a Secretaria de Educação
	----------	7 DEPOIS DE TANTAS ANDANÇAS

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora com base em Baptista (2017) e Baptista e Eme (2022).

Quadro 8: Matriz 3 - Composição. Trama teórico - conceitual bibliográfica. trilha trama teórico - conceitual - bibliográfica da cartografia dos saberes

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TRILHAS TEÓRICO CONCEITUAIS BIBLIOGRÁFICAS	AUTORES	CAPÍTULOS E SUBCAPÍTULOS
Propor o conceito patrimônio do cotidiano e sua relação com o turismo, considerada a partir de afetivações e memórias reconhecidas em Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.	----------			1ESBOÇOS COTIDIANOS DA TESE – PRIMEIRAS ANDANÇAS
	----------	- Ciência/ Mutação da Ciência - Paradigma Holístico - Paradigma Sistêmico - Teoria da Complexidade	- Fritjof Capra - Edgar Morin - Roberto Crema - Boaventura de Sousa Santos	2 ANDANÇAS POR TRILHAS METODOLOGICAS 2.1 Dimensão Epistemológica
		- Cartografia dos Saberes - Matrizes Rizomaticas - ‘Com-versar’ Lugares e Sujeitos	- Maria Luiza Cardinale Baptista - Suely Rolnik - Humberto Maturana	2.2 Dimensão Metódica - Cartografia dos Saberes 2.2.1 Matrizes Rizomáticas 2.3 ‘Com- versar ‘Lugares e Sujeitos
		- Cartografia Sensível da Cidade	- Suely Rolnik - Gilles Deleuze, Felix Guattari	2.3.1 Cartografia Sentimental da Cidade
		- Caminhar/ Andanças	- Francesco Careri - Paola Berenstein Jacques - Maria Luiza Cardinale Baptista	2.3.2 ‘Caminhar em Andanças’ na Pesquisa
	Apresentar a trajetória de construção do patrimônio, considerando sentidos, conceitos e políticas públicas;	- Genealogia dos Sentidos do Patrimônio;	- Michael Pollak - Antonio Augusto Arantes - Regina Abreu - Izabela Tamaso - Nestor Garcia Canclini	3PATRIMÔNIO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS 3.1 EM BUSCA DO SENTIDO DO PATRIMÔNIO

	- Monumento/Patrimônio	- Alois Riegl - Françoise Choay	3.1.1 Monumento e Monumento Histórico
	-Genealogia dos Conceitos de Patrimônio	- Reinaldo Dias - Françoise Choay - Llull Peñlba	3.2 AVANÇANDO NA TRILHA DO PATRIMÔNIO
	- Trajetória das Políticas de Preservação no Mundo;	- Françoise Choay	3.3 SURGIMENTO DAS POL. PUB. DE PRESERVAÇÃO 3.3.1 A consolidação da importância do campo patrimonial
	- Trajetória das Políticas de Preservação no Brasil;	- Marcia Chuva - Marília C. L. Fonseca	3.4 TRAJETÓRIA DE POL. PUB. DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL 3.4.1 Primeiros anos de atuação do SPHAN
	- Patrimônio x Nação	-Marcia Chuva - Marília C. L. Fonseca - Eric Hobsbawn - Maurice Halbwachs - Michael Pollak - Nestor Canclini	3.4.1.1 O patrimônio e a formação da nação
	- Trajetória das Políticas de Preservação no Brasil;	- Marcia Chuva - Marília C. L. Fonseca	3.4.2 Segunda fase de atuação do SPHAN 3.4.3 Atuação do IPHAN à partir da década de 1980
Apresentar a proposição Patrimônio do Cotidiano relacionando-a com a produção/geração de afetivações e memórias;			4 PATRIMÔNIO DO COTIDIANO: AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS

		-Cidade	-Henri Lefebvre; -Michel de Certeau;	4.1 BREVES ANDANÇAS PELO CONCEITO DE CIDADE
		-Cotidiano	- Agnes Heller - Michel de Certeau - Henri Lefevbre -José Machado Pais	4.2 ANDANÇAS PELO CONCEITO DE COTIDIANO
		-Afetivações	-Maria Luíza Cardinali Baptista -Baruch Spinoza - Gilles Deleuze, Felix Guattari - Muniz Sodré	4.2.1 O cotidiano das afetivações e memórias
		-Memórias	-Gilles Deleuze, Felix Guattari -Maurice Halbwachs - Michel Pollak - Joel Candau	
		-Patrimônio do Cotidiano	-Michel de Certeau; - Antonio Augusto Arantes -José Reginaldo Santos Gonçalves	4.2 Patrimônio do Cotidiano: afetivações e memórias do comum
	Discutir a relação entre Patrimônio e Turismo, considerando a dimensão ecossistêmica e de Avesso do Turismo;	-Resgate Histórico sobre o Turismo e Patrimônio	-Mirian Rejowski - Miguel Acerenza - Luiz Ignarra - Leonard Lickorish; Carson Jenkins - Françoise Choay - Mirza Pellicciotta, Karina Solha; -Paulo Peixoto	5 TURISMO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS 5.1 ENTRELAÇOS NO TEMPO: ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO

		Resgate Histórico sobre o Turismo e Patrimônio no Brasil	-Karina Solha; -Leila Bianchi Aguiar; - Edson Leite, Maria Cristina Caponero; -Ana Valeria Endres, Elbio Troccoli Pakman	5.1.1 Andanças históricas do Turismo no Brasil
		- Turismo e Patrimônio	-Margarita Barretto - Reinaldo Dias - José Newton Coelho de Meneses -Xerardo Pereiro Pérez	5.2 USO DO PATRIMÔNIO PELO TURISMO
		- Turismo Trama Ecossistêmica	- Maria Luiza Cardinale Baptista - Marutschka Martini Moesch - Mario Beni	5.3 Turismo-Trama-Ecossistêmica
		- Avesso do Turismo	- Maria Luiza Cardinale Baptista	5.3.1 Avesso do Turismo
		- Avesso do Turismo e Patrimônio do Cotidiano	- Maria Luiza Cardinale Baptista; -Eduardo Yázigi; - José Newton Coelho de Meneses.	5.3.1.1 Avesso do Turismo e Patrimônio do Cotidiano
	Apresentar relatos de Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.			6 ‘COM-VERSAÇÕES’ EM ROLÂNDIA 6.1 APROXIMAÇÕES ANDANTES 6.1.1 Sinais vitais do ecossistema Rolândia
		- Norte do Paraná	- Hermann Iak Oberdiek -Nice Lecocg Müller - - Claudia Portellinha Schwengber - Orion Villanueva	6.1.2 Andanças pela história 6.1.2.1 Marcas da colonização do norte do Paraná

		- Renato Leão Rego; Karin Schwabe Meneguetti; - Claudia Chies; Sandra Carbonera Yokoo.	
	- Rolândia	- Claudia Portellinha Schwengber - Orion Villanueva - Marco Antonio Neves Soares - Marcos Ursi Corrêa de Castilho	6.1.2.2 Deriva histórica de Rolândia 6.1.2.3 Rolândia: depois dos fluxos migratórios iniciais
	-Andanças x Cotidiano	-Maria Luiza Cardinale Baptista; -Jose Machado Pais; -Carlos Fortuna.	6.2 ANDANÇAS EM ROLÂNDIA
	-Andanças Reflexivas	-Maria Luiza Cardinale Baptista; -Carlos Fortuna; -Eduardo Yázigi; -Ailton Krenak.	6.2.1 Relato – Andança no Calçadão de Rolândia 6.2.1.1 Andanças reflexivas – Calção de Rolândia 6.2.2 Relato – Andança na Praça da Igreja Matriz 6.2.2.1 Andanças reflexivas – Praça da Igreja Matriz 6.2.3 Relato – Andança na Terminal Skate Plaza 6.2.3.1 Andanças reflexivas – Terminal Skate Plaza 6.2.4 Reflexões e olhares para as Andanças 6.3 BROTAÇÕES NAS ANDANÇAS DA TESE

	6.3.1 Fragmentos de Rolândia: janelas para o cotidiano 6.3.2 Ações com a escola Nossa Senhora do Bartira 6.3.3 Ações com a Secretaria de Educação
----------	7 DEPOIS DE TANTAS ANDANÇAS

Fonte: Elaborado pela autora com base em Baptista (2017) e Baptista e Eme (2022).

Quadro 9: Matriz 4 - Coerência operacional e dinâmica da pesquisa. trilha usina de produções ou trama dos fazeres da cartografia dos saberes

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	LÓCUS DA PESQUISA (Ecosistema/Universo Investigado)	FONTES DE PESQUISA (Lugares, Sujeitos, Materiais,Documento, Bibliografias)	APROXIMAÇÕES E AÇÕES INVESTIGATIVAS (Procedimento de pesquisa, coleta e processamento)	RECURSO DE APRESENTAÇÃO/ DESCRIÇÃO E TRATAMENTO REFLEXIVO/ANÁLISE (Procedimentos e Descrição e reflexão Analítica)	CAPÍTULOS E SUBCAPÍTULOS
----------					1ESBOÇOS COTIDIANOS DA TESE – PRIMEIRAS ANDANÇAS
----------		- Repositórios de teses e dissertações; - Aulas e Palestras no Youtube; - Indexadores de periódicos científicos: Scopus, Periódicos Capes, Scielo; - Bibliotecas virtuais; - Biblioteca Pessoal.	**Aproximações:** Busca bibliográfica, leitura e fichamento de textos sobre conceitos e conteúdo. **Ações Investigativas:** Consulta bibliográfica e discussão teórica; elaboração do texto.	- Elaboração do texto dissertativo; -Quadros para apresentação das matrizes rizomáticas.	2 ANDANÇAS POR TRILHAS METODOLÓGICAS 2.1 Dimensão Epistemológica 2.2 Dimensão Metódica - Cartografia dos Saberes 2.2.1 Matrizes Rizomáticas 2.3 ‘Com- versar ‘Lugares e Sujeitos 2.3.1 Cartografia Sentimental da Cidade 2.3.2 ‘Caminhar em Andanças’ na Pesquisa
Apresentar a trajetória de construção do patrimônio, considerando sentidos,		- Repositórios de teses e dissertações; - Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional; - Aulas e Palestras no Youtube;	**Aproximações:** Busca bibliográfica, leitura e fichamento de textos sobre conceitos e conteúdo.	-Elaboração de texto dissertativo	3PATRIMÔNIO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS 3.1 EM BUSCA DO SENTIDO DO PATRIMÔNIO

conceitos e políticas públicas;	- Indexadores de periódicos científicos: Scopus, Periódicos Capes, Scielo; - Bibliotecas virtuais; - Biblioteca Pessoal.	**Ações Investigativas:** Consulta bibliográfica e discussão teórica, elaboração do texto.		3.1.1 Monumento e Monumento Histórico 3.2 AVANÇANDO NA TRILHA DO PATRIMÔNIO 3.3 SURGIMENTO DAS POL. PUB. DE PRESERVAÇÃO 3.3.1 A consolidação da importância do campo patrimonial 3.4 TRAJETÓRIA DE POL. PUB. DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL 3.4.1 Primeiros anos de atuação do SPHAN 3.4.1.1 O patrimônio e a formação da nação 3.4.2 Segunda fase de atuação do SPHAN 3.4.3 Atuação do IPHAN à partir da década de 1980
Apresentar a proposição Patrimônio do Cotidiano relacionando-a com a produção/geração de afetivações e memórias;	- Repositórios de teses e dissertações; - Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional; - Aulas e Palestras no Youtube; - Indexadores de periódicos científicos: Scopus, Periódicos Capes, Scielo; - Bibliotecas virtuais; - Biblioteca Pessoal.	**Aproximações:** Busca bibliográfica, leitura e fichamento de textos sobre conceitos e conteúdo. **Ações Investigativas:** Consulta bibliográfica e discussão teórica, elaboração do texto.	-Elaboração de texto dissertativo	4 PATRIMÔNIO DO COTIDIANO: AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS 4.1 BREVES ANDANÇAS PELO CONCEITO DE CIDADE 4.2 ANDANÇAS PELO CONCEITO DE COTIDIANO 4.2.1 O cotidiano das afetivações e memórias 4.2 Patrimônio do Cotidiano: afetivações e memórias do comum

Discutir a relação entre Patrimônio e Turismo, considerando a dimensão ecossistêmica e de Avesso do Turismo;		- Repositórios de teses e dissertações; - Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional; - Aulas e Palestras no Youtube; - Indexadores de periódicos científicos: Scopus, Periódicos Capes, Scielo; - Bibliotecas virtuais; - Biblioteca Pessoal.	**Aproximações:** Busca bibliográfica, leitura e fichamento de textos sobre conceitos e conteúdo. **Ações Investigativas:** Consulta bibliográfica e discussão teórica, elaboração do texto.	-Elaboração de texto dissertativo	5 TURISMO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS 5.1 ENTRELAÇOS NO TEMPO: ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO 5.1.1 Andanças históricas do Turismo no Brasil 5.2 USO DO PATRIMÔNIO PELO TURISMO 5.3 Turismo-Trama-Ecossistêmica 5.3.1 Avesso do Turismo 5.3.1.1 Avesso do Turismo e Patrimônio do Cotidiano
Apresentar relatos de Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil.	- Rolândia - Calçadão de Rolândia - Praça da Igreja Matriz - Terminal Skate Plaza	- Repositórios de teses e dissertações; - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; - Prefeitura Municipal de Rolândia/PR; - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Rolândia/PR; - Museu Municipal de Rolândia/PR; - Indexadores de periódicos científicos: Scopus, Periódicos Capes, Scielo; - Bibliotecas virtuais; - Biblioteca Municipal de Rolândia/PR;	**Aproximações:** Busca bibliográfica, leitura e fichamento de textos sobre conceitos e conteúdo. - Andanças pela cidade. **Ações Investigativas:** Consulta bibliográfica e discussão teórica, elaboração do texto. - Andanças e observação da interelação cidade/morador;	Produção de texto dissertativo, apresentando relatos de Andanças e Andanças Reflexivas	6 ‘COM-VERSAÇÕES’ EM ROLÂNDIA 6.1 APROXIMAÇÕES ANDANTES 6.1.1 Sinais vitais do ecossistema Rolândia 6.1.2 Andanças pela história 6.1.2.1 Marcas da colonização do norte do Paraná 6.1.2.2 Deriva histórica de Rolândia 6.1.2.3 Rolândia: depois dos fluxos migratórios iniciais 6.2 ANDANÇAS EM ROLÂNDIA

	- Biblioteca Pessoal; - Andanças em Rolândia	- Registros feitos em forma de textos livres, relatos, desenhos e fotografias. - Sistematização e análise dos dados coletados	6.2.1 Relato – Andança no Calçadão de Rolândia 6.2.1.1 Andanças reflexivas – Calção de Rolândia 6.2.2 Relato – Andança na Praça da Igreja Matriz 6.2.2.1 Andanças reflexivas – Praça da Igreja Matriz 6.2.3 Relato – Andança na Terminal Skate Plaza 6.2.3.1 Andanças reflexivas – Terminal Skate Plaza 6.2.4 Reflexões e olhares para as Andanças 6.3 BROTAÇÕES NAS ANDANÇAS DA TESE 6.3.1 Fragmentos de Rolândia: janelas para o cotidiano 6.3.2 Ações com a escola Nossa Senhora do Bartira 6.3.3 Ações com a Secretaria de Educação
----------			7 DEPOIS DE TANTAS ANDANÇAS

Fonte: Elaborado pela autora com base em Baptista (2017) e Baptista e Eme (2022).

Por fim se utilizou de múltiplos procedimentos analisados em coerência com os objetivos específicos, buscando maior aprofundamento no estudo, na busca por informações e na relação com a questão central delimitada. Para tanto, é importante delinear os métodos e procedimentos utilizados.

2.3 'COM-VERSAR' LUGARES E SUJEITOS

A aplicação da presente pesquisa foi pensada, como já exposto, a partir da orientação 'Com-versar' Lugares e Sujeitos proposta por Baptista (2020c)[15]. A expressão 'Com-versar' nesta tese está sendo utilizada em coerência com o referencial do grupo Amorcomtur!, e embasada nos estudos de Maturana (1988; 2001).

Assim, como já exposto anteriormente, 'Com-versar' Lugares e Sujeitos passa a ser entendida como uma ação transversal que é relacional, processual, amorosa. O 'Com-versar' implica então em pensar "ações transversais 'com'. Essas ações não necessariamente são conversas verbais, mas são interações que implicam em fazer junto, que implicam trocas, que implicam compartilhamento"[16]. Todos os sentidos e formas de estar em relação são acionados e acoplados para a produção de saberes, com a consideração da trama ecossistêmica geradora de relações e uma dinâmica contínua de autopoiese. Sujeitos e lugares envolvidos, em transmutação (Baptista, 2022).

Para Maturana (1988), conversar deriva da união de duas raízes latinas, *'con'* e *'versare*', que significa 'dar voltas', de forma que, conversar pode ser entendida como 'dar voltas com'. Em coerência com Maturana, Baptista em seus textos vem trabalhando o termo 'com-versação', como a ação de versar junto. Maturana (1988), diz que as conversas são a base de uma existência em comum, em relações, da espécie humana, e, dessa forma, são geradoras de vida e de expressões comuns. E ainda, as

[15] Projeto de pesquisa, realizado entre 2020 e 2022, na Universidade de Caxias do Sul. **Projeto:** CLS - ` Com-versar' Amorcomtur - Lugares e Sujeitos! Narrativas transversais sensíveis, envolvendo sujeitos em processos de desterritorialização - Brasil, Espanha, Portugal, Itália, México, Colômbia, Egito, Arábia Saudita e Índia, sob a coordenação de Maria Luiza Cardinale Baptista.

[16] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Maio de 2025..

conversações mudam nossas emoções de acordo com um sentir que faz parte de um histórico de interações. “Nossa operação nesse fluxo entrelaçado de coordenações consensuais de linguajar e emocionar é o que chamo de conversar, e conversações as diferentes redes de coordenações entrelaçadas e consensuais de linguajar e emocionar que geramos ao vivermos juntos com ser humanos” (Maturana, 1988, p. 7).

É nesse contexto que se desenvolve o ‘Com-versar’ lugares e sujeitos, pensando em seus entrelaçamentos, em suas interações recorrentes, em uma dimensão ética, em amorosidade. Isso porque olhar o outro, enquanto legítimo outro e olhar para o lugar, é entendê-los como extensões de si mesmo, e para tanto é necessário deixar florescer o sentir, o conversar. Para Maturana (2001) quando relações são pautadas pela emoção de aceitação mútua, aceitação do outro na convivência, essa emoção é o amor. O amor pelo outro enquanto outro/lugar, e não a paixão! O amor constitui o social. “Em outras palavras, estou dizendo: o social é uma dinâmica de relações humanas que se funda na aceitação mútua. Se não há aceitação mútua e se não há aceitação do outro, e se não há espaço de abertura para que o outro exista junto de si, não há fenômeno social (Maturana, 2001, p. 46).

Com base neste pensar está o sujeito e o lugar, em interações recorrentes, em relações significantes, amorosas. ‘Com-versar’ Lugares e Sujeitos

> aponta que as narrativas se constituem em ‘com-versações’, que são amorosas, (auto)transpoiéticas e sensíveis. Não é que todas as narrativas existentes sejam assim, mas o fato é que esta condição enunciada interessa para o nosso grupo de pesquisa, em particular, no sentido de que há um vislumbre, com a proposição de valorização destes traços, considerando a importância de potencialização da relação de lugares e sujeitos, marcada pela ética da relação, pela amorosidade, no sentido que venho trabalhando (Baptista, 2022, p. 258).

É possível, desta forma, pensar ‘Com-versações’ entre lugares e sujeitos como orientação investigativa para a prática desta pesquisa, considerando como já exposto, que o ‘com-versar’ pode ser composto de diferentes ações que se concentrem em buscar os entrelaçamentos que envolvem lugares e sujeitos. Nesse sentido, as ‘com-versações’ realizadas buscaram o desenvolvimento de ações transversais que me levaram a ‘com-versar’ os entrelaçamentos que acontecem entre os lugares e sujeitos no município de Rolândia. Para o desenvolvimento destas ‘com-versações’ não foram realizadas

entrevistas com os moradores já que o foco central foi a observação destes sujeitos nos lugares. Nesta pesquisa falo sobre o ‘ser e estar’ na cidade, em seu cotidiano, e, nesse sentido, minhas ‘com-servações’ se pautaram na busca por entender esse ‘ser e estar’ e refletir sobre as brotações que nascem a partir desta inter-relação. O ‘com-versar’ enquanto uma ação transversal investigativa me permitiu olhar para o cotidiano dos lugares e dos sujeitos e explorar seus fragmentos e suas invisibilidades. Çabe também que ressaltar que Eu (pesquisadora) sou a pessoa que “versa com” – que produz ‘com-versações’ a partir das Andanças sensíveis que me possibilitaram observar ‘com-versações’ de lugares e sujeitos em Rolândia. Não houve um contato direto com os sujeitos pois, a opção foi realizar observações em Andanças que me permitiram sentir e conhecer esses sujeitos em ação, em movimento, no seu cotidiano. A relação entre os sujeitos e os lugares, bem como a importância dos lugares para os sujeitos foram captadas não à partir das falas dos sujeitos, mas de suas atitudes e interações – o fato de estarem ali fazendo o que faziam, conversando, brincando, rindo, passando, vivendo a cidade.

Neste mesmo sentido o intuito foi por pensar e buscar outro tipo de Turismo, que esteja alinhado com a cidade e suas singularidades, e com pressupostos ecossistêmicos que caminha na contramão de um modelo massivo, que segue os moldes capitalísticos - O Avesso do Turismo (Baptista, 2021a).

2.3.1 Cartografia Sentimental da Cidade

No processo de desenvolvimento desta pesquisa, a partir das aproximações, tanto teóricas, quanto existenciais, no sentido de ‘com-versar ‘lugares e sujeitos de Rolândia, o trabalho se concretizou na forma de uma Cartografia Sentimental da Cidade de Rolândia, em termos operacionais.Segue, então, uma reflexão mais detalhada sobre a proposição de Suely Rolnik e sua relação com esta pesquisa.

Considerando a proposição principal desta tese de trabalhar o patrimônio do cotidiano e suas relações com o turismo na cidade de Rolândia, acredito que cartografar traz grande contribuição para entender a cidade e as potências que dela surgem, no entrelaçamento do espaço com seus moradores e com o turismo. A cidade

contemporânea se apresenta como um cenário complexo, heterogêneo e caótico. Até mesmo cidades menores trazem um pouco destas características, pois acabam se caracterizando como pequenas mostras do que é possível enxergar em contextos maiores. Apesar disso, algumas cidades do interior ainda possuem traços do ordinário, do comum, da conversa na praça, da quermesse na igreja e das feiras de domingo. Uma dinâmica que, mesmo buscando assemelhar-se às grandes cidades, ainda preserva algo da sua corporalidade característica.

A experiência da cartografia sentimental da cidade enquanto proposição metodológica de pesquisa permite ter um contato maior com essas nuances e acompanhar os processos e o movimento contínuo da cidade, em seu cotidiano, a partir da imersão corporal do pesquisador neste cenário, a fim de captar as diferentes percepções da mesma realidade.

Nesse sentido, o livro Cartografia Sentimental, de Suely Rolnik (1989), embasou meu entendimento sobre a cartografia sentimental da cidade e orientou o desenvolvimento das ações investigativas em campo. Da mesma forma, em 1980, o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Felix Guattarri concebem a cartografia como um dos princípios para acessar sua obra Mil Platôs, texto que também embasou este estudo e sua prática de campo.

Conforme já foi referido, a cartografia é diferente de um mapa. Enquanto o mapa é algo fixo, estático, a cartografia acompanha as mudanças da paisagem, se faz ao mesmo tempo que seus movimentos (Rolnik, 1989). Para a autora, o mapa é capaz de evidenciar apenas o que é visível, ele é previsível, controlável.

Por isso, para entender a cidade, trabalhei a cartografia. A cidade está em movimento constante, é heterogênea e multifacetada. Nesse sentido, não pode ser reduzida, para fins deste estudo, a um mapa fixo. A cidade é lida nas vivências cotidianas, na apropriação e usos que fazem dos espaços, pelas suas memórias, pelo vivido, pelas marcas que sobrevivem no tempo e se cristalizam no espaço como bens que significam a estes moradores, e que nessa lógica também circular, propicia novos usos, como o turismo.

A cartografia mostra as intensidades, os afetos que não podem ser percebidos se não considerarmos sua relação com o mundo, aos processos, movimentos, devires. Para

Rolnik (1989), a cartografia acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis do desejo. Por isso, o papel do cartógrafo “é dar língua para afetos que pedem passagem [...]” (Rolnik, 1989, p. 15), é capturar e dar sentido aos movimentos de intensidades dos desejos, as vivências e afetos que surgem e estão à deriva no plano afetivo da cidade. A multiplicidade também aparece de outra forma.

> Ela é como um rizoma, subterrâneo ou aéreo [...], cuja evolução é efeito do que se passa entre a planta e o que ela vai encontrando no meio em que se desenvolve [...] nesse percurso nada mais é fixo, **nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia,** nada mais é, definitivamente, coisa alguma [...] **uma multiplicidade substantivada, devires imprevisíveis e incontroláveis [...]** (Rolnik, 1989, p.63, grifo da autora).

Deleuze e Guattarri (1995) consideram que o desejo é sempre impulsionado pelo conceito de rizoma, pois é assim que se move e se reproduz, aleatoriamente. Para os autores não existem pontos ou posições em um rizoma, apenas linhas. A multiplicidade, segundo os autores, se define pelas linhas abstratas, linha de fuga ou desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras.

Da mesma forma, a criação cartográfica toma rumos não planejados, se reproduz por vias não imaginadas. Existe flexibilidade no experimentar, construir e criar a cartografia. Assim o método cartográfico se apresenta como um rizoma à medida que as proposições são constantemente transformadas pelo pesquisador em ação, produzindo realidades outras que também vão se transformando. Dessa forma, utilizar a cartografia enquanto método exige a atenção ao território, mas também as desterritorializações produzidas em relação a ele.

Rolnik (1989) complementa que não existe um plano ou programa, ou até mesmo procedimentos previamente traçados. O que orienta o pesquisador/cartógrafo é sua sensibilidade. “O que ele quer é se colocar sempre na *adjacência das mutações* das cartografias, posição que lhe permite acolher o caráter finito ilimitado do processo de produção da realidade que é o desejo” (Rolnik, 1989, p. 68, grifo da autora).

Deleuze e Guattarri (1995) ainda complementam sobre a cartografia estar voltada para uma experimentação ancorada no real. Falam sobre o mapa cartográfico

> O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente [...] Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. Um mapa é questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida “competência” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 21).

A cartografia se volta neste estudo para o cotidiano, das ruas em movimento, dos encontros, um mapa dos afetos, dos lugares banais que provocam sentimentos e imaginários, as experiências reais do dia a dia. A cartografia surge como o princípio de um rizoma, que expande sua força e potência, voltada totalmente ao real.

A apreensão do real é a presunção cartográfica, como produção da caosmose (Deleuze; GuattariI, 1992). A experiência cartográfica, para os autores, é entendida como uma experimentação urbana filosófica, quando temos criações de conceitos apenas no plano filosófico, ou seja, uma nova forma de pensar e fazer, uma “operação conceitual como ressignificação do mundo”.

Pensando nos objetivos propostos para este estudo, utilizar a cartografia sentimental da cidade se apoia na intenção de deixar visível, o (in)visível. Nesse sentido, fui guiada pelas singularidades produzidas e reproduzidas cotidianamente em todos os cantos da cidade, no centro, nos limiares, nas bordas. Entendendo que é nessa vivência que são produzidas afetivações e memórias que se cristalizam e dão significações a espaços, lugares, bens materiais e imateriais. Na lógica da Cartografia o contato direto com os moradores deixa de ser o principal método para a coleta das informações, já que estas são melhor observadas no decorrer do ‘ser e estar’ cotidiano na cidade.

Assim, o método cartográfico contribuiu para tornar possível percorrer o corpo social da cidade, para além do cartesianismo do desenho urbano. Apreender narrativas, processos comunitários, significações, visto que a cartografia se funda também na subjetividade dos pesquisadores que é atravessado por desejos, e não apenas sua bagagem filosófica e científica.

Desta forma, a cartografia nos abre brechas, aproxima o pesquisador de seu lócus de pesquisa. A cartografia permite ao pesquisador perder-se em suas andanças e compreender o que o território se apresenta de forma fluída e heterogênea.

2.3.2 ‘Caminhar em ‘Andanças’ na Pesquisa

Na expressão utilizada por Maria Luiza Cardinale Baptista em que “perder-se é também se encontrar”, a cartografia sentimental da cidade nesta tese se apoia no caminhar como dimensão metódica. A partir das aproximações realizadas no processo de desenvolvimento da pesquisa, no sentido de ‘com-versar’ lugares e sujeitos, tendo a cartografia sentimental (Deleuze, Guattari, 1995; Guattari, Rolnik, 1996; Rolnik, 1989) como a orientação operacional, a fim de capturar os modos de vidas e os desejos, o cotidiano e suas significações, foi adotado como dispositivo metodológico, para pesquisa, o caminhar, que aqui chamaremos, conforme proposição de Baptista, de ‘Andanças’. Dessa forma, busca-se apresentar uma reflexão sobre o caminhar, as andanças, enquanto dimensão metódica do estudo visto como uma alternativa à velocidade tão comum em nossa sociedade atual, que, por muitas vezes nos impede de realmente olhar e fruir o que está na cidade.

> Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação do lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a cidade (Certeau, 1998, p.183)

O que existe de extraordinário no ato de caminhar? O caminhar acompanha a humanidade desde muito cedo, quando nômades, o ato de atravessar espaços tratava-se de uma necessidade natural de conseguir alimento, abrigo e elementos necessários à sobrevivência dos grupos. Para Careri (2017), quando satisfeitas as exigências primárias, e com as mutações das sociedades o caminhar se tornou um ato simbólico que permite que o homem habite e perceba o mundo.

Quando bebês, às vezes até antes de um ano de idade aprendemos a caminhar, e assim continuamos até a velhice. O que me chama atenção no caminhar é que utilizamos dele para explorar o mundo à nossa volta. Principalmente quando crianças é o caminhar que nos dá certa autonomia para sanar a curiosidade por conhecer os espaços, a vontade de se deslocar e vencer essas pequenas distâncias que parecem

ser tão grandes. Porém, nosso interesse pelo caminhar com o passar do tempo vai diminuindo. A praticidade do deslocamento em automóveis, visto que sempre nosso tempo é escasso, vai substituindo o caminhar como forma de exploração. Quando caminhamos o fazemos de forma tão automática, que nem chegamos a usufruir dos locais pelos quais estamos passando.

Nas cidades, os trajetos são pensados para economia de tempo, fluxo de carros e menores rotas, primando pela funcionalidade. Com isso, o caminhar desinteressado foi perdendo espaço. Desse modo, estamos cada vez menos conectados com nossas cidades, nos relacionamos menos com os espaços que habitamos.

Sobre isso, Certeau (1998) diz que somos caminhantes, cujo corpo ocupa a cidade, preenche os cheios e vazios do espaço urbano sem o notar. Para o autor, escrevemos um texto que não somos capazes de ler. “Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam a legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada” (Certeau, 1998, p. 171).

Gros (2010) complementa esta ideia, quando propõe o caminhar como alternativa na contramão do culto à velocidade e à pressa. O autor afirma que, na repetição monótona dos passos constantes – um pé após o outro, como fala o autor – é que nos tornamos capazes de fruir experiências verdadeiras e intensas.

Ao caminhar, o indivíduo apropria-se do espaço, usa os espaços, altera percursos, descobre atalhos, escolhe quais caminhos vai seguir e, muitas vezes, opta por aqueles com os quais têm mais familiaridade, ou, ao contrário, segue exatamente por aqueles que não conhece e desbrava o espaço. A questão é que, ao caminhar, estamos realmente nos conectando com o espaço e criando afetividade.

Nos últimos anos, estudos sobre a percepção da cidade trouxeram novas categorias de interpretação dos espaços. Careri (2013) explica que novos termos como “cidade difusa”, “não lugares”, “lugares periurbanos”, entre outros, são termos que passam a fazer parte da teoria produzida e que auxilia entender estes espaços urbanos que crescem e trazem diferentes aspectos em movimento. O autor complementa que, da mesma forma, novos dispositivos devem ser acionados para compreender e refletir a

cidade. Como já expus neste trabalho, a cidade é composta por várias cidades, diferentes fragmentos podem ser interpretados em seu movimento constante e imersos em suas dinâmicas próprias. Careri (2013) afirma que a pé esses diversos espaços podem ser inteiramente atravessados.

Caminhar como forma de apreender o espaço, caminhar para observar, caminhar para aprender, caminhar para conversar, caminhar como arte. Essas são algumas das inspirações que me levam a entender o ato de caminhar como dispositivo metodológico que auxilia na produção de dados para atingir os objetivos inicialmente traçados para esta tese. Nessas Andanças, como optamos por chamar o ato de caminhar neste estudo, a cidade não é apenas um espaço delimitado, um contexto, mas um espaço percebido, vivido por seus moradores, um organismo vivo. Como observado por Carreri (2013), “São territórios em plena transformação, espaços mutantes”.

Labbucci (2013), em seu livro “Caminhar, uma revolução”, sustenta a tese de que o caminhar pode ser entendido como uma forma totalmente subversiva em relação ao padrão de pensar e agir. Para ele, o ato de caminhar é uma forma de resistir/existir em um mundo dominado pela técnica. Certeau (1998, p. 177) compara o caminhar à fala. O autor explica que “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua [...]”. Caminhar é um sistema de apropriação do espaço, assim como o locutor se apropria da língua; é uma realização espacial do lugar, da mesma forma como a palavra é uma realização da fala; implica relações entre posições diferenciadas, assim como coloca o outro na frente do locutor.

Para Guattari (1992), tudo na cidade possui movimento, rotatividade, condição que pode implicar na possibilidade de todos os locais se assemelharem à medida que vão sendo padronizados. Somente quando se olha para “fora”, ou como define Baptista (2021a), quando conseguimos enxergar o “avesso” da cidade, é que a vida, o cotidiano, em suas instabilidades fica exposto, e quanto da nossa existência acontece em/com/por movimentos, deslocamentos. É um desafio constante de saberes e aprendizagens em sua condição passageira (Guattari, 1992).

Menezes (2019) explica que o caminhar tem sido utilizado como recurso para a pesquisa em diferentes áreas, principalmente no quadro geral de estudos urbanos, no entanto sua referência enquanto artifício metodológico de apreensão, criação e

conhecimento ainda é tímida e até mesmo ofuscada por outros métodos. Todavia, é possível notar pouco a pouco, um crescente aumento da produção teórica sobre o caminhar, ou que o utilizam enquanto dispositivo metodológico.

Fortuna (2018), comenta que o caminhar é a “escuta” dos espaços que permite o observar e desenrolar das memórias de pessoas e lugares. “Por isso, andar na cidade é um ato de criatividade e imaginação sociológica capaz de incentivar trajetos e reescrever histórias plurais de vidas vividas que complexificam e pluralizam o passado e projetam futuros de urbanidades impensadas” (Fortuna, 2018, p.6). Nesse sentido, o autor reitera a inegável relevância metodológica do caminhar.

Careri (2017) lembra que “método” deriva do grego *methòdos* (metà = depois, através; *hòdos* = via, caminho): “depois do caminho” ou até mesmo “através do caminho”. Dessa forma, paro o autor a “metodologia se constrói ao caminhar, ela é construída, ‘ao longo do caminho’, ‘ao caminhar’, e o método se compreende “enquanto se está procedendo” (Careri, 2017, p. 88). Assim, este método permite a abertura ao sensível, ao subjetivo, as mudanças de rumos e atribuição de sentido aos “acidentes de percurso”.

Estes aspectos trazem pistas potentes de como o ato de caminhar deve ser utilizado enquanto procedimento metodológico, além de estar em coerência com a visão ecossistêmica complexa que orienta esta tese, e com a cartografia sensível utilizada como método.

O nômade, o errante, o caminhante trazem o “Avesso” do sedentário, produzem afetividades, mas não demarcam o território. Nesse propósito, realizar uma investigação que se proponha nômade, se processa pelo caminho e pelo que as Andanças podem mostrar. Trata-se de uma experiência que admite desvios justamente porque é ancorada no real (Deleuze; Guattari, 1995).

Nesse sentido, em aspectos técnicos, as Andanças, enquanto dispositivo metodológico como proposto por Maria Cardinale Baptista, foram realizadas por toda a cidade de Rolândia. Apoiadas na proposição de ‘com-versar’ lugares e sujeitos e objetivaram desvendar as várias cidades que compõem Rolândia. Foram Andanças que buscaram experiências vividas no espaço, afetivações geradas no movimento gerado pela relação entre o morador e a cidade.

Nestas várias cidades que podem ser vistas dentro de uma mesma, existem muitos lados a serem conhecidos, pontes, muros, praças, ruas, vielas e muitos caminhos a serem encontrados. Assim, as Andanças por Rolândia tiveram como proposta a liberdade de não seguir um plano pré-estabelecido, mas reconhecer a cidade que se mostrar durante o percurso. Careri (2013) expõe em sua obra um termo que orientou minhas Andanças: *Andare a Zonzo!,* do italiano que em português significa andar à toa, perder tempo vagando sem objetivo, ou seja, o intuito foi perder-se por entre as ruas da cidade.

Como moradora, poderia deixar-me guiar por preconcepções que poderiam tornar meus caminhos engessados, ligados exatamente a locais que já imagino terem importância aos moradores. No entanto, a proposição do Patrimônio do Cotidiano é entender qual significado locais comuns podem ter, que uso fazem deles, como estes se relacionam com a cidade e seus possíveis entrelaçamentos com o Turismo.

De qualquer forma, posso traçar ações relacionadas às Andanças por Rolândia, que contribuam para sistematizar o desenvolvimento da pesquisa. Enquanto pesquisadora, a proposta é andar pela cidade, por diversos locais, com o olhar atento e cuidadoso, com uma escuta sensível e com abertura de sensibilidade, para observar tanto a mim mesma no ecossistema, minha relação com ele, mas, principalmente, observar aspectos das materialidades dos lugares e as interações dos sujeitos com os lugares, para assim obter pistas que me levem entender a proposição do Patrimônio do Cotidiano. Não há, nestas Andanças, a identificação dos sujeitos, pois as observações e análises apresentadas partem do olhar da pesquisadora.

Ao longo dos estudos para a elaboração desta tese foram realizadas muitas Andanças, além de um resgate de Andanças anteriores - lembranças das minhas Andanças como moradora. Neste sentido, não é possível limitar a apresentação destas Andanças com a definição de dias, datas, duração e local. Posso, no entanto, afirmar que se tornaram mais concentradas e intensas a partir do primeiro semestre do ano de 2025, período em que houve uma concentração de Andanças para viabilizar a síntese.

Os registros destas Andanças foram materializados pela produção de narrativas pessoais no formato de textos livres que foram fundamentais para posterior análise e sistematização. Um destaque aqui é para o fato de que, segundo Baptista, essas

narrativas são autotranspoiéticas, ou seja, são expressão do sujeito que as produz e, ao mesmo tempo, abrem-se para a multiplicidade de códigos. Podem envolver escritos em textos livres; imagéticos (fotos e desenhos); registros sonoros do ambiente; e/ou percepções da pesquisadora gravadas em celular.

3 PATRIMÔNIO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS

O sentido de patrimônio tem sofrido diferentes interpretações ao longo dos anos. Ainda que, a noção moderna do termo se remeta ao século XIX, o sentido atribuído a bens é anterior. A relação com o passado, o vínculo com acontecimentos, a valorização do material são fatores presentes de diferentes formas nas sociedades desde a Antiguidade, e de acordo com Gonçalves (2007a), a modernidade ocidental apenas impôs contornos semânticos específicos para seu entendimento.

Os diferentes períodos e as diferentes sociedades trazem características e formas próprias de se relacionar com o seu passado e com os elementos aos quais atribuem valor, dando continuidade ou fazendo escolhas seletivas. No passado, porém, não existia a visão histórica como percebida atualmente, nem a consciência de ruptura entre passado e presente. Esses conceitos evoluíram de forma lenta e gradual (Kühl,1998).

Nesse sentido, é essencial para esta tese entender como se deu os primórdios de uma relação entre o ser humano e o patrimônio, ainda que não fosse entendido dessa forma. Esse entendimento permite refletir a origem de um conceito, ainda que primitivo, de patrimônio e os seus enlaces. Este contexto de apresentações conceituais e de mutações ocorridas se torna fundamental para entender a formação do pensamento comum sobre o sentido do patrimônio e para a apresentação da proposição do Patrimônio do Cotidiano. Acredito, porém, que para esta discussão, não é possível separá-la do contexto de origem do sentido de patrimônio, ou mesmo pensá-la excluída de seu contexto político ideológico.

Para tanto o presente capítulo está apoiado em três trilhas principais de abordagem que orientarão a construção desta trajetória da construção de sentidos e conceitos de patrimônio. A primeira trilha investigativa busca desenvolver uma genealogia de sentidos, relativa à construção dos significados e valorizações ao longo do tempo e todos os meandros que percorrem esta construção. A segunda trilha investigativa tem o intuito de expor a genealogia dos conceitos de patrimônio, ou seja, que elementos ao longo dos anos foram considerados como passíveis de valoração chegando à terceira trilha investigativa que é gênese das políticas de preservação oficializando um conceito de patrimônio.

Cabe pontuar que, com o passar do tempo, o patrimônio ganhou diferentes sentidos, a partir de sua adjetivação (cultural, natural, artístico, histórico, genético, moral, científico), transformando a palavra em um conceito nômade (Choay, 2017). Para este estudo, o interesse está em aprofundar o olhar sobre as características que o conceito ganha em termos mais amplos. Para tanto, trabalharei com o termo **patrimônio**, sem adjetivações, evitando, assim, cometer o equívoco de nos limitarmos a uma classificação somente.

3.1 EM BUSCA DO SENTIDO DE PATRIMÔNIO

Para iniciar uma exposição acerca do tema patrimônio, opto por abordar as significações e a etimologia da palavra, além de trazer também uma breve explicação sobre a palavra monumento. Acredito ser importante essa dissociação, visto que os conceitos guardam semelhanças entre si e, muitas vezes, são utilizados como sinônimos.

A palavra patrimônio tem origem no latim *patrimonium* - *pater* (pai) e *monium* (recebido). Herança Paterna. Herança Familiar. Bens de herança, que, segundo leis, são transmitidos de pais para filhos. (Houaiss, 2020). Ao analisar o significado exposto nos remetemos a uma propriedade que é herdada em oposição a uma propriedade adquirida. Designa uma legitimidade familiar, expondo uma relação existente entre um grupo juridicamente definido (família) e determinados bens. A definição aponta que a palavra estava, em sua origem, ligada a estruturas familiares, econômicas e jurídicas.

A própria semântica do termo já sugere uma relação com um tempo que nos antecede e com o qual estabelecemos relações, mediadas por elementos que, acredita-se, pertençam a uma herança. A partir destes elementos são estabelecidos nexos de pertencimento e metaforizadas relações imaginárias, sendo que, com estas relações, os elementos adquirem um status de “materialidade”. Ao analisar a palavra correspondente a patrimônio, em inglês, é *heritage* cuja tradução é herança, legado. Em espanhol, *herencia,* cuja tradução é a mesma do inglês, herança, legado. Fica, assim, evidente que o sentido da palavra é o de propriedade – algo que se possui e que se transmite as próximas gerações. Nesse sentido, existem aproximações com a palavra legado do

sentido de preservação. Preservar é transmitir às futuras gerações, é deixar uma herança, um sinal do tempo, uma marca de uma sociedade.

Patrimônio possui uma relação muito próxima com a memória e a história, segundo as palavras de Le Goff (1996), pois, ao mesmo tempo, caracteriza-se como monumento – herança do passado – e como documento – escolha do historiador.

Arruda (2006) acrescenta que o patrimônio se vincula à cultura. O autor explica que o patrimônio se traduz nos feitos, tangíveis ou intangíveis – do homem, para construir sua morada no mundo. Neste contexto, noções como cultura e patrimônio se ligam à memória social – transmissão cultural e do patrimônio – e à identidade – identificação/pertencimento. Estes conceitos, segundo ao autor, rementem sempre ao entendimento do "nós", um coletivo. "Nossa história, a nossa memória, a nossa identidade, o nosso patrimônio. Sendo o "nosso" um atributo inerente à idéia [sic] de patrimônio, consequentemente faz-se necessário inquirir sobre o "de quem?"" (Arruda, 2006, p.127).

Fonseca (s/d) explica que falar sobre patrimônio é se referir ao resultado das ações humanas.

> [...] um processo contínuo de selecionar, guardar, conservar e transmitir determinados bens, materiais e imateriais, a que se atribuem determinados valores. O termo "patrimônio" é usado devido à analogia com o processo que ocorre na família quanto aos bens que passam de pais para filhos, portanto, à herança, o que envolve não apenas valores econômicos como também **simbólicos e afetivos**. No caso dos patrimônios históricos, pode-se dizer que esse processo de selecionar, guardar, conservar e transmitir se caracteriza por uma dimensão mais ampla, necessariamente coletiva, que **integra o modo como os grupos sociais organizam sua memória** (Fonseca, s/d, p. 162).[grifo meu]

De forma bastante ampla, a seleção de patrimônio é fruto de escolhas – um determinado bem que é escolhido mediante critérios previamente estabelecidos, socialmente compartilhados e que são dinâmicos no tempo e espaço. Dizer que estes critérios são previamente estabelecidos é dizer que há variáveis que indeterminam o que é ou não é importante e, nessa indeterminação efetiva, o que valem são escolhas, segundo critérios de quem tem poder para escolher.

Sendo escolha, existe necessariamente uma exclusão – ao "escolher" um determinado bem como representativo o sujeito deixa de "escolher" ou no caso, "exclui"

outro. Estas escolhas são feitas a partir de critérios que são vigentes naquele momento. É essencial considerar a dinamicidade dos aspectos que ganham valor na sociedade e passam a constituir o bem que o grupo “elege” como patrimônio.

> Há 30 anos os critérios eram outros, e daqui 30 anos, provavelmente, também serão. Então, é importante frisarmos que o patrimônio cultural é sempre cumulativo. Cada geração vai trabalhando com seus próprios critérios, dentro desses princípios legais jurídicos. Isso vai se acumulando, e vai formando um grande acervo que acaba sendo o acervo da nação (Arantes, 2017)

Outra questão muito importante a se considerar é que, além dos aspectos culturais, os fatores políticos, ideológicos e econômicos também interferem diretamente na seleção patrimonial, resultando em um jogo de interesses e em relações de poder, onde elementos são “escolhidos” para representarem grupos sociais, períodos históricos e identidades.

Nesse contexto, é preciso refletir sobre o fato de que o patrimônio existe a partir dos valores e sentidos, que um grupo, instituição ou sociedade atribui a ele. São diferentes valores atribuídos de acordo com o olhar de quem o atribui. Abreu (2015) explica que um objeto qualquer perde seu valor de uso e adquire um valor simbólico que a ele foi atribuído e que traduz diferentes representações, ou seja, transcende o fato de ser um simples artefato e passa a ter um valor simbólico. Novos valores são justapostos e integrados, e sua preservação decorre destes valores.

Tamaso (2007) corrobora com esta explicação nos dando o exemplo dos Profetas de Aleijadinho – imagens esculpidas em pedra sabão, que compõe parte do ádrio de São Bom Jesus dos Matosinhos, na cidade de Congonhas do Campo, MG. Estes vêm sofrendo com a degradação devido a fatores ambientais, e, por isso, especialistas em restauro possuem o interesse em retirá-los do local e ali colocar réplicas. Os devotos atribuem às imagens um valor simbólico religioso e, nesse sentido querem que as imagens permaneçam onde estão, pois réplicas não trarão o conforto espiritual e valor devocional. Os especialistas atribuem um valor artístico. O poder público e poder privado atribuem o valor de símbolo nacional (patrimônio nacional), econômico e de uso turístico, onde réplicas tranquilamente satisfarão seus anseios.

Ainda utilizando esse exemplo, fica nítido também que o patrimônio se torna um campo de disputas e conflitos. “Não se está disputando o objeto, mas o que ele significa, para uns como obra de arte, para outros como símbolo de devoção e peça fundamental nas trocas simbólicas cotidianas e rituais” (Tamaso, 2007, p. 15). Sobre isso, Arantes (1984) expõe que o patrimônio é construído com intensa competição e luta política de grupos que lutam por espaços, objetos, construções, manifestações e pela forma simbólica que se apropriam deles. Estes conflitos se tornam a base das políticas de preservação, pois, quando se manifestam haverá, como dito anteriormente, uma escolha que remete a uma hierarquização – como se um valor fosse mais importante ou legítimo que outro.

Nesse sentido, a noção de patrimônio é construída a partir de uma série de ambiguidades e contradições, em um espaço de disputa econômica, política e simbólica, onde ficam nítidas pelo menos três esferas – o setor privado, o poder público e os movimentos sociais. A relação que se estabelece entre estes três agentes se reflete diretamente nos usos do patrimônio e suas contradições (Pollak, 1989; Canclini, 1994).

Ainda que diante de disputas e conflitos, o patrimônio é uma categoria social e historicamente construída. Isto pois seu significado passa por processos de significações e (re) significações constantes a depender das diferentes realidades socioculturais e temporais ao qual é exposto – o que na minha opinião deixa bastante evidente seu caráter transitório, dinâmico e mutável, que pode e deve ser considerado inclusive em relação a bens móveis e imóveis. O patrimônio, como afirma Poulot (2009, p. 12) é vivo – “[...] sua finalidade consiste em certificar identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica” (história oficial).

Segundo Prats (2005) o principal valor na definição do que deveria ou não ser considerado patrimônio é o significado que este possui para o grupo que representa. O autor afirma que essa representação pode ser local, regional, nacional ou mundial, mas deveria estar relacionada aos indivíduos, visto que o patrimônio está relacionado com a vida, história e memória destes sujeitos.

> Os bens a serem conservados são escolhidos pelas diferentes sociedades em momento determinado e refletirão valores compartilhados pelo grupo social, que pretende reforçar com o patrimônio. A população identifica-se com o patrimônio, de modo a reforçar sua identidade, constituir sua memória social e histórica, pela

> qual identificam o processo de construção cultural de sua realidade presente e reforçam sua consciência de pertencer a um grupo histórico de sua realidade (Dias, 2006, p.68).

Nesse contexto, se torna importante refletir que, para os sujeitos estes bens podem adquirir valores na relação e convivência que possuem com ele. Esses bens conectam pessoas aos lugares que são “seus” tendo uma ligação muito próxima a uma memória emocional que é responsável por atribuir os diferentes sentidos e significados. Assim, só possuem um real significado por estarem vinculados a um grupo social específico. No entanto, muitas vezes esses sujeitos, apesar destes valores afetivos, não enxergam estes bens e locais como patrimônio pela sua simplicidade e singeleza. Peñalba (2005) complementa dizendo que a constituição de um patrimônio se dá pelo processo de atribuição de diferentes valores que seguem o dinamismo da própria sociedade.

Uma distinção muito importante para compor esta tese é a apresentada por Dantas (2013) entre patrimônio cultural e patrimônio cultural protegido. O autor explica que

> [...] o conceito de **patrimônio cultural** (em geral) é distinto do conceito de **patrimônio cultural protegido.** Dizendo de outra maneira, tudo o que o homem produz ou dota de significação pode ser considerado “bem cultural”, mas nem todos esses serão objeto de proteção. O patrimônio cultural protegido é uma construção, baseada na seleção de bens que serão geridos pelas esferas estatais. Essa “seletividade”, que é alçada à categoria de princípio interpretativo, parte da premissa de que nem tudo que é produzido ou apreciado pelo homem pode ou deve ser preservado. O princípio da seletividade impõe a discriminação entre os bens que são preservados e transmitidos através de critérios estabelecidos na legislação (Dantas, 2013, p. 233). [grifo meu]

Esta diferenciação se faz fundamental para a proposição desta tese. Um dos questionamentos que motivou este estudo é o fato de bens não oficiais - ou seja, o patrimônio cultural apenas, como exposto pelo autor - mesmo apresentando significatividade, representatividade, afetividade entre outros elementos que o caracterizam enquanto escolha patrimonial de determinado grupo, não “merecem” ser preservados. Outro questionamento é sobre o porquê om próprio grupo – apesar dos valores atribuídos ao bem – também enxergam que ele não se caracteriza ou não “merece” se tornar patrimônio. Ligamos o ato de preservação e, consequentemente, das escolhas, ao ato de oficialização do patrimônio. O imaginário popular que permanece

até os dias atuais é que um patrimônio só é patrimônio se houver o instrumento legal comprovando sua importância.

Estas escolhas, muitas vezes, são feitas em nome da sociedade, no entanto, nem sempre estão coerentes com as reais escolhas do grupo que deve ser representado, ou, até mesmo, são escolhas feitas sem o seu conhecimento. Fonseca (1997) explica que o conceito de patrimônio, juntamente com a ideia de preservação, só começa a ser considerada a partir do momento em que os bens materiais passam a ser estudados, reconhecidos e valorizados pelo seu caráter histórico e/ou artístico.

> Se, no caso da tradição cristã, foi a Igreja a guardiã dos objetos de culto e gestora de sua transmissão, o que chamamos patrimônio só vai constituir-se efetivamente como corpus de bens a serem cultuados, preservados e legados para uma coletividade, em função de valores leigos, como os valores históricos e artísticos, e enquanto referências a uma identidade nacional. (Fonseca, 1997, p.53)

Arantes (2010) entende a própria preservação enquanto uma tradição que envolve a transmissão de bens culturais, a formação de um corpo jurídico, de procedimento institucionais e relações políticas que, aos poucos, foram sendo construídas, acumuladas, transformadas e legadas. A partir dessa concepção, é relevante entender a história da preservação e as mudanças dessa tradição ao longo dos anos.

A formação do conceito é resultado de um longo processo em que foram acumulados significados e símbolos, associados a um conjunto de valores como beleza, antiguidade, importância histórica, estética, curiosidade, entre outros. O patrimônio pode, assim, ser entendido como um vestígio, um testemunho da história, a herança de uma época que se propaga no tempo e no espaço, possibilitando compreender a relação entre esses bens e o contexto sociocultural em que foram criados, refletindo os valores simbólicos que possuíam e o modo de vida de sua comunidade.

3.1.1 Monumento e Monumento Histórico

Para entender a importância do Patrimônio, neste tópico abordo os conceitos de monumento e monumento histórico, visto que se unem à formação do conceito de

patrimônio, sendo, muitas vezes, tratados como termos sinônimos. Isso acontece também pois o conceito de monumento/monumento histórico foi basilar para elaboração das políticas públicas de preservação em muitos países, e a seleção de patrimônios na época muitas vezes se apoiou nestas noções. Espera-se, a partir destas explicações, conseguir dissociar o entendimento sobre os termos patrimônio, monumento e monumento histórico.

A diferença entre as noções de monumento e monumento histórico, no entanto, foi definida em 1903, por *Alois Riegl,* em seu livro "o Culto Moderno dos Monumentos"[17]. A obra se apoia no debate cultural que aconteceu na Alemanha no período. O principal aspecto a ser destacado na abordagem riegliana é a investigação sobre os diferentes valores que podem ser atribuídos aos monumentos, o que se caracterizou como um conjunto de reflexões capazes de sustentar uma política de preservação e restauro, e serviu de base para estudos e pesquisas posteriores. Rocha e Tinem (2016), complementam que esta obra busca estabelecer princípios operativos que possam orientar a política de conservação das instituições e acabou se tornando uma obra muito consistente na relação entre teoria, História e Prática.

"A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini)*" (Le Goff, 1996, p. 535). O verbo *monere* significa "fazer lembrar". Assim, para o autor, *monumentum* significa um sinal do passado. Deste modo, o monumento é tudo que seja capaz de evocar o passado, trazer uma recordação.

Camargo (2002) expõe que, na acepção comum do termo, os monumentos são edificações ou construções que podem perpetuar a memória de um fato, de uma pessoa, de um povo. São elementos 'co-memorativos'. Na visão de Riegl (2014), **monumento** é uma obra criada pela mão humana**, com o intuito preciso de conservar**, tornar presente e viva, na consciência das gerações futuras, a lembrança de uma ação, pessoa ou acontecimento. Nesse sentido, relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de uma sociedade ou grupo.

[17] **"***Der Moderne Denkmalkultus"* é uma obra de fundamental importância no que diz respeito a questões relativa à tutela dos monumentos. *Alois Riegl* enquanto presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria foi encarregado de empreender a reorganização de conservação dos monumentos austríacos, o que resultou em sua obra que se tornou a base teórica para muitos estudos que o sucederam.

O monumento possui função identificatória. É um artefato ou conjunto de artefatos concebidos e realizados deliberadamente por uma sociedade humana, a fim de lembrar "para memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivas da sua identidade" (Choay, 2011, p. 12). É entendido como um "dispositivo memorial intencional".

Choay (2017) complementa, explicando sobre a natureza afetiva do monumento.

> [...] não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (Choay, 2017, p.18)

Riegl (2014) explica que a criação dos monumentos intencionais está presente principalmente na Antiguidade e Idade Média, tendo função prospectiva, pois lhe cabe lembrar determinado momento do passado. Ainda que até hoje monumentos intencionais sejam construídos, a sociedade moderna (a partir do Renascimento) se volta à análise e apreciação, daqueles que o autor classificou como **monumentos históricos**. Trata-se daqueles **monumentos não-intencionais**, aos quais "Não é sua destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos" (Riegl, 2014, p.43).

Riegl (2014) deixa claro que os **monumentos históricos são uma criação da sociedade moderna**, quando, após um período em que se conheciam apenas os monumentos intencionais, a partir do século XV, na Itália, as obras da Antiguidade passaram a ser reconhecidas e valorizadas por suas características históricas e artísticas e não mais por serem símbolos da grandeza de Grécia e Roma.

Nesse sentido, o monumento histórico, já que não é intencional, torna-se monumento a partir de uma escolha realizada pelo seu valor histórico e/ou estético. Para Magalhães (2004), o monumento histórico constitui-se objeto de saber da história. Ele não se caracteriza necessariamente como um ato de memória, mas, ao contrário, ganha sentido posterior como "testemunhos de um passado revisitado pela história". Conferem

legitimidade à narrativa histórica, podendo ser entendidos como testemunhos do passado. Expressam a materialidade de um tempo que não existe mais, legitimando o discurso produzido pelos historiadores.

Camargo (2002) acrescenta que também os monumentos intencionais podem ser considerados monumentos históricos, quando possuem uma característica simbólica que ultrapassa o seu significado primeiro e intencional.

Riegl constroi uma abordagem que se caracteriza pela apresentação dos diferentes tipos de valores atribuídos aos monumentos, valores estes que decorrem dos diferentes tipos de olhares, percepções, uso e recepção dos monumentos históricos em cada momento e contexto histórico específico.

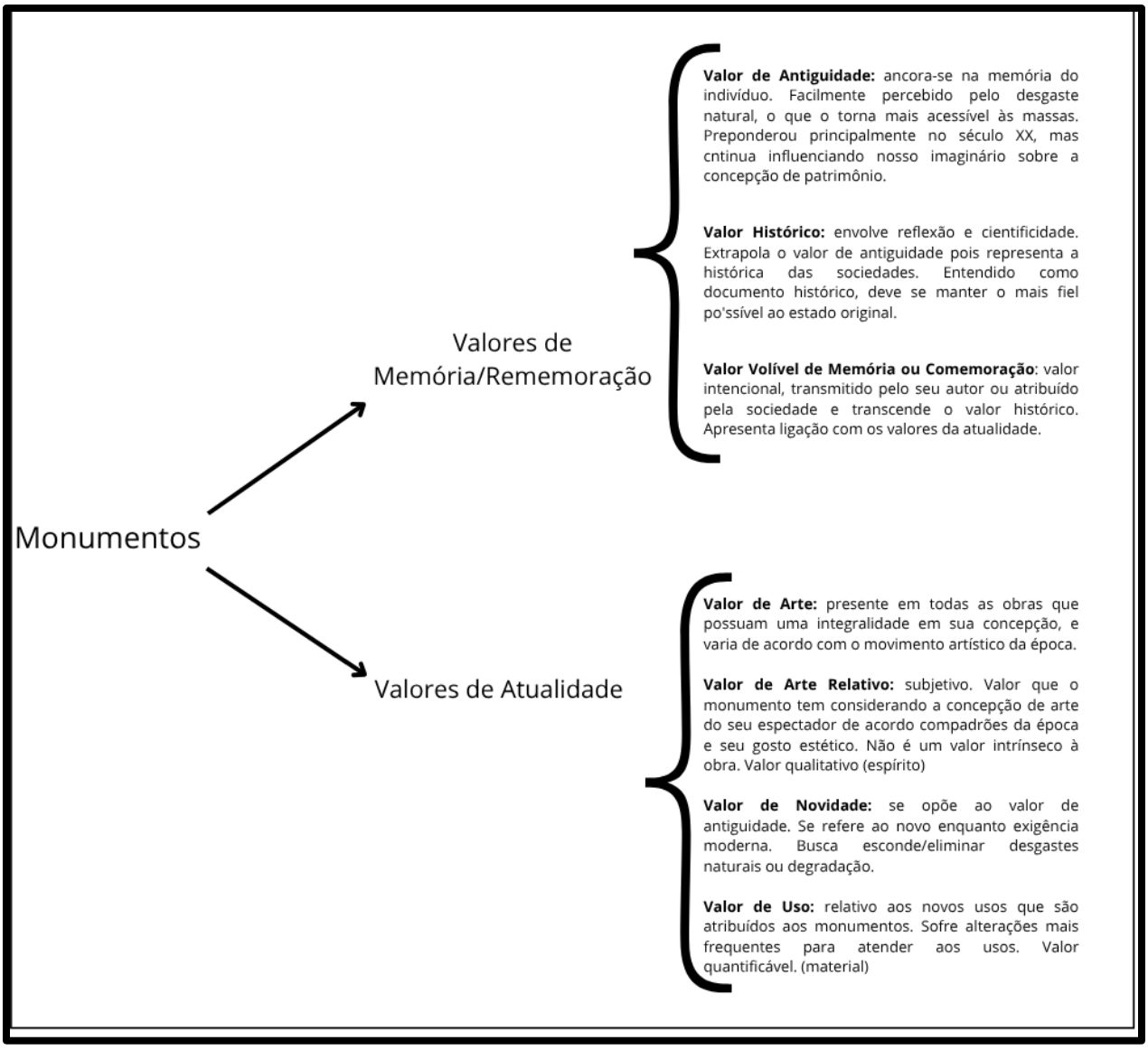
Para Rocha e Tinem (2016), apesar de estar fundamentada em uma visão evolutiva, característica do século XIX, esta abordagem apresenta valores que não se mostram permanentes e objetivos como na Renascença, mas sim valores atribuídos no presente pelos sujeitos históricos. Ou seja, o autor prevê mutações sofridas pelas interpretações realizadas do monumento em diferentes momentos históricos, deixando clara uma natureza transitória e subjetiva dos valores atribuídos. Para Riegl (2014), se à natureza é garantida a renovação constante, enquanto geradora e mantenedora de vida, o mesmo deve ser aplicado às interpretações que o monumento sofre ao longo dos séculos, interpretações que hoje formam o que ele é.

Riegl preocupava-se em compreender além de como os significados eram atribuídos aos monumentos, a forma como a sociedade entendia e recebia esses valores, além de como se dava o acesso tanto aos monumentos quanto aos valores a eles atribuídos pelas diferentes camadas da sociedade. Entendia que a tese propagada desde a Antiguidade até o século XIX de um cânone artístico rígido, objetivo e absoluto deveria ser abolida (Rocha; Tinem, 2016).

Nesse sentido, Riegl estabelece, em sua teoria de valoração, uma espécie de classificação, em que os monumentos são agrupados em duas grandes categorias: os valores de memória ou rememoração – que se refere ao valor de um monumento pela importância de rememoração, ou seja, testemunho de um passado, com reconhecimento da sociedade presente. Na segunda categoria se enquadram os valores da atualidade -

os que respondem às necessidades da sociedade moderna em aspectos funcionais, sensoriais e espirituais. (Figura 4)

Figura 4: Teoria da Valoração de Alois Riegl



Fonte: Elaborado pela autora à partir de Riegl (2014)

Ao traçar múltiplas possibilidades de valoração aos monumentos, surge também a possibilidade de fazer escolhas, as quais acabam sendo baseadas em um juízo crítico. Nesse sentido, o pensamento riegliano insere o debate sobre a cultura, preservação e práticas de restauração em pauta.

Para finalizar, Camargo (2002) explica que, durante a Revolução Francesa (1789), o monumento histórico passou a ser reconhecido como parte da carga conceitual que compõe o bem patrimonial. O monumento ainda carrega a carga de nos induzir a pensar em escala de grandeza, como se fossem sempre artefatos gigantescos e valor epopeico, argumento que o próprio autor desconsidera.

Assim, contemporaneamente, os monumentos podem ser caracterizados como patrimônios, ou seja, o entendimento do termo patrimônio abarca os conceitos anteriores de monumento e monumento histórico. Compreendo, desse modo, que o sentido de patrimônio é bem mais amplo que monumento.

3.2 AVANÇANDO NA TRILHA DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Para que seja possível entender o conceito de patrimônio, é essencial percorrer sua trajetória de construção. É importante ter em mente, como já exposto, que esse conceito é uma invenção da sociedade moderna. No entanto, está fundamentado por noções que foram se acumulando ao longo do tempo, considerando, nesse aspecto, também as noções de monumento e monumento histórico. Desde a Antiguidade, as pessoas manifestaram formas de valoração, afetividade e preservação dos seus bens. Entender essa deriva histórica é importante para nos darmos conta do caráter mutante dos conceitos e formas de valor, bem como, para ponderar sobre as mutações sofridas na forma como a sociedade enxerga e reconhece os bens patrimoniais até os dias atuais. É possível ainda atestar o caráter dinâmico do patrimônio, evidenciando que essas mutações conceituais podem e devem continuar acontecendo à medida que a sociedade se altera, e à medida que novas demandas surgem.

Assim, com vistas a apresentar de forma mais dinâmica e objetiva as diferentes concepções de patrimônio ao longo dos tempos, elaborei um quadro com o entendimento do termo desde a Antiguidade. É muito importante reiterar que esse quadro, apesar de objetivo, é fruto de um aprofundamento teórico realizado para o desenvolvimento da tese, que me permitiu então expor as informações de forma concisa.

Quadro 10: Síntese da trajetória histórica da concepção sobre patrimônio

Período	Concepção	Materialização
Antiguidade 4000a.C a 476d.C	Patrimônio entendido como uma coleção de riquezas, que indicavam poder, luxo e prestígio. Bens de valor material e comercial. Sentido de posse. Bens inacessíveis.	A melhor forma de se apropriar dos bens era através das campanhas de guerra, que ocasionava a destruição intencional de cidades e expressões culturais, com o objetivo de apagá-las favorecendo a colonização. Tesouros, Tumbas mortuárias, oferendas religiosas.
Grécia e Roma Século VIII a.C a Século V d.C	Buscavam preservar resquícios de uma civilização considerada superior (Grega), e deveria ser imitada não por imposição, mas por interesse de assimilação e criação de um mito de origem. Valorização principalmente estética.	Primeiras escavações. Ênfase no colecionismo. Espoliação. Exposição pública (status) e exibicionismo. Obras de arte, réplicas, edifícios antigos, relíquias.
Idade Média 476 à 1453 Século V a Século XV	Movimento contraditório: de um lado, destruição baseada no proselitismo cristão e indiferença aos bens que haviam perdido seu sentido e usos frente a uma realidade de fome e miséria; por outro lado muitos edifícios e obras consideradas pagãs foram objeto de conservação estimulada pelo clero. Mundo greco-romano se mantém como referência cultural para assimilação para o cristianismo. Mantem-se a visão do status e inacessibilidade.	Colecionismo principalmente pela Igreja, mas também por classes mais privilegiadas. Reutilização de edifícios por parte da Igreja. Monumentos imperiais; objetos e obras de arte; edifícios antigos.
Renascimento Século XIV a Século XVI	Humanismo e a arte trouxeram reflexos na concepção do patrimônio. Inicia-se um processo de valorização histórica e de rememoração. Obra de arte enquanto documento do passado. Mantém-se a valorização estética. Interesse pedagógico. Certo grau de acessibilidade. Paradoxo entre preservação e destruição. Surge a retórica construtiva de formação histórica da sociedade ocidental - apropriar-se do tempo e construir um passado – inventar este passado – está intimamente ligado aos bens e fragmentos mnemônicos inventariados e colecionados.	Arte e a arquitetura clássica: monumento referenciais. Abordagem literária contribui para valorização e visitação. Surgimento da disciplina de história, auxilia no distanciamento histórico entre o observador e o objeto. Primeiro ato de preservação do papa Pio II, a bula *Cum almam urbem* datada de 28 de abril de 1462, objetivando a proteção de riquezas artísticas e edificações sob jurisdição eclesiástica. Arte, arquitetura clássica, literatura, obras e edifícios da Antiguidade
Séculos XVII e XVIII	Noção de antiguidade e alargamento do seu campo de estudo. Valores	*Grand Tour.* Criação dos primeiros museus. Surgimento dos *aniquaires*[18].

[18] Eruditos da época que foram responsáveis por pesquisas e levantamentos (inventário) de antiguidades. De certa forma, sua dedicação e esforço contribui significativamente para a criação das primeiras associações de preservação, principalmente na Inglaterra (Choay, 217).

	estéticos e históricos. Democratização do saber. Olhar crítico sobre o passado histórico e artístico. Valorização de monumentos como testemunho de um passado nacional. Preservação se mantém abstrata.	Arquitetura, ruínas, monumentos, antiguidades, pinturas, esculturas.
Século XIX e Início do Século XX	Bens móveis e imóveis que representam a identidade sociocultural de uma nação. Valor histórico, estético, arquitetônico, arqueológico. Legislação protetora. Ideia de herança que dever ser passada de geração a geração.	Bens ligados a elite, igreja. Museus, arquivos e bibliotecas estatais. Construções, ruínas, monumentos, cidades entre outros.
1945 – 1980	Bens universais. Patrimônio entendido também pelo viés educacional e econômico.	Sítios arqueológicos, cidades, arquitetura, monumentos, centro históricos. Início da discussão pelo reconhecimento imaterial. Lista do Patrimônio Mundial. Turismo de Massa
Atualidade	Ampliação conceitual. Conjunto de bens materiais e imateriais. Busca pela ampliação no sentido de patrimônio. Riqueza coletiva de importância para a democracia cultural. Diversidade.	Busca por uma maior diversidade representativa. Reconhecimento oficial de bens imateriais. Construções, ruínas, monumentos, centro históricos, manifestações, festas, saber fazer entre outros. Novos usos, maior acessibilidade aos bens.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Amarante (2013); Choay (2011;2017); Dias (2006) e Llull Peñalba (2005)

Analisando o quadro, percebe-se que as diversas concepções ao longo dos anos não necessariamente se excluem: pelo contrário, vão se complementando e se aproximando do conceito de patrimônio vigente nos dias de hoje. É muito importante vislumbrar também que, desde a antiguidade, as percepções sobre a identificação, valorização e posterior preservação estão ligadas a classes privilegiadas, Igreja, artistas, filósofos e a materialização de bens grandiosos, canônicos, notáveis, sofrendo alterações apenas à partir da década de 1980. De certa forma, essa trajetória contribui para a formação de um entendimento sobre um patrimônio que se caracteriza como inatingível, inacessível e que representa apenas parte de uma sociedade.

Nessa trajetória, ganha destaque a Revolução Francesa (1789 – 1799), como um marco histórico que deu início às primeiras discussões e à elaboração efetiva de um

modelo jurídico, que se perpetuou e serviu como exemplo para muitos países. Para Poulot (2009, p. 26),

> O patrimônio no sentido “legal” surgiu com as legislações nacionais do século XIX, legislações que lhe garantiram um destino específico no meio de todas as manifestações sociais dos objetos. Aliás, tal postura foi assumida em nome do povo, como destinatário eminente e, ao mesmo tempo, o derradeiro responsável por essa herança. A França da primeira metade do século XIX foi, por excelência, o lugar da elaboração progressiva e muitas vezes conflitante dos valores patrimoniais – em oposição, especialmente, ao direito de propriedade.

Assim, entendo que, até este momento não existiam patrimônios oficialmente declarados como tal, e nem políticas que direcionavam ações de preservação. Nesse sentido, é importante um olhar mais detalhado a esse período.

> [...] a constituição e defesa do patrimônio cultural tem também sua vertente ideológica. Elas são meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a ‘nacionalidade’ e a ‘identidade’. Desse ponto de vista, o problema não é apenas o que preservar ou não, mas determinar o que defender e como fazê-lo. Ressoa, nesse aspecto da questão, o debate sobre concepções acerca de como se reconstrói o processo histórico (o triunfo dos vencedores ou a perspectiva dos vencidos) ou, num modo de ver mais abrangente, o problema do lugar e significação da cultura popular no contexto da cultura nacional (Arantes, 1984, p. 8).

De forma a contribuir com esse entendimento, Abreu (2014) apresenta uma divisão de acordo com os processos oficiais de patrimonialização. Para a autora, do século XIX à primeira metade do século XX, os processos de patrimonialização se apresentam orientados por uma reconstrução do passado e pela busca, valorização e consolidação de uma memória nacional. O segundo período, segundo a autora, possui como marco fundamental a criação da UNESCO, no ano de 1946, quando o conceito antropológico de cultural passa a fundamentar os processos de patrimonialização – a noção de que os seres são biologicamente semelhantes e que suas características culturais marcam suas diferenças, onde a meta da UNESCO seria a aproximação entre os povos, que resultaria em um maior entendimento entre os povos. A autora cita ainda um terceiro momento, a partir do final dos anos 1980, com o lançamento da Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares em 1989, que marca o início de uma ampliação conceitual e de reconhecimento de novos grupos

culturais com a noção de cultura tradicional e popular e, posteriormente, patrimônio imaterial.

3.3 SURGIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO NA DERIVA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

A Revolução Francesa concentrou-se no período de 1789 e 1799 e teve como um de seus resultados a formação de um modelo de preservação do patrimônio, que foi reconhecido e copiado por diversas nações. Nesse sentido, é muito importante para a trajetória que estou compondo, entender o modo como se deu a formação dos conceitos de patrimônio neste período, e como, dessa formação conceitual, surgiram as políticas de preservação.

Esse processo ocorreu em praticamente toda Europa, e não foi um caso isolado da França. Até mesmo países como Estados Unidos e Canadá passam a institucionalizar a patrimonialização e a preservação. No entanto, neste estudo, me aterei à França, pois foi o modelo utilizado para orientar para a construção das políticas de preservação no Brasil. Da mesma forma, não se faz necessário que a trajetória preservacionista na França seja detalhada até a atualidade. Ressalto que, o que interessa pontualmente, é entender a concepção de patrimônio “inventada” neste período.

Poulot (2009), explica que é neste período que se tem a consolidação do termo patrimônio e sua associação a leis institucionais de preservação, com intenção de proteção de símbolos do passado. É preciso, no entanto, dar atenção a outro elemento de análise para entender esse processo de reconhecimento e proteção de bens patrimoniais. O período foi também marcado pelo surgimento de um sentimento nacional. Assistimos à criação de nações e à construção da história destas nações materializada em patrimônios, que passam a ser entendidos como nacionais, e que, devido a esta nomenclatura seriam protegidos da destruição.

Concordo com Anderson (2008) quando afirma que tanto a nação quantos os nacionalismos são produtos culturais, que, para melhor entendê-los, é preciso considerar suas origens, as transformações que seus significados sofreram ao longo dos anos, mas, aqui, principalmente, precisamos considerar sua legitimidade emocional profunda.

A queda do regime absolutista da Europa faz surgir a necessidade simbólica de afirmação identitária com a nova realidade que se compunha. A função simbólica do patrimônio se torna uma das estratégias utilizadas para contribuir com esse processo. O objetivo era embutir a ideia de que aqueles bens não eram apenas coisas, mas sim bens coletivos, pertencentes à nação e de grande importância para a fundir o sentimento de pertença e a coesão social.

Para Chuva (2017, p. 40), "A noção de patrimônio então concebida está irremediavelmente atrelada ao surgimento dos Estados nacionais, e ao processo de formação da nação dele integrante, em que se verificou um enorme investimento na invenção de um passado nacional". A autora ainda acrescenta que as origens de uma noção de patrimônio ficam então ligada à França revolucionária, período em que a concepção de nação era algo muito novo, e significava uma ruptura com a visão existente até o momento.

Fonseca (1997) explica que um dos principais traços da sociedade moderna, que diferencia uma sociedade simples de uma sociedade complexa, é a existência de um aparelho estatal. A autora complementa expondo que diferentes grupos sociais terão menor ou maior autonomia, destacando que se verifica também a distinção entre as memórias coletivas e uma memória nacional. A partir da existência dos Estados nacionais[19] ,é possível notar também a construção do "universo simbólico dos patrimônios nacionais: a sua constituição a partir de um estatuto jurídico próprio, a sua proposição como uma forma de comunicação social, e a sua institucionalização enquanto objeto de uma política pública" (Fonseca, 1997, p.29-30).

O surgimento desse universo dos patrimônios nacionais, envolve além dos valores históricos, artísticos e estéticos que até então eram considerados, um valor nacional, que se remete a um valor afetivo e um sentimento de pertencimento a uma comunidade comum, no caso a nação. Essa concepção também está relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva – identidade nacional (Fonseca,

[19] Autores consultados para esta tese, como por exemplo Dominique Poulot e Benedict Anderson explicam que o surgimento da nação é um processo que está ligado à criação do Estado nacional, e, normalmente acontece posteriormente. Assim como o sentimento de nacionalismo, que, na visão de Anderson (2008) configurou-se apenas no século XIX e representou uma nova forma de consciência. Dessa forma, não podemos considerar a criação dos Estados nacionais um acontecimento objetivo, mas como um processo.

1997). Assim, a noção de patrimônio é produzida paralelamente a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. Concordo com Oliveira (2011) ao afirmar que nação, patrimônio e identidade a partir da concepção dos Estados nacionais são categorias indissociáveis e interdependentes.

O início do processo de formação de um modelo de preservação como política de Estado começa a ser delineado neste período. De acordo com Poulot (2009), o momento subsequente à Queda da Bastilha, passou a considerar novas representações com a leitura genealógica do nacionalismo como a expressão de uma tradição histórica de continuidade serial. O nacionalismo configurado nesse período se caracterizou com uma nova forma de consciência, que surgiu quando não era mais possível lidar com o que estava posto até então.

Os Estados buscavam se estruturar em uma base coesa, o que, de acordo com Benedict Anderson (2008), caracteriza-se como uma comunidade imaginada. Para melhor explicar o termo, é possível entender a nação como esta comunidade socialmente construída que se apoia em uma noção de coletividade, compartilha valores, símbolos e signos comuns a todos os seus membros, fato que os fazem pertencer a um espaço imaginário, mesmo que seus membros não se conheçam. Nesse aspecto está intrínseca a noção de identidade nacional. O autor acrescenta que a nação entendida como uma comunidade pressupõe que, independentemente das desigualdades e explorações internas, ela sempre será “concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 2008, p.34).

Assim, as orientações sobre um legado que será transmitido às gerações futuras ganham espaço e enfatizam uma memória relacionada à nação e aos seus heróis. Diante de um cenário desastroso que se seguiu após a Revolução, com o aumento das destruições, saques e devastações, que tinham como base um caráter político ideológico, surge, na contramão, o processo de consolidação de um Estado Nacional.

Choay (2017) esclarece que, a partir da ruptura em razão da Revolução Francesa foi destacado o interesse pela consagração do sentimento de pertencimento nacional. Com o surgimento de ameaças concretas de perdas dos monumentos, o culto à nação e a preservação passaram a ser um tema de interesse público.

Assim Carmargo (2002) explica que possivelmente a política de preservação na França surgiu por razões práticas. Iniciada com a extinção da monarquia, e tentando conter os inúmeros atos de vandalismo que aconteceram em resultado da Revolução, forjou-se o conceito de Patrimônio Nacional.

Choay (2017) explica que a "invenção" da conservação dos monumentos com seu aparato técnico e jurídico, apesar de ter sido pensado pela Monarquia, foi antecipado pelas instâncias revolucionárias com decretos e instruções, desenvolvidos da década de 1830, e a criação da primeira *Comission des Monuments Historiques.*

Primeiramente os bens da Coroa, Clero e Igreja, passaram para o Estado. Posteriormente, juntaram-se os bens dos emigrados – aristocratas que abandonaram a França revolucionária. Acrescentou-se o atributo nacional, visando à constituição do Estado Republicano. Assim, a conservação na França revolucionária assume uma postura política que abarcou, com toda riqueza e diversidade, a totalidade do patrimônio nacional, os Bens Nacionais (Camargo, 2002; Choay, 2017). Na verdade, uma parte dos bens foram vendidos diante da necessidade de dinheiro do Estado.

Mesmo sob a denominação de Bens Nacionais, as destruições não cessaram. Em 1794, dando destaque a atuação de *Henri Grégoire*[20], foram tomadas as primeiras medidas contra o vandalismo.

> Se as destruições e reutilizações inadequadas não cessam [...] é, em contrapartida, inventado e forjado o conceito do **patrimônio nacional.** Do termo vigente do direito de sucessão de estirpes, os descendentes são herdeiros dos bens do pai, cujos bens materiais constituem o patrimônio. E, ao conjunto de bens, legado ou patrimônio herdado do pai, acrescentou-se o qualificativo de nacional. Ou seja, os cidadãos, com a Revolução Francesa, eram livres e iguais perante a lei (Liberdade/Igualdade), e, nascidos no país, são todos irmãos (Fraternidade) e herdeiros do mesmo pai, o Estado Nacional (Camargo, 2002, p.20-21).

Nesse sentido, Chuva (2017, p.41) evidencia dois aspectos que se mostram em torno da noção de patrimônio. "Por um lado, o estabelecimento de relações específicas

[20] Henri Grégoire, padre juramentado, responsável pelo neologismo "vândalo", que na época significava destruidor. Os relatórios de Grégoire para a Convenção Nacional são de grande importância para a preservação dos bens patrimoniais, sejam estas antiguidades romanas em solo francês, bens medievais, ou mesmo bens contemporâneos (Camargo, 2002).

e historicamente determinadas com o passado[21] [...] Por outro lado, a materialidade – característica inerente à noção de patrimônio – remete também a ideia de territorialização, da qual são substratos os sentimentos de pertencimento e de posse".

É então criada uma metáfora de sucessão, tanto no plano jurídico quanto no prático, onde os monumentos se tornam a materialização de uma identidade nacional que o sujeito poderia compartilhar e com a qual poderia se reconhecer, não somente pela língua, mas pelo sentimento de pertencimento a um povo, a um território (Choay, 2017).

A ideia de patrimônio que surge a partir da realidade de Estado nacional considera bens patrimoniais que são comuns a todos os membros da nação, sendo então representante de sua cultura e identidade. Quando analisamos essa concepção de forma mais aprofundada podemos dizer que ela

> [...] oculta as diferenças sociais e culturais da sociedade, omite o conflito e esconde os mecanismos institucionais pelos quais as classes hegemônicas selecionam os bens culturais que deverão formar o patrimônio cultural de uma nação e constroem os discursos políticos de unidade e de homogeneidade cultural. O Estado é que seleciona os bens a serem preservados de acordo com seu projeto histórico; ou seja, os grupos sociais dominantes é que realizam a seleção, de acordo com critérios restritivos e exclusivos (Dias, 2006, p. 80).

Choay (2017, p. 98 - 99) complementa que essa transferência de propriedade trouxe problemas sem precedentes. Adota-se neste momento, como exposto, a metáfora de sucessão ou, nas palavras da autora, a "metáfora do espólio", expondo que a ideia central que se quer passar é que o valor primário devolvido ao povo é o valor econômico. As palavras-chave são: herança, sucessão, patrimônio e conservação[22]. No entanto, estes bens com valor de troca, sob o efeito da nacionalização tornam-se bens que se

---

[21] A autora se apoia no filósofo Walter Benjamim para explicar que, quando a relação com o passado se transforma em uma estratégia, surge a ideia de que o presente pode iluminar o passado e não o inverso. Nesse sentido surgem as tradições. A noção de invenção das tradições de Eric Hobsbawn é desenvolvida também para explicar a formação dos Estados Nacionais

[22] Cf por exemplo Armand-Guy Kersaint, *Discour sur les monuments publics, prononcé au Conseil du département de Paris le* 15 [XII] 91, p.5: os monumentos importantes "são o patrimônio de todos (...) devem ser mantidos, engrandecidos, embelezados à custa de todos", ou ainda a *Instruction sur la manière d'inventorier*, p3: "É nas casa vergonhosamente abandonadas por vossos inimigos que havereis de encontrar uma parte dessa herança; tirai proveito dela em benefício da razão tão cruelmente ultrajada por eles (...) que cada um de vós se comporte como se fosse de fato responsável por esses tesouros que a nação vos confia"(Choay, 2017, p.98)

devem preservar e manter. “Poder mágico da noção de patrimônio. Ela transcende as barreiras do tempo e do gosto. [...] O conceito de patrimônio induz então a uma homogeneização do sentido de valores [...]”.

Importante ressaltar que, apesar de serem divididos em diferentes tipologias, segundo a legislação francesa, as duas principais categorias de monumentos eram os bens móveis e imóveis, que, considerando suas características, requerem dois tipos diferentes de tratamento. No caso específico dos bens móveis, foram, segundo Dias (2006), reunidos em grandes depósitos abertos ao público, consagrados com o nome de *museum* ou museu, com a função de servir à instrução da nação. Em 1791 foram criados: Museu da República (Museu do Louvre), Museu de História Natural, Museu de Monumentos Franceses (de História Nacional) e Museu de Artes e Ofícios. O autor ainda complementa

> Com a ascensão da burguesia ao poder em inúmeros países europeus e com o exemplo francês, houve um aumento significativo de museus por toda a Europa. As coleções privadas da aristocracia europeia passaram a ter uma importante função pública, ligada ao Estado. Os museus ganharam uma função política, de fortalecimento dos recém-criados Estado – nação, para apresentar um valor simbólico significativo na construção da identidade nacional, que precisava ser fortalecida perante o antigo regime identificado com a Igreja e com a nobreza. Assim, o patrimônio em termos políticos, assumiu um novo papel simbólico, o de representar a comunidade identificada com a nação (Dias, 2006, p.70).

Citando novamente Anderson (2008), os museus podem ser entendidos como uma estratégia, no processo de criação dos Estados nacionais, de garantir vínculos com o passado imaginado. Estes espaços, estrategicamente criados, foram fundamentais para formulação do sentimento de nacionalismo e da representação nacional. Para o autor, os pilares da construção identitária estão presentes nestes espaços – um lugar que abriga objetos que foram devidamente escolhidos por representarem uma história (aquela que se quer contar), um passado, e que contribuem para ativação da memória. Além dos museus, e também relacionados a eles, o autor cita o trabalho dos arqueólogos. Atividade que, em alguns locais ainda, não era concebida, passou a ser difundida, contribuindo significativamente na criação das imagens e signos (baseados na história e poder) para compor o Estado.

Para Françoise Choay (2017) torna-se necessário também incluir o reflexo da Revolução Industrial no processo de criação da noção de patrimônio e da elaboração de

políticas para sua preservação. Entendida pela autora como um movimento de ruptura com os modelos tradicionais de produção, a Revolução Industrial gerou uma fratura entre pelo menos dois períodos de criação humana – o antes, onde se encontra o monumento histórico, e o depois, onde começa a modernidade. Este entendimento distanciou o patrimônio da dinâmica social da época, isolando-o em um local e tempo que talvez não possua mais continuidade e função social. Assim, o “antigo tecido urbano” das cidades europeias se tornou alvo destas políticas de preservação, enfatizando a necessidade de preservação destas áreas e de dar a elas novos usos.

3.3.1 A consolidação da importância do campo patrimonial

Os temas relacionados à preservação, intervenção, usos, restauro, diferentes nomenclaturas, diversidade e outros relacionados ao campo patrimonial, passam a ganhar corpo no cenário mundial. Como já expliquei anteriormente, não foi apenas na França que se deram os debates sobre a conceituação do patrimônio e consequente elaboração de políticas para sua preservação. Aos poucos, estes países sentiram a necessidade de estudos, debates que ultrapassassem suas fronteiras.

Lembro também que, neste estudo, não pretendo tratar minuciosamente sobre leis, decretos, recomendações. O intuito é entender em que aspectos todo este aparato influencia na forma como os Estados lidam com seu patrimônio, e principalmente, nos reflexos gerados sobre como a noção de patrimônio foi construída ao longo dos anos. Assim, citar o surgimento destes encontros é importante na medida que seus resultados tiveram reflexos diretos na condução das políticas públicas estatais, e também na trajetória conceitual do patrimônio. Para tanto, penso não ser necessário aqui elencar todos eles e sobre quais temas se debruçaram.

No início do século XX, frutos de encontros internacionais surgem as Cartas Patrimoniais. Para Kühl (2010), as cartas patrimoniais são documentos gerados a partir de discussões sobre diferentes áreas temáticas, tendo como foco central o patrimônio. Não possuem necessariamente caráter normativo, apenas indicativo: no entanto, estas instruções são consideradas pelos países participantes e influenciam diretamente a elaboração de propostas legislativas em seus países.

Granato, Ribeiro e Araújo (2018) complementam a explicação, dizendo que instâncias formais de proteção dos países participantes se reúnem em seminários, congressos e espaços de discussão, podendo, ao término destes encontros, produzir Cartas Patrimoniais que tenham relação direta a preservação do Patrimônio. A primeira Carta Patrimonial é a Carta de Atena em 1931.

Cabe aqui citar também a União das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que ocupa posição de destaque na estruturação dessa arena supranacional, cuja noção sobre patrimônio passa a ser entendida como uma régua que dita oficialmente como devem proceder as ações de preservação no mundo. As recomendações originárias dos encontros realizados pela UNESCO, apesar da autonomia que cada Estado nação possui para a tomada de decisões, passaram a orientar a maioria das formulações das políticas.

O risco de desaparecimento de muitos patrimônios em função da guerra trouxe nova concepção de proteção – guardar para o futuro patrimônios cujas memórias representam a grandeza de diferentes nações. O principal sentido de patrimônio aqui é o de “lugar de memória” (Nora, 1993).

O patrimônio é capaz de transmitir valores materiais, simbólicos e funcionais. “[...] material por seu conteúdo, funcional porque garante a estratificação da lembrança e sua transmissão, e é simbólica porque torna público um acontecimento ou experiência vivida por um determinado grupo social” (Neves, 2014, p.60).

A criação da UNESCO, no ano de 1946, vem para contribuir com esta visão. De forma geral seu principal objetivo é construir e propagar a paz e segurança entre os povos, em tempos de necessidade de novos olhares sobre as estruturas de gestão dos territórios e das nações. Apesar de sua atuação não ser voltada especificamente ao patrimônio, a UNESCO é considerada um importante organismo que une países para propor medidas comuns a proteção e gestão do patrimônio.

Granato, Ribeiro e Araújo (2018) explicam que, no campo patrimonial, os documentos que são resultados dos encontros no âmbito da UNESCO são divididos em quatro tipos diferentes de documentos a saber: Preâmbulos, Convenções, Recomendações e Declarações. As Cartas Patrimoniais passam a integrar esses

documentos formais da UNESCO, dos órgãos institucionais dos países e aqueles produzidos por grupos sociais interessados no assunto.

Choay (2017), fazendo uma análise dos encontros, afirma que, em primeiro momento, tiveram a presença massiva de arquitetos, historiadores, arqueólogos, mantendo a tradição de participação desses profissionais nas discussões sobre o tema e, dessa forma, mantendo o discurso e ideais. Para a autora, a arena supranacional propagou o discurso técnico, seguindo os mesmos critérios, modelos e categorias definidas pelos países europeus.

Fabrino e Duarte (2022) explicam que em suas primeiras décadas de atuação, a UNESCO teve participação quase exclusiva dos países europeus e norte-americanos, sendo, dessa forma, influenciada por uma visão de mundo ocidental. Apenas da década de 1960 a noção antropológica começou a aparecer nos debates, e novos elementos passaram a participar de uma noção de patrimônio que começou a ser ampliada. Aos poucos foram sendo acrescentados novos elementos e novos objetos de estudo. Dessa forma passaram a compor os documentos internacionais dedicados à proteção do patrimônio, evidenciando o alargamento do conceito e do reconhecimento e salvaguarda do patrimônio. De qualquer forma, seria apenas o início de um processo longo de mudanças.

No ano de 1972, a Conferência Geral da Unesco aprovou a Convenção para Proteção Mundial, Cultural e Natural, a fim de tutelar e preservar o patrimônio considerado de interesse excepcional e de valor universal (UNESCO, 1972). Esta Convenção fica conhecida como Convenção do Patrimônio Mundial. Decorrem dela as diretrizes e os critérios para elaboração da Lista do Patrimônio Mundial. Para Scifoni (2003), esses critérios baseiam-se nas experiências ocidentais de preservação, principalmente na gênese da proteção institucional francesa, que teve como valores basilares as noções de monumentalidade, excepcionalidade e autenticidade.

A autora ainda cita que a Convenção do Patrimônio Mundial

> [...] nasceu e se consolidou num período de Guerra Fria em que EUA e Europa, o chamado primeiro mundo, buscavam disseminar internacionalmente, os valores de sua própria sociedade, como valores universais. A hegemonia política-econômica [sic] se refletiu na construção do discurso patrimonial, na formulação de critérios e de conceitos que fundamentaram o trabalho e, também,

> como liderança na Lista do patrimônio e como afirmação de uma superioridade cultural e de seu mundo natural (Scifoni, 2003, p. 10).

Cabe ainda citar a explicação de Choay (2017) que o projeto de “criação” ocidental do patrimônio contribuiu para a ideia de universalidade presente nos conceitos, critérios, parâmetros técnicos e códigos de condutas, que foram, posteriormente, os modelos seguidos por outros países. Para a autora, algumas instituições supranacionais como a UNESCO usam essa fundamentação para estabelecer uma padronização conceitual ou terminológica e para orientar as ações de preservação. Essa perspectiva “universal” ocidental que rege o pensamento científico no campo do patrimônio bem como a atribuição de valores é, segundo a autora, facilmente identificada, por exemplo, na Assembleia Geral de Unesco de 1972, onde se define o “valor excepcional” como um critério para a patrimonialização mundial.

Sobre este assunto, Souza (2017) complementa que assistimos a construção de uma “identidade genérica” – Patrimônio da Humanidade, em que os critérios identificáveis devem ser aplicáveis a diversidade de bens selecionados no globo. O mundo começou a assistir o que Peixoto (2002) chama de “corrida ao status de patrimônio mundial”. Na década de 1970, nota-se uma inquestionável hegemonia europeia na Lista dos Patrimônio Mundiais. O Brasil aderiu à Convenção em 12 de dezembro de 1977, pelo decreto 80.978 (Brasil, 1977).

O fato de haver um maior número de patrimônios europeus não se traduz em uma maior importância histórica europeia, e, a meu ver, também não exclui a importância que países da Europa tiveram em um contexto mundial. Apenas denota uma maior disposição e estrutura interna desses países de se fazerem representados, e, principalmente, de que os critérios utilizados visam à manutenção de um discurso hegemônico de valoração. Importante também para esta análise é pensar em como estes discursos se propagam e refletem para os países, como o Brasil, por exemplo, que aqui aparece fora do eixo a ser representado, mas que, em nível nacional, replica os mesmos critérios para a preservação dos bens que se farão nacionais, buscando uma universalidade, excepcionalidade e autenticidade, e claro, por que não, a representatividade mundial. Apenas a título de curiosidade, e visando complementar os dados trabalhados, o primeiro bem brasileiro a compor a Lista do Patrimônio Mundial foi

a cidade de Ouro Preto, no ano de 1980. Durante a elaboração deste trabalho (junho de 2025), o Brasil possui 23 bens no total que receberam o título de Patrimônio Mundiais.

A criação da UNESCO e principalmente a elaboração da Lista do Patrimônio Mundial inseririam definitivamente o debate sobre o patrimônio mundial em um contexto mais amplo, dando maior visibilidade e aderência às discussões. Percebe-se também o aumento significativo, devido a maior exposição destes bens, pelo desenvolvimento do Turismo em cidades que possuíam bens declarados como patrimônios da humanidade, e também em cidades que possuíam bens considerados oficialmente patrimônio. Aumentou o interesse político em relação a esses bens (também devido ao turismo), e articulado a ele o interesse econômico passou a ocupar um espaço cada vez maior. Isso deixa bastante nítido a união dos aspectos teóricos, técnicos, políticos e econômicos no jogo patrimonial.

Nesse sentido, na visão de Certeau (1998) e Tamaso (2005), o desenvolvimento passa a ser buscado por causa do patrimônio. Cria-se uma economia protecionista para justificar o investimento de mercado em centro históricos, patrimônios isolados, bens depositados em museus. Assistimos o *boom* do turismo dito cultural, o espetáculo do patrimônio, tudo isso apoiado no discurso de proteção e valorização, e que escondem a exclusão, a especulação imobiliária e o processo de gentrificação. Todo o sentido simbólico, afetivo e de vínculos, propiciado pelo patrimônio, não importam tanto quanto o poder econômico e político que o patrimônio pode propiciar.

Não se deve desconsiderar que principalmente nas últimas décadas do século XX grandes mudanças foram sentidas pela sociedade. A revolução tecnológica e a globalização, entre outras características da vida social, transformaram profundamente as relações do ser humano e a relação dos sujeitos com sua cultura, com suas tradições e com o que entendemos por identidade. Estas transformações sociais e culturais tiveram reflexos diretos no sentido de patrimônio cultural e na forma como a sociedade passou a enxergar seus bens e suas manifestações.

Muitos autores apontam que essas mudanças trouxeram um movimento difuso. Frente a possibilidade de homogeneização cultural, surgiu a busca pela diferença, pela identidade e diversidades de cada povo. Sobre esse aspecto, Harvey (2008) argumenta que essa busca pela manutenção de suas especificidades culturais e históricas pode ser

entendida como um meio para resistir à padronização e massificação, provocada pela globalização econômica. De forma geral, os indivíduos, diante da instabilidade e da velocidade contemporâneas, voltam-se a conceitos como memória/identidade e consequentemente ao patrimônio como algo que lhes confere um vínculo/enraizamento, um elemento que os mantêm em segurança diante de um processo homogeneizador hegemônico

Essas mudanças passaram a ser sentidas nas esferas supranacionais do patrimônio e tiveram reflexos em sua atuação. Abreu (2014; 2015) explica que, a partir dos anos de 1980, o campo da patrimonialização começou a ganhar novos desenhos e movimentos. Países do chamado Bloco do Sul, formado sobretudo pelos países tropicais da América Latina e da África, bem como do Sudoeste Asiático e China, começaram a se inserir com maior peso nos debates.

> Na esteira do processo de descolonização, representantes dos países africanos e latino americanos veicularam a ideia de que a maior parte dos patrimônios destes países estavam em seus rituais, festas, saberes ainda não registrados, línguas, enfim, expressões artísticas e culturais muitas vezes efêmeras, com poucos registros e sistematizações e que ficavam pouco visíveis ou mesmo ocultas diante de políticas patrimoniais que privilegiavam as realizações da elite (Abreu, 2014 p. 15).

Segundo a autora, a repercussão desta nova perspectiva patrimonial insere-se no movimento e atinge também os países membros da UNESCO da Europa e Atlântico Norte. Os resultados começaram a aparecer nos documentos elaborados pela UNESCO, como a Declaração do México, do ano de 1982, que apresenta uma noção mais ampliada e contemporânea de patrimônio alicerçada em um entendimento antropológico de cultura. Podemos citar, também, a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, documento lançado pela Unesco no ano de 1989. Abreu (2014, p.15), afirma que este documento trouxe à tona “uma nova ordem discursiva e um fenômeno de âmbito global pela patrimonialização das diferenças”.

Estes documentos se caracterizam como a materialização do posicionamento de movimentos sociais, organizações e representantes de países que até então vinham sendo negligenciados pelas recomendações e diretrizes que surgiam como resultados destes encontros. É possível considerá-los como embrionários da noção de patrimônio imaterial que se consolida na Convenção do Patrimônio Imaterial, no ano de 2003, como

resultado de muitos debates e ações em direção a ampliação do conceito de patrimônio, para que também nas políticas públicas e demais documentos outras formas de patrimônio pudessem ser contempladas.

Fabrino e Duarte (2022, p.257), em uma análise dos documentos internacionais sobre o conceito de patrimônio imaterial, explicam que uma série de nomenclaturas são utilizadas ao se referir a essa categoria: “folclore”, “coisas do espírito ou da alma”, “bens não físicos”, “não materiais”, “intangíveis”, “imateriais”, dentre outras”. Os autores explicam ainda que essas expressões configuram novos vetores conceituais e têm como objetivo alargar o conhecimento e o entendimento do que realmente pode ser considerado e entendido como patrimônio, e como estas manifestações podem ser protegidas.

Não é objetivo nesta tese acrescentar a discussão sobre as categorias de patrimônio material e imaterial: no entanto, torna-se necessário uma referência sobre o posicionamento desta autora em relação a essa categorização. Ainda que não haja dúvidas que estas recomendações orientaram ações e políticas de preservação mais justas e ampliadas do patrimônio, entendo que categorizar contribui para que o patrimônio seja entendido de forma compartimentada. Concordo com a fala de Arantes (2010) que entender o material e o imaterial como categorias nitidamente opostas é uma visão afetada pelas práticas patrimoniais ocidentais, que, no entanto, não contempla o bem patrimonial em si. É importante enxergar que o imaterial está no material e vice e versa.

Neste contexto, Gonçalves (2007b) chama atenção ao caráter redutor que esta divisão pode implicar, no sentido de eliminar a materialidade existente em lugares, festas, alimentos, danças, entre outros, e, ao mesmo tempo a imaterialidade de construções, esculturas, monumentos e tantos outros. Tanto os bens materiais quanto os imateriais transitam entre sua materialidade e imaterialidade, pois carregam memórias, lembranças de situações vividas, sutilezas, emoções e afetos próprias do ato de lutar contra o esquecimento e da manutenção dos seus vínculos de pertença.

Outro aspecto exposto por Antonio Augusto Arantes e José Reginaldo Santos Gonçalves, é que esta divisão, de certa maneira, demonstra que a hierarquização na seleção patrimonial se mantém. Segundo Arantes (2010), o que passa a ser naturalizado

é que os vínculos das camadas populares e grupos étnicos se ligam aos bens imateriais, e os bens da elite, são encontrados nos patrimônios materiais. Acredito que a ampliação da noção de patrimônio deve se afastar de posicionamentos rígidos e categorias engessadas.

Apesar de entender que ainda existe um longo caminho a ser percorrido, as mudanças vistas já trouxeram novos olhares sobre novos formatos de preservar, sobre novas formas de patrimonializar que produzem novas narrativas e novos critérios de significância.

Cabe reforçar que os debates e construções acerca do patrimônio, seu reconhecimento e preservação não terminam aqui, com a noção de imaterialidade. Debates continuam sendo realizados, documentos continuam sendo elaborados. A torcida é para que o guia seja a legitimação e potencialização de muitas vozes, não apenas em seus discursos, mas que estas ecoem na prática patrimonial. Um campo que precisa cada vez mais ser feito de muitos e múltiplos.

Busquei, aqui, realizar um exercício de pontuar momentos e principais entendimentos e concepções do patrimônio, pautada em algumas documentações chave, que são, no fim das contas, os instrumentos que dão vida e formato e ajudam a configurar todo o campo patrimonial. Esta reflexão se torna importante na medida que influencia nas narrativas e imaginário popular sobre o que se constitui patrimônio. Penso que a noção de patrimônio que a sociedade possui é construída baseada no que os órgãos oficiais propagam sobre ela, e vão sendo atualizadas a partir de suas vivências.

Nesse sentido, o movimento na busca da identificação, aceitação e difusão de novas formas de patrimônio se mantém. É um longo processo de legitimação e potencialização de vozes, grupos e identidades. Atualmente, o debate vinculado à preservação do patrimônio se constitui em um campo do conhecimento que cada vez mais tem buscado a transdisciplinaridade, reflexões críticas que sejam capazes de abarcar a abrangência do sentido de patrimônio e da ação patrimonial e pela dinamicidade que envolve este conceito. Este campo se constitui por órgãos institucionais nacionais e internacionais, organizações não governamentais, agentes técnicos, pesquisadores, movimentos sociais, coletivos e indivíduos que tentam diante de múltiplas línguas ‘com-versarem’.

Os discursos produzidos precisam, para além de estratégias políticas, ultrapassar hierarquias, disputas e negociações e trazer à tona a diversidade em detrimento da unidade, o singelo para além do monumento, o local com a mesma força que o nacional, e o amor que se sobressai ao hostil.

3.4 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL

A temática sobre o patrimônio no Brasil é, desde sua gênese, muito influenciada pelas discussões internacionais. Será possível notar na trajetória aqui exposta, que, de forma certamente proposital, os debates nacionais são direcionados pelos encontros e documentos internacionais. Sobre isso Arantes (2010, p.62) explica

> A articulação entre os planos global e o local, no caso brasileiro, não tem simplesmente promovido a importação de discursos, pleitos e argumentos a respeito da dinâmica cultural e da proteção do patrimônio. Ela tem, antes, estimulado a formulação de propostas e respostas às demandas culturais de um universo de agentes situados em um complexo campo de forças que, ademais, encontra-se em ampla diversificação.

Ainda que, o ano de 1936 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seja considerado um marco no que diz respeito à criação de políticas públicas de preservação do patrimônio, é possível notar ações embrionárias nesse sentido.

Nesse sentido, este debate no Brasil começa a ganhar espaço principalmente na década de 1920, adquirindo estatuto de projetos legislativos, sendo os modernistas considerados responsáveis por boa parte das ações e discussões na área. É preciso, porém, atentar ao fato de que, segundo Fernandes (2010) a gênese da construção de um arcabouço político e teórico acerca de temas como o patrimônio, memória e identidade tem relação com a própria formação do Estado Nacional no século XIX.

Segundo Fernandes (2010), o Instituto e Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, foi na época o órgão responsável por “escrever” a história nacional e criar um corpo de representações simbólicas que dessem conta de traçar um perfil desejável à nação brasileira, além de contribuir para a constituição de uma identidade nacional. O autor também cita a criação do Arquivo Nacional, no ano de 1838, que

contribuiu para a sistematização e documentação indispensáveis para essa “construção do passado”. Importante ainda ressaltar a criação dos museus iconográficos, Faculdades de Medicina e de Direito e escolas politécnicas que também foram responsáveis por debates que tinham como objetivo “forjar uma identidade nacional para o recém-formado estado brasileiro e ao mesmo tempo, discutir a viabilidade ou não da nação” (Fernandes, 2010, p.4). Cabe citar que os participantes nestes debates eram intelectuais e a elite da época.

Assim, nas palavras do autor estas ações eram voltadas principalmente para

> [...] construir a História da nação, recriar um passado homogêneo, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos históricos, constituir a galeria dos ‘heróis nacionais’, através do estudo, pesquisa e elaboração de biografias, capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria (Fernandes, 2010, p. 5).

Com base no exposto, é possível entender que estas ações se tornam precursoras das discussões e debates que resultam na elaboração de políticas patrimoniais. Mesmo em contextos políticos e históricos diferenciados, é possível notarmos semelhanças quanto ao papel do Estado nação como sujeito principal na construção histórica e mnemônica da nação, utilizando, para tanto, um discurso de homogeneidade, nacionalidade, exaltação de heróis criados com o objetivo de moldar comportamentos e referenciar determinados grupos sociais.

Já em meados da década de 1910, motivados pela grande destruição e evasão de bens para o exterior, sendo o Estado chamado a responder por isso, intensificaram-se as discussões sobre o tema no Congresso Nacional, surgindo a motivação para a criação de órgãos responsáveis especificamente para a proteção do patrimônio. Segundo Lemos (1985) toda a década de 1920 apresentou mobilizações e ações voltadas principalmente a criação de órgãos estaduais com esta finalidade bem como sobre leis e decretos com o mesmo objetivo. Em âmbito federal, estas discussões estão materializadas na Constituição de 1934, em seu artigo 148, que diz: “Cabe à União, aos Estados e aos municípios [...] proteger objectos [sic] de interesse histórico e o patrimônio artístico do paiz [sic] [...]” (Brasil, 1934).

Nesse processo o Museu de Histórico Nacional (MHN) – criado em 1922 - que abrigou a Inspetoria de Monumentos Nacionais, instalada pelo Decreto n°24.735 de 14 de julho de 1934, que foi caracterizada como a primeira agência do Estado, em nível federal, a se voltar a temas relacionados ao patrimônio (Souza, 2017).

A entrada do Estado nas questões patrimoniais se deu efetivamente no ano de 1936, quando as iniciativas que se encontravam em curso foram mobilizadas através de ações mais pontuais para criação de uma política de preservação e um órgão específico que estivesse à frente dessa função em âmbito federal. Segundo Fonseca (1997), apesar de haver outros órgãos e instituições além dos museus em funcionamento, sua atuação era considerada restrita, ficando clara a necessidade de um órgão que pudesse agir nessas limitações. A criação do SPHAN em 1936[23], pode então ser considerada um gesto de grande significação do Estado brasileiro para a identificação e preservação do patrimônio nacional. Assim, é dado ao Estado o protagonismo no processo de patrimonialização (Souza, 2017).

No ano de 1936, o escritor modernista Mario de Andrade foi convidado por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública (MES), a elaborar um anteprojeto que daria vida à instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio brasileiro. No dia 24 de março de 1936, Mario de Andrade conclui o anteprojeto e o SPHAN passa a funcionar de forma experimental no dia 19 de abril de 1936, com a autorização do Presidente da República (Chuva, 2003, 2017; Fonseca, 1997; Pedrazanni, 2022).

O anteprojeto apresentado por Mario de Andrade trouxe uma visão sobre o patrimônio bastante avançada para a época, até mesmo considerando discussões já realizadas na Europa. O escritor expõe um entendimento abrangente sobre o patrimônio antecipando ideais de dinamicidade e reconhecimento das diversidades culturais, com um patrimônio que pudesse representar, ao mesmo tempo, questões particulares/nacional e universal; entende a arte – e por consequência sua influência no patrimônio – ligada a valores atribuídos e não apenas por sua estética; traz indícios para

[23] Pode haver uma confusão referente a criação do SPHAN, com autores citando ano de 1936 e outros o ano de 1937. Neste trabalho tomo como referência Fonseca (1997), que data a criação do órgão em 1936. A autora explica que o órgão funcionou durante o ano de 1936 experimentalmente, sendo oficialmente integrada a estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), em 1937.

o reconhecimento de bens imateriais; deixa clara a importância da participação social na seleção, reconhecimento e preservação dos bens; fala sobre democratização do patrimônio e de seu viés educacional; e entre outros elementos, antecipa preceitos que estarão presentes na Carta de Veneza, em 1964.

Assim, em 13 de janeiro de 1937 foi criado o SPHAN através da Lei°378, passando a integrar oficialmente a estrutura do MES. No mesmo ano, o Decreto Lei n°25 de 30 de novembro, detalha as atribuições do órgão recém-criado e institui o processo de tombamento, instrumento legal para a proteção dos bens patrimoniais (Chuva, 2007; Fonseca, 1997; Pedrazanni, 2022). O principal direcionamento do SPHAN era evitar a perda (Gonçalves, 1988), diante da destruição justificada pela industrialização e modernização que orientavam o contexto político do país na época. Cabe citar que o Decreto Lei n°25 não manteve a concepção de patrimônio presente no anteprojeto elaborado por Mario de Andrade e trouxe uma visão mais restritiva e adequada ao contexto em que se inseria. Fonseca (1997) explica que, apesar de os dois textos apresentarem algumas diferenças significativas, estes não podem ser considerados como conflitantes em seu objetivo de buscar pela preservação patrimonial.

A definição de patrimônio apresentada no Decreto Lei n°25 é:

> Art. 1º Constitue [sic] o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse [sic] público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
> § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.
> § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pêlo [sic] natureza ou agenciados pêlo [sic] indústria humana.[24]

Uma análise mais detalhada desse período deve ser feita considerando dois fatos que marcavam a esfera cultural e política do Brasil: o Movimento Modernista e a

[24] Muito importante destacar, para discussões que serão feitas posteriormente neste trabalho, os adjetivos utilizados para identificar patrimônios nacionais: memoráveis; excepcional valor; feição notável. Ainda cabe reforçar a necessidade de que os bens sejam vinculados a um Livro do Tombo, para serem considerados parte integrante do patrimônio. Ou seja, o tombamento aparece como requisito fundamental.

instauração do Estado Novo, resultado da Revolução de 1930. A ascensão de boa parte dos integrantes do movimento para assumir uma posição dominante no campo político, a forma como lidaram com estes dois movimentos – cultural de ruptura e político com um governo autoritário – traz aspectos de fundamental importância para a compreensão da forma como o SPHAN se estruturou e para a institucionalização da proteção do patrimônio (Fonseca, 1997).

Com a instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas liderou um movimento de ampliação da reforma administrativa, com mudanças políticas e sociais que, a exemplo de outras nações, entre outros objetivos, buscou definir e afirmar a identidade da nação brasileira. “O objetivo era criar uma cultura nacional homogênea que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação” (Fonseca, 1997, p. 91). A autora enfatiza ainda que esse processo foi construído tendo como base um catolicismo tradicional, e a exaltação de símbolos e líderes vinculados à elite.

É preciso lembrar que, enquanto movimento cultural, social e político, o modernismo representado na pessoa de escritores, artistas, arquitetos, poetas, músicos, entre outros, também carregava crenças e expectativas de concretizar um projeto de nação moderna, inserida no contexto internacional. Movimento que inicia em São Paulo no ano de 1920, traz a ideia de ruptura. A Semana de Arte Moderna que aconteceu em 1922, comumente é caracterizada, tanto pelo senso comum quanto pela historiografia, como um marco fundador de uma brasilidade. O entendimento era de que tudo o que viria após este marco deveria ser construído. Nesse sentido, a essa concepção trazida com o Movimento do Modernismo, buscou esconder/invisibilizar processos culturais e sociais que até então vinham acontecendo. Apoiados nas noções de popular, tradicional e histórico buscou instaurar uma tradição brasileira “autêntica” que se vinculasse a identidade nacional (Chuva, 2017).

De acordo com Chuva (2017), as noções de modernidade e tradição, conceitos imbricados no movimento modernista, foram apropriados pelo Estado e direcionaram as ações de proteção do patrimônio, configurando um ideário nacionalista.

É importante reiterar que não tenho a pretensão de trazer detalhadamente toda a trajetória de construção e atuação do órgão SPHAN[25]. Pretendo apenas, de forma objetiva, expor dados que possam somar ao presente estudo e, por sua vez, permitir visualizar, o que acredito ter sido aspecto fundamental para a idealização de um imaginário acerca do sentido de patrimônio que influencia no seu entendimento até os dias atuais. Cabe reforçar também que todo o processo não se deu isento de conflitos e divergências, e que, mesmo partilhando de ideais modernistas, seus membros não formavam um grupo totalmente homogêneo. O que busco evidenciar neste estudo, no entanto, não tem como objetivo tratar destes aspectos intrínsecos de forma detalhada.

Para a compreensão da trajetória das práticas preservacionistas no Brasil irei me basear na divisão proposta por Fonseca (1997), que enfoca dois momentos principais – a fase heroica (de 1937 até início da década de 1970), a qual a autora também caracteriza como "pedra e cal" (pela atenção maior aos bens materiais), e que se refere aos tempos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor – fundador do SPHAN; e a fase moderna (décadas de 1970 e 1980), que a autora classifica como "referência cultural", de Aloísio Magalhães, diretor fundador do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e diretor da Fundação Pró Memória. Ainda desenvolvo um esforço de pesquisa para desenvolver essa trajetória até o século XXI, procurando dar destaque as noções de patrimônio que foram sendo construídas e se acumularam ao longo dos anos.

3.4.1 Primeiros anos de atuação do Sphan: Fase Heróica

O primeiro diretor foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu no cargo por 30 anos. Assim, tendo à frente intelectuais, arquitetos, historiadores, literatos etc., modernistas, o SPHAN organizou-se técnica e administrativamente, contando com nomes como: Mário de Andrade, Lúcio Costa, Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco, Oscar Niemeyer, entre outros.

[25] Para um maior aprofundamento e detalhamento dessa trajetória, da forma de atuação do SPHAN e dos atores envolvidos ver Chuva (2017) e Fonseca (1997).

Mesmo considerando um governo autoritário e de persuasão ideológica, o órgão gozava de autonomia em relação a sua atuação. Esta autonomia, décadas depois, foi, como explica Fonseca (1997), interpretada como um afastamento do governo getulista e como um distanciamento dos interesses da sociedade, principalmente as classes mais populares, além de representar também o pouco interesse que o governo federal tinha pelo órgão.

De forma geral, a constituição de um arcabouço político e teórico sobre o patrimônio no Brasil reflete os interesses do Estado e de uma parte dos profissionais que ocupavam os cargos estatais, denotando um monopólio na tomada de decisões e ações. Esse monopólio coube aos modernistas, considerados mediadores simbólicos, já que buscavam expor seu entendimento estético sobre um patrimônio universal aliado aos interesses do Estado. Fica visível um modelo relacional de interdependência entre estes intelectuais e o Estado (Chuva, 2017; Fonseca, 1997).

De acordo com Gonçalves (1988), as narrativas que sustentam as ações dispendidas pelos intelectuais do SPHAN se apoiam em noções no sentimento de perda e visam ir contra o desaparecimento do patrimônio; apropriação e redenção da cultura nacional. Os objetos que são declarados patrimônio adquirem valor de originalidade e exclusividade, trazendo valor ao real e autêntico Brasil. O sentimento era de que não havia até o momento nada autenticamente brasileiro, em função de uma subordinação colonial e padrões europeizantes. Alguns intelectuais envolvidos sentiram, então, a necessidade de buscar algo que projetasse uma identidade genuína e nesse sentido participasse do processo de construção de uma nação[26].

Com base no exposto por Chuva (2017) e Fonseca (1997), podemos fazer uma breve análise do tombamento, enquanto instrumento de preservação deste período, o que nos auxilia entender melhor como se dava a prática de reconhecimento e proteção no período. As autoras demonstram claramente a centralidade presente na rotina administrativa do órgão, que também ficou evidente nas práticas de seleção, preservação e restauração dos bens patrimoniais.

[26] Era o caso da exaltação indígena na primeira fase do romantismo, por exemplo, como legítimo representante da identidade nacional.

O tombamento é um ato administrativo de reconhecimento do bem patrimonial, sendo a proteção e preservação do bem patrimonial, decorrente deste ato. Os processos de tombamento eram de competência exclusiva do órgão federal, evidenciando, dessa forma, a não participação social; possuíam caráter intervencionista, sobretudo de interesse econômico sem critérios claros (não havia estudos e pesquisas que embasassem os critérios utilizados) que fossem juridicamente defensáveis e nem mesmo socialmente aceitos. Fonseca (1997), por exemplo, cita a atribuição do "excepcional valor", o que, para a autora, se apresenta como um conceito difuso, já que as decisões eram tomadas caso a caso, e muitas vezes apenas a autoridade do agente interno que respondia pelo tombamento já seria suficiente para justificá-las. Muitos tombamentos também eram realizados em caráter de urgência, com objetivo único de evitar a destruição do bem. Esse fato fez com que surgissem questionamentos sobre a atuação do órgão – questionamentos estes que se pautavam exclusivamente na ausência de critérios claros para seleção, autenticação e restauração dos bens e não na importância do órgão ou dos tombamentos em si. Para alguns críticos da época, esses questionamentos sinalizaram o não entendimento dos interesses da população.

Nesta primeira fase de atuação do SPHAN, os tombamentos eram quase que exclusivamente de bens arquitetônicos, o que se relaciona ao fato de o corpo técnico da instituição ser composto quase que exclusivamente de arquitetos modernistas que naquele momento buscavam por um reconhecimento profissional. Priorizaram uma arte colonial brasileira – bens na maioria das vezes pertencentes às classes mais altas ou médias afluentes, a um passado arcaico, primitivo e/ou atestavam a presença portuguesa. Também era possível notar prioridade em bens da arquitetura religiosa. Bens com influência indígena e negra foram praticamente inexistentes, sob a justificativa de que estes povos quase não haviam deixado vestígios materiais significativos. O valor considerado predominantemente era o estético e o Livro das Belas Artes o livro do tombo com maior número de inscrições (Chuva, 2017; Fonseca,1997; Pedrazanni, 2022).

Chuva (2017) enfatiza o espaço e o apoio político encontrado pelos arquitetos modernos que fizeram parte da constituição de uma arquitetura "autenticamente brasileira", exemplificando a forma de trabalho (seleção/exclusão) que vinha se desenvolvendo do SPHAN.

Fica clara uma hierarquização presente tanto entre os agentes internos que solicitavam os tombamentos, quanto nos estilos arquitetônicos dos bens tombados, sendo o mais valorizado o barroco, seguido pelo neo-clássico. É importante dizer que a "descoberta" do barroco pelos modernistas influenciou muito no processo de constituição do patrimônio e nos tombamentos realizados. Para os modernistas, o Estado de Minas Gerais era visto como um "polo catalisador e irradiador de ideias" (Fonseca, 1997, p. 99), sendo o barroco considerado a primeira expressão artística genuinamente/autenticamente brasileira. Nesse sentido, o estado foi entendido como o berço da civilização brasileira, contribuindo efetivamente para a formação de uma nação, que, como já apontado, buscava naquele momento unicidade e "brasilidade" (Chuva, 2017; Fonseca, 1997). Chuva (2003) ainda explica que a "barroquização" do patrimônio histórico e artístico nacional foi capaz de expressar uma "ancianidade" – valor buscado nos processos de patrimonialização no mundo ocidental – e características particulares, segundo concepções modernistas.

Um ponto destacado pelas autoras foi as linhas editoriais, principalmente a Revista do SPHAN, cujas "publicações ampliaram significativamente as redes então tecidas e o universo de agentes engajados na temática patrimonial (Chuva, 2017, p. 26). As pesquisas de cunho acadêmico que foram se desenvolvendo ao longo dos anos estiveram sempre sustentadas pela postura, visão e filosofia do órgão. Nesse sentido, toda a mudança verificada a partir da década de 1970 encontrou grande nível de despreparo para colocar em prática as novas propostas.

De forma geral, ao considerar os objetivos que fundamentaram a criação do SPHAN – contribuir para criação da nação a partir da constituição de uma identidade e memória nacional e da seleção e proteção de bens patrimoniais que representassem esse ideal – e o contexto político e ideológico do momento, o órgão cumpriu seu papel apesar de dificuldades, limitações físicas e conceituais, tropeços.

Nas décadas de 1950 e 1960, foi possível notar um esfriamento nas ações preservacionistas, pelo menos quando comparadas aos anos anteriores. O principal problema encontrado agora era a manutenção e reutilização das obras tombadas. Além disso, o impacto trazido pela busca constante de modernização e pelo "progresso" foram

fatores que também impactaram significativamente os patrimônios, principalmente aqueles que fugiam aos requisitos anteriormente apresentados.

As ações preservacionistas começaram, então, a operar na disseminação de discursos, que passaram a ter como fim construir uma narrativa de reconhecimento de bens simbólicos.

Considerando o objetivo de entender a criação de um imaginário sobre a noção de patrimônio que tem suas raízes principalmente no período aqui destacado, torna-se relevante, para ampliar o embasamento que pretendo para a proposição do conceito de Patrimônio do Cotidiano, expor a relação entre o patrimônio e a construção da nação.

3.4.1.1 O patrimônio e a formação da nação

Já expus neste estudo que as políticas de preservação do patrimônio surgem entrelaçadas à criação dos Estados Nacionais, e o patrimônio em si acaba sendo utilizado como mais um instrumento do Estado para contribuir na criação de um imaginário acerca da identidade nacional, memória e a nação propriamente dita, com características de unicidade, ou como exposto por Anderson (2008), uma comunidade imaginada.

Gonçalves (2007b, p. 141) afirma que:

> Os ‘discursos do patrimônio cultural’ nas sociedades modernas nacionais, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de ‘identidades’ e ‘memórias’[...] Os discursos do patrimônio se articulam enquanto narrativas, nas quais se relata a história de uma determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos que marcaram essa história, os lugares e os objetos que ‘testemunharam’ esses acontecimentos. Os que narram essa história o fazem sob a autoridade da nação, ou de outra coletividade qualquer, cuja memória e identidade são representadas pelo patrimônio.

Tendo como base os estudos de Elias (1993), podemos entender que a constituição da nação é apenas uma das fases de um processo mais amplo de construção do Estado Nacional, e estes só acontecem na conexão de sujeitos em um sistema social. O autor ainda acrescenta que os aspectos culturais são elementos primordiais para tal, pois o Estado-nação ultrapassa sua constituição política, sendo caracterizado principalmente por uma comunidade que compartilha crenças, símbolos,

significados, tradições e valores e se identifica com eles, formando um grupo “coeso”. Este processo, no entanto, não se dá isento de conflitos e contradições que são estruturais da sociedade, e lutas pelo equilíbrio do poder – hegemonia ou consenso - que buscam consentimento e adesão pela via cultural (Chuva, 2012, 2017).

Para Thiesse (1999), a nação é “criada” a partir de seleção de objetos simbólicos e materiais que nos remetem a um passado (construído) de prestígio. Pertencer à nação é ser herdeiro destes bens. Assim, para pensar a nação (e não o Estado Nacional), seria necessário estabelecer um patrimônio que se fizesse comum a todo o país. Estes elementos, na visão da autora, seriam: a história que estabelece continuidade (passado/presente/futuro); heróis; língua; monumentos culturais; folclore; lugares importantes; representações oficiais como hino, bandeira, datas cívicas; e representações pitorescas como costumes, culinárias entre outros (Thiesse, 1999).

Sobre esse tema, podemos também citar Eric Hobsbawn (1984), que desenvolveu a noção de “invenção das tradições”, já citada neste trabalho, como constituinte desse processo de construção dos Estados nacionais modernos. O autor explica a tradição inventada como:

> [...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólico, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (Hobsbawn,1984, p.9).

Dessa forma, as sociedades podem ser entendidas como construções culturais que se utilizam de símbolos, imagens, valores, normas, considerados pelo autor como um processo de ritualização. Estes elementos podem ser gravados na sociedade pela imposição e repetição, que os tornam naturais, como se sempre tivessem feito parte dela. Para o autor, as tradições podem ser “inventadas” de forma deliberada ou oficialmente instituídas e planejadas para servir objetivos maiores, como ideologias políticas, no caso da formação das nações. Ainda citando o autor,

> Elas parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias [sic], sistemas de valores e padrões de comportamento [...] (Hobsbawn, 1984, p.17).

Fica claro a forma como a invenção das tradições contribui para que o sujeito passe a se identificar com uma comunidade ou grupo específicos – nesse caso, a nação, que o representa ou simboliza, e como podemos fazer uma conexão com a forma como foi instituída a noção de patrimônio em muitos países, como o Brasil.

É possível ligar a fala de Thiesse (1999) a de Hobsbawn (1984), quando o autor complementa que, na maioria das vezes estes símbolos – associados a rituais ou não – são historicamente justificados: bandeiras, cerimônias, músicas, imagens e por que não o patrimônio. O autor afirma que “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a histórica como legitimadora das ações e como cimento de coesão grupal” (Hobsbawn, 1984, p. 21). Uma história que é coerente com a ideologia da nação, que não necessariamente corresponde com a memória popular, mas com narrativas que foram selecionadas para representar a história oficial, e popularizadas para que, na repetição sejam validadas. A história é, nesse ponto de vista, um discurso elaborado e adotado coletivamente, e o patrimônio confere concretude a ela.

É muito importante analisar também o exposto por Elias (1993) sobre a formação de um “grupo homogêneo”, onde seus membros se identificam com elementos que lhes são comuns. Esse aspecto direciona a formação de uma identidade nacional (sentir-se parte, sentir-se cidadão), que se coloca no interior de todo esse movimento. Nesse sentido, o patrimônio (entendido amplamente na forma de todos os elementos culturais) é forjado para formar uma consciência de pertencimento a um grupo reconhecido por partilhar elementos comuns, que passam a representá-lo, estabelecendo dessa forma a relação patrimônio/identidade.

Tomando como base estas explicações, intento aqui apresentar de que forma a noção de patrimônio se interrelaciona com a criação dos Estados nação – interrelação pois veremos que as influências são mútuas – que se formavam na Europa nos séculos XVIII e XIX, mas de forma específica no Brasil.

No que diz respeito ao Brasil, é possível visualizar um esforço na criação de uma nação que tem início já na época do Império, na primeira metade do século XIX, com a busca por reforçar uma delimitação territorial, social e cultural. Elites dominantes se apropriaram da construção da identidade nacional, tendo nesse processo a exclusão/mascaramento de grupos minoritários. Essa nação dita homogênea, no

entanto, não eliminou as diferenças sociais e as diversidades culturais. Elas se mantiveram, de certa forma, à margem, ocultas pelo processo seletivo do Estado (Dias, 2006).

Embora seja fundamental relembrar o processo de "criação" do Estado Nacional brasileiro, e posterior delineamento de uma nacionalidade e identidade nacional, cabe ressaltar que o objetivo desta tese não está em traçar ou detalhar a trajetória da criação do Estado Nacional no Brasil. O que pretendo é expor como o Estado em diferentes momentos se utiliza do patrimônio – ou temáticas relacionadas ao âmbito cultural - para forjar um sentimento de pertença à nação. Nesse sentido, busco também compreender o papel deste nacionalismo na construção dos sentidos de patrimônio. Não pretendo, sobretudo, esgotar a temática sobre o Estado Nacional e sua relação com a "invenção" do sentido do patrimônio. A ideia é evidenciar como essas articulações se tornam fundamentais para o entendimento de como o sentido de patrimônio foi forjado no Brasil, e, dessa forma, como se mantem no imaginário até os dias atuais, pressuposto fundamental para apresentar a proposição conceitual do Patrimônio do Cotidiano.

Para tanto, é importante reforçar que esse movimento não se limita ao período do Estado Novo. A criação do Estado Nacional no Brasil não foi um ato isolado, mas como um processo que tem início com a vinda da Família Real em 1808, passa pela independência em 1822 até a Proclamação da República em 1889, considerando todo o contexto social e político deste período (Lessa, 2008)[27]. Além disso, é preciso entender que as nações não passam a existir automaticamente com a independência. Existe um processo baseado em quesitos que dão força ao Estado independente, que auxiliam na criação da noção de nação. Para Lucht (2020), enquanto na maioria das colônias hispano-americanas a independência trouxe a necessidade de substituir a legitimidade da monarquia, no Brasil, esse processo foi facilitado pela continuidade dos atributos e valores da colônia portuguesa (não houve uma ruptura definitiva com a metrópole), "ou seja, pela perduração de um poder legítimo" (Lucht, 2020, p.182). Assim, a estabilidade

[27] Para Lucht (2020) alguns aspectos contextuais devem ser mencionados no que se refere ao processo de construção da nação no Brasil, são eles: entre 1831 e 1840 no período regencial o Brasil dividia opiniões entre os monarquistas e republicanos, sendo fruto desta divisão algumas revoltas como Cabanagem, Balaiada, Sabinada e Farrapos, que com o golpe de maioridade de D. Pedro II em 1840-41 tiveram aparente "estabilidade". "A entrada do monarca no poder põe fim às regências e novamente tenta realçar as mentalidades em moldes monarquistas" (Lucht, 2020, p. 181).

gerada pelo fato de o governo e as elites não demonstrarem divergências de interesses propicia ao monarca condições favoráveis para colocar em prática um projeto nacional de conferir “identidade a nação, fomentar um possível nacionalismo e dar autenticidade ao Estado” (Lucht, 2020, p.182).

Os principais instrumentos utilizados para este objetivo se relacionam a aspectos culturais, que passam a ser responsáveis por oficializar um discurso nacional – formatar a ideia de nação e irradiá-la. No Brasil em primeiro momento, um ideário oriundo do movimento do romantismo influenciou este processo através dos meios historiográfico, literário e artístico (Guimarães, 1988; Fiorin, 2009; Lucht, 2020). Alguns órgãos como IBHG, acima citado, contribuíram significativamente para reforçar a imagem de um Brasil homogêneo, e para garantir que o sentimento identitário estivesse de acordo com os novos princípios organizadores da vida social no período (Guimarães, 1988).

Tanto a escrita de uma história oficial quanto o movimento literário do romantismo se apoiam em um discurso do mito da democracia racial, mostrando um Brasil que é fruto das três raças: branco, indígena e negro. Esse discurso fundante da nação, no entanto, destaca o grupo representado pelos brancos da elite, coroa, clero e pelos portugueses. Por outro lado, os indígenas e negros aparecem como os outros na história oficial, (Guimarães, 1988; Fiorin, 2009; Lucht, 2020).

É muito importante destacar aqui, que, ao definir como a historiografia nacional será criada e escrita, cria-se então a história oficial, ou seja, são definidos aspectos a serem lembrados e aspectos a serem esquecidos. Como a base da “criação” identitária reside em, muito além de definir a qual grupo pertenço, mas principalmente de qual grupo me diferencio, ou seja, o “outro”, nesse momento a escrita historiográfica define quem serão os outros nessa relação – aqueles que ficam excluídos ou invisíveis[28].

Para Guimarães (1988), é possível perceber semelhanças com o projeto francês de nacionalização, com a união das academias literárias e científicas para cumprir um projeto mais amplo demonstrando a centralização do Estado.

Estas primeiras noções de arte, literatura e, principalmente da história que se quer lembrar, são os embriões para forjar um entendimento de patrimônio que apoia a

[28] Kathryn Woodward(2020) explica que a identidade depende da diferença. Muito mais que compartilhar características com o grupo, é importante se diferenciar de outros grupos. “Nós/eles, Eu/outro”.

construção da nação. Por sua vez, na construção da nação tem sua base de concepção que passa a ser mais difundida com a criação do SPHAN.

Chuva (2017) explica que o processo de construção da nação se apoia em teses nacionalistas, baseadas na imagem ou autoimagem da nação que é constantemente construída e reconstruída, propagada, reproduzida, multiplicada e reafirmada até que se incorpore ao tecido social. Essa história se confunde com a biografia da nação e cria temas que passam a instituir uma nacionalidade. Nesse sentido, a busca por escrever uma história oficial, a propagação de mitos simbólicos e mitos fundadores são coerentes com essa ideia. Esse movimento tem continuidade nos primeiros anos de atuação do SPHAN. A principal diferença é que o SPHAN e a institucionalização das políticas de preservação estão inseridos em um contexto mais amplo do nacionalismo enquanto uma política do Estado, que marca os 15 anos de governo de Getúlio Vargas no Estado Novo. O período se caracteriza pelo surgimento de outras instituições, órgãos, conselhos e normas que visavam o controle e fiscalização social, bem como a definição de padrões nacionais.

Tavares (2016) complementa explicando que os Estados nacionais utilizaram o patrimônio – relíquias, monumentos, eventos, comemorações - enquanto suportes de uma memória. Para Canclini (1999), o patrimônio consegue expressar um sentimento de solidariedade que – em teoria – une os grupos aos quais pertencem os bens e as práticas patrimoniais. O discurso propagado sobre um prestígio histórico e simbólico tenta mostrar uma sociedade que não se divide em classes, etnias e grupos. É como se o sentido do patrimônio e o respeito a ele fossem capazes de ultrapassar (ou transcender) as fraturas sociais.

Um patrimônio de todos deveria ser preservado, e para isso leis, estatutos, limites físicos e conceituais foram construídos. [...] “foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado Nacional que veio assegurar, através das práticas específicas, a sua preservação” (Fonseca, 1997, p. 28).

Corroborando com o exposto Tavares (2016), explica que, no intuito de criar e reforçar representações ao poder do Estado e de produzir um consenso nacional, foram atribuídos aos “bens selecionados”, nas palavras do autor, “uma espécie de mais valia simbólica”. São narrativas, que segundo ele refletem o **engrandecimento e**

monumentalização desse patrimônio que se tornará legítimo. Para tanto, as narrativas se apoiam no princípio de monumentalidade, valor artístico, excepcionalidade, autenticidade, sacralidade. Assim, foram definidos os bens que poderiam (e consequentemente aqueles que não poderiam) ser classificados como patrimônio. O interessante, na exposição do autor, é que os moradores foram levados a "aprender a ver e reconhecer os sinais distintivos do patrimônio, ou seja, as disposições estéticas que os separam dos demais "bens vulgares" no espaço público" (Tavares, 2016, p.47).

Patrimonializar, nesse período, significa escolher bens e artefatos que sejam capazes de simbolizar e representar metaforicamente a ideia abstrata de nação e as ideias que dela derivam, como a de humanidade, por exemplo. (Abreu, 2015)

O Estado concentra e centraliza as decisões sobre a definição de bens que irão materializar a história, a partir da definição de políticas de preservação, implantadas de forma autoritária, principalmente a partir de 1937. A nação e sua materialização em patrimônio nacional passam a ser noções reconhecidas e reproduzidas, não apenas explicitamente em monumentos, mas também enquanto um discurso delimitando fronteiras nacionais e internacionais, definindo características raciais[29] e religiosas aceitáveis, língua[30] e traços que se caracterizariam posteriormente em tipos regionais (gaúcho, nordestino etc) (Chuva, 2017).

Assim, de acordo com o que nos mostra Gonçalves (1988, p.266), a nação passa a ser identificada com "indivíduos reais, sendo portadora dos mesmos atributos destes: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória etc. Do ponto de vista dos seus ideólogos, a nação é pensada como uma unidade objetiva, autônoma, dotada de nítidas fronteiras territoriais e culturais e de continuidade no tempo".

A partir do ano de 1937 o Estado focou em propagar características buscando impor uma visão de mundo, representações e práticas que pudessem compor a "unidade nacional", e a censura se encarregou da fiscalização de comportamentos que fugissem do padrão estabelecido. O discurso central do Estado era de "unidade nacional", fortalecendo a crença dos sujeitos que devem se entender como "brasileiros" - identidade

[29] Política de imigração do Estado Novo conhecida pelo objetivo de "branquear" a população.

[30] Se insere também no contexto no Estado Novo a proibição de nomes estrangeiros em cidades, escolas étnicas e o idioma estrangeiro.

coletiva sobrepondo a identidade individual – portadores das características (caráter, personalidade, cultura e história) nacionais (Abreu, 2015; Chuva, 2017).

Sobre isso Ortiz (2005) reforça que, na construção nacional é preciso “superar” ou “neutralizar” identidades culturais dispersas no país em um processo homogeneizador. Para o autor, uma identidade nacional se sobrepõe às identidades locais, negando suas particularidades e sutilezas. A partir dessa ótica, o patrimônio é entendido como um instrumento ideológico que reforça uma hegemonia que se sustenta na ideia de uma nação monocultural.

O patrimônio, enquanto herança, passa a noção de posse. Essa noção de posse auxilia a reforçar a ideia de uma nação una e coesa, já que legalmente seus indivíduos são todos iguais perante esta nação, e pertencem a ela, definindo sua identidade. Desse modo, os bens têm uma associação com o passado. De acordo com Gonçalves (1988), o patrimônio estabelece uma espécie de elo entre passado, presente e futuro, garantindo a continuidade da nação no tempo. Para o autor, o patrimônio permite que o sujeito se enxergue nele, ou seja, veja as características de seu grupo embutidas ou materializadas no bem patrimonial. O problema, no entanto, é quando uma política de estado direciona nosso olhar a exemplares devidamente selecionados do patrimônio, que representam apenas uma parte de seus membros, e que não expressam o real cotidiano ou a diversidade cultural que o país possui.

Os grupos ocultados nesse processo passam a demonstrar um desinteresse pelo patrimônio, ao não se perceberem por ele representados. Passam a entender o patrimônio como uma ferramenta de exclusão, onde o sutil, singelo e comum não tem características e importância suficientes para representar uma identidade. Esta concepção deixou marcas na forma como o patrimônio é entendido até os dias atuais.

Prats (2005) caracteriza o patrimônio como uma construção social, e enquanto tal, produzido em um discurso inventado pelo poder. O autor ainda afirma que

> [...] nenhuma invenção adquire autoridade até que não se legitime como Construção social e nenhuma Construção social se produz espontaneamente sem nenhum discurso prévio inventado (seja em seus elementos, em sua

> composição e/ou em seus significados) pelo poder, pelo menos, repito, a que o patrimônio cultural se refere (Prats, 2005, p. 64) Tradução livre[31]

Nesse sentido, é possível dizer que, o surgimento de um órgão responsável pela política de preservação, em um momento em que se tem o discurso do nacionalismo e busca por uma identidade nacional, configura a exposição de Prats de um discurso forjado pelo poder.

> Nisso, a função simbólica do patrimônio era crucial. Infundir nas mentes a ideia de que determinado objeto não era apenas uma coisa destituída de valor, mas um bem coletivo, pertencente à nação, era importantíssimo para a coesão nacional, para fazer crescer o sentimento de pertencimento e, por conseguinte, a atitude de adesão ao então regime que se estabelecia (Oliveira, 2011, p.20).

Acrescento a essa discussão a teoria exposta por Halbwachs (2004), sobre os "quadros sociais da memória coletiva". O autor trabalha esse conceito para evidenciar uma memória construída social e coletivamente. Nesse sentido, a centralização do Estado, os critérios (ou a ausência deles) utilizados para o tombamento de bens e principalmente a difusão do caráter universal, sacralizado e grandioso de um patrimônio arquitetônico que representa um grupo específico, mas propaga o discurso de identidade nacional e ainda a centralidade mineira, passam a compor as referências sociais para o quadro da memória coletiva. A partir desse contexto, a memória coletiva atua como um elemento de coesão social, já que a nação se apresenta como um grupo uno, e o patrimônio nacional é constituído pela (re)memoração coletiva. Com base nisso, Halbwachs (2004) afirma que a nação se caracteriza como a materialização de uma memória coletiva, e a memória nacional, sua forma mais completa.

Destaco, no entanto, que segundo Pollak (1989), Maurice Halbwachs não acredita que a memória coletiva seja uma espécie de dominação ou violência simbólica, mas, sim, que ela resulta de adesão afetiva ao grupo.

Halbwachs (2004) ainda explica que não há memória coletiva que não se desenvolva num "quadro espacial", fundamentando a noção de pertencimento a partir do

[31] Texto orginal: "[...] ninguna invención adquiere autoridade hasta que no se legitima como Construcción social y que ninguna Construcción social se produce espontaneamente sin um discurso prévio inventado (ya sea en sus elementos, en su composición y/o en sus significados) por el poder, por lo menos, repito, por lo que al patrimonio cultural se refiere".

conceito de fronteiras socioculturais. O autor explica que a memória coletiva também se apresenta na definição de fronteiras socioculturais dos grupos que reforçam sua identidade. As fronteiras socioculturais definem, de certa forma, o espaço em que as lembranças são fixadas na memória coletiva. A construção de um patrimônio nacional explicada pela teoria de Halbwachs destaca as características essenciais do patrimônio: sua materialidade e sua localização no espaço. Preservar um patrimônio entendido como nacional garante a definição de quadros da memória coletiva, dando à sociedade lembranças que serão ativadas e (re)ativadas, além da localização espacial destas lembranças, suas fronteiras socioculturais.

Marcia Chuva (2017, p. 62-63) auxilia a compreender o exposto, quando diz que:

> A ação de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, selecionando e garantindo a permanência, no tempo e no espaço, de objetos monumentalizados, engendra uma territorialização particular da nação, adequando-se a um projeto próprio do Estado Novo, pela manutenção de espaços – cheios e vazios -, isto é, de uma paisagem arquitetônica. Dessa forma, o Sphan, ao descrever as 'características' dessa paisagem, a um só tempo distingue, padroniza, homogeneíza e classifica de forma hierarquizada os significados materializados nos objetos arquitetônicos.

Sobre a relação entre a seleção do patrimônio e a memória, busco também embasamento no conceito de "Memória Organizada" e "enquadramento da memória" de Pollak (1989;1992). Para Pollak (1989;1992) a memória organizada é a memória nacional. O autor explica que o Estado precisa de pilares e elementos que lhe forneçam sustentação, contribuindo a partir do estabelecimento da unidade e coesão, para forjar a nação. A memória organizada representa um importante elemento que serve de aporte nesse processo.

De acordo com Pollak (1989), existe um trabalho "mais ou menos consciente" de definir o passado que se quer salvaguardar, para reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. Para o autor, significa fornecer à população pontos de referência.

> Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma

> instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas (Pollak, 1989, p.11)

Muito importante a análise de Mario Chagas (2009), ao expor que memória e poder exigem-se. O autor explica que, na disputa do campo patrimonial ter o poder de escolha é resistir, e memória e esquecimento estão lado a lado. A partir desses conceitos é possível analisar as ações do Estado no sentido de alinhar a memória e consequentemente a seleção de bens que irão compor essa memória, ao projeto político e ideológico nacionalista. O Estado define o que se deve ser lembrado, e assim também o que deve ser esquecido. De forma autoritária, centralizada e vertical, o Estado, representado pelo SPHAN e pelos agentes que nele atuavam, “enquadravam” os elementos aos quais eles próprios definiam como dotados de valor, universalidade, autenticidade, representatividade e tantos outros adjetivos, estando estes consonantes ao projeto Getulista. A forma de atuação na seleção dos bens patrimoniais foi, dessa forma, imposta à sociedade, e trouxe a imagem de homogeneidade, ocultando conflitos e apagando diferenças, além de inculcar a ideia de herança.

Percebe-se que, no conceito de patrimônio do Decreto n°25 e nas publicações do órgão encontradas principalmente na Revista do SPHAN, uma preocupação com vistas a considerar um patrimônio mais diverso e representativo. Porém, a prática não demonstra, segundo Chuva (2017) e Fonseca (1997), esta abertura e ampliação conceitual, e nem mesmo a representação dessa diversidade.

Esse processo, quando analisado sob a ótica de Bordieu e Passeron (1992) e Bordieu (2001), pode ser caracterizado como uma forma de arbitrariedade cultural e violência simbólica, respectivamente. Para os autores, a arbitrariedade cultural – ou arbitrário cultural como é colocado por eles - é vista em ações e significações culturais que, de certa forma, são impostas como legítimas sem fundamentação ou razão específica, reforçando relações de poder/força e capacidade hierárquica. Importante dizer que, para os autores, as relações de poder que geram a arbitrariedade cultural são resultantes da violência simbólica.

No caso do patrimônio, a atribuição de sentidos se dá de forma arbitrária para construção ou perpetuação de uma sociedade e dominação de um grupo, caracterizando este patrimônio e os significados a ele atribuídos como “superiores” em detrimento da negação e inferiorização de outros grupos. O patrimônio é escolhido por meio de um processo de seleção e exclusão, e, após sua institucionalização, passa a ser legitimado.

Já a violência simbólica para Bordieu (2001) é quando o dominador se utiliza de instrumentos que possui em comum com o dominado para exercer a coerção – dominação. A coerção é entendida pelo dominado como algo natural, então é aceita. Ou seja, para o autor, a violência simbólica é uma forma de exercer o poder simbólico - a criação e reprodução de crenças, valores, costumes instituídos no processo de socialização, e que leva os sujeitos a se posicionarem segundo ao discurso dominante. No campo patrimonial, essa violência simbólica se expressa na forma arbitrária em que patrimônios são escolhidos e protegidos – e excluídos - e, na forma como esse processo é aceito como natural e passa a compor o discurso constantemente propagado.

Bourdieu (2012) ainda deixa claro que o Estado detém o monopólio em relação à violência simbólica. Para o autor, a gênese dos Estados nacionais nada mais é do que um golpe de violência simbólica, onde são impostos limites territoriais, símbolos, tradições, identidade, representados, como temos visto neste estudo, por um patrimônio.

Os bens tombados pelo SPHAN adquirem estatuto de patrimônio histórico e cultural da nação, o que lhes garante compor a memória coletiva do país como marcos referenciais, sendo capazes de expor o sentimento de pertencimento ao um grupo definido – identidade. Mais uma vez, é destacada a centralidade e monopólio do Estado, representada pelo SPHAN, na definição de características aceitáveis a um patrimônio que servirá ao objetivo maior de demarcação de fronteiras socioculturais – nacionalidade/brasilidade – além de propagar e materializar um discurso e, consequentemente um imaginário coletivo sobre a noção de patrimônio.

Mesmo que não sendo acolhida pela maioria dos modernistas, a concepção universalista de cultura ligada a uma identidade territorial foi uma política utilizada no Estado Novo. A ideia era identificar os sujeitos ao discurso dominante de arte, cultura e patrimônio – que não os identificava – podendo, assim, enquadrá-los em uma

homogeneidade fictícia, omitindo, desse modo, uma das principais características do território, sua diversidade cultural regional (Chuva, 2017).

De forma geral, a constituição de um patrimônio nacional enquanto estratégia política para criação da nação, visa definir símbolos que serão responsáveis por difundir e manter um ideário de nação. Esses símbolos são divulgados e contribuem para formar a imagem nacional, trazendo concretude e visibilidade. Trata-se de símbolos que tem por objetivo representar todos os brasileiros, que mesmo estando geograficamente distribuídos em locais diferentes, que possuem características e valores diferentes, se conectam a eles e sentem-se parte de um grupo – uma comunidade imaginada. Este imaginário se incorporou de tal forma ao que entendemos por patrimônio nacional, que se torna difícil desassociar do conceito de patrimônio seus elementos fundantes.

Acredito que, em meu esforço de explicitar a construção simbólica da nação, fica clara a forma como o patrimônio é “produzido” ou “inventado” para dar corpo e autenticidade a esta nação. O que preciso reforçar sobre este aspecto é o imaginário que se criou sobre o entendimento popular do que vem a se constituir como patrimônio. Em um movimento circular, a forma como entendemos o patrimônio no período (irradiando para os dias atuais) foi também influenciada por todo o ideário de construção da nação. Sobre isso, Pedrazzani (2022) explica que os anos iniciais de atuação do SPHAN produziram raízes bastante profundas tanto na forma como se estruturaram as políticas de preservação, mas, principalmente na forma como é entendido o que pode ser considerado patrimônio.

O conceito de patrimônio possui bases sólidas estruturadas em noções de universalidade, monumentalidade, grandiosidade, gigantismo. Atualmente, o próprio IPHAN (2012) afirma que o conceito de patrimônio no qual baseou suas ações nos primeiros anos foi orientado pela busca de bens que se destacassem por sua excepcionalidade, monumentalidade ou estética.

Acredito que nem mesmo as mudanças e a busca por uma ampliação conceitual foram capazes de desenraizar este imaginário. Até mesmo porque, apesar de haver uma grande preocupação com uma nova forma de atuar do órgão, nas pesquisas, estudos, discussões e difusão de conhecimentos, ainda é possível verificar o apelo e preocupação que se voltam à concepção de patrimônio que naquele momento foi tão difundida.

Canclini (1999) complementa o exposto, dizendo que o avanço nos estudos sociais tem mostrado que, a partir de uma revisão da noção de patrimônio, mesmo que este formalmente pareça estar disponível a todos a apropriação dos bens ainda se dá de formas desiguais. “As investigações sociológicas e antropológicas sobre as maneiras que se transmite o saber de cada sociedade através das escolas e dos museus demonstram que diversos grupos se apropriam de formas diferentes e desiguais da herança cultural”[32] (Canclini, 1999, p. 17, tradução livre). Para o autor este aspecto não diz respeito a “uma determinação mecânica do nível social ou educativo[33]”, mas sim sobre a maneira desigual que quem institui o patrimônio transmite e permite sua apropriação.

Entendo, dessa forma, que mesmo que os órgãos oficiais tenham, por muitos anos, propagado um discurso de igualdade/nacionalidade nas formações identitárias, é comprovado que estes discursos - apoiados em noções de excepcionalidade, monumentalidade - mascaram a existência de diferenças sociais, lutas simbólicas e hierarquias na seleção patrimonial, além de induzirem a população ao entendimento de um patrimônio que se faz inatingível pela sua grandiosidade.

3.4.2 Segunda fase de atuação do SPHAN: fase moderna

No ano de 1967, com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN passou a ser conhecido como IPHAN, e Aloísio Magalhães assumiu o cargo de diretor. Segundo Oliveira (2016), com a instalação da ditatura militar a partir de 1964, o órgão passou a ser responsável pela aprovação e acompanhamento de trabalhos pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) que, por intermédio do Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1973, visava preservar o patrimônio arquitetônico de cidades nordestinas ligadas aos ciclos da cana-de-açúcar, do couro e do algodão naquela região.

[32] Texto original: “Las investigaciones sociológicas y antropológicas sobre las maneras que se transmite el saber de cada sociedade através de las escuelas y los muscos, demuestram que diversos grupos se apropian em formas diferentes y desiguales de la herancia cultural”

[33] Texto original: “uma determinacion mecânica del nível social o educativo”.

O órgão institucional vinha perdendo visibilidade e credibilidade no cenário nacional em função de sua forma de atuação que se afastava da população. Além disso, com a adesão do país à Convenção do Patrimônio da UNESCO, tornou-se imperativo a concordância aos novos paradigmas internacionais.

Segundo Rubino (1996), é nesse momento que o modelo de preservação brasileiro começa a se afastar do francês, centralizado no Estado, e passa a buscar uma visão mais includente. A noção de patrimônio, para Aloísio Magalhães, tinha um viés antropológico, e buscou dar visibilidade a diversidade cultural do país. Este fato refletiu nas políticas preservacionistas, que passaram a se direcionar para regiões negligenciadas nos anos anteriores. Mesmo que ainda existisse uma priorização de alguns locais, nota-se um olhar que aos poucos foi se direcionando ao regional e local. Os Estados priorizados nesse momento foram: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. A não atuação em outras regiões do país foi justificada por precariedade estrutural. Ainda que em processo de mudanças conceitual, muitas ações ainda se justificavam pelo prestígio histórico e representatividade nacional.

O período também foi caracterizado pela descentralização do órgão preservacionista, onde alguns Estados passaram a elaborar suas próprias legislações para a proteção patrimonial - tendo sempre como orientação principal a legislação nacional – além de criar os primeiros órgãos estaduais de preservação na região sudeste. Com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, e da Fundação Pró Memória, em 1979, o processo de ampliação do conceito de patrimônio foi ganhando mais força. A concepção de patrimônio aqui considerada pensava a cultura enquanto processo, não se restringindo ao objeto em si, mas também na referência na qual os grupos enxergariam suas identidades. A categoria de patrimônio passou a abarcar também obras de arte, artesanato, material etnográfico, arquitetura e arte populares entre outras formas patrimoniais buscando reconhecer a diversidade cultural do país (Fonseca,1997; Gonçalves, 1988; Lemos, 1985). Começou a aparecer nos estudos sobre o patrimônio uma preocupação com o entorno do bem tombado, e com os aspectos urbanos de locais onde estes bens se encontram, ou seja, os estudos da área passaram a considerar a cidade - talvez não de forma geral, mas pelo menos os bairros detentores de bens tombados – e não mais o patrimônio de forma isolada.

Principalmente a partir da década de 1980, o turismo surge como elemento auxiliador no reconhecimento e preservação do patrimônio, bem como do desenvolvimento econômico do local. Importante citar que existe a defesa da UNESCO sobre o desenvolvimento do turismo em locais que sejam detentores de patrimônio. Seguindo então a lógica mundial, o Brasil também apostou no desenvolvimento do Turismo Cultural. Entretanto, o interesse da população pelo patrimônio, nem sempre é caracterizada pela apropriação e conhecimento através do bem, e pela sua valorização, mas, na maioria das vezes, motivada por padrões estéticos e status. Oliveira (2016) afirma que o valor econômico atribuído ao patrimônio se destaca neste período. Ainda é possível mencionar o PCH, acima citado, programa que incentivou o desenvolvimento do turismo em cidades tombadas, visando conciliar preservação e desenvolvimento.

É preciso reconhecer que existe um grande interesse para implementar as mudanças tão necessárias para que a noção de patrimônio no Brasil realmente fosse expandida, e, dessa forma realmente permitisse a representação de uma grande diversidade cultural, buscando se afastar dos processos excludentes com o órgão foi estruturado. Em uma análise mais profunda, no entanto, o que fica claro é que poucas mudanças de atitude foram efetivamente percebidas. Para Fonseca (2009), essa fase mais recente da política de preservação nacional não trouxe, na prática, perspectivas diferentes. Os bens representativos do patrimônio permanecem essencialmente arquitetônicos (apesar de discussões sobre referências culturais), integrando “marginalmente” dados históricos e relações com a cidade, e com os grupos sociais.

O discurso propagado se mantém baseado no modelo eurocêntrico, voltado à defesa de bens que representam grupos hegemônicos, selecionados de forma vertical pelo Estado, tendo, neste momento, pouquíssima participação social, perdurando a noção tradicional de patrimônio cultural, ainda condizente com o contexto sociopolítico.

As mudanças se restringem aos meios acadêmicos, aos estudos realizados no interior do próprio órgão e, infelizmente, ainda encontrava poucos adeptos dispostos a enfrentar a empreitada de lutar por um conceito amplo de patrimônio, mais justo, representativo e dinâmico.

3.4.3 Atuaçao do IPHAN à partir da década de 1980

Santos, Silva e Abdala (2015) explicam que o processo que levou ao fim da ditadura militar no Brasil trouxe mudanças também para o campo patrimonial. Aos poucos, o debate sobre a função social do patrimônio começou a ganhar corpo e robustez, ecoando nos processos de tombamento, no sentido de maior discussão sobre o que ser tombado e porque, e na questão da participação social. Fruto deste debate também pode ser citada a Constituição de 1988, que em seu artigo 216 traz um conceito mais ampliado de patrimônio:

> Bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjuntos, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> As formas de expressão;
> Os modos de criar, fazer e viver;
> As criações científicas, artísticas e tecnológica;
> As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988)

A noção de referência cultural que já vinha sendo trabalhada desde a criação do CNRC, e que é também adotada na Constituição, segundo Arantes (2010, p. 54), se refere

> [...] as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade. Referências são os marcos e monumentos edificados ou naturais, assim como as artes, os ofícios, as festas e os lugares a que a vida social atribui reiteradamente sentido diferenciado e especial: são aqueles considerados os mais belos, os mais lembrados, os mais queridos, os mais executados

Esta concepção traz para a arena da preservação os sentidos simbólicos que são atribuídos tanto a artefatos quanto a práticas, enquanto marcadores de identidade/diferenças, deixa explícita a existência de uma diversidade cultural além de identificar os sujeitos detentores dos bens patrimoniais enquanto sujeitos das ações de preservação. As implicações deste novo olhar do patrimônio são muito importantes do ponto de vista da estruturação das ações institucionais.

Este conceito reforça a busca por uma mudança de percurso que representa novas demandas sociais e novos contextos em que vivia a nação brasileira. Porém,

sabemos que qualquer mudança nesse sentido é lenta e gradual, e considerando a incidência do discurso nacionalizante tão bem trabalhado, seus efeitos demorariam a ser realmente minimizados. Ressalto que, apesar de, no texto, haver significativo avanço com o reconhecimento dos bens de natureza imaterial ou intangível como elementos que estão ligados à memória e identidade nacionais, devendo dessa forma serem oficialmente documentados e declarados patrimônios culturais, nenhuma política de preservação instituída pelo IPHAN até então prevê essas ações, o que me parece uma contradição. Esses bens são citados na Constituição, porém não podem ser documentados ou reconhecidos oficialmente pelo instrumento legal de preservação que, no momento, limitava-se ao tombamento que determina a feição física do bem como um dos critérios. Além disso, destaco que muitos bens entendidos como materiais, não considerados de “valor excepcional” ou ligados a “fatos memoráveis” da história, como prevê o Decreto Lei 25 que institui o tombamento, e que ainda é vigente no ano de 1988, continuam sem reconhecimento.

> A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo “preservação” que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a idéia [sic.] de que as políticas públicas de patrimônio são intrinsicamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição européia [sic.], que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes (Fonseca, 2009, p. 61-62).

O artigo n° 216 da Constituição de 1988, deixou ainda mais resistente o movimento e o debate acerca do conceito e entendimento sobre o sentido de patrimônio, evidenciando a necessidade de uma reatualização das diretrizes, políticas e ações de preservação por parte do IPHAN. Existe uma articulação entre os órgãos estaduais e federais, com a sociedade civil e órgão internacionais. De acordo com Fonseca (1997), até mesmo os pedidos de tombamento pela sociedade civil têm um aumento, o que caracteriza uma apropriação maior do patrimônio por seus grupos sociais. Este movimento, no entanto, se mantém ocultado nos governos pós-redemocratização, entre idas e vindas de órgãos, programas e ações. uma organização

No ano de 1990, o IPHAN e a Fundação Pró Memória foram extintos, e deram lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio (IBPC). Em publicação sobre a política de

preservação no Brasil, o IPHAN (2012) caracteriza a década de 1990 como “um desmonte das estruturas de gestão da cultura”, que tiveram como reflexo a paralisação das atividades, redução na ação do Estado e baixo investimento no setor, além uma imagem negativa junto à sociedade. No ano de 1994, o IPHAN é retomado, porém enfrentando muitos problemas, como redução do corpo técnico, abandono de obras e restaurações, descontinuidade de programas e projetos.

Nesta década, é possível observar também uma maior mobilização da sociedade brasileira que se reflete em reivindicações das minorias étnicas e sociais por diretos culturais e de representatividade. Ainda assim, mudanças significativas na elaboração de políticas ou em ações efetivas não se expandem, e as concepções elitistas, que favorecem perspectivas ideológicas das referências culturais brancas, católicas e coloniais se mantém.

A década de 2000 inicia com um forte discurso de democratização cultural e ampliação das ações tanto do Ministério de Cultura quanto do próprio IPHAN (Santos, Silva e Abdala, 2015). A principal ação nesse sentido foi, sem dúvidas, o Decreto n° 3551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. Este decreto é considerado o principal avanço na busca por uma representação mais igualitária, pela inclusão de grupos que por décadas foram negligenciados, esquecidos e ocultados.

> [...] a publicação do Decreto 3.551/2000, insere-se numa trajetória a que se vinculam as figuras emblemáticas de Mario de Andrade e de Aloísio Magalhães, mas a que se incluem também as sociedades dos folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos indígenas, as reivindicações dos grupos descendentes de imigrantes das mais variadas procedências, enfim os ‘excluídos’, até então, da ‘cena’ do patrimônio cultural brasileiro montada a partir de 1937 (Fonseca, 2009, p. 65).

O decreto n° 3551 também prevê a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que é a metodologia de pesquisa aplicada para levantar os dados necessários, para que, posteriormente, se efetue o registro dos bens imóveis. Sant’anna (2009) explica que os instrumentos de preservação para os patrimônios imateriais contemplam sua natureza processual e dinâmica (o que não acontece para os

bens materiais, já que na visão preservacionista do tombamento esta dinamicidade não se aplica a bens materiais).

Destaco ainda algumas ações importantes nesse sentido que foram os primeiros tombamentos de áreas remanescentes quilombolas, no ano de 2002, o primeiro tombamento relativo à cultura indígena, protegendo como patrimônio nacional os locais sagrados dos povos do Xingum, no ano de 2010 (IPHAN, 2012). Nesse contexto fica clara a importância do patrimônio cultural como um instrumento de reconhecimento e representatividade de minorias étnicas, sociais e religiosas, caracterizando-se como elemento de resistência frente ao avanço do poder global e ao imperialismo atual. As políticas de preservação envolvem formas e saberes locais regionais e nacionais, para além do patrimônio edificado e devem contribuir para a conquista do respeito e reconhecimento de uma grande diversidade de grupos que também desejam guardar e celebrar suas memórias.

Para Arantes (2017), estas são ações que demonstram uma mudança de foco “das coisas da nação, para a diversidade da nação”. Conforme já exposto anteriormente, apesar de acreditar que o patrimônio não se apresente de forma material ou imaterial como categorias fixas e impenetráveis, e que, talvez esta divisão, de certa forma, mantenha divisões, hierarquizações e elitizações, não há como não reconhecer o avanço no sentido do alargamento conceitual, reconhecimento e visibilização de patrimônios por muito tempo invisibilizados. Porém, na fala do mesmo autor, existe pouca atenção, principalmente em nível federal às manifestações culturais dos grupos e regiões que historicamente no Brasil, tem tido menor atenção. O autor ainda reitera que o Estado brasileiro tem se preocupado mais com representantes da cultura europeia-brasileira, tendo destaque a luso-brasileira, do que com as culturas indígenas por exemplo.

Para os autores citados neste estudo, o ponto inicial é questionar qual é o entendimento de patrimônio imaterial que presente no Decreto n° 3551 (Fonseca (1997; 2009), Tamaso (2005), Oliveira (2016), Arantes (2010), Sant’anna (2009), Gonçalves (2007a)) De acordo com Tamaso (2005), existe uma limitação apontada pelo próprio órgão de preservação no que diz respeito a complexidade do objeto que pretendem definir como imaterial.

Outro aspecto muito importante a ser pontuado aqui é o fato de que na grande maioria das vezes

> [...] o valor atribuído pelo grupo portador, ao bem cultural não corresponde ao valor atribuído pelas instituições oficiais de preservação. A pluralidade de valores e significados, somados ao não reconhecimento dos valores locais, é uma questão que nos remete aos debates da relação e da complementaridade dos valores materiais e imateriais de todas as coisas, recorrentemente obnubilados pelas (e nas) políticas públicas de preservação, que se fundamentam no instituto do tombamento (Tamaso, 2005, p.15).

Um caso analisado por Tamaso (2005) mostra-se bastante elucidativo: a Procissão do Fogaréu que acontece em Goiás. Na época da realização da pesquisa, foi realizado o INRC da Procissão do Fogaréu para iniciar o processo para o registro de bem imaterial. A procissão, no entanto, de acordo com Tamaso (2005) não é uma manifestação de grande importância para o morador. “Ao pedir que escolhessem uma procissão, a que eles atribuem mais significado e que têm maior afeição, raramente obtive como resposta a Procissão do Fogaréu” (Tamaso, 2005, p. 22).

Em sua pesquisa, a autora também cita o processo de patrimonialização da Casa de Cora Coralina. Segundo a autora, o patrimônio enquanto um “lugar” (categoria para o seu registro) “[...] não é nem o mais “querido”, nem o mais “lembrado”, nem o mais “belo”. Há mesmo uma crítica veemente de parte dos moradores do centro histórico pela sistemática presença da Casa de Cora, quando se fala de Goiás” (Tamaso, 2005, 22).

Estas constatações levam a autora a questões que reformulo para este estudo: Seriam estes bens patrimoniais construídos pelas agências preservacionistas locais, regionais e/ou estaduais ou pelos próprios moradores? Estariam as políticas de preservação, mesmo que apoiadas em um discurso de mudanças, mantendo a postura de legitimadoras de alguns bens enquanto silenciam outros?

Como já vem sendo bastante elucidado até aqui, tenho grande interesse em entender a relação que o morador estabelece com os bens, para refletir sobre a configuração de um patrimônio. Nesse aspecto, utilizo de mais um exemplo que me auxilia a fundamentar a proposição central desta tese. Costa e Santos (2020), ao analisar ações de gestão de patrimônios industriais ferroviários nas cidades de Campinas, Valinhos e Vinhedo, afirmam o distanciamento dos moradores da prática preservacionista. Os moradores entrevistados pelas autoras mostraram-se insatisfeitos

com as ações públicas da gestão do patrimônio, e suas queixas se voltam principalmente á ausência de diálogo e integração com a comunidade – não existe interesse em manter os moradores envolvidos o que, para eles, é uma forma de desrespeito a sua memória e motivo para o afastamento de sua conexão com os bens patrimoniais.

Retomo o que já expus neste capítulo, mas que se faz fundamental para análise destes casos. O patrimônio é entendido como tal a partir de valores que lhe são atribuídos, e a partir da apropriação dos diferentes grupos. Apropriação que se dá mediante a conflitos sobre a construção de uma identidade. A definição de um patrimônio é fruto de disputas, é um elemento de poder e de escolha. Nesse sentido, de quem é a escolha sobre um bem que pode ou não ser considerado patrimônio? Que grupos sociais têm ativamente participado destes processos? Os bens culturais que vêm sendo tombados ou registrados são realmente os mais representativos para aquela comunidade, ou, será que, de alguma forma, a lógica hegemônica ainda define critérios, mesmo que em alguns casos específicos?

Ainda que o contexto se coloque totalmente favorável à ampliação do conceito de patrimônio, que, por sua vez, influencie na elaboração e abrangência das políticas públicas, e, que, estes exemplos sejam apenas casos pontuais, ainda há muito que avançar. A expansão do campo patrimonial o torna significativamente mais complexo, seja no plano discursivo, seja no plano institucional.

Apesar de o Estado, ainda que atuando como a agência legitimadora e apoiadora fundamental dos processos de patrimonialização, não aparecer mais como elemento impositor e exclusivo, ainda existe grande influência do contexto e ideologias políticas que direcionam as ações, diretrizes, políticas entre outras. No ano de 2019, por exemplo, o Ministério de Cultura no Brasil foi rebaixado à Secretaria Especial de Cultura, e o IPHAN sofreu inúmeras reformulações em sua estrutura institucional, que se colocaram contrárias ao movimento que vinha sendo desenvolvido. No ano de 2023, o Ministério da Cultura retornou e, as ações despendidas indicaram a manutenção dos esforços no caminho para a ampliação do conceito de patrimônio considerando a diversidade cultural do país, o envolvimento da sociedade como um todo. De qualquer forma, o que fica claro é que as condutas em prol da identificação e preservação do patrimônio ainda se concentram no Estado.

Fonseca (s/d) complementa que até o momento, no Brasil, o poder público se mantém como protagonista da seleção patrimonial e das políticas públicas de preservação. A sociedade, por sua vez, segundo a autora, tem pouca participação tanto no que diz respeito a "presença do patrimônio no seu quotidiano como a importância do envolvimento dos cidadãos na busca por soluções para sua preservação" (Fonseca, s/d, p. 161).

Mesmo que o discurso oficial adote uma noção de patrimônio que em teoria prevê a diversidade social, concordo com Canclini (1994, p. 97) no sentido de que permanece uma hierarquia dos capitais culturais. Nesse sentido, as representações dos "grupos subalternos têm um lugar subordinado, secundário, dentro das instituições e dos dispositivos hegemônicos". O autor ainda complementa que, se o patrimônio é entendido como um instrumento que permite a unificação da nação, as desigualdades em sua formação e apropriação também devem ser estudadas, "como espaço de luta material e simbólica entre classes, as etnias e os grupos (Canclini, 1994, p. 97).

Chuva (2012) chama atenção para a necessidade de, no momento atual, olhar para a pluralidade e diversidade cultural, fugindo do reducionismo histórico do mito das três raças. Com base no exposto pela autora, ganha destaque a proposição central deste estudo.

Neste contexto, destaco o que talvez possa ser o principal ponto a ser considerado nesta tese. Ultrapassando questões materiais e imateriais, nacionalidades, diversidades entre outros aspectos, vislumbro as cidades do interior, ou os interiores como Baptista vem chamando. Na maioria das vezes, os sujeitos destes lugares não se inserem nas discussões sobre o patrimônio, por não se imaginarem pertencentes a elas. Não enxergam seus bens como passíveis de serem considerados patrimônios, pela singeleza a qual estes bens se apresentam. Não se caracterizam como construções imponentes, nem como manifestações artísticas ou do saber fazer tradicionais.

Esta trajetória que permeia a construção de conceitos e da essência do patrimônio, bem como de seus instrumentos de preservação, fez com que estes sujeitos não olhassem para seus bens como patrimônios, mas sim como o comum. Diante de uma concepção de que até mesmo o patrimônio imaterial tem que ser muito "importante", pouco se volta ao simples.

O Patrimônio do Cotidiano que aparece no vínculo, nos afetos, nos usos do dia a dia – aquele que é sutil e singelo, porém denso, potente de significação, e que carrega em si a representação simplicidade do interior, do sujeito que vive esse patrimônio, mas que não o enxerga como tal.

4 PATRIMÔNIO DO COTIDIANO: AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS

Pensando no processo de desenvolver novos olhares para o entendimento do patrimônio, e contribuindo para a ampliação dos estudos que se voltam aos conceitos relacionados a este tema, o presente capítulo se volta à apresentação da proposição do Patrimônio do Cotidiano.

Após uma deriva teórico reflexiva sobre a trajetória de conceitos, entendimentos e políticas de preservação do patrimônio, é de fundamental importância expor o conceito de Cotidiano que direciona este trabalho, visto que este se torna elemento conceitual fundante para esta proposta. Estudos que se referem ao cotidiano têm tomado cada vez mais espaço nas pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Ganham força aspectos e acontecimentos do dia a dia que estão presentes na forma como os sujeitos produzem vida e atribuem significado a essas práticas, que, por muito tempo, foram consideradas comuns e simples e foram ausentadas das análises ganham força.

As relações sociais estabelecidas no cotidiano são capazes de evidenciar sentidos, valores, afetivações e memórias, presentes nas dinâmicas dos usos dos espaços produzidos socialmente. Entendo que a (re)produção dos espaços citadinos acontece constantemente em meio às práticas cotidianas em um movimento contínuo. O espaço vivido, as representações que se fazem deste espaço, os usos e práticas são fatores determinantes para a apropriação da cidade pelo morador, e é na vida cotidiana que se dá essa dinâmica social.

A abordagem sobre o cotidiano aqui desenvolvida será associada a dois conceitos que considero importantes em termos de singularidade da proposição Patrimônio do Cotidiano. São os conceitos de Afetivações e Memórias. Não tenho a pretensão de exaurir esta temática, o intuito é apresentá-los relacionados à proposição central de Patrimônio do Cotidiano.

Assim, este capítulo tem por objetivo trabalhar conceitos da memória como substratos para a construção de vínculos afetivos, já que estas memórias nos representam enquanto sujeitos sociais, consolidando identificações construídas no interior das relações sociais. O intuito é trazer uma reflexão sobre os conceitos de memórias e afetivações, bem como analisar a produção de memórias e afetivações no

cotidiano que estejam relacionadas a lugares e sujeitos, para, assim, tornar possível identificar esse processo na cidade de Rolândia.

Neste contexto, não podemos excluir então a cidade – espaço de sociabilidades ondes as tramas, entrelaçamentos, práticas e usos são cotidianamente construídos pelas pessoas. É na cidade que diariamente as pessoas imprimem seu modo de viver, nas ruas, praças e pontes. Nos bares, padarias e restaurantes. Nas festas e quermesses. No dia a dia dos transeuntes, no burburinho, nos dedos de prosa trocados nas calçadas, no corre dos trabalhadores. Esses lugares do viver estão intimamente ligados à problemática proposta neste estudo, pois neles se materializam os discursos, histórias, as memórias e as afetivações que se movimentam no cotidiano.

É importante frisar, no entanto, que o objetivo aqui não está em exaurir conceitos e teorias sobre a cidade. O que pretendo é apenas refletir sobre o conceito e entendimento de cidade que está ligado a esta tese.

4.1 BREVES ANDANÇAS PELO CONCEITO DE CIDADE

Toda cidade tem muitas histórias. A relação dos moradores com seus espaços de vivências se transforma na produção de histórias contínuas, que, por sua vez, também produzem, continuamente, memórias que traduzem essa relação, proporcionando a criação de laços afetivos entre espaços e pessoas. A historiografia, por sua vez, nem sempre dá luz a toda essa multiplicidade de acontecimentos, dando voz a uma narrativa aceitável que represente a cidade como unidade de elementos complementares em um tempo linear. Esta historiografia acompanha uma tendência geral, onde os acontecimentos da vida cotidiana, muitas vezes, não têm lugar. Uma abordagem que segundo Knauss (2007) valoriza uma interpretação estrutural e de caráter abrangente da história.

Por outro lado, como já apresentado anteriormente, este estudo tem o propósito de olhar para o cotidiano. As relações e usos cotidianos de espaços que podem, algumas vezes, atribuir significados simbólicos a estes espaços, a ponto de podermos caracterizá-los como Patrimônio do Cotidiano. Nesse sentido, entendo a cidade enquanto espaço onde as relações acontecem.

Knauss (2007) descreve a cidade como uma instância significativa na “desordem” do mundo contemporâneo. A vida acontece na cidade. A cidade é o espaço dos corpos, das falas, dos (des) encontros, das várias cidades dentro da cidade.

Para Henri Lefevbre (1991; 1996), a cidade é o espaço do encontro. O lugar onde os diferentes convivem, onde existe harmonia, mas também confrontos. Essa convivência, segundo o autor, é condição crucial para o surgimento de uma nova sociedade, quiçá mais tolerante uns com os outros, e mais branda com o meio.

Assim, é entendida como um produto do trabalho humano, não de um indivíduo apenas, ou de um grupo em particular, mas, como considera Lefvbre (1991; 1996), obra da humanidade. Isso pressupõe uma relação entre o morador e a cidade, e um princípio de identificação pautado nessa relação. Esse entendimento constitui, para este estudo, a base da afetividade e atribuição de significado que parte do morador para os espaços da cidade, para os lugares que ele considera como “seus” dentro da cidade.

Certeau (1994, p. 24), na tentativa de um conceito operacional da cidade, afirma que, em um discurso utópico e urbanístico, define-se pela possibilidade de uma operação tripla:

> 1 A produção de seu espaço próprio (*um espace propre*): a organização racional deve assim reprimir todas as poluições físicas, mentais e políticas que a comprometeriam;
> 2 a substituição de um ‘não-quando’, ou de um sistema sincrônico, pelas resistências indetermináveis e obstinadas oferecidas pelas tradições; estratégias unívocas, possibilitadas pelo nivelamento de todos os dados numa projeção plana, devem substituir a tática dos usuários que se aproveitam de ‘oportunidades’ e que, através desses eventos-armadilhas, esses lapsos na visibilidade, reproduzem as opacidades da história por toda parte;
> 3 finalmente, **a criação de sujeito anônimo e universal que é a própria cidade**; gradualmente torna-se possível atribuir a ela, como a seu modelo político, o Estado de Hobbes, todas as funções e predicados que estavam previamente espalhados e se referiam a muitos sujeitos reais diferentes – grupos, associações ou indivíduos **(grifo nosso).**

Nesse sentido, a concepção de espaço/cidade que direciona este estudo refere-se àquela das Ciências Sociais que a entende como produto social. É importante expor que, no último quarto do século XX, as disciplinas acadêmicas relacionadas à compreensão das dinâmicas espaciais passaram a observar o espaço não mais como um plano homogêneo e vazio – um espaço abstrato, neutro, sem reflexos ou influências

das ações humanas. Da mesma forma aquele modelo de cidade do século XIX, que se tornou o paradigma de cidade moderna, pensada e construída como um sistema integrado, objeto de planificação, pautada pela racionalidade técnica e científica dos planejamentos urbanos, está em crise.

Trata-se de uma revolução no âmbito das concepções do espaço: entendê-lo de forma incorporada às relações humanas, um espaço como produto das ações humanas sobre ele. A investigação acadêmica aqui exposta se desloca de um entendimento da sociedade e suas dinâmicas no espaço para uma compreensão que considera as dinâmicas do espaço entrelaçadas as dinâmicas sociais. A cidade entendida como um organismo vivo.

A compreensão que temos da cidade se baseia no exposto por Baptista (2020b) sobre a trama caosmótica, em considerar os elementos visíveis e invisíveis, campos de energias intensas, onde tudo e todos compõem a trama teia viva pulsante. A cidade compreendida a partir da interação de todos seus elementos – 'do vivo e do morto' incorpora significado a materialidades e imaterialidades fazendo dela o acúmulo de tempos. Nesta lógica de análise, cada momento da história, cada instante da vida de seus moradores, o cotidiano que se perde no fluxo temporal deixa no espaço seu registro e traz o entendimento do que é aquele lugar, e do que se faz importante para as pessoas que nele vivem.

Refletir sobre a cidade é uma reflexão sobre a vida que se faz nela.

> Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso - ao longo do tempo. Esse sentido diz respeito à superação da idéia [sic] de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida. Assim, a cidade se realizaria também, como lugar do possível – possibilidade de um projeto voltado para o futuro (Carlos, 2004, p. 11).

Pesavento (2020) comenta que o tempo das cidades é múltiplo e está sempre em construção, visto que ela está em contínua reinvenção. Habitar uma cidade é dotá-la de condições para que nela as relações aconteçam, para além do agora. A autora complementa expondo que o presente da cidade é o momento no espaço onde é possível

reabilitar o passado, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e se identifiquem.

> Mas o presente das cidades é também aquele tempo onde se pensa o futuro, se articulam planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação, por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. Uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente. Renovar e reabilitar, jogando, desde o presente, as dimensões do passado e do futuro de uma cidade, seria uma outra forma de exercer a cidadania, entendendo que habitar a cidade implica dotar seus habitantes deste direito de usufruir vários tempos. O direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é, fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade (Pesavento, 2020, p. 213).

Isso auxilia a compreender que o traçado das cidades traz em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, que revelam as marcas deixadas pela passagem dos anos, dos usos e consumos dos atores sociais que vivem e transformam esse espaço. Além de um espaço construído, compreende-se também experiências vividas, sentidos conferidos ao espaço, simbologias, como se pudesse tornar palpável toda significação que cada fragmento da cidade possa trazer. Esta junção do material e imaterial que faz uma cidade, que traz o movimento da vida, através do seu povo, de seus feitos.

> Ver o espaço da cidade é perceber no conjunto, e nexo de cada coisa, o que nela existe: conhecimento, crenças, arte, moral, direitos, costumes, capacidade e hábitos adquiridos, transmitidos de geração a geração. Costumo dizer que as cidades têm a cara dos seus moradores. Portanto, a cidade é um palco de informações dos mais ricos para conhecer quem são as pessoas e para onde vão. Estou pensando a cidade, portanto, como um lugar no qual encontro o patrimônio e a memória, observando as condições históricas, sociais e comunicacionais, e as exigências contemporâneas, unindo passado e presente e (re)criando imagens da cidade, do povo, da cultura. Uma cidade na perspectiva de encontrar reconhecimento e legitimação da sua identidade e o sentimento de pertença com esse espaço da vida cotidiana, e a possibilidade de tecer uma relação com o processo de aprender e educar (Araripe, 2007, p. 38).

A partir do exposto, entende-se que as práticas e usos dos espaços, o ‘ser e estar’ na cidade, é que lhe dão forma e sentido. Meneses (2006) explica que sob esta lógica, a cidade também é a representação que seus habitantes fazem dela ou de fragmentos dela, já que, segundo ele, a cidade atualmente pode ser entendida como um todo fragmentado – não homogêneo.

Assim, entendo a cidade como construção constante, produto histórico – social que reflete a produção e significação da vida. É a partir desta lógica de análise que olho para a cidade de Rolândia. Um espaço onde estão impressas conexões entre diferentes temporalidades, pessoas, elementos materiais e elementos imateriais que refletem as vivências, marcas e identificações. Espaço que se constrói à medida que a vida cotidiana acontece e ganha sentido.

A partir desta noção de cidade, busquei elaborar um referencial conceitual sobre o cotidiano, que se alinhe às reflexões já realizadas e contribua para a proposição central da tese: o cotidiano da cidade - sujeitos e lugares que, em conexão, produzem afetivações e memórias, em diferentes tempos e espaços, tendo em vista a realidade simbólica construída e descontruída continuamente pelas pessoas.

4.2 ANDANÇAS PELO CONCEITO DE COTIDIANO

Para iniciar as exposições deste tópico, parto do exposto por Tuan (2017), de que a melhor forma para a compreensão da essência de um povo é a partir do seu cotidiano e suas experiências vividas. Tomando como suporte as palavras do autor, consigo evidenciar o direcionamento que o sentido de cotidiano tem para este estudo.

Da mesma forma que a cidade, o cotidiano se compõe a partir de vivências, relações e conexões vividas diariamente, sendo estas, superpostas em um processo histórico, experiências compartilhadas, ritmos temporais e espaciais construídos. Para mim, entender a dinâmica da cidade também é entender o cotidiano e vice-versa, pois são elementos interconectados. Nesse sentido, o cotidiano é visto na complexidade em que o simples fazer da vida dos homens acontece. Desta forma, seguindo a orientação epistêmico teórica deste estudo, o cotidiano se apresenta como uma unidade dinâmica – o espaço da vida humana, experienciado de maneira holística, analisado a partir da conexão de todos seus elementos que se entrelaçam às experiências vividas continuamente. Acrescento a esta explicação inicial o exposto por Certeau (1998), no sentido de que, pesquisadores que debruçam seus estudos sobre o cotidiano, estudam o “invisível”. Desse modo, o cotidiano se une à proposição deste trabalho no invisível da cidade que se apresenta de forma densa e significante.

Lefebvre (1991) explica que a vida cotidiana é tudo que nos cerca, tanto no tempo quanto no espaço, e, da mesma forma que ela está em nós, nós estamos nela. Ela ultrapassa o material e envolve também os sentimentos, as crenças (religiosas ou não), o cultural, o psicológico, o econômico. Para o autor,

> O cotidiano se compõe de ciclos e entra em ciclos mais largos. Os começos são recomeços e renascimentos. Esse grande rio, o vir-a-ser heraclitiano, nos reserva surpresas. Não há nada linear. As correspondências desvendadas pelos símbolos e pelas palavras e suas reaparições tem um alcance ontológico. Eles se fundem no Ser (Lefebvre, 1991, p.11).

Para Carlos (2004, p.23), o cotidiano é "a totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada e entre os planos do indivíduo e do coletivo) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças".

Em uma entrevista cedida à Revista Brasileira de Educação, José Machado Pais explica que, enquanto objeto empírico

> [...] o cotidiano abrange, de fato, situações de interação nas quais irrompe a instantaneidade da vida social. Como alavanca metodológica do conhecimento, a novidade reside na construção de um novo olhar sobre o social, suscitado por novas formas de o questionar, de o problematizar, de o interpretar que outorgam ao cotidiano uma relevância sociológica que até então não tinha (Stecanela; Ramos, 2023, p.7).

O cotidiano é um conceito que nos auxilia na compreensão da vida como um todo; dos sujeitos inseridos em um determinado tempo e espaço, o que implica no reconhecimento que existem trocas constantes entre estes elementos. Vanali (2015) explica que não podemos entender o cotidiano como um conceito definitivo, visto que ele é identificado na relação do lugar com espaço e tempo construídos. Acredito que, mesmo que esteja implícito, na fala da autora, é necessário acrescentar os sujeitos, suas ações. Nesse sentido, a análise do cotidiano centra seu foco no sujeito e em suas práticas e relações – com outros sujeitos e com o espaço – e não em organizações ou sistemas.

> O cotidiano seria o resultado de um processo de socialização em que uma forma específica de interação relaciona o indivíduo ao grupo, engendrando personalidades, capacidades e comportamentos que se misturam em disputa pela escolha de traços identitários, forma-se assim uma marca que transforma o espaço (geográfico) em lugar (simbólico). O território do cotidiano define-se

> assim como um lugar onde age o indivíduo tornando humana a sua vida (Vanali, 2015, p. 111)

Em aspectos gerais, o cotidiano pode ser entendido como aquilo que acontece de forma natural – espontâneo - no dia a dia dos sujeitos. O que nos rodeia, que compõe a vida desses sujeitos em sociedade, de forma habitual, ou seja, aspectos do viver que já estão dados, e com os quais, os sujeitos “aceitam” viver, muitas vezes sem questionamentos. Para mim, fazem parte do cotidiano todos os aspectos das experiências da vida: a linguagem das pessoas, seus hábitos, seus costumes, seus valores, suas crenças, o ‘seu fazer’ na cidade, o ‘seu estar’ na cidade ... todas as experiências vividas pelos sujeitos que são expressas nos cheiros, sabores, nas cores, em seus amores e desamores, nos sons e nos silêncios, na música, no seu jeito de viver aquela cidade e seus espaços. Analisar o cotidiano é apreender que o vivido é o principal foco de análise.

É possível, no entanto, notar que, por vezes, existe um desinteresse aos aspectos da vida cotidiana, tanto por parte do senso comum quanto da Ciência, em função de uma preconcepção que relaciona a vida cotidiana à simplicidade. Por vezes, o cotidiano ganha conotação negativa, é tido como banal, ordinário, comum, entediante, rotineiro. É primordial ir além do pressuposto de que o cotidiano está dado e explicado pela sua simples forma de existir e refletir sobre a complexidade que envolve este tema. Nesse sentido, intento um aprofundamento em alguns autores que estudaram esta temática, a fim de buscar adentrar na complexidade do cotidiano e construir um referencial conceitual que possa ser utilizado como base para a construção da proposição do Patrimônio do Cotidiano.

Assim, as ‘com-versações’ para a construção do conceito de cotidiano presente nesta tese se deram principalmente com quatro autores: José Machado Pais (2003); Henri Lefebvre (1991), Agnes Heller (2000) e Michel de Certeau (1998). Estes autores fazem abordagens e análises sobre o cotidiano. O que pretendo, no entanto, não é esmiuçar cada noção de cotidiano, mas, sim, buscar nestas análises a base principal para a construção do conceito de cotidiano que se conecta com a orientação geral deste estudo.

José Machado Pais é economista e sociólogo, professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (ULisboa). Possui vários projetos internacionais em diferentes domínios das Ciência Sociais, e suas pesquisas se concentram na análise das juventudes, e na discussão de opções metodológicas no campo do registro do cotidiano. Minhas 'com-versações' com Pais se deram principalmente a partir de sua obra "Vida Cotidiana, enigmas e revelações". Diferente dos demais autores que embasaram minhas análises, Pais se volta principalmente ao debate sobre uma perspectiva metodológica que toma o cotidiano enquanto elemento do conhecimento. Nesse sentido, estas 'com-versações' trouxeram pistas interessantes que contribuem até mesmo para as reflexões posteriores.

> Definimos o quotidiano como uma rota de conhecimento. Quer isto dizer que o quotidiano não é uma parcela isolável do social. Com efeito, o quotidiano não pode ser caçado a laço quando cavalga diante de nós na exacta medida em que o quotidiano é o laço que nos permite "levantar caça" no real social, dando nós de inteligibilidade ao social (Pais, 2003, p. 31).

Um dos principais aspectos que levaram Pais pesquisar sobre o que chamou de "A sociologia do quotidiano" foi o interesse de desvendar a potência que existe na vida social: porém a partir de olhares que rompem com padrões rígidos, imobilizados, modelos ou quadros teóricos conceituais tradicionais da Sociologia, que segundo o autor negligenciaram aspectos essenciais das pesquisas sobre o tema.

> Exilados das infra-estruturas espontâneas do social, muitos conceitos sociológicos são formas mecânicas e artificiais de revestirem o 'vivo': espécie de vestuário encobrindo epidermicamente o corpo social; crostas exteriorizadas e rígidas a espartilharem a labilidade do social (Pais, 2003, p.33)

O autor complementa dizendo que o cotidiano não pode ser tido como um objeto único de análise para um sistema conceitual e teórico: afirma que, é sob diferentes perspectivas e olhares que podemos captá-lo. O cotidiano deve ser enxergado como revelador de processos de funcionamento e dinamicidade das sociedades e dos conflitos que a atravessam. Nesse sentido, Pais (2003), em sua análise, expõe alguns elementos que se fazem importantes para reflexões voltadas ao cotidiano e que se mostraram profícuos para este estudo.

O autor explica que, costumeiramente, o cotidiano é entendido como o feito de todos os dias, atividades rotineiras e monótonas, “a vida que escorre, em efervescência invisível” (Pais, 2003, p. 28). Existe grande relação entre este entendimento de cotidiano com a rotina – hábito de fazer as coisas sempre da mesma maneira, de forma mecânica ou inconsciente, pela prática ou imitação (Houaiss, 2020). O que, segundo Pais (2003), aparenta passar uma segurança ontológica – certeza de que a realidade realmente é o que aparenta ser.

Acontece que o autor observa que a raiz etimológica da palavra aponta para outro campo semântico, “associado à ideia de rota (caminho), do latim via, *rupta,* donde derivam as expressões ‘rotura’ ou ‘ruptura’: acto ou efeito de romper ou interromper, corte, rompimento, fractura” (Pais, 2003, p.29). A ideia de rotina e de ruptura são essenciais para qualquer análise que se volte ao cotidiano.

Outro ponto destacado pelo autor é que estudos sobre o cotidiano não podem apenas se limitar a análises do cotidiano das estruturas sociais. Pelo contrário, existe produção social e simbólica nos interstícios e margens destas estruturas que não são apenas subprodutos. Acredito que é nesse meio termo – entre permanências e rupturas – que podemos melhor entender o cotidiano.

Pais (2003, p. 75) ainda explica que estudos que têm a intenção de refletir sobre o cotidiano devem considerar dois aspectos. O primeiro é que uma visão macro do social não consegue dar conta “dos pequenos jogos sociais que constituem a trama social”. Neste contexto é importante entrelaçar análises em aspectos macro que trazem informações sobre as variações de nível global que influem no cotidiano – poder, ideologia, autoridade, desigualdade social, alienação entre outros – às variações de comportamentos individuais, que se voltam às especificações e características locais. “O que importa é vincular a historicidade absoluta de um acto à generalidade de uma estrutura social, fazendo ressaltar a imbricação de actos ou acontecimentos individuais ou interaccionais com estructuras sociais globais” (Pais, 2003, p.76).

O segundo aspecto é que, embora tenha despertado cada vez mais interesse em pesquisadores, a “sociologia da vida cotidiana” não tem um objeto definido, fato que passa pela própria indefinição do que se entende por cotidiano. “[...] o cotidiano não é um objeto de estudo empiricamente delimitável, ao contrário de outros domínios do saber. O

cotidiano é antes uma possibilidade metodológica de decifração do social" (Pais; Lacerda; Oliveira, 2017, p.307).

Este aspecto não pode ser encarado como um aspecto negativo, como explicado pelo autor. Essa indefinição pode revelar uma revisão de pressupostos de análise coerente com o processo de mutação da ciência e superação de paradigmas clássicos, como já apontei anteriormente.

Pais (2003) acrescenta em suas explicações as categorias de "espaço" e temporalidades". O cotidiano implica uma perspectiva histórica – não existe vida cotidiana que não possua uma dimensão histórica, ou seja, como já comentei em outros momentos neste estudo, estamos falando de uma sucessão de temporalidades que se sobrepõe, em um determinado espaço, organizando-se em torno do presente. Para o autor, até mesmo as formas de rotinização implicam em processos repetidos de apropriação do tempo e espaço. Na visão do autor, os contextos sociais preveem a existência de atos, condutas e interações cotidianas que estão sempre inscritas em um *topos* – espaço e, qualquer *topos* arrasta um tempo. Assim, Pais (2003) afirma que as práticas sociais são ordenadas no tempo e espaço.

Nesta perspectiva, como exposto pelo autor, os afetos associados ao espaço são materializações de certas formas de existência e de relações sociais que se inscrevem em lugares, e, que também estão ligadas ao tempo e ao espaço. Para o autor, o espaço na verdade, apenas ganha importância por materializar vivências sociais que nele decorrem. Estes valores atribuídos aos lugares são temporais, dinâmicos, não lineares e acumulativos. Acredito que estes elementos são fundamentais para a noção de Patrimônio do Cotidiano.

De forma bastante geral e objetiva, busquei identificar em Pais (2003) aspectos que são essenciais para análises e estudos do cotidiano. É interessante que estes aspectos estão presentes na teorização realizada pelos demais autores analisados, confirmando que se tratam de trilhas investigativas que orientam a construção da noção de cotidiano que fundamenta este estudo

Henri Lefebvre (1901 – 1991) foi um filósofo e sociólogo marxista. Em aspectos gerais, concentrou seus estudos na produção social do espaço, a partir de análises da relação entre o uso do espaço, sociedade e poder. As 'com-versações' com Henri

Lefebvre se deram a partir de seu livro *A vida cotidiana do Mundo Moderno*. O esforço teórico de Lefebvre foi no sentido de apresentar o cotidiano enquanto categoria de análise, a partir do entendimento da estruturação da vida cotidiana e dos elementos que a compõem, pelo seu ritmo que traz reflexos nas experiências vividas no cotidiano.

Para Lefebvre (1991), o cotidiano é o lugar e a forma em que é produzida a existência social dos indivíduos, sendo o fio condutor que o autor utiliza para conhecer e estudar a sociedade. Ele afirma que, em termos filosóficos, as pesquisas e estudos sobre o cotidiano foram por muito tempo secundárias, e, ainda assim, “vistas de cima”. A análise de suas ações, de seus espaços, de seus sujeitos foi desvalorizada.

Ainda que o autor direcione seus estudos para uma perspectiva marxista, que não é o princípio filosófico epistemológico deste estudo, seu olhar para o cotidiano enquanto o centro real da produção da cidade nos auxilia no que entendemos por cotidiano. Quero me ater um pouco à expressão “centro real da produção”, que, ao olhar desavisado, pode ser entendido como a produção material, ou fabricação de produtos. O autor, no entanto, se refere ao sentido mais amplo e vivo da palavra produção.

> O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço), em resumo, a produção ‘espiritual’, e, de outra parte a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do ‘ser humano’, por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de relações sociais (Lefebvre, 1991, p.37).

É a partir desta afirmação que me aproximo do cotidiano de Lefebvre. O cotidiano das relações sociais, suas criações, seus valores, vivências e significados, em inter-relação com o lugar, que possibilita ver realmente como essas relações, compõem e fazem a cidade como ela é. Nesse sentido, é possível afirmar, de acordo com o autor, que o cotidiano é um produto social.

Cabe aqui também a explicação que existe uma diferenciação entre cotidianidade e vida cotidiana, na visão do autor. Ele explica que a cotidianidade é o resultado de um planejamento ou programação da vida pelo sistema (no caso citado pelo autor o capitalismo moderno), que traz o efeito de redução da vida cotidiana; já a vida cotidiana, apresenta o sujeito à frente de sua própria vida – atitude social.

O cotidiano prevê ações, usos e atividades rotineiras e repetitivas de produção de vida. Na concepção de Lefebvre (1991), esta linearidade é fruto de assimetrias de poder que tem como objetivo limitar, ou até mesmo, extinguir a liberdade de ação dos indivíduos, sendo, dessa forma, um lugar de exploração e dominação. Devido a seu viés marxista, o autor afirma que a reprodução do sistema de produção vigente se replica no cotidiano, contribuindo, dessa forma, para a manutenção das relações de poder estabelecidas. Nesse sentido, um conceito muito importante para análise do cotidiano é o conceito de alienação. É a alienação que afasta o sujeito de seu lugar atuante na produção ou criação. Lefebvre (1991) afirma que a alienação social coloca o sujeito em uma condição passiva diante de falsas ideologias a ele impostas. Aspecto que se intensifica na sociedade contemporânea, em uma sociedade dominada pelas relações de produção, e, acrescento, pelas relações de consumo e exposição, que são muito características do tempo atual. Originando-se o que o autor entende como uma cotidianidade programada em um ambiente urbano cada vez mais global.

O cotidiano passa a ser dominado por uma mecanização da vida, um consumo dirigido e por necessidades criadas pelo mercado. O autor afirma que antigas alienações (políticas; ideológicas; tecnológicas, burocráticas, urbana etc.) apareceram com novos gêneros e tipologias e se tornaram uma prática social. Traz grande crítica à efemeridade, ao consumo exacerbado e à obsolescência da necessidade, que adentraram o cotidiano e tiraram seus sentidos e significados.

> O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais [...]O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da autorregulação voluntária e planificada [...] Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. Isso substituiria as autorregulações espontâneas e cegas do período da concorrência. A cotidianidade se tornaria, assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros a que o pensamento sistemático e a ação estruturante visam. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a modernidade. [...] O desejo estaria aquém dessa realidade (ou abaixo dela)? Estariam além dela e abaixo a razão (dialética) ou a cidade, o urbano? Para quebrar o círculo vicioso e infernal, para impedir que se feche, é necessária nada menos que a conquista da cotidianidade, por uma série de ações – investimentos, assaltos, transformações – que também devem ser conduzidas de acordo com uma estratégia. Somente o futuro dirá se nós (os que quiserem) reencontraremos assim a unidade entre a linguagem e a vida real, entre a ação que muda a vida e o conhecimento (Lefebvre, 1991, p. 81-82).

Acredito ser grande importância citar que o autor apresenta o turismo e o lazer como subsistemas onde as insignificâncias do cotidiano (sistema) só adquirem sentido quando metamorfoseadas por estes subsistemas. O lazer e o turismo podem ser entendidos aqui a partir da perspectiva da conquista e do direito pelo trabalho. Sobre isto, Fonseca Filho (2010) explica que, na cotidianidade, as formas de organização e existência da sociedade impõem relações que refletem no trabalho, lazeres, vida privada e vida pública. Nesse sentido, o cotidiano abriga o tempo de trabalho, que produz os valores para a troca, e o tempo de não trabalho, "conquista social" que também se insere na dinâmica produtiva.

Neste contexto, a crítica de Lefebvre se concentra na transformação do espaço citadino em mercadoria onde o turismo e lazer se adequam a uma lógica de consumo – se tornam parte da alienação do cotidiano sendo entendidos como elementos que rompem com a rotina desgastante e monótona, e, por outro lado contribuem para manutenção de desigualdades, negligenciando as dimensões sociais e humanas da cidade.

Quando analisados sob a lógica de elementos de ruptura, o lazer e o turismo se aliam à liberdade, à criatividade, eliminando opressões. Para Lacerda (2023, p. 95), a proposta de Lefebvre é que a sociedade seja revolucionada por atividades que propiciem esta ruptura. "Se a cotidianidade é o espaço e tempo da repetição, dialeticamente também seria o espaçotempo no qual o lazer acontece, superando esta dicotomia".

Em termos gerais, Fonseca Filho (2010) explica que o cotidiano, na visão de Lefebvre, é um lugar de movimento dialético, onde temos a atuação constante de três termos: necessidade, desejo e fruição. Nesse sentido, ao mesmo tempo que o cotidiano abarca o vivido, as emoções, os afetos, os hábitos e comportamentos, notamos também a abstração do dinheiro e da mercadoria.

Lefebvre (1991), por outro lado, também explica que apenas no cotidiano, pela atitude social existe a possibilidade de ruptura e mudança. Nesse sentido, Henri Lefebvre diz que uma revolução social é a revolução do cotidiano. O cotidiano, espaço de alienações, pode ser também o espaço das resistências e potencial transformações. Os sujeitos, ao se apropriarem do seu cotidiano, podem romper com a lógica dada e retomar

os sentidos e a experiência sensível da vida. Santos (2018) acrescenta que, enquanto categoria de análise, o cotidiano sob a ótica de Lefebvre também apresenta a dimensão da atividade social propriamente dita, onde se encontram “os impulsos, as paixões, os desejos, o irracional e [...] o corpóreo”. Elementos que não são propriamente racionais e por isso, negligenciados pelo pensamento crítico ocidental. Assim, percebemos que também é no cotidiano que os sujeitos se renovam e se transformam, como forma de resistência ao que está posto.

Também é neste contexto de possibilidades que este estudo se aproxima do cotidiano de Lefebvre - ao notar todas as potencialidades que se inscrevem no cotidiano. Se é no cotidiano que se dá a alienação e dominação, também é no cotidiano que temos as experiências vividas, as trocas, os vínculos, o ‘ser e estar’ na cidade – as afetivações e memórias que criam laços entre sujeitos e lugares.

Como exposto, ‘com-versações’ com Agnes Heller (1929 – 2019) também foram fundamentais para embasamento e construção de um corpo teórico sobre o cotidiano que me permitisse expor a proposição conceitual do Patrimônio do Cotidiano. Filósofa húngara, discípula de Lukács, a autora integrou a chamada Escola de Budapeste, grupo que elaborou um pensamento crítico a partir de orientações marxistas. Conforme nos explica Patto (1993), a principal diferença nas teorizações do cotidiano de Heller, a partir desta orientação crítica, é a inclusão de uma análise filosófica e sociológica da vida cotidiana. Existe uma maior humanização nas conceitualizações apresentadas pela autora, tendo a ética lugar central em sua obra.

Em aspectos gerais, me aproximei das reflexões da autora, na medida que sua obra se volta para as relações entre a vida dos homens comuns e seu peso para os movimentos da história.

Pontos importantes da análise desta autora que contribuem para este estudo se referem a concepções a respeito não somente de quem faz a história – e podemos colocar também de quem “conta” esta história -, mas também de como e em quais instâncias sociais ela se constrói, - quais instâncias se sentem representadas pela história contada. Analisar a obra de Heller contribui para o debate já exposto neste trabalho sobre as diferentes versões da história e sobre o papel dos seus protagonistas.

Heller (2000) preconiza que a vida social possui uma estrutura, sendo a vida cotidiana pertencente a ela. Dessa forma, para que seja possível analisar o cotidiano é preciso entender essa estrutura. Nesse sentido, o indivíduo - que aqui tomo como sujeito – está inserido no centro destas reflexões. Este sujeito, no entanto, não é o sujeito excepcional de grandes atos e feitos, mas o sujeito do cotidiano, da vida ordinária, comum.

São contribuições significativas para o entendimento de cotidiano que estou traçando, principalmente quando, a partir da trajetória da noção de patrimônio já exposta são evidentes relações de estruturas e elementos que estão nestas explicações do cotidiano. Da mesma forma, estão presentes na construção da noção de patrimônio e suas políticas públicas, e, principalmente, ajudam a pensar quais estruturas este estudo busca romper ao propor novas análises e novos olhares para estas áreas de estudo.

Para a autora falar em cotidiano remete em falar sobre um espaço-tempo específico a qual pertencem todos os homens. A cotidianidade é caracterizada pelas ações diárias, práticas rotineiras, repetitivas e habituais. Essa repetição diária se dá em torno da vida do homem cotidiano, e, por isso, também fala sobre o termo vida cotidiana. Em seu livro “Cotidiano e História”, a autora afirma que a vida cotidiana

> [...] é a vida de todo homem [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias [sic], ideologias (Heller, 2000, p. 17).

Sob esta ótica, podemos sugerir que estes sujeitos sempre estiveram, estão e estarão inseridos em uma cotidianidade, ou seja, os sujeitos fazem parte de um determinado espaço tempo que é configurado pela estrutura social – modo de produção (Santos, 2018). Nesse sentido, podemos entender o cotidiano inserido no contexto da cidade, sendo dinâmico, mutável e adaptado às diferentes realidades que se colocam sob as diferentes temporalidades. É importante compreender que, quando menciono um cotidiano dinâmico e mutável, me refiro ao fato das transformações que, aos longos dos anos, vão se apossando da sociedade como um todo. Ao trabalhar o tema cotidiano em

um espaço tempo específico, tanto Heller (2000) quanto os demais autores analisados nesta tese evidenciam a repetição e rotina como elementos intrínsecos a ele.

Outro ponto relevante é que, para Heller (2000), é no cotidiano que se encontra o principal da produção de vida. Tudo que faz sentido e tudo que dá sentido ao ser e fazer do sujeito tem base no seu cotidiano. Segundo ela, é na vida cotidiana que se concentram as grandes ações humanas, pois não há sujeito que esteja totalmente fora dela. Algo importante a considerarmos é que, segundo a autora, a história se faz somente a partir das ações do cotidiano, já que é no cotidiano que os sujeitos vivem e produzem com pureza e essência, expressam seus desejos, valores, ideias.

Assim, da mesma forma como em Lefebvre (1991), fica bastante evidente o peso que o cotidiano, apesar de tido como banal e ordinário, tem na formação social. Esse aspecto, quando entrelaçado ao patrimônio, deixa clara a importância do olhar criterioso e amoroso para o cotidiano, a fim de identificar, no banal, aspectos densos e potentes que falam sobre aqueles sujeitos e sobre como eles se apresentam na cidade. Acrescento ainda que, a esta análise, é possível unir a forte potência que se apresenta o turismo nas cidades dos interiores.

Heller (2000) ainda explica o cotidiano a partir de sua hierarquização – estruturas econômico sociais que vão se construindo e se modificando ao longo dos anos; e a partir de sua heterogeneidade, referindo-se aos diferentes tipos de atividade que compõem o cotidiano – trabalho, vida privada, lazeres, atividade social – e o significado que atribuímos a estas atividades. Neste aspecto é que podemos identificar um pouco da complexidade do cotidiano. Ele se relaciona com todos os aspectos da vida social. São inúmeros os lugares em que os sujeitos constroem e reconstroem sua vida cotidiana. Esse se apresenta como outro aspecto relevante na teoria de Heller para a construção de uma noção de cotidiano que se relacione a este estudo – o cotidiano se faz também na relação, conexão e intercruzamento dos lugares e sujeitos.

É possível também dizer que na visão de Heller (2000), a cotidianidade é uma construção social, visto que o homem aprende, em suas relações sociais, os elementos da cotidianidade, o que a autora coloca como “assimilação da manipulação das coisas”, que se apresentam enquanto a assimilação de padrões de comportamentos e atitudes, desde as mais simples (como manipular um garfo), até as mais complexas que se fazem

aceitáveis para determinado grupo específico. Trata-se de aspectos que, na visão da autora, também são passados para novas gerações – regras sociais e padrões de comportamento que serão herdados, e adaptados as novas estruturas sociais.

Nesse sentido, identificam-se construídas no cotidiano tradições[34], identidades e representações que se expressam nos diferentes viveres da vida cotidiana. Identificam-se no cotidiano a essência dos sujeitos que promove a ideia de pertencer a um grupo, e, nesse sentido, lhe dá coesão social, e ao mesmo tempo evidenciam a marcação da diferença (Eu/Outro) (Woodward, 2014).

A ideia marxista do homem enquanto ser genérico está presente nas reflexões da autora. Para ela, o homem da cotidianidade é, ao mesmo tempo, "particular" e "genérico". Estas se apresentam enquanto dimensões indissociáveis para o entendimento do ser social. A esfera da particularidade se refere as experiências vividas pelo sujeito em sua singularidade guiado por suas necessidades e impulsos – paixões e desejos. Já a generalidade é vista no sujeito enquanto ser social, sua capacidade de participar de relações sociais enquanto membro de uma comunidade, criar cultura, e desenvolver valores comuns ao grupo ao qual pertence (sentido de identificação/pertencimento ao grupo).

Para Heller (2000), o ser social, a quem chama indivíduo, é composto simultaneamente por estas duas dimensões, a particularidade e a genericidade. Assim, na visão da autora, os indivíduos – o fato de expressar sua individualidade – possuem tanto a particularidade quanto sua condição humano-genérica, ou seja, todas as ações, mesmo que sejam ações individuais, a partir de sua particularidade, são influenciadas pela assimilação de comportamentos que compartilha enquanto humano-genérico.

Santos (2018) auxilia a compreender que o grau de individualidade – liberdade presente na singularidade – é resultado de uma processualidade histórica, ou seja, depende também das condições construídas ao longo das temporalidades e da estrutura social que o sujeito se encontra naquele momento.

Assim, Heller (2000), da mesma forma que Lefebvre (1991) fala sobre a alienação. Para Heller (2000), a alienação é o que aproxima esse sujeito das atividades genéricas

[34] Lembrar aqui do exposto no capítulo anterior que, de acordo com Hobsbawn, as tradições podem ser deliberadamente inventadas, e nem sempre instituídas (impostas).

– o sujeito desenvolve suas ações de forma automática, mecânica, sem refletir sobre elas, sem se conectar com o lugar – característica ainda mais notável na contemporaneidade.

> Deve-se afirmar, antes de mais nada, que alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade. [...] A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. Por causa da coexistência "muda", em-si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares (Heller, 2000, p.49).

Vanali (2015) traz algumas reflexões pertinentes para auxiliar a pensar sobre o tema da alienação, na perspectiva de Heller. Quanto de nós mesmos existem em nossas ações na vida cotidiana ou quanto apenas se compõem de repetição de gestos? Até onde estamos conscientes de nossas ações e quanto somos absorvidos por normas, regras e ordens instituídas? A partir do exposto por esta autora, construímos, no cotidiano, um imaginário sobre o fato de que sua presença - a presença do próprio cotidiano - é opressora. É opressor, pois é o cotidiano da ordem, da repetição, do ritmo fixo, da regularidade, da normalidade e da aceitação desta realidade para manter o pertencimento ao grupo.

Heller (2000) acrescenta que, mesmo que haja alienação, a estrutura da vida cotidiana não é, necessariamente, alienada já que as formas de pensamento e comportamento do indivíduo sempre terão um espaço e possibilidades para manifestar sua essência. Nesse sentido, a autora também aposta que a apropriação e valorização do seu cotidiano concede ao homem comum possibilidades de dar novas narrativas, interpretações e significados àquilo que aparentemente se deu sempre da mesma forma. Nesse aspecto, Heller (2000) fala sobre a espontaneidade, classificando-a como característica dominante da vida cotidiana, tanto em motivações particulares quanto nas humano-genéricas.

> É evidente que nem toda atividade cotidiana é espontânea no mesmo nível, assim como tampouco uma mesma atividade apresenta-se como identicamente espontânea em situações diversas, nos diversos estágios de aprendizado. Mas, em todos os casos a espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana (Heller, 2000, p.40).

Unida à questão da espontaneidade, a autora também explica sobre pensamentos ou juízos que influenciam diretamente na prática cotidiana. Heller (2000) fala como exemplos sobre a fé – não apenas a fé religiosa - e a confiança como afetos que que desempenham papel importante na vida cotidiana. Esses sentimentos ocupam maior espaço na cotidianidade, mediando maior número de situações, pois o conhecimento da atividade cotidiana é o conhecimento daquela ação específica – conhecimento do dia a dia, que talvez possamos chamar do conhecimento popular.

O que me chama mais atenção, nesse sentido é que Heller (2000), ao analisar a influência desses afetos sobre a vida cotidiana, explica que estes podem se cristalizar em preconceito. Este aspecto da cristalização explicado pela autora é semelhante ao que busco demonstrar sobre o Patrimônio do Cotidiano. Meu pressuposto é que, da mesma forma como alguns afetos enraizados podem cristalizar um preconceito, outros que se relacionam às vivências cotidianas dos sujeitos nos lugares, gerando memórias e vínculos, também se cristalizam atribuindo valores aos lugares valores. Estes lugares do vivido são construções sociais, com diferentes contextos e significados, que são legitimados nesse processo, a partir de registros que ultrapassam a materialidade e ganham, como exposto por Baptista, intensidades abstratas[35]. A meu ver, é neste ponto que a teoria de Heller (2000) traz maior sustentação ao conceito de cotidiano que orienta este estudo.

Como exposto, minhas ‘com-versações’ também se estabeleceram com Michel de Certeau (1925 – 1986). Certeau foi jesuíta, historiador francês que se dedicou ao estudo de áreas da Psicanálise, Filosofia, Ciências Sociais e Teoria da História. Teve destaque em seus trabalhos sobre a teoria da história e integrou a terceira geração da *Escola dos Annales*. Também conhecido como o filósofo do cotidiano, estudou as práticas sociais e multiplicidade cultural das pessoas comuns.

Para Certeau (1998), o cotidiano se faz de uma história muda, práticas comuns dos sujeitos anônimos. O autor pautou sua análise no mundo vivido desses sujeitos a

[35] Para Baptista as intensidades abstratas podem ser explicadas como: “Intensidades abstratas de um plano morfogenético de energias que se concentram a partir das experiências vividas naquele espaço. As intensidades abstratas são inefáveis, inenarráveis se nós nos ativermos apenas às materialidades”. Declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Junho de 2025.

partir do que chamou de “as artes do fazer”. Para Vanali (2015), a principal contribuição metodológica de Michel de Certeau está na forma como o autor analisou as maneiras do fazer cotidiano – sem reconhecimento oficial pela ciência – e as deu um estatuto científico sem receios de se pronunciar sobre o tido como banal. Na visão de Certeau (1998), em aspectos gerais, a ciência não estudava e a historiografia não narrava o “saber não sabido” das práticas comuns e ordinárias do dia a dia.

Para Certeau (1996, p.31)

> O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. Todo dia pela manhã aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este ‘mundo memória’, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história ‘irracional’, ou desta não história, como diz ainda A. Dupront [...].

Parece-me claro que Michel de Certeau, ao propor a análise do cotidiano, se volta ao entrelaçamento que os sujeitos fazem entre si e com o espaço em que vivem, as experiências do vivido que parecem simples e comuns, mas que, no entanto, são geradoras de afetivações e memórias que nos conectam aos lugares e as histórias. Esse cotidiano de Certeau é também o sentido de cotidiano que sustenta a proposição deste estudo.

Aproxima-se também deste estudo a atenção que o autor dispende à história “não – oficial”, a história dos silenciados. Para Sarti (2015, p.52), os estudos de Certeau “[...] vem a se inscrever não na história, ou pelo menos não no discurso histórico concebido como um discurso do real, mas sim na historicidade, ou seja, naquilo que os processos históricos, habitados por sujeitos, ‘des’-sacralizam o discurso histórico, por assim dizer disciplinado”. As artes do fazer fornecem ao sujeito comum a centralidade naquilo que se refere a sua história, da qual foi negligenciado pela história oficial. Essa centralidade mostra o sujeito realmente como produtor de história, cultura, relações sociais que se estabelecem no cotidiano.

Nesse sentido é que Michel de Certeau, em seu livro “A invenção do Cotidiano”, apresenta as artes de fazer como micropolíticas de poder, utilizando como base Michel Foucault, ainda que traga algumas críticas ao autor[36]. Certeau (1998) analisa o micropolítico como ações que se ausentam de um posicionamento político declarado. Machado Junior (2020) explica que as artes do fazer enquanto micropolíticas do poder podem ser entendidas enquanto estratégias de sobrevivência em um cotidiano (im)posto.

Ainda citando Certeau (1998), o cotidiano se apresenta na inversão do que olhamos na sociedade de consumo. As práticas culturais contemporâneas são interpretadas, recuperando as sutilezas anônimas nas “artes do fazer”. As artes do fazer, no meu entendimento, se referem à arte de os sujeitos viverem – produzirem vida – na sociedade de consumo – práticas, usos e hábitos que conectam sujeitos a lugares – que acontecem e se expressam quando ninguém está olhando, em um cotidiano carregado de contradições – tudo isso que tenho chamado, neste estudo, de ‘ser e estar’ na cidade. Na forma tradicional e racional analisamos pessoas, comportamentos, papeis a elas atribuídos e produtos consumidos em lugares. Certeau (1998) nos mostra que na lógica contrária, o cotidiano apresenta um sujeito, que o autor chama de “homem ordinário” que inventa um cotidiano a partir de diferentes formas de se apropriar dos lugares, e como um elemento de resistência, ele escapa a lógica de uso e consumo imposta. O cotidiano apresenta-se na liberdade que cada sujeito procura viver, a sua maneira, da melhor forma possível a ordem e a violência das coisas. São os detalhes da vida diária que subvertem – talvez não intencionalmente, mas na criatividade do simples – essa lógica produtiva. O cotidiano, nesse sentido, se produz pelas sutilizas e singelezas captadas na forma como os sujeitos anônimos fazem a sua cidade.

Mesmo que o discurso urbanístico da cidade se intensifique, sempre haverá práticas cotidianas que desviam o sujeito. “A linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos,

[36] Michel de Certeau reconhece a importância dos estudos de Michel Focault sobre os instrumentos para disciplinar a sociedade. Por outro lado, Certeau, aponta nas artes do fazer possibilidades do homem se reapropriar desse espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural (Sarti, 2015).

mas não é mais um campo de operações programadas e controladas" (Certeau, 1998, p.174).

Da mesma forma que neste estudo, porém não propositalmente pois minha inspiração para as Andanças não se fixou em Certeau, o autor se baseia nas "Caminhadas pela Cidade", para apreender o real cotidiano em movimento, onde as diferentes dimensões ficam nítidas. Para o autor [...] a caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita [...]" (Certeau, 1998, p. 179).

Pensar o cotidiano a partir de Certeau (1996;1998) é olhar para a cidade e ao mesmo tempo para os sujeitos. As artes do fazer podem ser analisadas enquanto práticas de apropriação do espaço, e formação de lugares com os quais os sujeitos/moradores se relacionam intrinsecamente, e desse relacionamento nasce uma cidade que também é deles. Os sujeitos na cidade entrecruzam-se e constroem uma história múltipla "[...] sem autor, nem telespectador formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços [...]" (Certeau, 1998, p.174).

Ainda que pareçam distantes, a análise do cotidiano de Certeau, se cruza com as análises de Lefebvre e Heller. Os três autores colocam o sujeito na centralidade das práticas cotidianas e da história, e dessa forma destacam as brechas que os sujeitos sociais encontram no espaço hegemônico, se apropriando dele. Esta apropriação é a chave para o conceito do Patrimônio do Cotidiano, pois, como já exposto anteriormente, é a partir desta apropriação que se traduzem nas práticas cotidianas não impostas, mas aquelas que significam ao sujeito, que surgem as afetivações. Ainda que seja visível as diferenças de análise sobre o cotidiano presente na teoria dos autores aqui trabalhados, o diálogo estabelecido se tornou fundamental para construir uma base de sustentação a noção de cotidiano que fundamentará a proposição central da tese, já que os pontos de convergência se alinham com minha proposta. Este fato me faz considerar possibilidades investigativas no campo do patrimônio e do turismo, a partir de uma rede de sentidos, saberes, identidades construídos e vivenciados no cotidiano.

Em aspectos gerais, algo que se apresenta bastante comum aos autores é que o cotidiano se constitui a partir uma rotinização, um padrão comportamental moralmente aceito – valores, sentidos, ações, regras, que não necessariamente traduzem o aceito pela maioria das pessoas inseridas nesta estrutura social. Na verdade, o que fica claro

entre os autores citados é que o cotidiano é organizado a favor da estrutura social de produção onde se inserem. Nesse sentido, existe uma tendência em se entender o cotidiano a partir de uma rotinização, evidenciando o grau de repetição das ações diárias, uma cotidianidade. Quando penso no aspecto da rotina vinculada ao cotidiano, logo me lembro canção de Chico Buarque (1971). A canção que tem como título "Cotidiano" traz em seus versos a repetição de ações dia após dia: *"Todo dia ela faz tudo sempre igual; Me sacode às seis horas da manhã; Me sorri um sorriso pontual; E me beija com a boca de hortelã".*

Esta música mostra a vida do homem comum evidenciando características que são intrínsecas ao cotidiano, como o ritmo fixo, a repetição e a regularidade. Ainda que seja aceitável certa espontaneidade nas ações cotidianas (Heller, 2000), esperamos dela uma ritualização, uma normatividade, dentro dos padrões esperados na sociedade, ou como afirma Heller (2000), algo moralmente adequado. Estes aspectos, ao contrário de proporcionar a segurança que pretendem, evidenciam a ideia de cansaço e submissão a padrões de comportamento, normas e regras, que, como exposto anteriormente, nem sempre são aceitas por todos. De acordo com Pais, esta é a dimensão mais visível do cotidiano e a que nos leva comumente associar o cotidiano a monotonia e a banalidade (Stecanela; Ramos, 2023).

Quando, no entanto, Chico Buarque fala: "T*odo dia eu só penso em poder parar; Meio-dia eu só penso em dizer não; Depois penso na vida pra levar; E me calo com a boca de feijão*", o cantor evidencia, a busca por uma ruptura deste padrão comportamental, que é calado pelas necessidades que possui dentro da estrutura social mais ampla. Da mesma forma como na canção, os autores Pais (2003), Lefebvre (1991), Heller (2000) e Certeau (1998) sinalizam que o cotidiano se faz por sua regularidade fixa (rotina), mas também e não menos importante, por aquilo que o perturba, que quebra com aquela ordem que se espera das ações. De diferentes formas e com diferentes termos os autores mostram o cotidiano como potente gerador de vida. Longe de ser um espaço engessado e inerte, o cotidiano se traduz em movimento. Entrelaçamento entre sujeitos e lugares em determinado espaço - tempo que são preenchidos de significações, afetivações, memórias. Espaços da vida de todos, onde se imprimem suas marcas. Para Certeau (1998), "as artes do fazer", ou seja, o cotidiano como as práticas daquele que

chama de “[...] homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável [...] (Certeau, 1998, p.57), está muito além das ações estruturadas e rotinizadas, está nas ações e relações processuais e dinâmicas do sujeito no espaço.

Vanali (2015), por sua vez diz que os atos diários apenas aparentam ser repetitivos, pois são, na verdade, produzidos em contextos diversos, e nesse sentido evidenciam a continuidade de vida de cada um. “O cotidiano revela-se assim, plural híbrido, miscigenado e complexo” (Vanali, 2015, p.114).

Corroborando com o exposto, Leite (2010, p. 738) comenta que

> [...] o cotidiano, na experiência urbana contemporânea, é contingente na normatividade e imprevisível na rotinização. Mais do que uma configuração fluída – algo como lapsos de impulsividade não esperados, em contraposição à severidade normativa e suas respectivas condutas são esperadas [...] (Leite, 2010, p.738).

Essa afirmação do autor nos permite entender que o estudo sobre o cotidiano pressupõe condutas e ações ambíguas – que se dão sim de forma recursiva, em concordância com regularidades sociais, mas, para atingir a liberdade citada por Certeau (1998), notamos rupturas com o padrão de uso e consumo dos espaços. Essas rupturas por sua vez não trazem risco à cotidianidade, pelo contrário trazem garantias ao sujeito/homem ordinário de, em seus próprios padrões de uso, de práticas sociais geradoras de vida. É esperado que, talvez, até mesmo a repetição das ações, dos usos, e relações cotidianas são, na verdade, aspectos que rompem com essa normalidade que se espera do cotidiano.

Este aspecto se une as orientações deste estudo que entende a cidade dinâmica, mutável, complexa e que atinge seu equilíbrio exatamente nesta incerteza, na inter-relação entre os sujeitos e os lugares que a compõem. Neste contexto, essas rupturas não se apresentam como aspectos negativos – até porque não são -, mas como formas simples e cotidianas do homem comum se conectar com os lugares que fazem a sua cidade, entendendo que uma cidade é, na verdade, feita por várias cidades. Esta conexão se apresenta na forma como este homem comum está na cidade, e na forma como a cidade se apresenta a ele, e que não necessariamente segue a lógica de apropriação e uso do espaço que se espera. Nesse sentido, geram afetividades, que se

entrelaçam a memórias, cristalizando valores e vínculos aos lugares, movimento que dá suporte a proposição de um patrimônio que se constitua sob a lógica do avesso.

A partir da explicação de Leite (2010), reflito sobre esta dialética rotina/ruptura. Estudar, analisar e pensar a cidade contemporânea requer olhar também para a rotinização das ações cotidianas que se apresentam mecanizadas, em um ir e vir desconexo da cidade, sem olhar para os lugares, sem senti-los, sem vive-los – uma engrenagem corriqueira automática do dia a dia. Ou como diz Certeau (1998, p. 58) uma "multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos" no movimento denso e contínuo das cidades contemporâneas. Ao mesmo tempo, principalmente nas cidades do interior, mas não exclusivo a ela, podemos visualizar um cotidiano que se faz lento, conectado ao lugar, na contramão do ritmo urbano da contemporaneidade. O sentar no banco da praça, o encontro casual, a parada na sorveteria – aquela que está ali há muito tempo, e que não se adequou aos moldes capitalísticos contemporâneos de consumo – o carrinho de pastel de rua, o conversar descompromissado e lento na calçada, a cadeira de praia na praça para o encontro no final de semana ... são várias ações cotidianas simples e cheias de significados para analisarmos as rupturas das práticas sociais.

Nos deparamos com a contradição, quando, estas ações de rupturas são recursivamente repetidas. Talvez não em um exercício de regularidade social ou rotinização, pois se mantem na ordem da ruptura, no entanto, são as repetições que trazem a elas a densidade do significado, da experiência vivida, da conexão com o lugar, e aos poucos cristalizam valores, afetos, memórias que permitem que possamos falar em Patrimônio do Cotidiano. O Patrimônio do Cotidiano se constrói, dessa forma, por meio de rupturas e permanências.

As 'com-versações' com os autores aqui expostas foram essenciais para a apreensão do sentido de cotidiano como movimento, que se fez fundamental para as reflexões da tese. O cotidiano em movimento 'com-versa' com toda fundamentação filosófica, epistémico, teórico metodológica apresentada até aqui, e deu vida a uma proposição com maior potência de ser.

Com base no exposto, o conceito de cotidiano que conduz a proposição central da tese é aquele que se pauta no olhar cuidadoso, sensível e amoroso para as práticas sociais, e enxerga além do programável, rotinizado e formal. O cotidiano para esta tese

é aquele que se refere a vida que pulsa nos entremeios da vida urbana. O invisível, mas carregado de cheio de sentido. As várias formas de ‘ser e estar’ nas diferentes cidades que compõem uma mesma cidade, os rituais sem propósitos, as formas de apropriação do lugar que no agir continuado vão criando significados ultrapassando as materialidades e adentrando no campo simbólico, ou como já dito, nas intensidades abstratas. O cotidiano se faz naquele simples complexo do homem ordinário, na forma como este sujeito se conecta ao lugar. É o cotidiano das experiências vividas, das afetivações e memórias.

4.2.1 O cotidiano das afetivações e memórias

Yi-Fu-Tuan em seu livro “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência” explica que um lugar é formado a partir das experiências vividas pelos indivíduos, pois, os valores atribuídos são capazes de transformar um espaço em ‘seu lugar’ – lugar carregado de sentidos e sentimentos que vão se acumulando ao longo dos anos. Não tenho, neste estudo, a pretensão de iniciar uma reflexão teórica sobre as categorias geográficas lugar e espaço, ou qualquer outra. Meu intuito em citar este autor está em sua perspectiva sobre as experiências na ordem do vivido e a atribuição de valores e significados aos espaços. Para o autor a experiência diz respeito as diferentes maneiras pelas quais conhecemos e construímos a realidade (Tuan, 2013).

Segundo o autor podem ser envolvidas na experiência sensações, percepções e concepções que geram a emoção, que por sua vez é o sentimento que traz o “colorido à experiência humana”. É nesse sentido que as reflexões feitas por Tuan se aproximam deste estudo. Como citei acima, entendo o cotidiano como “a vida que pulsa nos entremeios da vida urbana”. Nesse sentido, o cotidiano aqui se entrelaça as experiências vividas e sentidas na cidade, experiências estas que ganham sentidos e significações capazes de trazer valor ao lugar.

Sob a ordem de experiências vividas, entendo neste estudo a cidade e o cotidiano enquanto construções sociais interconectadas em um ecossistema vivo, em constante transformação. Nessa lógica, existe um movimento de produção e (re)produção de valores sociais e culturais nas experiências vividas onde se instalam – na cidade e no

cotidiano - significados e representações atribuídos a espaços, objetos, comportamentos, ações.

Assim, o 'ser e estar' do sujeito comum na cidade é capaz de, na visão de Tuan (2013) atribuir razão para um espaço existir, (re) significando-o. O que o autor quer dizer é que, estes lugares somente passam a ser entendidos como tal quando passam significar aos sujeitos, materializando a conexão ou inter-relação da qual tenho falado neste estudo. Esta materialização, como explica Meneses (2006, p.36),

> [...] tem matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, expectativas, mentalidades etc. Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. Afinal, a corporalidade é base de nossa condição humana.[37]

Dessa forma, o real valor destes lugares, está segundo Tuan (2013) nas experiências que temos nos lugares – ou nos espaços que se transformam em lugares. Essas experiências são aquelas do cotidiano que atribuem sentidos, que geram afetos. Nesse sentido, o 'ser e estar' no cotidiano da cidade está relacionado a produção de afetivações e memórias que são materializadas nos espaços vividos. A atribuição de sentidos, significados e valores a estes espaços também acontecem relacionados às práticas cotidianas, o que justifica falarmos em um Patrimônio do Cotidiano.

Essa concepção reconhece que é no espaço vivido – ou experiências vividas - no cotidiano que estas significações são materializadas e cristalizadas, gerando/produzindo afetivações e memórias que ligam pessoas a lugares. Nesta lógica recursiva temos também a (re) produção de uma história que é individual e coletiva, no (re) conhecimento e (re)valorização dos espaços e consequente apropriação do espaço pelo morador – valorizando-o enquanto seu. Estes são aspectos que contribuem para a produção de vínculos e pertencimento e atuam diretamente na ocupação da cidade pelo morador – acesso e uso dos espaços.

[37] É importante reforçar que no texto em questão, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes se refere a cidade como bem cultural. As expressões e explicações utilizadas pelo autor, ao serem relacionadas à cidade, a meu entendimento, trouxeram esclarecimentos também ao cotidiano e o patrimônio.

> Ao aprofundar a análise do cotidiano, percebe-se que ele opera como um mediador entre o indivíduo e o coletivo, constituindo a base sobre a qual se edificam identidades e se delineiam pertencimentos. A cidade, enquanto palco dessas experiências diárias, é também um campo de trocas simbólicas e sensoriais, onde o ordinário se converte em extraordinário por meio do olhar atento ao detalhe, à rotina que molda e revela a essência dos que ali vivem. Neste emaranhado de práticas, gestos e afetos, cada esquina, praça ou edifício carrega consigo camadas de histórias não ditas, sedimentadas no tempo e nos vínculos estabelecidos.

Sodré (2006) chama a atenção para a urgência de uma nova cidade que não mais priorize a oposição entre o *logos* e o *pathos*, a razão e a paixão. O autor comenta sobre a formação de uma nova sociedade da cultura que caminhe em busca de cultivar possibilidades sensíveis e afetivas entre os sujeitos e, entre sujeitos e lugares. Segundo ele precisamos refletir sobre a existência de uma potência que nos afaste da limitação ocasionada pela razão instrumental e, que esteja apoiada na dimensão do sensível e do afetivo. Em coerência com essa busca, é que o presente estudo tem como direção a proposição de (re)conhecimento de um patrimônio que se constitua a partir dos laços sensíveis e afetivos que estabelece com a cidade – a cidade vista como o todo, entrelaçamento de lugares e sujeitos, viva e em constante mutação. Uma forma de (re) conhecer o patrimônio que se coloque contra a lógica hegemônica e vertical de seleção de bens patrimoniais, e se coloque a favor de bens que significam pelos laços e afetos que geram.

> Profundamente imersos num processo civilizatório em que as imagens exercem um poder inédito sobre os corpos e os espíritos, começamos de fato a nos inquietar com o mistério da realidade sensível de todos esses signos visíveis e sonoros que administram o afeto coletivo e a também a indagar sobre o encaminhamento político de nossas emoções. É aqui então que o agir ético-político, quando acontece, faz emergir o ser comum como possibilidade de inscrição do diverso na trama das relações sociais, para além das medidas fechadas da razão instrumental e da lei estrutural do valor, o capital (Sodré, 2006, p. 15)

Nesse sentido é que se apresenta intrinsecamente relacionado a proposição conceitual central desta tese o conceito de afetivações. Como já exposto anteriormente, o termo afetivação é um conceito trabalhado por Baptista (2014, p. 4356) e, de forma geral, pode ser entendido como “o conjunto de ações que acionam os afetos”.

Para Spinoza (2013, p.65) o termo afeto vem do verbo afetar e não se trata apenas de uma emoção subjetiva, mas sim de “afecções do Corpo pelas quais a potência de agir do próprio Corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as idéias [sic] destas afecções”. O autor explica que além de seres racionais, somos seres afetivos, ou seja, o ser humano possui a capacidade de afetar e ser afetado. O afeto (substantivo) é a ação gerada pelo processo de afecção (verbo). Assim, tudo aquilo que nos afeta também altera nossa forma de existir e de interagir com o mundo, sendo então o afeto um conceito central para compreender não apenas as emoções, mas todas as interações e conexões.

Nas palavras de Bertini (2015, p.12) ao ser afetado pelas coisas que nos rodeiam, e também afetar, estamos dizendo que “as coisas externas ao homem o atingem ou se comunicam com ele, quanto o que há nele, na unidade de seu corpo e mente, atinge e se comunica com essas coisas externas em movimento contínuo”.

Para Deleuze e Guattari (1992) os afetos podem ser vistos enquanto forças que atravessam os corpos, criando assim conexões entre eles e movimentos de desterritorialização. A desterritorialização para os autores refere-se a um processo de rompimento com o território estabelecido, seja ele físico, psíquico o social. Pode ser entendido como um movimento que desencadeie a formação de novas formas de ser e estar no universo, da mesma forma pode indicar a perda de referências e segurança.

O afeto, para Deleuze (1997) pode ter vários sentidos, mas sempre dirá respeito sobre um efeito que causa em um corpo[38] - aquilo que o corpo é capaz de afetar e de ser afetado. O efeito nesse caso seria o vestígio/marca de um corpo sobre outro (afecção), ou o estado resultante da ação de um corpo sobre o outro (afeto). O que nos leva a entender que o afeto será sempre a derivação da afecção, ou seja, o resultado do processo de ser afetado, que gera efeitos no outro, mas também em si mesmo. Assim, o afeto é algo muito além do sentimento, mas diz respeito a fluxos, multiplicidade e agenciamentos coletivos.

Complementando Moriceau (2020, p. 25) explica que o afeto

[38] Leal (2022, p363) explica que para os autores Spinoza, Deleuze e Guatarri corpo é caracterizado como “a disposição de se potenciar em ato ou uma força no existir, como também a união de tecidos, átomos e moléculas aglomeradas e unidas em ação”.

> [...] não tem uma dimensão apenas, um sentido certo, ele toma forma, todas às vezes, numa dinâmica plural. Nós não sabemos qual é a significação, pois o afeto escapa à captura por uma palavra, não se pode dizer "os afetos são isso", senão, vamos perder o poder de mudar, a potência de transformar. Se tem uma definição possível, uma definição muito velha, é aquela oferecida por Spinosa: "o poder de ser afetado e de afetar". [...] nós não sabemos o que é o afeto, mas ele vai se manifestar por intensidades, velocidades, desejos, abatimentos, de muitas variadas maneiras.

O autor diz ainda que os afetos surgem em nossas experiências mais comuns, em nossa vida cotidiana. Assim, neste estudo o conceito afeto ganha força pois, a partir da concepção de que existe uma interação sujeito/lugar, entendo também que os diferentes lugares na cidade – ruas, praças, grafites, feiras – afetam os sujeitos de forma única, e são também afetados por esses sujeitos, a partir da vivência de experiências cotidianas.

Gomes e Melo (2010, p. 684), contribuem com o exposto ao definir afeto. "Afeto diz respeito àquilo que afeta, o que mobiliza, por isso reporta a sensibilidade, sensações. Podemos ainda referir afeto como ser tomado por, atravessado, perpassado, quer dizer: afetado. Este atravessar, perpassar é o que propriamente dá o caráter de afecção".

Afeição ou Afecção, nas explicações de Sodré (2006), são termos provenientes de *affectus* ou *affectio,* que se referem a afetividade – mudança de estado em um corpo, que é sempre ocasionada por fator externo. Nesse sentido, afeto que tem a mesma raiz etimológica está ligada a ação de afetar, ação que é sempre de fora para dentro e que "[...] contém o significado de emoção, ou seja, um fenômeno afetivo [...]". (Sodré, 2006, p. 29). Ao relacionar o termo emoção o autor busca evidenciar um movimento energético ou espiritual de um ponto inicial em direção a outro. A emoção, reação psíquica e corporal à estímulos externos expressa por elementos que são mais reconhecíveis no vocabulário moderno, pode ser uma expressão localizada no afeto, que é menos nomeável que a emoção.

> Emoção deriva do latim *emovere, emotus* – donde, *commuovere*. Infinitivo e passado verbais referem-se a um "movimento" energético ou espiritual desde um ponto zero ou um ponto originário na direção de um outro, como conseqüência [sic] de uma certa tensão, capaz de afetar organicamente o corpo humano. *"Emotus*" significa abalado, sacudido, posto em movimento

Unindo as explicações de Sodré a definição de Maturana (1998, p.8), que diz que "emoções são disposições corporais que especificam domínios de ação", percebe-se o

entrelaçamento entre os conceitos de emoção e afeto. O afeto se coloca como uma intensidade abstrata que se manifesta por meio das emoções. Como nos diz Baptista[39], as emoções são o que nos coloca em ação.

Spinoza (2013) ainda afirma que os afetos são espaços de subjetividades. O sujeito ao experienciar uma afecção tem alterada sua potência[40] de pensar, sentir e agir, influenciando assim, na forma e intensidade de os sujeitos – ou corpos humanos como chamado pelo autor - agirem mediante aquilo que os afeta. Sendo estes sujeitos afetados de diferentes formas por corpos[41] exteriores, e também afetando estes corpos de diferentes formas, produzindo conexões e inter-relações entre eles.

> O corpo humano é afetado pelos corpos exteriores de muitas maneiras. Dois homens podem, portanto, ser afetados, no mesmo momento, de maneiras diferentes. Logo podem ser afetados diferentemente por um só e mesmo objeto. Além disso o corpo humano pode ser afetado, ora de uma maneira, ora de outra e, consequentemente, pode, em momentos diferentes, ser afetado diferentemente por um só mesmo objeto. (Spinoza, 2013, p. 221).

Da mesma forma, Deleuze e Guattari (1997) compreendem os afetos como potências de afetar e ser afetado – força, intensidade e movimento no encontro de corpos, que podem ser humanos ou não humanos, que trazem uma ideia de devir, de mutação e dinamicidade constante. Considerando que nenhum corpo é estático, os corpos ao serem afetados sofrem processos de mutação ocorridas dentro de si próprio e mutações ocorridas por agentes externos.

Por outro lado, tanto Spinoza, quanto Deleuze e Guattari pensam o conceito de afeto além de sua subjetividade, enquanto forças relacionais. Nesse sentido, Bertini (2015) o afeto também está no coletivo, que configura uma dinâmica afetiva que influencia na organização dos sujeitos daquele grupo em específico, visto que, acionam a sua potência de ação (ou de não ação).

---

[39] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Agosto de 2025.

[40] Gomes e Melo (2010, p.684) explicam que esta "potência não pode ser confundida com possibilidade, pré-formação, predeterminação ou preexistência, mas deve ser apreendida como um esforço – uma atitude em relação ao objeto – que o sujeito realiza e que se manifesta, diferentemente, segundo os objetos encontrados".

[41] O autor caracteriza como corpo "a disposição de se potenciar em ato ou uma força no existir, como também a união de tecidos, átomos e moléculas aglomeradas e unidas em ação" (Leal, 2022, p. 363).

Além disso, Spinoza (2013) explica que no processo de afecção é possível que o corpo retenha impressões ou vestígios, ou seja, sempre que um corpo é afetado ele é "marcado" por esse processo de afecção. Estes vestígios também podem ser coletivos. Podemos, nesse sentido, entender as vivências cotidianas no espaço/lugar como o corpo exterior que nos afeta. Para Spinoza, os afetos nem sempre serão positivos, mas estão presentes nas relações humanas. Entendo, dessa forma que, essas vivências cotidianas, como já expus anteriormente, com ação recursiva do tempo podem cristalizar ou consolidar valores, no sentido de gerar afetos – ou o que, com base em Baptista (2014), chamarei de afetivações. Essas afetivações moldam a relação que o sujeito tem com o espaço, a forma como o sujeito passa a ver e entender esse espaço, o que, na perspectiva de Tuan (2013) transforma esse espaço, em lugar.

Considerando que sob a ótica dos autores aqui citados, ser afetado ocasiona mutações nos corpos além de aumentar nossa capacidade de agir, pensar na constituição ou seleção de patrimônios a partir dessa lógica, implica entender que os afetos ou afetivações (que aumentam a potência de agir do sujeito), podem acionar o sentido de valorização e preservação do patrimônio. Quando o patrimônio "nasce" a partir de sua relação com o sujeito (afeto) as funções relacionadas às afetivações impulsionam de forma mais natural o reconhecimento e consequente interesse na conservação de bens patrimoniais. Diferente do que pode acontecer quando, institucionalmente se decide o que se deve ser preservado, sem que necessariamente esteja conectado ao grupo.

Bertini (2015, p.14) ainda que se refira sobre os afetos na cidade, e não especificamente ao patrimônio, traz uma reflexão que é coerente ao exposto acima:

> Quando as cidades são transformadas abruptamente a partir de uma política exterior à organização dos cidadãos enquanto sociedade, cerceando-os da participação das decisões, os sujeitos podem não mais se assemelhar com os espaços da cidade. O cidadão pode não reconhecer historicamente o espaço urbano, tornando-se alheio ao mesmo. Os espaços da cidade se tornam estranhos, quando não correspondem à dinâmica histórico-política ou à dimensão afetiva das pessoas na vivência do espaço urbano ou na situação do "esquecimento" das políticas públicas dos espaços históricos (não cuidam, não preservam), devido à orientação adotada de uma lógica da racionalidade técnico - científica ou econômica, externa à realidade dos cidadãos.

Acredito que a visão de Sodré (2006) se apresenta complementar. O autor afirma que quando somos "liberados" do peso do racionalismo e da representação tradicional,

passamos a definir os signos – aquilo que significa – por envolvimento sensorial e afetivo. Sodré (2006), inclusive diz que este envolvimento não se faz apenas a partir do contato, mas sim pela relação e conexão, que produz trocas afetivas.

Com base no exposto, é possível pensar o conceito de afetivações de Baptista (2014). Segundo a autora as afetivações podem ser entendidas como já exposto “ações que geram os afetos”, ou seja, são processos de encontros entre corpos capazes de acionar mutações através do agenciamento de forças e fluxos. As afetivações são baseadas em expressões de amorosidade e trocas relacionais que nos atravessam.

As afetivações estão apoiadas em uma lógica ou movimento de “inscriação (criação e ação) e autopoiese (autoprodução)”, que nos leva a perceber a “inscriação” de marcas que são subjetivas e afetivas nos corpos, nas narrativas, nas cidades (Baptista, 2014, p.4357). Para a autora, estes são os “substratos inscriacionais de afetivação” – elementos que resultam da interação afetiva de sujeitos (afetar e ser afetado). Esses substratos podem ser entendidos como as diferentes impressões sensíveis que são cognitivas, emocionais, corporais e relacionais e os traços de afetivações gerados na interação e conexão entre os lugares e os sujeitos.

O sujeito e a cidade em movimento e interações constantes acionam, a partir de suas experiências e vivências cotidianas, as afetivações enquanto fios que os ligam em uma trama. Ou seja, a cidade enquanto lugar de vivências e experiências, é também é lugar de encontros e de afetivações. Em aspectos gerais, Zouain, Carvalho e Cararo (2024, p.8-9) afirmam que “somos afetados por tudo aquilo que nos passa e nos toca [...] Não somos corpos isolados em nós mesmos; somos corpos múltiplos em composição. Com isso, estamos em constantes processos de produção de sentidos”. Assim, as afetivações têm na cidade o lugar onde os afetos são produzidos e contribuem para a compreensão do movimento cotidiano. “O sujeito não somente vive em uma cidade. A cidade também vive nele tão profundamente quanto a vivência de seus afetos” (Bertini, 2015, p.15). É preciso então, entender como as experiências cotidianas na cidade afetam os sujeitos.

O conceito de afetivações, neste estudo, pode ser analisado em função da forma que os sujeitos inscrevem (movimento inscriacional) suas marcas nos espaços da cidade e nos outros sujeitos através de suas práticas e experiências cotidianas. Da mesma

forma, como estes sujeitos se deixam afetar pelos encontros afetivos que se dão com os lugares do seu cotidiano, ou seja, da forma como são afetados por estes lugares por fazerem parte de si mesmos. É uma mistura de afetivações, apropriações, experiências, que, na ordem do vivido traduzem a trama da vida cotidiana. Utilizar o conceito de afetivação não significa considerar apenas o sentimento dos sujeitos para com os espaços, mas principalmente considerar a interação que existe entre eles, e a conexão que se origina dela.

Nesse sentido entender o que são os substratos inscriacionais de afetivação (inscrição – criação e acionamento de devires) – é muito importante para subsidiar esta reflexão. Ao utilizar o termo substratos, Baptista se refere a uma metáfora com a terra, ao lugar de cultivo. O substrato é ao mesmo tempo aquilo que nutre, e as camadas que existem. O movimento de afetar e ser afeto pode atingir camadas tão profundas no ser humano, que nada mais seria capaz de desistalar. “Quando falo sobre os substratos inscriacionais me refiro a uma espécie de terreno fértil para que haja uma produção de inscrição, criação e acionamento de devires – devires sujeitos, devires relações entre sujeitos e entre sujeitos e lugares”.[42]

Ao considerar, então os substratos inscriacionais de afetivação enquanto elementos que se inscrevem no sujeito, considero que a memória possa ser analisada como tal. Os substratos inscriaconais podem ser marcas de um processo de afetivação que ativam memórias, ou seja, a afetivação é o elemento que aciona essas memórias e que as deixa vivas e pulsantes no sujeito. À medida que a afetivação atinge as diferentes camadas desses susbstratos afetivos inscriacionais ela vai inscrevendo nos sujeitos as marcas dessa relação com o lugar. Essas marcas são as cristalizações (registros) que podem ser acionadas todas as vezes que entramos em contato com o lugar ou com outros elementos que nos remetem a ele[43].

Assim, a memória se caracteriza como um elemento que se insere nessa dinâmica. Entendo aqui a memória enquanto um campo ativo de inscriações afetivas – e não apenas um arquivo passivo. É ao mesmo tempo o lugar onde os afetos se

[42] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Agosto de 2025.
[43] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Agosto de 2025.

inscrevem e deixam suas marcas que atuam diretamente nos sujeitos, e, o que aciona as lembranças que conectam os sujeitos aos lugares, a partir destas marcas cristalizadas. A memória se apresenta como o substrato onde as experiências cotidianas – que entrelaçam lugares e sujeitos – se inscrevem pelas afetivações – intensidades que nos atravessam.

É muito importante considerar que sob esta perspectiva, a memória não é capaz de seguir uma cronologia rígida da apresentação dos fatos e nem mesmo se apresenta de forma estática. Falo de uma memória rizomática, de acordo com Deleuze e Guatarri (1995), onde as afetivações se inscrevem fora de ordem e em repetições. Uma memória que é constantemente atualizada por novas vivências, e pelas atualizações de novas lembranças de um mesmo fato, que se faz cada vez que a acionamos.

Como já explicado neste estudo[44] Deleuze e Guatarri (1995) utilizam a metáfora do conceito de rizoma, originário da botânica, para pensar a filosofia. A ideia dos autores é utilizar o rizoma - uma espécie de raiz de crescimento irregular, brotações espontâneas que não possuem simetria e regularidade. Para evidenciar um modelo de pensamento não linear, com conexões múltiplas através de relações interativas, ou conexões.

Deleuze e Guattari (1995, p. 16) explicam que “Não existem pontos ou posições em um rizoma [...] Existem somente linhas”. Nesse sentido, falar da memória em sentido rizomático é entender que sua produção se dá a partir de diversos pontos de influência ao mesmo tempo. Lima (2023), explica que o rizoma da memória é compreendido a partir do entrelaçamento entre tempo, experiências e a própria memória.

Deleuze e Guattari (1995), classificam como “Rizomas da Memória” o movimento de desenraizamento que acontece entre o passado e o presente no espaço das experiências. Este movimento provoca um ‘alisamento’, de onde surge um espaço ‘estriado’, ou seja, amarrado pelos registros do real, do imaginário e do simbólico, como ocorre nos processos memorialísticos.

Halbwachs (2004) também explica que a memória é constituída a partir das experiências vividas, podendo estas serem individuais ou coletivas. Em estudo anterior (Mancini, 2021) já destaquei que Halbwachs (2004) dá ênfase a memória coletiva. Para o autor existe uma relação direta entre a memória individual e coletiva. Mesmo se

[44] Olhar 2.2.1 Matrizes Rizomáticas

caracterizando como um fenômeno individual, toda memória é coletiva, posto que as experiências são vividas no interior de um grupo e recebem influências deste, ou seja, conforme explicita o autor, perpetua-se e reconstrói-se na coletividade. Nesse sentido, a memória é uma construção social – “[...] não se refere a lembrança dos indivíduos somente, mas destes indivíduos inseridos em um contexto familiar ou social, fazendo com que suas lembranças sejam permeadas por inferências coletivas [...] (Mancini, 2021, p.19). Assim, fica claro que para o autor a memória é influenciada e estruturada pelas vivências e experiências compartilhadas, e é nesse sentido que o autor elabora o conceito de “quadros sociais da memória”.

Bosi (2023, p. 57) explica ainda que, Halbwachs “amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”. É interessante que, nesse processo de construção de uma memória social, o grupo, devido as suas experiências e vivências, cria universos de significação que sustentam uma versão do próprio grupo para os acontecimentos. O grupo constrói, e busca fixar a sua imagem para a história da cidade. Esta nem sempre é coerente com a história oficial já consagrada, mas, permite a criação de símbolos, marcas, personagens entre outros, que representam àquele grupo específico.

Existe, dessa forma, uma relação direta entre a memória e as noções de patrimônio. O patrimônio atua como um elemento que atua como suporte para a memória coletiva e individual.

Nesse sentido, é importante ressaltar que para Halbwachs (2004) a memória não é estática, está em contante processo de construção, pode ser (re)visitada e (re)construída a partir de novos olhares e opiniões do sujeito. Assim, o autor afirma que a memória é moldada fortemente mediante relações, conexões e entrelaçamentos que os sujeitos estabelecem em sua trajetória de vida. Nesse aspecto, Olender (2017) ressalta que a construção social e afetiva está no cerne do conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs, visto que o autor se refere exatamente às relações estabelecidas entre sujeitos, e entre sujeitos e lugares.

Ainda que Halbwachs (2004) volte suas reflexões a uma memória que possua estruturas mais estáveis, a ideia de que esta memória é sempre (re)visitada e (re) construída ou atualizada dialoga com o pressuposto de uma memória rizomática que se

forma a partir de afetivações e conexões múltiplas. Na verdade, o que está sendo proposto a partir do diálogo entre autores que em primeiro momento demonstram ser contrários, é uma atualização que propicie o entendimento da memória pautada que se baseia na esfera social, moldada pelos grupos aos quais pertencemos, mas, que ao mesmo tempo ultrapasse ideias hierárquicas e lineares, e se apresente de forma transversal e sensível.

Destaco dessa forma, um trecho da obra de Halbwachs (2004), em que é possível visualizar que o conceito de memória coletiva que o autor propõe, está intrinsecamente relacionado a afetivações que são geradas entre lugares e sujeitos: “Assim, não somente casas e muralhas persistem através dos séculos, mas toda a parte do grupo que está, sem cessar, em contato com elas, e que confunde sua vida e a dessas coisas [...] (Halbwachs, 2004, p.135). O autor ainda cita:

> Se entre as casas, as ruas, e os grupos dos seus habitantes, não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental e efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um homem vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores (Halbwachs, 2004, p.136).

Diferente de abordagens mais contemporâneas sobre a memória, Halbwachs pauta seus estudos em uma teoria sobre a memória que se apresenta de forma mais estável e tradicional. Porém, ainda assim, fica claro nas exposições do autor a importância das afetivações e da relação com o lugar para a construção e permanência de memórias. Penso que o próprio processo de “escolha” de patrimônios pelos sujeitos evidencia essa relação de ser afetado (individual e coletivamente) por algum elemento que traga substratos inscriacionais de afetivação – memórias – que geram essa ação - ser afetado e a partir disso considerar aquele bem como singular para aquele grupo.

Em reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, afirma:

> A memória social (que não se confunde com a História, processo cognitivo), não é uma simples rememoração coletiva de fatos passados, mas uma **seleção das**

> **representações** de fatos passados, compartilhados de maneira a **estabelecer vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade**. (IPHAN, 2008, p.40).[45]

Fica claro na exposição de Meneses, que a memória social possui importante carga afetiva, e, que esta influi na "escolha" de bens patrimoniais para que determinados grupos se sintam efetivamente vinculados e representados por estes bens. Sobre isso, posso retomar Pollak (1989) que classifica a memória como seletiva. Na visão do autor nem tudo que é vivenciado fica registrado, e, os registros sofrem alterações em função da forma e do momento em que esta memória está sendo articulada – o que evidencia que Pollak, também não acredita em uma memória estática.

Como já exposto, Pollak (1989) explica que a construção da memória é o resultado de uma organização – memória organizada – e que esta não é neutra, mas sim resultado de conflitos, negociações, inclusões e exclusões. Para o autor a memória é também herdada, ou seja, transmitida a partir de relações sociais – família, grupos de referência ou até mesmo em espaços de sociabilidade, o que, acredito eu, confere a visão do autor o aspecto de afetivação, já que os sujeitos transmitem e compartilham as memórias que os afetam.

Analisar o processo de patrimonialização sob a perspectiva de Pollak (1992) é coerente a esta análise na medida que o autor traz vinculada a constituição da memória o conceito de silenciamento. O silenciamento também pode ser socialmente construído, quando as escolhas sobre o que lembrar e o que esquecer são impostas. No caso do patrimônio em particular, como já abordei anteriormente, a seleção do que ser oficialmente preservado é feita institucionalmente, excluindo, negligenciando e silenciando vivências e memórias afetivas de grupos historicamente marginalizados – e aqui me volto especificamente as vivências e memórias do cotidiano[46]. As reflexões trazidas por Pollak (1992) permitem o (re)conhecimento de um patrimônio que expressa a memória, mas muito além disso, se apresenta como forma de resistência.

---

[45] Ata de Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que, entre outros objetivos discutiu sobre o processo de tombamento da Casa de Chico Mendes, em Xapuri, AC.

[46] De acordo com Lefebvre (1991) não existe interesse, por parte de uma burguesia, em evidenciar ou rememorar fatos do cotidiano em função de sua simplicidade e banalidade.

Para o autor a memória “é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (Pollak, 1992, p. 5), visto que confere a sensação de continuidade e coerência de uma pessoa como membro de um grupo. O autor afirma que

> A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (Pollak, 1992, p.5).

Candau (2021, p.19) também relaciona memória e identidade. Para o autor “a memória é geradora da identidade”. Não há busca identitária que não se fundamente na memória e a busca memorial também é sempre acompanhada do sentimento de identidade. No entanto, o autor direciona a necessidade de compreender com mais cautela o papel da sociedade, ou do grupo na formação da memória. O autor enfatiza a contribuição das narrativas individuais e não somente coletivas. Propõe em seu estudo uma taxonomia da memória definindo três modos diferentes de analisá-la. A primeira forma ele chamou de “protomemória” (memória incorporada, quase inconsciente): se refere ao que os indivíduos realizam de forma automática, sem necessariamente pensar ou se preocupar com o modo de fazer. Nas palavras do autor é uma memória de baixo nível, onde prevalecem os saberes e as experiências mais resistentes e mais compartilhadas pelos membros da sociedade.

A segunda forma é a “memória de recordação ou reconhecimento” (recordações voluntárias), caracterizada como uma memória de alto nível. A terceira forma, a “metamemória” (reflexão sobre as próprias memórias), nível onde os indivíduos se lembram e também são capazes de fazer representações relacionadas às suas lembranças. A pessoa tem conhecimento da sua história e, a partir desse conhecimento, consegue construir uma narrativa sobre sua trajetória. Dessa forma, a “metamemória” se apresenta como uma memória ostensiva.

Na visão do autor a expressão “memória coletiva é uma representação, uma forma de metamemória”, não significando que todos os membros de um mesmo grupo terão as mesmas lembranças, ou reproduzirão as mesmas representações. Ele não desconsidera o papel da sociedade na formação e construção da memória, apenas destaca que nem

sempre as representações serão as mesmas e terão os mesmos significados para todos os membros do grupo. “Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado” (Candau, 2021, p.35).

Por mais que pareça evidenciar o contrário, as colocações de Candau não colocam como inadequado o trabalho com a memória coletiva. Na verdade, ele propõe uma forma para analisar as percepções que indivíduos e grupos possuem de si e de sua história, dividindo em representações factuais e representações semânticas. Sendo a primeira relacionada a existência dos fatos e a segunda à interpretação, sentido, significado que se dá a eles.

Ao analisar a forma como Candau expõe suas considerações sobre a memória, penso que o autor trata de uma memória dinâmica, sensorial e cultural, que se constrói intrinsecamente ligada à identidade e às experiências vividas. O conceito de protomemória, a meu ver, se aproxima da proposta da geração de afetivações a partir de substratos inscriacionais que ativam a memória, já que é possível entender que, por se tratar de uma memória já incorporada sobre saberes e experiências estão ligadas a práticas e relações do cotidiano, que se tornam resistentes e profundas na repetição e passam a ser compartilhadas.

Importante citar que na visão de Candau (2021, p. 16) identidade, memória e patrimônio são “as três palavras chaves da consciência contemporânea”. O autor classifica o patrimônio como uma dimensão da memória, e que, nesse sentido, em conjunto, fortalecem a identidade.

Considero ainda que, ao tratar de uma memória que se constrói por afetivações, esta memória, como expõe Nora (1993) é vida, e se encontra em constante transformação e negociação. “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] porque é afetiva e mágica, [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas [...] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (Nora, 1993, p.9).

Assim, entender que a memória acompanha a dinamicidade da cidade e das suas relações. A apropriação do conteúdo simbólico que está presente nas práticas cotidianas também deve ser dinâmica e carregada de sentidos pelos usos e relações estabelecidas entre lugares e sujeitos ao longo da história e das transformações dos espaços da

cidade. Esta rede de sentidos e significados atribuídos não necessariamente se excluem, mas podem se sobrepor.

Bosi (2023) explica que a memória se desenvolve a partir dos laços de convivência, e por que não dizer de afetos, entre os sujeitos. Esses laços dão estrutura a memória, que vai sendo atualizada a partir das experiências e vivências no interior de um grupo. A autora acrescenta a sua explicação o papel dos lugares. As memórias estão ancoradas nos lugares – nas experiências ali vividas com o grupo de referência.

> O que Bartlett admite, de um modo bastante compreensivo, é a existência de um 'contínuo' que vai da simples assimilação, por transplante, até a criação social de novos símbolos, a partir do recebimento de formas extragrupais. A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo, pelo qual sempre 'fica' o que significa. E não fica do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado (Bosi, 2023, p. 69).

Penso que este aspecto exposto pela autora se relaciona ao que já expus anteriormente. No cotidiano, as experiências vividas, as permanências e rupturas ganham sentidos e significações, podendo assim produzir afetivações que conectam o sujeito ao lugar. Como disse a autora, "sempre fica o significa", ou seja, o que cria laços, vínculos, afetivações, permanece na memória.

Destaca-se, nesse sentido, a ligação entre a memória e as afetivações. Ao ser afetado o sujeito cria conexão com o grupo e com os lugares. A memória reforça essas conexões, dando ainda maior força as afetivações. Memórias e afetivações estarão sempre ligadas à pessoas e a lugares que significam para os sujeitos, ainda que haja mudanças ou transformações na cidade ou nos sujeitos. "Os vínculos podem resistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo transcende o sentimento individual" (Bosi, 2023, 441).

A essa perspectiva, adiciono o cotidiano. As memórias e afetivações tendem a estar ligadas a vida e aos lugares do cotidiano, visto que são estes que possuem relação mais próxima com os sujeitos. É, de certa forma, mais fácil a geração de vínculos aos lugares que estão inseridos em sua rotina, no seu dia a dia. São esses lugares que fazem parte das histórias que esses sujeitos contam repetidamente, são esses lugares que realmente estão conectados a constante produção de vida na cidade. As ruas, as praças, as pontes, as casas, a sorveteria, entre tantos outros que poderiam ser citados. Esses

lugares são penetrados de significados, memórias e afetivações e se entrelaçam a vida do sujeito. Trago um trecho de Bosi (2023) onde, para mim, é possível enxergar o quanto o cotidiano gera afetivações e memórias em nós.

> O que mudou na oficina do sapateiro? Ou na quitanda do verdureiro? Ou nos grupos de meninos de esquina? Ainda percorrem os bairros o soldador, o consertador de guarda-chuvas, o amolador de tesouras, o homem do realejo, o pipoqueiro, o vendedor de beijus batendo em sua lata. Ouvi outro dia a cantilena do comprador de roupa velha, quando amanhecia. Soube que se tratava do filho do judeu de minha infância, imitando o sotaque e a cantilena do pai. Sons que desaparecem, que voltam, formam o ambiente acústico dos bairros. As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória (Bosi, 2023, p.464).

A cidade enquanto ecossistema produtor de vida tem sons, tem cheiro, tem movimento. Todos esses acontecimentos que nos parecem banais, na verdade, nos marcam, pois são eles que constituem a nossa vida enquanto integrantes da cidade. O sujeito não está indiferentemente na sua cidade. Os lugares que fazem parte do seu cotidiano, são escolhidos, sentidos, vividos em todas as suas dimensões. Precisamos que esses lugares sejam efetivamente (re) conhecidos por estes sujeitos. O que me parece importante, nesse sentido, é entender estes lugares que no seu movimento cotidiano dão sentido à vida, e também os entender como patrimônios, dando a eles identificação, valores e (re)conhecimento.

> [...] Finalmente o patrimônio são todas as artes do fazer [...] Os artistas cotidianos das maneiras de falar, de vestir e de morar são fantasmas na arte contemporânea patenteada. Estaria mais do que na hora de um urbanismo ainda à busca de uma estética lhes reconhecesse o mesmo valor. A cidade já é sua permanente e móvel exposição: mil modos de vestir-se, de circular, de decorar, de imaginar, traças as invenções nascidas de memórias ignoradas [...] 'Idiolectes' gestuais, as práticas dos habitantes criam, no próprio espaço urbano uma multitude de combinações possíveis entre lugares antigos [...] e situações novas. Elas fazem da cidade uma imensa memória em que prolifera a poética (Certeau; Giard, 1996, p. 199).

Com base nestes aspectos é que trago como foco central deste estudo uma proposição que une o estudo do cotidiano à ampliação conceitual que tem se buscado na área patrimonial. A união destes dois conceitos é profícua no sentido de acrescentar à discussão patrimonial, elementos vivos, reais, da vida do homem comum, sem

distinções de raças, etnias, classes sociais. Uma maior preocupação em olhar e significar a produção de vida que se tem no dia a dia, em espaços da cidade que geram/produzem afetivações e memórias.

Não posso, no entanto, afirmar que institucionalmente as afetivações e memórias não sejam reconhecidas como valores intrínsecos ao ato de um sujeito reconhecer bens como patrimônios. Como exemplo, posso citar a definição de tombamento utilizada pelo IPHAN:

> [...] o tombamento é um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a **memória nacional**. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger – por intermédio da aplicação de leis específicas – bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também **de valor afetivo** para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (IPHAN)

No que tange ao aspecto da memória, não retomarei aqui a discussão já realizada sobre as implicações envolvidas na atribuição de uma memória nacional, estas podem ser encontradas no capítulo 3 desta tese. E, no que diz respeito ao valor afetivo, também posso ressaltar que nas pesquisas realizadas para o desenvolvimento desta tese[47], frequentemente me deparei com estudos que evidenciaram que o valor afetivo não é sempre considerado. Como exemplo cito o estudo de Olender (2017), ao analisar a negativa do IPHAN sobre o processo de tombamento do “Castelinho do Bain” em Juiz de Fora – MG. No documento que dá início ao processo de solicitação de tombamento da construção, segundo o autor, foram ressaltadas diversas características que justificariam a necessidade de reconhecimento e preservação, entre elas, a importância história e arquitetônica e a relação afetiva dos moradores da região com a edificação. No entanto, Olender (2017, p.323) afirma que “o valor afetivo, fundamental promotor e indicador da importância de um bem na memória de um grupo social, muitas vezes não é considerada e, pior, serve, equivocadamente, para a desqualificação desse bem pelo poder público”. Nesse caso em específico, o autor cita um trecho da resposta feita à solicitação de tombamento: “No vertente caso, vê-se que as questões afetivas

[47] Algumas inclusive citei no capítulo 3 para ilustrar a problemática existente no universo dos bens que oficialmente são declarados patrimônio e os sujeitos a quem eles deveriam representar.

sobrepõem-se às objetivas, o que não é válido, como já dito, para fundamentar uma decisão tão grave como a de tombamento [...]" (Olender, 2017, p.323).

Complementando, Olender (2017), faz um questionamento muito pertinente que, para as reflexões realizadas até aqui e para a proposição conceitual que intento desenvolver é fundamental: Ao recusar o valor afetivo de um bem na seleção patrimonial não estaríamos esquecendo que a afetividade – ou afetivações - é histórica e socialmente construída na relação que os sujeitos estabelecem com estes bens ou lugares, estando diretamente ligada a memória da comunidade ou grupo onde este bem está inserido? Não estaríamos, dessa forma "desnudando" estes bens de memórias?

São casos como este que, além de todo o mais já exposto ao longo deste estudo, me fazem refletir sobre a distância existente entre a teoria divulgada pelas instituições de preservação e suas efetivas ações em prol do reconhecimento de uma real diversidade de bens que realmente sejam capazes de representar os diferentes grupos sociais. O conceito de Patrimônio do Cotidiano, ao se entrelaçar aos conceitos de afetivações e memórias se insere no contexto maior de busca pela ampliação do conceito de patrimônio, mas, muito além disso, se insere em um contexto de ampliação do reconhecimento e da representatividade de todos os sujeitos.

Nesse sentido, vislumbro que o reconhecimento de bens do cotidiano pode unir as afetivações e memórias que estão realmente ligadas ao sujeito. No cotidiano se dá a produção daquilo que já é conhecido, normal, calculado, esperado, o comum, o ordinário. Precisamos, no entanto, aprender a identificar os traços do inesperado, do extraordinário que também convivem no cotidiano. Um exercício de olhar para o invisível, para as afetivações e memórias que se instalam no entrelaçamento de sujeitos e lugares.

4.3 PATRIMÔNIO DO COTIDIANO: AFETIVAÇÕES E MEMÓRIAS DO COMUM

Deleuze e Guattari (1992) afirmam que todo conceito tem uma história. Para os autores, um conceito é sempre uma junção de pedaços ou componentes que são extraídos de outros conceitos e que respondiam a outros problemas. Eles são superpostos, se complementam, mesmo com histórias diferentes. No dicionário básico de filosofia, Japiassu e Marcondes (2001, p. 39) definem o termo conceito como "uma

noção abstrata ou idéia [sic] geral [...] uma ideia abstrata e geral sob a qual podemos unir diversos elementos [...]".

Ao refletir sobre o exposto por estes autores, percebo que a proposição conceitual que trago neste estudo está entrelaçada aos meus pensamentos e minhas orientações filosófico – teórico - epistemológicas, já expostas em outro momento. Percebo também, que nenhuma proposição conceitual tem origem em nada – mesmo se tratando de uma abstração. Ela une outros conceitos. É o que busco desenvolver aqui. Ao me desafiar a propor o conceito de Patrimônio do Cotidiano, estou unindo outros conceitos que fazem sentido a mim enquanto sujeito e enquanto pesquisadora, e busco ultrapassar limites conceituais apresentados. Não pretendo oferecer uma verdade absoluta, nem mesmo um conceito fixo, rígido, inquestionável. Procuro responder inquietações que brotaram em mim, sem respostas. Inquietações que me impulsionaram a refletir, analisar e ultrapassar barreiras. Essas barreiras talvez sejam sim institucionais e conceituais, mas acima de tudo são barreiras pessoais.

Ao me propor conceituar o Patrimônio do Cotidiano, busco uma ampliação da noção atual que se tem sobre patrimônio, a partir do (re)conhecimento e valorização das práticas diárias, da relação entre sujeitos e lugares que produzem afetivações e memórias construídas e inscritas a partir das vivências e experiências. Busco, além disso, encontrar uma resposta às minhas inquietações. Busco encontrar um termo que acolha os bens que faziam sentido para aquela menina que se sentava com a avó e ouvia suas histórias, ou mesmo os bens, que mais tarde, já como professora, responderia aos seus alunos que Patrimônio poderia ser o que para eles significava, afetava e tocava ao coração.

Partindo de um conceito de cultura trabalhado por Pesavento (2012), é possível analisar o patrimônio como formas de expressão e sentidos que se constroem a partir de simbologias conferidas aos bens, ou seja, nós enquanto grupo social atribuímos valores, sentidos e significados às construções, monumentos, pinturas, palavras, coisas, pessoas e feitos, festas entre outros, que se inserem na dimensão valorativa patrimonial exatamente por estas atribuições.

A autora ressalta também a importância de entender a dinamicidade destes processos de valoração. Segundo Pesavento (2012), tudo que foi contado pode vir a ser

contado de outra forma. Tudo que possui valor(es), pode passar por (re)interpretações. Trabalhar a história cultural, a cultura e, consequentemente, o patrimônio e entender que os patrimônios são feitos de diferentes visões e narrativas, compostos por diferentes grupos que, da sua forma, contam a mesma versão dos fatos e apresentam uma (re)invenção do passado, que é constantemente reconstruída. Acrescento à ideia da autora que, da mesma forma que existe dinamicidade no processo de valoração dos bens, também os sentidos, conceitos e a noção do termo patrimônio, como já visto neste estudo não permanecem estáticos, e vem sendo revisitados.

Ao longo de décadas, como já foi exposto, a noção de patrimônio - e dessa forma também seus conceitos formalizados e as políticas públicas de preservação - se apoiou na ideia de monumentalidade, universalidade e esteve relacionada à busca de uma identidade nacional homogênea. Entre os vários reflexos desta visão, destaco o não reconhecimento de um grande número de grupos sociais que foram negligenciados e invisibilizados, não tendo seus bens reconhecidos a partir de uma concepção hegemônica e hierárquica.

Golçalves (2007a) explica que essa noção de patrimônio e as narrativas construídas em torno dela foram elaboradas e disseminadas com base em elementos que se opunham ao cotidiano. Apenas na década de 1970, com a noção de Referência Cultural e posteriormente na década de 1980, quando este processo ganhou maior destaque, é que estas narrativas passaram a ser questionadas e revistas. Como já foi observado, no entanto, a força e a intensidade com que estas ideias chegaram à população criaram um imaginário que, muitas vezes, impede que os sujeitos reconheçam no seu cotidiano algo que tenha valor. Somado a isso, o fato de também a noção de cotidiano estar vinculada a ideia de banal e sem importância dificulta ainda mais que o sujeito/morador olhe para os seus espaços cotidianos e seja capaz de atribuir-lhes o sentido de patrimônio ainda que o sentimento e o valor que conferem a um bem a característica de patrimônio, estejam presentes.

Este é um dos aspectos que torna essa proposição conceitual relevante. Falar sobre o Patrimônio do Cotidiano é buscar mostrar ao homem ordinário que “seus” bens significam e devem receber o título de patrimônio, independente de um processo oficial de tombamento ou registro.

Ao abordar o tema cotidiano e patrimônio, busco me unir a tantos outros autores já citados ao longo deste estudo, nesse processo de ampliação conceitual que desvincula o reconhecimento dos patrimônios de critérios como a monumentalidade, tradição histórica, identidade homogênea, antiguidade (no sentido de tempo decorrido). O intuito é dar visibilidade a tantas memórias que se fundam em tantas identidades, quantos sejam os grupos sociais. A ideia da monumentalidade e tradição histórica se desloca para a experiência individual e coletiva que se constrói na vivência cotidiana, a partir da geração de afetivações e memórias. Diferentemente da ideia tão disseminada na metade do século XIX pautada em criar e reforçar um nacionalismo que desse conta da narrativa de unicidade de uma identidade nacional e propagasse monumentos e heróis que registrassem a alma destas nações, busco voltar o olhar e o reconhecimento do sujeito sem rosto – o povo – como personagem e protagonista da sua história, detentor dos seus bens e responsável por grandes atos do cotidiano, que se mostram imensos em sua pequenez.

Chuva (s/d) explica que um dos maiores desafios no campo do patrimônio atualmente tem sido despertar o “sentido de patrimônio” junto à sociedade. Para a autora, cada sociedade desenvolverá uma relação diferente com o patrimônio e, os valores, a identificação e o envolvimento são fatores essenciais para tal processo. A proposição conceitual do Patrimônio do Cotidiano traz grande contribuição neste sentido.

Penso também a partir da lógica de movimento com que o patrimônio e a cidade são entendidos neste estudo, em que não se faz primordial essa rígida divisão entre passado e presente. Não podemos desconsiderar que somos feitos de uma conexão entre passado, presente e futuro. A seleção e principalmente o reconhecimento de bens patrimoniais deve considerar essa dinâmica mutável que compõe os lugares e os sujeitos. O cuidado ao qual chamo atenção é no sentido de olhar para o passado do lugar e das pessoas em si – e não da narrativa oficial – entender que significados foram construídos ao longo dos anos; no entanto, é importante não deixar de lado o fato de que esses significados se interconectam com o presente e já estão construindo significados devires. Sentidos que não necessariamente se excluem, mas sim se sobrepõem. A ideia que tento aqui transmitir é a de que não apenas bens imateriais são transitórios. A materialidade não precisa ser vista como sinal de permanência, já que os sujeitos não

mais serão os mesmos, os usos se modificam, e, dessa forma, também significados, afetivações e memórias são construídas e (re)construídas em um movimento contínuo.

Neste aspecto, acredito também que existem imaterialidades importantíssimas nas materialidades. Afinal é isso que lhes dá sentido. Da mesma forma existem materialidade ou tangibilidades que compõem bens imateriais. Esse entendimento, a meu ver, faz necessário revisitar essa categorização rígida que separa o material do imaterial. Nesse sentido, precisamos, segundo Baptista, olhar e valorizar as intensidades abstratas.

Para tanto, recorro novamente a entrevista realizada com Jose Machado Pais, para dar vida ao que busco no cotidiano.

> O que temos na vida cotidiana? Temos a cultura em movimento: o que se diz, o que se veste, o que se come, o que se faz; temos as crenças, os ritos, as simbologias que caracterizam as práticas culturais. Por isso mesmo, o cotidiano aparece como uma mediação simbólica entre o vivido e o imaginário, os rituais e as crenças, a razão e a paixão (Stecanela; Ramos, 2023, p.8).

É importante considerar que esta proposição não reduz seu olhar ao sujeito, ou ao objeto – que, neste caso, é o lugar. Carlos (2004) revela que não existe uma dissociação entre o espaço e a sociedade. Para a autora, ao produzir vida, os sujeitos produzem e reproduzem o espaço. Nesse sentido, minha análise se faz na atenção dada à inter-relação, conexões e entrelaçamentos que surgem entre sujeitos e lugares em um movimento constante. Assim, para elaborar uma proposição conceitual do Patrimônio do Cotidiano busquei identificar a partir das afetivações e memórias expostas na relação entre sujeitos e lugares o que Pais explica como “excedentes de significação no aparentemente insignificante” (Stecanela; Ramos, 2023, p. 9).

Aquilo que se coloca como invisível no cotidiano nos é apresentado carregado de sentidos e significações. Ao olharmos para as práticas comuns, enxergamos as conexões entre lugares e sujeitos que se constroem a partir apropriação e atribuição de valores, cristalizadas em afetivações e memórias, como já exposto anteriormente. É, portanto, no cotidiano que o sujeito se entrelaça ao “lugar praticado” (Certeau, 1998) – à vivência, à experiência compartilhada. Falar em Patrimônio do Cotidiano diz respeito a estes entrelaçamentos potentes, carregados de sentidos e vida real.

Este patrimônio não busca fundamentos em teses nacionalistas, não se pretende grandioso e não se pauta em noções ou critérios de universalidade e/ou monumentalidade. O Patrimônio do Cotidiano floresce na inter-relação do sujeito com a cidade – as diferentes cidades e as diferentes inter-relações estabelecidas. Foge à lógica hegemônica de seleção e identificação de bens patrimoniais ao se apresentar a partir do comum, do vivido, da conexão. É construído a partir da experiência e vivência sociais. Faz-se nas identidades e espelhamentos do comum.

De forma geral, o Patrimônio do Cotidiano se constitui nas práticas ordinárias, nas afetivações e memórias que ligam sujeitos aos espaços vividos – seus lugares. Rompe com a lógica monumental e sacralizada, (re)conhecendo que o valor muitas vezes se encontra nas rupturas e permanências do dia a dia, no simples. Nos gestos, nas histórias, nas narrativas, nos usos dos lugares, enfim, ele está nas relações entre sujeitos e lugares que se inscrevem no movimento da cidade – no 'ser e estar' na cidade. É um patrimônio do grupo, por isso é coletivo e identitário, e dinâmico – se atualiza na continuidade da dinâmica social.

Conter, Telles e Silva (2017) explicam que os objetos – e aqui entende-se como objetos os espaços da cidade – não possuem sentidos e valores por si só. É na relação que eles se definem[48], a partir da produção de afetivações. Nesta lógica, é fácil imaginar a constituição de um Patrimônio do Cotidiano – ela se dá no "ser e estar" na cidade, na cristalização das memórias que produzem afetivações e geram vínculos entre sujeitos e lugares, movimento que contribui para o sentimento de identidade. O que preciso ressaltar é que este processo, no entanto, é escolha do morador da cidade baseada nas suas conexões e relações com os espaços que se transformam em "seus", naquela cidade que é "sua" – entre tantas cidades que se apresentam na mesma cidade.

O Patrimônio do Cotidiano pode, dessa forma, ser entendido como lugares que rompem com a lógica e a ordem posta. São lugares onde notamos materialidades carregadas de imaterialidades. Lugares com afetivações e memórias (e não necessariamente lugares de memória), que são manifestadas na transitoriedade, no movimento, na desterritorialização, e por isso também podem ser entendidos como

[48] Lembrando que o patrimônio também só é considerado como tal, a partir de valores que lhe são atribuídos pela sociedade.

entre-lugares. Entre-lugares pois “pertencem” ao homem ordinário. Seus usos, por mais comuns que pareçam, se mostram densos e resistentes ao movimento da cidade contemporânea - e também por isso notamos neles rupturas – mostrando a diversidade da vida cotidiana, do cotidiano dos espaços e suas diferentes enunciações.

Posso, assim, trazer alguns pontos principais que me orientaram para a formação deste conceito. Foram pontos que já apresentei ao longo do estudo, mas busco ressaltá-los aqui, com o intuito de organizar a lógica seguida para a configuração do conceito, e, principalmente, as ultrapassagens em relação aos pressupostos identificados como cristalizados ao longo do tempo. É importante, contudo, enfatizar que não se tratam de critérios a serem verificados para a formação de uma categorização rígida e fixa. Pelo contrário, o que venho expor aqui são reflexões que buscam dar sustentação e vida a esta proposição, mas que não se colocam fixos, enrijecidos ou engessados. Trata-se de uma proposição que deverá sempre ser analisada, revista e atualizada segundo necessidades e transformações sociais.

Neste sentido, o primeiro ponto que busco destacar é **a presença do Estado.** A partir do exposto neste estudo é possível afirmar que o setor cultural é de grande interesse do Estado, e, depende dele a criação de políticas públicas para seleção, reconhecimento, proteção e demais ações voltadas ao patrimônio. Fica claro também, que estas ações acabam sendo demasiadamente influenciadas pelo contexto político e pelos interesses dos agentes que estão à frente dos órgãos, o que dificulta sua continuidade e o alcance de objetivos efetivos no seu reconhecimento. Nesse sentido, é que a proposição do Patrimônio do Cotidiano também busca um distanciamento do Estado. Entendo, dessa forma, que a valorização e o reconhecimento dos bens não podem simplesmente ter flutuações a depender da ideologia e contexto político vigentes.

É importante citar que a proposta não é excluir o Estado destes processos. Afinal, este tem papel central enquanto fomentador e regulador para a constituição de políticas públicas, articulação de ações, diretrizes, difusão e democratização do patrimônio, organização e facilitação do diálogo entre as diferentes esferas e agentes envolvidos. Acredito ser este o principal ponto! O Estado tem como papel, para muito além de regular o setor, estimular o contato e o diálogo entre comunidades, especialistas, pesquisadores, universidades, organizações não governamentais e demais envolvidos. Acredito, no

entanto, que a comunidade precisa ter lugar de destaque e deve ser envolvida em todo o processo.

Assim, um dos aspectos a ser destacado na proposição conceitual aqui exposta é pensar o patrimônio para além de categorias jurídicas e ideológicas compartimentadas e entendê-lo como formas produtoras de vida, pautadas por lógica dinâmica, intensa, mutável, que pode também se manifestar no cotidiano, no comum, no singelo.

O interesse nesta proposição é entender que os bens apenas são considerados patrimônio (e recebidos pela comunidade) a partir do momento que lhes são atribuídos valores, e que estes valores devem ser atribuídos pelos sujeitos detentores destes bens, e não inculcados por órgãos e agentes que representam o Estado e seus interesses. **A proposta então é que esse processo tenha uma inversão no sentido, e inicie com o reconhecimento e valorização dos moradores**, e, siga, quando for o caso, até o reconhecimento formal do Estado[49]. Devemos entender que a oficialização de um patrimônio não é condição fundamental para a existência da valorização e nem mesmo para a preservação; ela independe de um decreto.

Para tanto, retomo o exposto no capítulo 3 com base na diferenciação exposta por Dantas (2012) entre patrimônio cultural e patrimônio cultural protegido, de que o patrimônio independentemente do ato legal pode e deve se constituir em um patrimônio reconhecido, valorizado e preservado. É preciso desvincular a valorização da seleção feita pelo órgão público, seja ele municipal, estadual ou federal. Também não quero dizer que os tombamentos e registros não são necessários; porém, afirmo que não deveriam ser a condição para o reconhecimento e para as ações de proteção, difusão, educação de todos os bens.

Acredito muito na ideia de que o reconhecimento e a apropriação pelo morador daquele patrimônio que é seu são fundamentais, e constituem o primeiro passo para um processo de preservação efetiva e do fortalecimento dos vínculos com a cidade e dos sentimentos de identidade, que podem desencadear o orgulho de ser quem é e de se estar onde está. Penso, no entanto, que é mais difícil, para o morador, desenvolver esse

[49] Sabe-se que como afirma Abreu (2015, p. 72) isso já acontece com os bens imateriais. Segundo a autora "[...] os grupos sociais ligados a estes bens é que devem demandar a patrimonialização, ou pelo menos endossar as demandas de patrimonialização". Acredito, no entanto, que este fator só aumenta a distância entre o entendimento de bens materiais e imateriais.

processo, quando o patrimônio lhe é “imposto”, ou, quando, devido às ações de gestão patrimoniais ineficazes, o morador seja afastado de seus bens. Isto vai contra a ideia central do patrimônio vinculado a memórias e afetivações, bem como se coloca na contramão da democratização patrimonial e do sentimento de pertença. Ainda acredito que é demasiadamente importante que existam ações de conscientização e educação patrimonial, que iniciem um processo de apreensão de conhecimentos que se traduzam também na aquisição de valores e comportamentos que despertem ao sujeito o seu patrimônio, e desencadeiem reconhecimento, valorização, apropriação e preservação. E que estas ações estejam independentes do reconhecimento oficial.

O morador precisa também se permitir reconhecer seus bens, e se tornar o sujeito das interações sobre ele. Uma grande consequência da centralização do Estado não foi apenas a exclusão do morador no processo de seleção dos bens patrimoniais, mas a existência de uma separação entre aqueles que podem falar sobre o patrimônio e, aqueles que não podem. **O morador precisa se autorizar a falar sobre o que lhe causa afetos, significados, importância e identidade.**

Sobre estes aspectos, em reportagem à revista Com Ciência, Arantes (2017) explica que ações como estas se caracterizam como um posicionamento político para o reconhecimento de grupos sociais que foram historicamente invisibilizados. Essas importantes ações não precisam estar vinculadas a organismos públicos e podem atingir diferentes grupos (diferentes classes, faixas etárias, bairros) na cidade e também objetivam mostrar ao morador que seus bens, apesar de não se apresentarem grandiosos ou excepcionais, também podem ser entendidos como patrimônio pelo significado, memória e afetividade que possui vinculado a ele. Isso tem relação com o direito à cidade, conceito trabalhado por Lefebvre pela primeira vez no ano de 1968 e, também pode estar atrelado ao desenvolvimento de ações de educação patrimonial.

Outro ponto presente nesta proposição é a ruptura com a visão monumentalizada, grandiosa e sacralizada do patrimônio. **A concepção aqui proposta pretende fazer com que haja reconhecimento nos bens, lugares e manifestações cotidianas**. Aqueles espaços que têm valor por se relacionar ao vivido, ao ‘ser e estar’ na cidade. Aqueles que estão diariamente envolvidas com seus moradores e usuários, e que dessa forma, muitas vezes passam despercebidas quando falamos em patrimônio. A partir de

uma análise mais aprofundada, no entanto, pode-se demonstrar que possuem significativo valor e representatividade do que realmente constitui a cidade (pensando em um conceito amplo de cidade como universo vivo composta de moradores, turistas, lugares, construções, ruas entre outros e da inter-relação que acontece entre estes elementos). Reforço que, no contexto do cotidiano, estes bens cotidianos estão inseridos na dinâmica social, ou seja, possuem funções sociais ativas, aspecto muito positivo em termos de manutenção, valorização e preservação, pois ainda se mantêm em relação com a cidade.

Como já exposto acima, a proposição do Patrimônio do Cotidiano traz **uma noção de patrimônio dinâmica**, que se relaciona com o movimento social. A cidade é produzida em movimento contínuo. Entendendo isso, é possível entender também que os espaços são constantemente produzidos e (re)produzidos nesse movimento. Ainda que apoiada nos conceitos de afetivações e memórias que se propõem densas e profundas – cristalizadas – o Patrimônio do Cotidiano não é estático, e sofre as variações de sentidos, valores, usos e vínculos de acordo com o movimento social na cidade.

Ainda sobre no que se refere aos conceitos de patrimônio, é visível o caminho percorrido na busca da ampliação conceitual na noção de patrimônio, na busca por evidenciar uma diversidade cultural e buscar uma participação social, na diversificação das políticas e instrumentos de preservação. O trabalho vem sendo desenvolvido de forma árdua por pesquisadores, estudiosos, movimentos sociais e também por agentes em órgãos públicos. Precisamos considerar, contudo, que ainda existe grande resistência à mudança e que também existe um imaginário popular que está incorporado e, nesse sentido, é necessário unir forças para desnaturalizá-lo.

Precisamos descontruir os discursos fixos e fixados sobre a concepção patrimonial**. Ampliar o conceito de patrimônio** pode se traduzir em realizar estudos e pesquisas que sejam capazes de propor novas perspectivas e novos olhares sobre as teorias que até hoje sustentam as práticas patrimoniais. Como nos desafia Chuva (2012), precisamos enxergar o patrimônio como produção social e, dessa forma, entender sua dinamicidade, onde seus sentidos e significados dependem do contexto e podem ser construídos e (re)construídos pelas pessoas que com eles se relacionam. É nesse

direcionamento que a proposição de Patrimônio do Cotidiano se fundamenta e visa somar esforços ao movimento mais amplo por novos entendimentos de patrimônio.

O Patrimônio do Cotidiano não se qualifica pelo peso da tradição ou pelo tempo histórico. Ele tem relação ao **vínculo, à cristalização das afetivações pelas memórias.** As memórias enquanto substratos inscriacionais são como camadas simbólicas que podem se inscrever profundamente nos sujeitos e se acumular gerando afetivações, que criam vínculo, significados e sentidos que fazem aqueles lugares do cotidiano se apresentarem como arquivos sensíveis da história pessoal e coletiva. Esses vínculos que se formam com determinados lugares, fazem com que transcendam sua função e se relacionem a identidade e pertencimento de um grupo em específico.

A partir destes aspectos faz sentido falar sobre um patrimônio que **ultrapasse as categorias de material e imaterial**. Esse dicotomização traz uma fragmentação e distinção que, muitas vezes, não condiz com a realidade dos patrimônios. Patrimônios apenas são entendidos como tal a partir de valores, sentidos e significados atribuídos a eles. Ele é vivo e parte da sociedade. Nesse sentido categorias isoladas que nunca se encontram reduzem a apreensão da construção patrimonial.

O Patrimônio do Cotidiano, dessa forma, passa a ser entendido como uma **forma de resistência e visibilidade das diferenças.** Em um contexto histórico de não reconhecimento, negligências e invisibilidades, (re) conhecer bens e espaços que se inserem no cotidiano dos grupos – pelas permanências e rupturas – e que têm importância por sentidos e significados identificados por estes próprios grupos, em um processo de construção coletiva e democrática, contribui para dar voz e visibilidade a estes grupos através a reafirmação de sua identidade. Nesse sentido, também é inerente ao entendimento do Patrimônio do Cotidiano a noção de significações compartilhadas, onde diferentes grupos (co)habitam o mesmo lugar e atribuem diferentes sentidos a ele, de acordo com suas singularidades. Este contexto traz à tona a noção **de configurações espaço temporais e fronteiras simbólicas mais flexíveis e o reconhecimento e valorização das singularidades dos diferentes grupos.**

Dessa forma, é possível pensar o Patrimônio do Cotidiano também como importante elemento para **reconhecimento e valorização do outro**. Enquanto elemento que reflete memória, identidade, cultura, vivências entre outros aspectos já discutidos

neste estudo, o Patrimônio do Cotidiano pode ser utilizado como instrumento que leva os sujeitos a conhecerem a si mesmos, mas, muito além disso a (re) conhecer, respeitar e valorizar o outro! Neste aspecto, destaco o Turismo enquanto possibilidade para propiciar este (re)conhecimento.

Trata-se também do objetivo deste estudo, analisar os possíveis entrelaçamentos que se dão entre o **Turismo e o Patrimônio do Cotidiano**. Sob a perspectiva apresentada até o momento, o Turismo pode e deve ser entendido como elemento que contribui social, cultural e economicamente com o local. Para isso, no entanto, não podemos mais ter como base de sustentação saberes e fazeres do Turismo que se pautam em lógicas economicistas, cartesianas e desenvolvimentistas. Este estudo com base ecossistêmica, complexa e holística tem uma orientação para o saber e fazer turismo que se paute no reconhecimento, respeito e amorosidade. Elementos como as subjetividades e diversidades de vivências dos sujeitos são fundamentais para a construção de novas formas de fazer o turismo. Assim, o entrelaçamento entre Turismo e Patrimônio do Cotidiano se fundamenta no local, na experiência e, especificamente considerando o foco deste estudo do olhar para os interiores como espaços geradores de vida, a partir de suas singelezas e sutilezas (Mancini; Baptista, 2025a).

No quadro 11, tentei sintetizar os traços aqui sinalizados para uma melhor visualização da proposta. Esses traços sinalizadores se entrelaçam e se conectam, de forma que, podemos pensar em um processo em que estes sinalizadores vão automaticamente gerando os demais.

Quadro 11: Matriz Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano

Patrimônio no Discurso Oficial	Proposição do Patrimônio do Cotidiano	Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano
O Estado, representado por órgãos e instituições de preservação e gestão do patrimônio, é responsável pela seleção, oficialização e gestão do patrimônio. Ainda que, em alguns casos o interesse na oficialização tenha partido da comunidade, a decisão pela oficialização ou não cabe ao Estado, em um processo horizontal e hierarquizado.	A presença do Estado não é excluída, no entanto, é complementar a um processo que tem início no olhar e valorização do sujeito/morador daquilo que o afeta e significa. Nesse sentido, a “escolha” é feita pelos sujeitos que são “detentores” do patrimônio. É sugerida até mesmo a ampliação dos instrumentos de preservação que estejam	Não obrigatoriedade da presença do Estado

	coerentes ao conceito de Patrimônio do Cotidiano. A questão central, no entanto, é que o reconhecimento e valorização independe do título oficial de patrimônio	
Mesmo que exista uma solicitação por parte dos grupos sociais para a oficialização de bens patrimoniais, o Estado é o órgão que detém o poder de dizer o que pode ou não se tornar patrimônio. O morador comunicado sobre a oficialização ou não do bem patrimonial.	Através de um processo de sensibilização o morador é conduzido a (re) olhar para a sua cidade e perceber o que lhe afeta. Assim, o morador se autoriza a reconhecer os seus bens e identificar patrimônios que são importantes por estarem presentes no seu cotidiano, e refletirem a constituição dos diferentes grupos sociais e consequentemente das diferentes cidades presentes na mesma cidade.	Morador como sujeito nas interações que lhes causam afeto, significados, importância, identidade.
Patrimônio monumental que traz a ideia de universalidade, sacralidade, grandiosidade. Produção de sentidos que levam as pessoas a entenderem o patrimônio oficial como algo grandioso. Ideia errônea de que bens materiais estão ligados a grupos sociais privilegiados e, bens imateriais representam os grupos marginalizados e invisibilizados.	O Patrimônio do Cotidiano é construído na relação entre sujeitos e entre sujeitos e lugares. Sua importância e valores decorrem das vivências e experiências – construído nas práticas cotidianas, no 'ser e estar' na cidade, naquilo que afeta.	Patrimônio resultado das vivências e experiências das práticas cotidianas.
Conceitos e critérios rígidos e engessados e que, muitas vezes não são claros à população em geral.	Entender que o Patrimônio do Cotidiano é construído entrelaçado ao movimento espontâneo e contínuo da cidade. Apresenta densidade e profundidade na sua relação com o morador a partir da geração de afetivações e memórias, porém não é estático.	Noção dinâmica do patrimônio – movimento espontâneo e constante da sociedade.
Noção hegemônica de patrimônio, baseada em critérios ocidentalizados.	O conceito do Patrimônio do Cotidiano acompanha o movimento de ampliação da noção de patrimônio, buscando novos olhares e perspectivas para as práticas patrimoniais. Esta proposição conceitual reflete um patrimônio construído na produção social e dinamicidade. Entende e busca dar visibilidade as diversidades sociais e culturais.	Noção ampla de patrimônio que abarque os diferentes grupos sociais
Identidade territorial que busca uma unidade de representação. Identidade nacional.	Configurações espaço temporais e fronteiras simbólicas mais flexíveis. Reconhecimento	Fronteiras simbólicas flexíveis. Valorização das singularidades e múltiplas identidades

	e valorização das singularidades dos diferentes grupos. Múltiplas identidades.	
Compreensão fragmentada e categorizada dos bens patrimoniais. Existe, nesse sentido, uma redução na apreensão da construção patrimonial.	O Patrimônio do Cotidiano não obedece a uma categorização fixa que divide bens materiais e imateriais. Esta proposição conceitual se apoia na noção de intensidades abstratas geradas nas experiências vividas no espaço. Estas transcendem a divisão entre o material e imaterial, e possuem significação na união destes elementos.	Materialidades e imaterialidades, intensidades abstratas em bens tangíveis e intangíveis.
Representa grupos hegemônicos que estão ligados ao discurso histórico oficial.	Pode contribuir com um movimento maior de dar visibilidade e fortalecimento de grupos historicamente negligenciados e invisibilizados. Atua diretamente na (re)afirmação identitária, para a partir disso dar voz aos diferentes grupos. Nesse sentido, contribui para o senso de pertencimento, autorreconhecimento e autoestima dos diferentes grupos sociais.	Resistência e visibilidade das diferenças.
Reconhecimento da unidade identitária que representa todos os grupos sociais.	Contribui para o processo de (re)conhecimento, visibilidade e valorização das diferenças. Pode ser utilizado como um instrumento que contribui para aceitação, respeito e amorosidade para com o Outro.	Reconhecimento e valorização do outro.
Turismo de Fachada. Turismo desenvolvido a partir dos moldes capitalísticos. Prioriza o desenvolvimento econômico, busca encenar, teatralizar a apresentar locais que estejam de acordo com padrões impostos por uma concepção global. Afasta a comunidade local. Prioriza o consumo e a imagem.	Avesso do Turismo. As potencialidades turísticas se mostram alinhadas e conectadas com o real da cidade. São singularidades potentes expressas em singelezas e miudezas que fazem de cada cidade única. Experiências densas, e com conexão com a comunidade local. O extraordinário visto no ordinário.	Avesso do Turismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, investiga-se a relação que o morador de Rolândia tem com sua cidade, através da análise de um Patrimônio do Cotidiano, que traz vínculos culturais e emocionais, evidenciando o afeto ao lugar, que pode (re) estabelecer uma conexão

pessoa/lugar. Penso também nesta conexão turista/lugar, partindo da ideia de valorização de sutilezas e singelezas dos interiores através do turismo.

Acredita-se que uma melhor apreensão da cidade- seja pelo morador ou pelo turista - vai além de questões espaciais, mas está ligada aos aspectos emocionais, sentimentais e afetivos, que vinculam pessoas a coisas, pois estas se enchem de significado, desencadeando um processo de (re)conhecimento, (re)valorização e (re)apropriação, tirando-nos da indiferença e fazendo-nos atores de um pensar e agir para a cidade. 'Re'- conhecer para Amar!

Isto posto, surge a necessidade de buscar ações que contribuam para o que os sujeitos realmente vejam que é possível um patrimônio que se construa no cotidiano. Essas ações devem ter início em âmbito local, para que, possam chegar a níveis mais amplos. Acredito na Educação Patrimonial como uma ferramenta de grande auxílio nesse processo de descontinuidade dos discursos hegemônicos já fixados, para introduzir novos olhares e concepções. Horta, Grunberg e Monteiro (1996, p. 5) explicam que a Educação Patrimonial:

> Trata-se de um **processo permanente e sistemático de trabalho educacional** centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do **contato direto** comas evidências e manifestações da cultura, em **todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados**, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um **processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. **(grifos meus)**

Nesse sentido, a Educação Patrimonial se faz fundamental para "apresentar" ao morador o sentido do patrimônio e 'com-versar' sobre o que realmente faz sentido para ele, na sua cidade. A partir de um longo e permanente processo de educação, com diferentes ações, é possível mudar (pré) concepções e dar voz aos sujeitos. Assim, têm início também o processo que já citei neste estudo de (re) conhecimento, apropriação, valorização e consequente preservação. A preservação e o cuidado é consequência pois o sujeito/morador é afetado pelo patrimônio. O vínculo, o sentimento, as afetivações para com aquilo que faz parte de sua vida.

Na visão de Tolentino (2019) é preciso se orientar por um caráter dialógico das práticas de Educação Patrimonial, que mostra a possibilidade de uma construção coletiva do patrimônio, a partir do diálogo e participação democrática dos agentes e detentores destes bens. O autor complementa explicando que nesse sentido as ações de Educação Patrimonial atuam na mediação para a apropriação do conhecimento e, consequentemente do próprio patrimônio, considerando os saberes locais e o olhar das vivências das comunidades. A finalidade não é apenas conhecer o patrimônio, é refletir sobre os processos de escolha e representação, buscando a transformação de uma realidade e o reconhecimento dos diferentes grupos sociais.

O autor ainda cita que convém partir da realidade já conhecida pelo sujeito, bens com os quais tem convívio, [...] próximas a minha casa, na minha família, nos arredores da escola, no meu bairro, para então fazer uma reflexão sobre o que é meu patrimônio, o que é patrimônio do outro, o que é patrimônio de uma determinada coletividade" (Tolentino, 2019, p. 147).

Lembro apenas que, essas ações não precisam partir única e exclusivamente das administrações municipais ou outras instâncias públicas. É importante a união de diferentes atores – pesquisadores, universidades, iniciativa privada, movimentos sociais – no desenvolvimento e aplicação de ações com a comunidade que possam resultar, além de uma ampliação conceitual, na ampliação e diversificação dos instrumentos e das políticas de preservação. A importância do envolvimento de todos os atores e a união da comunidade é primordial para este movimento, no entanto, ainda que, os órgãos públicos – e que estou me referindo inicialmente a órgão municipais – não tenham a prerrogativa na "escolha" destes bens e o processo de patrimonialização tenha início na comunidade, a gestão destes bens, bem como a elaboração de políticas públicas de preservação que abarque estas ampliações conceituais, é de responsabilidade pública. A diferença é que não haverá distância entre as ações públicas e os interesses comunitários.

Não tenho a pretensão de determinar quais ações poderiam ser desenvolvidas no sentido de Educação Patrimonial e aproximação entre os diferentes setores pois acredito que estas devem estar coerentes com a realidade de cada cidade. É possível, no entanto, trazer alguns possibilidades: rodas de conversa nas comunidades sobre o sentido de

patrimônio com o objetivo de entender o que os sujeitos entendem por patrimônio e também para “ensiná-los” a olhar para o seu cotidiano como potente espaço de significações; projetos que envolvam as Andanças pela cidade e análise sensível do cotidiano em seu movimento; enquetes, concursos e outros que possibilitem ao sujeito/morador expor o que lhe causa afetos; chamadas públicas para “indicação” de bens para serem considerados patrimônios; projetos de Educação Patrimonial nas escolas entre muitas outras ações.

A longo prazo, é possível vislumbrar, que em última estância, possam ser criadas legislações que prevejam a oficialização de Patrimônios do Cotidiano e novos instrumentos de preservação que sejam coerentes com o conceito. Mesmo que a “escolha” e consequente valorização do Patrimônio do Cotidiano sejam independentes de uma legislação que o oficialize, alcançar esta medida significa contribuir efetivamente para ampliação conceitual do patrimônio e para a visibilidade de novos grupos sociais importantes que merecem ter seus bens reconhecidos.

5 TURISMO: ANDANÇAS CONCEITUAIS REFLEXIVAS

Pensar o Turismo nas épocas atuais tem sido uma tarefa que exige dos pesquisadores um grande esforço. Em termos teóricos, é preciso entender o lugar que o Turismo ocupa hoje nas sociedades e (re)significar suas percepções e os rumos que deve tomar. O mundo contemporâneo caracteriza-se por mutações constantes e cada vez mais velozes, que influenciam diretamente nos meios sociais, culturais e econômicos, que, por sua vez, têm influências diretas no ecossistema turístico. Nesse sentido, é urgente pensar mutações para o fazer turístico, que estejam de acordo com novas perspectivas de comportamento e pensamento, atentando-se de forma primordial à visão ecossistêmica que orienta este estudo.

Antes de qualquer coisa, é preciso entender que o Turismo, enquanto prática social e econômica, foi construído em consonância com o capitalismo. Nessa perspectiva, traz em sua constituição características de consumo que são pertinentes a esse sistema. Um consumo que conduz à destruição de lugares, exclusão de pessoas e sobrecarga do ecossistema. Na mesma lógica, os estudos sobre o Turismo por muitos anos se pautaram nos preceitos da Ciência Tradicional.

Nesse sentido, partindo do direcionamento teórico, epistémico e filosófico deste estudo, para estudar o Turismo, não pode-se apoiar em definições fragmentadas e rígidas, sobre fluxos de pessoas que geram riquezas, movimentam a economia dos destinos que visitam – definições estas muito comuns na década de 1990, que ilustram um pensamento cartesiano e progressista sobre o Turismo (Moesch, 2024)[50]. Da mesma forma que a Ciência tem passado por um percurso de superação de paradigmas clássicos e cartesianos, também o Turismo se encontra em um movimento de reflexão para superação de conceitos postos, que, segundo Moesch (2024), estão em crise. Para a autora, trata-se de uma (re)organização do objeto do Turismo.

> A diversidade das práticas do Turismo no mundo é inesgotável, não há Teoria Geral do Turismo que possa organizar toda essa diversidade, mas há a necesssidade de uma Epistemologia Social do Turismo. Para Santos (2007) é necessário um procedimento de tradução, que deve traduzir saberes em outros

[50] EPISTEMOLOGIA DO TURISMO. Entrevistada Marutschka Martini Moesch. Entrevistador Mario Carlos Beni. In: TROCA DE IDÉIAS, Youtube, 27 de agosto de 2024.

> saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, para buscar inteligibilidade sem canabalização, ou colonialismos teóricos-metodológicos, que levam a homogeneização. Tentar de saber o que há de comum entre esses movimentos, criar inteligibilidade sem destruir a diversidade como uma postura necessária para um rompimento com uma leitura linear das práticas sociais (Moesch, 2023, p.582).

De acordo com a autora, é possível que este seja o momento de, a partir de múltiplas abordagens de diferentes áreas, os estudos em Turismo avançarem em busca de uma teoria própria para explicação do fenômeno. Assim, alinhado ao movimento que busca essa 'nova' teorização, já iniciado por autores que serão aqui citados, é possível explanar sobre uma reformulação da teorização baseada em uma visão ecossistêmica, complexa e holística.

Neste contexto, o capítulo busca apresentar as 'com-versações' sobre o Turismo, com autores que trazem uma nova perspectiva de análise, seguindo a proposta deste estudo. O que busco discutir aqui é um convite para refletir sobre novas formas de pensar e fazer o turismo. O 'Avesso do Turismo' conceito de Baptista (2021a), nesse sentido, será o conceito adotado nessa tese. Para tanto, primeiramente é importante apresentar um recuo histórico que possibilite compreender a construção desse universo de saberes e fazeres turísticos. Em coerência com a proposição central da tese, apresento reflexões sobre o uso do patrimônio pelo turismo. Na sequência, em conexões com demandas contemporâneas, trato sobre os estudos do turismo, chegando até a perspectiva ecossistêmica proposta por Beni e Moesch (2017) e de Turismo-Trama- Ecossistêmica de Baptista (2017) que sustentam a ideia de um novo saber e fazer Turismo. Por sua vez, nessa sequência, apresento o conceito do 'Avesso do Turismo', de Baptista, e seu entrelaçamento com a proposição deste estudo, vinculado a uma forma de fazer Turismo em conexão com o Patrimônio do Cotidiano em Rolândia.

5.1 ENTRELAÇOS NO TEMPO: ENTRE TURISMO E O PATRIMÔNIO

Para iniciar a 'com-versa' sobre Turismo, apresento um breve resgate de sua deriva histórica. Talvez o aprofundamento que se espera para um processo de doutoramento poderia dispensar o pesquisador de expor conteúdos mais básicos ao

estudo do turismo como a trajetória histórica. No entanto, opto por abordar, ainda que de forma mais breve e objetiva, esse processo com o propósito de refletir sobre todo seu desenvolvimento, seus entrelaçamentos, suas tramas e complexidades. Isso decorre do fato de que analisando essa processualidade histórica, seja possível visualizar sua construção, suas conexões com elementos culturais, sociais, econômicos e políticos que auxiliam a refletir sobre como o Turismo passou a ser entendido. Desse modo paraecem ser evidenciadas necessidades de novas perspectivas para o pensar e fazer Turismo.

Além disso, para a exposição desta deriva histórica, procuro trazer interconexões com a trajetória do uso do patrimônio pelo Turismo, a fim de também entender como se construiu essa dinâmica. Para tanto, é muito importante reconhecer que, ao buscar unir a trajetória histórica do turismo à trajetória histórica da relação entre o turismo e o patrimônio foi possível perceber que esta acompanha o processo de mudanças conceituais do patrimônio, já evidenciado no capítulo 3. A relação turismo e patrimônio acentua-se a partir destas mutações no sentido do patrimônio, da mesma forma que a as mutações na concepção do patrimônio são influenciadas por esta relação. Assim, apesar de nesta tese essas trajetórias serem apresentadas em momentos diferentes, passa a ser importantíssimo o olhar atento a estes entrelaçamentos e seus efeitos para os fenômenos aqui estudados.

Apesar de tentar fugir de uma divisão rígida de períodos temporais e apenas discorrer sobre os acontecimentos, percebi que esta divisão se tornou necessária para melhor organizar os acontecimentos e mutações em torno do Turismo. No entanto, é preciso ressaltar que a tentativa de organizar os períodos e os acontecimentos não exclui o fato de que estes, muitas vezes, eles transversalizam-se, em fluxo contínuo e simultâneo. Além disso, é preciso considerar também que a prática de viagens não se desenvolve da mesma maneira e ao mesmo tempo nos diferentes continentes.

No que diz respeito a relação entre Turismo e Patrimônio, a partir da leitura de um referencial teórico[51] é possível notar que os autores acabam por citar e detalhar o surgimento de normas, regulamentações, convenções, conferências e outros documentos que evidenciam o que talvez caracterize-se na oficialização do uso do

[51] Choay (2017;2011); Fortuna (1999; 1997; Fortuna e Ferreira (1996); Gomes (2008); Leite e Caponero (2001); Peixoto (2002); Pellicciota e Solha (2016); Steinke, Sossai e Coelho (2018); Vitor e Santos (2016).

patrimônio pelo turismo. Menciono o termo oficialização, pois viagens de cunho cultural fazem parte dos deslocamentos humanos desde a Antiguidade; porém existe um momento, nesta deriva histórica que estas motivações se tornam um segmento do turismo, e passam a ser quantificadas e estudadas, e até mesmo incentivadas pelos órgãos de preservação. É importante dizer que não possuo a intenção de citar detalhadamente todos estes documentos e seus objetivos. O intento aqui é marcar a existência da relação turismo e patrimônio – que, em alguns momentos, acontece a partir destes documentos - e falar sobre as mutações ocorridas nesta relação ao longo dos anos.

É possível afirmar que o Turismo enquanto atividade econômica é uma prática relativamente recente. Fratucci (2008) explica que se trata de um fenômeno da sociedade contemporânea, fruto da Revolução Industrial e do processo de urbanização do planeta. Para o autor, as origens do Turismo enquanto atividade econômica remontam aos séculos XVIII no continente europeu, mais especificamente Inglaterra e França. No entanto, como fenômeno social, suas origens são bem mais remotas.

Neste estudo, como parte de estudos do grupo Amorcomtur!, partimos do pressuposto que a humanidade sempre esteve em movimento. Essa pode ser a base de nossa constituição enquanto seres humanos em um ecossistema. Os deslocamentos estão presentes em nossa história por diferentes motivos, desde desbravar novos lugares, conseguir meios para sobrevivência, até ampliar conhecimentos em relação ao espaço e, assim compreendê-lo. Como nos interessam as dimensões ontológica e epistemológica, remetemo-nos às origens das desterritorializações.

Baptista (2023) nos diz que estamos vivos porque estamos em movimento, citando uma canção do uruguaio Jorge Drexler. Para a autora somos uma espécie de matriz nômade, que se relacionava de forma harmônica com os seres outros. “Nômades que se deslocavam e, no movimento, renasciam, reinventavam-se, reproduziam-se a si mesmos e entre si, numa lógica (auto)transpoiética que caracteriza a espécie em transversalizações constantes com o nicho ecológico, numa relação recursiva de constituinte constituidor” (Baptista, 2023, p. 8). Da mesma forma, Gros (2010, p. 10) afirma que “[...] uma vez em pé, o homem não consegue ficar parado”.

De acordo com Gastal (2005), elementos muito importantes como a viagem, o percurso, o deslocamento, têm sido frequentemente deixados em um segundo plano em estudos do Turismo. Para a autora, a viagem deve ser o principal objeto a ser analisado.

Maffesoli (2004), em sua obra “Sobre o Nomadismo: vagabundagens pós-modernas”, fala sobre o nomadismo e errâncias, que, desde a pré-história, caracterizam o humano. O autor diz que, em uma tentativa de domesticar o termo, passamos a utilizar a expressão mobilidade. Ao analisar o exposto por Maffesoli (2004) é possível fazer uma aproximação do que Maturana (2009) explica sobre a sociedade matrística. Um sistema social humano pautado no respeito recíproco, cooperação e co-participação, que não acumula bens materiais (até mesmo para a facilidade no deslocamento), sem distinções hierárquicas ou desigualdades sociais. Estas características, de acordo com estes dois autores, são traços de grupos nômades.

À medida que vai dominando o espaço, aprofundando sua relação com o território, acumulando conhecimentos sobre a natureza e sobre ele mesmo, o ser humano vai se apropriando do território e ganhando condições para se sedentarizar. De acordo com Fratucci (2008), esse homem nômade em um lento processo de transformações, descobertas e aprendizado, se transforma no homem sedentário, suas mutações se mantêm até a constituição do homem da sociedade atual. Com a passagem para o sedentarismo, Maffesoli (2004) explica que a cultura do lugar se insere e altera as dinâmicas sociais, a partir de maiores hierarquizações, estruturas, poder, jurisdições, entre vários outros aspectos, que em uma deriva histórica processual resulta na sociedade moderna e suas características.

Em aspectos mais amplos, Maffesoli (2004) explica que, quando na passagem do nomadismo para o sedentarismo, houve uma domesticação da sociedade. As transições que foram acontecendo até a instituição dos Estado-nação acompanharam o nascimento e crescimento de um poder abstrato. O nomadismo não mais condizia com a estrutura da sociedade moderna e passou a ser visto como “anti-ético”. “E esta se preocupa constantemente em suprimir o que considera a sobrevivência de um modo de vida arcaico. Fixar significa a possibilidade de dominar. Isso já em boa ilustração dessa ‘fantasia do uno’, que é característica da violência totalitária moderna” (Maffesoli (2004, p. 23)

Na visão de Gastal (2005), no entanto, a sociedade sedentarizada não se abdicou totalmente dos deslocamentos, estes passam a ser realizados sob a palavra viagem. Em todo esse processo histórico, o homem nunca deixou de viajar, de se entregar a lugares conhecidos ou não, confirmando que a base de sua constituição é o movimento.

O que é possível afirmar, no entanto, é que esses deslocamentos acontecem sempre com diferentes motivações e objetivos, principalmente considerando o período histórico e a sociedade em que esses acontecem (Urry, 1996).

Nesse sentido, com vistas a construir uma linha do tempo da trajetória das viagens/turismo e suas articulações com o patrimônio, tentei elaborar uma periodização, exposta na Figura 5, e desmembrada em figuras posteriores.

Figura 5: Linha do Tempo do Turismo e Patrimônio

Fonte: Elaborado pela autora.

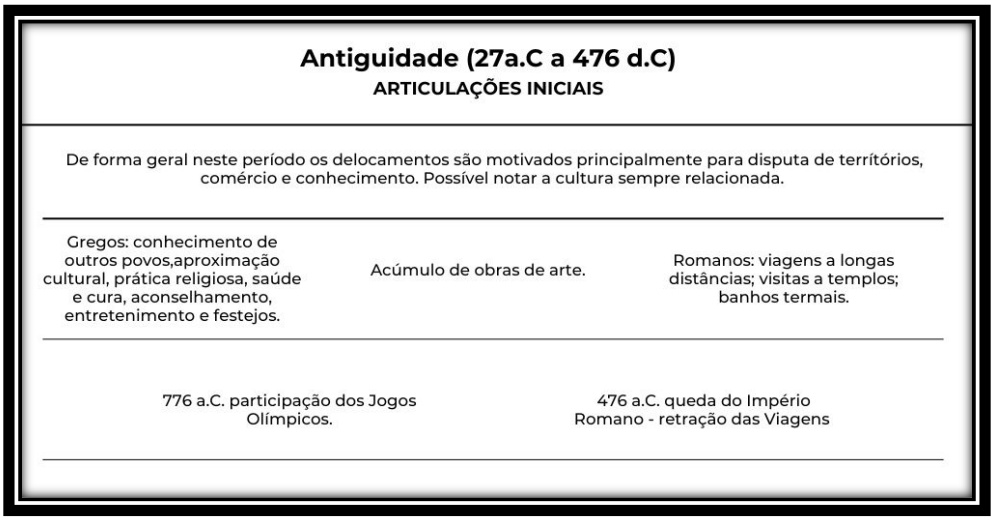
Trago como ponto inicial a Antiguidade. Neste período, o homem passou a realizar deslocamentos motivado pelo comércio, ocupação e exploração de novas terras. Grécia e Roma ganharam destaque pela organização das viagens e meios de transportes. Na Grécia antiga, o hábito das viagens também era bastante incentivado. As principais motivações para o deslocamento dos gregos eram o conhecimento de outros povos, aproximações culturais. prática religiosa, cura, aconselhamento, entretenimentos e festejos. Destaco também os Jogos Olímpicos, que tiveram início em 776 a.C (Acerenza, 2002; Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2000; Ignarra, 2003; Yashoshima e Oliveira, 2002).

Diferentes aspectos culturais sempre tiveram relação com grande parte dos deslocamentos no período. Choay (2017) complementa expondo que os gregos realizavam algumas viagens com objetivo de escavações, buscando vestígios da própria civilização grega. Esta prática chamou a atenção dos romanos, que passaram, a partir das escavações, a acumular obras de arte provenientes de territórios conquistados em batalhas. Buscavam também objetos gregos, civilização considerada superior, com a

qual os romanos queriam se assemelhar. Assim, estes objetos gregos espoliados começaram entrar no interior de algumas residências patrícias[52], até que passaram a ser expostos em espaços públicos, caracterizando uma mudança de status (Choay, 2017; Llull Peñalba, 2005).

Os romanos deram início às viagens a longas distâncias, principalmente para visita de templos, chegando a viajar 150 Km por dia. Estes deslocamentos demandaram a montagem dos primeiros pontos de apoio para trocas de cavalos e hospedarias. Os romanos desenvolveram ainda o hábito dos banhos termais e da construção de vilas em localidades próximas ao litoral ou de fontes hidrotermais (Acerenza, 2002; Ignarra, 2003).

Figura 6: Turismo e Patrimônio na Antiguidade



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Yashoshima e Oliveira (2002), com a queda do Império Romano em 476 a.C., as viagens sofreram uma retração por falta de segurança. Apenas após o ano 1000 d.C., já na Idade Média, tornaram-se mais seguras. Os autores destacam ainda que a construção de novas igrejas, principalmente na França, que se tornaram atrativos turísticos.

[52] De acordo com Natália Sheldon (2022) as residências patrícias, também conhecidas como *domus* eram casa geminadas da elite romana. A partir da organização dessas residências, a lite romana manipulava o espaço social para acomodar a vida privada. Nesse sentido, eram mais que espaços de moradia. “Eram uma interface entre a vida pública e a privada, e a casa era o principal local de negócios do cliente”.

As peregrinações religiosas também se tornaram mais comuns, bem como a utilização de mosteiros para hospedagem. A Igreja Católica cumpriu importante papel no desenvolvimento dos meios de hospedagem e do sentido de hospitalidade, visto que estimulava a prática de receber o viajante como um dever sagrado, exercido sem nenhum tipo de retorno ou interesse financeiro. O aumento do número de viajantes impossibilitou que os mosteiros e casas particulares continuassem recebendo os viajantes. Nesse momento, as tavernas passaram a oferecer serviços de hospedagem em troca de moedas, iniciando a atividade comercial da hospedagem (Acerenza, 2002; Fratucci, 2008).

Figura 7: Turismo e Patrimônio na Idade Média

Fonte: Elaborado pela autora.

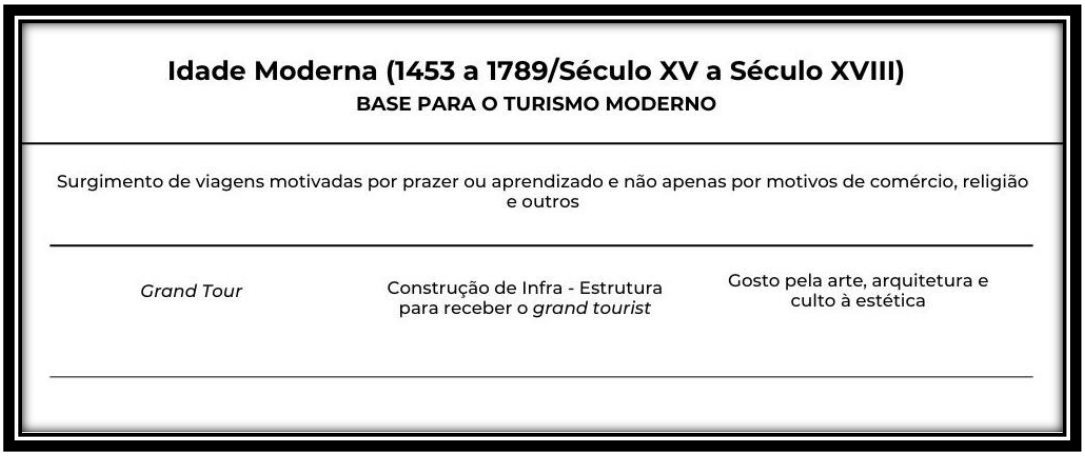
Acerenza (2002) cita que, com o fim da Idade Média e o advento do capitalismo mundial, estabelece-se as bases do turismo moderno. Inicia um estímulo às viagens como forma de educação, o *Grand Tour.* Estas viagens merecem especial atenção neste estudo, pois, além de sua grande importância para a trajetória e constituição do turismo em si, são consideradas as primeiras viagens de cunho especificamente cultural. O *Grand Tour* surgiu no século XVIII e pode ser entendido como uma imersão dos jovens europeus da elite na cultura e conhecimento de seu patrimônio cultural, como forma de complementação de sua educação, criando, assim, um capital cultural. É importante destacar o gosto pela arte e a arquitetura dos antigos, o culto à ruína e a atração de valores estéticos que estão entre a experiência destas viagens e complementavam os

valores destacados na época, Dessa forma, o *Gand Tour* pode ser considerado como um embrião do que hoje se chama como Turismo Cultural.

Autores como Acerenza (2002); Beni (2004); Fratucci (2008) e Urry (1996) afirmam que o aprimoramento do *Grand Tour* pode ser considerado o início do turismo moderno, principalmente devido ao emprego do termo turista para identificar os viajantes temporários. Acredita-se que o advento do *Grand Tour* seja bastante citado pelos autores pois, neste período, surge a percepção de uma viagem por prazer ou aprendizado e não apenas por motivos de comércio, religião e outros, como se havia registrado até então. Além do que, para atender ao *grand tourist,* é desenvolvida uma infraestrutura especializada, que sinaliza o início de serviços especializados voltados ao turismo, alimentação e hospedagem.

Paralelamente, a elite retoma seu interesse em viagens para cuidar da saúde com o surgimento dos *spas*. Até mesmo o banho de mar ficou conhecido por suas propriedades curativas que vinham acompanhadas de lazer e diversão, o que contribui para a criação dos balneários e resorts (Acerenza, 2002).

Figura 8: Turismo e Patrimônio na Idade Moderna



Fonte: Elaborado pela autora.

O final do século XVIII e o início do século XIX trouxeram mudanças na sociedade – estilo de vida e comportamento –, na indústria, no comércio e na tecnologia, que resultaram em uma expansão econômica, seguida por uma Revolução Industrial. É muito importante entender o Turismo inserido neste contexto maior da sociedade, pois todo

esse processo de mudanças trouxe as condições para que o Turismo fosse estruturado da forma como o entendemos por muitos anos. Muitos estudos sobre o turismo[53] trazem estes acontecimentos de forma mais detalhada e aprofundada. Busco expor aqui, no entanto, apenas um panorama geral, a fim de compor a linha que venho traçando.

Da mesma forma, cito a Revolução Francesa, como já exposto, como o despertar de um novo olhar sob o patrimônio e o início de políticas públicas para sua preservação. Como veremos, o entrelaçamento dos fatores que brotam destas revoluções terá grande influência na forma como o patrimônio passa a ser utilizado pelo turismo.

Assim, de forma geral, o processo conhecido como a Revolução Industrial desencadeou um contexto de mudanças econômicas, sociais e espaciais. Importante citar também o surgimento de uma classe proletariada/ classe média, que, após um processo de lutas sociais, conquistou diretos sociais de regularização do trabalho, como por exemplo: diminuição da jornada de trabalho e com isso a divisão entre o tempo de trabalho e o tempo livre, que seria dedicado a atividades de recreação e lazer. Estes fatores, aos poucos, acabaram sendo entendidos como fundamentais para o desenvolvimento do turismo.

O surgimento desta classe média trabalhadora, por sua vez, teve importância significativa para o desenvolvimento de novas formas de lazer e diferentes tipos de deslocamentos, visto que seus padrões de comportamento e gostos se diferenciavam sobremaneira da aristocracia, que até então monopolizava as viagens. O rápido avanço nos meios de transporte contribuiu decisivamente no aumento no número de pessoas que viajavam buscando descanso e prazer (Acerenza, 2002; Rejowisk, Yashoshima, Stigliano e Silveira, 2002).

A Revolução Francesa e os seus reflexos no surgimento de um conceito formalizado de patrimônio e das políticas públicas de preservação também tiveram influência na demanda turística. O reconhecimento e seleção de bens patrimoniais para serem representantes de nações fizeram surgir uma busca por estes patrimônios, o que mais tarde será caracterizado como turismo cultural.

[53] Ver Acerenza (2002); Fratucci (2008); Ignarra (2003); Rejowski, Yashoshima, Stigliano e Silveira (2002); Yashoshima e Oliveira (2002).

No ano de 1841, *Tomas Cook* organizou a primeira viagem em grupo e dessa forma, traz o conceito de viagem organizada. Apesar de todos os serviços já serem oferecidos nesta época, *Cook* os reuniu em um único “produto”, fato que contribuiu sobremaneira para que o turismo passasse a ser entendido como uma atividade comercial e para posterior consolidação de um mercado de viagens (Acerenza, 2002; Lickorish; Jenkins, 2000; Rejowsk, Yashoshima, Stigliano e Silveira, 2002).

Entre períodos de expansão e retração, o turismo foi se estabelecendo, crescendo, consolidando-se e profissionalizando-se, o que permitiu alcançar um novo estágio que será conhecido pela massificação do Turismo. O processo de ascensão do Turismo, entremeado por períodos de crise e recessão, ocorreu paralelamente “a grandes inovações tecnológicas que caracterizaram a Segunda Revolução Industrial. Mudanças de toda ordem, cada vez mais rápidas e frequentes, configuram e continuam a configurar novos cenários políticos, econômicos e socioculturais” (Rejowsk; Solha, 2002, p. 72).

O entrelaçamento de vários fatores, estejam ligados direta ou indiretamente ao turismo, contribuíram para esse cenário de massificação e “industrialização dos lazeres” (Ouriques, 2005). Ampliação do tempo livre com finais de semana, feriados e mais dias de férias remuneradas; ampliação do uso comercial da aviação; introdução de novas técnicas de marketing, específicas para o Turismo, alterando o enfoque da comercialização; e, introdução do conceito de produto turístico e, com ele, a padronização dos serviços e lugares visitados. Ao mesmo tempo, a criação de políticas públicas de bem-estar social no centro do sistema capitalista deu o suporte necessário para a expansão das viagens modernas. (Acerenza, 2002; Lickorish; Jenkins, 2000; Ouriques, 2005; Rejowsk, Yashoshima, Stigliano e Silveira, 2002).

Vitor e Santos (2011) explicam que a Revolução Industrial também deve ser analisada quando se estuda a relação entre o turismo e a cultura/patrimônio cultural. Segundo os autores, a criação dos museus aumentou o interesse pela visitação de bens que representassem “um passado” que as pessoas acreditavam ser seu. O turismo, nesse sentido, atua como uma ferramenta que auxilia na democratização do patrimônio. Além dos museus, diferentes expressões patrimoniais como monumentos, costumes, festas, celebrações, entre outros, passam a ser motivadores para visitas. Neste

momento, o patrimônio passou a ser entendido também por seu valor econômico e de uso pelo turismo (Vitor; Santos, 2011).

Além disso, de acordo com Pellicciotta e Solha (2016), a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, e a UNESCO, em 1946, como já citado, tiveram relevante papel na aproximação e integração do turismo aos propósitos de construção da paz e segurança entre os povos. No que diz respeito especificamente ao patrimônio, as autoras destacam o crescimento da preocupação e interesse por zelar por um patrimônio comum, diante de destruições e perdas em função das duas Grandes Guerras, e o interesse em usar o turismo como elemento a contribuir nesta preservação por parte destas organizações.

Leite e Caponero (2015) explicam que a preocupação com a proteção e preservação do patrimônio, que vinha se estruturando desde a Revolução Francesa, se intensificou no pós-guerras e com a criação da UNESCO. Isto, como já apontado, levou à ocorrência de diversas convenções, conferências, encontros e reuniões internacionais que deram origem a documentos – normas, recomendações, regulamentações e cartas patrimoniais. Cabe dizer que muitas delas apresentam o turismo como elemento que poderia auxiliar na proteção do patrimônio, além dos benefícios econômicos que poderia trazer para as localidades (Leite, Caponero, 2015; Pellicciotta; Solha, 2016).

Aos poucos foi se instaurando um novo modo de vida, mais intenso e mecânico. O ritmo rápido e estressante das rotinas de trabalho diárias levou as pessoas a buscarem atividades que rompessem com esse ciclo temporariamente e que contribuíssem com o descanso, relaxamento e divertimento. O **Turismo passa então a ser visto também como uma espécie de fuga do cotidiano**[54]**.** Para Urry (1996, p.17), tais práticas envolvem o conceito de ‘afastamento’, “de uma ruptura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas da vida de todos os dias, permitindo que nossos sentidos se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o cotidiano e o mundano”. Para Santos Filho (2004), nesse momento, tem-se o entendimento da dicotomia trabalho/lazer enquanto categoria mais completa e complexa, e o Turismo, enquanto forma de lazer e

[54] O Turismo é encarado como uma quebra/ruptura no cotidiano repetitivo, desgastante e maçante, o que, segundo Lefebvre (1991), se insere em uma dinâmica produtiva adequando o turismo à lógica do consumo.

fuga do cotidiano, surge como uma mercadoria com valor de uso e valor de troca, sendo entendido como uma necessidade psicológica e biológica.

Esse entendimento passa a gerar, na visão de Krippendorf (2001), uma espécie de ciclo repetitivo e permanente de necessidades. Segundo o autor, trabalhamos para sair de férias, e saímos de férias para voltar ao trabalho.

O Turismo aparece assim como uma conquista social. Neste contexto, de forma geral o aumento do tempo livre aliado aos grandes avanços tecnológicos, intensificaram o Turismo de Massa, que pode ser considerado a expressão mais marcante do turismo moderno. Urry (1996) explica que a viagem passa a ser entendida como símbolo de status social para uma parcela da população que até então não tinha oportunidades de viajar.

A viagem, que é fator base para a prática do turismo, para Hobsbawm (2012) foi transformada pela exploração capitalista. O autor afirma que, em decorrência do capitalismo industrial, surgem dois tipos de viagem de lazer: as excursões para as massas, e, o turismo, para a burguesia. Assim, as viagens, que estiveram presentes no cerne da humanidade, se tornaram fruto das melhorias nos transportes e comunicação, sem grandes preocupações com o ecossistema, com as motivações, com o local de destino ou com o turista em si.

Hintze (2020) utiliza a metáfora do contágio para explicar a forma como o Turismo acontece em um sistema capitalista. É como se o capital introjetasse seu poder “no conhecimento, na cultura, na sensibilidade e na sociabilidade dos indivíduos”. Uma vez contaminados, esses indivíduos passam a (re)produzir o capital em suas ações. Para o autor, o Turismo exemplifica exatamente essa metáfora. Gomes (2008) complementa expondo que a Revolução Industrial e a passagem para o sistema capitalista trouxeram mudanças que foram muito além de uma revolução nas formas de produção. Foram mudanças nos hábitos de consumo, que resultaram em uma atitude consumista até então desconhecida.

Essas atitudes moldaram o comportamento social, de forma geral, e o comportamento do consumo em viagens mais especificamente, e foram se adaptando às diferentes fases do capitalismo, até os dias de hoje. O turismo, em aspectos gerais,

passa a se caracterizar como uma atividade que explora de forma predadora os destinos e seus reflexos passam a ser sentidos no ecossistema.

Lash e Urry (1994) ao analisarem as relações que se estabelecem entre capitalismo, turismo e viagem explicam que cada fase do capitalismo corresponde um tipo específico de turismo e viagem. Para os autores, a transição do capitalismo liberal em meados do século XIX, para o capitalismo organizado, no século XX, é caracterizada pela passagem das viagens individuais das classes mais favorecidas para um turismo.

Figura 9: Turismo e Patrimônio no período da Revolução Industrial

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante destas mudanças sociais e de consumo tão intensas, que trazem reflexos importantes ao ecossistema, na década de 1970 é possível citar o crescimento do movimento ambientalista entre outras ações que buscaram mostrar os rumos que a sociedade estava tomando, e romper com essa lógica capitalística[55]. Estas preocupações trazem à tona os efeitos do turismo de massas em âmbitos sociais, ecológicos e culturais, influenciando na busca por formas alternativas de turismo, visando minimizar os desequilíbrios por ele causados.

Concomitantemente a estes fatores, atendendo ao crescimento mercadológico do setor, as viagens e turismo passam a ser oferecidas de forma segmentada, para atingir

[55] O movimento ambientalista busca trazer evidências de uma degradação ecossistêmica, provocada pelo modelo de desenvolvimento vigente. Teve repercussões em todas as áreas, inclusive no turismo.

cada vez mais seu público e suas características. Aos poucos vão surgindo uma enormidade de segmentos turísticos (turismo ecológico, turismo cultural, turismo rural, turismo náutico, turismo civil entre muitos outros), que tem como objetivo oferecer experiencias múltiplas de turismo.

De forma conjunta estas ações contribuíram para a aprovação da inclusão do Turismo Cultural entre os projetos a serem financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1965, e, para que a temática do Turismo Cultural fosse incorporada pela UNESCO no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), criado também em 1965. O ICOMOS em 1969 promoveu o Colóquio Proteção, Conservação e Turismo que resultou no Comitê Científico Internacional sobre Turismo Cultural (Pellicciotta; Solha, 2016).

A inclusão do Turismo Cultural ficou cada mais evidente em projetos e ações para a preservação do patrimônio. No ano de 1972, a UNESCO realiza a Convenção sobre Salvaguarda do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, evento onde são iniciadas as discussões sobre um Patrimônio da Humanidade ou Patrimônio Mundial. Como resultado deste evento, conforme já citado, foi criada a Lista do Patrimônio Mundial, instrumento que tem como objetivo reconhecer os bens de valor universal e estabelecer laços de cooperação internacional para sua conservação (Pellicciotta; Solha, 2016). A partir daí a UNESCO passa a ser grande incentivadora do desenvolvimento do turismo em cidades que possuem patrimônios mundiais, contribuindo para uma repercussão internacional destes locais.

Apesar de, no ano de 1976, o ICOMOS criar a Carta do Turismo Cultural, onde apresentou ressalvas ao desenvolvimento do turismo, referindo-se especificamente à massificação de locais e da visitação aos patrimônios, com as primeiras inscrições na Lista do Patrimônio, a partir da década de 1980, assistimos a ampliação do discurso sobre o uso turístico e a autossustentabilidade dos bens.

Sobre isso, Peixoto (2002) evidencia uma “corrida ao status de patrimônio mundial”. De alguma forma o turismo, segundo o autor, relaciona-se com este processo, visto que, no final da década de 1980, existe um aumento significativo no número de patrimônios mundiais em algumas cidades europeias, onde, estrategicamente, estão localizados os principais destinos de turismo patrimonial e histórico. “A mudança de

identidade simbólica provocada pela obtenção deste status funciona como uma bandeira que é agitada para atuar como imagem de marca de lugares que procuram tornar-se mais competitivos, sobretudo ao nível da captação dos fluxos turísticos histórico e patrimonial" (Peixoto, 2022, p. 27).

Através de uma análise mais detalhada, o autor expõe uma relação direta entre o número de patrimônios mundiais e o número de visitantes que o país recebe[56]. Apenas com o objetivo de ilustrar o exposto, cito alguns exemplos dados pelo autor. A França no período entre 1990 e 2001, ocupava o primeiro lugar como destino turístico e terceiro lugar na lista de patrimônio mundiais. No mesmo período a Espanha, país com maior número de patrimônio mundiais, se encontrava em segundo lugar como destino mais procurado.

Para Choay (2011) isso reflete uma inversão nos valores. O valor social muitas vezes perde seu lugar para o valor econômico e, os patrimônios são transformados em produtos para o consumo cultural e turístico, que se beneficiam da imagem e status patrimonial simbólico. Nesse sentido, parece que a lógica capitalista que se instala no desenvolvimento do turismo, se apropria também das políticas de preservação do patrimônio. Não poderia ser diferente, então, quando o assunto é a articulação entre turismo e patrimônio. O que noto também é que existe uma tendência de esses movimentos serem estendidos a contextos menores. Quer dizer, locais que possuem bens que passam a garantir seu status de patrimônio oficial em âmbito nacional, por exemplo, reaplicam o mesmo movimento de utilizar esse status como imagem/marca para atrair visitantes.

Concordando com os autores pesquisados para elaboração deste referencial, acredito que apenas o status de patrimônio, seja ele mundial ou nacional, por si só, não seria suficiente para gerar esses fluxos turísticos. Existe, na verdade, um movimento por parte dos órgãos de preservação, em apoiar o Turismo. Os Estados e administrações púbicas municipais, por sua vez, passaram a utilizar o título de patrimônio como distinção

[56] Peixoto (2002) expões dados quantitativos em tabelas e traz análises sobre o cruzamento destes dados que indicam o aumento do uso turístico nos países com mais patrimônios mundiais, e também a diminuição do uso turístico em países com menos patrimônios mundiais. A relação inversa também é exposta: o aumento de bens mundiais em países com maior fluxo turístico. Ver Peixoto, Paulo. A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas – Revista Científica de Turismo.** Ano 1, n 1, julho, 2002.

simbólica para reforçar a atratividade local. Essa imagem passou a ser veiculada fortemente pelas campanhas publicitárias, criando um imaginário acerca destas cidades.

Com essa segmentação do turismo e o turismo cultural sendo visto como uma alternativa ao desenvolvimento predatório, é possível notar um movimento ainda mais forte por parte dos órgãos de gestão e preservação do patrimônio, entre eles a UNESCO, em dar maior evidência à aproximação entre o turismo e o patrimônio. De acordo com Steinke, Sossai e Coelho (2018), esta relação, em primeiro momento, foi considerada benéfica para todos – Estados, UNESCO, empresários, comunidades residentes, entre outros. Porém, seguindo a lógica desenvolvimentista, esse movimento trouxe reflexos que passaram a ser considerados. No ano de 1976, o ICOMOS, elaborou a Carta de Turismo Cultural, onde expos, de forma clara, algumas ressalvas ao uso do patrimônio pelo turismo. Estas ressalvas se relacionam principalmente à possível massificação e seus efeitos sobre os locais e patrimônios, e à redução do patrimônio a um mero atrativo turístico.

Assim, em coerência com a trajetória de mutações sentidas na forma de se fazer e entender o turismo, também estes eventos trouxeram mudanças no uso do patrimônio pelo turismo. Percebo, dessa forma, os entrelaçamentos existentes entre o desenvolvimento do turismo e as mudanças no entendimento do patrimônio, e, consequentemente, na forma como o turismo se utiliza do patrimônio. Além disso, é notável também que existe um entrelaçamento maior destes fatores ao aprofundamento do sistema capitalista e às diferentes formas de consumo trazidas com ele.

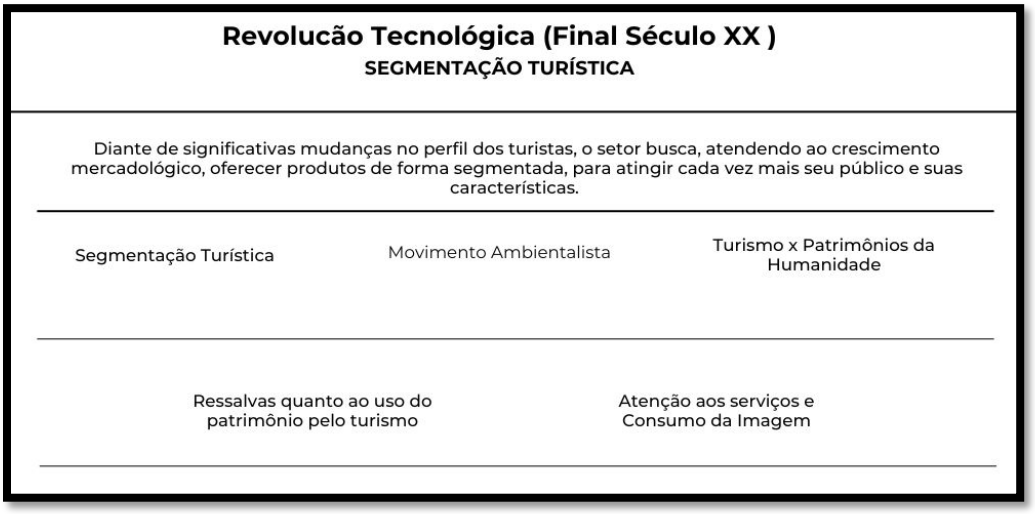
Segundo Lash e Urry (1994), essa é a nova fase de transição do capitalismo, ao qual chamam de capitalismo desorganizado. Nessa fase, o consumo envolve os serviços (produção não material) e o consumo de imagens.

Nesse quadro de segmentação da oferta e da procura turística, na segunda metade do século XX, o Turismo Cultural ganhou ainda mais destaque. Fortuna (1999) explica que houve um aumento pela procura por recursos culturais e patrimoniais, eventos culturais, espaços dotados de elevado valor patrimonial e simbólico, centros históricos entre outros. Aliado a isto, o autor também pontua um avanço em políticas de “revitalização” de paisagens urbanas e/ou culturais. Nesse sentido, a cidade passou a ser vista como um espaço de consumo, uma imagem a ser mostrada aos visitantes.

Peixoto (2002) complementa que as cidades também passam a ser invadidas – antes eram apenas o litoral, campo e montanhas – pelos intensos fluxos turísticos, consolidando o processo de massificação. O patrimônio nesse sentido, torna-se um atrativo mais procurado, solidificando um mercado turístico – infraestrutura para atender a demanda – fator que intensifica ainda mais os efeitos sentidos pelo desenvolvimento do turismo.

Em resumo, pensando em um fluxo contínuo e simultâneo de fatores, o grande avanço tecnológico, o processo de globalização e a rapidez nas comunicações trouxeram grandes reflexos no cotidiano da sociedade e, por sua vez, no turismo (Rejowisk; Solha, 2002). São fatores que alteraram profundamente as características da demanda, dos serviços e dos equipamentos turísticos. Frente a um mercado cada vez mais competitivo, consumidores mais exigentes e mais autônomos, com maior acesso à informação, acentua-se a segmentação ou diferenciação dos produtos/serviços.

Figura 10: Turismo e Patrimônio no período da Revolução Tecnológica



Fonte: Elaborado pela autora.

Novas concepções em relação aos conceitos de tempo e espaço também devem ser consideradas. Diante dos processos de globalização, o significado de lugar enquanto categoria geográfica se apresenta incerto. Os fenômenos globais influenciam o entendimento do local, visto que não se pode analisar o local sem o global e vice e versa, sendo que local e global acabam por formar um par dialético, que se opõem ao mesmo tempo que se complementam.

Fortuna e Ferreira (1996) ainda apontam a “cultura visual” como intimamente associada à expansão do consumo e o que está na base da “sociedade do espetáculo”[57] e da esteticização da vida cotidiana, sendo o turismo uma das esferas onde estas associações aparecem de forma bastante marcada. Contribuindo para esta ideia, Ourique (2005) diz que o turismo “cria” imagens de locais que serão consumidas.

> No turismo o fetichismo da mercadoria é potencializado. A natureza (vamos dizer a paisagem natural) parece ser dotada, intrinsicamente, de finalidade turística. Isto é, praias e montanhas (por exemplo) acabam se transformando, ‘naturalmente’, em objetos de consumo turístico. Os bens culturais modificam e metamorfoseiam-se em mercadorias ‘turísticas’ pelo simples fato de serem prédios antigos, castelos, praças, fortes e presídios. Não é por possuírem essa forma que são apropriados pelo turismo. São apropriados pelo turismo, porque foi construída, socialmente, a ideia de que esses são objetos passíveis de ser consumidos turisticamente por meio de visitas rápidas e filmados e fotografados para serem mostrados (Ourique, 2005, p. 60-61).

Além de uma imagem a ser consumida e mostrada, estes aspectos evidenciam uma problemática do momento atual que pode ser entendida pelo esvaziamento do conceito de cultura e patrimônio de seus aspectos identitários e simbólicos. Características que sustentam os patrimônios como suas significações e singularidades perdem valor diante de uma exacerbada atenção aos valores globais de uma cultura estética, em prol do mercantilismo da cultura e do patrimônio.

> A preservação do patrimônio cultural urbano passa a ter de, ao mesmo tempo, manter a especificidade cultural local e se manter dentro de um padrão global, visando ao turismo internacional. O que provoca uma estandartização das áreas urbanas preservadas, uma dissolução da especificidade local em prol da padronização de imagens turísticas para serem consumidas globalmente (Jacques, 2008, p. 36).

De forma geral, é um período caracterizado por uma sociedade pluralista em relação ao consumo massivo de imagens e estereótipos, que são cada vez mais e de mais formas, produzidos e incorporados a vida cotidiana. Os produtos e serviços

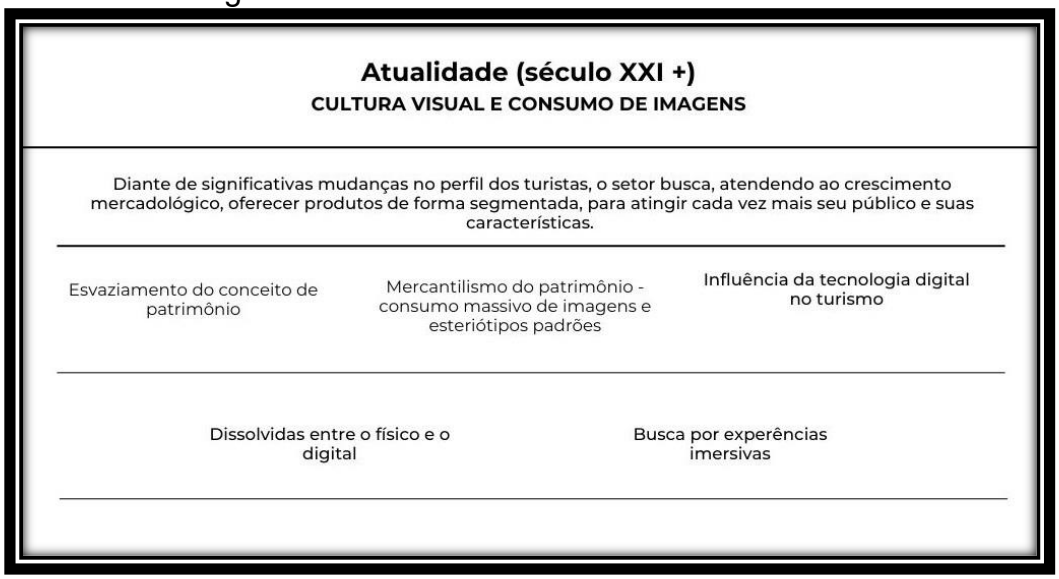
[57] A sociedade do espetáculo é um conceito que se refere a uma fase da sociedade capitalista, onde a aparência e a mercadoria se tornaram mais valorizadas nas relações sociais. O pensador francês Guy Debbord, em 1967, lançou sua obra “A sociedade do espetáculo”. Considerada uma das obras mais influentes no campo da teoria crítica, traz uma análise profunda “à sociedade do consumo e à cultura do espetáculo, destacando como esses fenômenos contribuem para a alienação e a perda de autenticidade nas relações” (Rodrigues, Samara, 2024, s/p).

expressos pelo universo midiático ganham alcance global e se disseminam com facilidade pelas mais diferentes áreas e segmentos econômicos, e, entre eles, o turismo.

Alves (2025) complementa que a tecnologia digital se torna componente onipresente e transformador do ecossistema turístico. As fronteiras entre o físico e o digital são dissolvidas, e a experiência se torna uma mescla entre elementos humanos e não humanos. O turista busca papel ativo nas viagens, e demonstra interesse por experiências mais imersivas e memoráveis.

> O paradoxo desta era constitui sua principal crítica: a tecnologia, que promete personalização e liberdade, pode também levar à conformidade algorítmica e à distração digital; a busca por autenticidade coexiste com a pressão por uma performance "instagramável"; e a eficiência tecnológica pode ocorrer em detrimento da conexão humana" (Alves, 2025, p.10).

Figura 11: Turismo e Patrimônio na Atualidade



Fonte: Elaborado pela autora.

O século XXI inicia trazendo grandes desafios. Grandes mudanças no contexto político, econômico, social, cultural e ambiental. Como diz Baptista (2021b, p.2366) "É preciso reconhecer que há uma nova ordem de circulação de cultura e de conhecimentos em nível mundial. Uma ordem em desordem, pode-se dizer, não pautada pela ordem propriamente dita, mas pela caosmose". Tecnologias, muitas informações, novo entendimento do tempo e do espaço, um consumismo exacerbado, o culto à imagem, as redes sociais. Paralelo a isso, pobreza, fome, destruições, desmatamentos, tragédias

naturais, Pandemia COVID-19, guerras mostram a fragilidade em que nos encontramos. Uma sociedade marcada pela efemeridade, pelo individualismo, com relações superficiais e vulneráveis onde o mundo virtual se apropria das relações sociais. São acontecimentos que trazem consequências catastróficas ao ecossistema e evidenciam a necessidade de mudanças.

Este contexto geral traz grandes influências no desenvolvimento do Turismo. O recuo histórico aqui apresentado evidenciou a forma como o turismo se consolidou a partir de uma lógica desenvolvimentista, predadora e cruel. Pode-se dizer o mesmo sobre a relação entre o turismo e o patrimônio. A busca é pelos altos índices econômicos trazidos pelo turismo, trazidos às custas de aversão ao Turismo e aos turistas; destruição de comunidades, seja pela sua cultura e patrimônios, seja pelo meio ambiente – apagamento de singularidades locais, precarização do trabalho entre muitos outros reflexos desse modelo. Assim, faço eco as indagações apontadas por Baptista (2023)[58], que nos convida a pensar em uma Ecosofia do Turismo: "que turismo vamos continuar produzindo, ensinando, construindo cientificamente? O que queremos com nossas produções e como podemos fazê-las amorosas, eticamente responsáveis e agenciadoras de potência de (auto)transpoiese?" (Baptista, 2023, p. 16).

Em coerência com o exposto, a presente tese busca contribuir para (re)pensar o Turismo. Um Turismo que se paute no respeito ao todo, no cuidado. Um turismo ético, amoroso.

5.1.1 Andanças Históricas do Turismo e Patrimônio no Brasil

Da mesma forma como na Europa o fenômeno do Turismo no Brasil não é recente. Pelo contrário, o Turismo tem evoluído, com maior ou menor intensidade, acompanhando mudanças sociais, econômicas, culturais e tecnológicas. No entanto, não existe um aprofundamento dos estudos que trazem essa trajetória, havendo pontos que se destacam mais.

[58] Baptista (2023) traz estas reflexões com base em Edgar Morin (2020), "É hora de mudarmos de via. As Lições do Coronavírus" e em Humberto Maturana e Ximena Dávila, "Revolução Reflexiva"(2021). Livros que instigam pensar sobre nossa conduta no universo, e a necessidade de mudanças.

Para Santos Filho (2004), isso acontece, pois a história do Turismo Mundial foi escrita por meio de uma lógica determinada no interior das relações de produção que privilegia o Ocidente. Hoje, é possível dizer que vem surgindo novos estudos que procuram interpretar a dinâmica do turismo brasileiro à luz de sua condição periférica no capitalismo mundial; porém, ainda assim, nota-se que o referencial sobre a trajetória do turismo na Europa é muito mais desenvolvido - quantitativa e qualitativamente – que o referencial dessa trajetória no Brasil.

Atendendo aos objetivos deste estudo, que não tem pretensões de esgotar a trilha de dados históricos busco pontuar aspectos sobre processo histórico da construção do Turismo no Brasil. Julgo de extrema importância expor acontecimentos relacionados ao turismo nacional, para subsidiar reflexões que serão desenvolvidas posteriormente.

Seguindo a lógica do tópico anterior, optei por entrelaçar a trajetória do turismo com o patrimônio. Esse entrelace aparece muitas vezes em documentos, regulamentações, projetos entre outros. Assim como mencionei no tópico anterior, não tenho a pretensão de elencar todos os documentos, mas sim de tentar trazer alguns que possibilitam entender a forma como essa articulação aconteceu e seus reflexos.

Autores como Camargo (2007) e Solha (2002) afirmam que existe uma história do Turismo, antes do Turismo, ou seja, antes da consolidação de um Turismo organizado, que, no Brasil, surgiu apenas no século XX. Esses autores falam sobre um proto-turismo, citam a presença e prestígio da Família Imperial que transformou lugares com funções terapêuticas, motivo de atração para viagens.

Com o avanço da discussão sobre a regulamentação de férias e as primeiras legislações na década de 1930, alguns trabalhadores urbanos passaram a dispor de um tempo livre que poderia ser, a exemplo da Europa, utilizado para o turismo. A partir desse olhar para o tempo livre, é possível citar outros fatores que contribuíram para que o turismo no Brasil começasse a despontar: as primeiras legislações trabalhistas em 1943; o turismo internacional em expansão após o fim da Segunda Guerra Mundial; a abertura de rodovias em grande parte do território brasileiro; êxodo rural e uma urbanização crescente que passou a absorver a mão de obra até então rural; e o crescente desenvolvimento dos transportes aéreos comerciais (Aguiar, 2016). Ainda assim, apenas na década de 1950 o Turismo deu sinais de expansão.

A intervenção estatal começou a aparecer tanto na criação de órgãos e instituições normativas, como na produção do espaço. A hotelaria já se apresentava de forma razoável nas principais capitais do país. Companhias aéreas aumentaram suas frotas. Agências de viagens começaram a se organizar (Müller; Hallal; Ramos; Garcia, 2011; Solha, 2002).

No que diz respeito ao patrimônio, desde os primeiros anos de funcionamento do SPHAN, já é possível observar ações que articulam o turismo e a preservação dos conjuntos urbanos tombados. Mesmo com um mercado turístico bastante inicial, o SPHAN apoiou e incentivou a construção de hotéis, a abertura de museus e publicação de guias turísticos, desde 1938, a fim de evidenciar estes bens. A ideia principal seria preparar as cidades para receber o turismo. Nesse sentido, cita-se a cidade de Ouro Preto como uma das primeiras detentoras de bens tombados que busca se adequar a essa realidade. Aliado aos valores históricos e simbólicos que o turismo buscava difundir nestas cidades, tem-se também um caráter educacional ou pedagógico. No entanto, o que se percebe é que existia grande interesse nos resultados econômicos que o turismo poderia trazer (Aguiar, 2016).

Em meados da década de 1960, entrou em pauta a necessidade de diretrizes e de uma Política Nacional de Turismo. Em meio a estes debates nasce em 1966 foi criada a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), e uma ano mais tarde a Política Nacional de Turismo (PLANTUR) (Müller, Hallal, Ramos, Garcia, 2011; Solha, 2002). Essas ações em conjunto visavam coordenar e regulamentar o desenvolvimento do turismo no país, além de trabalhar com vistas a melhorar a imagem do Brasil no exterior que se encontrava abalada pelo Golpe Militar e violências cometidas desde então (Aguiar, 2016; Leite, Caponero, 2015).

Nesse período, observa-se também o amadurecimento de um mercado cultural, que, na visão de Ortiz (2005), se relaciona à consolidação do capitalismo tardio no Brasil, e une uma industrialização e um mercado de produtos culturais materiais. Percebendo uma aproximação entre IPHAN, Embratur e Unesco, o Brasil se iguala ao restante do mundo, na busca da preservação patrimonial, vinculando o turismo como elemento capaz de proporcionar a promoção destes bens, vantagens econômicas, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural.

Leite e Caponero (2015) reforçam que o turismo pode ser entendido como a porta de acesso do Brasil à UNESCO, quando a partir de um acordo de cooperação técnica entre IPHAN e Unesco, *Michel Parent*, perito da Unesco, foi convidado a visitar o país, a fim de auxiliar na elaboração de projetos e programas de proteção do patrimônio e de desenvolvimento do turismo nos locais de interesse histórico. Para os autores, apesar de vislumbrar a assistência técnica e financeira que a UNESCO poderia fornecer, "o interesse pairava muito mais no intuito de conseguir ajuda financeira do que numa real articulação e consolidação entre o patrimônio e o turismo" (Leite, Caponero, 2015, p. 14).

Apesar de o relacionamento entre a UNESCO e os órgãos no Brasil serem anteriores à vinda de *Parent,* muito se fala sobre este acontecimento em específico. *Michel Parent* esteve no Brasil entre 24 de novembro de 1966 a 8 de janeiro de 1967 e de 19 de abril a 1.º de junho de 1967. Apesar de seu objetivo se relacionar a estudar as possibilidades de desenvolvimento do Turismo Cultural, as cidades visitadas se limitaram àquelas apresentadas pelo órgão de preservação – ou seja, com patrimônios tombados. Os relatórios do perito sinalizavam grandes condições de o país ultrapassar o discurso de país tropical, que já vinha sendo propagado, e oferecer ao mundo todo seu repertório cultural, expresso pelos seus monumentos e cidades históricas e sua vida cultural rica e complexa – resultado da união de uma herança negra, indígena e europeia (Aguiar, 2016; Ferez, 2023; Leite e Caponero, 2015). Segundo Aguiar (2016), a UNESCO apostou na expansão do turismo no Brasil como solução para sua conservação e o desenvolvimento, apoiada nos exemplos das cidades europeias.

No início da década de 1970, o Brasil vivia o chamado "milagre econômico" com muitos investimentos do exterior, baixa inflação com a classe média e os comerciantes esperançosos com os negócios e a economia como um todo. Aos poucos, o turismo foi despontando e os resultados passaram a ficar evidentes. Grupos de investidores nacionais e internacionais foram atraídos a investirem no setor, além de transportadoras e operadoras europeias, americanas e orientais. Essa estratégia permitiu o início da tímida inserção do Brasil no mercado internacional. Instalaram-se aqui renomadas redes hoteleiras internacionais: a *Hilton* (1975), *Holiday Inn* (1975), *Sheraton* (1974), *Méridien* (1975), *Novotel* (1976) e *Club Méditerrannée* (1977), redes que evidenciam um perfil de

hotéis de luxo, pouco compatível com a demanda interna (Endres; Pakman, 2018; Solha, 2002).

Rejowsk (1996) e Barretto, Tamanini e Silva (2004) mostram que a década de 1970 também foi bastante produtiva, no que diz respeito ao início dos estudos em Turismo. Surgiram os primeiros cursos superiores em Turismo e iniciaram-se os primeiros eventos científicos na área.

De acordo com Aguiar (2016), no ano de 1973 é que se consolida a primeira ação conjunta entre Embratur e IPHAN, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que teve início no Nordeste. O principal objetivo desse programa era a recuperação de conjuntos urbanos e monumentos para uma utilização turística. O programa "[...]seria uma forma de atrair investimentos e valorizar pequenas cidades ou mesmo bairros de grandes cidades até então marginais dentro do processo de acumulação capitalista brasileiro, então com grandes índices de crescimento [...]" (Aguiar, 2016, p.141). Para Chuva e Lavinas (2016), o turismo era primordial para se alcançar os objetivos desse programa, visto que, em teoria poderia aliar desenvolvimento e preservação.

Em dezembro ano de 1977, fruto do estímulo na articulação entre o turismo e o patrimônio e do significativo aumento do turismo em cidades com bens patrimoniais, surgiu uma nova terminologia que trouxe consigo uma série de mudanças nas regulamentações específicas sobre a preservação cultural - Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico[59]. De acordo com Aguiar (2016), esta terminologia foi responsável por mudar toda uma narrativa sobre a nação, a partir da eleição de lugares de memória que deveriam ser preservados, quando de interesse turístico. Ainda no ano de 1977 ocorre a expansão do PCH para cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espiríto Santo.

Nessa linha de pensamento, é possível citar também a criação do Inventário da Oferta Turística e a Identificação do Espaço Turístico, no ano de 1979. Este documento possibilitaria direcionar as ações de planejamento turístico em níveis nacional, regional e municipal com a identificação, preservação e divulgação da oferta turística. A Embratur

[59] Consideram-se de interesse turístico as Áreas Especiais e os Locais instituídos na forma da presente Lei, assim como os bens de valor cultural e natural, protegidos por legislação específica. (Brasil, 1977). Lei revogada pela Lei nº 14.978, de 2024

ainda passa a ser responsável por definir quais bens naturais e culturais deveriam ser preservados e utilizados como atrativos turísticos. No que diz respeito aos bens culturais, tomou como base inventários elaborados pelo IPHAN. Aguiar (2016) explica que o termo “patrimônio turístico”, nos documentos e regulamentações da Embratur, passou a substituir o conceito de patrimônio cultural ou mesmo de patrimônio histórico e artístico nacional. “Tal mudança sinalizava uma distinta concepção não só sobre a definição dos bens culturais preservados, mas, principalmente, de sua utilização” (Aguiar, 2016, p. 146). Segundo a autora, a preservação destes bens patrimoniais ficou submetida à lógica desenvolvimentista do turismo.

Em uma breve análise do exposto, com base nos autores referidos, fica claro que a utilização do patrimônio pelo turismo no Brasil toma rumos muito semelhantes aos do continente europeu. O turismo foi sendo construído por uma lógica exploradora, desenvolvimentista, apoiada em discursos de crescimento econômico. Da mesma forma surgiu o entrelace entre o turismo e o patrimônio: um discurso preservacionista, de manutenção e proteção do patrimônio e contribuição as comunidades locais através do turismo, que esconde interesses econômicos muito maiores.

Em aspectos gerais, o turismo passa a ser defendido como uma atividade capaz de gerar recursos para a balança comercial, assumindo grande destaque com a entrada de dólares que permitiu a manutenção de um modelo econômico baseado no capital internacional (Aguiar, 2016).

Corroborando, Gomes (2008) fala sobre um movimento que tem início por volta de 1980 e se intensifica diante desta realidade atual. Cidades, muitas vezes, passam a ser valorizadas com fins turísticos e recreativos, e não mais como local de sociabilidade, produção contínua de vida. Nesse processo, é associado um valor de mercado aos espaços, e estes passam a ser vistos como produtos. Esta lógica recai também sobre a cultura e o patrimônio locais. A autora acrescenta que, sob o aspecto estritamente econômico, o turismo possibilita que o patrimônio seja utilizado mercadologicamente podendo trazer uma revalorização da economia. Entendemos, no entanto, que a utilização do patrimônio pelo turismo deve ser analisada em todos os seus aspectos, e não apenas se limitar ao econômico.

Ainda na década de 1980, apesar de uma estagnação no setor, a aviação continuou se expandindo e é possível citar a implantação dos primeiros Megaprojetos Turísticos no Nordeste.

> [...] dadas as condições geográficas semelhantes às do Caribe e ao usufruto do segmento sol e mar, estas orientações se expressaram a partir da chamada Política de Megaprojetos, caracterizada por um conjunto de ações semelhantes praticadas por cinco dos nove estados nordestinos a partir do final da década de 70, que perduraram por toda a década de 80 e com resquícios ainda na de 1990. Ela surgiu com o objetivo de desenvolver o turismo na região por meio da implementação de megaempreendimentos turísticos ou, de forma mais específica, megaprojetos hoteleiros (Endres; Pakman, 2018, p.17).

Endres e Pakman (2018), avaliando as características dessa política, citam a priorização da infraestrutura hoteleira; orientação para a captação de uma demanda internacional, seguindo o modelo europeu de urbanização turística; a ocupação de extensos trechos das costas, muitas vezes privatizados e apoiados em um discurso preservacionista que acaba por desfavorecer as comunidades ali instaladas, bem como áreas interioranas; e, a não participação da comunidade em sua implantação. Essas ações são condizentes com o contexto político, econômico e social mais amplo do período, que deixa clara a lógica desenvolvimentista do turismo, que citei acima, e a reprodução de padrões externos de comportamento.

Na década de 1990, o Turismo começou a conquistar novos posicionamentos, como o uso da informação, o incentivo à formação específica, a busca por inovações, qualidade do serviço, a imagem do destino, a sustentabilidade entre outros itens. Da mesma forma como se notou no Turismo Internacional, esses elementos acrescentaram ao Turismo uma preocupação com a subjetividade; uma segmentação da demanda e consequentemente da oferta; uso de tecnologias integradas; e grande competitividade. Análogo ao modelo de Estado neoliberal que se estabeleceu no país, aconteceram mutações no arranjo embrionário do Turismo das décadas anteriores, para um escopo de maior alcance. Percebe-se a centralização do seu aspecto econômico, marcado por um forte pragmatismo que resulta em uma visão simplista do fenômeno (Maranhão, 2017).

Neste contexto de mudanças, as cidades e seus patrimônios são inseridos de forma mais ampla e efetiva em uma lógica comercial e estética e sucumbem à noção de cidade-espetáculo (Canclini, 2008). A imagem dos locais é construída a partir de características padronizadas e mercadologicamente aceitas (às vezes utilizando suas singularidades), e passa a ser veiculada como marca para o marketing turístico.

Este período também é marcado por um enfoque maior no desenvolvimento de políticas e programas, caracterizando uma preocupação da esfera pública e da ação governamental para o setor. Entre eles destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (1991); Programa de Municipalização do Turismo - PNMT (1994). Já na década de 2000, um dos fatos mais representativos para o Turismo Brasileiro, foi a criação do Ministério do Turismo (2003), que impulsionou o Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas (2003 – 2007). O Plano Nacional previa, a partir do PNMT a regionalização do Turismo com a criação do Programa de Regionalização do Turismo – PRT, roteiros do Brasil (2004). A partir deste momento, outros Planos e Programas foram desenvolvidos ao longo dos anos. Não cabe a este estudo citar e analisar cada um deles. A menção deste conteúdo, contribui para evidenciar o início de uma atuação pública mais efetiva no setor, que também é marcada por mutações e altos e baixos, seguindo o contexto mais amplo em que está inserido.

Da mesma forma como no contexto mundial, o turismo no Brasil foi marcado por uma massificação e conceitos como os de gentrificação e turismofobia passaram a ser utilizados em estudos sobre destinos brasileiros.[60]A influência do movimento ambientalista também se fez presente no Brasil, e enfoques como o comunitário e o sustentável tendem a integrar os estudos e as ações do setor.

[60] Alguns exemplos de estudos que tratam sobre estes temos podem ser citados: Beni (2020) traz conceitos de saturação e rejeição ao turismo unidos aos conceitos de *overtourism* e turismofobia em destinos turísticos no Brasil. Segundo o autor, são desafios a serem considerados e que t6em incidência na última década. Conceição (2020) explica que representações estereotipadas podem criar confrontos à atividade configurando-se como turismofobia. Para o autor, turismofobia estaria associada a fetichização e a espetacularização envolta na atividade turística. Marques, Xavier e Guedes (2025) analisam a relação entre o conceito de gentrificação e o desenvolvimento do turismo em Pirenópolis, no estado de Goiás (GO). Paes (2017) evidencia ações para a preservação de sítios históricos urbanos no Brasil serviram de âncora para um refuncionalização turística e ascensão econômica de algumas cidades, ocasionando o processo de gentrificação.

Coerente ao contexto mundial, as mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais também são sentidas no Brasil e, por sua vez influenciam no desenvolvimento do turismo. Problemas de ordem global que, como já exposto, sinalizam a necessidade de mudanças. Crises que evidenciam que o modelo de desenvolvimento no qual estamos inseridos está levando o ecossistema ao colapso. Tudo isso confirma que novos rumos devem ser tomados. Especificamente para o Turismo, esta tese se preocupa com novas formas para o saber e fazer turístico que envolvem a responsabilidade ecossistêmica, pautados em um planejamento ético, ecológico que busque o equilíbrio, respeitando as singularidades locais, os moradores, a cidade.

Nesse sentido, busco refletir sobre o uso do patrimônio pelo turismo. Frente a um processo de globalização, o binômio cidade e patrimônio – envolvendo aqui diversos aspectos culturais – vem se configurando em um segmento turístico com grande poder de atratividade. É preciso, contudo, entender as nuances no interior – aquelas que não ficam tão evidentes ao primeiro olhar- dessa relação.

5.2 USO DO PATRIMÔNIO PELO TURISMO

No exposto até aqui, fica clara a construção que se dá ao longo dos anos de um entrelaçamento profundo entre o turismo e o patrimônio. Tendo demonstrado de forma breve como se deu essa construção em uma linha do tempo, sinto-me encorajada a desenvolver uma análise um pouco mais aprofundada das características desse entrelace. Para tanto, esclareço que, para este estudo, busco não me apoiar em terminologias e segmentações que possam se apresentar de forma parcial e reducionistas.

É bastante comum depararmos-nos com diferentes nomenclaturas dadas ao fazer turismo que demonstre o interesse na cultura, e consequentemente no patrimônio cultural. Posso citar, nesse sentido a denominação de turismo cultural como o principal segmento que tem no patrimônio seu principal atrativo; no entanto, outros segmentos também se relacionam com a cultura e o patrimônio dos destinos, entre eles o turismo étnico, o turismo histórico, o próprio turismo patrimonial, entre vários outros. Expondo uma visão um pouco diferente, Dias (2006) explica sobre o turismo cultural e menciona

haver segmentos de turismo que se encaixam no turismo cultural, categorizados a partir dos atrativos. Para o autor então, o turismo étnico, turismo histórico são segmentos do turismo cultural. Além deste acrescenta: turismo gastronômico, turismo ferroviário, turismo arqueológico, turismo paleontológico entre outros. O que percebo, no geral, é que, independentemente da terminologia ou categorização utilizada, o principal é que a cultura e o patrimônio são elementos motivadores para viagens – sejam eles primários ou não. Posso dizer, então, que minha intenção é a análise desta relação.

Dessa forma, o foco deste estudo é voltar o olhar para a forma como o turismo se apropria do patrimônio enquanto recurso/atrativo para o seu desenvolvimento. Tendo como base a orientação teórico epistemológica já apresentada, acredito que é possível apresentar uma investigação mais ampla, que contemple, de forma geral, as relações que se estabelecem entre o turismo e o patrimônio, independentemente das diferentes nomenclaturas que possam ser utilizadas. Desse modo avancei no sentido de analisar o turismo de forma ecossistêmica e complexa, evitando compartimentalizações que possam reduzir o conhecimento e as ações que direcionam um novo saber fazer no turismo.

Além deste fator, conforme mostra Caroso e Rodrigues (1998), o rótulo de atividade sustentável ou alternativa, representado pelos diversos segmentos voltados a cultura e patrimônio local, tem, muitas vezes, servido como disfarce para reforçar um sistema de exploração econômica e de desestruturação cultural. Do ponto de vista de Fortuna, Gomes, Ferreira, Abreu e Peixoto (2013), na atualidade, o turismo comporta uma grande variedade de contextos espaço temporais, onde categorizações e segmentações podem ser pouco esclarecedoras de sua natureza e motivações, além de apresentarem limitações conceituais por estarem muito presas a critérios de divisões.

É preciso ressaltar que, não tenho o propósito de estabelecer uma crítica ao ponto de vista dos autores que trabalham nesta linha de análise, até porque muitos autores citados nesse referencial se caracterizam como tal. O ponto principal, a meu ver, está em não me ater a uma ou outra categorização e sim me preocupar com a análise como um todo, sendo possível dessa forma ampliar o olhar sobre o fenômeno turístico de forma ecossistêmica e complexa, como já dito. Nesse contexto, é necessário então, um aprofundamento sobre a forma como o turismo se utiliza do patrimônio das localidades

e entender um pouco mais essa relação, mais do que se preocupar com o nome a ela atribuído. A partir desta lógica é que o presente tópico foi elaborado.

Até o momento tentei evidenciar que o turismo e a cultura – patrimônio - sempre foram áreas convergentes. Desde os primórdios das viagens, percebe-se as relações culturais estabelecidas entre os viajantes. Relações que foram se complexificando, aperfeiçoando, intensificando, e muitas vezes sendo mercantilizadas.

É muito comum encontrar autores que defendem novos usos sendo atribuídos ao patrimônio[61], principalmente o edificado, como forma de contribuir com sua preservação e conservação, destacando o uso turístico. Acredito que quando um patrimônio, no processo contínuo de transformações da sociedade, perde suas funções originais e não mais é utilizado, com o passar do tempo pode acabar afastado da dinâmica social da cidade, e, consequentemente seus valores podem se perder no tempo. Dar novos usos ao patrimônio pode contribuir com sua inserção na vida cotidiana e contribuir para que ele acompanhe as mutações da cidade, estando próximo aos moradores. Essa dinamicidade contribui com a atribuição de diferentes sentidos, valores e afetivações de acordo com os diferentes contextos e diferentes usos pelos quais àquele bem passou.

Sobre essa discussão, Canclini (1999) traz uma observação importante. Para o autor, a postura conservacionista que se coloca contra a atribuir novos usos ao patrimônio, provêm de um conceito de patrimônio tradicionalista que não considera necessariamente suas relações sociais na contemporaneidade. Ele reforça que, inseridas ao movimento de ampliação do conceito de patrimônio, incluem-se também discussões sobre novos usos, como o turismo, por exemplo, e como estes usos podem contribuir para a valorização, democratização e difusão dos bens patrimoniais.

A utilização do patrimônio pelo turismo apresenta-se de forma ambígua, podendo atuar como instrumento de preservação do patrimônio, ou de destruição dele. Para Meneses (2004), esta é a encruzilhada em que se encontra o turismo e que pode definir rumos bem distintos de como a atividade pode se desenvolver nos locais. De acordo com o autor, o turismo pode se apresentar como uma proposta social e econômica inclusiva que contribui para a valorização da vida, para o reconhecimento e preservação do

[61] Podem ser aqui mencionados exemplos como Margarita Barretto; Reinaldo Dias, Carlos Fortuna, Nestor Garcia Canclini, Ulpiano Bezerra e Menezes, José Newton Coelho de Meneses.

patrimônio ou, por outro lado, constituir um tipo de desenvolvimento excludente e predatório, aproximando-se ou tornando-se uma proposta de consumo massivo.

Assim, na busca por um aprofundamento sobre os entrelaçamentos destas articulações foram buscados autores que se debruçaram sobre o tema. É importante reforçar que o objetivo não é se aprofundar nos diferentes efeitos trazidos pelo turismo nos locais, comunidades e até mesmo turistas. Este assunto, para ser realmente apresentado a partir de um aprofundamento adequado, demandaria um esforço que fugiria ao foco desta tese. Dessa forma, pretendo me ater a alguns aspectos que julgo serem importantes para entender melhor a intensidade como se dá essa relação[62].

Perez (2009) contribui para esta discussão, expondo que o turismo é um fenômeno sociocultural que faz parte do mundo e promove contatos e intercâmbios culturais entre residentes (anfitriões) e viajantes (convidados)[63], sendo assim, é responsável pela circulação da cultura. Estes são aspectos que evidenciam a importância de se entender as relações que permeiam entre o turismo, cultura e patrimônios culturais. “O turismo é um veículo de intercâmbio cultural entre pessoas e grupos humanos, entre “nós” e “outros”; um jogo de espelhos entre uns e outros, umas vezes actuando como espelho côncavo, pelo que nos magnifica, e outras como convexo, pelo que nos minora” (Perez, 2009, p.10).

Na visão de Batista (2005), o turismo permite que os fatores culturais de uma localidade sejam reconhecidos, valorizados e preservados, o que auxilia para fomentar recursos para o local e para a vinda de turistas e incrementar seu desenvolvimento econômico. No entanto, o autor reforça que o turismo também pode se configurar em uma estratégia de dominação, controle, folclorização e teatralização, além de instrumentalizar os moradores para gerar lucros e prestígio para outros (normalmente agentes de turismo que não são do local).

Barretto (2007), de forma muito clara, explica que, nos estudos sobre turismo, cultura e sociedade, não é possível fazer generalizações. Corroborando com a autora,

---

[62] Para um maior aprofundamento sobre diferentes efeitos do turismo sobre a cultura e patrimônio, comunidade e relacionamento entre turistas e moradores entre os autores consultados, Margarita Barretto (2007) em seu livro Cultura e Turismo – discussões contemporâneas, traz uma análise bastante detalhada de estudos realizados por muitos autores sobre o tema. Ainda Xerardo Pereiro Pérez (2009), Turismo Cultural – uma visão antropológica, também faz uma importante reflexão sobre o tema.

[63] Perez (2009) se baseia na expressão “Anfitriones e Invitados” de Smith (1989).

penso que as generalizações padronizam reflexões, escondem a cor do diferente, a sutileza do ordinário e passam a trabalhar com diferentes pessoas, culturas e patrimônios como se fossem, se não iguais, pelo menos muito semelhantes umas as outras. Ainda na visão de Barretto (2007), cada local enfrenta desafios específicos, relacionados a sua história, cultura e à forma como o turismo se desenvolve. As generalizações escondem essas especificidades.

Ainda que, meu direcionamento seja fugir destas generalizações, a partir da leitura do referencial teórico, atestar efeitos do turismo repetidamente citados por estes autores. Nesse sentido, no quadro 12, busquei sintetizar estas informações.

Quadro 12: Síntese dos efeitos gerados pela utilização do patrimônio pelo turismo

Efeitos do Turismo, considerados desejáveis	**Efeitos do Turismo, considerados indesejáveis**
Conhecimento e aproximação entre culturas	Manifestações, folclore, culinária, cerimônias sendo alteradas para que sejam aceitas pelo turista
Ressignificação de elementos de identificação do grupo	Falta de controle local em que o planejamento turístico privilegia a inserção de empresários de outras localidades
Estímulo à reabilitação de lugares históricos, construções e monumentos e conservação do patrimônio promovida pelo turismo	Patrimônio entendido apenas como um produto a ser usufruído
Revitalização de atividades tradicionais	Diminuição ou extinção de formas tradicionais de produção como a agricultura, pesca e a produção cultural artesanal e o declínio da produção artística, substituída por objetos produzidos industrialmente
Envolvimento dos jovens, o que auxilia na manutenção identitária e de tradições, além de evitar que migram para as grandes cidades e preservação dos laços familiares	Discurso sedutor de geração de emprego e renda que esconde uma marginalização e exclusão gerados pela divisão territorial e oportunidades apenas em subempregos
Geração de empregos e renda para a localidade	Dependência econômica dos moradores em relação ao turismo, o que acaba se tornando também uma dependência política e cultural, onde os moradores fazem tudo para agradar aos turistas
Derrubada de ideias pré-concebidas sobre localidades, comunidades ou povos	imposição de um ritmo de vida e uma nova configuração social aos moradores, que é assimilado apesar das dificuldades e muda as características base da comunidade
Rica experiência para os turistas através da integração com o local	Experiência superficial e padronizada.
Mobilização da comunidade para reforçar costumes, frente ao contato com o turismo que pode trazer mudanças sociais e culturais, marginalização e exclusão	expulsão dos moradores para a periferia ou a desapropriação do território coletivo causada pela especulação imobiliária
Aproximação, a partir do turismo, com a cultura	superutilização das localidades

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Barretto (2003; 2007), Dias (2006); Meneses (2004), Perez (2009).

A lista dos efeitos desta relação pode se estender. Acredito que cada um destes efeitos citados possa ser particularmente estudado. Além disso, tomo como recorrente na literatura analisada sobre o tema a expressão “o turismo quando bem planejado pode trazer impactos positivos”. Dessa forma, é preciso evitar a emboscada de manter a prática por muito tempo utilizada de realizar estudos parciais do turismo, que se limitam a evidenciar seus efeitos positivos ou negativos, sem se aprofundar no real significado do turismo no local. Precisamos “Ultrapassar o âmbito dos meros efeitos do turismo sobre as comunidades, apontando no sentido da compreensão mais ampla dessa atividade, seja como processo, seja como fenômeno social, capazes de gerar relações sociais específicas que trazem consequências” (Banducci Junior, 2003, p. 42).

É fundamental entender que não se trata de analisar pontos positivos ou negativos e verificar se o turismo é o “herói” ou o “vilão”, o “bom” ou o “mau” na localidade. Além disso, tenho consciência de que o planejamento é indispensável; porém, o atual momento do turismo e das mudanças sociais e econômicas em um contexto maior nos induzem a ultrapassar caminhos já trilhados e avançar na busca por contribuições que possam se aliar aos aspectos que já foram expostos.

É importante enfatizar que Barretto (2007), em estudos realizados sobre o tema, afirma que, mesmo nos casos em que foi possível identificar efeitos negativos do turismo, houve pontos “compensatórios” quando observados aspectos como: a revitalização de formas culturais, artesanato e outros aspectos identitários, além da manutenção de prédios, bairros e até cidades, evidenciando, dessa forma, o caráter controverso do turismo. Para Barretto (2007), estes parâmetros fazem parte de um processo mais amplo que se trata da recuperação e conservação da memória, que permite aos povos a manutenção de suas identidades.

É claro que não pretendo me apoiar em “pontos compensatórios” para defender o desenvolvimento do turismo. No entanto, a afirmação da autora traz uma clareza de que, mesmo quando o turismo acontece de forma predatória, é, muitas vezes, possível identificar elementos que se sobressaem e trazem um certo alívio aos prejuízos. Fato este que fundamenta a necessidade de novos olhares e estudos sobre o fenômeno, que não pode ser simplesmente caracterizado como positivo ou negativo, sem que haja

análises sob perspectivas mais amplas. Neste sentido reflito aqui sobre a possibilidade de estes prejuízos serem quantitativamente minimizados, quando o turismo é entendido sob uma perspectiva ecossistêmica, amorosa e do avesso.

Assim, se faz primordial uma reflexão transdisciplinar e ecossistêmica que contribua para reforçar as dinâmicas desse entrelaçamento e permita reconfigurações em sua prática e nas relações com o lugar em um contexto mais amplo globalizado em que se encontra. Importa também reforçar que os elementos que tentarei aqui expor dificilmente poderão ser percebidos de forma isolada; pelo contrário, é bastante comum a sobreposição destes fatores de forma que seus efeitos se evidenciam a partir do seu entrecruzamento.

Seguindo este direcionamento, existem alguns aspectos da relação turismo e patrimônio que acredito serem pontos importantes para conduzir na direção de um estudo ampliado. Marc Augé (1998), em sua obra *El viaje impossible,* traz uma crítica ao turismo padronizado e estereotipado do mundo globalizado. Para o autor, os turistas não mais possuem um encontro com os locais, pois o que estes visitam são produtos, "espetáculos" criados para entreter. Nas palavras do autor, devemos sim viajar, mas nunca fazer turismo. "O mundo existe todavia em sua diversidade. Porém essa diversidade pouco tem a ver com o caleidoscópio do turismo" (Augé, 1998, p. 16, tradução da autora)[64].

Esta é uma afirmação bastante forte do autor, que contraria a ideia antes exposta, principalmente quando este sugere que nunca façamos turismo. O posicionamento do autor se baseia a um dos efeitos mais perversos do turismo de fachada ao se utilizar do patrimônio. Aquele que esconde a diversidade, esconde grupos e paisagens "indesejados". O turismo que "cria" shows e espetáculos para serem mercantilizados, e, na lógica do ciclo de vida dos produtos no mercado, quando estes entram em declínio são facilmente substituídos. Estou, porém, me referindo a culturas, patrimônios e pessoas que serão facilmente descartadas, como se realmente fossem apenas produtos.

A criação de cenários quando montados para o turismo mostram uma realidade estereotipada, que apresenta, para o turista, uma cidade isenta de conflitos sociais

[64] "El mundo existe todavia em su diversidade. Pero esa diversidade poco tiene que ver com el calidoscópio del turismo"

internos, homogênea e maquiada. Ainda, contribui para o aumento dessas diferenças quando seleciona o que pode ou não ser mostrado, hierarquizando pessoas, patrimônios e culturas. Na visão de Perez (2009), o turismo passa a funcionar como um aparato de afirmação política, que, ao criar e manipular símbolos e realidades, reforça o modelo de dominação e controle, defendendo os interesses de apenas alguns grupos.

Fernandes (2006) traz uma análise importante sobre a cenarização, destacando, além dos já citados, outros elementos.

> [...] o patrimônio é transformado em cenário apropriado para garantir o moto-contínuo do fluxo turístico, inclusive revivendo – ou recriando – personagens do passado que possam dar mais "realidade" à experiência urbana. Em contradição com a temporalidade urbana contemporânea, esses espaços se vêem fixados através de uma ordem desejada e sua imutabilidade e pureza são perseguidas em detrimento de todos os outros processos que agiriam sobre a sua constituição e desdobramento. Mas há também a possibilidade de criação de cenários totalmente desvinculados de qualquer sentido de patrimônio mais afeito à história ou às tradições locais. Trata-se da dispersão do modelo Las Vegas, onde símbolos e ícones urbanos ou culturais podem ser transplantados com facilidade para qualquer espaço. Essa forma de produção das cidades tem se aprofundado e já é bastante corriqueiro encontrarmos situações urbanas referentes a diversas partes do mundo implantadas em qualquer lugar. Dessa forma, podemos ter Nova Iorque no Rio de Janeiro ou em Belém, Miami ou Bangcoc na Bahia ou, talvez, o que cause maior estranhamento, a Bahia na Bahia – ou seja, a imitação de suas expressões regionais concentradas num único lugar. As pessoas podem ser submetidas a esse mesmo tipo de constrangimento, ao serem instadas a deixar de habitar o seu espaço individual e passarem a representar o tipo turístico idealizado para aquela estratégia de divertimento pretensamente culturalizado. Não existe, nesse caso, horizonte temporal ou espacial que balize a inspiração ou a referência: o mundo histórico, o mundo físico e o mundo fictício são o limite (Fernandes, 2006, p. 58 – 59).

Penso que a autora incita uma reflexão sobre locais que apresentam para o turismo apenas um "produto" a ser comercializado. Algo criado pelo e para o turismo. Produtos que se espelhem em padronizações de culturas globais que sejam bem aceitas pelos turistas, e, são "oferecidos" pelo local, porém não apresentam nenhuma relação com ele. Sobre isso Murta (2002, p. 140) explica que

> As forças do mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos de práticas patrimoniais, convertendo-as num pastiche irrelevante de si mesmas, com poucas ou nenhuma ligação com seu presente, num parque de diversões para o deleite de visitantes, que aí deixam seu dinheiro.

Steinke, Sossai e Coelho (2018) complementam expondo que, aparentemente, passamos por um processo de padronização de características na busca por atingir parâmetros ditos globais. Parece-me que as municipalidades, em um processo de adequação ao mercado, iniciam um processo de adequação, buscando um ideal aceito pelo turista/mercado, onde as cidades, como numa "competição", entendem ter que oferecer os mesmos atributos, a fim de criar atrativos suficientes para competir. Um exemplo muito simples, mas que ilustra a criação de atrativos ou símbolos padronizados é a instalação do letreiro "*I LOVE* (nome da cidade)", possível de ser encontrado em muitas cidades no Brasil. Um símbolo da cultura global, instagramável e que segue um padrão norte-americano.

Nessa competição acirrada, as cidades "vendem" uma imagem/marca de características e culturas distintas, que, na verdade, se parecem cada vez mais entre si. Steinke, Sossai e Coelho (2018) questionam se estamos em busca de atingir um padrão internacional de cidades para serem vendidas, ou se buscamos internacionalizar o particularismo tornando-o um padrão. O patrimônio, nesta conjuntura, é visto como um potencial de espetáculo a ser explorado.

O patrimônio acaba se destacando como uma das principais estratégias de uma "revitalização urbana"[65], e as políticas culturais são atravessadas pelas políticas urbanas. O patrimônio local, que deveria se apresentar em sua singularidade, se torna o elemento homogeneizador. Existe um modelo de gestão patrimonial mundial que orienta as ações, sem necessariamente se adaptar as realidades locais. As singelezas do local vão se perdendo em meio à criação de grandes cenários criados para os turistas. E o que se torna mais preocupante é que, por meio de um processo de gentrificação, a própria comunidade local acaba sendo expulsa daquele lugar que, em teoria, é seu.

[65] Para Fernandes (2006) e Steinke, Sossai e Coelho (2016), o processo contemporâneo de espetacularização das cidades se utiliza do termo revitalização, para, a partir de estratégias de marketing urbano, construir novas imagens que estejam de acordo com os padrões internacionais. O patrimônio e a cidade passam a ser manipulados como uma imagem de marca para atrair visitantes. Tem início em processo de "disneylandização" que leva a uma "shopinização", onde os espaços públicos ou patrimonializados tendem a imitar modelos de parques temáticos e shoppings centers, buscando atingir principalmente o turista estrangeiro, através deste espetáculo criado.

Na contramão deste processo, ganha força um movimento a partir de pesquisas e olhares para as cidades do interior, assim como o lócus desta pesquisa. Os interiores possuem sutilezas que as permitem individualizar em meio à busca por padronizações multinacionais.

É importante a consciência de que, nem tudo que é produzido e apresentado pelo turismo pode ser considerado um espetáculo ou uma teatralização fictícia ou totalmente mercantilizada e encenada. Esse tema recai inclusive sobre o debate que se tem em relação à autenticidade. Apesar de haver muitas críticas sobre o uso do patrimônio pelo turismo transformar os sentidos destes bens, não apresentando sua autenticidade, parto do pressuposto que, até mesmo o que é considerado autêntico pode, em algum momento, ter sofrido alterações, já que até mesmo a autenticidade é uma invenção humana e depende de interpretações de símbolos no tempo e espaço.

Ressalto caráter dinâmico do patrimônio e da cultura, bem como o processo contínuo e espontâneo de mutações que acompanham as festas, manifestações, crenças entre outros, e até mesmo os usos e significações das construções e espaços. Autores como Barretto e Banducci Junior (2001), Barretto (2003; 2007), Dias (2006) e Grünewald (2003) concordam que o patrimônio é um elemento que auxilia a reverenciar a identidade de grupos, e que, com o passar do tempo, esses grupos vão incorporando novos valores, significados e usos a estes bens. Nesse sentido, tanto a identidade quanto o próprio patrimônio são constantemente atualizados em decorrência das interações sociais vividas. Assim, nem sempre o patrimônio mantém sua função social originária, podendo incorporar funções simbólicas que passam a representá-lo. Cardozo (2005) concorda que estas mudanças não se traduzem necessariamente em uma inautenticidade, mas sim na construção de um novo cotidiano, entrelaçado ao antigo que, aos poucos, é deixado para trás.

Com o turismo, é possível que essas alterações aconteçam mais rápido, sejam maiores e fiquem mais visíveis, incorporando até mesmo novos valores, como o valor econômico, por exemplo. A questão é que, através do turismo, estes bens são mantidos e (re)vividos, (re)valorizados e se tornam motivo de orgulho para os moradores, com todas as modificações sofridas através dos tempos. Corroborando com o exposto, Grünewald (2003) afirma que, mesmo quando os elementos culturais e identitários se

alavancam em face ao turismo, não quer dizer que haja uma invasão ao seu “espaço social”. O autor vai além, afirmando que mesmo quando engajados com a atividade turística, há nessa exposição e experiência turística construída, legitimidade e autenticidade, na “medida que legítimos e autênticos são os turismos nesses espaços sociais” (Grünewald, 2003, p. 155).

Para Gastal (2001), quando os elementos patrimoniais realmente estão unidos ao local eles se tornam um veículo de socialização entre visitantes e visitados. Um processo vivo de um fazer que está inserido no cotidiano local. O turista vivencia esse processo vivo juntamente com o morador. Essa é a verdadeira socialização ocasionada pelo turismo.

Talvez a atenção maior deva se dar aos locais onde a relação entre o turismo e o patrimônio atenda aos padrões de uma lógica capitalista consumista, e incentive uma exploração massiva do patrimônio. Nessa situação, existe a perda do equilíbrio desta dualidade, colocando em risco os valores afetivos, as dinâmicas sociais do local e a continuidade do próprio turismo. Ainda nesta lógica, o cuidado recai também aos locais que buscam uma “autenticidade” inalterada, para representar momentos históricos, comportamentos sociais e usos do patrimônio, sem alterações, fixos. O intuito nestes casos é apresentar ao turista um “espetáculo” referente a uma época que não existe mais. Não se trata, no entanto, de não informar sobre a importância histórica destes patrimônios, mas não é necessário demonstrar essa rigidez para que estes tenham valor.

Nesse aspecto, o valor que se sobressai é o valor econômico do bem cultural, e os moradores, muitas vezes, podem passar de detentores de sua cultura – que reproduzem seus valores – a intérpretes de uma realidade criada e apresentada para o outro, o turista. Esse processo pode exigir do morador um padão de qualidade que não é aquele do uso comum do bem cultural, e uma preparação técnica, evidenciando a teatralização, que foge totalmente ao espontâneo e natural. Nesse caso, o fato cultural sofre também mutações. Mesmo que estas estejam relacionadas a história do local, existe um desvirtuamento, e não uma continuidade (Dias, 2006).

Meneses (2004) afirma que o turismo, muitas vezes, diante de seus limites em interpretar, informar e problematizar os sentidos e, as memórias e afetivações da comunidade, monumentaliza e musealiza existências, usos e patrimônios. Isso resulta

em práticas superficiais, esvaziadas de significados e que não consideram a dinâmica dos bens culturais e seus usos pelos moradores. “A superficialidade da fruição impede que o turismo construa algo que é fundamental para a sustentabilidade da atividade do atrativo que se constrói: a dignificação da existência cotidiana que dá substrato ao atrativo” (Meneses, 2004, p. 22). Ou seja, o turismo ao ignorar o contexto histórico, social e cultural dos bens patrimoniais, em mutação contínua, se apresenta esvaziado de sentido, apenas como uma “peça” estática no espaço, e ameaça até mesmo a continuidade do próprio patrimônio – que, para o turismo, é o atrativo principal.

Dias (2006), Barretto (2003; 2007) e Funari e Pelegrini (2006) trazem um posicionamento mais positivo sobre este fato. Na opinião desses autores mesmo quando produzida para o turismo, essa encenação cultural pode representar, com o tempo, uma recuperação da memória e da identidade locais, ganhando novos significados e contribuindo com o processo de continuidade. Por mais paradoxal que se mostre, os autores afirmam que esse ciclo de repetição pode levar a um processo mais amplo de recuperação da cor local. A adaptação, encenação e teatralização para o turismo, mesmo que em primeiro momento se mostre negativo, ganha diferentes valores e novas funções sociais capazes de afirmar a identidade local e a de contribuir com a receita da comunidade.

A opinião destes autores se mostra bastante otimista. Acredito que realmente em alguns casos aconteça dessa forma; no entanto, minha ressalva recai sobre a possibilidade de massificação e o não envolvimento dos moradores em nenhum aspecto, o que afasta ainda mais o morador do seu patrimônio (do significado deste patrimônio). Existem exemplos de manifestações que contratam atrizes e atores famosos para encenar a realidade local. Eventos como esses podem acumular muitas pessoas; porém não envolvem os moradores em nenhuma das fases da organização do “teatro” e nem mesmo nos lucros ganhos com a apresentação. Situações como essas, fazem com que a comunidade se sinta invadida e excluída. Assim em parelho à massificação, inicia-se o processo de turismofobia e aversão ao turismo.

Sobre isso, Esteves Junior, Nunes e Passos (2014) ressaltam que muitas das transformações que acontecem no processo de turistificação são ou podem se tornar positivas. É preciso, no entanto, questionar se, mesmo quando positivas, estão de acordo

com os anseios da população ou mascaradamente servindo estão aos interesses mercadológicos, de acúmulo de capital.

Gomes (2011) chama a atenção a outro aspecto da utilização do patrimônio pelo turismo. Para a autora, os mecanismos de promoção das cidades também envolvem processos de seleção e destaque de algumas características do lugar, que, por sua vez, contribuem para o esquecimento e invisibilização de outras66. Acredito que, de certa forma, esse processo reproduz a lógica de seleção dos bens patrimoniais, que envolve escolhas, jogos de interesses e que, por muito tempo, privilegiou grupos sociais como já observado no capítulo sobre patrimônio.

Nesses casos, é importante refletir sobre a forma como são embutidos valores simbólicos aos locais através de atividades de representação. O turismo, constantemente, utiliza-se desse recurso, forjando ou priorizando identidades e valores culturais globais em relação aos locais, e, a partir daí, vendendo esses valores. São cenários criados para o turismo, que omitem a realidade, as diferenças e desigualdades, mas aumentam a atratividade desse "produto", transformando os moradores em meros figurantes e coadjuvantes em seu próprio roteiro (Mascarenhas, 2014). Assistimos, assim, um processo de apagamento que acontece dentro da própria cidade, onde, pela lógica mercadológica, o turismo dita o que está ou não apto a ser mostrado.

Baseando-se na ideia desenvolvida por David Harvey (2005), em sua obra "A Produção Capitalista do Espaço", Gomes (2011) explicou que é possível entender que o turismo contemporâneo se reproduz a partir de singularidades culturais escolhidas nos locais, que passam a se constituir marcos de distinção e que possuem grande poder de atração. Em um cenário que se apresenta cada vez mais competitivo, o turismo atua como um gerador de referências, marcos e esquecimentos, capazes de criar ícones, visando gerar ainda mais competição entre as cidades.

Gomes (2011) ainda complementa que esta ação "cria" os valores e sentidos para a cidade, que serão, muitas vezes, incorporados e assimilados pelo morador O morador por sua vez passa a reproduzir os sentidos e valores gerados, bem como deixar invisível

[66] Como exemplo vale citar que Tânia Lopes em seu artigo Rotas Nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto, traz uma análise desse aspecto discorrendo sobre a "criação" da imagem de Ouro Preto como símbolo nacional, o papel do turismo nesse processo e o posicionamento dos moradores.

aqueles que foram apagados, integrando o imaginário que se faz daquele local. Apesar de aparentar uma realidade (assimilada) homogênea, esta também não se apresenta livre de tensões e conflitos. Os efeitos de animação e espetacularização das cidades podem, em alguns casos, se originar destas ações.

Ainda que estes valores e sentidos sejam incorporados pela população e, que possam ser divulgados, pode ser caracterizado como uma reprodução de modelos. Este processo traz mudanças significativas e contribui para reforçar o apagamento de grupos e características locais, carregados de sentidos e história. Gagliari (2016, p.115) chama atenção para esta cultura que acaba servindo de “mediação entre tendências globais e dinâmicas locais”.

Grünewald (2003) acrescenta que toda essa situação traz uma dicotomia entre o espaço turístico imaginário - que se trata daquele criado pelas campanhas publicitárias, e o espaço social real. Percebe-se então um jogo entre a forma como o local é visto e a forma como gostaria de ser visto, ou a forma como realmente é e como se apresenta para os turistas.

> Essas mesmas imagens são representações que condicionam a forma de olhar o mundo e mediam nas práticas rituais turísticas num determinado destino turístico. Desta forma, o turismo utiliza imagens das culturas locais como bandeiras regionais, nacionais, que expressam definições das identidades (colectivas, de classe, de género…). O turismo tem a ver, portanto, com a ideia de como nós e os outros somos imaginados e a forma como a construção imaginária de lugares turísticos está intimamente relacionada com a construção das identidades locais, regionais, nacionais ou transnacionais (Perez, 2004, p.59)

A leitura que Carina Souza Gomes (2011) traz e que contribui muito para este contexto é que é possível entender esta separação da cidade entre o que pode ou não ser lembrado e o que pode ou não ser mostrado ao turista, a partir da teoria proposta por Boaventura de Sousa Santos (2009) de linha abissal, que separa a cidade que se quer lembrar e que tem visibilidade, daquela que se quer esquecer e que é subtraída da promoção turística.

> À luz da concepção de pensamento abissal e da discussão sobre a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, desenvolvidas por B. de Souza Santos (2009, 2006a e 2006b), é possível pensar o turismo como produtor de uma série de ausências na cidade, reduzindo a cidade real a uma outra cidade

> que é apresentada para o consumo. Mas é possível pensar também nas emergências na cidade (Gomes, 2011, p. 02)

O imaginário da cidade que é (re)inventado pelos agentes do turismo envolve aproximações ou distâncias da cidade real. A história e o discurso oficial, os personagens, as festas que assumem um lugar de destaque são aquelas que tem maior apelo turístico, criando uma autenticidade encenada, fabricada, uma realidade manipulada pelo turismo. Nesse sentido, a maior preocupação é oferecer aos turistas uma realidade que esteja compatível com o mercado e que atraia os turistas, esquecendo que, muitas vezes, os sentidos atribuídos são diferentes daqueles que a cidade realmente possui. Resta, então, o invisível, o avesso que não é atraente o suficiente para ser mercantilizado. Escondem-se as versões não oficiais da história, a cultura de bairro, dos novos imigrantes. A partir da sociologia das ausências, de Boaventura dos Santos Souza (2006), é possível afirmar que estes elementos não promovidos pelo turismo são tão ou mais reais do que aquilo que é visível (Gomes, 2011).

Esta separação da cidade também pode ser entendida a partir da sociologia sobre as relações de poder, proposta por Norbert Elias e John L. Scotson no livro “Os Estabelecidos e os Outsiders”. Existe uma hierarquia classificatória da realidade que é aceita pelo turismo, que automaticamente reduz o outro lado àquilo que teoricamente não possui atratividade. Nitidamente, o avesso da cidade, que se quer invisível, pode ser comparado aos outsiders.

Estas teorias se apresentam indispensáveis para a análise das relações de poder também evidenciadas na prática do turismo e na forma como este se utiliza do patrimônio. De qualquer forma, é preciso entender que, apesar destas classificações e divisões, as várias cidades que se apresentam (ou os dois lados da cidade) ou não para o turismo, são interdependentes apesar da desigualdade.

Nesse sentido, buscar uma análise aprofundada das possibilidades que se engendram a partir da relação do turismo com o Patrimônio do Cotidiano pode surgir como uma alternativa de trabalhar o Avesso do Turismo, o real da comunidade, o lugar e suas singelezas, a cor local, que, a parir do exposto, vem sendo constantemente invisibilizados.

Cabe ainda refletir sobre a relação entre turistas, patrimônios e moradores, por mais complexo que se apresente, em razão de sua subjetividade, os liames da experiência destes contatos. Para além da artificialidade com a qual o patrimônio, em muitos casos, é apresentado ao turismo, é preciso considerar a consequente superficialidade com que o turista pode procurar vivenciar sua experiência e evitar um contato mais profundo com o local. É possível acrescentar, o fato de que muitos turistas esperam ver exatamente aquilo que se projete fixado no tempo e no espaço, como um espetáculo de uma época pretérita, como abordado. Percebo, nesse contexto, o entrelaçamento dos elementos analisados até então e que atuam conjuntamente na construção de motivações e olhares dos turistas para os locais que pretendem visitar ou vistam. Vemos claramente a influência da imagem estereotipada, descrita acima, que desenvolve um padrão de experiência encenada nos destinos culturais e atende às expectativas – criadas pelas campanhas de marketing - dos turistas.

Ainda sobre esta relação, os moradores, muitas vezes, passam a enxergar os turistas apenas como fontes de renda e não pessoas. “As trocas acontecem entre sujeitos sociais que não enxergam a si mesmos como tais, a não ser como consumidores e prestadores de serviço, respectivamente” (Barretto; Banducci Junior, 2001, p. 11).

Fica claro, a partir das contribuições ao tema aqui expostas, que é preciso fugir das generalizações e dos rótulos positivos ou negativos, ao analisar o uso do patrimônio pelo turismo. Trata-se de um fenômeno complexo, mutável, que possui diferentes nuances operando simultânea e constantemente nos locais. Análises superficiais, parciais e fragmentadas não dão conta de expor esse todo complexo e, nem mesmo, os entrelaçamentos que ocorrem entre suas partes.

Mesmo com todos os aspectos a serem considerados, o turismo pode ser entendido como uma maneira de proporcionar relações do sujeito com seu patrimônio e como um dispositivo capaz de proporcionar lazer e uma experiência de conhecimento e vivência cultural. No viés deste estudo, de acordo com a linha de pensamento Amorcomtur!, o turismo na contemporaneidade, se torna uma experiência que se atrela ao Patrimônio do Cotidiano e permite uma ampliação das relações do morador com seu patrimônio (re)vivendo, (re)valorizando e, quem sabe até mesmo, (re)significando, o que torna esse processo de grande valia para a manutenção da identidade.

Na visão de Barretto (2001, p. 19), “No pensamento pós-moderno, a identidade é vista como algo móvel, sempre em construção, que vai sendo moldada no contato com o outro e na releitura permanente do universo circundante.” A autora complementa explicando que, na atualidade, podemos falar sobre processos de identificação, sempre incompletos, que irão se formando a partir de permanentes construções de significados (Barretto, 2007). Mesmo que o contato entre turistas e população local provoque um processo de contradições, tensões e questionamentos, de forma sincrônica ou diacrônica, esse processo implica o fortalecimento da identidade e da cultura dos moradores. Nesse sentido, a cultura do turista também se fortalece, pois, na alteridade, ele se redescobre (Barretto, 2001).

Para Hall (2001), o sujeito atual convive com diferentes identidades com as quais se identifica de acordo com os papéis e relacionamentos vivenciados. O autor cita, como exemplos a identidade familiar, étnica, política, profissional entre outras. Nesse sentido, o turismo não precisa ser mais entendido como um risco às identidades, pois estas não são fixas. Com base no exposto, reitera-se a ideia de que o processo de construção ou reconstrução cultural é amplo e afetado por diversos fatores, não sendo o turismo nem o principal e nem o único responsável por essas mudanças.

Barretto (2007) explica que todo o processo de globalização contribui para a padronização cultural. Ela destaca que as tecnologias de informação e comunicação possibilitaram conhecimento praticamente imediato dos fatos ocorridos em todo o mundo, além de contato com diferentes pessoas e culturas. Estas expressões, segundo a autora, além de facilitarem uma dominação econômica e cultural, também influem para que os locais percam um pouco de suas características próprias, suas singelezas, como tenho tratado aqui. Talvez sejam processos mais nocivos a manutenção das identidades do que o turismo.

Por outro lado, o interesse no patrimônio local e, por sua vez, no turismo tem ganhado novas proporções perante um contexto de aceleradas mudanças que as sociedades vêm enfrentando, unido à globalização e todos os seus reflexos sobre os aspectos sociais, culturais e econômicos. Existe, neste aspecto, uma contradição evidente. Ao mesmo tempo em que a sociedade está cada vez mais inserida no processo de globalização e busca se adequar aos seus padrões, existe um desejo crescente em

mostrar e assinalar diferenças, de se agarrar às singularidades frente a uma mundialização cultural. Esse movimento, que muitos autores caracterizam como nostálgico, coloca em evidência o patrimônio e, relacionado a ele, a memória e a identidade dos grupos. Como observei anteriormente, Candau (2021) afirma que patrimônio, identidade e memória são palavras-chave na consciência contemporânea.

Nesse contexto, Meneses (2004) reitera a importância da conscientização do patrimônio como recurso de desenvolvimento social, e não apenas econômico, destacando a necessidade de um rigor nas ações que unam o turismo e o uso do patrimônio. Para ele, é urgente e possível pensar em novas formas de construir o planejamento do turismo em que é primordial que o patrimônio seja considerado em construção, dinâmico e em andamento. O autor ainda ressalta a importância da participação ativa dos moradores nessa dinâmica enquanto detentores destes bens e parte importante da sua formação. Ele acredita que a interpretação dos bens patrimoniais, a partir de uma articulação entre historiadores e turismólogos, seria uma das formas de “gerenciar” os valores e o setor, através de um processo interdisciplinar.

O pensamento de Meneses (2004), alinha-se a este estudo, quando, logo no primeiro capítulo de seu livro “História e Turismo Cultural”, menciona uma experiência por ele vivida em uma igreja barroca de Diamantina. O autor apresenta sua análise de que as manifestações cotidianas dos moradores, suas vivências, experiências e os usos que fazem dos bens fazem parte destes, estão integrados a eles. Desse modo, ele entende que não é possível dissociar morador, uso e patrimônio, e o turismo pode e deve apresentar este patrimônio de forma completa, informativa e experiencial, em sua dinâmica do cotidiano.

> [...] a necessidade de que essa fruição incorpore e dignifique a existência do grupo construtor dessa história que se quer conhecer. O cotidiano local, mais que estimulador de curiosidade, é elemento problematizador do objeto que se busca fruir, e as intermediações que se fazem entre a cultura passada e o cotidiano é o que possibilita o entendimento, a contextualização instigante (porque não claramente interposta) e a memorização prazerosa, que permanece na mente, revive o momento da compreensão e estimula a busca de novos entendimentos e de novos prazeres (Meneses, 2004, p.20).

Assim, enxergo no cotidiano grandes possibilidades para o turismo. Unir o conceito de Patrimônio do Cotidiano ao turismo se mostra uma alternativa potente e promissora. No entanto, é importante que essa união esteja apoiada em bases mais sólidas, que permitam o equilíbrio entre o “aproveitamento” turístico e o desenvolvimento e o ecossistema, que inclui também a cidade, o morador e o patrimônio. Como já exposto anteriormente, o turismo enquanto prática social e econômica precisa de uma reestruturação, considerando os reflexos causados por um modelo predador, que inclui também formas de o turismo se utilizar do patrimônio, como tentei evidenciar.

Buscando me unir a esse movimento que busca novos conhecimentos para o turismo que subsidiem novas práticas, oriento-me por uma visão ecossistêmica, complexa e holística do turismo.

5.3 TURISMO TRAMA-ECOSSISTÊMICA

Falar sobre o Turismo enquanto Trama – Ecossistêmica, proposição a partir de Baptista, é buscar ampliar o olhar sobre os estudos do Turismo, a fim de buscar novos conhecimentos que sejam capazes de romper com a lógica capitalística com a qual o fenômeno se construiu ao longo dos anos. Quando falamos em tramas, estamos pressupondo entrelaçamentos. Entrelaçamentos entre diferentes elementos, pessoas, diferentes formas de agir e de viver. Interações. Trocas. Compreendemos que o universo se encontra em movimento constante e que essas interações e relações também acontecem de forma constante, podendo mudar de acordo com o momento, o ambiente ou a situação, ou seja, podendo mudar de acordo com o contexto em que se encontra. A noção de trama com a qual trabalho neste estudo é alinhada à proposta de Baptista (1996; 2000; 2017), de uma Ciência que se produz em tramas e enredamentos ecossistêmicos. Para a autora, o conceito de trama nos auxilia para um amplo entendimento

> [...] da vida, da vida da produção científica e também para compreender o turismo e suas implicações transversais Fenômeno plural, complexo, o turismo me parece ser, na sua essência desterritorializante, metáfora para a pesquisa e a vida, numa lógica espiralada, em que não se sabe ao certo onde se encontra o ponto de início, os pontos de confluência ou de passagem [...] (Baptista, 2020b, p. 43).

Nesse sentido, as relações, neste estudo, que se caracterizam como tramas ecossistêmicas, e assim, devem buscar o equilíbrio e harmonia entre os ambientes em que se encontram e os fatores com os quais se interrelacionam. O Turismo enquanto universo transdisciplinar, como exposto anteriormente, se alinha com vários outros universos de saberes. Enquanto prática social, existe uma diversidade muito grande em sua realização. Assim o estudo do Turismo não pode se apresentar de forma reducionista, fragmentada e simplista.

Assim, entendemos que é preciso pensar em um novo Turismo, em que seus estudos e sua pragmática não estejam distanciados, sob uma perspectiva transdisciplinar, onde todos os seus elementos são indispensáveis com suas singularidades. Entender o Turismo segundo a lógica ecossistêmica, pressupõe que seja considerado um processo vivo, dinâmico, orgânico e histórico, que influencia e é influenciado pelas relações que se estabelecem no território em que ele se desenvolve.

A partir da breve trajetória anteriormente exposta, foi possível observar a construção de uma prática turística e um saber turístico em consonância com o desenvolvimento do capitalismo, como já apontado. Moesch (2013) afirma que, “a cada avanço capitalista, há um avanço do turismo”. Aguiar (2016) complementa expondo que é na deriva histórica do turismo o significado econômico do produto social turismo se fez cada vez mais presente, havendo claramente a maximização e racionalização capitalista da atividade. Os estudos em turismo acompanharam este viés.

Nesse sentido, o entendimento sobre Turismo, os reflexos de suas práticas também são influenciados por todo esse processo. A construção de novos saberes e fazeres do Turismo implica em uma superação de discursos acadêmicos, profissionais e institucionais engessados, tendenciosos e parciais.

Muitos autores demonstram que, nesse sentido, estes estudos acabaram se tornando limitados e parciais, considerando a realidade atual. Nechar (2016) afirma que a produção de conhecimento em turismo tem se caracterizado por perspectivas científicas enquadradas em explicações unívocas, que se apresentam como inovadoras, mas que apenas aperfeiçoaram suas bases neopositivistas, neoestruturalistas e neofuncionalistas. O arcabouço de estudos do Turismo por muito tempo priorizou

questões econômicas, de planejamento e gestão, utilizando concepções cartesianas. Na trajetória do turismo mundial e no Brasil, trabalhada anteriormente, é possível notar este fato, quando, para explicar o desenvolvimento do turismo ao longo dos anos, a maioria do referencial destaca o seu crescimento econômico, empresarial, profissionalização do setor entre outros aspectos. Estas teorias se apresentam de forma engessada e se tornaram insuficientes para explicar o fenômeno na atualidade.

> A compartimentalização e o isolamento dos estudos existentes, que dificilmente avançam para uma discussão multidisciplinar, geram a compreensão fragmentada de um fenômeno naturalmente complexo. Apesar dos diversos discursos que pregam a multi e a transdisciplinaridade como métodos necessários, poucos são os estudos que conseguem ir além dos limites das disciplinas isoladas, não contribuindo para a formulação de uma teoria própria do turismo (Fratucci, 2008, p. 25)

Fratucci (2008) ainda explica que muitos pontos relevantes para o entendimento do Turismo mantêm-se abertos, principalmente em função desta visão simplista. Ao mesmo tempo, em um universo de múltiplas abordagens, é possível encontrar em outras disciplinas e campos teóricos, abordagens apropriadas pelo Turismo que se tornam indispensáveis à teoria turística (Fratucci, 2008).

Buscando revisitar as definições de Turismo ao longo dos anos, é possível notar essa evidência econômica, mercadológica, parcial e simplista que é empregada pelos autores. Helena Charko Ribeiro (2019), em sua tese intitulada Turismo e Saúde: sinalizadores turísticos de Porto Alegre, relatados pelos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus acompanhantes, em processo de deslocamento, desenvolve um levantamento das definições de Turismo durante os séculos XIX, XX e XXI. Da mesma forma a professora Marustschka M. Moesch (2002), em sua obra A produção do saber turístico, também apresenta alguns conceitos de Turismo formulados ao longo dos anos e reflete sobre como formaram o entendimento do saber e fazer Turismo. Para a autora:

> A produção do saber turístico de modo geral, e de modo específico no Brasil, tem se constituído num conjunto de iniciativas, prioritariamente, do setor privado/empresarial e menos da academia, sejam universidades e/ou faculdades, públicas ou privadas. O saber turístico assim produzido é reduzido às informações e sistemáticas sobre seu setor produtivo. Este contexto permite delinear a hipótese de que o saber turístico é um saber-fazer, não existindo saber além daquele que resulta de um fazer-saber (Moesch, 2002, p. 13).

O exercício de retomar a construção dos conceitos de Turismo ao longo dos anos, auxilia no entendimento das mutações sofridas e das maneiras como os saberes turísticos se estruturam, bem como do contexto maior onde foram produzidos. Analisando a retomada de definições expostas por Ribeiro (2019), vê-se, de forma clara, principalmente a partir da década de 1920, definições que explicam o fenômeno turístico caracterizando-o como uma atividade econômica, que consiste no deslocamento de pessoas, prioriza os elementos técnicos e estatísticos do Turismo.

Nessa deriva, percebe-se que os conceitos vão sendo atualizados ao longo dos anos, porém é nítido o predomínio de alguns aspectos como: o deslocamento temporário de pessoas para locais fora do seu local de residência, atividades de lazer, movimento, fuga da rotina. A partir da década de 1970, nota-se que alguns aspectos como interação entre visitantes e moradores, importância social e cultural passam a compor os conceitos. No entanto, se mantêm presente os aspectos técnicos, econômicos, mercadológicos, de gestão e planejamento como já exposto[67].

Na visão de Panosso (2016) e Moesch (2013), por muito tempo os estudos em turismo mantém essa enormidade de índices estatísticos, projeções de crescimento, benefícios econômicos, planos e projetos, viabilidades econômicas, tendências mercadológicas, padrões de gostos e comportamentos. No entanto, estudar o Turismo não pode se limitar a descrições quantitativas, como se estas compusessem a essência do fenômeno. Esta visão faz parte de um saber hegemônico, reducionista, fragmentado e sistemático sobre seu setor produtivo.

Na visão de Fragelli, Irving e Oliveira (2019), existe o reconhecimento de que o campo do Turismo possui articulação com diversas áreas do conhecimento; no entanto, ainda assim seus estudos permanecem fragmentados. Para as autoras, essa questão se torna problemática em ao menos dois aspectos:

> A opção indiscriminada por abordagens cientificistas e/ou positivistas revela uma inadequação epistemológica estrutural ao se privilegiar visões disjuntivas e disciplinares no tratamento do turismo como um fenômeno de caráter multidimensional. E, a adoção acrítica do paradigma hegemônico, nesse caso,

[67] Para um resgate mais completo destas definições olhar Ribeiro (2019, p. 70-79).

> evidencia o descolamento entre a produção científica e as complexidades desse fenômeno globalizado e em curso na contemporaneidade (Fragelli; Irving; Oliveira, 2019, p. 9)

Como afirma Panosso (2016), a intenção não é apenas uma crítica ou oposição a esse processo histórico. Pelo contrário, é importantíssimo o conhecimento de todo o processo para se avançar rumo a novas mutações. O autor propõe uma ação reflexiva, que visa superar os tradicionalismos e buscar uma emancipação cognoscitiva e de práticas convencionais no turismo.

Assim, a presente tese se alinha a autores que buscam mudanças nos caminhos acadêmico-epistemológicos, a partir de interpretações e reflexões transdisciplinares capazes de articular novas bases conceituais e abordagens metodológicas para os estudos e pesquisas em Turismo. Entendemos que modelos engessados e estáticos não mais são suficientes para apreender a complexidade e multidisciplinaridade que caracterizam este fenômeno. A buca, dessa forma, é pela construção de alternativas teóricas que permitam aprofundar as análises e ultrapassar a superficialidade, fragmentação e quantificação das propostas mais comuns.

Alguns teóricos da área já avançam no esforço de uma compreensão mais ampla e totalitária, e contribuem sobremaneira para a construção de um arcabouço teórico que sinalizam essas mutações. Claro, da mesma maneira, ainda permanece a visão economicista e tradicional, mas, sem dúvida já é possível hoje, analisar outras correntes de pensamento. Nesse sentido, em seu resgate detalhado sobre estas definições, Ribeiro (2019) evidencia esta mudança, a partir de alguns conceitos mais atuais. É possível visualizar a ampliação que direciona para o entendimento do Turismo em sua totalidade e transdisciplinaridade, analisado em sua complexidade, a partir de estudos de Moesch (2000); Gastal e Moesch (2007), Beni e Moesch (2017) e Baptista (2019).

Estes estudos apresentam o turismo enquanto um fenômeno sociocultural complexo, que possui objetividades, subjetividades e singularidades que influenciam em seu entendimento. Deve ser entendido a partir das suas relações que são ecossistêmicas em sistemas complexos, são transversais e dinâmicas.

Moesh (2013) afirma que o saber em Turismo não é linear e que tem progredido reformulações em seu corpo teórico e retificações em seus princípios básicos. Para a autora, esse é o caminho para a construção de um saber mais objetivável e não por isso

objetivo. A partir do exposto no capítulo 2, ficou claro que os ecossistemas complexos são unidades abertas, autoprodutoras de seus elementos constituintes, e auto-eco-organizadoras em uma lógica recursiva que se caracteriza por ser evolutiva, residual, complexa e dialógica. Esse entendimento contradiz o modelo fixo proposto nas décadas de 1970 e 1980, que pressupunha uma ordem hierárquica para o sistema turístico, buscando sempre exacerbar os efeitos econômicos. “Entendia-se que as localidades seriam receptáculos neutros para ações de políticas públicas e do seu consequente planejamento e ordenamento/desordenamento” (Moesch, 2013, 578).

A partir do momento que o Turismo passa a ser entendido enquanto processo ecossistêmico, existe um equilíbrio entre suas práticas sociais, culturais, econômicas, políticas, antropológicas, ambientais entre outras, que se encontram em movimento contínuo. Essa postura epistemológica está de acordo com os autores e filosofias que orientam este estudo, sendo eles: Boaventura Souza dos Santos, com uma Epistemologia do Sul, unida às categorias de relações ecológicas de Fritjot Capra (1997), a Teoria Autopoiética de Humberto Maturana e Francisco Varela (1997), Teoria da Complexidade de Edgar Morin (2007), o Ecossistema do Turismo de Mario Carlos Beni e Marustschka Moesh (2017) e Turismo – Trama – Ecossistêmica de Maria Luiza Cardinale Baptista (2017).

A partir desta nova perspectiva de análise, torna-se possível elaborar teorias que, segundo Beni e Moesch (2017, p.431), envolvem o turismo enquanto uma “[...] prática social que se dissemina de formas diferenciadas, a partir de subjetividades infinitamente diversas e de vivências múltiplas dos sujeitos que as praticam, em territórios globalizados [...]”.

O pensamento complexo é multidimensional, totalitário e reconhece a incompletude e incertezas do conhecimento científico (Morin, 2005a). Uma visão holística, como já exposto, é o todo analisado a partir de relações, entrelaçamentos de saberes e de sistemas (Crema, 1989). Por fim, esses sistemas só têm razão de ser, enquanto “lugares geradores de vida” (Baptista, 2023), ecossistemas em conexões complexas. O alinhamento entre estas visões traz pistas para a superação de um saber fragmentado que embasou os estudos em Turismo por muitos anos.

Partimos do ponto de que o turismo enquanto fenômeno social, se encontra em processo de construção permanente. É um organismo vivo e, portanto, sofre mutações contínuas e se constitui a partir de um contexto, ou seja, se constitui a partir de relações sociais, políticas, culturais, econômicas, ambientais e territoriais características de determinado contexto histórico. Mais uma vez, é preciso deixar claro que não se trata de descartar todo conhecimento produzido na área, mas sim de compreender que se trata de um processo histórico da concepção capitalística do Turismo enquanto processo social, que trouxe contribuições, no entanto, não consegue mais sustentar suas explicações. Nesse sentido, a orientação é para uma compreensão ecossistêmica, holística, complexa, uma visão ampliada para entender todas as conexões que existem neste fenômeno.

Buscando embasamento em Morin (2003), é possível pensar em novos conhecimentos sobre o Turismo que se caracterizem como multidimensionais, que ultrapassem além da visão economicista, barreiras culturais e civilizacionais que enrijecem padrões e comportamentos. Entender o turismo como um fenômeno complexo nos auxilia na compreensão do jogo dialógico entre os elementos, ações e indivíduos que o compõem e que se complementam, mas, ao mesmo tempo, apresentam antagonismos entre si. As ações, interações e retroações destes elementos constituem um sistema aberto.

Fratucci (2008), na tentativa de compreender o Turismo, explica que, entender o fenômeno como uma unidade complexa só é possível a partir do reconhecimento dos múltiplos pontos de vista que o compõem. Cada meta ponto, como é colocado por Morin (2005a), leva à compreensão dos diferentes vieses, que possibilita o conhecimento de suas variáveis, de suas inter-relações e implicações para a sociedade contemporânea. O somatório de todas estas análises permite uma visão mais ampliada do Turismo, sem, no entanto, abranger toda a extensão de suas dimensões (Fratucci, 2008).

Partindo da ideia central de Turismo como trama ecossistêmica complexa – conceito de Baptista (2019), que é também a base principal para o entendimento de Turismo desta tese - enxergamos uma “trama-teia” de engendramentos que precisa ser compreendida no todo, no complexo, em toda sua grandiosidade e amplitude. O que nega a fragmentação do saber, a hiperespecialização, pois, ao reconhecer todas as suas

singularidades, reconhece também suas conexões, relações e interrelações intra e exteriores (Baptista, 2020b). É preciso compreender o que é 'tecido junto', como fala Morin (2005a).

> Dessa linha de pensamento, deriva a compreensão dos ecossistemas turístico-comunicacionais subjetivos como processos complexos de desterritorializações, envolvendo o acionamento e entrelaçamentos de diferentes ecossistemas, em que o sujeito que se desloca é também sujeito de transposições e transversalizações ecossistêmicas, que agencia a movimentação e conexão de mundos, de universos de significações, de referências, de produção e consumo. Desse modo, está envolvida e é acionada uma teia de materialidades e imaterialidades, desde as potentes tramas econômico-político-sociais-culturais e de prestação de serviços, até os subjacentes fluxos de energias, das micropartículas, de acionamento quântico, que atingem também os níveis de afetos. Com o turismo, tudo se movimenta e se transforma, ao mesmo tempo que o movimento de desterritorialização, em si, autopoietiza (reinventa) sujeitos e lugares, das dimensões ecossistêmicas envolvidas (Baptista 2020b, 48-49).

Nesse sentido, Moesch (2013) contribui para pensar o Turismo como ecossistema, ao expor que o turismo deve ser analisado em sua totalidade. Apresenta sim a contingência material, sua expressão econômica; no entanto é fundamental entender que acontece

> [...] historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um sujeito biológico: sujeito objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em ideologias, imaginários e necessidade de diversão, na busca do elo perdido entre prosa e poesia (Moesch, 2013, p. 18)

Fica clara, analisando as citações de Baptista (2020b) e Moesch (2013), a evidência ao sujeito – aquele que se descola, desterritorializa, vive transposições e transversalizações ecossistêmicas, possui desejos, ideologias e imaginário. O que faz afirmar novamente que o Turismo é uma prática social e seus estudos devem considerar todas as características que isso implica. A prática social envolve tramas, entrelaçamentos, de pessoas, culturas, lugares, movimento constante, encontros. Nesse sentido, Baptista (2016, p. 1084) aponta que se torna interessante compreender a intensidade da desterritorialização[68] na contemporaneidade, no encontro de universos

[68] Maria Luiza Cardinale Baptista utiliza o termo desterritorialização embasada em Felix Guattari, propondo que o termo "implica uma saída do território existencial, dessa configuração subjetiva, que pode ser tanto de um sujeito em particular, quanto de um grupo de sujeitos ou de um lugar, mas, sempre, especialmente,

existenciais, a partir do choque de singularizações subjetivas, agenciadas por máquinas abstratas".

Nesse sentido, a proposta é no sentido de (re)pensar do Turismo. Novos fios, novas tramas, novos entrelaçamentos. Um Turismo que (re)pense suas relações com pessoas, lugares e meio. Um Turismo que evidencie a importância do 'Com-versar' lugares e sujeitos, que priorize a vida em todas as suas manifestações. Nesse (re)pensar, apresento o fio que direciona o Turismo que embasa esta tese. Aquele do Avesso, em tramas amorosas e autopoiéticas, que sinalizam mudanças necessárias e urgentes.

5.3.1 Avesso do Turismo

Em coerência com a discussão proposta sobre o Turismo até o presente momento, abordo o Avesso do Turismo, enquanto outra possibilidade que considere as complexidades e multifacetas do Turismo. A proposição do Avesso do Turismo é de Baptista (2021a), e está alinhada à dimensão epistemológica que orienta esse estudo, com visão ecossistêmica complexa e holística. A ideia do Avesso do Turismo está relacionada com a intenção de que considerar a trama subjacente, que é disfarçada pela fachada, ou o que a autora chama de "Turismo de Fachada". O sentido do Avesso vem da metáfora da costura, trabalhada por Baptista (2021a) para abordar a lógica de composições complexas que se dão em amarrações ecossistêmicos e processuais de fenômenos

> Minha avó também me ensinou o valor dos avessos. Disse uma vez que uma boa costureira se conhece pelo avesso das costuras, ali onde estão os arremates, os nós, os pontos bem dados, os fios soltos que não se soltam, a trama verdadeira engendrada, que segura a costura da parte da frente. A parte da frente é a que todo (e qualquer um) vê. O avesso não. Só quem sabe vê e olha o avesso e percebe que ali, exatamente ali, estão as amarrações da vida, as tramas da tessitura existencial que mostra o bonito e o feio, o que nem todo mundo quer ver, mas sem o qual a costura 'da frente' que se mostra exibida, não existe. Assim é também o Turismo. Sem o avesso, o Turismo não existe (Baptista, 2021a, p. 260).

---

de saída de uma condição (território) conhecida, para uma desconhecida, implicando, então, o 'salto no escuro', a ousadia de viajar, soltar-se e enfrentar o inesperado, as incertezas, o devir-viagem"(Baptista, 2016, p.1084).

Para tanto, a lógica é a do turismo enquanto ecossistema complexo, que não é estudado unicamente em si, ou fragmentado, mas é processual, com suas dimensões ecossistêmicas, atrelado a outros ecossistemas. Para Baptista (2021a), falar em ecossistemas implica na descentralização de vozes, dialogicidade de fatores bióticos e abióticos e interação, tendo como base a Ecologia Profunda. Nos ecossistemas as relações devem buscar o equilíbrio entre os diferentes, em suas interações, em seus entrelaçamentos.

Fazendo um paralelo entre o estudo do Turismo e o desenvolvimento do capitalismo, ao analisar a obra de Arrighi (2009), O Longo Século, em que o autor explica os ciclos do capitalismo, Baptista (2021a) conclui que o Avesso do Turismo é pensado considerando que os ciclos do capitalismo oscilaram sempre entre a expansão material e a financeira, porém nunca na expansão da vida e da responsabilidade ecossistêmica. Fato que também pôde ser observado no Turismo, como é possível analisar a partir da trajetória anteriormente exposta, que explica a construção do que a autora classifica como “Turismo de Fachada”.

> [...] o turismo do lado direito, aquele que se mostra, que se exibe, com uma estética calcada na falácia da perfeição de mundos, de destinação e eficiência capitalística nas interações. O turismo do lado direito é aquele que se produziu para mostrar, que é exibido como o turismo de sucesso, resultado de uma infinidade de planejamentos turísticos e de governanças públicas e privadas. O turismo idealizado pelos agentes do turismo e pela trama de sujeitos dele dependentes, sejam estes os moradores, o poder público, os operadores do turismo, os trabalhadores do setor, assim como também, claro, os chamados turistas (Baptista, 2021a, p. 265).

É na contramão deste Turismo que entendemos o Avesso do Turismo. Em períodos que grandes mudanças são necessárias para que se possa garantir a sobrevivência diante de tantas e diferentes crises, é preciso pensar em novas formas de gerar vida, de manter vida, de ‘com-versar’ lugares e sujeitos, de conexões profundas, de olhar pelo Avesso das coisas. Nessa lógica, é preciso também pensar o Avesso do Turismo, enquanto sinalizador de mudanças, como processos de saberes e fazeres para gerar o bem comum.

> No avesso, buscam-se arremates para sustentar eficientemente a trama que existe do outro lado, aquela que o visitante-turista vê. No avesso, são feitos os acordos, os acertos, as combinações para recebermos as visitas turísticas. Há toda uma poética aqui então envolvendo hospitalidade, acolhimento, a recepção, o colo para quem chega. Há um mar de estudos já realizados nesse sentido, mas que também se dividem entre o bem-receber, ser hospitaleiro, a hospitalidade estratégica [...] (Baptista, 2021a, p. 266).

O Avesso não se interessa em esconder, maquiar, teatralizar. Ele mostra a cidade em sua realidade, com suas marcas perversas de um sistema econômico, social e político que exclui, nega, diferencia e divide. O Avesso não precariza, não expulsa. O Avesso equilibra, conecta. Concordo com Baptista (2021a), no sentido de que é preciso romper com as lógicas vigentes e coragem para enxergar o Avesso. No entanto, o Turismo que se pensa em consonância com o até aqui estudado por um longo percurso, enquanto acadêmica, docente e pesquisadora, é este que prevê diálogo e escuta, que envolve uma dimensão ética, responsável com o ecossistema como um todo, que conscientiza, que valoriza.

Pensar um Turismo que se entrelace ao Patrimônio que também é do Avesso, o Patrimônio do Cotidiano, é pensar no morador, no local em detrimento do global, no profundo, nas conexões, nos entrelaços. Conforme o exposto, quando penso o Avesso do Turismo, me refiro a saberes e fazeres em sua totalidade, completos, gerador de vida, de amorosidade. Assim, o que busco discutir aqui é um convite para refletir sobre novas formas de pensar e fazer o turismo.

5.3.1.1 Avesso do turismo e patrimônio do cotidiano

O exercício de analisar o Avesso do Turismo unido ao Patrimônio do Cotidiano se insere em um caminho de mudanças. Como já exposto neste estudo os campos do patrimônio e do turismo são dinâmicos e passam por um momento de reflexões sobre como esses campos vem sendo construídos e a evidência de que novos estudos, que sustentem novas práticas, são necessários. Além disso, como já exposto neste estudo, a relação existente entre o patrimônio e o turismo pode se apresentar de forma potente e promissora. Contribuindo para a valorização da vida e do próprio patrimônio; ou atender

aos preceitos mercadológicos se caracterizando como uma atividade excludente e predatória. Nesse sentido, é importante e necessário ponderar sobre questões que avancem nos estudos realizados nestas áreas do conhecimento, e, que, tragam novos olhares e condutas capazes de potencializar o agenciamento de um turismo relacional, amoroso e ecossistêmico. Um turismo que se volte ao real da cidade (cotidiano), envolvido com o morador e da mesma forma transforme as experiências cidade/morador/turista.

O ponto de partida é compreender que, nesta reflexão a união do Avesso do Turismo ao Patrimônio do Cotidiano remete à potencialidades turísticas que se destacam na significância do simples. Não são imitações do real, espetáculos forjados para o turista. É o real da cidade que ganha potência na sua singeleza. É um saber e fazer turismo que faz suas descobertas nas especificidades do local, se enebria com os pormenores e deslumbra-se com formas e cores da cidade do interior.

Entendo dessa forma que, na contramão de uma sociedade que vem priorizando as imagens, a artificialidade e um consumo superficial de coisas e lugares, em acordo com o que vem sendo trabalhado de forma mais ampla no Amorcomtour!, a proposta é de um Turismo que se faz nas interações entre os sujeitos e entre sujeitos e lugares, pautadas pela ética; pela responsabilidade ecossistêmica; pelo reconhecimento do outro que propicie mudanças significativas no lugar; na forma como o sujeito/morador olha para si e para sua cidade e na forma como o sujeito/turista olha para o lugar visitado.

Entendo que o turismo provoca vivências e experiências que unem o local visitado – no sentido amplo, cidades e moradores com toda a carga cultural e social – ao turista, e, dessa forma, estes locais e a forma como chegam aos turistas têm o poder de afetar. Cada viagem ou visita é capaz de gerar conexões significativas que geram memórias sensoriais e emocionam e podem acompanhar este turista por sua vida. O patrimônio do cotidiano é a história viva da cidade que tem potência de conectar turista/lugar/morador na produção destas memórias e afetos.

O Patrimônio do Cotidiano é coerente com o que Yázigi (2001) chama de “Alma do Lugar”. Para o autor, os lugares possuem uma “alma” que se reflete na identidade, nas práticas culturais, nos usos dos espaços, na linguagem, no cotidiano de pessoas entrelaçadas a lugares.

> [...] alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo – mas não existe sem um corpo. Alma são materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõe ao que chamaríamos "desalmado". Não creio que possa ser entendida por processos lógicos. Há alma quando há paixão das gentes pelo lugar. A alma orbita além da ciência, e tem de ser entendida num plano mais elevado que o formato acadêmico (Yázigi, 2001, p. 24).

A alma, para Yázigi (2001) traduz a essência dos lugares que lhes confere as especificidades e diversidades que se colocam no oposto de uma homogeneização social e cultural, crescente em tempos de globalização. A alma é a "cor local", e o turismo deve respeitar e valorizar as "cores" de cada local, ao contrário de apagá-las em nome do consumo do padrão e homogêneo (Yázigi, 2001). O turista, para perceber a alma do lugar, precisa estar aberto a ela – estar aberto a reconhecer o outro enquanto legítimo outro, como nos diz Maturana (1998), a reconhecer e respeitar as diversidades e se conectar aos lugares.

À vista disso, falar sobre um turismo que esteja coerente com a lógica do Avesso, unido ao Patrimônio do Cotidiano traz em sua concepção alguns arranjos que devem ser considerados. Em primeiro lugar quero esclarecer que, ao refletir sobre o Avesso do Turismo e o Patrimônio do Cotidiano, vislumbro uma grande aproximação com o Turismo Comunitário e o Turismo de Experiência. São temas que se entrelaçam a este estudo, e que me trazem um potencial de análises. Neste estudo, no entanto, optei por não aprofundar estas possibilidades, e apenas apontar estes entrelaçamentos, deixando estas possibilidades para pesquisas futuras.

Quero ressaltar que, conforme autores analisados neste estudo, o **planejamento participativo do turismo é primordial**, dando-lhe o diferencial para os efeitos ocasionados posteriormente (Barretto, 2007, Dias, 2006; Meneses, 2004). Concordo que o planejamento turístico é fundamental e, ao falar em planejamento, o pressuposto é que esteja pautado na participação dos diferentes setores envolvidos, sendo elas governanças públicas, inciativa privada, pesquisadores, os operadores do turismo, trabalhadores do setor, instâncias e associações comunitárias, representantes de movimentos sociais e os moradores. Reforço apenas, diante de tantas mudanças sociais e econômicas, e de tantos modelos engessados de planejamento, a importância de que ações voltadas ao planejamento sejam resultados de **estudos e pesquisas pautadas**

na realidade e especificidades locais. Reitero ainda que, na contemporaneidade ações de planejamento devem considerar a velocidade das mudanças sociais, culturais e econômicas que nos induzem a caminhar por novas trilhas, quando necessário, além de pensar em planos, programas e projetos que não sejam estáticos, mas que acompanhem a realidade destas mudanças. Não adianta manter regras, pilares, categorias, conceitos, passo a passo, que não sejam aplicáveis a realidade de cada local.

É preciso pensar em planos diretores municipais que prevejam e possibilitem ações voltadas a preservação de bens patrimoniais e o desenvolvimento de um turismo responsável e inclusivo. O planejamento e organização do turismo deve considerar aspectos que se alinhem ao uso do patrimônio pelo turismo, e, que esse uso contribua para a valorização e preservação do mesmo; aderência à realidade econômica da população ao contrário da inserção de um comércio que atenda a padrões globais, com empresários de outras localidade; buscando assim manter os moradores participantes da economia turística.

Ainda que tenha citado sobre a participação de todos os setores envolvidos, quero enfatizar a grande relevância na **participação do morador em todas as etapas desse processo de planejamento e organização do turismo**, que pode ser viabilizada por meio das lideranças e associações comunitárias e representantes dos movimentos sociais envolvidos na governança local. Entendo que isto é fundamental para o desenvolvimento do turismo e, quando unido ao patrimônio, principalmente nesta proposição do cotidiano, o envolvimento do morador se faz obrigatório. É preciso entender que um atrativo cultural sem o morador perde o sentido. A comunidade é o grupo construtor dessa dinâmica que se quer conhecer. O sujeito/morador é indispensável no (re)conhecimento, identificação e seleção do Patrimônio do Cotidiano, como já discutido, e nesse sentido, também o é no desenvolvimento do Avesso do Turismo.

Como expus anteriormente, em muitos casos quando, por diferentes motivos, o morador é “retirado” do seu lugar existe um esvaziamento de sentido e a teatralização e encenação de um “produto” a ser vendido. O Patrimônio do Cotidiano é construído a partir da inter-relação que existe entre lugares e sujeitos. Excluir o morador é trazer para o turismo um lugar incompleto, deslocado do seu contexto, sem vida, sem essência, sem

sentimentos, sem a sua cor. “Daí a impressão de algo falso, esvaziado de alma – percebido pelo turista mais exigente – que é responsável por um certo cansaço do atrativo” (Meneses, 2004, p. 65). Conciliar interesses e políticas sociais e de desenvolvimento que valorizem a totalidade do atrativo turístico, como antes comentado – morador, patrimônio e cidade – e dessa forma contribua para a manutenção da essência local e para a valorização do próprio morador e do seu Patrimônio do Cotidiano.

Ainda reforço que, é importante e necessário a existência de **profissionais multidisciplinares** que tenham embasamento para trabalhar e gerir as áreas do **turismo e do patrimônio conjuntamente**. É importante que estes profissionais mantenham o equilíbrio das duas áreas do conhecimento. A união de duas áreas distintas, ainda que convergentes, para o desenvolvimento de ações prevê o conhecimento e aprofundamento em ambas. Neste caso específico, para desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento turístico, é preciso pensar na gestão patrimonial, além de pensar também em formas em que o “conteúdo” patrimonial deve chegar até o turista evitando que o patrimônio se torne apenas um produto a ser comercializado. O correto é trabalhar políticas de gestão patrimonial que contemplem o turismo, e, da mesma forma, políticas de gestão turística que contemplem o uso do patrimônio. É possível buscar apoio em ações de Educação Patrimonial para o turista e ações de interpretação patrimonial. Interpretar, segundo Murta e Goodey (2002, p.13):

> [...] é um ato de comunicação. Pode-se dizer que interpretar é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, de uma partitura musical, de uma obra de arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural. E o que é interpretar o patrimônio. É o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar.

Interpretar vai além de simplesmente revelar significados ou passar conhecimento, envolve provocar emoções, estimular a curiosidade, envolver o turista com o lugar e com o sujeito detentor, estimular os sentidos, proporcionar experiências realmente significativas que afetam e assim, provoquem mudanças de atitudes do turista em relação ao local que visita de forma específica, mas de forma ampla com o ecossistema (Meneses, 2004; Murta e Goodey, 2002).

Trabalhar com a interpretação do patrimônio possibilita a busca por um equilíbrio entre o turismo e o local – oferecer uma experiência profunda e significativa ao turista; envolver a comunidade no processo; estimular ações de valorização e preservação do patrimônio conciliados com o desenvolvimento econômico. Murta e Albano (2002, p. 47) complementam que, nesse sentido, atitudes inter e transdicisplinares são indispensáveis, além, como já exposto, a participação do morador. “Em vista disso, muitos intérpretes trabalham hoje junto com as comunidades locais a fim de ajudá-las a compreender e trabalhar sua própria imagem[69] do lugar, ajudando-as a atrair visitantes que virão para compartilhar, e não para saquear”. É preciso pensar que o mesmo bem pode ter diferentes interpretações do grupo social, envolver significados atribuídos a partir de histórias contadas, crenças – religiosas ou não – vivências que reforçam a identidade, e fortalecem o vínculo com o turista e enriquece sua experiência.

Meneses (2004) explica que trabalhar a união do turismo e patrimônio a partir de estratégias de interpretação permite que o atrativo turístico seja concebido ligado às especificidades e singularidades do local e não buscando atender padrões de atratividade descolados de sua realidade – um produto encenado, teatralizado. O autor complementa que a interpretação também considera uma história em construção, o que é coerente com a noção de Patrimônio do Cotidiano.

É crucial para a concepção exposta neste estudo não esquecer na relação Turismo do Avesso e Patrimônio do Cotidiano que as **cidades são vivas**, e nesse sentido trabalhar com as transformações contínuas e espontâneas. Não há objetivo de congelamento das realidades sociais e culturais como peças a serem mostradas ao turista. A noção de cidade como um ecossistema vivo com elementos – ‘o vido e o morto’- em constante interação e sobreposição de temporalidades que trazem significados intensos às materialidades e imaterialidades (Baptista, 2020b), influi diretamente na noção de Patrimônio do Cotidiano que se constrói nesse movimento de interações entre sujeitos e lugares, como já foi exposto. Unido a estes elementos o Avesso do Turismo que envolve uma dimensão ética, amorosa e responsável com o ecossistema como um todo.

[69] Os autores Murta e Albano (2002), chamam aqui de imagem do lugar, o que venho chamando de ‘Alma do Lugar’, baseada em Yázigi (2001).

É importante pensar o turismo como capaz de apresentar o bem em uma perspectiva ampliada, como orienta Meneses (2004), inserido em um contexto histórico, social e econômico, ligada ao seu cotidiano, como tenho proposto neste estudo. O propósito seria aproximar o turista dos usos e sentidos do patrimônio, revelar seus significados e buscar a partir disso uma valorização mais efetiva em que o turista pode, dentro de suas subjetividades, selecionar aquilo que o afeta.

Nesse sentido, busco inserir a esta análise o reconhecimento e valorização dos interiores, como temos tratado no Amorcomtur! As cidades do interior, mesmo que inseridas nas dinâmicas sociais contemporâneas, ainda apresentam um pouco daquela forma de vida que as caracteriza e singulariza, o conversar no portão, sentar no banco da praça no meio do dia, “jogar conversa fora”, parar na sorveteria entre um compromisso e outro entre tantas outras singelezas que preenchem a cidade de vida. Pensar o turismo sob a lógica deste estudo é unir este cotidiano do interior como uma prática do avesso que traz ao turista um movimento denso de vida que borbulha, com singularidades e especificidades do local, cheia de significado e sentido, extraordinário em sua sutileza. Aqui também se faz presente o Patrimônio do Cotidiano, que é o patrimônio do morador.

O cotidiano revela hábitos, usos, manifestações, espaços que não estão necessariamente nos guias turísticos, mas que representam as várias cidades presentes na cidade. Nesse sentido como defende Yázigi (2001) o turismo deve ir além da busca pela história oficial, pelos cartões postais e patrimônios monumentalizados. O turista deve buscar o envolvimento sensível com o modo de vida local, deve buscar descobrir os invisíveis, os gestos, os ritmos que se apresentam no dia a dia e que revelam a alma do lugar.

Reforço ainda o exposto no capítulo anterior. São necessárias ações de Educação Patrimonial, que podem unir a Educação para o Turismo, para os moradores. Mudar preconcepções sobre as noções de patrimônio, (re)conhecer, identificar e valorizar o Patrimônio do Cotidiano. Antes de o turista conhecer o patrimônio, é importante a apropriação do morador. Da mesma forma o morador precisa de embasamento sobre o Avesso do Turismo, para que entenda qual é o turismo que se deseja buscar.

É interessante que, com o (re)conhecimento e valorização do patrimônio por parte dos moradores, o Turismo sob a lógica do Avesso, se aproxima da dinâmica do “fazer

turismo” na cidade. O sujeito/morador ao desenvolver uma conexão mais profunda com seus bens, transborda essa afetivação – potência de agir – para os usos ligados a ele. Nesse movimento o turista também é afetado. O que se espera nesse caso é que sujeito/morador e Patrimônio do Cotidiano em conexão transformem a experiência do turista em algo vivo, real, quase palpável. Em uma lógica entrelaçada e recursiva, a própria postura do turista se modifica em relação ao lugar.

Esse processo de afetivações da cidade – sujeito/patrimônio do cotidiano/lugar – para o turista não depende necessariamente do tombamento ou de políticas de preservação, e sim da relação sujeito/patrimônio/turista. Quando este sujeito/morador é levado a (re)olhar e (re)significar os lugares do seu cotidiano, pode enxergar mais do que simples espaços da cidade e passar a vê-los enquanto patrimônio. Nessa lógica, o sujeito/morador se orgulha de levar ao turista esse reconhecimento, algo que é seu. Isso tudo, como em um ciclo ininterrupto, auxilia ainda mais na preservação do bem patrimonial e na valorização de referências identitárias. O contato com o turista traz uma ligação com uma dinâmica global, mas, ao mesmo tempo, o morador pode fortalecer seus laços com o global.

Todo esse processo se torna mais real e duradouro, uma vez que não é rígido ou estático. Pelo contrário, acompanha o movimento contínuo de produção de vida na cidade. Não nega processos e contextos mais amplos que se apresentam no âmbito global ou nacional. Insere-se neles e, ao mesmo tempo, mantém a potência e a singeleza do local, ou do interior, como tenho trabalhado neste estudo, com base em estudos e pesquisas realizadas no Amorcomtur! Complementando, Luchiari (1998) reforça que o espaço, em sua totalidade, é composto por espaços outros que se apresentam com tempos e lógicas particulares e singulares que se articulam com o global.

Nesse aspecto, Santos (1995, p. 315) traz uma reflexão que coaduna com essa proposição:

> Impõem-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano (A.Buttimer, 1976; A. Garcia, 1992; A. Damiani, 1994). Esta categoria de existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que, leve em conta as variáveis [...] os objetos, as ações, a técnica, o tempo.

Em aspectos gerais, a união do Avesso do Turismo e o Patrimônio do Cotidiano deve estar embasada em uma busca pelo entrelaçamento entre a cidade, o morador e o turismo. Uma experiência densa na vivência cotidiana que parece banal, mas que tem algo de extraordinária. Uma experiência que se construa na lentidão – em oposição ao culto pela velocidade contemporânea - e que afete os sentidos. A busca por um entrelaçamento que atinja "substratos inscriacionais de afetivações", como refere Baptista (2014), tão profundos que se inscreva na memória, mas que isso seja feito pela singeleza, simplicidade e sutileza do cotidiano.

Sem a pretensão de direcionar o olhar do leitor, pois acredito que o Avesso do Turismo seja feito na liberdade que o turista tem de conhecer o que realmente tem vontade, e não aquilo que está nos guias e "deve" ser conhecido, posso citar algumas possibilidades de onde enxergo essa união: experiências gastronômicas em casas de famílias ou pequenos restaurantes típicos ou rurais – caso do Restaurante Porco no Tacho do Distrito Nossa Senhora Aparecida do Bartira, Rolândia, (Mancini; Baptista, 2025a) ou um *Strudel* que traz uma receita de família, na Casa do *Strudel*; participação em quermesses, festas religiosas ou não nas cidades do interior. Na cidade de Rolândia é realizada a Festa Junina, a Festa do Aniversário da Cidade, a Festa dos Embutidos no Distrito de São Martinho, como exemplos de festas que apresentam muitas características de cidade do interior, ainda que mesclem características contemporâneas; visitas e vivências a praças no final de semana, onde, provavelmente os moradores estejam realizando suas atividades de lazer – caso da Praça da Igreja Matriz de Rolândia; pequenas capelas na área rural – caso da Capela São Rafael, capela que tem em anexo um cemitério judaico, na cidade de Rolândia (Mancini, Herédia, 2024; Mancini, Baptista, 2025b); diferentes experiências – gastronômicas, olfativas, conhecimento sobre a cidade, etc - que podem ser proporcionadas em visitas a feiras de rua, ou feiras do produtor. São várias possibilidades a serem citadas que podem ser ampliadas no contato do turista com o morador que é o verdadeiro conhecedor destas singelezas tão intensas. Trouxe vivências no município de Rolândia, foco deste estudo, onde realizo Andanças durante toda minha vida, e, agora, especificamente Andanças para a construção desta tese. Entendo, contudo, que, todas as cidades possuem o Patrimônio do Cotidiano que pode ser vivido e experienciado também pelo turista. Seja

uma cidade pequena, com as características do interior, seja uma grande cidade, “entre seus becos e vielas”, como diz o também pesquisador Amorcomtur!, Renan de Lima da Silva (2024).

O olhar para o cotidiano como potente elemento para o entendimento de patrimônios amplia o que entendemos também sobre a cultura e a identidade, trazendo ao turismo a possibilidade de uma experiência mais rica e humanizada. Ao (re)conhecerem, vivenciarem e valorizarem esses elementos, moradores e turistas, criam uma conexão emocional com o lugar – afetivações e memórias – o que permite uma imersão na “Alma do Lugar”. Ao se envolver com o Patrimônio do Cotidiano e com o morador, o turista não apenas “consome o espaço”, ele participa dessa dinâmica e cria memórias e vínculos afetivos – conexões profundas, reconhecendo e respeitando a diversidade social e cultural.

Vamos agora para as Andanças em Rolândia!

6 ‘COM-VERSAÇÕES’ EM ROLÂNDIA

Na dinâmica cotidiana das cidades, a partir da interação entre lugares e sujeitos, alguns lugares ganham expressividade, significado e valor, pela cristalização de afetivações, tendo nas memórias os substratos que lhes dão sustentação. Estes lugares podem consolidar o que, neste trabalho, proponho como Patrimônio do Cotidiano da cidade, que tem seu reconhecimento ligado, principalmente, ao comum, ordinário. Certamente as cidades não têm os mesmos significados para todos os moradores, e estes, por sua vez, não vivem a cidade da mesma forma, o que traz evidência ao argumento de haverem muitas cidades em uma mesma cidade. Da mesma forma, os lugares da cidade não têm os mesmos significados para todos os moradores, o que resulta na “escolha” que os grupos fazem, de determinados lugares aos quais atribuem valor e conteúdos emocionais.

Esse processo, muitas vezes, acontece sem que o morador perceba que, ao atribuir significados, pode gerar afetivações e desenvolver vínculos com o local, reforçar o sentimento de pertença e identidade. Nesse sentido, muitas vezes o morador não relaciona estes lugares com a possibilidade de serem caracterizados como patrimônio, exatamente por estarem ligados ao cotidiano, à simplicidade. Este processo me leva a crer que o Patrimônio do Cotidiano pode estar ligado aos diferentes grupos sociais da cidade, às diferentes histórias, a partir de diferentes representações. É então, com base no exposto, que o presente capítulo busca analisar sinalizadores da proposição conceitual do Patrimônio do Cotidiano e sua relação com o Avesso do Turismo na cidade de Rolândia, Paraná.

O Patrimônio do Cotidiano encontra-se inscrito nas engrenagens do tempo histórico, ou seja, é construído a partir das vivências, das interações sociais e dinâmicas processuais. Nesse sentido, um desafio metodológico para o presente estudo foi o de tentar captar, em tempo real, afetivações e memórias de lugares conectados com sujeitos que vem sendo construídas ao longo de diferentes temporalidades. Para tanto, conhecer a cidade foi um trunfo que me auxiliou nas pesquisas. Além de ser moradora de Rolândia e estar inserida em um contexto de transformações, pelos quais a cidade passou, o aprofundamento teórico sobre a trajetória histórica se fez fundamental. Foi

possível entender a base histórica e social de construção da cidade que influencia em seu movimento até a atualidade, e acrescentar a ela a continuidade do tempo que sobrepôs sentidos e significados. Diferentes temporalidades enroscadas em si mesmas.

Para tanto, como já exposto, este estudo tem como orientação para a prática investigativa o ‘Com-versar’ Lugares e Sujeitos, proposto por Baptista (2020c), como ação transversal. Trata-se, portanto, de uma orientação lógica epistemológica e também um procedimento de investigação que ultrapassa o verbal e se caracteriza como relacional, processual e amoroso. ‘Com-versar’ lugares e sujeitos nos aproxima de diferentes formas do município aqui estudado, visando, assim, atingir os objetivos propostos. Vale destacar, aqui, que segundo a autora as ‘com-versações’ são “ações transversais com”, “ações entre e em conjunto”, o que significa também o reconhecimento de que, com essas ‘com-versações’, estamos agenciando mutações em nós e nos ecossistemas com os quais interagimos. No caso, há uma lógica recursiva de mutações coagenciadas, coerente com os ensinamentos da Biologia Cultural, Amorosa e do Conhecimento, que nos ensina que nos transformamos em acoplamento ao nicho ecológico”[70].

O ‘Com-versar’ lugares e sujeitos neste estudo é composto por ações que me ajudaram a compreender a relação dos sujeitos com os lugares, a geração de afetivações e vínculos. Entendidas como ações transversais, as ‘com-versações’ preveem o desenvolvimento de diferentes ações que permitem essa aproximação com o foco do estudo. Nesse sentido, estas não foram compostas por entrevistas diretas com os moradores e, sim, por observações atentas, sensíveis e densas dos sujeitos nos lugares, e dos lugares nos sujeitos em sua essência. Observação de todos os elementos, cheiros, sons, elementos visíveis e não visíveis em interação. Essa opção foi tomada no sentido de, partindo do pressuposto de um imaginário já formado do patrimônio, entrevistas diretas sobre o tema poderiam induzir respostas. A observação das relações do cotidiano no seu natural movimento se mostram mais frutíferas em termos de material para ser analisado.

[70] Maria Luiza Cardinale Baptista. Declaração em Orientação em reunião online. Novembro de 2024. Registro em Diário de Pesquisa.

A operacionalização da pesquisa se deu na forma de uma Cartografia Sentimental da Cidade, abordagem que entende a cidade a partir de seus movimentos e heterogeneidade, e busca mapear os sentimentos, experiências, vivências, enfim, as afetivações e memórias geradas em relação a determinados espaços. O foco do estudo, neste contexto, não foi, em nenhum momento se ater aos aspectos físicos e funcionais da cidade, mas na inter-relação entre lugares e sujeitos, ou seja, a dimensão subjetiva e emocional que surge desta relação. O embasamento sobre a Cartografia Sentimental da Cidade me permitiu enxergar a cidade dinâmica, moldada pelas histórias, afetos e pelo vivido, dando voz às experiências e relações do cotidiano.

Assim, o 'Com-versar' Lugares e Sujeitos, na forma de Cartografia Sentimental da Cidade, foi acionado a partir de Andanças. As Andanças constituíram uma dinâmica que se tornou um dispositivo de coleta em que a pesquisadora se inseriu no contexto e, durante o movimento (meu e da cidade), foram realizadas observações densas, cuidadosas e sensíveis traduzidas em relatos detalhados.

Neste contexto, para sistematizar os dados levantados nestas 'com-versações', o presente capítulo está organizado em duas trilhas principais: a primeira trilha está voltada à apresentação do lócus de estudo, a cidade de Rolândia - Andanças que fiz pela trajetória histórica de Rolândia, com vistas a entender como se deu o processo de constituição da cidade e de seus espaços. A ideia é entender a configuração da cidade na deriva histórica até a atualidade, buscando melhor compreender o que é valorizado no cotidiano do lugar. A segunda trilha traz alguns relatos das Andanças realizadas, durante esta pesquisa, e apresenta lugares que Rolândia me mostrou quando (re) olhei para esta cidade. Lugares de afetivações e memórias... Patrimônios do Cotidiano!

6.1 APROXIMAÇÕES ANDANTES

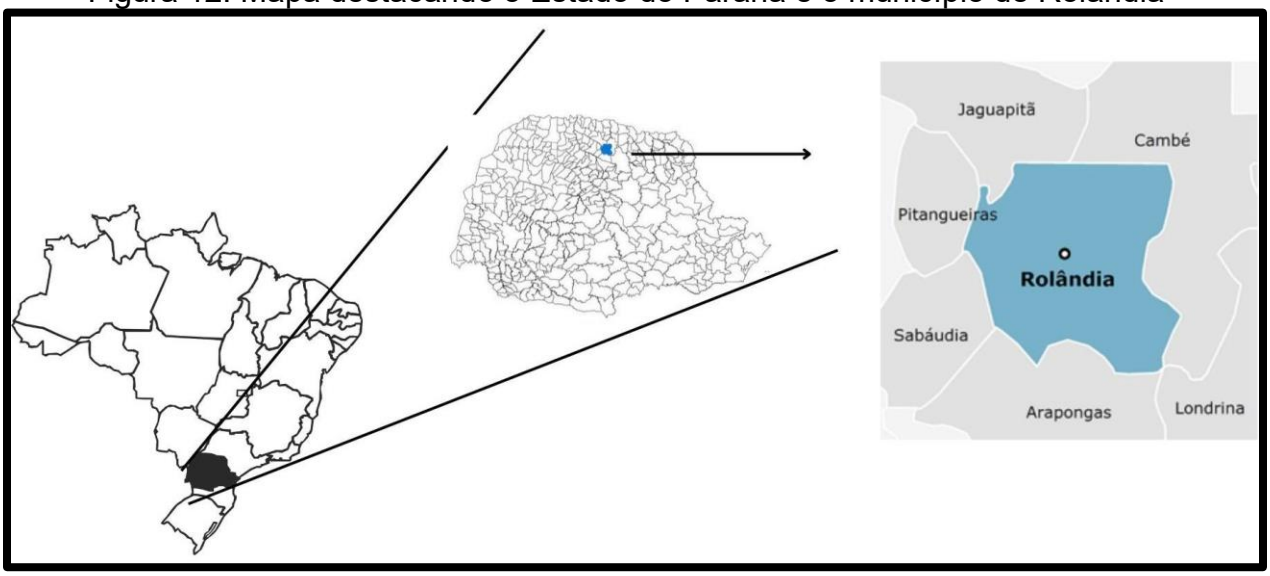
Seguindo a orientação metodológica já exposta, estou trabalhando com a Cartografia Sensível da Cidade, proposta por Rolnik (1989), estando de acordo com a Cartografia dos Saberes, Baptista (2014a) e com as 'Com-versações' entre lugares e sujeitos (Baptista, 2020c). A intenção é capturar, em diferentes sentidos, a essência da cidade, ainda que esta permaneça em movimento. Desta forma, neste primeiro

momento, para desenvolver a cartografia de Rolândia, apresento as conversações realizadas com autores e referências que nos permitam uma maior aproximação com suas características gerais e deriva história.

6.1.1 Sinais vitais do ecossistema Rolândia

Rolândia está localizada no Terceiro Planalto Paranaense, norte do Estado do Paraná, entre as coordenadas de latitude sul 23º16’30’’ e longitude: 51º19’45’’. A elevação máxima é de 730m, tomando por base a altitude da Estação Ferroviária de Rolândia (Prefeitura Municipal de Rolândia, 2024). De acordo com o último censo, realizado pelo IBGE no ano de 2023, possui um total de 71.670 habitantes.

Figura 12: Mapa destacando o Estado do Paraná e o município de Rolândia

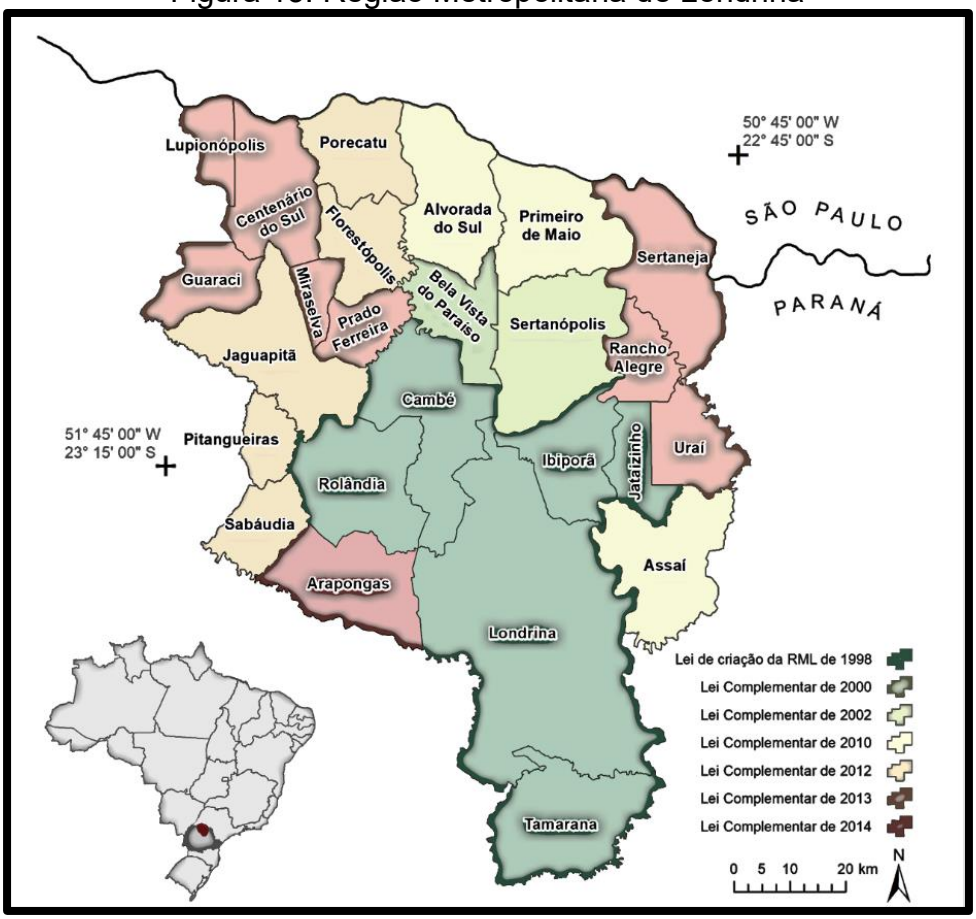


Fonte: Elaborado pela autora

Schwengber (2003) expõe que, na ocasião de sua emancipação política, em 1943, Rolândia abrangia extensa área, pois englobava a área dos atuais municípios de Arapongas, Sabáudia, Astorga e Pitangueiras, que eram distritos e aos poucos foram se emancipando, além de sofrer também alterações nos limites do município. Atualmente, possui, de acordo com Ipardes (2024), área territorial de 474,174 Km², fazendo divisa com os municípios de Londrina, Cambé, Jaguapitã, Pitangueiras, Sabáudia e Arapongas.

A partir do ano de 1998, passou a fazer parte da Região Metropolitana de Londrina, junto com outros 24 municípios[71] (figura 13). Situa-se no eixo econômico Londrina-Maringá, além de ser sede do entroncamento rodoviário da BR 369 com a PR 170/171, com conexão direta para São Paulo, Mato Grosso e Brasília (Prefeitura Municipal de Londrina, 2024).

Figura 13: Região Metropolitana de Londrina



Fonte: UEL, 2024.

[71] "A Região Metropolitana de Londrina foi instituída em 1998 e resulta da Constituição Federal Brasileira de 1988, que concedeu às Unidades Federativas o poder de instituir suas próprias regiões metropolitanas". Foi a primeira do interior do país, inicialmente composta por 6 municípios (Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Jataizinho e Tamarana). A partir de Leis Complementares teve diversas inclusões até o ano de 2014, tendo atualmente 25 municípios (UEL, 2024)

6.1.2 Andanças pela História

Ao propor trabalhar com a Cartografia Sensível da Cidade, entendo ser importante pensar em todo o processo de formação deste espaço, pois este processo influencia no modo como a cidade vai se movimentar, lembrando que a cidade, como é entendida neste trabalho, caracteriza-se como um organismo vivo, que influencia e é influenciada pelos sujeitos que nela vivem, em um constante processo de mutação. Assim todo contexto histórico tem relações diretas na constituição de suas características, na formação de seus sujeitos, dos seus espaços, de sua simbologia, suas memórias. Nesse movimento contínuo, essas memórias nascem com os primeiros moradores, mas continuam com seus descendentes, novos migrantes e imigrantes, que mantém suas relações com a cidade, sendo transformados e transformando o espaço no que ele é hoje. Criando memórias. A cristalização destas memórias, no subjetivo dos moradores, entrelaça as diferentes narrativas, criando formas de viver e de se relacionar com a cidade, produzindo sentido a lugares e pessoas.

O aprofundamento histórico realizado, nesse sentido, é importante na medida que reforça a ideia de Patrimônio do Cotidiano que contêm uma dimensão de sinalizadores do passado, sinalizadores do presente e sinalizadores do futuro. Foram Andanças pela história da cidade que fundamentaram as Andanças do presente que sinalizam possíveis Andanças no futuro, no sentido de ações que possam realizadas. Maturana e Dávila (2021) no livro “Revolução Reflexiva”, nos levam a refletir sobre o que queremos seguir produzindo para a manutenção da vida. A partir deste contexto, penso a cidade, o Patrimônio do Cotidiano e o Turismo. Entender dinâmicas do passado e do presente que sustentam mudanças para o futuro para proporcionar transformações capazes de garantir na cidade a manutenção da vida. De que forma o Patrimônio do Cotidiano e suas conexões com o Avesso do Turismo podem ser agenciadores de transformações pautadas pela ética, responsabilidade e respeito?

É importante ressaltar que a proposta de traçar uma contextualização dos acontecimentos, mesmo que, em primeiro momento, pareça que tem como objetivo situar no tempo e espaço, não visa apenas expor os fatos de forma cronológica e isoladamente. O que se busca, principalmente, é entender como toda essa bagagem histórica

influenciou e influencia na formação e entendimento que se tem da cidade. Entender as várias ‘Rolândias’ que foram se construindo e sua relação com um contexto maior. Dessa forma, ainda que a percepção a partir de uma análise mais superficial demonstre a elaboração de um simples histórico, não se manteve um rigor à linearidade temporal (já que a importância maior está em evidenciar as relações que se formaram a partir destes) e aos poucos os entrelaçamentos irão se destacando, deixando claro esse principal objetivo.

Acredito também ser importante citar que me deparei com uma falta de material bibliográfico e documental para compor os últimos períodos dessa deriva histórica até a atualidade. O material existente tem grande foco na colonização, ou na produção do café, que foi, por muitos anos, o principal produto agrícola na região. Nesse sentido, dados principalmente a partir da década de 1980 estão apoiados em Instituições de pesquisa nacional e regional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no site da Prefeitura Municipal de Rolândia, jornais e na interpretação de alguns estudos que falam da região como um todo, e não especificamente sobre a cidade.

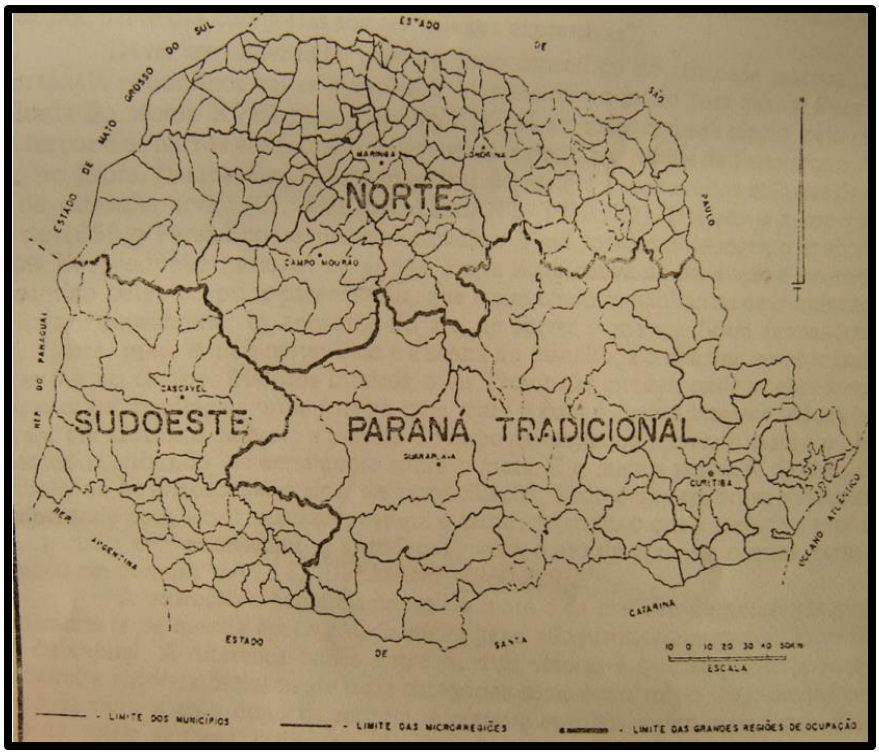
6.1.2.1 Marcas da colonização do norte do Paraná

A colonização de Rolândia não difere da colonização e ocupação da maioria das cidades do chamado “Norte do Paraná”. Nesse sentido, torna-se importante, para maior aprofundamento sobre as características de formação sociais, culturais e econômicas da cidade, situar a colonização do município em um contexto mais amplo do qual faz parte.

Na visão de Almeida (2016), a colonização do Estado do Paraná foi resultado da atuação de três frentes pioneiras (Figura 14): Paraná Tradicional; Norte do Paraná e Região Sudoeste. A frente pioneira do Paraná Tradicional foi primeira frente de ocupação, corresponde ao litoral, à região de Curitiba e aos Campos Gerais - do ouro de lavagem, tropeirismo e da extração de erva-mate. A frente do Norte do Paraná, mesmo com uma ocupação espontânea de fazendeiros paulistas, na segunda metade do século XIX, aconteceu ocupação efetivamente a partir de 1929 e teve como responsável a Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTP). A base das propriedades agrícolas foi a cultura cafeeira, que garantiu um dinamismo econômico e social para a região. A Região

Sudoeste teve sua ocupação somente a partir de 1940 por imigrantes gaúchos e catarinenses, a partir de um plano de incentivo do governo.

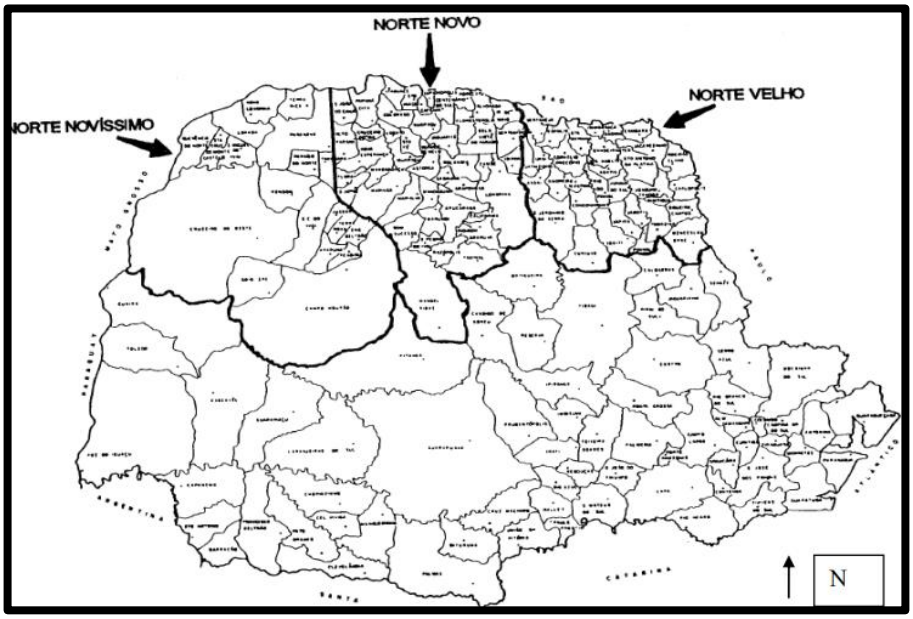
Figura 14: Grandes regiões ocupadas com o deslocamento das frentes pioneira



Fonte: ALMEIDA (2016, p.12)

A região que se conhece como Norte do Paraná, de acordo com a CMNP (2013) ficou dividida em três áreas (Figura 15) de acordo com a época e a origem de sua colonização, a saber: Norte Velho ou Norte Pioneiro; Norte Novo e o Norte Novíssimo. O Norte Velho ou Norte Pioneiro se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi, faz divisa nordeste com o Estado de São Paulo, foi colonizado entre os anos de 1860 e 1925. O Norte Novo delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, tendo como limite a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa, foi colonizado entre 1920 e 1950. O Norte Novíssimo, que se desdobra dessa linha, se estende do rio Ivaí ao Paraná e Piquiri, foi colonizado entre 1940 e 1960 (Chies;Yooko, 2012; CMNP, 2013).

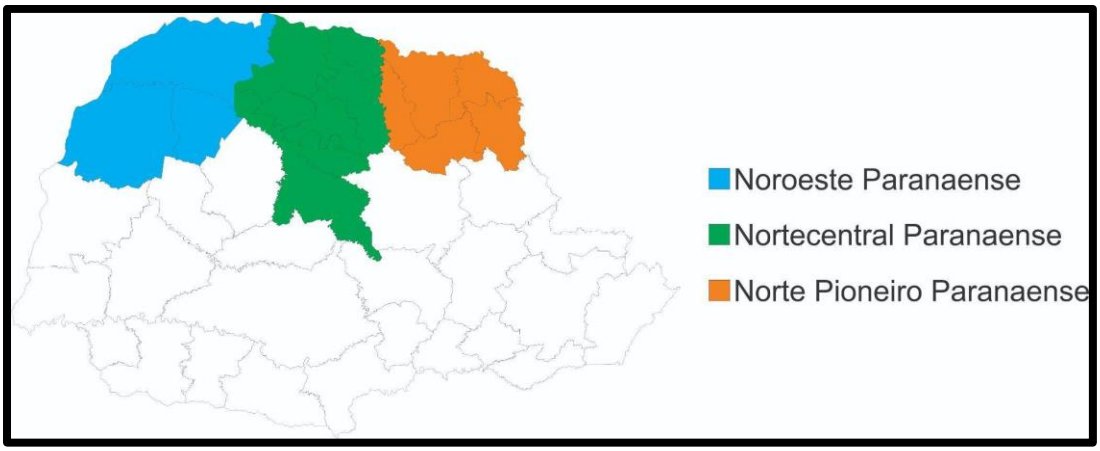
Figura 15: Estado do Paraná, divisão da região Norte



Fonte: Tomazi, 1997, p. 127.

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem-se a formação de três mesorregiões: Norte Pioneiro Paranaense (referente ao Norte Velho), Norte Central Paranaense (referente ao Norte Novo), e Noroeste Paranaense (referente ao Norte Novíssimo) (Figura 16).

Figura 16: Divisão região Norte do Paraná atual



Fonte: Adaptado do IBGE

A colonização de parte do norte paranaense, mais especificamente o Norte Novo – onde se encontra o lócus deste estudo, como citado anteriormente, teve como responsável a Companhia de Terras Norte do Paraná e se iniciou, nos moldes modernos, no ano de 1929. Com um planejamento bastante detalhado, o processo de ocupação e urbanização do Norte do Paraná é, por muitos autores, considerado um dos mais bem sucedidos e notáveis projetos de povoamento. A cultura do café teve fundamental importância no povoamento e na vida dos moradores e diversas narrativas expressam esta realidade. O café permanece no imaginário da região como o produto que permitiu todo seu desenvolvimento, e se tem muitas referências desta importância espalhadas pelas cidades do Norte do Paraná[72]. Outro elemento de grande importância na colonização da região foi a linha férrea. Foi a construção da linha férrea que possibilitou a chegada dos colonizadores.

É preciso, no entanto, destacar que estou me referindo ao processo de colonização do século XX; porém, estas terras já estavam ocupadas. Antes e após a colonização portuguesa eram ocupadas pelos indígenas - que dificilmente aparecem nas histórias sobre a região – e depois pelos bandeirantes, que buscavam escravizar os indígenas e conquistar as terras. No século XIX e XX, havia colonos e sitiantes, e se mantinham alguns indígenas, que permanecem em alguns locais até os dias de hoje. As terras eram devolutas e houve grande incentivo por parte do Governo Federal na colonização e ocupação (Chies; Yooko, 2012; Müller, 2001; Oberdiek, 2007).

Oberdiek (2007) ainda expõe que existe a construção de um mito que envolve todo o processo – o “mito da colonização”, o “mito do imigrante” que venceu as condições adversas a ele impostas[73]. Segundo ele, isso se deve muito ao fato de que os ingleses

[72] Niehues (2016) cita alguns marcos simbólicos da cultura cafeeira na região como o Estádio do Café, a Avenida do Café, o Shopping Center Catuaí, o Hotel Bourbon, o Hotel Sumatra, o Cine Teatro Ouro Verde, o Ribeirão Cafezal, a Rota do Café, o bairro Cafezal, o Conjunto Residencial do Café, o Parque Ouro Verde, a Faculdade Catuaí, o Jardim do Café, o Museu do Café de Ibiporã, o Museu do Café de Rolândia, o Museu do Café do Norte do Paraná, antigos armazéns do IBC para estocagem do café, a sede da extinta Agência Regional do IBC, o Edifício América, o Edifício Pioneiros do Café, entre outros.

[73] Nessa perspectiva de mito, outra questão relacionada à Companhia de Terras é que muitos historiadores, bem como as ideias predominantes da opinião pública local, também consideram que a colonização das terras do norte do Paraná pode ser caracterizada como uma verdadeira reforma agrária, no sentido de que muita gente comprou terras. É preciso constar nessa análise, contudo, que as terras foram ocupadas por

foram os primeiros a realizarem um amplo projeto e que realmente deu certo. Dessa forma, a eles ficou atribuída a construção da história oficial. A nomenclatura “Norte do Paraná” foi criada por uma companhia inglesa que, em 1928, adquiriu apenas 20% das terras da região e foi responsável por sua ocupação e colonização.

Não se pretende, de forma alguma, minimizar a importância dos migrantes e imigrantes no processo de povoamento, nem mesmo as influências que trouxeram para a região em aspectos culturais, sociais e econômicos. O que se busca é, de alguma forma, dar luz às diferentes perspectivas de um mesmo acontecimento.

Além disso, outro fator de grande importância é que a ocupação nem sempre aconteceu de forma amistosa. Indígenas e posseiros que não aceitaram empregar-se como assalariados foram expulsos, ou, muitas vezes, dizimados. No território do Norte do Paraná, repetiu-se o que aconteceu e acontece em um processo de ocupação em outros espaços. Os problemas foram enfrentados pela Companhia de Terras Norte do Paraná de forma tão “eficiente”, que não deixou rastros de sua ação ou existência (Chies;Yooko, 2012; Oberdiek, 2007).

De qualquer forma, os feitos sobre o início da colonização recaem sobre um grupo de ingleses da *Sudan Plantations.* Em visita ao Brasil, acionistas desta companhia encontraram um fator favorável: de um lado, buscavam informações sobre a agricultura e terras, e, por outro lado, fazendeiros do Norte Velho procuravam investidores estrangeiros para dar continuidade às obras da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, que se encontrava parada, dificultando o escoamento da produção.

No ano de 1925 foi formalizado o acordo, criando, então, de acordo Schwengber (2003), a empresa inglesa *“Brazil Plantations Syndicate Ltd.”* para adquirir as terras. Essa ação como um todo fazia parte de algo maior, projeto que ficou conhecido como “Missão Montagu”. Esta foi uma missão organizada por bancos ingleses credores, com objetivo de resolver o problema da dívida externa. De acordo com Cruz e Ivano (2013), na década de 1920, a Inglaterra passava por crises econômicas decorrentes da I Guerra Mundial, o que impedia os ingleses de investir no exterior. Por outro lado, o Brasil se encontrava na

pessoas que podiam pagar por elas. Mesmo considerando a facilidade de pagamento, pessoas despossuídas deste capital financeiro não tiveram as mesmas oportunidades (OBERDIEK, 2007)

situação de devedor a bancos ingleses, o que facilitou que estes bancos participassem da colonização no território brasileiro. Assim surgiu a *Paraná Plantation*, tendo como subsidiária no Brasil a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que, posteriormente adquiriu ações da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná (CFSPPr), buscando fazer a ligação de suas terras com São Paulo – Santos, facilitando a exportação.

De acordo com Müller (2001, p.100),

> Segundo parece, a Companhia resolvera, de início, comprar essas terras para nelas fazer culturas de algodão, que viessem substituir a matéria prima do Sudão, onde a situação política não era, para o Império Britânico, muito tranquilizadora. As primeiras viagens de reconhecimento, no entanto, demonstraram que talvez melhores resultados fossem obtidos com o loteamento da gleba em pequenas propriedades: os colonos plantariam algodão e, atingindo assim seu objetivo primário, a Companhia poderia ainda recuperar, com lucros, o capital empatado. Formou-se, então, definitivamente, a Paraná Plantations Co. que, percebendo a grande importância que boas vias de comunicação teriam para seu plano, desdobrou-se em duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná, que trataria da colonização, e a Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná que, comprando o ramal Ourinhos-Cambará, procuraria levar os trilhos até as zonas de loteamento. As duas entidades, assim entrosadas, se completavam: enquanto a colonização garantia fretes à ferrovia, esta assegurava o fluxo contínuo de colonizadores para as frentes pioneiras. Em julho de 1929, a Companhia tomou a posse efetiva de sua enorme propriedade com a fundação da cidade destinada a lhe servir de sede e de “capital” da zona por ela colonizada: Londrina. Aí instalados os escritórios da Companhia, em verdadeira clareira aberta na mata virgem, começaram os trabalhos de levantamento topográfico e, a seguir, os planos de loteamento, construção de estradas e localização dos núcleos urbanos

Rego e Meneguetti (2008; 2006) detalham que as cidades foram projetadas, considerando objetivos e expectativas específicas. A companhia foi responsável pelo desenho dessa rede de cidades – fundamental para a colonização da região - que compunha a estrutura de um plano de desenvolvimento regional, seguindo um planejamento territorial de venda de glebas, nesse momento, já destinadas sobretudo ao plantio do café. Possuíam dois objetivos principais: se constituir no lugar dos serviços urbanos e também o centro comercial para os negócios da região.

A CMNP (2013, p. 137) reitera esta análise, quando explica que apesar de “situados em pleno sertão, o projeto e a construção de quase todos (os núcleos habitacionais) foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo, para que se tornassem metrópoles modelares[...]” (CMNP, 2013, p. 252).

A Companhia de Terras, além da estrada de ferro, preocupou-se também em projetar todo o desenho do processo de colonização. Os núcleos urbanos abastecedores, que se tornariam núcleos econômicos de maior importância, com distância média de 100km entre eles - com escolas, farmácias, hospitais, comércio e autoridades administrativas, sendo eles: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama – com estação ferroviária, rodoviária e aeroporto. Entre estes núcleos de maior importância seriam fundadas as cidades de médio porte e os patrimônios[74], com no máximo 15 km um do outro, que funcionariam como satélites, possuíam estação rodoviária e ferroviária. Essa hierarquia permitiu viabilizar a dinâmica da colonização, escoando a produção e facilitando o acesso ao espaço urbano (Müller, 2001; Rego; Meneguetti, 2006; 2008; Schwengber, 2003). Villanueva (1974) complementa, expondo o empreendimento se baseou inicialmente na comercialização de pequenos lotes agrícolas, entre 10 e 15 a alqueires paulistas (24.600m²). Na sequência os lotes urbanos.

As agências de colonização e publicitárias realizaram vasta propaganda no Brasil e em países da Europa, sendo fundamentais para a vinda dos colonizadores (Figura 17). A fertilidade da "Terra Roxa"[75] da região se espalhou para o país e muitos autores apontam que, pelo que se intensificou nas propagandas, o norte do Paraná passou a representar a Canaã brasileira. Assim, muitas pessoas migraram para a região para realizar o sonho da terra própria e de melhores condições de vida. De acordo com Schwengber (2011, p. 261), a própria Companhia de Terras foi uma das responsáveis pela farta propaganda destas terras, com o objetivo de atingir várias nações. "A propaganda era feita em vários idiomas: inglês, húngaro, italiano, alemão, japonês etc. Além do Brasil, espalhava folhetins por outros países como: Suíça, Itália, Alemanha, Áustria, entre outras".

[74] Pequenos núcleos urbanos, sem autonomia administrativa, que atende aos moradores rurais da área ao entorno, possuindo geralmente uma capela, uma praça, uma escola, um pequeno estabelecimento comercial de gêneros alimentícios, e um campo de futebol e de bocha (ALMEIDA, 2016, p.14). Eram consideradas cidades aqueles assentamentos que continham mais de 100 quadras (Cambé, 100; Rolândia, 122; Arapongas, 168; Apucarana, 144; Jandaia do Sul, 116; e Mandaguari, 161) e patrimônios os quais continham um número inferior de quadras (Marialva, 93; Sarandi, 40; Jussara, 90; e Paiçandu, 44) (Rego; Meneguettil, 2008, p.52)

[75] O solo da região é de textura argilo-siltosa, com coloração marrom avermelhada, sendo conhecida por "Terra Roxa" ou "Terra Vermelha", bastante referenciado por sua fertilidade. Não apresenta variação de cor em sua profundidade. Aceitavam qualquer tipo de cultura, produzindo com excelente qualidade, já que se tratava de uma terra nova, ainda com todos os micro elementos intactos (Villanueva, 1974).

Figura 17: Exemplos da divulgação realizada pela CTNP

UM SONHO QUE PODERÁ VIVER NO NORTE DO PARANÁ

As possibilidades presentes e futuras, que lhe apresenta o Norte do Paraná, para desenvolvimento integral do seu trabalho — no campo, na floresta ou na cidade — superam tudo que se possa imaginar.

Todas as forças produtivas e do bem, estão conjugadas para levar o bem estar e a abastança a todos os lares.

O clima é muito saudavel. A água é de uma pureza invulgar. Excelente rede rodoviária, sempre conservada e em continuo aumento, proporciona transportes rápidos para as estações ferroviárias, dentro tambem das terras da Cia. de Terras Norte do Paraná.

A terra, de uma fertilidade sem par, dá de tudo: Café, Algodão, Cereais, Legumes, Frutas, etc. — oferecendo colheitas fartas e rendosas.

Devido a ser uma região liberta de serras, levemente ondulada, é muito apropriada para pastagens e, com grande êxito, se cria, em escala sempre ascendente, gado bovino, suinos, caprinos, além de toda a sorte de aves domésticas.

Rios e córregos irrigam o Norte do Paraná, não faltando, em parte alguma, água boa e abundante.

Se deseja usufruir das vantagens e da tranquilidade feliz da vida campestre, adquira um sitio, chácara ou fazenda, com facilidade de pagamento, da

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Sede: LONDRINA — Paraná

Escritório em S. Paulo: RUA S. BENTO, 329 - 8.º and. - C. Postal, 2771

NOTA — Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Companhia.

(Titulos registrados sob n.o 12, de acordo com o Decreto n.o 3079, de 15-9-1938).

TENHA FÉ E CONFIANÇA NO NORTE DO PARANÁ

Jamais será destituido em seu trabalho no Norte do Paraná. O seu esforço será 100 % recompensado, graças à fertilidade do solo daquele privilegiado recanto de nossa Pátria.

Qualquer que seja a atividade a que se dedique, mormente agricultura — Café, Algodão, Cereais, Legumes, Frutas, Hortaliças etc. — ou extração de madeiras — Cedro, Peroba, Cabreuva etc. — seu êxito será garantido.

As excelentes vias de comunicações e transportes — estradas de rodagem e caminho de ferro — lhes oferecem conduções rápidas e econômicas, no momento desejado e mais propicio dos mercados consumidores, para obter melhores preços.

O clima é magnifico e a água pura, de maneira a gozar boa saude.

Para uma vida tranquila e sem aflições, adquira terras roxas, com facilidade de pagamento, da

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Sede: LONDRINA — Paraná

Escritório em S. Paulo: Rua S. Bento, 329 - 8.o andar — Caixa Postal, 2771

NOTA — Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Companhia.

(Titulos registrados sob n.o 12 de acordo com o decreto n.o 3 079, de 15-9-1938).

Companhia de Terras Norte do Paraná

São Paulo
RUA SÃO BENTO, 329 — 8.º AND.

Londrina
ESTADO DO PARANÁ

Endereço Telegráfico: CIANORTE — Caixa Postal, 2771 — Telefones: Vendas, 3-4561 — Gerência, 2-2435.
Escritorio em Arapongas e Maringá

TERRAS DE ALTA QUALIDADE

★ ★ ★ Vendas a Prestações em Pequenos e Grandes Lotes ★ ★ ★

Inscrição N. 12 no Reg. de Imóveis da Comarca de Londrina, na forma do Decreto Lei 3079 de 15 de Setembro de 1938

Ventajosa produção de café, cereais, fumo, algodão cana de açucar, mandioca, trigo etc.

Estrada de Ferro - Otimas estradas de Rodagem - Explendido serviço rodoviário

Lotes demarcados e fornecimento das respectivas plantas aos compradores

NÃO HÁ SAÚVAS

Fonte: https://doclondrina.blogspot.com/2012/01/as-alegrias-do-marketing-anuncios-da.html

Em pouco tempo muitos estrangeiros, imigrantes que já haviam se instalado em outras regiões, principalmente São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais, entre outros, foram chegando e povoando a região. Luz (1980), afirma que, para poderem pagar as prestações dos lotes adquiridos, apesar das facilidades de pagamento, os imigrantes trabalharam muito, para que suas propriedades se tornassem produtivas, a ponto de produzirem excedentes que seriam comercializados na zona urbana.

De acordo com Arias Neto (1998), a partir de 1940 a região passou a produzir o café em larga escala, momento identificado como “Eldorado Cafeeiro”. Neste período, no entanto, inicia um processo de desestruturação do poder exercido pela Companhia de Terras, motivado por crises que levaram à instauração de uma sindicância pelo interventor estadual, a fim de verificar irregularidades.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Inglaterra foi obrigada a se dispor de muitos dos seus bens no exterior e a Companhia de Terras Norte do Paraná foi colocada à venda. Em 1944, a Companhia foi vendida a um grupo brasileiro de acionistas, e o Governo Federal concordou com a transação, sob a condição de a estrada de ferro, que se estendia até Apucarana, lhe fosse entregue. Assim, a *Paraná Plantations* perde a estrada de ferro que, encampada pelo Governo Federal[76], passa a fazer parte da Rede de Viação Paraná – Santa Catarina – RVPSC (Andrade, 1979; Schwengber, 2003; Villanueva, 1974).

Os ingleses deixam a Companhia de Terras Norte do Paraná[77], passando a se chamar, em 1951, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNT. Ainda assim, a colonização não mudou de orientação. Seguindo o plano estabelecido pelos ingleses, a CMNT continuou o loteamento de terras, a construção de estradas e a fundação de cidades. Essa rede de cidades se estendeu, no tempo e no espaço, de Londrina, a primeira cidade oficialmente datada de 1932, a Umuarama, em 1955 – além do último assentamento do empreendimento, Paiçandu, em 1960[78] (Almeida, 2016; Müller, 2001; Rego; Meneguetti, 2006; Schwengber, 2003).

Com o final da Guerra em 1945, os preços do café dispararam e começaram a se formar as primeiras fortunas. A riqueza do café associada à fama da terra roxa atraiu "milhares de pessoas que foram atrás do dinheiro sobre o qual, naquelas terras, começava-se a andar" (Arias Neto, 1998, p. 101). Com o fim do Estado Novo, estando a atenção da Companhia mais voltada para a região em expansão (Maringá), outra ordem se instala na região de Londrina – o poder político é assumido pelos cafeicultores, fazendeiros e donos das máquinas de beneficiamento. Em 1950, o plantio em alta escala se aproxima de uma monocultura. Na década de 1960, quase um terço da produção

[76] Em 1939, o Governo Federal inicia um processo de nacionalização das estradas de ferro em posse de estrangeiros. Este fato foi interferiu de forma drástica nos interesses na CTNP.

[77] "Repatriaram o capital e lucros e ainda mantiveram o mito de grande capacidade e inteligência em um empreendimento sem precedentes (Oberdiek, 2007, p. 125).

[78] Londrina (1930), Cambé (1932), Rolândia (1932), Arapongas (1935), Mandaguari (1937) e Apucarana (1937) pertencem à fase inglesa do empreendimento; Maringá (1947), Cianorte (1953), Umuarama (1955), Jandaia do Sul (1951), Sarandi (1948), Marialva (1951), Jussara (1955) e Paiçandu (1960) foram fundados na fase nacional do empreendimento (Rego; Meneguetti, 2008, p. 52)

mundial do café, e metade da produção no Brasil foram no Estado do Paraná (Cancian, 1981).

Outro fator a se destacar é que não se pode entender todo o processo de colonização da companhia inglesa sem considerar a importante participação da estrada de ferro que ligou a região com São Paulo. Oberdiek (2007) explica que, mesmo o processo de imigração, foi imbricado entre a companhia de colonização e a companhia férrea, ao ponto de o autor afirmar que a linha férrea foi a "coluna vertebral da colonização".

Nesse sentido, autores apontam alguns fatores que podem ser considerados primordiais para o sucesso do empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná e, concomitantemente, para o sucesso da cafeicultura na região. É possível citar o planejamento realizado pela mesma que aproveitou as condições geográficas para o loteamento; propiciou o avanço da colonização paralelo ao avanço da rodovia e ferrovia; a organização em pequenas e médias propriedades[79], cultivadas a partir da produção familiar; preço baixo e a facilitação no pagamento das terras; o planejamento de uma rede de cidades que atendessem as necessidades da população rural; o escoamento da produção pelas ferrovias que chegavam ao estado: a evolução da cafeicultura paulista; e o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 1930 (Almeida, 2016; Padis, 1981; Schwengber, 2003; Villanueva, 1974).

Por outro lado, em uma visão menos romantizada, Oberdiek (2007) classifica o empreendimento inglês como uma ação imperialista, a partir de três características elencadas pelo autor: o monopólio de toda atividade econômica ou de produção; a ação do capital financeiro, através de bancos, com objetivo de criação de negócios lucrativos em regiões sem infraestrutura; e o controle dos meios de transporte, que facilita a penetração e escoamento da produção agrícola e/ou extrativa. A respeito da divisão do território em pequenas propriedades, Oberdiek (2007) complementa sua explicação, dizendo que possibilitou ocupar o menor volume de terras com o maior número de

[79] O loteamento do norte do Paraná foi considerado, na época, uma grande revolução no sistema de loteamentos agrícolas, já que, até então, só havia loteamentos de grandes áreas ou latifúndios. Ali o maior lote posto à venda possuía não mais que 30 alqueires.

pessoas, pré-condições para o desenvolvimento capitalista da região – mão de obra para o trabalho e pessoas para o consumo de mercadorias.

Em um primeiro momento, devido a interesses da própria Companhia de Terras, o número de estrangeiros que chegaram representa mais de 50% dos migrantes. Mesmo com limitações em países como Itália, Alemanha e Japão nas políticas emigratórias, muitos queriam deixar seus países. Eram, na maioria das vezes, pessoas com algum recurso, o que proporcionava a possibilidade da emigração, que tinha alto custo. (Oberdiek, 2007; Villanueva, 1974). Para Oliveira (2017, p. 29), muitos migrantes e imigrantes vieram iludidos com a propaganda do Eldorado paranaense, imaginando que a vida no local seria fácil.

Além disso, é preciso dar luz aos migrantes que se dirigiram ao Norte do Paraná como trabalhadores apenas. O mito do pioneirismo esconde a história daqueles trabalhadores das fazendas que não se tornaram proprietários. Lopes (1982) comenta que muitos migrantes nacionais, principalmente do nordeste do país, se dirigiram à região como mão de obra, que não se possui registros na CTNP. Os que trabalharam na abertura das estradas nos espigões para os loteamentos, na abertura das ruas e na própria estrada de ferro, em uma época que não se havia máquina. De acordo com Lopes (1982), também não se tem registros de conflitos relacionados à compra e venda das terras.

Oberdiek (2007) complementa que, além dos estrangeiros, muitos imigrantes já se encontravam no Brasil. Trabalhadores das grandes propriedades em São Paulo que fizeram economias e, com a oportunidade da compra de terras, dirigiram-se para o Norte do Paraná. Da mesma forma, há registros de migrantes que já haviam se instalado em colônias em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Porém, apenas a partir de 1939, quando iniciou a II Guerra Mundial, é que o número de brasileiros que compraram terras foi maior que o de estrangeiros. O autor complementa que, além da Guerra, políticas migratórias, tanto dos países de origem quanto do Brasil, são fatores que dificultaram a vinda de estrangeiros neste momento.

Em amplos aspectos, um processo de colonização cria ambientes sociais e culturais específicos, a partir da convivência dos iguais em um novo território, e da interação dos diferentes neste mesmo novo território. Quando esse processo acontece

em uma região onde não havia ainda uma sociedade estruturada, sociedade e a cultura se criam via migração/imigração e vão se modificando com o passar do tempo, na vivência contínua. No caso do Norte do Paraná, no período inicial de 1930 a 1945, a base de sustentação de todo processo foi o imigrante e o migrante. De alguma maneira, essa situação criou uma realidade sociocultural que influencia no cotidiano das cidades até os dias de hoje, mesmo com todas as mudanças sofridas. Este é o motivo deste resgate histórico, para possibilitar compreender o processo de configurações dos aglomerados urbanos da região com suas características e idiossincrasia.

A Gleba Roland (como foi inicialmente chamada a cidade de Rolândia) é um exemplo dessa realidade. Com fundação datada em 1932, é fruto do projeto de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná (fase inglesa), que começou seu desenvolvimento, inicialmente, com a vinda dos imigrantes alemães que estavam ocupando os lotes agrícolas e até a atualidade é conhecida como uma cidade alemã.

6.1.2.2 Deriva histórica de Rolândia

Falar sobre Rolândia é falar da história das pessoas que “construíram e constroem” essa cidade. Conhecida na região principalmente por sua colonização alemã, a cidade traz também, em sua história, a história de tantas outras etnias que vieram buscar seus sonhos. Até os dias atuais, é possível assistir essa cidade se tornando o lar de novos imigrantes que saem de seus países em busca de melhores oportunidades. A história da cidade se entrelaça com suas construções, com suas festas, com seus símbolos, mas, principalmente, se entrelaça com a história de seus moradores, ilustres ou comuns, que fazem essa cidade ganhar vida e ser exatamente como foi um dia, e como ela é hoje!

Existe uma ênfase dada pelos autores (Castilho, 2010, Schwengber, 2003; Soares, 2012; Villanueva, 1974) na história da colonização alemã, contribuindo para um certo apagamento de outras etnias que contribuíram para a formação e construção “dessa Rolândia”, fato que também auxiliou para que Rolândia ficasse reconhecida como uma “cidade alemã”. As demais etnias são sim citadas por estes autores; no entanto, não se dá a elas a devida importância em todo o processo de colonização. Acredito que

isso acontece devido ao fato de o “projeto de colonização” ter sido articulado por alemães. Nesse sentido, apesar de tentar não enfatizar a colonização alemã, a história escrita e publicada da cidade traz a versão alemã. Isso, no entanto, não significa que esteja priorizando uma ou outra cultura.

Os alemães não foram o único grupo participante no processo de constituição de Rolândia. O aspecto mercantil na região era muito forte e difundido através de eficiente propaganda - panfletos utópicos distribuídos nacional e internacionalmente, na maioria das vezes pela própria CTNP, e reportagens que apontavam a região como um verdadeiro paraíso, com solo fértil, vegetação, muita água, região pacífica, além da oportunidade da propriedade das terras para cultivo e manutenção da família (claro que entre as propagandas a divulgação da “terra própria” estava aliado a possibilidade de fazer riqueza).

A Gleba Roland e depois Rolândia não pode ser considerada uma colônia alemã apenas, pois nunca seria o que se tornou, fossem descartados todos os grupos que contribuíram em sua constituição. Como outras cidades da região, Rolândia se tornou um mundo pluricultural. Chegaram para essas terras grupos de italianos, japoneses, alemães e brasileiros (paulistas, mineiros e nordestinos) principalmente. Também vieram em grupos menores austríacos, suíços, espanhóis, portugueses. Uma mistura de povos que acabaram ligados uns aos outros pela sua história e vivência.

É claro que, diante das diferenças e desigualdades houve conflitos. Acredita-se que não foram poucos: porém o importante é reconhecer que Rolândia é o produto do encontro destes diferentes grupos e dos muitos outros que continuaram chegando após a fase do pioneirismo.

Entre meados do século XIX e início do século XX, muitos países da Europa vinham demonstrando interesse na colonização de regiões do Brasil, a fim de formar núcleos populosos que pudessem se expandir. Alguns destes países olhavam com maior atenção para os Estados do Sul, devido à propaganda de suas terras férteis, às facilidades e oportunidades apresentadas e o clima. Isso levou estes países enviarem técnicos para estudar as regiões de interesse para analisar a topografia, o solo e as condições de construir uma nova vida no local.

Assim aconteceu com Rolândia. Foi organizada a *Gesellschaft für wirtschaftliche Studien in Übersee* - Sociedade de Estudos Econômicos Ultramar[80] - constituída por bancos, empresas de navegação, representantes de partidos políticos e industriais - que prestava assistência aos alemães que possuíam interesse em emigrar. Carneiro (1996, p.135) explica que esta organização tinha como objetivo

> [...] investigar locais na América Latina adequados à colonização alemã. Tentativas desta natureza já haviam sido realizadas, mas, por falta de apoio e organização, não tiveram sucesso. Desse modo, o governo alemão chegou à conclusão de que este tipo de empreendimento deveria encaminhar, sistematicamente, grupos de colonos para uma mesma localidade, onde, em conjunto, adquirissem terras.

Erich Koch-Weser[81], devido sua grande experiência e participação político-partidária, foi convidado para dirigir a Sociedade de Estudos Econômicos Ultramar. Castilho (2010) explica que Erich Koch-Weser idealizava e se movimentava no sentido de viabilizar um projeto para fundação de colônias alemãs em regiões distantes. E, apesar de sua origem judaica, a ideia inicial não era a imigração de judeus, mas o desenvolvimento de um projeto colonizador como alternativa aos problemas sociais e econômicos pelos quais passava a Alemanha.

Entre estes técnicos contratados estava Oswald Nixdorf, nome que terá grande importância para a história da cidade. Por volta de 1932, Nixdorf foi convidado especificamente pelo então ministro Erich Koch-Weser para verificar as possibilidades de formar uma colônia alemã nas terras da Companhia de Terras Norte do Paraná (Villanueva, 1974). Soares (2012) destaca também a atuação de Johannes Schauff do *Zentrum Partei* (Partido Zentrum), que, após ser cassado em 1933, aproximou-se dos ideários e teve importante atuação na constituição da Gleba Roland e na fundação de Rolândia.

Neste período, a Alemanha encontrava-se em uma delicada situação econômica e muitos alemães demonstravam a vontade de emigrar para países que ofereciam

---

[80] Encontra-se também esta Organização com o nome de Companhia de Estudos Econômicos de Além-mar.

[81] Erich Koch-Weser era ex-ministro das Relações Interiores e Ministro da Justiça do Reich (entre 1928 e 1929). Foi fundador do Partido Democrata Alemão em 1918, constituinte da Constituição de Weimar de 1919 e líder de seu partido entre 1924 a 1930. Perdeu seus direitos políticos a partir de 1933, em função de sua descendência judaica (Castilho, 2010)

maiores oportunidades. Nesse sentido, o ministro buscava, com a fundação de uma colônia que fosse essencialmente alemã, oferecer estas oportunidades, além de garantir a permanência da língua, educação e, dentro do possível, seu modo de vida. Naquele momento, a Sociedade de Estudos Ultramar contava com o apoio do governo e de empresas privadas, reforçando, dessa forma, a tese de que os projetos colonizadores deveriam manter os alemães próximos, alimentando os laços culturais com a Alemanha, buscando assim a manutenção da germanidade. A Companhia intensificou sua propaganda nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde já havia um número de descendentes alemães.

Em 1932, Oswald Nixdorf dirige-se ao Norte do Paraná, a fim de conhecer o empreendimento colonizador e encontrar o local adequado para se localizar a colônia. No mesmo ano aconteceu o encontro entre o General Asquith, vice-presidente da Companhia de Terras e Nixdorf, e chegaram a um acordo, fechando a parceria para a vinda dos colonos. Assim, de acordo com Mainka (2009) neste mesmo ano a Sociedade Ultramar compra 10 alqueires de terra com a *Parana Plantation Syndicate*, em Londres, e Oswald Nixdorf fica encarregado de receber e orientar seus compatriotas que ali chegassem.

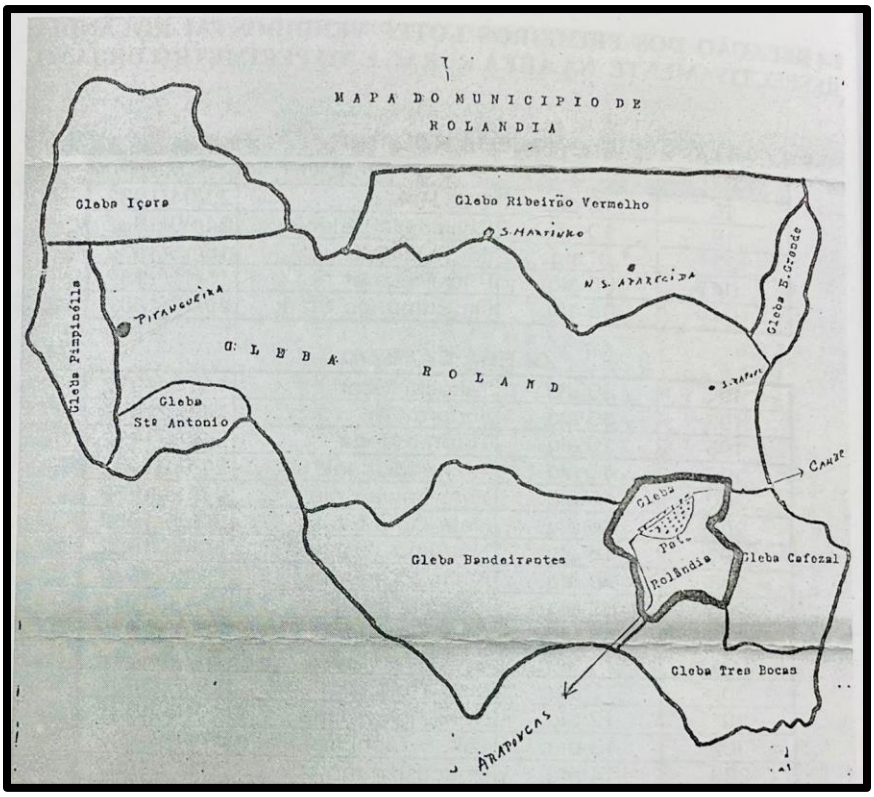
Nixdorf encontrou o “local ideal” para a localização da Gleba, que se tornaria a futura colônia agrícola. De acordo com Villanueva (1974), Nixdorf sugeriu o nome de Roland para a gleba, em homenagem ao herói alemão de mesmo nome[82], que, na Idade Média, lutou ao lado de seu tio Carlos Magno (que deu origem a dinastia Carolíngia), e seu lema era “Liberdade e Justiça”. A Gleba passou então a se chamar Gleba Roland[83]. Mainka (2009) esclarece que Gleba Colônia Roland foi a denominação dada ao assentamento no campo (zona rural) e Gleba Patrimônio Rolândia, ao núcleo urbano. Estas Glebas foram aquelas principalmente ocupadas por alemães: devido a isso

[82] Roland ou Rolando foi um líder militar franco que lutou sob o comando de Carlos Magno. A história de sua morte em Roncesvales foi transformada em uma obra da literatura medieval e renascentista, A Canção de Rolando, poema épico escrito em francês antigo, que data do Século XI, sendo a mais antiga das canções de gesta escrita em uma língua românica (Peixoto, 2012)

[83] O nome de Gleba Roland permaneceu até 1934, quando ficou delineada a cidade que passou a se chamar Rolândia, nome mais fácil para os brasileiros pronunciarem. Em dezembro de 1943, a exemplo de outras cidades da região cujos nomes eram de origem estrangeira, teve que mudar seu nome para Caviúna. Apenas em 1947 retornou seu antigo nome Rolândia. (Schwengber, 2003).

ganham destaque nas histórias. A subdivisão, no entanto, era maior, como descreve Schwengber (2003) (Figura 18): Patrimônio Gleba Roland ou Rolândia (principal colonização alemã), Gleba Roland (principal colonização alemã), Gleba Bandeirantes (principal colonização de italianos e japoneses), Gleba Três Bocas, Gleba Cafezal (principal colonização de japoneses), Gleba Ribeirão Cafezal (principal colonização de italianos), Gleba Santo Antônio; Gleba Pimpinella, Gleba Içara, Gleba Barra Grande, das quais a autora não mencionou as etnias colonizadoras.

Figura 18: Mapa com a divisão das glebas de Rolândia



Fonte: Schwengber (2003)

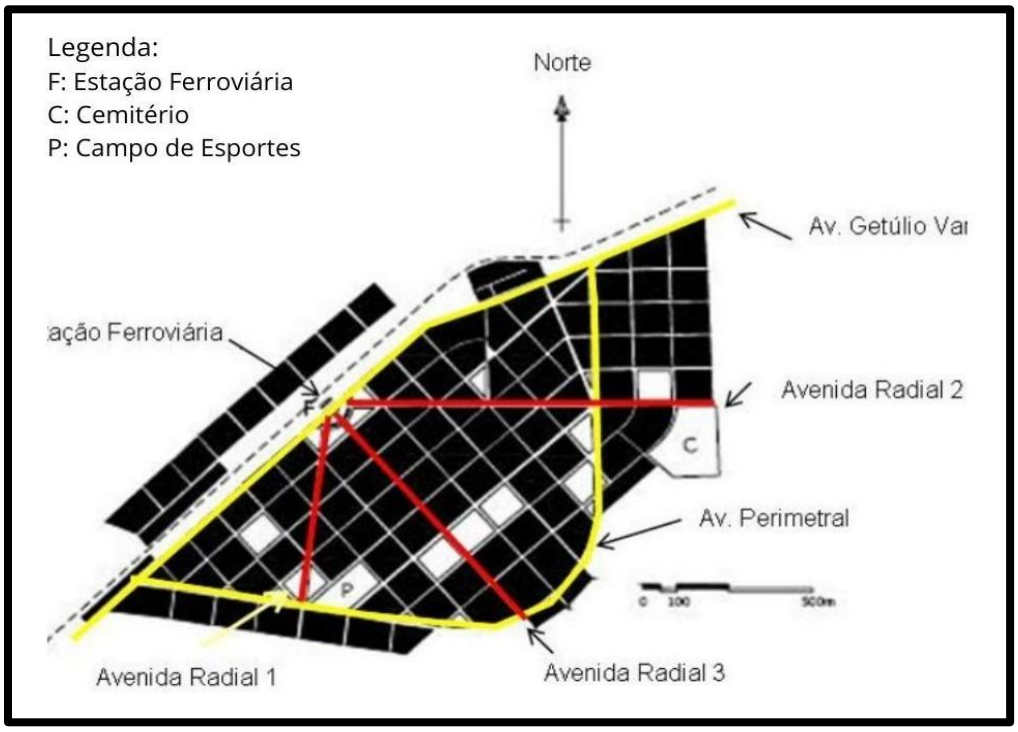
Em um primeiro momento, a cidade contava apenas com um acampamento improvisado para receber os primeiros moradores que haviam adquirido terras. Assim, com o aumento do número de pessoas, já se tornava necessário demarcar o Patrimônio Gleba Roland. Como exposto anteriormente, todos os núcleos e patrimônios foram minuciosamente planejados pela CTNP. Em Rolândia, Villanueva (1974) explica que o responsável pelo serviço topográfico e confecção da planta urbana foi Karlos Rothmann,

engenheiro e funcionário da Companhia, que estudou no local a melhor forma de se aproveitar o terreno, vislumbrando um patrimônio de médio porte. Karlos Rothmann contou com o auxílio de Nixdorf e Koch–Weser (Figura 19).

O ponto principal para o planejamento do patrimônio era a Estação Ferroviária – característica comum em todas as cidades colonizadas pela Companhia de Terras que foram contempladas com a instalação de uma estação. Rego e Meneguetti (2006, p. 95-96), explicam que

> [...] o desenho urbano de Rolândia está praticamente inscrito na área delimitada por uma parábola desenhada diante da linha férrea. Três vias radiais caracterizam o desenho da cidade. Elas partem da estação ferroviária e vão atingir o contorno parabólico da forma urbana, de modo que a via central, mais longa, ruma em direção ao vértice da parábola. Diante da estação há uma praça semicircular flanqueada por outras quatro praças maiores, cujos formatos derivam das quadras originais seccionadas pelas três avenidas radiais. Estas três vias radiais – motivo formal recorrente nos traçados da Companhia – rumam respectivamente a leste (conduzindo ao cemitério), a sudeste (passando pelo centro da cidade e chegando ao vértice da parábola) e a sul (conduzindo ao campo de esportes)

Figura 19: Planta da cidade de Rolândia, na época da sua constituição



Fonte: Janesch (2009)

A maior parte do patrimônio projetado, inclusive o centro da cidade, encontra-se delimitada pela avenida paralela à linha férrea e pela perimetral que se inicia e termina na própria avenida paralela, formando um ângulo de 45°. Abaixo da linha férrea correm duas linhas paralelas (sentido leste-oeste), com 10 ruas transversais, sendo que a rua mais ao norte fronteava com algumas chácaras (½ e ¼ de alqueires), que se dirigiam em profundidade até o córrego (Janesch, 2009, Villanueva, 1974)

As ruas do traçado urbano ficam acima da linha férrea. Outro fato comum, nos traçados das cidades da Companhia, é que a praça da estação (local de chegada e tráfego) não coincide com a praça central ou principal, onde via de regra, se localiza a Igreja, que se torna o centro da vida comunitária. (Rego; Meneguetti, 2006; Villanueva, 1974)

> Há outras praças na área urbana, entretanto a sua disposição não segue a simetria do desenho, nem o seu formato tem um desenho peculiar. Ele coincide com o desenho da quadra escolhida e reservada como área pública. O centro da cidade foi indicado junto do cruzamento de duas avenidas: uma paralela à via férrea e que intercepta a parábola diante do campo de esportes, e a outra, aquela que nasce diante da estação. Aí se reservaram três quadras para os edifícios institucionais. No perímetro da cidade definido pela parábola, está marcado o início de uma nova trama urbana. [...] Se a parábola, de certo modo, desenha os limites da cidade e fecha este desenho, este traçado a partir das diagonais o abre e sugere possibilidades de crescimento para a forma urbana (Rego; Meneguetti, 2006, 96)

Villanueva (1974) cita que, em 23 de abril de 1932, foi vendido o primeiro lote para Otto Hasse, que jamais chegou a migrar para o norte do Paraná[84]. Swhwengber e Popolin (2009) complementam que os primeiros a chegarem e ocuparem os lotes rurais no ano de 1932 foram os japoneses. Em 18 de junho de 1934, a colonizadora vendeu o primeiro lote urbano ao Sr Elmar Kirschnich. Oswald Nixdorf também emigrou e constituiu a Granja Nixdorf[85], onde construiu um rancho de palmiteiro para acomodar os primeiros

[84] Importante destacar divergências entre os autores sobre a venda dos primeiros lotes. Villanueva (1974) afirma que o primeiro lote vendido foi para Otto Hasse, no entanto Schwengber (2003) cita o Sr Takashi Moore como o primeiro a comprar um lote. Acredita-se que a divergência se dê pelo fato de Otto Hasse nunca ter de fato migrado para o Norte do Paraná.

[85] "Desde 1933, Oswald Nixdorf mantinha uma Granja Experimental, onde eram cultivados vários produtos agrícolas e hortaliças. Essa Granja tinha como finalidade testar quais os produtos que mais se adaptavam à região, ao mesmo tempo que servia para orientar os imigrantes alemães no aproveitamento racional e lucrativo de suas propriedades, a fim de não haver insucessos e desajustes (Schwenger, 2003, p. 174)

colonos que chegassem. Nesse primeiro ano, os colonos começaram a chegar, sendo vendidos onze lotes. (Schwengber, 2003; Soares, 2012).

A partir de 1933, notou-se um aumento no número dos colonizadores que vinham ocupar os lotes agrícolas, sendo negociados 35 lotes. Estes colonos, quando vindos especificamente da Alemanha, encontravam seu lote demarcado. Contavam também com apoio de Oswald Nixdorf na chegada a Gleba Roland (Schwengber, 2003; Villanueva, 1974).

Figura 20: Exemplo de propaganda realizada pela CTNP

ROLANDIA

A COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANA'

no seu firme proposito de construir e levar o progresso para o Norte do Parana, vem paulatinamente realisando obras de grande vulto. O grande desenvolvimento das colonias existentes em suas propriedades e que vão se estendendo em todas as direcções, bem como o rapido augmento de sua população determinaram a fundação de mais uma nova cidade que recebeu o nome de ROLANDIA, cuja primeira avenida em preparação se vê no cliché acima. Sua area está rodeada de luxuriante vegetação que bem evidencia a feracidade desse admiravel zona. Dada a sua esplendida topographia, o seu clima ameno, a sua agua crystallina e os seus faceis meios de communicação, ROLANDIA está fadada a um rapido desenvolvimento.

Solicite informações detalhadas, sem compromisso, na agencia da

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANA'

a maior

EMPRESA COLONISADORA DA AMERICA DO SUL

Rua 3 de Dezembro n.° 48 - antigo 12 - 2.° andar - Caixa Postal n.° 2771 - S. PAULO

N. B. — Nenhum agente de vendas está autorisado a receber dinheiro em nome da Companhia.

ACIMA: Nesta propaganda de **1934** da cidade - que ainda não existia, a foto mostra o início da abertura da avenida principal, ainda no meio de mata nativa - o nome citado já era Rolândia, e os trilhos ainda não haviam chegado a ela (O Estado de S. Paulo, 27/5/1934).

Fonte: Estações Ferroviárias (2024)

Com a ascensão de Hitler a partir de 1933, o empreendimento acabou por sofrer mudanças. Erich Koch-Weser, diante de perseguições políticas devido sua descendência judaica, optou pela emigração. Esta atitude acaba por trazer maior credibilidade ao empreendimento, pesando na decisão de outros políticos em comprar terras em Rolândia. Nesse momento, o alemão judeu também passa a ser uma etnia colonizadora da Gleba. A vinda de pessoas contrárias ao nacional-socialismo se intensifica, principalmente aqueles com alguma origem judaica (Groh, 2009; Mainka, 2009; Soares, 2012).

Este grupo de políticos não estava unido casualmente. Castilho (2010) explica que estavam envolvidos com a questão agrária na Alemanha e com projetos de colonização. A ascensão do nazismo provocou uma mudança radical em suas posturas e na postura do governo em relação a eles. Essas mudanças trouxeram também um impacto significativo no processo de formação da Gleba Roland.

> Se o objetivo da colonização da Gleba Roland estava relacionado a atividades agrícolas na América do Sul, após os acontecimentos políticos de 1933, a imigração tornou-se uma alternativa às incertezas que se iniciavam na Alemanha. A radicalização política que rapidamente se viu erigir, a ética da exclusão que passou imperar, a rápida condição de segregação a que os judeus foram submetidos fez com que mais pessoas aderissem à alternativa que a Gleba Roland passou a representar. Entre os imigrantes nem todos vieram devido às transformações políticas, mas houve pessoas que só vieram por esse motivo, são os refugiados (Castilho, 2010, p.31)

Ainda se faz importante esclarecer que consulados, embaixadas e organizações que cuidavam dos colonos alemães difundiram a ideologia nacional-socialista no Brasil. Assim, em Rolândia não foi diferente. Principalmente no Patrimônio Gleba Roland começam a surgir grupos pró nazismo, que passaram a deixar clara sua ideologia e nas paradas (desfiles), comemorações do aniversário do *Füher (Hitler)*, inauguração da escola alemã, em 1934, exibiam a suástica (Lopes, 2014; Mainka, 2009). É claro que isto acabou por criar uma tensão entre os simpatizantes ao nazismo e os refugiados judeus, mesmo que em Rolândia não houvesse uma comunidade judaica formada.

O perímetro urbano tem seu início marcado em junho de 1934, a partir da primeira construção – o Hotel Rolândia. E então foram chegando pessoas das mais diferentes etnias. No ano de 1936, Rolândia já contava com alguns estabelecimentos comerciais: Hotel Rolândia, Padaria de Max Dietz, Escritório da Companhia de Terras, Hotel Estrela, Casa Mineira, Casa Abrunhosa, Casa Azul, Casa Guilherme e o Posto Fiscal de Rendas. O número de residências totalizava 277 casas (Schwengber, 2003; Villanueva, 1974).

Pouco a pouco, o Patrimônio e a área rural foram tomando forma, ganhando outras proporções. Surgiram outros loteamentos que aumentaram o quadro urbano e o traçado inicial foi se modificando. Os lotes rurais foram se tornando produtivos e ganhando visibilidade.

No dia 25 de janeiro de 1936, foi inaugurada a Estação Ferroviária de Rolândia (Figura 21) com a chegada do primeiro trem (Maria Fumaça). Durante anos, o trem foi o meio de transporte mais importante, tanto em Rolândia como em todo o Norte do Paraná. Todos os acontecimentos da cidade, a chegada dos migrantes e imigrantes, as mercadorias para as casas comerciais aconteciam ali. A Estação de Trem poderia ser considerada o coração da cidade. O transporte de passageiros funcionou até 1981.

Cabe ressaltar, que, no ano de 2010, o Conjunto Ferroviário Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA)[86] foi tombado através da Lei n°11.483/07 e Portaria IPHAN n°407/2010.

Figura 21: Antiga Estação Ferroviária

Fonte: Estações Ferroviárias (2024)

Schwengber (2003) explica que, no ano de 1937, houve aumento significativo no número de hotéis e pensões, por algumas razões: Rolândia foi, por alguns anos, ponto final da linha férrea: portanto, ponto de parada obrigatória mesmo àqueles que seguiriam viagem. Nesse período, ainda não havia uma estrada ligando Rolândia a São José dos Bandeirantes (Jaguapitã) e muitas famílias haviam adquirido terras naquela região.

[86] O Conjunto Ferroviário é composto pela Edificação da Estação Ferroviária de Rolândia; o Armazém do Pátio da Estação de Rolândia, PR; Casa de Alvenaria do Pátio da Estação, a Estação, Armazém de Alvenaria e outra Casa em Alvenaria (https://www.ipatrimonio.org/rolandia-conjunto-ferroviario-rffsa/#!/map=38329&loc=-23.309907596625624,-51.370097142903425,17)

Mesmo que a cidade não houvesse sido colonizada pela CTNP, a forma mais fácil de chegar até ela era por Rolândia; os trabalhadores que empreitavam serviços na região (abertura de picadas e estradas, ou derrubadas de matas) geralmente pernoitavam e abasteciam-se ali; chegavam muitas caravanas de compradores de terras trazidos pela Companhia; muitos jovens chegavam ali para trabalhar no comércio ou em profissões liberais – em sua maioria solteiros, hospedavam-se em hotéis e pensões. Alguns hotéis foram também usados como “hospitais”, para internar doentes e para os partos.

Em 1938, o Patrimônio é elevado à categoria de Distrito Judiciário de Londrina. Esse ritmo de mudanças teve uma diminuição no ano de 1939 com um surto de tifo que assolou a região e em função do início da Segunda Guerra Mundial e as políticas imigratórias internacionais e nacionais (Villanueva, 1974; Schwengber, 2003).

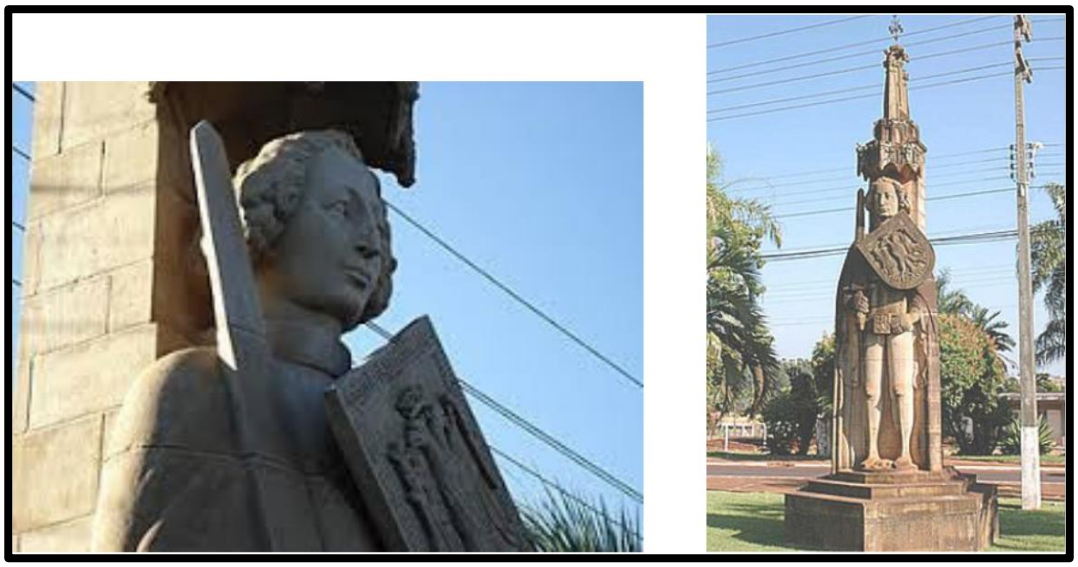
Em 1942, o Patrimônio Gleba Roland (que neste momento se chamava Caviúna), solicitou sua emancipação. Assim, em 30/12/1943 deixa de ser distrito da cidade de Londrina, e em 28/01/1944 toma posse seu primeiro prefeito, Sr. Ary Correa Lima. Neste período a área urbana possuía 800 casas e 4.000 habitantes. Em 1950, esse número passa para 7.959 mil, em 1960, 44.461 mil e em 1968 a população era de 74.639 mil. (Müller, 2001; Villanueva, 1974).

A consolidação da agricultura começa na década de 1940, sendo o café a principal cultura. A expressão “Onde se tombava uma árvore, surgia um pé de café”, é muito citada entre os autores. Em pouco tempo, as matas deram lugar aos cafezais. O chamado “ouro verde” dominou a economia rolandiense, sendo que na década de 1950 ficou conhecida como a “Rainha do Café” (Schwengber; Popolin, 2009).

Nesta época, comerciantes da cidade de Bremen vieram visitar os cafezais que eram comercializados na Europa. Neste momento, com apoio de políticos de Bremen, presentearam a cidade com uma réplica da Estátua do Roland, para estreitar os laços de amizade e comércio entre as duas cidades (Figura 22). A estátua foi recebida no dia 29/11/1957, com uma grande festa para comemorar. Esta comemoração passou a

acontecer todos os anos, se tornando uma tradição na cidade, tanto que, passaram a comemorar o aniversário do município neste dia[87].

Figura 22: Estátua Roland



Fonte: A autora.

Villanueva (1974) ressalta que a adaptação às novas terras foi difícil, não apenas pela questão do clima tropical, mas ressalta que as primeiras famílias encontraram um local de mata fechada, a falta de conforto, além das questões sociais e culturais com que estavam acostumados, principalmente imigrantes vindos da Europa. Contavam apenas uns com os outros, sendo, dessa forma, o sentido de cooperação entre esse povo bastante ressaltado em artigos sobre o tema. Nesse sentido, é possível, a partir das informações expostas, que os imigrantes em um primeiro momento buscaram manter colônias onde pudessem estar próximos a outros da mesma etnia, tendo a convivência facilitada pela língua, costumes, crenças entre outros.

No que diz respeito especificamente à colônia alemã, Villanueva (1974) ainda explica que outro aspecto a ser comentado era a falta de um líder que os orientasse e

[87] Por um tempo, o aniversário da cidade foi comemorado no dia 29/11, em função da chegada da Estátua. Depois passou a ser comemorado no dia 29/06 data da construção do Hotel Rolândia, primeira construção no perímetro urbano. A partir do ano de 2014, o aniversário passa a ser comemorado em 28/01 data de sua emancipação. Dados de relatos de moradores, de vivência pessoal da pesquisadora e disponíveis em Schwengber (2003)

tratasse dos interesses da colônia. Para tanto, Oswald Nixdorf foi designado pela Companhia de Terras como diretor da Colônia Roland, atuando como o líder que estes imigrantes buscavam, e como intermediário entre a Companhia que vende as terras e o colono. Este fato contribuiu para uma maior integração, fazendo com que surgisse uma Cooperativa que os orientava também sobre o plantio ordenado.

Após sua fixação, os colonos buscaram reavivar os seus costumes, língua, tradições, dando novo sentido à sua identidade cultural, que influenciou muito no município. Começaram a desenvolver a agricultura de subsistência, fato que contribuiu diretamente para sua sobrevivência. Alguns aspectos são considerados como pontos essenciais ao aspecto identitário e sentido de comunidade para formação dos grupos. Trata-se de elementos culturais que contribuem para a manutenção identitária de grupos, e que, neste caso em específico, podem representar elementos que contribuíram em sua adaptação em Rolândia e para reconstrução e reafirmação identitária.

Entre estes elementos posso citar principalmente: a religião – aspecto de extrema importância aos grupos de imigrantes. A igreja foi um dos principais espaços em que estes imigrantes e seus descendentes se reconheciam como grupos. Eventos sociais, lazer e cultura foram elementos que contribuíram para manutenção dos laços comunitários e identitários. É comum aos autores pesquisados evidenciar a importância e o desejo de perpetuar as tradições e sua cultura entre os imigrantes. Eram realizadas quermesses, festas de igreja, comemorações diversas relacionadas à cidade. Destacam-se os encontros casuais na estação, entre outras formas de se relacionar, que ao mesmo tempo que contribuíram para manutenção da identidade dos grupos, tiveram relevância na construção de uma nova dinâmica social multicultural. Também deve ser citada a educação realizada na maioria das famílias em suas próprias casas, ou com um professor da sua colônia interna que atendia grupos, seguindo padrões e singularidades específicas ao grupo. Em um segundo momento, a formação de escolas onde as crianças pudessem continuar o ensino primário, no idioma de seu país de origem. A lógica empreendida, no caso, é que manter o ensino e a língua de seu país se trata de manter viva uma das principais características de se ser quem é!

As percepções e as memórias vivenciadas, construídas e compartilhadas no seio destes grupos apresentam-se como importantes elementos identitários. Diante dos

“diferentes”, os colonos buscaram uma fonte de elementos que lhes fornecessem características capazes de diferenciar/identificar o grupo, de estipular uma fronteira étnica.

A ideia inicial de uma colônia na América do Sul, que se projetou no norte do Paraná, foi de uma colonização fechada, apenas com imigrantes alemães, para que pudessem manter sua língua, costumes, tradições que seriam transmitidas para seus descendentes sem miscigenações. Da mesma forma, como exposto, as demais etnias também se organizaram em colônias com o mesmo intuito. Durante um período, conseguiram manter um círculo de amizades e núcleos onde pudessem expressar essa cultura e identidade. Vale ressaltar, contudo, que os contatos culturais, desejados ou não, amistosos ou conflituosos, são inevitáveis. Dessa forma, aos poucos foram agregados valores diferentes, buscando não ferir o modo de vida anterior. Elementos culturais foram sendo admitidos, não apenas para a compreensão como a língua, mas para os costumes e tradições que foram sendo inventadas/adaptadas a partir de então. A interação entre os grupos de imigrantes de diferentes etnias, os casamentos interétnicos ou mistos e vários outros aspectos acabaram afetando estes grupos e, consequentemente, suas memórias e identidade.

Muitos destes imigrantes tinham a intenção de voltar a sua terra natal, assim que houvesse a possibilidade: outros, no entanto, entenderam a emigração como oportunidade para mudanças e realmente buscaram transformar o novo local em “lar”. Em outro estudo sobre imigração (Mancini, Tchpcko, 2022), explicou que, na tentativa de manter os aspectos culturais de sua terra natal, ou de encontrar novos sentidos de pertencimento, muitas vezes sentiam a necessidade de mudanças e adaptações, devido às características encontradas neste novo território (Barth, 2011). A própria mudança de clima, relevo, vegetação já exigia mudanças no modo de vida dessas pessoas.

Assim, vivem o que podemos entender como a reconstrução de uma identidade etno-cultural, diante das mutações sofridas, do contato com outros grupos e com o novo lugar. Segundo Barth (2011), os liames étnicos não são fixos, fazem-se e desfazem de acordo com o contato com o diferente. Sua reconstrução é constante. Essas mutações nos levam ao citado ao início deste capítulo, quando exponho sobre a formação de Rolândia, ou mesmo das várias ‘Rolândias’ que existem dentro de uma só. São

entrelaçamentos entre sujeitos, e entre sujeitos e lugares que dão a cor local à essa cidade. Esse desenrolar do tempo no espaço que foi capaz de criar uma cidade com moradores que possuem características, cultura, construções, tradições, festas e vários outros aspectos que lhe são únicos, e que formam o que, neste trabalho, proponho conceituar como Patrimônio do Cotidiano!

Esse povo, especificamente, trouxe para Rolândia seu aparato social e cultural e, em primeiro momento, passaram a reproduzir os aspectos que os identificava com os seus. As mudanças ocorridas fizeram com que esse novo espaço passasse a ganhar significado para o grupo. Novos elementos (sejam eles materiais ou imateriais) passaram a também ter importância e a se cristalizar na memória das pessoas e assim, ter significado afetivo.

6.1.2.3 Rolândia: depois dos fluxos migratórios iniciais

Um grande marco na história de todo norte do Paraná foi a grande geada que aconteceu em 1975, conhecida como “Geada Negra”[88]. No dia 18 de julho de 1975 uma das maiores geadas já registradas no Estado do Paraná assolou a região. Segundo reportagem do Estado do Paraná, a estimativa foi de que pelo menos 60% dos cafezais foram destruídos. O Paraná que então assumia a liderança na produção de café no país, se veem diante de um dos maiores desafios que enfrentou.

Rolândia, a “Rainha do Café”, sofreu os efeitos desse evento que mudou os rumos de sua história. O medo de que uma nova geada ocorresse contribuiu para a decadência da cafeicultura e para a mudança do perfil agropecuário de Rolândia e região. A solução foi a diversificação das culturas: “fortalecimento do cultivo da soja e de outros grãos, o crescimento da horticultura como ativo comercial e a modernização das cadeias de proteínas animais, particularmente na avicultura e suinocultura” (Paraná, 2025). A crise gerou desemprego e instabilidade social de famílias que dependiam da cafeicultura. A

[88] “A geada negra é um fenômeno climático severo que ocorre quando o ar frio e seco causa um rápido congelamento da seiva das plantas, levando à necrose (morte) dos tecidos vegetais. Diferentemente da geada branca, que forma cristais de gelo visíveis, a negra atua causando danos internos, com efeitos devastadores para a agricultura, levando à necrose (morte) dos tecidos vegetais. Diferentemente da geada branca, que forma cristais de gelo visíveis, a negra atua causando danos internos, com efeitos devastadores para a agricultura” (Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, 2025).

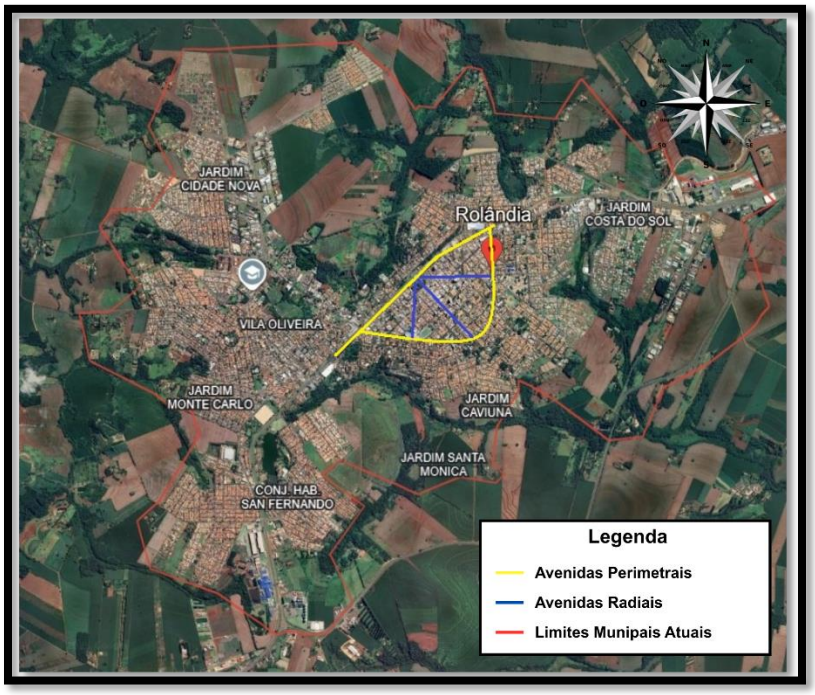
geada marcou o fim de um ciclo econômico, social e cultural que tem reflexos até os dias atuais na cidade e em toda a região.

Com a reestruturação produtiva, chegou a modernização da agricultura. O trabalhador braçal foi substituído por máquinas. A união de todos estes fatores deu início ao processo de êxodo rural, que foi bastante intenso entre as décadas de 1970 e 1980, estendendo-se com menor intensidade para as décadas seguintes (Costa, Rocha, 2012). O perfil da cidade começou a ter alterações. A paisagem rural perdeu movimento e vigor – mesmo permanecendo na memória de todos – e a paisagem rural ganhou novos contornos. A população rural que foi "destituída dos meios de produção é forçada a se deslocar para a cidade, tornando-se assalariada e atuando como mão de obra para a indústria que iniciava seu desenvolvimento [...]" (Costa, Rocha, 2012, p. 129.). Algumas dessas pessoas migraram para outras cidades no Paraná: outras, para outros estados. Tiveram ainda aquelas que permaneceram em Rolândia, saindo da zona rural e se estabelecendo na zona urbana. Preciso enfatizar que essa dinâmica não foi exclusiva para a cidade de Rolândia, mas atingiu todo o norte do Paraná, com maior ou menor intensidade.

A partir da década de 1980, o perfil socioeconômico da cidade começou a sofrer mudanças. Timidamente o setor industrial chegou com indústrias de médio e pequeno porte, especialmente nos setores alimentício e metalúrgico. Processo esse que foi intensificado a partir da década de 1990. São mudanças que trouxeram alterações em toda a dinâmica social, cultural e econômica da cidade, sendo refletidas também no aspecto geoespacial. Mesmo com o processo de industrialização o setor agropecuário se manteve expressivo na cidade.

Atualmente, segundo dados colhidos no IBGE (2025), a cidade conta com empresas no ramo alimentício (frigoríficos), Curtumes e Fabricação de Artefatos em Couro, uma cooperativa agropecuária, um setor pecuarista e parque industrial forte. O setor agrícola continua presente com destaque nos cultivos da soja, milho, trigo, cana de açúcar e laranja. Na figura 23, é possível verificar a grande expansão da cidade, em comparação a primeira planta, apresentada na figura 19.

Figura 23: Vista Atual da Cidade



Fonte: Google Earth

No que diz respeito ao turismo, posso dizer que o município tem grande potência em suas singularidades e singelezas, muito características de uma cidade do interior. Ainda que a imagem divulgada seja a de uma cidade alemã, Rolândia não se resume a essa característica.

O Turismo Rural tem forte apelo unido aos esportes, como ciclismo, motociclismo, caminhadas na natureza e corridas. Seja em eventos esportivos ou simplesmente para os amantes destes esportes. Os remanescentes da época do cultivo do café também atraem visitantes. Nesse contexto, algumas fazendas de café preservam seus casarões de madeira. Zani (2013) explica que a arquitetura destas casas traz grandes indícios de uma arquitetura alemã adaptada ao novo meio físico e novos materiais. “A arquitetura dos edifícios produzidos pelos imigrantes alemães em Rolândia marca o ápice da arquitetura em madeira no Paraná, que se impõe tanto pelo tamanho quanto pelas suas qualidades plásticas e construtivas” (Zani, 2013, p.269). Entre estas posso citar entre elas a Fazenda Veseroda, que atualmente é o Spa Recanto das Figueiras, e a Fazenda Bimini, ambas recebem visitação.

A Fazenda Bimini, antiga fazenda de café de imigrantes alemães, desenvolve um reconhecido trabalho de Educação Ambiental, recebendo cerca de 5 mil alunos por ano, segundo informações do proprietário Daniel Steidle, em reportagem ao Programa Meu Paraná[89]. A sede foi construída no final da década de 1930 em Peroba Rosa. A fazenda ainda mantém sua tulha e o terreirão de café, que atualmente são utilizados em atividades de Educação Ambiental, contação de histórias e vivências no meio rural para os visitantes. A Fazenda Bimini possui ainda um espaço voltado à cultura indígena, trilhas ecológicas de reflorestamento em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e o museu do café Massuci, com obras feitas em papel e cola e alumínio do artista local Edson Massuci.

Figura 24: Fazenda Bimini (foto 1 – atividade de consciência ecológica com escola no antigo terreirão de café, foto 2 – vista da entrada das casas de madeira

Fonte: Instagram Fazenda Bimini

Segundo informações disponibilizadas no *web site* do Spa Recanto das Figueiras, o casarão foi construído na década de 1930, em estilo colonial alemão, toda em peroba rosa. No ano de 1970, a fazenda foi vendida para outra família de alemães do município que, no ano de 1994, resolveu transformar o local em um Spa. O nome escolhido é em homenagem a uma Figueira que possui mais de 400 anos e fica no interior da propriedade, onde possuem um trecho de mata nativa preservada. O Spa tem capacidade para 18 hóspedes.

[89] O Programa Meu Paraná é um programa televisivo que vai ao ar aos sábados pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV), filiada da Rede Globo. O programa tem por objetivo, em visitas às cidades, divulgar belezas naturais, aspectos culturais e singularidades das cidades do Estado. O Programa sobre a cidade de Rolândia foi veiculado no dia 08 de outubro do ano de 2017.

Ainda posso citar a Capela São Rafael, localizada na estrada de mesmo nome. Primeira capela católica na região rural, feita em madeira bastante semelhante com pequenas igrejas europeias. No ano de 1958, a construção em alvenaria foi finalizada. A capela, com grande importância histórica para a cidade, atualmente é também um significativo atrativo turístico. No dia 17 do mês de junho de 2025, foi reconhecida como patrimônio histórico e cultural do Paraná. Ao lado da capela, fica o cemitério alemão. Em estudo anterior sobre o local, me referi sobre às singularidades do local

> [...] muita vegetação e árvores sobre os túmulos, o que remete à imagem de um parque ou jardim; a maior parte das sepulturas encontra-se diretamente na terra. A maioria de suas lápides é de judeus que, durante a II Guerra Mundial, se refugiaram no município. Tem grande importância social e histórica, guardando memórias e identidade de seus primeiros imigrantes (Mancini, Baptista, 2025b, p.1)

Outra propriedade que desenvolve atividades para o turismo é a Morangos Navarro. Aberta à visitação que contempla uma explicação sobre a propriedade e sobre a plantação de morangos. Trabalham também com a modalidade “colhe e pague”, onde os visitantes podem colher seus morangos. Oferecem aos sábados o café colonial. Além dela, posso citar o restaurante Porco No Tacho, localizado na PR-170, Km10. No meio rural, também há os distritos de São Martinho que, no ano de 2013, recebeu o título de Capital Paranaense dos Embutidos devido a variedade e qualidade na produção de salames, linguiças e defumados. Por fim, o distrito do Deizinho do vermelho onde fica localizado o centro de Memória/Escola Vital Brasil. No local, funcionou uma escola rural entre os anos de 1962 e 1998 e, no ano de 2022, o prédio foi restaurado com apoio da comunidade e, se tornou um museu, com auxílio da historiadora Cassia Popolin. Hoje oferece visitas guiadas, que finalizam com um “café da roça”, com produtos artesanais (Boletim Turismo de Rolândia[90]).

A cidade ainda conta com museus: Museu Histórico da Imigração Japonesa do Paraná – conhecido como Museu Japonês; Museu Municipal de Rolândia; Museu Histórico da Colonização Alemã e o Museu de Artes Isidoro Armacolo e o Museu de Artes Hotel Rolândia. Junto ao Museu Municipal fica a reconstrução do Hotel Rolândia,

[90] O Boletim é um material organizado pela Secretaria de Cultura e Turismo do município e pode ser visualizado no anexo A.

primeira construção no perímetro urbano, que hoje abriga o Museu de Artes. Eles se encontram no local onde fica o Antigo Conjunto Ferroviário. É importante dizer que o Barracão Ferroviário está sendo revitalizado e será transformado em um espaço cultural e gastronômico, além de espaço para Feira do Produtor. O conjunto que é composto pelo Museu – onde também está localizada a Secretaria de Cultura e Turismo – o Hotel Rolândia e o Barracão Ferroviário se constituirá em um Complexo Cultural.

Rolândia ainda conta com um Templo Budista, em funcionamento desde a década de 1970. Este templo é um templo zen**,** único templo da região sul do Brasil dessa linha e mantém rituais e tradições preservadas. Possui também grupos folclóricos, alemão e japonês, com eventos culturais, como a conhecida Oktoberfest, que teve início no ano de 1988, sendo realizada anualmente até o ano de 2019, retornando este ano de 2025 com previsão de ser realizada no novo Complexo Cultural.

Rolândia, como mencionado anteriormente, é conhecida como uma ‘cidade alemã’, mas, de fato, é uma cidade multicultural. Abriga um pouco do passado conservado em alguns prédios, nas histórias de alguns pioneiros que ainda estão vivos e seus descendentes e tem a força da complexidade do presente. O presente dos trabalhadores, dos novos imigrantes – venezuelanos, haitianos, cubanos, marroquinos, senegalenses entre outros – que convivem no espaço e lhe atribuem a ele um caráter pluricultural. O presente é uma mescla que fica marcada no espaço e no cotidiano da cidade. Um lugar de muitos “Eus” e muitos “Outros” que, juntos, constroem as várias Rolândias e dão cor e alma à cidade.

6.2 ANDANÇAS EM ROLÂNDIA

As Andanças foram meu procedimento de investigação. A forma que utilizei para realizar uma Cartografia Sensível de Rolândia. Meu recurso para me aproximar da cidade, dos seus lugares e dos seus sujeitos, para captar as conexões, as formas socioculturais e simbólicas, as formas como os sujeitos são e estão em Rolândia. Estas Andanças foram fundamentais para meu processo de inserção e busca. O que busquei? Minha busca foi pela cidade plural e multifacetada em suas várias versões. Pelas várias

Rolândias que se colocam encobertas. Busquei por visibilidades e invisibilidades que brotavam nos lugares pelos quais passei.

O fio condutor das minhas Andanças foi a observação dos lugares e sujeitos – os lugares nos sujeitos e os sujeitos nos lugares. Nesse sentido, não foram realizados contatos diretos com os sujeitos da pesquisa. Estes sujeitos foram analisados na relação que mantêm com os “seus” lugares. A lógica por optar pela não realização das entrevistas ou qualquer outra forma direta de coleta de dados, encontra-se na decisão de observar os sujeitos e lugares em seu movimento natural, sem interferências ou perguntas que os façam se preparar para respostas. Busquei pela espontaneidade que existe na relação entre os lugares e sujeitos, observada em andanças registradas e sistematizadas, conforme proposição de Baptista.

Acrescento ainda que, dentro deste contexto, as Andanças se caracterizaram no procedimento metodológico que me permitiram olhar a cidade no seu movimento cotidiano. Ainda que feitos registros instantâneos buscando capturar momentos sentidos pela pesquisadora, apenas as Andanças me permitiram entrar em contato com o foco desta pesquisa e vivenciar a complexidade que se produz na vida cotidiana.

As Andanças tomaram diferentes formas para captação da vida em movimento. Foram escuta das conversas, dos barulhos e do silêncio. Foram leituras de realidades escritas nos lugares. Foram olhares ... olhares para os sujeitos, para os sujeitos nos lugares, buscando penetrar em seu cotidiano. Enfim, as Andanças foram as ‘com-versações’ que me permitiram imergir no universo da pesquisa e me conectar com os lugares e sujeitos, pois, como nos orienta Pais (2023), diferente da ciência positivista, as pesquisas com o cotidiano precisam do pesquisador como parte do universo pesquisado. “O pesquisador não se evade do mundo que pesquisa, intromete-se nele [...”] (Stecanela; Ramos, 2023, p.12).

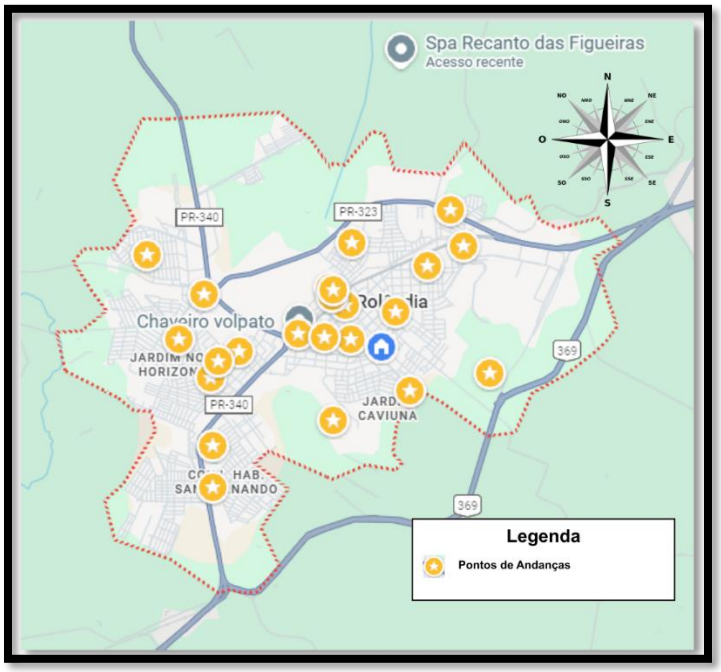
Dentro deste contexto, com base no entendimento de ‘Com-versar’ Lugares e Sujeitos de Baptista (2020c), da Cartografia Sentimental da Cidade, de Rolnik (1989), e das Andanças de Baptista (2025), preciso esclarecer que não é possível delimitar um período, ou mesmo datas marcadas nas quais as Andanças foram realizadas. No momento em que defini que meu foco de estudo estaria voltado à proposição conceitual do Patrimônio do Cotidiano, no segundo semestre do ano de 2022, eu que já era uma

Andante da cidade, por natureza: passei, então, a ser uma Andante pesquisadora, orientada para a observação sensível, características dos estudos Amorcomtur. Nesse momento, o meu Andar passou a buscar por detalhes, miudezas singelezas que refletiam o que faz a cidade.

As minhas Andanças me permitiram uma aproximação com a “minha” Rolândia, mas também me mostraram tantas outras Rolândias que eu nunca tinha visto. Descobri lugares para contemplar, lugares para descansar, conversar, resistir, viver e ‘com-viver’. Uma Rolândia com diferentes lugares, de diferentes pessoas que se enche de afetivações, vestígios, memórias de vida, que dividem o espaço com as novas dinâmicas que se instalam na cidade.

Os recortes e delimitações dessas Andanças se deram no processo, nos encontros com os lugares, na observação dos sujeitos, no acaso, nos desvios. Não houve roteiros pré-definidos, eles foram se definindo no Andar, nos afetos sentidos, nas experiências observadas. A única delimitação foi que as Andanças se deram apenas no perímetro urbano de Rolândia. Longas e silenciosas Andanças, contemplações e observações. Andanças em que o som da rua crescia em mim, carros de som, burburinho, movimento. Andanças casuais e descompromissadas das quais brotaram sentidos, impressões e interpretações. Foram feitos muitos registros, através de anotações, fotografias, marcações, relatos. Escuta sensível e observação amorosa que foram se colocando em meu percurso de olhar e ‘com-versar’ lugares e sujeitos. Ainda que não tenham ocorrido Andanças programadas a lugares, pude, na finalização desta tese, destacar alguns pontos de Andanças. A figura 25 mostra um mapa da cidade com destaque a vários locais que foram pontos de minhas Andanças, durante todo o processo da pesquisa.

Figura 25: Andanças em Rolândia



Fonte: Google Maps

A lentidão dos meus passos, a atenção ao todo e ao mesmo tempo aos detalhes, a escuta... foram aspectos que me permitiram a apreensão de um cotidiano que não é percebido conscientemente nas idas e vindas do dia a dia, mas se imprime em marcas, percebidas em Andanças sensíveis. Marcas dos sujeitos e a forma como se apropriam dos seus espaços e vão desenhando neles suas experiências, o seu viver. Minha impressão é que os afetos saltam aos meus olhos e tomam forma material, palpável. Fortuna (2019, p.6) diz:

> É nesta “escuta” da cidade que se desenrolam as biografias e as memórias urbanas das pessoas e dos lugares. Por isso, andar na cidade é um ato de criatividade e imaginação sociológica capaz de incentivar trajetos e reescrever histórias plurais de vidas vividas que complexificam e pluralizam o passado e projetam futuros de urbanidades impensadas.

Foi assim que, andando, olhei para Rolândia no seu invisível. Assim, pude reconhecer, de modo singular, a praça que é local de passagem diário, local para se exercitar, passear com o cachorro, para o lazer no final de semana ou simplesmente, o banco para sentar-se e permanecer. A feira com tantas trocas sociais, tem cheiro, tem barulho, tem vida. A sorveteria antiga, que quebra com a monotonia urbana no meio dos

prédios, significa uma pausa, um alívio. O calçadão que pulsa. Tem tudo ao mesmo tempo, sons e silêncios, o corre corre do dia a dia e o sentar no banco para “jogar conversa fora”, rotina e rupturas. Os grafites espalhados pela cidade que dizem tanto. Aquela pista de *skate* que acumula usos e lazeres. O lago no meio do bairro de periferia, lugar de pesa, de lazer.

Assim, com base nestas Andanças apresento minhas narrativas-andanças, como define Maria Luiza Cardinale Baptista, referindo-se também a uma trama de conceitos que vêm sendo trabalhados no Amorcomtur.

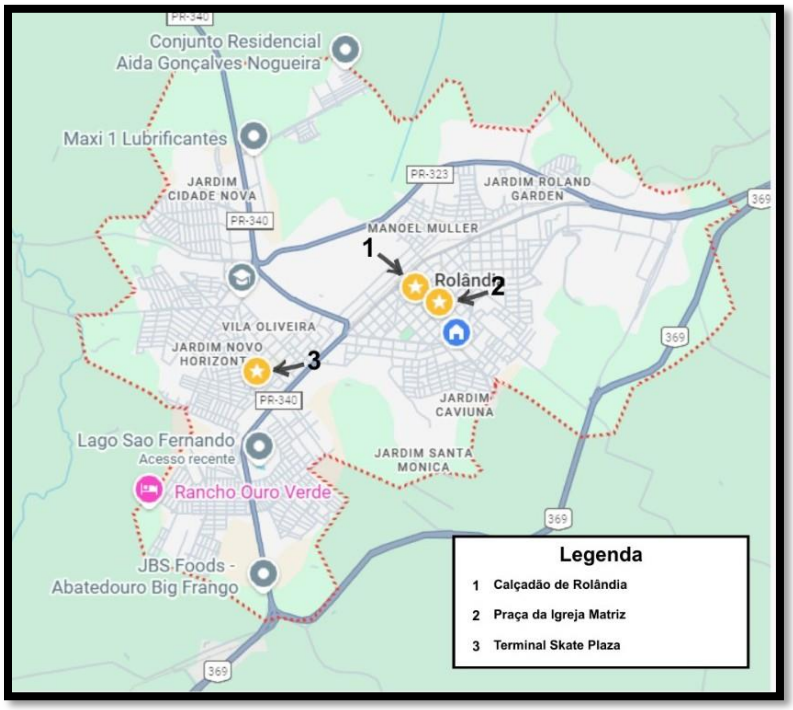
> Narrativas-andanças são narrativas (auto)transpoiéticas, porque acionam a autopoiese, a autoprodução do sujeito que narra. São narrativas que ‘com-versam’ sujeitos e lugares, porque apresentam lugares em meio às ações dos sujeitos. Trata-se de um modo sensível de apresentar ‘lugares e sujeitos em relação’, em movimento fluente de conexões nas práticas do cotidiano[91]

É muito importante ressaltar que, embora aqui esteja destacando algumas narrativas, que se conectam com posteriores reflexões de lugares em que pude identificar a proposição de Patrimônio do Cotidiano no município de Rolândia, isto não significa que reduzo as possibilidades de identificação a estes casos. As Andanças foram realizadas pela cidade, em muitos lugares, e geraram muitos relatos que, nesse momento, não serão narrados. A dinâmica de um trabalho final para o doutoramento me sugere a “escolha” de algumas Andanças, de alguns lugares, para serem analisados de forma mais aprofundada. Assim, durante minhas várias Andanças, fui, aos poucos, escolhendo estes lugares, o que fez com que as Andanças se tornassem mais recorrentes neles.

Estas escolhas não têm pretensão de hierarquizar lugares. Busquei, a partir dos lugares escolhidos, trabalhar uma diversidade: o Calçadão de Rolândia, lugar do movimento, do comum, de permanências e rupturas, do cotidiano do morador; a Praça da Igreja, lugar de passagem, de paz, tranquilidade e lazer, do descanso e a Terminal Skate Plaza, lugar de marcações simbólicas e de resistência.

[91] Maria Luiza Cardinale Baptista. Declaração em orientação de pesquisa. Novembro de 2024.

Figura 26: Destaque dos Locus do Estudo



Fonte: Google Maps

Como venho tratando desde o início deste estudo a patrimonialização é sempre uma escolha, seja do grupo detentor, seja de um órgão de preservação. No caso desta pesquisa, há uma escolha da pesquisadora, que tem uma Andança-trajetória de história de vida ligada à cidade e que também se fez pesquisadora atenta, em processo de doutoramento, e que implicou em Andanças sensíveis e imersão profunda na produção de registos de focos de valor. Rolândia, como tantas outras cidades, é rica em vivências e experiências, em sutilezas, em significâncias e afetos que são cristalizados na formação de outros Patrimônios do Cotidiano que podem ser posteriormente estudados. Talvez, neste momento, minhas escolhas também tenham sido influenciadas por afetivações geradas nas Andanças!

Apresento agora relatos de fragmentos das Andanças como exemplos de um movimento espontâneo da pesquisadora, seguidos de Andanças reflexivas em ‘com-versações’ com os autores buscando trazer análises e o meu entendimento sobre o porquê esses lugares representam Patrimônios do Cotidiano. Esses relatos são textos jorrados. Um pouco do que pude expressar sobre o que observei, presenciei e senti em minhas Andanças. Andanças que me mostraram a vida do homem comum, o invisível.

Relações que constroem com os lugares e geram vínculos, dão singularidades e sentidos. Ali, caminhando nas ruas da cidade, pude ver que realmente a cidade é moldada pelo morador e o morador por ela. Tantas singelezas intensas... o jeito de falar, de vestir, as músicas, o seu ‘seu e estar’ na cidade.

As várias Rolândias foram, aos poucos, se apresentando. A cidade de cada grupo. A forma como cada um ‘com-versa’ com seus lugares, se conecta e se apropria deles. Fica clara a existência de uma “divisão” da cidade, divisão que se apresenta também no uso dos espaços. A relação entre os sujeitos e lugares é “submissa” a esta divisão. Os significados, os sentidos, as afetivações e memórias, a apropriação dos lugares de certa forma obedece a esta separação por regiões e bairros, por classes e grupos de referência, até mesmo por idade. Porém, de alguma forma, os lugares analisados neste estudo, com exceção da Terminal Skate Plaza, aparentam padrões menos rígidos em suas demarcações. Nestes lugares, mesmo que haja demarcações socioespaciais simbólicas ou espaciais, as fronteiras entre os grupos não se mantiveram tão inflexíveis, possibilitando estabelecer zonas de contatos entre os diferentes. Prevalecem os usos, a relação, os sentidos atribuídos aos espaços, o que já traz evidências de singularidades.

Talvez esta flexibilidade seja um movimento contemporâneo da cidade. Como explica Arantes (1994, p. 191)

> [...] a experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais identitários. Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam, ou, em uma palavra ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas. Penso que os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros como se formassem um grande mosaico. Ao meu ver eles se superpõem e entrecurzandos-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição [...]

Para o autor, existem espaços de “entrejogo de territorialidades interrelacionadas” onde “inúmeras categorias sociais ganham expressão espacial dando assim visibilidade pública às identidades constrastadas” (Arantes, 1994, p.191). Talvez, o Patrimônio do Cotidiano seja um exemplo destes espaços de entrejogo citados pelo autor. As divisões

entre os grupos estão ali, porém se apresentam no mesmo espaço. As afetivações e memórias se mostram diferentes para cada grupo social e, dessa forma, o vínculo criado, os sentidos e significados também são diferentes. A apropriação do espaço é diferente. No entanto, existe convivência, pelos menos ali naquele lugar. Não significa, necessariamente que estes grupos se inter-relacionam, mas que atribuem diferentes significados aos mesmos lugares. Não significa que não exista uma hierarquização simbólica entre estes grupos, e nem mesmo uma separação maior dos lugares da cidade. O que busco enfatizar é que os diferentes grupos sociais “dividem” aqueles lugares do seu cotidiano, e é nesse emaranhado de vivências que o lugar passa a ser compreendido como tal, um conjunto de sentidos impressos pela relação cotidiana com os moradores.

Como exposto estes relatos são exemplos de registros da pesquisa acionada por meio das Andanças, com texto fluido marcado por registros imediatos (realizados durante as Andanças) e registros feitos logo após as Andanças. A proposta aqui é, através da minha fala, explicitar elementos encontrados no cotidiano. Estes são apenas alguns fragmentos de muitas outras ocorrências, de muitas outras observações, de muitos outros registros, para trazer um pouco da vida espontânea do movimento do morador na cidade.

6.2.1 Relato – Andança no Calçadão de Rolândia

Quarta-feira. Saio de casa logo no início da manhã, de um dia ensolarado e quente. Caminho pelas ruas até a ***Praça da Igreja Matriz****. A Igreja é bem próxima a minha casa, e, paro ali, pois é a primeira coisa que me chama atenção. Vejo, próxima àquela imensa construção que salta aos olhos, o cotidiano de pessoas comuns, que passam por ali, levando sua vida. Parece que nem notam a igreja. Parece que já estão tão acostumados a transitar pela praça que a igreja fica invisível. Penso... “Como algo como essa igreja pode se tornar invisível aos olhos dos moradores? Ela é a construção mais linda e também acredito que é a maior em nossa cidade!!*

A sua construção em estilo barroco me lembra a de uma catedral, majestosa, imponente... Seu interior é maravilhoso, lustres, vitrais, pinturas em telas com as

representações bíblicas, 14 quadros da via sacra entalhados em madeira. Toda vez que entro na igreja fico estonteada e nunca me canso de olhar... tenho a impressão de que sempre descubro algo novo. Tantas mudanças desde a primeira igreja, a primeira praça... mudanças que acompanharam as transformações da cidade e de seus moradores.

Percebo que me deixei levar pelos meus pensamentos... volto ao meu objetivo. Ali na praça me sinto bem. Há alguns poucos lugares de sombra, mas, por ser um dos pontos mais altos da cidade, e pela grande construção, tem um vento que passa por nós e brinca com nosso rosto, com nosso cabelo e alivia o sol! Volto meu olhar novamente às pessoas passando. Algumas de cabeça baixa, outras felizes e se cumprimentando. Me parece que esse trajeto realmente faz parte do seu dia a dia. A praça é a forma de "cortar caminho", para encurtar o trajeto e ganhar alguns minutinhos na correria do dia. À sombra da figueira, vejo uma moça sentada em um banco. Simplesmente ali, parada, no contrafluxo de todos os demais, ela não demonstra pressa. Está ali com seus pensamentos, olhando para o horizonte. Vejo uma mãe passeando com seu bebê no carrinho, dando voltas ao redor da igreja. Penso que estão aproveitando aquele momento de silêncio, de sol e vento.

Continuo meu trajeto, pelo centro da cidade. As ruas com um movimento leve, comum de uma cidade de interior. Carros passando, pessoas de um lado e de outro da rua, em uma dinâmica comum, de um dia de semana, um dia de trabalho.

Chego no ***Calçadão****. Estamos muito acostumados a chamá-lo de calçadão, mesmo que não seja mais, de fato e efetivamente, um calçadão, já que há uma rua torta que passa por ele! Coisas de cidade pequena. Uma rua torta que corta um calçadão. Uma fonte que não está mais ali, e que ainda me vem à memória quando vejo o calçadão. Ao contrário do silêncio da praça, o calçadão tem todo o burburinho da cidade. Lojas com os funcionários nas portas, muita conversa, muito calor humano. O cheiro do* ***pastel do "Bigode****" logo pela manhã. Nem saberia dizer desde quando o "Bigode" está ali, com seu carrinho de pastel, na esquina do calçadão. Parece que desde sempre. Sei que todos na cidade conhecem o "Bigode e seu pastel". Tenho em minhas memórias de criança pequena o pastel. Quando saía no "centro" com meus pais e comíamos o pastel do Bigode.*

Há pessoas que se cruzam, se cumprimentam. Pessoas que passam apressadas: outras que vão olhando as lojas e passeiam por ali. Nos bancos, senhores sentados conversando. Na esquina da farmácia, um rapaz com seu violão, cantando Raul Seixas, a trilha sonora para um dia comum na cidade.

Encanta-me essa dinâmica do lugar. Eles estão ali sentados, conversando sobre muitos assuntos, deixando o tempo passar. Ao mesmo tempo que muitas pessoas passam por ali, temos a pressa e temos a calmaria. Eles não percebem, mas o calçadão faz parte do que são enquanto pessoas. Todos os dias estão ali, passando ou conversando, encontrando-se com outras pessoas, sentados nos bancos descansando. É realmente lindo sentir a conexão entre aquelas pessoas e aquele lugar que é deles! A questão posta aqui é que, como diz minha orientadora, "no mundo das cidades do interior, os atrativos turísticos são singelos e intensos, ao mesmo tempo".

***

Estou novamente no ***Calçadão****. Poluição visual com as lojas, o vozerio, o barulho dos carros passando, o vendedor da loja no microfone, avisando de uma promoção, o carro de som... um conjunto que mistura sons, cheiros, paisagens muito características. Podia me sentir incomodada, não gosto tanto assim de barulho. Mas na verdade sinto um silêncio, mesmo em meio a toda a agitação.*

Vejo aquelas pessoas apressadas de um lado para o outro. Alguns senhores sentados nos bancos. Paro e tento ouvir suas conversas. Falam sobre política, sobre o acidente de carro, sobre o jogo de futebol... trivialidades. Mas parecem ter linguagem própria, um 'com-versar' que pertence a eles. Parecem fazer parte do lugar e o lugar pertencer a eles. A sensação que tenho é que não dá pra saber onde começa o lugar e nem onde terminam as pessoas, são tudo uma coisa só, em simbiose. As pessoas vivem aquele lugar de forma tão espontânea que realmente é como se fizessem parte um do outro.

Desvio o olhar, vejo a catador de lixo com seu carrinho. Ele não destoa da paisagem, também pertence a ela, dá vida, movimento. Me pergunto se aqueles sujeitos apressados estão sentindo aquele lugar como eu estou, e principalmente como os

demais estão. Talvez não ... ou talvez estejam olhando para a calma e lentidão das conversas, o desafiar do tempo daqueles sujeitos e desejem também estar junto deles.

Alguns se rendem ... param para conversar, tomam um sorvete, comem um pastel. Sentem o lugar, se conectam com ele. Outros não...continuam seu caminho. Acho que isso é o cotidiano ... a rotina e a ruptura, a pressa e lentidão, a ordem e o caos.

6.2.1.1 Andanças reflexivas - Calçadão de Rolândia

O calçadão, ou a “rua torta”, como também é chamado pelos moradores notadamente evidencia afetivações e memórias. Este lugar pertence ao dia a dia das pessoas, sendo local de passagem, local de troca de conversas, local de comércio. Está imerso no cotidiano da cidade. É possível sentir a relação entre os moradores e este local, a atribuição de valor, a formação de afetivações.

Localiza-se em uma das principais avenidas centrais da cidade, Avenida dos Expedicionários. Foi construído no ano de 1992. Neste primeiro momento, não tinha a rua que cortava. A ideia era, como o calçadão em outras cidades, concentrar parte do comércio e promover a circulação apenas de pedestres. Surgiram, no entanto, várias reclamações dos moradores e de comerciantes, que não se adaptaram àquele formato. Assim, foi aberta uma rua que corta a calçada e permite a passagem de carros. Apesar de continuar sendo chamado como Calçadão, este perdeu sua característica essencial.

Figura 27: Calçadão antes da abertura da rua – ano de 1992

Fonte: Blog do Farina

Esta mudança aumentou significativamente o fluxo de pessoas no local. Estando no coração da cidade, é frequentado por diferentes grupos sociais que passam por ali por diferentes motivos. Possui diferentes segmentos de comércio, banco, farmácia, consultórios, livraria e papelaria, sorveteria, café, carrinho de pastel, que justificam este fluxo. O movimento que vai do local ao padrão global que se revela nas lojas chinesas que começam a ganhar lugar. Possui também bancos, árvores, flores.

Figura 28: Andanças pelo Calçadão

Fonte: A autora

Ali pude sentir a pressa do dia a dia, e a lentidão que a contrasta. As rupturas e permanências (rotina) presentes no ‘ser e estar’ na cidade. Ali moradores transitam com objetivos definidos - de trabalho, serviços de banco, farmácia, compra – enquanto outros se sentam nos bancos e ‘deixam o tempo passar’. O barulho do movimento, das conversas, dos veículos, dos anúncios do carro de som, uma polifonia característica. É, como coloca Pais (2003), um cotidiano que se faz nas ações insurgentes, nas rotinas e

nas rupturas que caracterizam diferentes modos de apreender a cidade, e que nem sempre se moldam aos modelos convencionais. Moradores que, no vai e vem, não notam a cidade, e, ao mesmo tempo, moradores que param para comer um pastel do Bigode[92] ou para tomar um sorvete e ouvir aquele cara no violão cantando Raul Seixas[93]. A apropriação se revela nestas atitudes.

Uma sobreposição de temporalidades é refletida no espaço e nas mudanças nele realizadas, que acumulam diferentes usos, diferentes significados, memórias que se cristalizam em afetivações. Usos, significados e afetivações, que, como já exposto, não necessariamente se excluem. Como afirma Fortuna (1997, p. 130), a cidade é a imagem da sociedade, ou seja, "[...] múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem urbana [...]"

Enquanto lugar vivido, o que mais me chamou atenção foi a casualidade dos encontros que se inscrevem no lugar, momentos de conversas leves, o ir ao calçadão para estar ali, e não por um dever ou compromisso, atitudes muito características de cidades do interior. Essa leveza se contrastava com um ir e vir de pessoas. Observar essa dinâmica, em alguns momentos, me levava a outra dimensão. Pode até parecer simples, mas aquele lugar e as relações ali estabelecidas transmitem uma densidade. O lugar vai ganhando sentido à medida que a vida se desenvolve. A vida que é vivida em um lugar comum, por pessoas comuns.

A presença de diferentes grupos sociais aparenta ser harmônica, cordial. Nas Andanças, sempre observei pessoas que se cumprimentavam - ou me cumprimentavam - com um Bom Dia, sem necessariamente me conhecer. Talvez por aquele movimento fazer parte da vida cotidiana das pessoas exista um pouco mais de tolerância.

Pareceu-me um lugar onde a apropriação é realmente movida por afetos e supera uma lógica de dominação e rotina imposta. O 'ser e estar' no calçadão reflete necessidades diárias de cidadãos na cidade, mas, principalmente sentidos, usos e relações invisíveis que escapam do esperado e marcam singularidades e diferenças que também são expostas nesse 'ser e estar' na cidade.

---

[92] O Bigode é um vendedor de pastel muito conhecido na cidade, que fica com seu carrinho diariamente (exceto aos domingos), no calçadão. Todos na cidade o conhecem.

[93] Um rapaz, de vez em quando, aparece com seu violão e fica na esquina cantando em troca de doações. O repertório preferido são músicas do compositor Raul Seixas.

O calçadão acumula uma conjunção de sociabilidades, que permitem visualizar e compreender que as cidades não podem ser entendidas no modo estático e uniforme. O ‘ser e estar’ dos moradores no calçadão traduzem variabilidades de práticas e usanças, termo que tomo emprestado de Certeau (1996), que expõem a liberdade que os sujeitos desfrutam ao viver e se conectar com lugares que são ‘seus’. Observar o movimento social no calçadão me permitiu captar sutilezas e singelezas de sujeitos anônimos, que ganham significância na simplicidade. Assim se mostra um lugar onde existe uma produção de vida – uma produção contínua de fluxos que significam e afetam, trazendo singularidades aos grupos que ali estão, e dessa forma, ao próprio lugar. “[...]a vida se desenrola num lugar que permite sua realização e lhe dá sentido, criando laços entre as pessoas e os lugares; assim passado e presente se materializam no espaço da vida” (Carlos, 2017, 197).

Interessante também citar que essa vida pulsante no Calçadão é esvaziada aos finais de semana. Aos sábados pela manhã, enquanto o comércio ainda está aberto o movimento ganha ainda mais fervor. No período da tarde, poucas pessoas são vistas transitando por ali. Mesmo que a sorveteria ou o café estejam abertos, ou no primeiro final de semana de cada mês, quando o comércio fica aberto durante o dia do sábado, o calçadão fica vazio. Entendo que o final de semana é visto como a quebra da rotina semanal, o que fica marcado até mesmo no uso deste espaço.

Figura 29: Andanças pelo Calçadão

Fonte: A autora

O calçadão é um lugar que expressa em sua forma mais completa o sentido de patrimônio que busco evidenciar neste estudo. Os moradores vivem o calçadão, e o calçadão ganha vida pelo ir e vir dos moradores. É um lugar de relações sociais, de trocas – entre sujeitos e entre sujeitos e lugares que constroem sentidos e significados – uma multiplicidade de relações que estabelecem diferentes identidades não redutíveis a unicidade. Esses sentidos refletem sobre a forma como o morador se relaciona com o lugar, em um contexto mais amplo de práticas cotidianas reveladoras de afetivações. Além disso, o trabalho de "educar" o sujeito a dar sentido aos seus bens e não minimizá-los, a se reconhecer neste processo e a reconhecer o Outro – reflexividade e (re)conhecimento – ou seja, contribui com um contexto mais amplo de resistência social a partir do reconhecimento do seu grupo e o reconhecimento do Outro, não como intruso ou como ameaça, mas como extensão do eu, como parte de um todo maior complexo, do qual todos fazemos parte.

Quadro 13: Matriz Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano - Calçadão

Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano	**Calçadão de Rolândia**
Não obrigatoriedade da presença do Estado	Não é oficialmente reconhecido como Patrimônio de Rolândia.
Morador como sujeito nas interações que lhes causam afetos, significados, importância, identidade.	O calçadão é entendido como Patrimônio do Cotidiano pois ganha sentidos e significações por meio de afetivações e memórias construídas nas idas e vindas cotidianas da interação morador/lugar. Os moradores constroem e (re)constroem o lugar diariamente como algo próprio de um núcleo de significado da cidade.
Patrimônio resultado das vivências e experiências das práticas cotidianas.	Moradores interagem diretamente com o espaço reconhecendo-se mutuamente. Possui uma dinâmica própria e singular que lhe traz sentido, com permanências e rupturas. Não possui características monumentais ou grandiosas. Não tem peso na história oficial e não se caracteriza por sua antiguidade. Sua importância está nas relações sociais construídas entre sujeitos e entre sujeitos e lugares – vivências e experiências cotidianas.
Noção dinâmica do patrimônio – movimento espontâneo e constante da sociedade.	Nas idas e vindas cotidianas, a cidade se faz singular no calçadão, que rompe até mesmo com

	o conceito de calçadão, transformando-o na “Rua Torta”. A cidade ganha vida na dinâmica e movimento singular do local. O lugar possui uma sobreposição de temporalidades, vivências e experiências que cristalizam afetividades.
Noção ampla de patrimônio	Entender o calçadão como Patrimônio reflete a busca pela ampliação conceitual e de sentidos enraizados sobre o patrimônio a partir do reconhecimento de um bem importante por pertencer ao cotidiano. O calçadão é caracterizado pelos seus diferentes usos, práticas e experiências sociais. Moradores atribuem a ele diferentes significações que são compartilhadas no espaço.
Fronteiras simbólicas flexíveis. Valorização das singularidades e múltiplas identidades.	O lugar pode ser considerado o “coração” da cidade – centro comercial que acumula diferentes práticas diárias e diferentes grupos sociais. Na convivência cotidiana entre estes diferentes grupos sociais o calçadão envolve uma multiplicidade de identidades que se entrecruzam na vivência do lugar. O lugar é apropriado pelos diferentes grupos de acordo com suas singularidades.
Materialidades e imaterialidades, intensidades abstratas em bens tangíveis e intangíveis.	O calçadão é marcado pelo cruzamento entre suas materialidades e imaterialidades, apresentando seu valor nas intensidades abstratas. Ou seja, não possui uma categorização tradicional entre o material e imaterial, seu valor está no entrelaçamento entre estes aspectos. Sua importância aparece na produção/geração de afetividades e memórias, nos sentidos e significações construídas continuamente.
Resistência e visibilidade das diferenças.	Tendo associado ao calçadão o entendimento de um lugar das pessoas – do “homem ordinário” sua apropriação está ligada a aspectos emocionais e afetivos. O reconhecimento deste movimento pelos moradores permite reforçar e se orgulhar de suas singularidades que, por sua vez, permitem aos grupos assumirem seu lugar na cidade.
Reconhecimento e valorização do outro	Estar no calçadão pode possibilitar o despertar para o reconhecimento das diferenças na convivência entre os diferentes grupos. Reconhecimento dos diferentes elementos sociais que formam a cidade. Este movimento pode se dar entre moradores e entre moradores e turistas.
Avesso do Turismo	As sutilezas, miudezas e vivências do calçadão demonstram os entrelaçamentos cotidianos reais/concretos dos sujeitos da cidade que traduzem sua essência – a “alma do lugar”. Visitar

	o calçadão é ter proximidade a estes entrelaçamentos que se afastam da espetacularização e teatralização para o turismo e entram em conexão com a cidade. Para ter contato com aspectos naturais, espontâneos e que constituem as várias Rolândias todos os dias, é interessante a visita e vivência no calçadão, se misturando à paisagem da cidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entender o calçadão de Rolândia como um Patrimônio do Cotidiano é reconhecer que as pessoas que estão ali também contribuem com a construção diária da cidade. É dar voz ao “homem ordinário”, o sujeito sem rosto que vive essa cidade todos os dias. É dizer que os seus significados também são válidos e que suas referências importam. É entender que esses sons, cheiros, movimentos representam a ‘alma do lugar’, são a essência de Rolândia. O mais importante nesse sentido é levar o morador a se apropriar de verdade do seu lugar e passar a (re) conhecer valor no que para ele é simples. Esse movimento permite uma ampliação da noção de pertencimento ao espaço vivido no cotidiano e traz visibilidade das diversidades e diferenças, a partir da força que o sujeito ganha de ser quem ele é. Nesse sentido, o sujeito deixa de ser mero coadjuvante e passa a ser o ator principal do (re)conhecimento e valorização do que para ele importa.

6.2.2 Relato – Andança na Praça da Igreja Matriz

Hoje sou eu quem está de passagem. Preciso ir ao banco e “corto caminho” pela ***Praça da Igreja****, mas não posso deixar de notar ali na grama, um piquenique. As crianças da catequese brincando, correndo, subindo na figueira... uma toalha na grama, alguns pratinhos espalhados pela toalha, duas professoras sentadas ali, conversam e observam as crianças. Impossível não me lembrar da minha infância. De quantas vezes subi naquela figueira, de quantas vezes brinquei naquela praça. O sentimento de nostalgia me toma... mas me deixa muito feliz ver que, ainda hoje, as crianças estão ali a brincar. Com seus rostos avermelhados de tanto correr, rindo alto, felizes, como se mais nada existisse. E acho que realmente naquele momento, para eles, nada mais existe. Como é bom ser criança!*

O que mais me emocionou foi me ver ali junto com aquelas crianças correndo e brincando, o meu eu criança. Sem preocupações, sem precisar ir ao banco, sem contas para pagar... somente brincar me importa. Subir na figueira da praça! Fiquei pensando que, quando se encontra o Patrimônio do Cotidiano, a cidade também é espelho.

Volto à realidade, e sigo meu caminho.

***

*Novamente na **Praça da Igreja**. Sábado, final de tarde. Dessa vez, a praça tem um movimento diferente. Pessoas caminhando. Algumas levando seus cachorros para passear. O som dos pássaros, aquele vento costumeiro. Vejo um grupo de pessoas sentados... alguns na grama, outros em cadeiras de praia que levaram para aproveitar o fim de tarde na praça. Seus filhos com a bicicleta, dando voltas e voltas pela igreja, e se mostrando aos pais cada vez que passavam por eles: "Olha pai, consegui ir mais rápido que a Carol[94]!".*

Um grupo de adolescentes, no banco perto da figueira. Sentados. Conversando. Deixando o tempo passar.

*Do outro lado da igreja, na grama, uma mãe com seu bebê. Mais um grupo de pessoas adultas e crianças com a bicicleta. Pai e filho jogando vôlei. Pra mim, tudo isso diz muito sobre a cidade e sobre as pessoas que nela moram. São usos que a praça mantém no decorrer dos anos, desde seu surgimento. Fico pensando em quanta vida aquela praça já abrigou... festas, quermesses, conversas. Um casal de namorados no banco. Uma briga de um casal de namorados. Mesmo com tantas mudanças... e mudanças em tantos aspectos – a praça não é mais a mesma, os valores não são mais os mesmos, as pessoas não são mais as mesmas – ainda assim vejo que **esta praça é um espaço de sociabilidade, que fortalece as relações sociais, os vínculos e, nesse sentido, tem diversos sentidos para seus moradores.***

Em meio a um pensamento e outro, volto novamente meu olhar a praça. Vejo agora uma moça sentada em um banco, lendo. Um grupo de adolescentes tentando contornar a igreja em um "beiral" da construção. Pego-me novamente em meus pensamentos: Quanto sentido carrega esse lugar? Sei que a igreja é um referencial no

[94] Nome fictício utilizado para não identificar o morador.

município, mas penso na praça em si e em todas as relações que nela acontecem. Ë um local do cotidiano dos moradores e que apresenta muitos usos. É possível sentir os laços que aqueles moradores desenvolvem com o local e como ele faz parte de suas vidas.

Meus pensamentos são interrompidos pelo ***sino da igreja****. São seis da tarde! As crianças deixam suas bicicletas e correm para ver o sino tocar no alto da torre. As badaladas soam tão alto que parecem fazer tremer. Como não sentir os laços, são tão evidentes que parecem até materiais.*

Parece que o sino manda até mesmo no sol, que, depois, começa devagar a se por. Os pássaros começam a buscar um lugar para descansar, o dia parece já estar se despedindo. As pessoas, aos poucos, vão juntando suas coisas para voltarem para suas casas. Alguns carros começam a chegar. Dali a pouco a noite já caiu. Mais carros chegam, e as poucas pessoas que ainda ali estavam se despedem. É hora da missa!

6.2.2.1 Andanças reflexivas – Praça da Igreja Matriz

Busquei, durante minhas Andanças, observar e analisar a relação que os moradores estabelecem com as Praças da cidade. Em aspectos gerais, são considerados espaços de sociabilidade e interação. Nas praças, são desenvolvidas as mais diferentes atividades, como recreativas, de lazer, físicas, contemplação do ambiente, reunião com a família, encontro com os amigos, atividades religiosas, festividades, ou seja, várias atividades das quais todos da comunidade participam. Klein, Kuhnen e Olekszechen (2017) explicam que, em meio ao caos das cidades, alguns lugares aparecem como “ilhas” que permitem uma (re)conexão perceptual, cognitiva e afetiva com seu entorno. Para os autores, as praças podem atuar dessa forma.

A cidade de Rolândia possui várias praças – inclusive a menor praça do mundo - que são lugares para o descanso, a conversa despretensiosa, para a travessia, para os encontros, os namoros. Praças com quiosques de lanches ou espetinhos, outras com *food-trucks* que ganham movimento maior no período noturno, com parques infantis, com academias para a terceira idade (ATI). Muitas destas praças já estavam contempladas na primeira planta de Rolândia (figura exposta na p.19, p. 298). Nesse sentido, também assumem relevância histórica na vida dos indivíduos, atuam como uma materialidade que transmite a sobreposição de temporalidades e permitem às pessoas compararem

presente e passado, através das lembranças a eles associados. A produção de memórias e afetivações podem ser claramente observadas, pois verifica-se o envolvimento e identificação dos moradores com o lugar, que remete a si e à coletividade.

Busquei entender a relação dos moradores com essas praças e analisar a produção/geração de afetivações e memórias para prosseguir com reflexões mais profundas. Ainda que tenha observado uma relação com algumas praças, notei uma interação principalmente em duas praças em específico: Praça de Igreja Matriz e a Praça Castelo Branco. Neste estudo, no entanto, irei me debruçar com maior profundidade a Praça da Igreja Matriz, pois identifico nela uma relação muito próxima com os moradores, que me sugeriu a geração de afetivações.

Talvez, a um primeiro olhar, esta praça não estaria contemplada em um estudo que sobre o Patrimônio do Cotidiano. É nela que fica a maior e mais grandiosa construção da cidade, com características que podem atendem a critérios tradicionais/oficiais de seleção do patrimônio. Aqui, é preciso se atentar que, mesmo que em muitas análises, praça e igreja sejam consideradas em conjunto, neste estudo, minha reflexão se volta apenas à praça. A praça também possui grande referência histórica, pois tem acompanhado as mutações da cidade desde o ano de 1938. A produção de afetivações e memórias nesta praça é tão significativa, no entanto, que ela passa a expressar o sentido de Patrimônio do Cotidiano nas relações estabelecidas com os moradores, no carinho que os moradores possuem por ela, e nas dinâmicas sociais que apresenta.

Mesmo que seja uma Praça Central, onde fica a Matriz Católica da cidade – o que por si só poderia denotar segregações espaciais – em minhas Andanças e observações, pude notar uma flexibilidade na marcação das fronteiras simbólicas, uma pluralidade social, que remete a ela diferentes significações compartilhadas. Nesse sentido, acredito ser relevante analisar a possibilidade de ser entendida como patrimônio do cotidiano.

No processo de colonização de Rolândia, como também em outros cidades, a igreja atua como espaço de coesão grupal e senso de comunidade, e a religiosidade como importante elemento identitário. No local onde hoje fica a Praça e a Igreja, em

19/03/1938[95], foi construído o primeiro templo no perímetro urbano - uma Capela Católica (Figura 30).

Na figura 30, nota-se que não havia a construção de uma praça, apenas um campo aberto que delimitava o espaço por ela ocupado. Embora muito simples, sem os elementos que possui atualmente, já neste período esta praça teve seu peso e influência na construção de uma dinâmica social, onde, os moradores imprimiram suas marcas, e foram marcados pela relação que estabeleceram com ela. Além dos usos rotineiros, cotidianos, a Paróquia, que data de 1942, também se preocupava com a interação e socialização de seus fiéis, organizando eventos para contribuir com o aspecto social e cultural e angariar fundos. Eram realizados quermesses, leilões e bingos, festas da igreja entre outros. Afetivações e memórias na construção de um Patrimônio.

Figura 30: Primeira capela católica de Rolândia - Foto 1 antes da colocação da torre

Fonte: Acervo Museu Municipal de Rolândia

A construção imponente foi inaugurada no ano de 1955 e, posteriormente a praça foi sendo mais bem delimitada e ganhando novos elementos. Seu principal uso sempre foi o de convívio social. Eventos cívicos e políticos, ponto de encontros, namoros, lugar de passagem, centro de atividades comunitárias, lugar para se reunir e conversar, brincar, caminhar entre tantos outros. Esta praça, como já comentei, acompanhou as

[95] Data em que se comemora o Dia de São José, Padroeiro da cidade.

mutações da cidade e dos sujeitos que vivem na cidade, acumulando temporalidades e significados – diferentes histórias, memórias que se conectam às afetivações são sobrepostas, formando um conjunto simbólico. Perdeu alguns de seus elementos mais característicos, como o coreto e a fonte, ganhou outros, e permaneceu durante estes anos inserida no cotidiano dos moradores. No aniversário de 70 anos da Paróquia, com algumas adaptações no projeto original, a torre foi instalada. Na torre estão, o Museu de Cera Amigos de Deus, com peças confeccionadas por um artista plástico da cidade, e o Museu Sacro, com uma coleção de paramentos religiosos e objetos litúrgicos da região.

Figura 31: Foto da construção da Igreja no ano de 1948

Fonte: Acervo Museu Municipal de Rolândia

Hoje, é uma grande praça, com árvores, bancos, estátuas religiosas e um destaque para a uma figueira que é muito querida por todos, principalmente pelas crianças. É um local muito agradável de se estar e, por isso, estimula o convívio social. Em minhas Andanças, minha impressão era de que ali o tempo passava diferente. Um lugar calmo, tranquilo, silencioso, que transmite paz e nos convida a apreciar o momento. Ela continua sendo o lugar dos encontros e prosa solta, de passagem, do namoro, das festas da cidade, das quermesses. É também o local onde é possível se exercitar, caminhar, levar o cachorro para passear. Lugar de fim de tarde, do piquenique no final de semana, de levar o filho para brincar, andar de bicicleta, jogar bola. Da pausa durante

o dia cheio. Encontro dos adolescentes no final de semana. Lugar do cotidiano. Esta relação de proximidade com o lugar abre caminho para a valorização do espontâneo – que aparentemente é simples, banal, corriqueiro, mas como já exposto neste estudo, é o que dá sentido ao lugar – a “Alma do Lugar”, para lembrar Yázigi (2001).

Nas palavras de Mayol (1996, p. 84), “A relação de pertença a um lugar específico se transforma em uma marca que contribui com o processo de identificação com o grupo. Isso se dá a partir de um processo de apropriação do lugar que o significa atribuindo a ele valores e sentidos simbólicos”.

Figura 32: Vista atual da Igreja e Praça

Fonte: Site Viaje Paraná

Como citado, observei um convívio aparentemente harmonioso entre os grupos. Em todas as Andanças realizadas na praça, pude notar a pluralidade social, a diversificação de usos. Principalmente nas festas e quermesses, essa pluralidade era ainda mais notada, o que indicou uma flexibilidade na marcação das fronteiras simbólicas e diferentes significações e afetivações atribuídas a praça. Isso não quer dizer, no entanto, que não exista a divisão social presente, notada até mesmo na forma como os grupos se apropriam do espaço. Reforço que diferentes grupos utilizam os mesmos lugares, gerando memórias e afetivações que se cristalizam, fazendo com que o lugar crie vínculos e permaneça inserido no contexto da cidade, do morador. Lembrando que é no processo de dar sentidos e significações aos espaços, o que chamo de geração de

afetivações e memórias, que estes ganham vida na cidade. Esta é a base do conceito de Patrimônio do Cotidiano.

Figueiredo e Freitas (2021) explicam que existe uma tendência, na contemporaneidade, do abandono dos espaços públicos das praças, para utilização de outros equipamentos de lazer como os *shopping centers*. Para os autores, muitas praças acabam ficando em estado de abandono, pela falta de uso e da ausência de investimentos. Estes são fatores que contribuem para uma nova imagem da praça, ligada ao seu sucateamento e esvaziamento, resultando em um apagamento da memória.

Analisando a Praça da Igreja Matriz, acredito que, atualmente o processo seja o inverso do descrito pelos autores. Como moradora e pesquisadora de Rolândia, reconheço um período de tempo em que os usos da praça tenham diminuído. Ela trazia uma aparência de pouco cuidado, se caracterizando mais como local de passagem. Durante minhas Andanças pude notar uma relação mais próxima entre os moradores e a praça, uma espécie de resgate do local. Até mesmo a quermesse na Festa do Padroeiro São José e as Festas Juninas que não aconteciam mais foram retomadas, no ano de 2023 e têm acontecido todos os anos, desde então.

Figura 33: Andanças na Praça – Fotos 1 e 2 Festa do Padroeiro São José em março de 2025, Fotos 3 e 4 Apresentação Musical na Semana do Natal, 2024.

Fonte: A autora

Percebi também em minhas Andanças que a praça nunca está vazia. Mesclam-se os usos – lazer, parada e descanso, apenas passagem – mesmo não está cheia, há algumas pessoas sentadas nos bancos, caminhando. Nesse sentido, posso falar de um (re) encontro com a praça que traz novas afetivações que se unem àquelas já cristalizadas. Uma retomada do sentido de pertencimento através das diferentes formas de ser e estar na cidade – (re)significação do lugar, a partir da apropriação dos diferentes grupos e suas singularidades.

Figura 34: Andanças pela Praça

Fonte: A autora.

A cidade é feita e refeita pelos seus moradores interagindo com ela. A cidade é um corpo vivo, autopoiética (Baptista, 2025)[96]. Este processo é formado por uma construção e (re)construção de sentidos e valores que não são estáticos, e não necessariamente se excluem, como já exposto anteriormente, é o processo de construção do Patrimônio do Cotidiano.

[96] Maria Luiza Cardinale Baptista, declarações em reuniões online de orientação, registradas em Diário de Pesquisa. Julho de 2025.

Quadro 14: Matriz Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano – Praça da Igreja Matriz

Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano	Praça da Igreja Matriz
Não obrigatoriedade da presença do Estado	Não é oficialmente reconhecido como Patrimônio de Rolândia.
Morador como sujeito nas interações que lhes causam afetos, significados, importância e identidade.	O morador tem relação muito próxima com a praça que acompanha o movimento da cidade desde o ano de 1938. Este fato, traz a geração de afetivações cristalizadas em todas as memórias construídas pelas diferentes práticas, usos e vivências na praça. Mais que um local de sociabilidade, a praça da matriz tem significações construídas e (re)construídas na interação com o morador, tanto no movimento cotidiano, como no movimento gerado por atividades de lazer nos finais de semana, festas e comemorações – permanências e rupturas.
Patrimônio resultado das vivências e experiências das práticas cotidianas.	Ainda que a Igreja Matriz (construção com características mais próximas da noção tradicional de patrimônio) esteja na praça, e que ela tenha importante participação histórica em diferentes temporalidades, a praça tem sua importância e valor reconhecido nas relações sociais construídas no lugar. A praça acumula afetivações e memórias produzidas com o passar dos anos, por diferentes grupos sociais e diferentes gerações.
Noção dinâmica do patrimônio – movimento espontâneo e constante da sociedade.	Singularidades presentes em cidades do interior vivenciadas nos usos da praça da Igreja, que reflete características particulares da dinâmica e movimento de Rolândia. A praça se traduz no acúmulo e sobreposição de temporalidades presentes e visíveis no espaço, cristalizando as afetivações.
Noção ampla de patrimônio	A Praça expressa sentidos e significações do cotidiano de Rolândia. O valor da praça, para além do valor material arquitetônico da Igreja Matriz, está naquilo que é vivo na cidade. Nas práticas diárias e de fim de semana, de lazer, de apropriação do espaço. Existe na praça diferentes usos, diferentes grupos e diferentes significados atribuídos compartilhados no mesmo espaço.
Fronteiras simbólicas flexíveis. Valorização das singularidades e múltiplas identidades.	Ainda que envolva marcações e fronteiras simbólicas menos flexíveis quando comparada ao calçado por exemplo, apresenta diferentes usos e significações atribuídas. Mesmo sendo uma praça central de uma Igreja Católica, existe no lugar a convivência entre os diferentes grupos sociais, que

	se apropriam do local segundo a singularidades de suas práticas.
Materialidades e imaterialidades, intensidades abstratas em bens tangíveis e intangíveis.	Mesmo que a praça possua materialidades, como as esculturas ali presentes, o seu valor está expresso na geração de afetivações e memórias acumuladas no decorrer dos anos. Está presente no cotidiano das diferentes gerações, em diferentes momentos da cidade.
Resistência e visibilidade das diferenças.	O 'ser e estar' na praça reflete dinâmicas, usos e vivências singulares e particulares de cidades do interior que, quando são apropriadas pelos moradores se ligam a aspectos emocionais, identitários e de (re)afirmação do morador enquanto membro da cidade. Os diferentes grupos que ali convivem podem a partir dessa apropriação se posicionar na manutenção de suas singularidades.
Reconhecimento e valorização do outro	No movimento de reconhecimento do "Eu" nas práticas na praça, existe o reconhecimento do "Outro" e suas características. A convivência entre os grupos pode possibilitar uma aproximação às singularidades do "Outro", no sentido de conhecê-lo. O conhecer permite o caminhar para o respeito e tolerância. Este movimento pode se dar entre moradores e entre moradores e turistas.
Avesso do Turismo	As experiências proporcionadas no sentido de viver a Praça da Igreja pelos turistas se aproximam muito do turismo em cidades dos interiores. As dinâmicas cotidianas, as festas, quermesses, comemorações entre outros, podem aproximar os turistas de uma realidade do interior, que traz em si particularidades de Rolândia. Os visitantes podem estar na Praça e se conectar com um lugar que é marcado por idas e vindas, por traços, por vivências, por cotidianidade, por elementos transgeracionais que traduzem a constituição de Rolândia.

Fonte: Elaborado pela autora.

A praça remete a pausa. Estar na praça é descanso, relaxamento, diversão, lazer, convívio, tranquilidade, bem-estar, aconchego. Mesmo quem está apenas de passagem pode sentir.

Evidenciando o caráter dinâmico da proposição conceitual, a Praça da Igreja Matriz, como já exposto, assume uma relevância histórica na vida da cidade e de seus

moradores. Mais que um local histórico, suas afetivações são geradas pelo convívio, experiências cotidianas, envolvimento e identificação. Histórias que são cotidianamente produzidas e partilhadas durante anos no lugar. Produção de vida, conexões. Produção de memórias individuais e coletivas em uma perspectiva dinâmica, viva, em movimento. Memórias que ficam ancoradas ao cotidiano no lugar. São afetivações e memórias produzidas e cristalizadas por meio das relações que os diferentes grupos sociais estabelecem nos seus cotidianos com a praça.

6.2.3 Relato-Andança na Terminal *Skate* Plaza

*Hoje as Andanças foram na **Pista de Skate.** Foi resultado de um convite de meu filho que queria patinar. "A Pista de Skate é um lugar legal, vamos até lá!" Confesso que não a conhecia. Fiz algumas Andanças por este bairro de periferia, chamado Vila Oliveira, mas não havia chegado até a pista. Me "perdi" na Rua Saguaragi, importante rua para o bairro. Ao chegar na pista, a Lorena mãe, esposa se entrelaçou com a Lorena pesquisadora. Meus olhos brilham!*

Como pude até hoje não ter conhecido este lugar? Ele representa tanto do que tenho buscado dizer. Me parece que serei "obrigada" a acrescentar mais um lugar a ser analisado em minha tese. Esse lugar transborda afetivações.

Deixo meu filho com meu marido e passo a "esmiuçar aquela pista". Acho que, nesse momento, entro em transe. Nesse dia em específico, há uma mistura de pessoas... skatistas, crianças patinando ou aprendendo andar de skate e seus pais acompanhando, um ou outro grupo pequeno de pessoas observando as manobras. É uma pista linda! Diversos obstáculos, e rampas e muito mais que não saberia nomear. Os skatistas, que estão em maior número no lugar, tão conectados com suas manobras, com seu lugar. Meu sentimento é que a pista é deles... sim, definitivamente a pista é deles.

Percebo claramente a geração de afetivações, o senso de pertencimento e identidade que, nesse caso, cria fronteiras simbólicas e traz características ao grupo – o "Eu" e o "Outro". Mas ali eles não se incomodam com o "Outro". Naquele momento não existem conflitos, não existem disputas. O lugar é deles, mas, naquele momento é um pouquinho nosso também.

Continuo minha aproximação com local. O grafite no muro. Claro! Observo o grafite, fotografo. Tento fotografar os skatistas, as outras pessoas... mas a foto não representa todo aquele significado. Ando mais um pouco. Um quiosque. Algumas pessoas ali comendo e conversando.

"Lorena! Vamos embora?"

Já está escurecendo. O tempo pra mim não passou. No entanto, já faziam duas horas que estávamos ali.

***

Outro dia de Andanças, e resolvo voltar à pista de skate. Chegando lá me sento na mureta e fico observando. O vai e vem dos skates, subindo e descendo dos obstáculos. A música ao fundo. A linguagem dos skatistas. É tudo muito característico, muito singular. Tento prestar atenção nas conversas... falam sobre as manobras, uma gíria muito particular. Entre o ir e vir dos skates, vejo um rapaz ensinando um menino a andar de skate. O menino deve ter mais ou menos 8 anos e já arrisca seus primeiros movimentos. Observo um grupo de três crianças, subindo correndo a rampa e descendo escorregando. Fazem isso por várias vezes seguidas. Enquanto isso, 3 mulheres que provavelmente devem ser suas mães, sentadas na mureta observam e conversam. Uma das crianças vem correndo, pega sua garrafa de água, bebe um gole, e volta para a brincadeira. Outra menina se arrisca nos patins. Ela usa as rampas da pista para subir e descer. E sua mãe acompanha, filmando e vibrando a cada movimento da menina. Os skatistas parecem não se importar em compartilhar seu espaço. Esperam as crianças nas suas brincadeiras para usar os obstáculos; depois, as crianças esperam por eles, e assim eles revezam. Observo por mais um tempo. O movimento tem ritmo, tem cor, é lindo. Resolvo andar nos arredores. A pista fica localizada entre o ginásio de esportes e uma praça. Na praça, no quiosque, algumas mesas com moradores comendo e conversando. Andando pela calçada, por fora da pista me deparo com um grafitti que não havia percebido antes. Lindo, colorido! Uma moça segurando um skate, e a frase: "Tudo o que nóis tem é nóis". Paro um momento para refletir o quanto carrega aquele desenho. Quanta história, quanta vida!

6.2.3.1 Andanças reflexivas Terminal *Skate* Plaza

A pista Terminal Skate Plaza localiza-se na Rua Reinaldo Massi 1265, na Vila Oliveira, um bairro periférico da cidade de Rolândia. Segundo o Jornal de Rolândia, a pista foi construída no ano de 2014 através da Lei Municipal n° 3675. Essa pista foi idealizada e projetada pelo grupo de skatistas de Rolândia, que, em parceria com a prefeitura, participou de todos os momentos de sua construção. Isso fez com que ela ganhasse repercussão de uma das melhores pistas da região. Fica localizada entre o Ginásio de Esportes Tancredo Neves e a praça Almeida Jerônimo, onde, antigamente, era o Terminal do Trabalhador, e por isso o nome Terminal Skate Plaza.

O espaço é utilizado por atletas da cidade para a prática esportiva de *skateboarding*, eventos esportivos e de competição e eventos voltados à cultura do Hip Hop, que, de acordo com Brasil, Paes e Ribeiro (2023, p. 142), abrange o *Rap*, artes em shape e outras aproximações como o "[...] "Mestre de Cerimônia" (MC) e "*Disk Jockey*" (DJ) (elementos comuns, por exemplo, em eventos competitivos e festivos) e, também, pelo "Grafitti", expressões artísticas e culturais comumente encontradas nos espaços de lazer onde ocorre a vivência do skatboarding [...]". Além disso, é utilizada como equipamento de lazer para a população da cidade, principalmente pelas crianças, que têm carência de espaços com esta finalidade. Nos arredores da pista, encontra-se um "carrinho" que serve algumas opções de lanches rápidos, e uma Academia para Terceira Idade (ATI), o que contribui para utilização do local pela população.

No ano de 2022, a pista passou por uma reforma mobilizada pelos próprios skatistas e usuários do local, com apoio da comunidade. Os skatistas, na mídia social da própria pista, publicaram um vídeo sobre a situação em que local se encontrava e das ações que vinham realizando para reformar. O fato chamou atenção da administração municipal, e, em conversa com o prefeito, eles conseguiram auxílio para iluminação e vereadores conseguiram ajudar através de emendas impositivas[97]. Em novembro de

[97] Emendas impositivas são parte do orçamento público do Município que podem ser destinadas a obras ou entidades. A aplicação dos recursos é feita pelo Poder Executivo, de acordo com decisão do Poder Legislativo, através de um vereador (a).

2024, o mesmo grupo de skatistas conseguiu a formalização da Associação de Skate de Rolândia (ASKR), através do projeto de lei n°057/2024.

Figura 35: Andanças pela Terminal Plaza Skate (Comunidade utilizando a pista)

Fonte: A autora

Acontecem no local eventos significativos para este grupo social, como campeonatos regionais de skate, campeonatos de *rap*, eventos locais entre outros. Estes eventos reúnem pessoas de diferentes localidades e perfis heterogêneos, como os skatistas, namoradas, familiares, apreciadores e curiosos. Além disso, por ser conhecida na região, atrai skatistas das idades próximas para “skatear” independente destes eventos.

A Terminal Skate Plaza contém os obstáculos que são característicos destes locais, como rampas, escadarias, corrimão, bordas e outros. No espaço, são vistos alguns *grafittis menores* espalhados, e um *grafitti* maior em uma parede toda, que chama muita atenção. O grafiteiro é o rolandiense Pedro Anésio Magon, conhecido apenas como Magon.

Figura 36: Foto Panorâmica do Grafitti na Terminal Skate Plaza

Fonte: A autora.

Outro *grafitti* que me chamou atenção foi uma arte feita em um dos elementos da pista com uma mulher segurando o skate e a frase: “Tudo que nóis tem é nóis”. Essa frase é da música Principia, do cantor Emicida.

Figura 37: Grafitti na Terminal Skate Plaza

Fonte: A autora

Buscando entender um pouco mais sobre este *grafitti,* encontrei n*a* página oficial da Terminal Skate Plaza no Instagram uma postagem com os seguintes dizeres:

> ‘Tudo o que nóis tem é nóis’ trecho da música Principia do @emicida que retrata bem a história do @theterminalskatefamily, um lugar que quem acompanha desde o começo, sabe que tudo o que o terminal é hoje, é fruto do esforço dessa família do skate, que faz acontecer, que literalmente coloca a mão na massa, na tinta pra fazer o esporte funcionar, não depende de órgãos públicos pra fazer dar certo! Essa é um pouco da minha marca que quis deixar ali representando esse lugar que tem um espaço no coração da nossa família e também da nossa cidade! Muita gente já passou por ali, e ainda vai passar, viva a família Terminal! Por mais mulheres na arte e no skate.

Esse *post* é da grafiteira, artista de *lettering* e murais Thainá Alves Soares. Observando o *post* podemos destacar alguns elementos para análise. Primeiramente, o fato de se considerarem uma família diz muito sobre vínculos, pertencimento, identidade, afetivações e memórias. Esse grupo, através desta pista, da união entre eles e da sua luta para a manutenção do lugar, consegue se posicionar perante a sociedade e conseguir visibilidade, quebra de (pre)conceitos e demarcar simbolicamente seu lugar na cidade. Estas práticas cotidianas do grupo são fundamentais para se entender a dinâmica da cidade, e de quem faz parte dela. É na relação com o lugar que conseguem demonstrar esse posicionamento tão importante para se identificarem simbolicamente enquanto grupo. Nesse sentido, a pista ganha contornos que vão muito além de um local para a prática de esporte e lazer. O trecho da música escolhido pela artista traduz um pouco sobre o preconceito que ainda sofrem, e do esforço e luta para conquistarem e manterem o seu lugar na cidade. Outro aspecto é quando Thainá menciona “deixar a minha marca” entendo que essa marca é muito mais simbólica do que material. Significa afetar e ser afetada. Ela é afetivamente marcada por aquele espaço, e ao deixar sua “marca” nele consegue afetá-lo. Entendo que todo o grupo de skatistas de uma forma ou de outra – algumas vezes de forma mais simbólica que material – afeta e é afetado pelo lugar. E, por fim, a última frase da artista “Por mais mulheres na arte e no skate”, demonstra as fronteiras, demarcações e preconceitos existentes mesmo dentro de um grupo social.

Em aspectos gerais o *skateboarding,* como explica Brasil, Paes e Ribeiro (2023) tem um contexto histórico, social e cultural de preconceito, discriminação e invisibilidade.

Com a transmissão de competições em canais de televisão e/ou internet e o fato de no ano de 2021 o esporte se tornar uma modalidade Olímpica, a imagem do *skateboarding* e do skatista tem mudado. Segundo os autores esses acontecimentos

> [...] tem contribuído para que parte da sociedade o reinterprete, supere interpretações pejorativas e preconceituosas de outrora (brincadeira, esporte ou estilo de vida exclusivo de “meninos”, ato de vandalismo, prática de “desocupados(as)” e/ou drogados, entre outras), o compreendendo como fenômeno heterogêneo culturalmente, que carece de atenção e investimentos para sua manutenção e democratização (Brasil, Paes, Ribeiro, 2023, p.134).

Acredito que a união e posicionamento da “Família Terminal Skate Plaza” - como o próprio grupo se denomina - tanto a construção desta pista, os eventos que ali acontecem sempre em parceria com a prefeitura através da Secretaria de Cultura e Turismo, a regularização de uma Associação e os auxílios conseguidos para a manutenção demonstram um pouco desse reconhecimento e reinterpretação citados pelos autores. Isso tudo significa uma grande conquista para o grupo de skatistas, e evidencia claramente a relação que estes mantem com o lugar. A Terminal Skate Plaza é motivo de orgulho, lugar de geração de afetivações e memórias, pertencimento e resistência, reforçando o que busco evidenciar com o conceito de Patrimônio do Cotidiano.

Figura 38: Andanças pela Terminal Plaza Skate (Skatistas)

Fonte: A autora

O fato de lutarem por este direito de pertencer a um local e praticarem seu esporte/lazer demarca fronteiras simbólicas e as intensidades abstratas do lugar. Nesse

sentido, mais uma vez evidencio o caráter dinâmico deste conceito, visto que a pista de skate tem um caráter identitário muito presente e marcações simbólicas não tão flexíveis, mas ainda assim traduz fortemente o que pode ser um Patrimônio do Cotidiano. Apesar disso, é frequentemente utilizada por outros públicos, sejam os apreciadores do esporte ou famílias com crianças que a utilizam como espaço de lazer revelando a atribuição de diferentes sentidos, afetivações e memórias atribuídos. Importante dizer que moradores de toda a cidade frequentam a pista, e não apenas do bairro.

A vivência e as experiências na pista estão relacionadas à sociabilidade, encontros, lazer, amizades, diversão, vínculos. Relaciona-se também ao esporte, ao risco, adrenalina, estilo de vida, pertencimento. Para Brasil, Paes e Ribeiro (2023) esse cenário contribui para o surgimento de novos vínculos de amizade e fortalecimento dos antigos. Além do que, segundo os autores os skatistas do local recepcionam recebem os skatistas que visitam a pista ou participam dos eventos, partilham alimentos, hospedagem, informações e dicas, o que aproxima essa vivência do conceito de Avesso do Turismo com o qual trabalho neste estudo.

Quadro 15: Matriz Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano – Terminal Skate Plaza

Sinalizadores do Patrimônio do Cotidiano	**Terminal Skate Plaza**
Não obrigatoriedade da presença do Estado	Não é oficialmente reconhecido como Patrimônio de Rolândia.
Morador como sujeito nas intenções o que lhes causam afetos, significados, importância e identidade.	Possui a Associação de Skate de Rolândia e o grupo de skatistas engajados pelo reconhecimento do esporte e da pista, bem como pela manutenção da mesma. Ganha sentido de Patrimônio do Cotidiano pois traduz relações de afetividade, memória e identidade entre o grupo de skatistas, principalmente, mas também de outros moradores, com o lugar.
Patrimônio resultado das vivências e experiências das práticas cotidianas.	Representa o ‘ser e estar’ do grupo de skatistas em busca de posicionamento e visibilidade na cidade através das práticas e experiências com o lugar. Existe uma interação direta dos moradores com o local e reconhecimento mútuo. Apresenta uma dinâmica singular – no entrelaçamento do grupo de *skatistas* com os moradores – que lhe dá sentido e significações, em suas rupturas e permanências.

Noção dinâmica do patrimônio – movimento espontâneo e constante da sociedade.	Reflete a dinamicidade da noção de patrimônio ao reconhecer grupos e lugares antes invisibilizados e marginalizados. O local apresenta valor na sua relação com o grupo e com o morador. É um espaço de expressão e socialização dos moradores, onde existe a construção de afetivações e memórias, além de afirmação de um movimento cultural e esportivo conectando o local a um movimento de fortalecimento identitário.
Noção ampla de patrimônio que abarque os diferentes grupos sociais.	Entender a pista como Patrimônio do Cotidiano reflete a busca pela ampliação do conceito e dos sentidos de patrimônio visto que ela se traduz na representatividade de um grupo histórica, cultural e socialmente marginalizado e invisibilizado.
Fronteiras simbólicas flexíveis. Valorização das singularidades e múltiplas identidades.	Ainda que o local possua uma marcação simbólica bem reconhecida, envolve uma multiplicidade de vivências e identidades que se entrecruzam. É possível citar além do grupo de *skatistas,* o movimento pelo reconhecimento das mulheres no *skate* e em todo o universo que dele faz parte, os grafiteiros, *rappers,* além de os próprios moradores que se apropriam do local. Estes diferentes grupos se apropriam de diferentes formas, de acordo com suas singularidades.
Materialidades e imaterialidades, intensidades abstratas em bens tangíveis e intangíveis.	Apresenta intensidades abstratas presentes no cruzamento entre suas materialidades e imaterialidades que ganham valor em conjunto e não em categorias distintas. Possui grande valor afetivo que produz sentidos e significações.
Resistência e visibilidade das diferenças.	Representa a resistência social e cultural de um grupo específico, demonstrando afirmação, posicionamento e visibilidade perante a sociedade. Nesse sentido, contribui para o movimento de autoafirmação, autoestima e senso de pertencimento
Reconhecimento e valorização do outro	Contribui para o processo de (re) conhecimento do universo *skater* com nova interpretação sobre suas singularidades. Rompimento de barreiras e aceitação do Outro.
Avesso do Turismo	O local proporciona a vivência de experiências singulares e particulares do cotidiano do grupo de *Skaters,* mas também do movimento da cidade. São singelezas e miudezas presentes na cidade que expressam entrelaçamentos que constituem Rolandia (ou as Rolândias). Além disso a realização dos eventos na Terminal *Skate* Plaza, também expressam singularidades de grupos específicos, que, conectado ao conceito do

	Avesso de Turismo, sinalizam o caminhar para a busca de um novo turismo, que se faça no reconhecimento, respeito e amorosidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

A Pista Terminal Skate Plaza evidencia a produção de afetivações e memórias que dão sentido ao lugar. Seja enquanto equipamento de lazer para a comunidade de toda a cidade, para eventos ou prática de esporte, a pista representa um espaço de convívio, interação e sociabilidade, mas, muito além disso, significa um espaço de lutas simbólicas contra preconceito e marginalização de um grupo social e cultural que busca representação, pertencimento e visibilidade.

6.2.4 Reflexões e olhares para as Andanças

Como já explicado, as Andanças foram o dispositivo metodológico escolhido para realizar a Cartografia Sentimental de Rolândia, no sentido de 'com – versar' lugares e sujeitos. A Cartografia Sentimental baseada nas Andanças tem o intuito de permitir uma maior aproximação aos espaços, moradores e significados que afloram das relações entre eles, além de suas relações com o Turismo. As reflexões expostas sobre os lugares observados nas Andanças visaram oferecer subsídios para compreender a dimensão simbólica e o significado atribuído aos bens e lugares, bem como sua representação social e cultural do fazer social, através de seus contextos, interpretações, significações, sentidos, afetivações e memórias possíveis. Penso que os lugares apresentados representam vínculos com a cidade com um sujeito socialmente ativo e contemporâneo: porém não perco de vista as condições históricas, unido passado e presente e (re) significando as imagens da cidade, do seu povo e da sua cultura.

O Patrimônio do Cotidiano se propõe como um patrimônio que é testemunha das mudanças e não da permanência das sociedades, apresentando-se de forma dinâmica. Trata-se de patrimônio ao qual são atribuídos, pelos moradores, valores afetivos, culturais e simbólicos. Assim, é também um patrimônio entendido na perspectiva do ser humano ordinário, comum, enquanto detentor e sujeito do patrimônio. Um patrimônio compreendido a partir dos usos sociais – sejam eles trabalho, lazer, circulação, festas –

apropriações que geram afetivações e memórias desvendando uma patrimonialização que acontece a medida que os sujeitos se relacionam com ele, para que haja real reconhecimento, identificação e legitimação.

Nessa perspectiva, o turismo do avesso, tal como é projetado por Baptista (2021a), aparece como uma possibilidade de enxergar a essência do Outro e o seu lugar, de maneira totalmente diferente daquele turismo massificado, que busca pelo espetáculo, teatralização e padronização. Sodré (2006), contribui explicando que apesar de uma lógica global, com ênfase ao consumo – e acredito que podemos dizer que isso também se aplica ao turismo – quando agimos afetivamente com abertura sensível ao reconhecimento do Outro, estaremos abertos a aproximação das diferenças. Quando, neste estudo, penso nas singularidades de Rolândia, penso em aproximações amorosas com um reconhecimento legítimo do Outro, reconhecimento que gera aceitação e respeito, agenciadas pela união do Avesso do Turismo ao Patrimônio do Cotidiano.

É importante retomar que esse processo tem início no reconhecimento e apropriação dos lugares pelos grupos que reforçam suas características e singularidades reforçando o seu lugar na cidade e no reconhecimento e aceitação dos diferentes grupos que formam as diferentes cidades que constituem Rolândia. Ou seja, esse reconhecimento do Outro deve iniciar na própria cidade, e se estender ao turismo. Enxergo, assim, uma potência de ação no Patrimônio do Cotidiano e sua união ao Avesso do Turismo. Quando utilizo a palavra reconhecimento refiro-me a um entendimento ampliado – reconhecer o Outro com suas singularidades, enquanto ser humano que não é melhor e nem pior que nenhum outro.

Sobre isso, Ailton Krenak (2019) destaca que cada grupo social, cada povo possui sua “diferença original”, sua singularidade que deve ser reconhecida como uma expressão legítima da diversidade. Para o autor, apenas no reconhecimento e aceitação dessas diferenças podemos construir uma convivência mais amorosa e verdadeira. Nesse sentido, destaco novamente a potencialidade dos interiores, na proposta de apresentar um sentido oposto aos grandes centros e ao que eles têm representado. Como expõe Tuan (1983) o lugar – e aqui podemos estender esta ideia ao Patrimônio do Cotidiano – é parada, pausa no movimento, que permite conexões e valoração para quem o experimenta. Assim mescla significados, memórias individuais e coletivas,

afetivações, identidades. Nesse sentido, ressalto a proposta de Baptista (2021a) de um Avesso do Turismo, que tem íntimas relações com um “Avesso do Patrimônio”, o Patrimônio do Cotidiano.

6.3 BROTAÇÕES NAS ANDANÇAS DA TESE

O desenvolvimento desta tese já tem gerado brotações. Algumas ações vêm sendo desenvolvidas para levar esta proposição conceitual. Ainda que a proposição não tenha seu foco principal no reconhecimento oficial dos bens pelo tombamento ou registro, o poder público se torna um grande apoiador na disseminação do conceito, na viabilização das ações e no contato mais amplo com os moradores. Nesse sentido, cabe aqui descrever as ações que estão surgindo a partir da tese.

6.3.1 Fragmentos de Rolândia: janelas para o cotidiano

Em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo de Rolândia, por meio do Museu Municipal de Rolândia estou organizando um concurso de fotografias. O objetivo é despertar a atenção do morador para os lugares que fazem parte do seu cotidiano, geram afetivações e, por serem considerados em sua singeleza, não são vistos como importantes ou como patrimônios.

O concurso será lançado no mês de novembro. Os moradores poderão enviar fotos de até dois lugares diferentes da cidade de Rolândia, juntamente com um formulário justificando a escolha do lugar. No mês de janeiro, próximo ao dia 28, aniversário da cidade, será realizada uma exposição com as fotos no Museu. Os visitantes da exposição poderão votar nas fotos/justificativas que mais lhes tocarem. Ainda não foi decidido a premiação do concurso.

6.3.2 Ações com a Escola Nossa Senhora do Bartira

A Escola Nossa Senhora do Bartira fica localizada no Distrito do Bartira, no local onde foi uma fazenda de café. O diretor Petegan Picotti de Moraes vem desenvolvendo um trabalho comunitário para a pintura da casa de madeira onde ficam as salas de aula.

Além disso, o diretor tem trabalhado algumas questões sobre a importância da valorização histórica, identitária e de memória com os alunos, conversando com eles também sobre o patrimônio.

Nesse sentido, o diretor propôs que sejam desenvolvidas ações de Educação Patrimonial com os alunos, reforçando o conceito e a importância do patrimônio e do patrimônio do cotidiano. As ações têm previsão de início para o mês de outubro deste ano.

6.3.3 Ações com a Secretaria de Educação

Existe no município um projeto que a Secretaria de Educação desenvolve com os alunos do terceiro ano do ensino fundamental que trabalha conteúdos relacionados ao reconhecimento do munícipio, do olhar para o patrimônio do município e para educação para o Turismo.

Pensando neste projeto, em parceria com a Secretaria de Educação, estamos prevendo para o ano de 2026 um projeto com um ciclo de atividades de Educação Patrimonial e Educação para o Turismo, baseados na proposta deste estudo de união entre o Patrimônio do Cotidiano e o Avesso do Turismo.

Além disso, estou desenvolvendo o projeto para elaboração de uma cartilha do Patrimônio do Cotidiano para que seja utilizada nas escolas. A ideia é que a cartilha seja elaborada em formato de desenhos em quadrinhos.

7 DEPOIS DE TANTAS ANDANÇAS

Este capítulo sinaliza o fim destas Andanças. Depois de tantos percursos percorridos é preciso que este movimento seja encerrado. Ele é encerrado para que dê lugar a novas Andanças, aquelas que surgem como frutos do ‘nascimento’ de uma tese. Encerrar essa tese é, sem dúvida, encerrar uma trajetória importantíssima da minha vida enquanto pessoa, mulher, mãe, filha, esposa, pesquisadora e professora. Estas Andanças têm tanto de todos estes ‘Eus’. Entreguei-me de tantas formas a esse caminhar que dou estes últimos passos, sabendo que me tornei outra pessoa no percurso. Nas Andanças realizadas por este texto, passei por experiências enquanto sujeito e enquanto pesquisadora que hoje ecoam em mim!

Ao retomar este percurso, percebo o quanto esta tese fala sobre mim, sobre o que eu sou e sobre o que eu acredito. Sobre a necessidade que vejo no mundo de amor, respeito, reconhecimento e mudanças, a necessidade de uma transição. Uma nova forma de pensar o patrimônio, uma nova forma de pensar e fazer o turismo, um novo olhar para o ‘Outro’. O (re)conhecimento do que é simples, da alma. A valorização do local, do interior – o interior cidade e o interior pessoas. Santos (1995) explica que tempos de transição são períodos em que visões tradicionalistas, hegemônicas coexistem com novos tempos, novas formas de pensar e ver o mundo. É natural que, nesses períodos, as sociedades busquem novas posturas, novos valores, (re)signifiquem.

A proposição do Patrimônio do Cotidiano e sua relação com o Avesso do Turismo traz um pouco dessa (re)significação. Entendo o fazer ciência em sua função social, na sua dinamicidade e movimento de avançar na produção de conhecimento e ultrapassar conceitos e teorias já existentes. Nesse sentido, a proposição deste estudo pode ser vista como uma contribuição na ampliação do conhecimento sobre os temas relacionados. A relação entre o Patrimônio do Cotidiano com o Avesso do Turismo pode ser vista como um “farol”, que não pretende desconsiderar conhecimentos produzidos até então, mas avança no sentido de sinalizar mudanças necessárias para uma nova forma nos processos de patrimonialização e no fazer turismo.

Em aspectos metodológicos, esta tese, orientada pela Cartografia dos Saberes em associação às Matrizes Rizomáticas, se fundou na definição de objetivos - geral e

específicos – a serem percorridos. Em um exercício de revisão destes objetivos, posso afirmar que estes foram atingidos. O objetivo geral de **propor o conceito Patrimônio do Cotidiano e sua relação com o Turismo, considerada a partir de afetivações e memórias reconhecidas em Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil,** foi atingido uma vez que, a partir de sinalizadores sobre a proposição conceitual de Patrimônio do Cotidiano, foi possível observar e analisar lugares no município de Rolândia, acionados pelas afetivações e memórias geradas na relação com os sujeitos. Em continuidade, pude, seguindo a lógica do Avesso do Turismo, vislumbrar a relação destes lugares com o desenvolvimento do turismo que se paute pela ética, responsabilidade, equilíbrio e respeito. Ressalto que as Andanças foram fundamentais para o processo de investigação, pois estar inserida no cotidiano dos sujeitos entrelaçados aos lugares me permitiu 'captar' os movimentos, envolvimentos, sutilezas, miudezas. Permitiu-me 'captar' a geração/produção de afetivações e memórias em sua essência, sem intervenções.

No que diz respeito aos objetivos específicos traçados, o primeiro objetivo de **apresentar a trajetória de construção do patrimônio, considerando sentidos, conceitos e políticas públicas** foi atingido com o desenvolvimento do capítulo 3. Com base em levantamento bibliográfico, pude percorrer a trajetória da construção dos sentidos, conceitos e políticas de preservação do patrimônio, evidenciando mudanças de concepções e políticas de reconhecimento ao longo dos anos que contribuíram para atestar que é urgente e necessário somar forças no caminho pela busca de ampliação da noção de patrimônio e, consequentemente, das políticas de preservação, para que se tornem mais justas, equalitárias e acessíveis. Nesse sentido, busquei também demonstrar que, no Brasil, assim como em outros países, o conceito de patrimônio oficial, bem como as políticas públicas foram construídos fundamentados em noções hegemônicas e tradicionalistas. São pressupostos que têm como base a ideia de formação da nação, unicidade, monumentalidade, excepcionalidade e sacralidade. Estas são características que permanecem até os dias atuais no imaginário popular e talvez por isso, o patrimônio ainda - não somente, mas ainda – seja encarado em seus aspectos formais e segregadores ao invés de compor um elemento da vida na cidade, dificultando que as pessoas reconheçam valor no simples, no cotidiano.

O segundo objetivo de **apresentar a proposição Patrimônio do Cotidiano relacionando-a com a produção/geração de afetivações e memórias** pode ser analisado no desenvolvimento do capítulo 4. Um embasamento teórico sobre o cotidiano realizado com fundamento em diferentes autores foi crucial para o desenvolvimento da proposição central da tese. Da mesma forma, o estudo sobre o conceito de afetos e afetivações que puderam ser relacionados ao conceito de memórias se tornaram fundamentos essenciais. Nesse sentido, pude, no entrelaçamento dos temas trabalhados – patrimônio, cotidiano, afetivações e memórias –, desenvolver sinalizadores que se aproximam da noção de Patrimônio do Cotidiano.

O terceiro objetivo, **discutir a relação entre Patrimônio e Turismo, considerando a dimensão ecossistêmica e de Avesso do Turismo,** foi abordado no capítulo 5 desta tese, com a exposição da trajetória do turismo e seus entrelaçamentos com o uso do patrimônio. Neste trecho, a tese sinaliza a urgência de estudos que orientem e sustentem novas práticas de turismo, considerando o modelo excludente e predatório que se moldou na sociedade capitalística. Assim, busquei também um aprofundamento maior sobre a forma como o turismo se utiliza do patrimônio, salientando, em termos gerais, possibilidades pautadas em reflexões transdisciplinares e ecossistêmicas que orientem uma reconfiguração na prática do turismo, considerando suas relações com o lugar no contexto cultural, social e econômico da contemporaneidade.

Por fim, o quarto objetivo, **apresentar relatos de Andanças investigativas no município de Rolândia, no estado do Paraná, Brasil,** foi contemplado no capítulo 6. Neste capítulo, aprofundei-me na configuração das várias Rolândias que coexistem. A Rolândia da época de sua colonização, dos imigrantes, migrantes e de seus descendentes, a Rainha do Café, a Rolândia do trabalhador, das indústrias, nos novos imigrantes. A Rolândia do morador, dos vários moradores que (co)habitam a cidade.

O método de investigação foram as Andanças. Andanças teóricas e Andanças pela cidade que me permitiram descobrir Rolândia. O foco do meu olhar foi o cotidiano – lugar da convivência e construção de experiências – entre sujeitos e entre sujeitos e lugares – da interação, da geração de afetivações e memórias e do pertencimento. Foi nesse cotidiano que observei a vida se fazendo e ganhando sentido. Na observação

dessa trama cotidiana da particularidade pude perceber o seu valor perante a globalidade. Reconhecendo o lugar de dentro para fora que pude vivenciar sua alma, sua cor e todas as singularidades presentes nas diferenças de cada grupo social.

Trata-se de um cotidiano plural, diverso, polissêmico e singular que, no viver, produz sentidos densos e profundos. Na observação dos sujeitos nos lugares e dos lugares nos sujeitos pude ver ganhar vida o conceito de Patrimônio do Cotidiano e pude vislumbrar as relações com o Turismo. Falo, no entanto, de um turismo que se posiciona na contramão da lógica consumista, teatralizante e padronizante dos destinos e recursos turísticos. O Avesso desse Turismo. O Turismo como um fenômeno complexo, resultante de uma trama ecossistêmica complexa, que, como propõe Baptista (2021a), busca a descentralização de vozes e relações que se baseiem no equilíbrio fluente e harmônico de sujeitos vivos e não vivos, materiais e não materiais. As reflexões aqui expostas se entrelaçam com modelos de turismo mais responsáveis, que se pautam na preocupação com o ecossistema, valorização da comunidade local e o equilíbrio das suas ações, como o turismo de base local e o turismo de experiência. Proponho neste contexto, um olhar atencioso aos interiores enquanto potência de sentidos e significâncias.

Trata-se, portanto, de me unir a um contexto mais amplo que evoca a necessidade de novas e outras perspectivas, não apenas sobre o turismo e o patrimônio, mas sobre o ‘ser e estar’ no mundo. São urgentes estudos e pesquisas que possam repensar as dinâmicas, práticas, princípios e hierarquias que orientam nossas ações na contemporaneidade. Um movimento que, como Santos e Menezes (2009) propõem, seja capaz de ampliar as possibilidades de repensar nosso ‘ser e estar’ no mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global. Um movimento que talvez não tenha fim, já que trabalha com conceitos que são dinâmicos e com pessoas e cidades que são dinâmicas, e, nesse sentido, precisarão sempre ser (re)visitados, (re)vistos, atualizados, ampliados, seguindo todas as mudanças da sociedade.

No intuito de encerrar estas Andanças, é importante pontuar alguns aspectos que se encontram no cerne deste estudo e que precisam ser compreendidos no sentido pragmático do conceito aqui desenvolvido e de sua relação com o turismo. Ulpiano Bezerra de Meneses (2006) explica que a maioria das pessoas já possuem um discurso pronto sobre o patrimônio. Penso que esta fala do autor reforça a ideia sobre a existência

de conceitos hegemônicos engessados que ainda dominam os discursos e o imaginário das pessoas sobre o que realmente é o patrimônio. É nítido que houve grandes avanços nas discussões e ações para a ampliação conceitual e reconhecimento da diversidade cultural; no entanto, o que se pode perceber é que ainda são necessários mais esforços para que essas mudanças não se mantenham restritas aos grupos detentores do poder de escolher os bens representativos do patrimônio nacional, e realmente atinjam a sociedade como um todo, chegando até os diferentes grupos sociais.

Este estudo me permitiu notar que lugares são construídos na relação com os sujeitos e, nesse contexto, são lhes atribuídos sentidos, significações e valores, compartilhados pelos membros dos diferentes grupos sociais que (co)habitam o lugar. Esse é o processo de geração de afetivações que têm como substratos profundos as memórias produzidas no lugar. Nem todas as vezes os sujeitos são capazes de reconhecer, no discurso enunciado, a significância do lugar para a sua vida, e, quando reconhecem, ignoram que estes singelos locais podem ser entendidos como patrimônio. Isso decorre do imaginário e do entendimento que foram cristalizados a respeito do que se entende por patrimônio. A valorização, no entanto, se expressa nas dinâmicas do cotidiano, nos usos, nas ações, nas ‘com-versações’ de sujeitos e lugares. Estas ‘com-versações’ foram apreendidas claramente nas minhas Andanças e interações sensíveis. Nesse sentido, posso afirmar que o Patrimônio do Cotidiano já existe; apenas cabe a nós pesquisadores e aos órgãos oficiais e extraoficiais de preservação refletir sobre seus conceitos, sobre sua dinamicidade e sobre seu processo de construção, (re)conhecimento e identificação no interior das comunidades.

O que busco deixar evidente com a proposição deste conceito é que acredito que novas formas de patrimonialização devem ser analisadas, para aproximar as pessoas destes processos. Os sujeitos tendem a valorizar e preservar aquilo que lhes faz sentido, que significa. Quando existe uma hierarquia na seleção de bens patrimoniais, esta escolha não afetará o sujeito e, dessa forma, não acionará sua potência de ação pela valorização e preservação. Isso não quer dizer que o sujeito não reconheça a importância de determinado patrimônio, mas não possui envolvimento com ele.

Mais uma vez ressalto que este estudo não pretende negar o valor dos processos patrimoniais e as políticas de preservação a eles atribuídas. Pelo contrário, a análise

desta trajetória me possibilitou evidenciar que conceitos e políticas, como exposto, devem ser encarados como um processo em constante transformação. O que se busca é que a proposição conceitual aqui discutida, seja incluída em um contexto mais amplo de estudos contemporâneos no campo do patrimônio. Dessa forma, que possa contribuir para o direcionamento de outras ações e políticas mais inclusivas, que não precisam necessariamente excluir as já existentes.

A proposição aqui apresentada pretende guiar reflexões e atitudes no reconhecimento de significados, valores e afetivações para moradores, que sejam gerados a partir das experiências e vivências destes moradores e não sem o conhecimento deles. Os órgãos e as políticas de preservação, muitas vezes, se encontram afastados do cotidiano local e, nem sempre tem a dimensão de quais são os bens que realmente geram afetivações subsidiadas por memórias.

Nesse sentido também se faz importante revisitar a relação do lugar, do morador e do patrimônio com o turismo. Entender a necessidade de um plano de gestão que contemple ações que aliem turismo e patrimônio – com o devido conhecimento das duas áreas – destacando, respeitando e valorizando o diferente em suas singularidades. Ações que beneficiem a comunidade a partir de diretrizes e políticas públicas elaboradas de forma participativa considerando os diferentes olhares para os lugares. A união do Avesso do Turismo e do Patrimônio do Cotidiano também busca se aproximar dos movimentos sociais, associações comunitárias entre outras ações coletivas que possam contribuir para o processo de (re)conhecimento do patrimônio, sua valorização e utilização pelo turismo.

Ressalto que neste processo de (re)conhecimento do Patrimônio do Cotidiano o morador deve ser levado a (re)olhar para a sua cidade e perceber nela as singelezas extraordinárias. Nelson Brissac Peixoto (1988), em seu texto, “O Olhar do Estrangeiro” explica que todas as mudanças contemporâneas alteram nossa forma de olhar para a cidade. Para o autor, a velocidade em nosso viver atual “determinaria não só nosso olhar, mas sobretudo o modo pelo qual a própria cidade, e todas as outras coisas, se apresentam a nós”. Nos primeiros passos desta tese trouxe a ideia de que “estamos na cidade, mas não olhamos para ela”. Nesse sentido o conceito do Patrimônio do Cotidiano é também um convite para o morador (re)viver a sua cidade, perceber suas significâncias

e com o Olhar de Estrangeiro, como diz Peixoto, olhar para a sua cidade com a atenção, a sensibilidade e a percepção de quem a olha pela primeira vez.

Com este mesmo olhar atento e amoroso, o Patrimônio do Cotidiano é também um convite ao turista para que busque o sútil, o singelo. Na contramão do culto à velocidade a e pressa, o Patrimônio do Cotidiano pede lentidão, observação aos detalhes, a caminhada a pé na calçada, a percepção de coisas que aos demais passam despercebidas, a possibilidade de fruir experiências verdadeiras e intensas.

A presente pesquisa também tem potência em devires. Assim, este é o último passo destas Andanças... as Andanças de um longo percurso de amadurecimento teórico, epistemológico e sem dúvida pessoal. Mas estas Andanças não se apresentam acabadas. Por motivos lógicos de finalização desta etapa, construí nesta tese reflexões sobre um conceito e sobre as relações inerentes a ele, no entanto, ideias, autores e olhares outros podem ser entrelaçados ao que foi aqui exposto dando continuidade a este estudo. A proposição aqui elaborada não se esgota em si, deixando possibilidades de ampliação para esta pesquisa, com atualizações sempre necessárias, principalmente quando entendemos a ciência dinâmica e inacabada. Novas pesquisas florescem a partir deste ponto da minha Andança. Nesse sentido, este é também o primeiro passo de novas Andanças que acompanham esta pesquisadora, Andanças que talvez, não tenham um ponto final!

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C. (Org.) ; DODEBEI, Vera (Org.). **Memória e novos patrimônios.** 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. v. 1, p. 67-93.

ABREU, Regina. Dez Anos da Convenção do Patrimônio Imaterial: Ressonâncias, Apropriações, Vigilâncias. E-Cadernos Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, v. 21, p. 5-15-15, 2014.Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276830092_Dez_anos_da_Convencao_do_Patrimonio_Cultural_Imaterial_Ressonancias_apropriacoes_vigilancias Acesso em 10 jun 2025

ACERENZA, Miguel Á. **Administração do Turismo:** conceituação e organização. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

AGUIAR, Leila Bianchi. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a "viabilidade econômica" do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 137–149, 2016. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0105. Disponível em: https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/119842. Acesso em: 22 fev 2025.

ALMEIDA, Ana Claudia Silva. A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, PR, v.7, n.1, 2016, p. 9 – 20. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/geomae/article/view/7415/5273 Acesso em: 05 maio 2024.

ALVES, Kerley dos Santos. Da satisfação a cocriação multissensorial: uma revisão crítica do conceito de experiência turística (submetido à publicação). 2025.

ALVES-MAZZOTTI, Alda. Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Paradigmas qualitativos. *In:* Bogdan, Robert; BIKLEN, Sara Knopp (orgs). **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução a teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, p. 130 – 176, 1994.

AMARAL JÚNIOR, José Bento Carlos. O turismo na periferia do capitalismo: a revelação de um cartão postal. São Paulo, 650f. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais),** São Paulo, Universidade Católica de São Paulo, PUC - SP, São Paulo, SP, 2008. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3904. Acesso 02 set 2024

AMARANTE, Bruno. **A estética da ruína como poética.** Belo Horizonte, 93f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, MG, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/JSSS-9B8FWU/1/monografia_bruno_amarante_baixa.pdf. Acesso em: 25 set 2023.

ANDERSON, Bennedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Arthur. **Maringá,** Ontem, Hoje e Amanhã. Curitiba, PR: Grafipar, 1979.

ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984

ARANTES, Antonio Augusto. Reconhecer diferença não é estimular o ódio, o ódio étnico que tem sido tão fomentado. Entrevista cedida a Beatriz Maia. **Revista Com Ciência,** Revista eletrônica de jornalismo científico, 7 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.comciencia.br/antonio-arantes-reconhecer-diferenca-nao-e-estimular-o-odio-o-odio-etnico-que-tem-sido-tao-fomentado/ Acesso em: 16 jun 2025.

ARANTES, Antônio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In. Barrio, Ángel Espina; Motta, Antônio; Gômes, Mário Hélio. (Org.). **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação**. Recife: Massangana, v. 1, p. 52-64, 2010.

ARANTES, Antonio Augusto. Guerra dos Lugares. **Revista do Patrimônio e Artístico Nacional – Cidade.** N. 23, 1994, p.190 - 203. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

ARRUDA, Gilmar. O patrimônio imaterial: a cidadania e o patrimônio dos “sem eira nem beira”. **Diálogos,** v. 10, n. 3, p. 117 – 144, 2006. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/38970/20497/. Acesso em: 14 fev 2025.

AUGÉ, Marc. **El viaje imposible.** El turismo e sus imágenes. Barcelona: Gedisa Editorial,1998.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Antiga estação ferroviária de Rolândia.** Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/rolandia.htm. Acesso em: 15 set 2024.

ARIAS NETO, José. Miguel. **O Eldorado:** representações da política em Londrina 1930-1975. Londrina, Ed. da UEL, 1998.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETTO, Margarita. **Turismo e Identidade Local:** uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Caosmose e afetiv(ações) desterritorializantes rumo à amorosidade na comunicação e no turismo. In: MOREIRA, Sonia Virgínia *et al,.* **15 anos Geografias da C:** orientações teóricas e metodológicas do percurso. São Paulo, Sociedade dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação, INTERCOM.,p. 105 - 123, 2024. Disponível em:

https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/livro_geografias_da_comunicacao_15_anos_2409.pdf. Acesso em: 10 out 2024.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Da ontologia à ecosofia do turismo: Amorosidade e (Auto)transpoiese para o Turismo-Trama do Mundo N'ovo. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 00, p. e023014, 2023. DOI: 10.30612/eduf.v13i00.17779. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/17779. Acesso em: 20 nov 2023.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale; EME, Jennifer Bauer. Estratégias de 'sobre-vivência' metodológicas na viagem investigativa para a ciência no mundo novo: dimensão trama, cartografia dos saberes e matrizes rizomáticas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,** Araraquara, v.18 n. 00, e 023042. e-ISSN: 1982-5587, 2023. DOI: https://doi.or/10.21723/riaee.v18206 Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18206/16094 Acesso em: 20 out 2023.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. (Auto) Transpoiese em narrativas de viagem. *In:* SOSTER, Demétrio de Azevedo; PASSOS, Mateus Yuri. **Narrativas de viagem 2:** percursos que transformam [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2022. ISBN: 978-85-69563-51-8. Disponível em: https://www.academia.edu/44589892/Narrativas_de_Viagem_Travel_Narratives Acesso em: 20 nov 2023.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. O Avesso do Turismo como proposição de Sinalizadores para o Futuro: Reflexões ecossistêmicas sobre entrelaçamentos e processualidades do avesso das desterritorializações turísticas em seus saberes e fazeres**. Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 258–271, 2021a. DOI: 10.26512/revistacenario.v9i3.34894. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/34894 Acesso em: 24 ago 2023.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Amorosidade, autopoiese e 'com-versações': a potência do 'entrelaços nós' na educação e na ciência**. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 4, p. 2358-2378, out./dez. 2021b. e-ISSN: 1982-5587 DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v16i4.15676 Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15676 Acesso em: 02 dez 2023

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Trama de 'floresceres' no ensino da ciência. Percursos orientados por entrelaços de amorosidade, confiança e alegria, em processos autopoiéticos de ensino e produção da ciência. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 3, p. 1322-1342, jul./set., 2020a. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v15i3.13623. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13623 Acesso em: 02 dez. 2023.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. “Amar la trama más que el desenlace!” Reflexões sobre as proposições Trama Ecossistêmica da Ciência, Cartografia dos Saberes e Matrizes Rizomáticas, na pesquisa em Turismo. **Turismo Contemporâneo**, v. 8, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2020b. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/18989/12720 Acesso em: 24 ago 2023.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. ‘**Com-versar’ Amorcomtur – Lugares e Sujeitos!** Ações Investigativas e narrativas marcadas por amorosidade e agenciadoras de autopoiese, envolvendo sujeitos em processos de desterritorialização, em diversos países – Brasil, Espanha, Portugal, Itália, México, Colômbia e Egito. 2020c. Projeto de pesquisa (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2020.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Matrizes Rizomáticas: proposição de sinalizadores para a pesquisa em turismo. *In:* **Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, ANPTUR**, 14, Balneário Camboriú, SC, Brasil, 2017. Anais [...]. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/14/841.pdf Acesso em: 02 jun 2024

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Sujeito-trama do turismo: Reflexões sobre a subjetividade contemporânea e suas implicações para a pesquisa do turismo. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 5, 2016. Disponível em: https://www.pasosonline.org/Publicados/14516/PS516_02.pdf Acesso em: 6 fev. 2024.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Cartografia de Saberes na Pesquisa em Turismo: Proposições Metodológicas para uma Ciência em Mutação. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, RS, v. 6, n. 3, p. 342-355, jul./set. 2014a. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2647/pdf_273 Acesso em: 24 ago 2023.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Caosmose e afetiv(ações) desterritorializantes rumo à amorosidade na comunicação e no turismo. In: MARTINS, Moisés de Lemos; OLIVEIRA, Madalena. **Comunicação ibero-americana:** os desafios da Internacionalização Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. p. 4351 - 436, 2014b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368853679_Caosmose_e_afetivacoes_desterritorializantes_rumo_a_amorosidade_na_comunicacao_e_no_turismo Acesso em: 10 nov 2024.

BATISTA, C. M. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual do Turismo,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005. Disponível em http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/93 Acesso em: 09 nov. 2021.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural,** as possibilidades do planejamento. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo,** discussões contemporâneas. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

BARRETTO, M., TAMANINI, E., SILVA, M. I. P. **Discutindo o ensino universitário de turismo**, Editora Papirus, Campinas/SP, 2004.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUIGNAT, P; STREIFFFENART, J. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BARTHES, Roland. **La aventura semiológica.** 2 ed: Paidos, Barcelona, 1993.

BENI, Mario Carlos; MOESH, Marustschka. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo Visão e Ação,** Itajaí, v. 19, n. 3, p. 430 – 457, set/dez, 2017. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/11662 Acesso: 20 ago 2024.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do turismo:** megatendências do setor e a realidade brasileira.2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, Mario Carlos. Turismo**:** da economia de serviços à economia da experiência. **Turismo: visão e ação**. Itajaí - SC: Editora UNIVALI, 2004. v.6, n.3, p, 295-305. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1063. Acesso em: 04 set 2024.

BENI, Mario Carlos. Saturação e rejeição ao turismo nas destinações turísticas. **RBTUR,** v. 14, n. 2, mai/ago, p. 1 -8, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbtur/a/jzkrLthTWxSdmSVf9LgwrFR/?format=html&lang=pt. Acesso em: 3 set 2025.

BERTINI, F. M. Afetos em Espinosa e a cidade como civitas. **Revista Conatus - Filosofia de Spinoza**, *[S. l.]*, v. 9, n. 18 - Dezembro, p. 11–18, 2023. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/conatus/article/view/12122. Acesso em: 02 ago 2025.
BORDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. Fundamentos de uma teoria da violência simbólica. **A reprodução** – elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992, p. 15 – 75.

BORGES, C. Patrimônio e Memória Social: a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. **Locus: Revista de**

História, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20494. Acesso em: 23 maio. 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, CASA CIVIL, 16 DE JULHO DE 1934 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 02 jul 2025.

BRASIL, Decreto n°80.978, de 12 de dezembro de 1977. Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80978-12-dezembro-1977-430277-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso: 15 jun 2025.

BRASIL, Lei nº 6.513, de 20 dezembro 1977. Dispõe sobre a criação de áreas especiais e locais de interesse turístico. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104083/lei-6513-77 Acesso em: 23 abr 2025.

BRASIL, 1988. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, CASA CIVIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22 nov 2023.

BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ata da 56ª Reuniâo do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural IPHAR' 15 de maio de 2008. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/atas-do-conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural/de-2001-ate-2010/56a-reuniao-ordinaria-do-conselho-consultivo-15-05-2008/view Disponível em: 02 ago 2025.

BRASIL, Douglas Vinicius Carvalho; PAES, Roberto Rodrigues; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Skateboarding enquanto lazer: conceptualização e possibilidades para além do Esporte. **Revista da ALESDE**, v. 15, n. 2, 2023 p. 132-160. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ra.v15i2.93366. Acesso em: 20 ago 2025.

BRASIL, Wener. Resenha “A Invenção das tradições”. **Diálogos Antropológicos.** Blog do grupo de Estudos Culturais, Identidade e Relações Interétnicas. 2 maio 2013. Disponível em: https://www.gerts.ong.br/2013/05/resenha.html Acesso em 16 set 2024.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural.** São Paulo: Aleph, 2002. Coleção ABC do Turismo.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Uma pré-história do turismo no Brasil:** recreações aristocráticas e lugares burgueses. São Paulo: Aleph, 2007.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/DdyW8tLQXzJb59CgD9V5y9M/abstract/?lang=pt Acesso em 20 maio 2023

CANCIAN, Nadir Apparecida. **Cafeicultura Paranaense:** 1900/1970.Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf 20 maio 2023

CANCLINI, Nestor Garcia. Los usos sociais del patrimônio. **Observatorio Latinoamerica de Gestion Cultural,** Cuadernos Etnologia, 1999. Disponível em: https://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/handle/123456789/130 Acesso em: 10 fev 2025.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2021.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação:** a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Editora Cultrix, 1982.

CAPRA, Fritjot. **A teia da vida** – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAPRA, Fritjot; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida:** uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.

CARDOZO, Poliana Fabiúla. **Possibilidades e limitações do turismo étnico:** a presença árabe em Foz do Iguaçu. 2004, 170 f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004. Disponível em: https://livrozilla.com/doc/481021/possibilidades-e-limita%C3%A7%C3%B5es-do-turismo-%C3%A9tnico---ibei. Acesso em: 20 nov. 2021.

CARERI, Francesco. **Caminhar e Parar.** tradução de Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**. O caminhar como prática estética. Tradução Frederico Bonaldo, São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. . São Paulo: Contexto, 2004

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017,

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Brasil, um refúgio nos trópicos**: a trajetória dos refugiados do nazi-fascismo. São Paulo: Ed. estações da liberdade, 1996.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sócio cultural no Litoral Norte da Bahia. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 9, n. 1, p. 61–75, 1998. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v9i1p61-75. Disponível em: https://revistas.usp.br/rta/article/view/63425. Disponível em: 20 fev 2025.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Marcos Ursi C. de. **Entre dois mundos**: etnicidade, identidade e finitude da Shoah em Rolândia – PR a partir da década de 1930. 123f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina, PR, 2010. Disponível em: https://repositorio.uel.br/items/61d836b6-0e03-42fd-b5db-6f96ebd58c4b/full. Acesso em: 21 maio 2022.

CASTRO Thainá de; ROMAN Ana Paula Soares; COUTINHO Ilione Lima Alves; NASCIMENTO Rubia Stein do. Pista de skate da Trindade: imaterialidades e vestígios de memória. **Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural**, Florianópolis, v.10, n. 18, p. 152-168, jan-jun 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/225529/Pista%20de%20skate%20da%20Trindade%20imaterialidades%20e%20vest%C3%ADgios%20de%20mem%C3%B3ria.pdf?sequence=3&isAllowed=y Disponível em: 20 ago 2025

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** – artes de fazer. 3 ed, Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de; Giardi, Luci. Introdução. In: **A invenção do cotidiano** – morar e cozinhar. 3 ed, Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. **Revista do Patrimônio e Artístico Nacional – Cidade.** N. 23, 1994, p.21-31. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

CHAGAS, Mario. Memória política e política de memória *In:* **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 136 – 167.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: ROGER, Chartier. **A História Cultural entre práticas e representações.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1990.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE** – **Geografia, Meio Ambiente e Ensino.** Campo Mourão, PR, v.3, n.1, p.27 – 44, 2012 ISSN 2178-3306. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/geomae/article/view/5801. Acesso em: 20 jul 2022.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2017.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão:** antologia para um combate. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: Alice Duarte (ed.), **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35, 2020. https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1. Acesso em: 10 mar 2023.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das p'raticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. National identity and cultural in Brazil: problematizing values. **SLAS Annual Confererence,** University of Manchester, painel, April, 2013. Disponível em: https://nomadit.co.uk/conference/slas2013/paper/14292. Acesso em: 29 set 2023.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio no Brasil **Revista do Patrimônio e Artístico Nacional, IPHAN.** n.34, p. 147 – 165, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf. Acesso em: 22 jun 2024.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/drb37BbmDb4gnVqwYbtHpLF/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 19 set 2023.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 75–98, 2016. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0103. Disponível em: https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/119839.. Acesso em: 16 set. 2024.

CISNE, Rebecca. Por um pensar complexo do turismo: o roteiro turístico sob a lógica dos fluxos. **Rosa dos Ventos – Revista do Programa de Pós Graduação em Turismo,** Universidade de Caxias do Sul, RS, v. 3, n. 3, 2011. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/946. Acesso em: 05 set 2024.

CISNE, Rebecca; GASTAL, Susana. Turismo e sua história: rediscutindo periodizações. *In:* Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, SEMINTUR (6), Anais, [...] Caxias do Sul, RS, 2010. https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/09/Turismo%20e%20sua%20historia.pdf Acesso em: 02 set 2024.

CMNP, COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** Depoimentos sobre a maior obra no gênero realizada por uma empresa privada, 24 de setembro de 1975, 3 ed, 2013. Disponível em: https://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf Acesso em: 03 abril 2023.

CONCEIÇÃO, Renan Augusto Moraes. Turismofobia: notas sobre o processo de imaginação social no turismo. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade,** v.12, n. 3, p. 505-522, 2020. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/download/7560/pdf/33938. Acesso em: 3 set 2025.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL, **Geada Negra:** 50 anos do evento climático que modificou o agro do Paraná. 18 de julho de 2025. Disponível em: https://cnabrasil.org.br/noticias/geada-negra-50-anos-do-evento-climatico-que-modificou-o-agro-do-parana. Acesso em: 25 out 2024.

CONJUNTO FERROVIÁRIO RFFSA. Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/rolandia-conjunto-ferroviario-rffsa/#!/map=38329&loc=-23.309907596625624,-51.370097142903425,17 Acesso em 13 nov 2024.

CONTER, Marcelo Bergamin; SILVEIRA, Marcio Telles da; SILVA, Alexandre Rocha da. Semiótica das afecções: uma abordagem epistemológica **Conjectura: Filos. Educ**., Caxias do Sul, v. 22, n. especial, p. 36-48, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/185919 Acesso em 01 ago 2025.

CREMA, Roberto. **Introdução à visão holística**. Breve relato de viagem do velho ao novo paradigma. 5 ed. São Paulo: Summus, 1989.

CREMA, Roberto. Inteligência integral – o desafio transdisciplinar. **Transdisciplinar,** São Paulo, v. 1, ano 1, n. 1, p. 7-10, jan. 2013. Disponível em: http://revistatransdisciplinar.com.br/wp-content/uploads/2018/01/1.-

Intelig%C3%AAncia-integral-%E2%80%93-o-desafio-transdisciplinar.pdf Acesso em 5 abr. 2024.

CRUZ, E. R.; IVANO, R. Um Ensaio sobre a Preservação da Cultura Alemã em Rolândia – PR. IX Seminário de Pesquisa de Ciências Humanas SEPECH, **Anais**, 2013, p. 371 – 381.

DANTAS, F. S. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): um estudo de caso em direito administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, *[S. l.]*, v. 264, p. 223–243, 2013. DOI: 10.12660/rda.v264.2013.14082. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/14082. Acesso em: 15 jun. 2025.

DEBBORD, Guy. Teoria da Deriva (1956) 1958. *In:* JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, p. 87-91, 2003

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Trad: Bento Prado Jr e Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Edi tora 34, 1992.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio –** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DOMÍNGUEZ, Alan. Quaglieri. Turismofobia, ou o turismo como fetiche. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, Edição Especial: Ética no Turismo, 22-30, 2018. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/f08be15b/f7eb/4918/9ca6/ec476640e3fe.pdf. Acesso em 10 fev 2025.

DOXEY, G. A causation theory of visitor-resident irritants: methodology and research inferences. The impact of tourism. **Sixth Annual Conference Proceedings**. San Diego: The Travel Research Association, pp. 195-198, 1975.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENDRES, Ana Valéria; PAKMAN, Elbio Troccoli. Desenvolvimento e turismo no Brasil (1960-1990). **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 10, n. 19, p. 5–26, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/7793. Acesso em: 02 set 2024.

EPISTEMOLOGIA DO TURISMO. Entrevistada Marutschka Martini Moesch. Entrevistador Mario Carlos Beni. *In:* TROCA DE IDÉIAS, Youtube, 27 de agosto de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1NVJVQCi1T4&t=1470s Acesso em: 27 ago de 2024.

ESTEVES JUNIOR, M.; RANGEL NUNES, O. V.; PASSOS, R. de M. Grandes projetos, grandes eventos, turistificação do território: da produção cultural à mercantilização e espetacularização da cidade e da cultura urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 125, 2014. DOI: 10.22296/2317-1529.2014v16n1p125. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4787. Acesso em: 16 set. 2021.

FABRINO, Raphael; DUARTE, Alice. A Ampliação do Conceito de Patrimônio Cultural e a Unesco. **Museologia & Interdisciplinaridade**, *[S. l.]*, v. 11, n. 22, p. 254–270, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i22.38565. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/38565. Acesso em: 3 set. 2024.

FEREZ, Leila Medina Leite. O entrelace turismo e patrimônio cultural: o caso de Outro Preto (1938 – 2020). **Revista Transversos.** n. 28, p. 117 – 137, ago, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/76484. Acesso em: 25 fev 2025.

FERNANDES, Ana. Cidades e cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. **Corpos e cenários urbanos**: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA ; PPG-AU/FAUFBA, 2006, p. 51 – 66.

FIGUEIREDO, Lorena da Silva; FREITAS, Gabriela. O lugar de encontro nas praças públicas do DF: as intervenções artísticas pelos afetos. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 22, n. 56, 2021. DOI: 10.22456/1984-1191.111828. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/111828. Acesso em: 20 ago. 2025.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil. I Seminário Internacional de Políticas Culturais, **Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais,** 2010. Disponível em: https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/18412/Jos%c3%a9%20Ricardo%20Ori%c3%a1%20Fernandes.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 18 maio 2025.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **BAKHTINIANA**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/download/3002/1933%3E Acesso em: 20 fev 2025.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 71, p. 11-39, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/LypXK3NPB5PXvG3CvBvbLvn/ Acesso em: 23 set 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio na sociedade contemporânea.** Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_1/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio.** Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

FONSECA, Ari da Silva. As contribuições de Henri Lefebvre para o estudo do turismo. *In:* 7 Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós Graduação em Turismo, (ANPTUR), **Anais,** São Paulo, 20 e 21 setembro, 2010. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/34.pdf Acesso em: 20 jul 2025.

FORTUNA, Carlos. Serendipidade Caminhante: o elogio do andar. **CesContexto, Caminhos, Ruas, Trajetos, Estradas, Atalhos.** n. 24, julho, 2019, p.5 – 11. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_xxiv.pdf. Acesso em: 17 jul 2025.

FORTUNA, Carlos; GOMES, Carina; FERREIRA, Claudino; ABREU, Paula; PEIXOTO, Paulo. **A cidade e o turismo:** dinâmicas e desafios do turismo urbano em Coimbra., Coimbra: Edições Almedina S/A, 2013.

FORTUNA, Carlos. Caminhar urbano e vivências imprevistas. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, *[S. l.]*, v. 6, n. 13, 2018. DOI: 10.20336/rbs.262. Disponível em: https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/393. Acesso em: 30 out. 2024.

FORTUNA, C. As Cidades e as Identidades - Narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 12, n. 33, p. 127-141, fev. 1997.

FORTUNA, Carlos. **Identidades, percursos, paisagens culturais:** Estudos sociológicos decultura urbana. Imprensa Universidade de Coimbra: Celta, 1999. Disponível em: https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/download/wqfDk8Kjw4XDg8ONw47CosKRXWxlbWnCnsKRwpnCl2rClGZtaw==/e_book_identidades_percursos_paisagens_culturais.pdf. Acesso em: 02 maio 2024.

FORTUNA, Carlos; FERREIRA, Claudino. **O turismo, o turista e a (pós) modernidade.** Centro de Estudos Sociais, Oficina 80, Coimbra, 1996. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/80.pdf Acesso em: 02 set 2024.

FOSTER, J. B. The Anthropocene Crisis. **Month Review.** An Independent Socialist Magazine, v. 68, n. 4, p. 9, 2016. Disponível em: https://rowlandpasaribu.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/02/john-bellamy-foster-2016-the-anthropocene-crisis.pdf Acesso em: 02 abr 2024

FRAGELLI, Claudia; IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. Turismo: fenômeno complexus da contemporaneidade? **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 19, n. 3, 2020. DOI: 10.18472/cvt.19n3.2019.1663. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1663. Acesso em: 025 set 2024.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 308F. Tese (Doutorado em Geografia) – Univerdade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/17239?locale-attribute=pt_BR. Acesso em 02 set 2024.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GAGLIARDI, Carissa Maria Rosa. Turismo, cidade e patrimônio na comtemporaneidade. Revista Turismo e Desenvolvimento, n. 26, 2016, p.113- 125. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002865826.pdf. Acesso em: 12 março 2025.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007 (Coleção ABC do Turismo).

GASTAL, Susana. Turista Cidadão: uma contribuição ao estudo de cidadania no Brasil. *In:* **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de Brasília, 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em: https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/153045190808854777108231357126206582002.pdf Acesso em: 02 dez 2023.

GASTAL, Susana. Nomadismo e turismo: viagem como vida no espaço. In: TRIGO, Luiz Gonzaga (org) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

GASTAL, S. Turismo e cultura: por uma relação sem diletantismos. *In*: GASTAL, S. (Org.) **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p.100-112, Coleção Comunicação.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo:** princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GOMES, Carina Sousa. A cidade, o turismo e a (re) invenção dos lugares: ausências e emergências nos imaginários turísticos urbanos. Oficina do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, abr, 2011. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/90613 Acesso em: 20 jan 2025.

GOMES, Carina Sousa. A (re)criação dos lugares. Coimbra: cidade e imaginário turístico. 142f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia), Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2008. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/4137_366.pdf Acesso 10 fev 2025.

GOMES, Claudia Aparecida Valderramas; MELLO, Suely Amaral. Educação escolar e constituição do afetivo: algumas considerações a partir da psicologia histórico-cultural. **Perspectiva**, *[S. l.]*, v. 28, n. 2, p. 677–694, 2010. DOI: 10.5007/2175-795X.2010v28n2p677. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n2p677. Acesso em: 30 jul 2025.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Culturais**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 264-275. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2163/1302 Acesso em: 20 maio 2025

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a representação no Brasil *In:* **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios, Coleção Museu memória e cidadania, Rio de Janeiro, 2007a, p.81 - 106.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. *In:* **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios, Coleção Museu memória e cidadania, Rio de Janeiro, 2007b, p. 139 - 157.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *In:* **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios, Coleção Museu memória e cidadania, Rio de Janeiro, 2007c, p. 209 - 234.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Informação & Informação**, *[S. l.]*, v. 23, n. 3, p. 202–229, 2018. DOI: 10.5433/1981-8920.2018v23n3p202. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30997. Acesso em: 01 jun 2025.

GRÜNEWALD, R. A. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, outubro de 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000200008 Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/wL5drZ99NFQhhjdFzMyyyMd/?lang=pt Acesso em: 05 jun. 2021.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica -** cartografias do desejo. 4 ed, Petrópolis: Vozes, 1996.

GUATTARI, Felix. **Caosmose –** um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** 11ed. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v., n. 1, 1988, p. 5 – 27. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935 Acesso em: 02 fev 2025.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 202 – 229, set./dez. 2018. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30997/pdf Acesso em 10 jun 2025.

GROH, T. A Constituição da etnicidade judaica em Rolândia. *In:* LEWIN, H. (org.) **Judaísmo e modernidade:** suas múltiplas inter-relações [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 223-233. Disponível em: https://books.scielo.org/id/ztpr5/18 Acesso em: 02 maio 2022.

GROS, Frederic. **Caminhar.** Uma filosofia. São Paulo: Loyola, 2010.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HENNING, Priscila. A pós-modernidade e o patrimônio cultural edificado: questões contemporâneas e seu impacto na formação do cidadão. **Revista Dialectus - Revista de Filosofia**, *[S. l.]*, n. 22, p. 64–83, 2021. DOI: 10.30611/2021n22id71233. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/71233. Acesso em: 22 maio 2023.

HINTZE, Helio. **Turismo legitimado:** espetáculos e invisibilidades. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.

HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. *In:* HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra S.A, 1984, p. 9-23.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da Educação Patrimonial**, 1996. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 03 jun 2025.

Maria de Lourdes Parreiras Horta Evelina Grunberg Adriane Queiroz Monteiro

HOUAISS, Antonio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** São Paulo: Moderna, 2020.

HISTÓRIA DO MUNDO. **Estados modernos.** Disponível em: https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/estado-nacional-moderno.htm Acesso em: 10 set 2024

IBGE. **Rolândia.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/rolandia/panorama Acesso: 13 maio 2024.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2 ed rev. e ampl.. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Estado do Paraná, setembro, 2024. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=19&btOk=ok . Acesso em: 23 maio 2024

IPHAN. Perguntas Frequentes. O que é tombamento? **Portal Iphan**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9. Acesso em: 30 maio 2025

JACQUES, Paola Berenstein. Apresentação. *In:* JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, p. 13-38, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio Cultural Urbano: espetáculo contemporâneo? **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura,** *[S. l.]*, 2008. DOI: 10.9771/rua.vi0.3229. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229. Acesso em: 14 abr. 2025.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4 ed. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JANESCH, Zuleide Maria. **Análise das praças centrais da cidade de Rolândia – Paraná.** 137 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, 2009. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3536. Acesso em: 23 maio 2023.

KNAUS, Paulo. A cidade como sentimento: memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Grand Circus norte americado em Niteroi, 1961**. Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 27, n 53, p. 25-54, 2007. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/768923 Acesso em: 16 out 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

KÜHL, Beatriz Mygayar. Notas sobre a Evolução do Conceito de Restauração. *In*: **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo**, São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/Secretaria da Cultura, p. 179 – 197, 1998.

KÜHL, Beatriz Mygayar. Notas sobre a carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ShdGtFbB4jbpfQXMtd8Y4Pf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 mar 2025.

LABBUCCI, Adriano. **Caminhar,** uma revolução. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LASH, Scott; URRY, John. Mobil objects; Mobility, modernity and place; Reflexive objects. In: LASH, Scott; URRY, John. **Economies of signs & space**. London: Sage Publications, 1994.

LEAL, Cristiano. Afecções e afetos em Spinoza: sua contribuição para a psicologia. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 359–369, 2022. DOI: 10.5752/P.2177-6342.2022v13n25p359-369. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/28027. Acesso em: 20 jan 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo, Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

LEITE, Edson; CAPONERO, Maria Cristina. As possíveis articulações entre preservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil a partir dos anos 1960. Revista Confluências Culturais, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 9–19,

2015. DOI: 10.21726/rcc.v4i1.445. Disponível em: https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/445. Acesso em: 10 fev 2025.

LEITE, Rogério Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **DADOS–Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n 3, 2010, p.737 – 756. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/LccrnkQVLvYc5ZyqG3KgnTB/?format=html&lang=pt Acesso em: 21 jul 2025.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Que é patrimonio histórico?**. São Paulo: Brasiliense.1985

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados.** v. 22, n. 62, p. 237 – 256., 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/ZGLLtbPyMFYSgdfPgVD83MJ/abstract/?lang=pt Acesso em: 20 fev 2024.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L., **Introdução ao Turismo**. trad. Fabíola de Carvalho Vasconcelos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, Paulo Gomes. Fundamentação epistemológica do paradigma da complexidade e a dialogia com a formação de professores. **Revista Diálogo Educacional,** v.23, n.78, Curitiba, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2023000301072. Acesso em: 10 fev 2025.

LLULL PEÑALBA, Josué. Evolución del concepto y de la significación social del patrimonio cultural. **Arte, Individuo y Sociedad**, Universidad Complutense de Madrid, vol. 17, 2005, p. 177-206.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em comunicação**: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 2005.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: Serrano, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza. **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** Campinas: Papirus.

LUCHT, Ketlin Maria. Entre nação e nacionalismo: breve panorama do Brasil no século XIX. Revista Galo, n. 1, v. 1 – Parnamirim, jan. - jun. 2020. https://revistagalo.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es/edi%C3%A7%C3%A3o-001/13-entre-na%C3%A7%C3%A3o-e-nacionalismo/galo-ed1-177-188.pdf Acesso em: 28 mai 2025.

LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. **Dissertação.** (Mestrado em História) - Departamento de História da FFLCH- Universidade de São Paulo, São Paulo,1980.

MACHADO JUNIOR, Luiz Bosco Sardinha. **A sociologia do cotidiano de Michel de Certeau.** Plataforma Youtube. 13 de agosto de 2020, 26'08''. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sxALp0hhYTA Acesso em: 03 jun 2025.

MAFFESOLI, Michel**. El nomadismo**. Vagabundeos iniciáticos. trad. de Daniel Cutiérrez Martinez. - México: FCE, 2004

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias.** Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais 1934 a 1937. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2004.

MAINKA, Peter Johann. Rolândia no norte do Paraná (1932-1945) – uma colônia alemã entre Hitler e Vargas. Anais. Congresso Internacional de História. UEM, setembro 2009, p. 1157-1170. Disponível em: pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/798.pdf. Acesso em: 02 maio 2022.

MANCINI, Lorena Angélica; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Memória, Patrimônio Cultural: possibilidades para o turismo cultural. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 45–71, 2024. DOI: 10.18616/rdsd.v10i1.8514. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/8514.

MANCINI, Lorena Angélica; BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Porco no Tacho: Experiência Gastronômica no Avesso do Turismo Rural em Rolândia – Paraná. In: **Congresso Brasileiro de Turismo Rural (13)**, 2025a, Gramado, RS. Resumo expandido apresentado.

MANCINI, Lorena Angélica; BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Avesso do Turismo Rural no Cemitério São Rafael em Rolândia, Paraná. In: **Congresso Brasileiro de Turismo Rural (13)**, 2025b, Gramado, RS. Resumo apresentado.

MANCINI, L. A.; TCHOPKO, D. Gastronomia e identidade: reflexões sobre os Ucranianos em Apucarana/PR. In: PADOIN, Maria Medianeira; HARRES, Marluza Marques; SANTOS, Rodrigo Luis dos; LUCHESE, Terciane Angela. **Migrações e diversidade, múltiplos olhares.** São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 380 – 396.

MANCINI, L. A. Imigração Religiosidade e Turismo: Ucranianos em Apucarana/PR. In: V Simpósio Internacional e XII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro **(Anais) -** 06 a 09 de junho de 2021.

MARANHÃO, Christiano H. da S. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 5, n. 2, p. 238-259, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/download/9522/8978/0. Acesso em: 02 set 2024.

MARCELO, Hernan Venegas. A noção de patrimônio no Brasil império. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural – PASOS. v. 11, n. 1, 135 – 146, 2013. Disponível em: https://www.pasosonline.org/es/component/sobipro/102-a_noo_de_patrimnio_no_brasil_imprio?Itemid=0. Acesso em: 06 mar 2025.

MARCELO, Hernan Venegas. As antecipações do turismo no Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 1, n.2, p. 12-25, 2011. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/339/255. Acesso: 04 set 2024.

MARQUES, Ariane Belcavelo Silveira; XAVIER, Wescley Silva; GUEDES, Leandro Theodoro. A Relação entre o Desenvolvimento do Turismo e o Processo de Gentrificação em Pirenópolis-GO. **Revista Organizações e Sociedade.** v. 32, n. 111, p. 1 – 24, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/osoc/a/tZLpjKrzkrTQCRtPZX3Jqcx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 set 2025.

MASCARENHAS, G. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo.** Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/download/1021/406/2702. Acesso em: 09 maio 2025.

MATURANA, Humberto; DÁVILA, Ximena. **La revolución reflexiva: una invitación a crear un futuro de colaboración**. Santiago do Chile: Paidós, 2021.

MATURANA, Humberto. **Conversações matrísticas e patriarcais.** 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4899371/mod_resource/content/10/Conversa%C3%A7%C3%B5es%20matr%C3%ADsticas%20e%20patriarcais.pdf. Acesso em:23 ago 2023

MATURANA, Humberto R**. Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MATURANA, Humberto R. **Emoções e linguagem na educação e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **De máquinas e seres vivos:** autopoiese, a organização do vivo. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 1997.

MATURANA, Humberto R. Ontología del conversar. **Revista Terapia Psicológica**, v. 7, n. 10, p. 1-14, 1988. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/293358457/Texto-Ontologia-Do-Conversar Acesso 20 jul 2024.

MENDONÇA, Lisandra Franco de. Da inconstância da fortuna: a teoria e a metodologia do restauro em contexto europeu. **Pós, Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, FAUUSP, São Paulo, v. 26, n. 49, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/148965 Acesso em 25 set 2023.

MENESES, José Newton Coelho. **Histórica e Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de et al. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]**. Patrimônio : atualizando o debate. São Paulo: IPHAN. 2006. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Magnani_JGC_76_1636193_ACidadeComoBemCultural.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

MEU PARANÁ FAZ UM PASSEIO POR ROLÂNDIA. Parte 1 e 2. *In:* **Programa Meu Paraná.** 08 de outubro de 2017. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/4807679/ Acesso em: 03 março de 2025.

MOESCH, Marustschka. Para adiar o fim do mundo: tessituras epistemológicas do Turismo e suas encruzilhadas. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 15 n. 2, 576-601, 2023. http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i2p556. Acesso em: 24 ago 2024.

MOESH, Marustschka. O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo. **CENÁRIO**, Brasília, v.1, n.1, 08 – 28, dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15206 Acesso em 20 ago 2024.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Sergio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade:** os setes saberes e outros ensaios. 4 ed.: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3 ed. São Paulo: Instituto Piaget, 2005a.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** tradução de D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. rev. e mod. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

MORIN, Edgar. **Terra Pátria.** Porto Alegre : Sulina, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa; RAMOS, Maria da Graça Gomes; GARCIA, Tania Elisa Morales. O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. *In:* **international conference on tourismo & management studies (1)**, 26 a 29 de outubro, 2011, Faro, Algarve. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743867063 Acesso em: 02 set 2014.

MÜLLER, Nice Lecoqc. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, *[S. l.]*, n. 22, p. 55–97, 2001. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1305. Acesso em: 20 jul 2022.

MURTA, Stela Maris. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Hirizonte, MG: Ed. UFMG, 2002, p. 139 – 168.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Hirizonte, MG: Ed. UFMG, 2002, p. 13 – 46.

NETTO, Alexandre Panosso; NECHAR, Marcelino Castillo. Em direção a uma perspectiva crítica em turismo. *In:* NETTO, Alexandre Panosso; NECHAR, Marcelino Castillo.**Turismo:** perspectiva crítica – textos reunidos. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016, p. 13 – 23.

NEVES, Deborah Regina Leal. A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014, 266 f**. Dissertação (Mestrado em História)**. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27062014-120128/publico/2014_DeborahReginaLealNeves_VCorr.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

NIEHUES, Leandro Garcia. A cafeicultura na microrregião de Londrina (PR): desafios e perspectivas à permanência do produto familiar. 2016, 196f. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, Paraná, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/42119268/A_cafeicultura_na_microrregi%C3%A3o_geogr%C3%A1fica_de_Londrina_PR_desafios_e_perspectivas_%C3%A0_perman%C3%AAncia_do_produtor_familiar_Autor_Leandro_Garcia_Niehues. Acesso em: 10 out 2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história.** A problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História, n.10, p.7-28, 1993.

OBERDIEK, H. I. **Fugindo da morte:** imigração de judeus alemães para Rolândia-PR, na década de 1930. Londrina: Eduel, 2007.

OLENDER, Marcos. O afetivo efetivo: sobre afetos, movimentos sociais e preservação dopatrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional, Brasília, DF, v. 35, p.322-341, 2017.

OLIVEIRA, Marilu Martens. Rolândia de príncipes, judeus e nazistas: uma faceta da obra O Trovador, de Rodrigo Garcia Lopes. **Diálogo e Interação.** v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/648016263/2-Rolandia-de-Principes-Judeus-e-Nazistas-Uma-Faceta-Da-Obra-o-Trovador-de-Rodrigo-Garcia-Lopes-1. Acesso em 24 jul 2022.

OLIVEIRA, Melina Behling; RIBEIRO, Diego Lemos. Patrimônios Afetivos: um novo recurso para o turismo em Morro Redondo-RS, Brasil. **Rosa dos Ventos -** Turismo e Hospitalidade, v.11, n4, p. 847-860, out-dez, DOI: http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i4p847. Acesso em: 30 mar 2025.

OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro Araújo; STRASSBURG, Udo. Ocupação territorial e as transformações econômicas no norte do Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista** - UNIOESTE/MCR - v.16 - n. 30 - 1º sem.2016 - p 131 a 150 - ISSN 1679-348X. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2597/1/Artigo%20de%20Peri%C3%B3dico%20-%20Ocupa%C3%A7%C3%A3o%20territorial%20e%20as%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20econ%C3%B4micas%20no%20norte%20do%20Paran%C3%A1.pdf. Acesso 24 jul 2022.

OLIVEIRA, Tatiana Mello de. Memória e Discurso: múltiplos sentidos do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 2011, 83 f. **Dissertação** (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12311. Acesso em: 21 jun. 2022.

OLIVEIRA, Vinicius Martins de. Patrimônio ou (apenas) lugar? Discursos e re-lembranças como uma maneira de inventariar: uma análise sobre o caso do povoado de salobra, cidade de Miranda/MS. **arq.urb**, *[S. l.]*, n. 16, p. 96–119, 2019. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/193. Acesso em: 20 mar. 2025.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, Brasiliense,2005.

OURIQUES, Ricardo Helton. **A produção do Turismo: fetichismo e dependência.** Campinas: Alínea, 2005.

PADIS, Pedro Calil, **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geousp – Espaço e Tempo**, São Paulo,

Brasil, v. 21, n. 3, p. 667–684, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.128345. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/128345.. Acesso em: 3 set. 2025.

PAESE, Celma. Caminhando. O caminhar e a cidade. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 173f., 2006. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8777/000588738.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 30 out 2024.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Hugo Nedel. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação – uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 64, p. 301-313, abr./jun. 2017. Disponível: https://www.scielo.br/j/er/a/bK3zGhhGQQ6TTGHn7P5qvSN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 fev 2025.

PAIXÃO, Dario Luiz Dias. Thermae et Ludes: o início do turismo de saúde no Brasil e no mundo. **Turismo em Análise,** São Paulo, v.18, n. 2, p. 133-147, 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62594/65382. Acesso em: 02 set 2023.

PAKMAN, Elbio Troccoli. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. *In:* **Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo (11),** 2014, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=11. Acesso em: 24 ago 2023.

PARANÁ, Agricultura e Abastecimento. **Há 50 anos, geada negra marcava o fim de um ciclo e diversificação da economia no Paraná.** 18/07/2025. Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Ha-50-anos-geada-negra-marcava-fim-de-um-ciclo-e-diversificacao-da-economia-do-Parana. Acesso em: 04 ago 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. **Perspectiva – Revista de Ciências Sociais.** v. 16, 1993, p. 119 – 141.

PEDRAZZANI, Viviane. Patrimônio cultural no Brasil: trajetórias de sujeitos, leis e instituições. **Revista Humana**, v.4, n.5, jan. a ago, p. 22 – 38, 2022. Disponível em: https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/119. Acesso em: 17 mai 2025.

PEIXOTO, Iara. **Trovadorismo.** A canção de Rolando. SOS Língua Portuguesa, 2012. Disponível em: https://soslportuguesa.blogspot.com/2012/03/trovadorismo-cantigas-e-prosa-medievais_31.html. Acesso em: 20 out 2024.

PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Adauto. **O Olhar.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1988, p. 361-366.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas – Revista Científica de Turismo.** Ano 1, n 1, julho, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312155370_A_corrida_ao_status_de_patrimonio_mundial_e_o_mercado_urbano_de_lazer_e_turismo Acesso em: 14 abr. 2025.

PELLICCIOTA, Mirza; SOLHA, Karina T. Turismo e Preservação do Patrimônio Cultural – uma trajetória (pouco conhecida) de interações. **Saeculum – Revista de História. Sæculum - Revista de História**, *[S. l.]*, n. 35, p. 157–176, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/38903. Acesso em: 14 abr. 2025.

PEREIRA, Diana P. M.; SOUTO, Virgínia T. Flanar, deambular ou derivar, a rua como espaço da experimentação artística. **Ephemera: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto**, v. 4, n. 9, p. 77-88, 12 dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufop.br/ephemera/article/view/4961 Acesso em: 29 jul 2024

PEREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural –** uma visão antropológica. Espanha: Pasos online, 2009. Disponível em: https://pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf. Acesso em: 12 fev 2025.

PICININI, Rudinei. **"Brasil Mostra Tua Cara":** um estudo sobre a relação entre a marca-país Brasil e as dimensões de confiança, consideradas a partir da cartografia de ações comunicacionais do Ministério do Turismo brasileiro via tecnologias digitais, 208 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul, UCS, Caxias do Sul, RS, 2021. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/11715;jsessionid=E2CE788DE87820B52589104DF8885E9C Acesso em: 20 jul 2024.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf . Acesso em: 20 jun 2024

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 01, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278 Acesso em 20 jan 2025.

POPOLIN, Cássia Maria; Schwengber, Cláudia Portellinha. Rainha do café: um resgate histórico e imagético dos primeiros anos da colonização de Rolândia. *In:* BONI, Paulo César. **Certidões de nascimento da história:** o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009.

POULOT, Dominique**. Uma história do patrimônio no Ocidente**, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 21, p. 17-35, 2005. Disponível em: http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/cas/article/view/4709. Acesso em: 02 set 2023.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A forma urbana das cidades de médio porte e dos patrimônios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Acta Scientiarum. Technology**,Maringá, v. 28, n. 1, jan - jul, 2006, p. 93-103 Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303226515006. Acesso em: 02 ago 2022.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades do norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 25, São Paulo - p. 37 – 54, 2008. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/40258/43124. Acesso em: 02 ago 2022.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWSKI, Mirian; YASOSHIMA, José R.; STIGLIANO, Beatriz V.; SILVEIRA, Adalgiso S. Desenvolvimento do turismo moderno. *In:* REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002, p.41 - 70.

REJOWSKI, Mirian; SOLHA, Karina T. Turismo em cenário de mudanças. *In:* REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002, p.72 - 115.

REJOWSKI, Mirian. Teorizações do turismo em direção a novas abordagens: uma discussão preliminar. *I:* **Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo (12),** 2015, Natal, RN. Disponível: https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=12. Acesso em: 28 ago 2024.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica:** pensamento internacional x situação brasileira. Campinas: Editora Papirus, 1996.

RIBEIRO, Helena Charko. Turismo e saúde: sinalizadores de Porto Alegre, relatados pelos usuários do Sistema único de Saúde (SUS) e seus acompanhantes, em processos de deslocamento, 223f. **Tese (Doutorado em Turismo e Hospitalidade).** Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, RS, 2019. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/8459?locale-attribute=en Acesso em: 08 nov 2024.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos:** a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Eduardo; CLANSEN, Carolina Mesquita *et.all.* Cartografias sensíveis na cidade: experiência e resistência no espaço público da região sul do RS. **PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade.** v. 3, n. 3, 20 dez, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/12790. Acesso em: 25 set 2023.

RODRIGUES, Samara. **Sociedade do Espetáculo**: livro ajuda a compreender fenômenos como Big Brother, 2024. Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/sociedade-do-espetaculo-livro-ajuda-a-compreender-fenomenos-como-o-big-brother. Acesso em: 02 set 2024

ROLÂNDIA, Prefeitura Municipal de. **História do Município.** Disponível em: https://www.rolandia.pr.gov.br/pagina-site/10#:~:text=Geografia,do%20rio%20Bandeirantes%20do%20Norte. Acesso em 13 maio 2024.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. 2. reimp. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ROLNIK, Suely. Novas figuras do caos – mutações da subjetividade contemporânea. *In*: SANTANELLA, Lucia; VIEIRA, Jorge Albuquerque (orgs). **Caos e Ordem na Filosofia e nas Ciências**, São Paulo, 1999; p. 206-221.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN,** Rio de Janeiro, v.24, p. 97 – 105, 1996.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 289-310 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/6hKN4T5Shdv7gn5w7c8RWRf/ Acesso em: 02 set 2024.

SANDI, Simone Maria. **Trama Ecossistêmica Turística da região Turística das Cataratas do Iguaçu e Sinalizadores Rizomáticos de Responsabilidade Ecossistêmica**, 153 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul, UCS, Caxias do Sul, RS, 2021. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/12134;jsessionid=1D43EEAC375D87336C36AE21781C5A15 Acesso em: 20 jul 2024.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. *In:* **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 49 – 58.

SANTOS, Ariovaldo. **O Cotidiano e a história (a estrutura da vida cotidiana) – Ágnes Heller.** Plataforma Youtube. 22 de maio de 2018, 28’17’’. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S_B18RqPP6U&list=PLAd47DI_3cPiqdFK3S6ifzmJ8LJRnpGnB Acesso em: 03 jun 2025.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula**. Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n. 63, p. 237 – 280, out de 2002. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF Acesso em: 10 nov 2023

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a New Common Sense.** New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. Da sociologia da ciência à política científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n, 1, jun, p. 11 – 56, 1978. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_sociologia_da_ciencia_a_politica_cientifica_RCCS1.PDF Acesso em 10 nov 2023.

SANTOS, Daniel do; SILVA, André da; ABDALA, Rachel Duarte. A invenção do patrimônio no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 117–128, 2015. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/270. Acesso em: 19 abril 2025.

SANTOS FILHO, João dos. Thomas Cook: marco da historiografia dominante no turismo. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, SEMINTUR (II), **Anais [...].** Caxias do Sul, RS, 2004. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/39-thomas-cook.pdf. Acesso em: 02 set 2024.

SARAIVA, Marina Rebeca Oliveira. Territórios dos sentidos: das emergências dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico,** n.132, ano 11, maio de 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16881/9095. Acesso em: 03 jul 2025.

SCATANELA, Nilda; RAMOS, Flávia Brochetto. O cotidiano como perspectiva metodológica e alavanca para o conhecimento: diálogo com José Machado Pais.

Revista Brasileira de Educação, v. 28, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8C4vpNYnbsrFFYJGvxQy7bd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 fev 2025

SCHWENGBER, Claudia Portellinha. **Aspectos Históricos de Rolândia.** Cambé: WA RICIERI, 2003.

SCHWENGBER, Claudia Portellinha. Pioneiros Alemães em Rolândia. In**: Imigração Alemã no Paraná**: 180 anos: 1829-2009. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2011, p.259-307.

SCIFONI, Simone. Patrimônio Mundial: do Ideal Humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 2, p. 77–88, 2003. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123833. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/123833.. Acesso em: 22 abril 2025.

SHELDON, Natália. Casas patrícias romanas – lay out e arquitetura. 15 setembro, 2022. Disponível em: https://historyandarchaeologyonline.com/roman-patrician-houses-layout-and-architecture/. Acesso em: 02 set 2025.

SILVA, Renan de Lima da. Esquizografias de favela: sinalizadores de turismo e lazer na trama de (auto)transpoiese, em favelas do Rio de Janeiro, Brasil. **Tese (Doutorado em Turismo e Hospitalidade)** - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2024.Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/14356;jsessionid=C5AD6AECDD0ECE5A9B5016182D6633D9. Acesso em: 7 jul 2025.

SILVA, Renan Lima; BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Esquizografias turísticas e Cartografias dos Saberes: reflexões epistemológico-teóricas sobre pesquisa e ecossistemas turísticos. **Cenário – Revista Interdisciplinar em Turismo e Território.** V. 9, n. 1, jan/abr, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/40824/32916. Acesso em: 24 ago 2023.

SILVA, Camila Luísa Mumbach da; MOESCH, Marustschka. Abordagens empíricas da concepção de turismo e suas implicações nas políticas públicas. *In:* **Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo (13),** 2016, São Paulo, SP. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/577.pdf. Acesso em: 24 ago 2023.

SOARES, Marco Antonio Neves**. *Da Alemanha aos trópicos.*** Identidades judaicas na terra vermelha. Londrina: EDUEL, 2012.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis:** afeto, mídia e política. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SOLHA, Karina T. Evolução do turismo no Brasil. *In:* REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002, p.117 - 153.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Patrimônios possíveis: modernidade e colonialidade no campo do patrimônio. **Revista TransVersos.** v. 9, 2017; dossiê temático: vulnerabilidades: pluralidade e cidadania cultural. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/27530. Acesso em 26 maio 2025

SOUZA, Luciana Christina Cruz e; Patrimônios possíveis: modernidade e colonialidade no campo do patrimônio. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro. 9, abr. 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/27530/20247. Acesso em: 04 mar 2024.

SPINOZA, B**. Ética,** terceira parte – Da origem e natureza dos afetos.Tradução e Notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 65 -108.

STECANELA, Nilda; RAMOS, Flávia Brocchetto. O cotidiano como perspectiva metodológica e alavanca para o conhecimento: diálogo com José Machado Pais. **Revista Brasileira de Educação.** v. 28, 2023, p. 1 – 23. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8C4vpNYnbsrFFYJGvxQy7bd/?lang=pt Acesso em: 25 jun 2025.

STEINKE, Valeria Fernanda Serpa; SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. A Unesco, o patrimônio e o turismo cultural: uma abordagem inicial (1960 – 1980). **Fonteiras: Revista Catarinense de História.** Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia. n. 32, v. 2, p. 116 – 125, 2018. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/10665 Acesso em: 02 fev 2025.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios… (LAUDOS CULTURAIS DOS ANTROPÓLOGOS INVENTARIANTES). **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, 2005. DOI: 10.5216/sec.v8i2.1008. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/1008. Acesso em: 10 mar 2025.

TAVARES, Denis Pereira. A invenção do patrimônio nacional: política de preservação de conjuntos urbanos tombados em Minas Gerais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.8, n.15, Jul. - Dez., p. 40 – 62, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9578. Acesso em: 19 abril 2025

THIESSE. Anne-Marie. **La création des identités nationales**. Europe XVIII–XX siècle. Paris: Editions du Seuil, 1999.

TINEM, Nelci.; ROCHA, Mercia. Parente. ‘O culto moderno dos monumentos’e o patrimônio arquitetônico: considerações sobre sua atualidade. **Saeculum**, *[S. l.]*, n. 35, p. 179–186, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/38904. Acesso em: 15 ago 2024.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27, p. 133–148, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp133-148. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpc/article/view/158560.. Acesso em: 15 jun. 2025.

TORRES, Marcos Alberto. As paisagens da memória e a identidade religiosa. **RA´E GA – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, UFPR, n. 27, 2013, p.94-110. Disponível em: https://www.academia.edu/68588985/As_Paisagens_Da_Mem%C3%B3ria_e_a_Identidade_Religiosa. Acesso em: 20 jul 2024Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: histórias e fantasmagorias. 342f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curtiba, PR, 1997. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31883. Acesso em: 20 maio 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Londrina, PR: EdUel, 2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Região Metropolitana de Londrina.** Disponível em: https://sites.uel.br/pdi/regiao-metropolitana-de-londrina/ Acesso em:13 maio 2024.

URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996.

VANALI, Ana Crhistina. Agnes Heller e Michel de Certeau: propostas de análise sobre a vida cotidiana. **Revista Vozes, Pretérito e Devir**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/viewFile/76/94. Acesso em: 27 maio 2024

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico:** uma epistemologia para uma ciência novo-paradigmática, 2020. Disponível em: https://www.mariajoseesteves.com.br/pensamento-sistemico-uma-epistemologia-cientifica-para-uma-ciencia-novo-paradigmatica/ Acesso em: 15 abr 2024

VILLANUEVA, Orion. **Rolândia:** Terra de Pioneiros. Londrina: Gráfica Ipê, 1974.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T.T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença:** as perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.7-72.

VITOR, Amilcar Guildolim; SANTOS, Junior Ricado Quevedo. A construção social do patrimônio cultural através do processo de produção de representações sociais. **Revista História em Reflexão**. v. 5, n.10 – UFGD - Dourados jul/dez 2011. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1480/876. Acesso em: 20 jun 2023

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T.T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença:** as perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis, RJ:Vozes, 2014, p.7-72.

YASHOSHIMA, José R.; OLIVEIRA, Nadja da S. Antecedentes das viagens e do Turismo *in:* REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar.** Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura em madeira**. Londrina: Eduel, 2013. Livro digital. Disponível em: https://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/arquitetura%20em%20madeira_digital.pdf Acesso em: 02 jul 2024.

ZOUAIN, Ana Cláudia, CARVALHO, Janete Magalhães; CARARO, José Américo. Spinoza e os caminhos dos afetos na docência como corpos múltiplos no cotidiano escolar. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 38, p. 1-26, 2024. DOI:http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v38a2024-73217. Acesso: 31 jul 2025

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTOGRAFIA BIBLIOGRÁFICA

Título e Natureza do Trabalho	Autor	Objetivo	Aproximações com a Tese

Dissertação/2011: Os lugares como dignos de proteção: a questão da preservação do patrimônio cultural de Juazeiro da Bahia	Sergio Marcellino da Mata Lopes	Evidenciar e analisar a problemática das políticas de preservação do patrimônio ao investigar os processos de preservação em Juazeiro (BA), considerando os limites conceituais e de ação sobre a gestão urbana do patrimônio cultural pela municipalidade.	O trabalho traz uma reflexão sobre as políticas de preservação e sobre o conceito de patrimônio no Brasil, que, apesar de apresentarem uma redemocratização ainda esbarram em questões que "tangem ao que é digno ou não de preservação". O que resulta em um descaso com o patrimônio, principalmente voltados a cultura regional ou municipal. Fala sobe as políticas de preservação nacionais e, em específico, de Juazeiro (BA) caracterizando-as como "insuficientes, inconsistentes ou mal implementadas", por reproduzirem um modelo importado que não reflete a realidade nacional, e por serem construídas desvinculadas da política urbana e interesses dos moradores.
Dissertação/2011: Memória e Discurso: Múltiplos Sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil	Tatiana Mello de Oliveira	Construção da rede de sentidos da categoria de bens culturais designada pela expressão Patrimônio Cultural Imaterial, que vem sendo empreendida desde as primeiras décadas do século XX.	Embasada em conceitos como memória e esquecimento, a autora busca evidenciar os discursos hegemônicos materializados em textos jurídicos produzidos pelo estado brasileiro.
Tese/ 2019: O espetáculo do patrimônio: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC	Priscila Henning	Discutir na primeira parte, por meio de revisão bibliográfica, o contexto da patrimonialização, a relação da sociedade contemporânea com sua história e o impacto do turismo cultural, tendo como foco de estudo o Centro Histórico do município	O trabalho traz a relação entre o turismo e o patrimônio pela perspectiva do espetáculo e do consumo, que influencia nas intervenções privilegiando uma aparência rejuvenescida e lúdica.

		de São Francisco do Sul -SC, tombado em 1985.	
Artigo/2003: Cidade de Goiás: Patrimônio Histórico, Cotidiano e Cidadania'	Dominga Correa Pedroso Moraes	Entender a dialética singular/global expressas nas relações cotidianas do cidadão com sua cidade e do exercício de cidadania na cidade.	A autora traz uma reflexão sobre as diferentes Goiás e seus cotidianos. A cidade capitalista, pós-moderna, com turistas, consumo, especulação imobiliária, tecnologia. A cidade interiorana, pacata, hospitaleira. A cidade Patrimônio da Humanidade. A cidade dos turistas.
Dissertação/2019: Narrativas para a cidade: sobre a formação e usos do patrimônio cultural em Diadema.	Lindolfo Campos Sancho	Explicitar as maneiras pelas quais o termo “patrimônio” pode ser mobilizado tanto para ordenar simbolicamente o espaço, como também para determinar os usos dos espaços da cidade no cotidiano	A dissertação apresenta um estudo detalhado do decreto de preservação do município de Diadema, que, segundo o autor traz diferentes concepções de patrimônio e métodos de identificação que resultam na criação de diferentes narrativas para a cidade.
Dissertação/ 2016: A experiência cotidiana do lugar: relatos de espaço dos velhos moradores da cidade patrimônio	Kelly Cristina Rodrigues Silva	Compreensão das memórias como um elemento capaz de revelar a experiência dos moradores com o lugar que habitam cotidianamente, bem como identificar o sentido de patrimônio nos relatos de espaço dos velhos moradores.	A partir de entrevistas com moradores antigos de Goias, a autora buscou identificar a importância de determinados lugares nas memórias dos entrevistados que evidenciou apego e relação afetiva a estes lugares, o que possibilitou identificar lugares e sentidos diferentes daqueles divulgados pela oficialidade do Patrimônio Histórico. O ponto principal foi entender que os locais que significam aos moradores nem sempre são aqueles oficialmente decretados patrimônios e, a noção de Patrimônio pode

			ultrapassar a necessidade de valorização das formas materiais, e incluir as múltiplas histórias daqueles que vivenciam o lugar.
Dissertação/2019: Lugares de Memória: Patrimônios afetivos de Morro Redondo-RS	Milena Behling Oliveira	Identificar Patrimônios Afetivos da cidade de Morro Redondo-RS, na visão dos idosos.	A dissertação tem o intuito de trabalhar o conceito de patrimônios afetivos. Parte da premissa que os patrimônios de uma cidade vão além de questões jurídicas e institucionais, pois seus reais valores são seus significados. Se utiliza de entrevistas a idosos para identificar memórias de vivências repletas de afetos, ancoradas em lugares.
Dissertação/2023: Patrimônio Afetivos no Centro de Goiania	Caroline Soares Machado	Identificar patrimônios afetivos no centro de Goiânia, isto é, identificar os lugares e edifícios – institucionalizados ou não – mais representativos para a população goianiense e apreender a significação e os sentidos destes amparados pela afetividade.	A autora busca conexões entre os goianienses e o Setor Central e bens oficiais e não oficiais para identificar apropriações e vivências, contribui tanto para a compreensão do patrimônio do Setor Central, quanto para sua valorização e preservação pela comunidade.
Artigo/2019: Espacio vivido patrimonial: una mirada alternativa del patrimonio cultural desde la ciencia geográfica	Carlos Andrés Pinassi	Estabelecer as bases para a definição de uma categoria de análise do patrimônio cultural no âmbito da ciência geográfica, a partir da nocão de espaço vivido.	O autor traz uma reflexão sobre os componentes históricos e culturais que formam as identidades de um território. Nesse sentido busca entender o lugar ocupado pelos lugares vividos nas teorias sobre o tema, além de se indagar se é possível falarmos em “espaços vividos comuns”.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do desenvolvimento da Cartografia Bibliográfica.

ANEXO

ANEXO A – BOLETIM DO TURISMO DE ROLÂNDIA

Boletim do Turismo de ROLÂNDIA

UMA CIDADE, MUITAS CULTURAS!

CURIOSIDADE

O nome da "Rolândia", que tem origem germânica, surgiu de ROLAND, um grande guerreiro da idade Média, que lutava por "Liberdade e Justiça".

Os pioneiros alemães escolheram este nome porque tinham os mesmos ideais da lendário Roland a o esperança de que, nestas terras, seus ideais se concretizariam.

Em 1957, Rolândia recebeu da gestão de then uma réplica da estátua de Roland, um pouco menor do que aquela que se encontra na cidade de Bremen, na Alemanha.

FONTE: ROLÂNDIA – PR HISTORIA, CULTURA E TURISMO -2021

ÁREA TERRITORIAL:	459,024 KM²
POPULAÇÃO RESIDENTE:	71.670
PIB PER CAPITA	45.767,68
GENTÍLICO:	ROLANDENSE
IDH:	0,739

Fonte: IBGE

DESTINO TURISTICO INTELIGENTE?

OS DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES SÃO **ESTRUTURAS TURÍSTICAS DIFERENCIADAS QUE FACILITAM A INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO VISITANTE, ANTES, DURANTE E DEPOIS DA VIAGEM, E INCREMENTAM A QUALIDADE DE SUA EXPERIÊNCIA. COM O DESTINO, POR MEIO DE USO DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS INOVADORAS.**

FONTE: CARTILHA DTI BRASIL – GOVERNO FEDERAL

DADOS DO SETOR DE TURISMO E ALIMENTAÇÃO

EMPREGOS

7.985
NUMERO TOTAL DE EMPREGOS DO MUNICIPIO

TURISMO

21%

1.691
EMPREGOS GERADOS

ALIMENTAÇÃO

6%

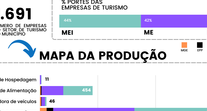
454
EMPREGOS GERADOS

EMPRESAS DE TURISMO

TOTAL

1.691
NÚMERO DE EMPRESAS DO SETOR DE TURISMO DO MUNICÍPIO

% PORTES DAS EMPRESAS DE TURISMO



MAPA DA PRODUÇÃO

NOSSOS MUSEUS:

MUSEU MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA DO PARANÁ

MUSEU HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ

MUSEU DE ARTES IZIDORO ARMACOLLO

CURIOSIDADE

São Martinho, distrito do município, recebeu em 2013 o título de CAPITAL PARANAENSE DOS EMBUTIDOS, em função de sua produção de salames, linguiças, embutidos e defumados, com variedade e qualidade.

FONTE: ROLÂNDIA – PR HISTÓRIA, CULTURA E TURISMO -2021

PRODUTOS TURÍSTICOS DE EXPERIÊNCIA:

MORANGO NAVARRO

PICNIC NAVARRO. Uma experiência com Morangos!

AO CHEGAR AO LOCAL, VOCÊ SERÁ RECEBIDO(A) PESSOALMENTE PELOS AGRICULTORES LOCAIS, QUE COMPARTILHARÃO SEU CONHECIMENTO SOBRE O CULTIVO CUIDADOSO DOS MORANGOS E VOCÊ CONHECERÁ A LINDA PLANTAÇÃO DE MORANGOS!

APÓS ESSA EXPERIÊNCIA ENCANTADORA, NOS DIRIGIREMOS A UM LOCAL ESPECIALMENTE PREPARADO PARA UM PICNIC AO AR LIVRE COM PRODUTOS LOCAIS E CLARO, MORANGOS!

Necessário reservar com antecedência pelo WhatsApp ou pessoalmente.
(43) 99636-8022

BECKER HAUS

Aprenda a fazer as famosas e tradicionais bolachinhas artesanais da família!

APRENDA CONOSCO A RECEITA TRADICIONAL DE BOLACHA ARTESANAL DA NOSSA FAMÍLIA E MERGULHE NO DELICIOSO MUNDO DA CONFEITARIA!

NOSSA AULA INCLUI UM ACONCHEGANTE CAFÉ DA TARDE E UMA DEGUSTAÇÃO ESPECIAL DAS NOSSAS CRIAÇÕES!

ATENDIMENTO EM GRUPOS REALIZADOS COM RESERVA ANTECIPADA!

VENHA SABOREAR A TRADIÇÃO CONOSCO!

Reservas antecipadas
(43) 99643-5522

O CENTRO DE MEMÓRIA/ ESCOLA VITAL BRASIL

Café com História – Uma viagem no tempo!

O CENTRO DE MEMÓRIA/ESCOLA VITAL BRASIL FOI UMA ESCOLA RURAL DE 1952 A 1998, EM 2022 O PRÉDIO EM PAROBÉ, FOI RESTAURADO EM UM MUTIRÃO DA COMUNIDADE E TRANSFORMADO EM CENTRO DE MEMÓRIA/ESCOLA VITAL BRASIL DE DISTRIBUIDO DA HISTORIADORA CASSIA POPOLIZI.

HOJE É POSSÍVEL FAZER UMA VIAGEM NO TEMPO ATRAVÉS DA VISITA GUIADA POR SUAS DEPENDÊNCIAS.

NO FINAL O VISITANTE PODERÁ SABOREAR UM DELICIOSO CAFÉ DA ROÇA, COM PRODUTOS ORGÂNICOS, PÃO DE QUEIJO E BOLO DE FUBÁ CASEIRO, PUTOS PELA MESMA MARCA E RÁDELA ZABINI, MEMÓRIAS DESSE TEMPO DE MEMÓRIA.

(43) 99183-8373 Maria
(43) 99912-5088 Ângela
Agendamento necessário

CASA DO STRUDEL

Um pedacinho da Alemanha em Rolândia!

UM AMBIENTE COM CARINHA DE CASA DE VÓ E COM UMA RECEPÇÃO COMO SE ESTIVESSEMOS EM CASA! O CAFÉ COLONIAL TEM DELICIOSAS RECEITAS DOCEIS E UM GRANDE DESTAQUE AO STRUDEL COM CHANTILLY CASEIRO QUE É MARAVILHOSO!

R. Estilac Leal - Centro, Rolândia.

OMA'S KAFFEE HAUS

Espaço aconchegante típico alemão

ESPAÇO ACONCHEGANTE TÍPICO ALEMÃO COM CHOPP ARTESANAIS, PRATOS TÍPICOS E MUITAS OPÇÕES DE TORTAS SABOROSAS! VINHA SE PERDER NA TRADIÇÃO ALEMÃ, ONDE CADA PRATO CONTA UMA HISTÓRIA E CADA PEDAÇO DE TORTA É UMA EXPLOSÃO DE SABORES!

Av. Getúlio Vitor, 187 Rolândia PR
Terças à Sextas:
Di-Qui a Sáb das 12:00 às 22:00
Dom das 13:30 às 18:30 - (43) 3020-3065

SUCULENTAS SUELI GARDEN

Refúgio tranquilo onde as plantas e suculentas florescem em harmonia.

O GARDEN É UM REFÚGIO TRANQUILO ONDE AS PLANTAS E SUCULENTAS FLORESCEM EM HARMONIA. OFERECEMOS UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA, NÃO APENAS PARA OS AMANTES DA JARDINAGEM, MAS TAMBÉM PARA AQUELES QUE DESEJAM EXPLORAR A BELEZA E A VERSATILIDADE DAS SUCULENTAS COM UMA OFICINA DE SUCULENTAS E UM CAFÉ DELICIOSO!

Avenida Marcelino 390, 5.40 Martinho
Whats: (43) 99604-0959 / (43) 99688-0735

VIVÊNCIA NA TRADIÇÃO RURAL

Uma experiência de histórias e sabores

COMEÇANDO COM UMA DIVERTIDA **OFICINA DE BOLACHINHAS DECORADAS**, ONDE VOCÊ PODE LIBERAR SUA CRIATIVIDADE E CRIAR OBRAS COMESTÍVEIS ÚNICAS.

DEPOIS CONHECEM UM **LINDO GARDEN DE SUCULENTAS**, SEGUIDO DE UM **ALMOÇO TÍPICO RURAL** QUE EXPLORA OS SABORES LOCAIS MAIS AUTÊNTICOS.

O DIA CONTINUA COM UM ENCANTANTE PASSEIO, ONDE VOCÊ TEM A CHANCE DE **COLHER MORANGOS DIRETAMENTE DO PÉ** E SABOREAR UM REFRESCANTE **SUCO DE MORANGO**.

A AVENTURA SE ESTENDE AO PASSEIO EM UM **MINIBUS LOCAL** COMPLEMENTADO POR UM DELICIOSO **CAFÉ DA TARDE RURAL**.

FINALMENTE, PARA ENCERRAR ESSE DIA INCRÍVEL O PASSEIO TERMINA EM UMA **VISITA NA CAPELA E CEMITÉRIO DE SÃO RAFAEL!**

Aguiar Vulgens - Rua Estilac Leal 2564 - Centro, Rolândia, PR, Brasil
(43) 9113-3990

ROLÂNDIA
PREFEITURA DA CIDADE

SEBRAE
PLANO DE DESTINOS 2022
COORDENAÇÃO: ANA CAROLINA MARTINS E ALVARO
EQUIPE TÉCNICA: LARISSA LEÃO - TAINARA
ROLÂNDIA: ANA CAROLINA MARTINS
PROJETO GRÁFICO E EDITORIAL: PATRICIA E CHARLES BRIGIDO
EDITORIAL: ALLAN DANIEL

Secretaria Municipal de CULTURA e TURISMO